

**SCRIPTA**

## PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo  
Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães  
Assessor Especial da Reitoria: José Tarcísio Amorim  
Chefe de Gabinete do Reitor: Paulo Roberto de Souza  
Pró-Reitores: Extensão – Wanderley Chieppe Felipe; Gestão Financeira – Paulo Sérgio Gontijo do Carmo; Graduação – Maria Inês Martins; Logística e Infraestrutura – Rômulo Albertini Rigueira; Pesquisa e Pós-Graduação – Sérgio de Moraes Hanriot; Recursos Humanos – Sérgio Silveira Martins; Arcos – Jorge Sundermann; Barreiro – Renato Moreira Hadad; Betim – Eugênio Batista Leite; Contagem – Robson dos Santos Marques; Poços de Caldas – Iran Calixto Abrão; São Gabriel – Miguel Alonso de Gouvêa Valle; Guanhões e Serro – Ronaldo Rajão Santiago  
Secretário de Comunicação: Mozahir Salomão Bruck  
Secretário-Geral: Ronaldo Rajão Santiago  
Secretária de Cultura e Assuntos Comunitários: Maria Beatriz Rocha Cardoso  
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Institucional: Carlos Barreto Ribas  
Diretora do Instituto de Ciências Humanas: Carla Ferretti Santiago  
Chefe do Departamento de Letras: Juliana Alves Assis  
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras: Juliana Alves Assis  
Coordenadora do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros: Raquel Beatriz Junqueira Guimarães

### EDITORA PUC MINAS

Conselho Editorial: Edil Carvalho Guedes Filho; Eliane Scheid Gazire; Ev'Angela Batista Rodrigues de Barros; Flávio de Jesus Resende; Javier Alberto Vadell; Jean Richard Lopes; Leonardo César Souza Ramos; Lucas de Alvarenga Gontijo; Luciana Lemos de Azevedo; Márcia Stengel; Mariana Teixeira de Carvalho Moura Meire Chucre Tannure Martins; Mozahir Salomão Bruck; Pedro Paiva Brito; Sérgio de Moraes Hanriot  
Núcleo de apoio aos periódicos (NAP) Alda Verônica G. de Miranda; Javier Alberto Vadell; Raquel Beatriz Junqueira Guimarães, Rodrigo Baroni de Carvalho; Terezinha Taborda Moreira  
Diretora: Mariana Teixeira de Carvalho Moura  
Revisão: Textos em português: Luciana Lobato  
Textos em inglês: Eduardo Assis Martins  
Os resumos em língua estrangeira são de responsabilidade dos autores  
Tradução do Editorial: Karla Antão da Silva  
Capa e diagramação: Jefferson Ubiratan de Araújo Medeiros  
Imagem da capa: freepik.com

CESPUC — CENTRO DE ESTUDOS LUSO-AFRO-BRASILEIROS • Av. Dom José Gaspar, 500, Prédio 20, Sala 211 • 30535-901 Belo Horizonte, Minas Gerais - Brasil • Tel.: (31) 3319-4368 • *E-mail*: cespuc@pucminas.br ou scripta.pucminas@gmail.com

EDITORA PUC MINAS — Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais • Rua Dom Lúcio Antunes, 180, Coração Eucarístico • 30535-490 • Belo Horizonte, Minas Gerais — Brasil • Tel.: (31) 3319-9904 Fax: (31) 3319-9907 • *E-mail*: editora@pucminas.br.

# SCRIPTA

LINGUÍSTICA

Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e do  
Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros da PUC Minas

## Tempo, aspecto, modo e modalidade

Organizada por

Arabie Bezri Hermont (PUC Minas)

Adriana Leitão Martins (UFRJ)



CESPUC - MG  
CENTRO DE ESTUDOS  
LUSO-AFRO BRASILEIROS  
DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE  
CATÓLICA DE MINAS GERAIS



**Scripta** é uma publicação semestral do Departamento de Letras da PUC Minas, do Programa de Pós-graduação em Letras e do Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros – Cespuc - MG. A revista publica números alternados com matéria de Literatura ou de Linguística, o que se indica no subtítulo: I – Literatura; II – Linguística.

### Comissão de publicações:

Presidente: Ivete Lara Camargos Walty  
Editora geral da revista **Scripta**: Raquel Beatriz Junqueira Guimarães  
Editora da revista **Scripta** de Linguística: Juliana Alves Assis  
Editora da revista **Scripta** de Literatura: Terezinha Taborda Moreira  
Secretárias: Ev' Angela Batista Rodrigues de Barros  
Sandra Maria S. Cavalcante

### Conselho Editorial:

|                                                   |                                           |
|---------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| Dra. Adriana Fischer (FURB)                       | Dra. Laura Cavalcante Padilha (UFF)       |
| Dra. Adriane Teresinha Sartori (UFMG)             | Dra. Lília Santos Abreu-Tardelli (UNESP)  |
| Dra. Adelia Toledo Bezerra de Menezes (USP)       | Dra. Lilian Aparecida Arão (CEFET-MG)     |
| Dr. Adilson Ribeiro de Oliveira (IFMG)            | Dr. Luis Maffei (UFF)                     |
| Dra. Ana Elisa Ribeiro (CEFET-MG)                 | Dr. Luiz Carlos Travaglia (UFU)           |
| Dra. Ana Maria e Mattos Guimarães (UNISINOS)      | Dra. Luzia Bueno (USF)                    |
| Dra. Ana Maria Nápoles Villela (CEFET-MG)         | Dr. Manoel Luiz Gonçalves Corrêa (USP)    |
| Dra. Anna Christina Bentes da Silva (UNICAMP)     | Dr. Marco A. de Oliveira (PUC Minas)      |
| Dr. Benjamin Abdala Junior (USP)                  | Dra. Maria Angela P. T. Lopes (PUC Minas) |
| Dra. Delaine Cafiero Bicalho (UFMG)               | Dra. Maria Beatriz N. Decat (UFMG)        |
| Dra. Dora Riestra (UNRN)                          | Dra. Maria das Graças R. Paulino (UFMG)   |
| Dra. Dorotea Frank Kersch (UNISINOS)              | Dra. Maria Helena de Moura Neves (UNESP)  |
| Dr. Edimilson de Almeida Pereira (UFJF)           | Dra. Maria Teresa Salgado (UFRJ)          |
| Dra. Elzira Divina Perpétua (UFOP)                | Dra. Maria Theresa Abelha Alves (UFRJ)    |
| Dra. Eneida Rego Monteiro Bonfim (PUC-RJ)         | Dra. Maria Zilda Ferreira Cury (UFMG)     |
| Dra. Enilce do Carmo Albergaria Rocha (UFJF)      | Dra. Marta Passos Pinheiro (CEFET-MG)     |
| Dra. Eulália Vera Lúcia Fraga Leurquin (UFC)      | Dra. Patrícia R. T. Baptista (CEFET-MG)   |
| Dra. Ev' Angela B. R. de Barros (PUC Minas)       | Dr. Paulo Henrique Aguiar Mendes (UFOP)   |
| Dra. Fabiana Cristina Komesu (UNESP)              | Dra. Prisca A. de Almeida Pereira (UFJF)  |
| Dr. Francisco Noa (UEM)                           | Dra. Regina Zilberman (UFRGS)             |
| Dr. Gilcinei Teodoro Carvalho (UFMG)              | Dra. Renata Flavia Silva (UFF)            |
| Dr. Hugo Mari (PUC Minas)                         | Dra. Renata Soares Junqueira (UNESP)      |
| Dra. Ida Maria Santos Ferreira Alves (UFF)        | Dr. Renato Caixeta da Silva (CEFET-MG)    |
| Dra. Jane Fraga Tutikian (UFRGS)                  | Dr. Rogério Barbosa da Silva (CEFET-MG)   |
| Dra. Jane Quintiliano Guimarães Silva (PUC Minas) | Dra. Rosane de Andrade Berlinck (UNESP)   |
|                                                   | Dra. Sandra M. S. Cavalcante (PUC Minas)  |
|                                                   | Mais...                                   |

Indexadores: Latindex, Ulrichs, Clase, MLA, LLBA, Icap, Dialnet, Redib, DOAJ, Diadorim, World-Cat, EZB, CIRC, Erihplus, MIAR.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da  
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

S434

Scripta – v. 1, n. 1, 1997 – Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2020.

E-ISSN 2358-3428

Quadrimestral

1. Literaturas de língua portuguesa – Periódicos. 2. Língua portuguesa – Periódicos.

I. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-graduação em Letras. II. Centro de Estudos Luso-afro-brasileiros.

CDU: 82.03(05)

# Sumário

## Editorial

|                                                                                                 |   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---|
| Tempo, aspecto, modo e modalidade<br><i>Arabie Bezri Hermont e Adriana Leitão Martins</i> ..... | 8 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------|---|

|                                                                                                |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tense, Aspect, Mood and Modality<br><i>Arabie Bezri Hermont e Adriana Leitão Martins</i> ..... | 27 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

## Dossiê temático

|                                                                                                            |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Considerações sobre o modal teleológico<br><i>Nathália Gravonski Codinhoto e Núbia Ferreira Rech</i> ..... | 47 |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

|                                                                                                                          |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| TARDIS & TAME: an Essay on Natural Language Meaning and Metaphysics<br><i>Yuri Penz e Ana Maria Tramunt Ibaños</i> ..... | 71 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|

|                                                                                      |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Paradigm Structure in French Verbal Inflection<br><i>Fatima-Zahra El Fenne</i> ..... | 103 |
|--------------------------------------------------------------------------------------|-----|

|                                                                                                                                                                                         |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| A competição entre Simple Past e Present Perfect no inglês estadunidense:<br>um estudo de caso sobre o <i>perfect</i> resultativo forte<br><i>Adriana Lessa e Leonardo Cabral</i> ..... | 136 |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

|                                                                                                                               |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| A aspectualidade estativa de “ficar”: uma análise dos casos com gerúndio e particípio<br><i>Roberlei Alves Bertucci</i> ..... | 173 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

|                                                                                                                                                   |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Marcação de aspecto gramatical nos verbos de ligação: uma análise morfológica<br><i>Gláucia do Carmo Xavier e Kelly Cesário de Oliveira</i> ..... | 210 |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

|                                                                                                                                                        |     |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| A volição na leitura aspectual de sentenças com a perífrase “estar+gerúndio”<br>no português brasileiro<br><i>Thais Araujo e Mercedes Sebold</i> ..... | 238 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

|                                                                                                                                                       |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Imediaticidade pragmática e uso do presente do indicativo<br>em manchetes e subtítulos jornalísticos<br><i>Caroline Soares e Lilian Ferrari</i> ..... | 265 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|

|                                                                                                                                                                                                                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| As construções [ <i>VI</i> <sub>ANDAR/IR/SAIR/VIR/VIVER</sub> + <i>V2gerúndio</i> ] e a expressão do aspecto:<br>restrições sintático-semânticas e motivações cognitivas do seu processo de gramaticalização<br><i>Sueli Maria Coelho e Adriana Maria Tenuta</i> ..... | 293 |
| Os verbos de estado no português brasileiro: propriedades semânticas e classificação<br><i>Kely Stefani de Oliveira e Luana Lopes Amaral</i> .....                                                                                                                     | 328 |
| Analisando a Língua Brasileira de Sinais como uma língua sem- <i>tense</i><br><i>Lorena Figueiredo e Guilherme Lourenço</i> .....                                                                                                                                      | 361 |
| Temporalidade e modalidade em construções hipotáticas adverbiais condicionais<br>à luz da linguística funcional centrada no uso<br><i>Leyla Ely e Cláudia Andrea Rost Snichelotto</i> .....                                                                            | 397 |
| Dependência entre ser, tempo e narrativa em Ricœur<br><i>Bárbara Tortato</i> .....                                                                                                                                                                                     | 432 |
| A categoria aspecto verbal e o ensino:<br>o que os alunos revelam conhecer e/ou entender sobre essa categoria<br><i>Amanda Souza e Marilene Machado</i> .....                                                                                                          | 455 |
| <b>Seção livre</b>                                                                                                                                                                                                                                                     |     |
| Traços categorizadores na derivação de pares nome-verbo em Libras<br><i>Hadassa Rodrigues Santos</i> .....                                                                                                                                                             | 488 |
| Exclamativas e interrogativas com ‘ques’ em português brasileiro dialetal<br><i>Bruna Karla Pereira</i> .....                                                                                                                                                          | 514 |
| <b>Entrevistas</b>                                                                                                                                                                                                                                                     |     |
| Interview with Dr. Bernard Comrie: tense, aspect and mood<br><i>Rodrigo Altair Morato, Adriana Leitão Martins e Gisely Gonçalves de Castro</i> .....                                                                                                                   | 540 |
| Interview with dr. Robert Binnick: tense, aspect and mood<br><i>Rodrigo Altair Morato, Adriana Leitão Martins e Gisely Gonçalves de Castro</i> .....                                                                                                                   | 558 |

# Editorial

# Tempo, aspecto, modo e modalidade

Arabie Bezri Hermont\*  
Adriana Leitão Martins\*\*

A curiosidade em compreender melhor as noções de tempo, aspecto, modo e modalidade data de muito tempo e isso independe da área de estudo, da abordagem e do constructo teórico. Contemporaneamente, observa-se a proliferação de abordagens linguísticas que discutem, à luz de diferentes epistemologias e distintas metodologias, as categorias Tempo, Aspecto, Modo e Modalidade (TAM), descortinando fenômenos tanto de natureza morfo sintática, quanto de caráter semântico-pragmático.

Nesta edição, o dossiê que versa sobre tais noções ancora-se em diversos quadros teóricos, ou seja, os estudos aqui empreendidos são realizados sob a ótica de teorias constituídas com base em abordagens cognitivas da linguagem humana, manifestando fenômenos de natureza gramatical e discursiva do português brasileiro ou de língua estrangeira.

De acordo com Travaglia (1991, p. 78), modalidade pode ser “a indicação de atitude do falante em relação ao que diz”. Segundo esse autor, temos pelo menos cinco modalidades. A modalidade **imperativa** seria aquela em que o falante “encara o que é dito como uma situação sobre cuja realização ele tem controle ou poder”; a **deôntica** estaria ligada aos deveres e às normas de conduta; a **volitiva** estaria relacionada à vontade e ao desejo; a **alética** estaria associada ao fato de o locutor ver a

---

\* Professora Adjunta do Departamento de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC- Minas). Doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos em Linguagem e Cognição (ElinC) (PUC Minas). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2551-6145>.

\* Professora Associada do Departamento de Linguística e Filologia na Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística e no Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS). Doutorado em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0510-2586>.



realização da situação como algo possível, viável ou necessário; e a **epistêmica** seria aquela que revela a crença do enunciador na verdade do que produz, no exato momento da enunciação.

A modalidade pode se revelar em verbos, mas também em nomes, adjetivos e advérbios, e é, em alguma medida, entrelaçada com a noção de modo sobre a qual passamos a abordar.

Vilela e Koch asseveram:

O “modo”, como categoria gramatical principal do verbo, é um dos instrumentos privilegiados para exprimir a “modalidade”. A “modalidade” é uma categoria semântico-formal em que intervêm, por um lado, uma hierarquia de meios morfológicos, sintáticos, prosódicos e lexicais, e, por outro lado, a atitude do falante perante a validade do conteúdo fixado no enunciado, que é apresentado como coincidente ou não coincidente com a realidade. Há assim duas modalidades básicas na frase: realidade e irrealidade. [...].

A partir daqui constroem-se as escalas possíveis: certeza e incerteza, suposição, condição, necessidade, exigência, possibilidade ou impossibilidade de um dado acontecer, etc.

Este painel de possibilidades da modalidade são objetiváveis pelos modos verbais e por outros processos linguísticos, [...].

Podemos definir a “modalidade” como a gramaticalização das atitudes subjetivas do falante e a sua transposição para o conteúdo do enunciado. Há dois tipos fundamentais de modalidade: a epistêmica (a ligada a questões de opinião, crença ou conhecimento) e a deôntica (a relacionada com a obrigação ou permissão). Há, como é de prever, alguns problemas ligados com a modalidade e com a sua expressão por orações. Vamos limitar-nos aos modos verbais.

O **indicativo** é a forma básica dos modos: representa o conteúdo do enunciado como um fato, denota o realmente existente, o previsível e o que está em vias de se realizar. [...].

A semântica do **subjuntivo** pode ser definida em oposição à do indicativo: é o modo do “não-realizado”,

ou “ainda não realizado”. (VILELA; KOCH, 2001, p. 175-177, grifos dos autores).

Verificamos, assim, que as duas noções podem estar bastante relacionadas e, em muitas línguas, são estudadas de várias formas. Ao lado de modalidade e modo, duas outras categorias que têm merecido muitos estudos, são elas: tempo e aspecto. A primeira é categoria dêitica, porque localiza situações no tempo, e a segunda está relacionada ao tempo interno da situação. Diversas vezes as duas noções são estudadas de forma conjunta dada a sua natureza.

Tempo da perspectiva linguística, em inglês referido como *tense*, é a maneira como a localização das situações no tempo, em inglês referido como *time*, é expressa linguisticamente, sendo tal expressão manifesta por meio de fenômenos de natureza gramatical em muitas línguas. Contudo, as categorias gramaticais que realizam tempo, como morfemas flexionais ou partículas verbais, constituem um conjunto que possibilita a expressão de informações quanto à temporalidade da situação não tão precisas quanto outras formas de expressão dessas informações. As categorias gramaticais que realizam tempo nas línguas tendem a codificar apenas informações tais como anterioridade, simultaneidade e posterioridade de uma situação em relação à outra na linha do tempo (COMRIE, 1985).

Para além das categorias gramaticais, as línguas podem dispor de outras maneiras de expressar linguisticamente a localização de uma situação no tempo, algumas delas constituindo modos de expressão de informações temporais mais precisas do que as preteritamente mencionadas (anterioridade, simultaneidade e posterioridade). Duas dessas maneiras são: (i) por meio de itens lexicais, que tendem a ser menos numerosos, como “agora”,

“ontem” e “amanhã”; e (ii) por meio de expressões compostas lexicalmente, que tendem a ser de número infinito e, a depender da cultura, possibilitar uma precisão muito grande na localização da situação na linha do tempo, como “10 milésimos de segundos após o início do experimento”.

Intimamente relacionada a tempo, há, nas línguas, a categoria de aspecto. As noções de tempo e de aspecto podem ser entendidas como estreitamente relacionadas porque é possível enquadrar uma situação na linha do tempo de duas perspectivas: (i) estabelecendo aquela situação em relação a um outro ponto da linha do tempo (situação anterior, simultânea ou posterior ao ponto do tempo referente ao momento da fala); ou (ii) revelando o contorno temporal interno da situação — por exemplo, pode-se fazer referência a uma situação que se caracteriza por um ponto fechado na linha do tempo, por pontos que se repetem nessa linha ou por um traço que se prolonga nessa linha. O primeiro enquadre tem relação com tempo, e o segundo, com aspecto.

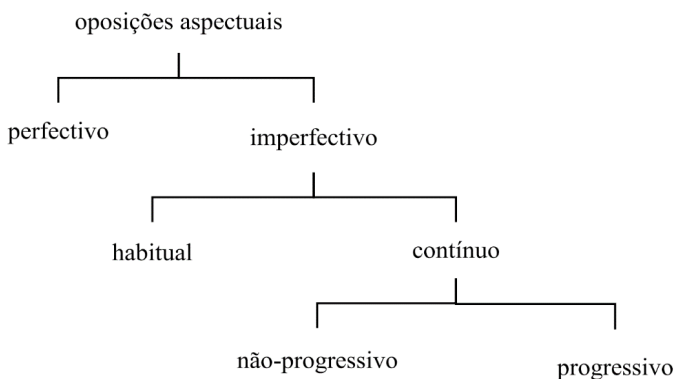
Uma grande parte dos textos apresentados neste dossiê trata diretamente de aspecto e, por isso, apresentaremos uma breve abordagem de autores clássicos (ainda que existam muitos outros), quais sejam: Vendler (1957), Comrie (1976), Smith (1997) e Bertinetto (2001).

Para Vendler (1957), alguns verbos são caracterizados por uma sucessão de fases, e outros, não; e alguns verbos teriam uma definição temporal, e outros, não. Com base nisso, Vendler propõe a seguinte classificação: verbos de estado, de atividade, *accomplishments* e *achievements*. Os primeiros, de estado, não teriam sucessão de fases nem uma demarcação de tempo. Para o autor, quando alguém amou outro alguém de um tempo (t1) a um tempo (t2), isso significa que, em algum instante entre (t1) e (t2),

alguém amou aquela pessoa. Os verbos de atividades seriam caracterizados por terem uma sucessão de fases, mas não teriam uma marcação de tempo de forma inerente. Assim, se alguém estava correndo em um tempo  $t$ , isso quer dizer que o instante de tempo  $t$  está na extensão de tempo no qual esse alguém estava correndo. Já os *accomplishments* teriam tanto uma sucessão de fases, quanto um fim temporal. Por exemplo, se alguém estava desenhando um círculo em  $t$ , significa que estava no intervalo de tempo em que esse alguém desenhou esse círculo. Como última categoria, Vendler nos apresenta os *achievements*, que não teriam sucessão de fases, mas teriam um final. Assim, se alguém, por exemplo, venceu uma corrida entre  $t_1$  e  $t_2$ , significa que o instante de tempo em que esse alguém venceu aquela corrida está entre  $t_1$  e  $t_2$ .

Comrie (1976, p. 25), autor de um livro clássico nos estudos sobre aspecto, e que concedeu uma entrevista a esta edição, apresenta a seguinte classificação de oposições aspectuais:

**Figura 1 - Classificação de oposições aspectuais**



Fonte: Comrie (1976, p. 25).

Nessa perspectiva, perfectividade (COMRIE, 1976, p. 17) seria a visão de uma situação como um todo único, sem distinção das várias fases separadas que a constituem, enquanto o imperfectivo dá atenção à sua estrutura interna. Um exemplo trazido pelo autor (1976, p. 3), traduzido para o português: “Ele leu” e “Ele estava lendo”. A diferença entre as sentenças não se deve à categoria de tempo, pois ambas estão no passado. A diferença reside na noção aspectual, sendo a primeira sentença marcada pelo aspecto perfectivo, e a segunda marcada pelo aspecto imperfectivo.

Em determinadas línguas, há uma única categoria para caracterizar a imperfectividade, mas há outras em que essa noção pode ser subdividida em uma variedade de categorias distintas. O autor aponta os aspectos habitual e contínuo. As situações marcadas pela habitualidade seriam caracterizadas pela repetição de uma dada situação por um período de tempo extenso, tão extenso que tal situação não pode ser referida como uma propriedade incidental do momento, mas, precisamente, como um traço característico de todo o período. Já o aspecto contínuo é definido, de acordo com Comrie (1976, p. 26), como o imperfectivo em que não há habitualidade. O aspecto contínuo, ainda para o autor, pode ser subdividido em progressivo e não progressivo.

Smith (1997) baseia sua proposta em Vendler e sugere que as noções aspectuais estejam ligadas a duas linhas: (i) o tipo de situação, que classifica o evento ou o estado apresentado na sentença de acordo com suas propriedades temporais; e (ii) o ponto de vista, que acrescenta à sentença uma perspectiva temporal, dando uma visão parcial ou total da situação que está sendo tratada. No que diz respeito ao tipo de situação, a autora

refere-se ao verbo principal, aos seus argumentos e aos adjuntos e assinala que as estruturas formadas pelos verbos seriam caracterizadas pelos traços: [+/-] dinamismo, [+/-] duratividade e [+/-] telicidade. Em relação ao ponto de vista, a autora diz que aspecto seria revelado em morfemas gramaticais e verbos auxiliares. Nessa segunda linha, estariam os aspectos perfectivo e imperfectivo.

Bertinetto (2001) propõe um quadro similar ao de Smith, mas, no lugar de traço de telicidade, o autor usa a noção de homogeneidade, já apontada por Vendler (1957). Então, um evento como “correr” é homogêneo, já que uma parte de “correr” é “correr”. Por outro lado, “pintar um quadro” não é homogêneo, já que uma parte de “pintar um quadro” não é “pintar um quadro”. Os verbos de estado seriam caracterizados pelos seguintes traços: [+durativo], [-dinâmico] e [+homogêneo]. Os verbos de atividade seriam marcados por positividade em todos os traços: [+durativo], [+dinâmico] e [+homogêneo]. Os verbos *accomplishments* seriam assim caracterizados: [+durativo], [-dinâmico] e [-homogêneo]. Por fim, os *achievements* seriam marcados pelos traços [-durativo], [-dinâmico] e [+homogêneo].

Conforme já dito, a caracterização de tempo e aspecto pode se dar em verbos, mas também por outros constituintes, por exemplo, pelos advérbios. É o que propõe Ilari (2002), que aponta que o uso de advérbios de tempo pode indicar ou reforçar as noções temporais de anterioridade, simultaneidade e posterioridade, como os advérbios “ontem”, “hoje”, “amanhã”, respectivamente; além de denotar noções aspectuais, como as locuções adverbiais “às vezes”, “vez por outra”, “sem parar” etc. (ILARI, 2002, p. 141).

Consoante já assinalado, vários são os arcabouços teóricos que vêm tratando das noções tempo, aspecto, modo e modalidade. Muitas manifestações de constituintes expressando tais noções podem acontecer por meio de diferentes funções ligadas a diversas intencionalidades argumentativas, e, nessa perspectiva, distintos quadros teóricos, com suas respectivas metodologias, dedicam seus esforços em compreender tais categorias.

A teoria gerativa, por exemplo, que se dedica, em grande parte, a compreender a representação mental da gramática, estuda, há muito tempo, várias categorias funcionais, dentre elas, as de tempo, de modo, de aspecto. Nos primórdios de sua teoria, Chomsky (1965; 1972) considerava que a estrutura de uma sentença simples seria constituída por um SN e um SV, ligados a um nó, denominado S(entença), obtendo-se uma formalização como a seguinte:  $S \rightarrow SN\ SV$ . Mas, a fim de acomodar dados em que havia a presença de um auxiliar, propôs o seguinte:  $S \rightarrow SN\ Aux\ SV$ , em que em Aux seria resguardada a informação de tempo e de concordância. Em Emonds (1976), indica-se uma marcação binária para o nó destinado à flexão verbal, assim, uma sentença finita teria INFL [+T, +AGR], e aquela sentença no infinitivo teria INFL [-T, -AGR]. A regra sintagmática passa a ser  $S \rightarrow SN\ INFL\ SV$  e seria considerada válida para todo tipo de sentença.

Em 1989, Pollock propôs uma grande mudança na concepção da árvore sintática e de IP, mudança esta que também foi adotada em Chomsky (1995, cap. 2). Pollock realizou um estudo de comparação de movimento de verbos nas formas finitas e não finitas em inglês e em francês, levando-o a adotar mais de um lugar que serve de pouso para verbos: antes e depois de advérbios, de quantificadores e de partículas de negação. Assim, na árvore

sintática, naquela ocasião, passa-se a ter dois lugares para noções de flexão: uma para tempo e outra para concordância. A partir de 1995, há a sinalização de que concordância não deveria ser mais núcleo de uma projeção. Entretanto, estudos com outras categorias proliferam, e um trabalho interessantíssimo, como o de Cinque (1999), que estuda a posição de advérbios e sua relação com projeções funcionais, modalidade, modo, tempo e aspecto, demonstra que pesquisas sobre as noções propostas neste dossiê são ainda bastante necessárias.

Após essa breve explanação teórica, apresentaremos os artigos publicados neste número da **Revista Scripta**, os quais decorrem da discussão de resultados de pesquisa sobre um tema muito instigante e, se já é estudado há muito tempo, nos últimos tempos, é que tem merecido expressivas pesquisas em termos numéricos por parte de grandes centros de investigação científica, no Brasil e no exterior.

Codinhoto e Rech, no texto “Considerações sobre o modal teleológico”, apresentam as propriedades sintáticas e semânticas do auxiliar modal teleológico, abordando aspectos relativos à construção em que tal constituinte surge. Além disso, as autoras demonstram as diferenças entre seu objeto de estudo e outros modais de raiz, revelando como uma construção com o modal teleológico relaciona informações que correspondem a “meio” e “meta”. Codinhoto e Rech abordam ainda fatores como a orientação modal e a sua coocorrência com um item de negação, acrescentando importante análise para o campo dos estudos de modais.

Penz e Ibaños, no texto “TARDIS & TAME: an essay on natural language meaning and metaphysics”, usando uma metodologia que considera o dualismo léxico/metafísica para as



abordagens de Semântica Formal e sua correlação com tempo e espaço, abordam a relação teórica entre as instâncias de tempo e de espaço a partir da linguagem natural como vetor de sua manifestação. O *design* ontológico de partida, de acordo com os autores, é composto pelas categorias de TAME (*tense*, aspecto, modo e evidencialidade/eventologia) instanciadas por fenômenos linguísticos que ilustram as propriedades de deslocamento, ancoragem e *aboutness*. Penz e Ibaños abordam a natureza lexical das entradas no português brasileiro e sua contraparte metafísica em significado, refletindo sobre o equilíbrio adequado do dispositivo formal do componente semântico em relação ao TAME, correlacionando-os aos princípios mais amplos da linguagem humana, os quais os autores denominam TARDIS, focalizando sobretudo a modalidade.

Fatima-Zahra El Fenne, no texto “English Paradigm structure in French verbal inflection - Paradigm structure in French verbal inflection”, tem, como objetivo principal demonstrar como determinadas propriedades morfossintáticas podem ser analisadas como um afixo global, que opera dentro de um mesmo espaço, sem ordem fixa. Para tanto, a autora estuda a morfologia flexional verbal em francês, que, nas palavras de Fenne, é marcada por cinco categorias gramaticais: tempo verbal, aspecto, modo, pessoa e número. Dentro de uma perspectiva da Morfologia da Construção, a autora traz excelentes reflexões sobre o tema, perpassando por análises de natureza fonológica e morfossintática.

Lessa e Cabral, no texto “A competição entre Simple Past e Present Perfect no inglês estadunidense: um estudo de caso sobre o *perfect* de resultado”, verificam que, no inglês estadunidense, o uso do Simple Past para representar situações

resultativas e de passado indefinido recente tem se revelado mais natural do que o uso do Present Perfect, resultando em uma competição entre as duas estruturas, especialmente, nos sentidos do *perfect* que seriam classificados como *perfect* de resultado ou resultativo. Após a aplicação de testes de eliciação, os autores verificaram que o Simple Past assume a forma *default*, mesmo quando o contexto indica continuação e relevância do resultado no presente e o uso do Present Perfect é favorecido em situações cujo estado resultante é condição para uma demanda prévia por ação do interlocutor, especificamente, quando não há outra marcação linguística de causalidade.

Bertucci, no texto “A aspectualidade estativa de ‘ficar’ na perífrase com gerúndio”, promove uma reflexão da interpretação aspectual de “ficar” quando seguido de gerúndio ou particípio em português brasileiro. O autor propõe que “ficar” seja um aspectualizador, contribuindo com a formação de um predicado com características estativas, e defende que a noção de permanência atribuída a ele é válida para as construções analisadas. Assume ainda que diferenças entre a complementação com gerúndio ou particípio são composicionais. Com essa tomada de posição, Bertucci corrobora os estudos interessantes que vêm sendo desenvolvidos sobre a aspectualidade de auxiliares e de estruturas perifrásticas.

Nessa mesma perspectiva, Xavier e Oliveira, no texto “Marcação de aspecto gramatical nos verbos de ligação: uma análise morfológica”, propõem uma análise morfológica dos verbos de ligação para a verificação da marcação aspectual nessa tipologia verbal. O texto toma como amostra os verbos ser, estar, continuar, virar, andar, ficar, parecer, permanecer, viver, tornar-se e encontrar-se. Ao proceder aos estudos dos traços aspectuais

contidos nos verbos de ligação, as autoras verificaram se eles carregam traço semântico ou devem ser associados apenas a uma categoria funcional. Xavier e Oliveira assumem que os verbos de ligação indicam aspecto, logo não podem ser considerados semanticamente vazios ou apenas categoria funcional.

Araújo e Sebold, no texto “A volição na leitura aspectual de sentenças com a perífrase ‘estar+gerúndio’ no português brasileiro”, investigaram se as leituras aspectuais da perífrase “estar+gerúndio” geram leituras volitivas em contexto de sujeitos [ $\pm$ animados] no português brasileiro. Assumindo a hipótese de que não há uma leitura específica de volição para essa perífrase, as autoras chegam a resultados sugerindo que, mesmo em contextos com sujeitos [-animados], os falantes associam majoritariamente as sentenças a interpretações que indicam habilidade e, conseqüentemente, volição. Essa é mais uma contribuição deste dossiê para a compreensão de aspecto em perífrases verbais.

Soares e Ferrari, no texto “Imediaticidade pragmática e uso do presente do indicativo em manchetes e subtítulos jornalísticos”, visaram a compreender as motivações conceptuais para cada tipo de uso e verificar as estratégias discursivo-pragmáticas observadas nesses recursos iniciais de acesso à notícia. A investigação parte da noção de imediaticidade epistêmica, ampliando-a para a noção de imediaticidade pragmática e, dessa forma, relacionando o estudo às noções de ato de fala de noticiar. Soares e Ferrari verificaram que há alta frequência de uso do presente do indicativo nas manchetes, o que seria associado à conceptualização de um evento passado como um fato novo, indicando uma imediaticidade pragmática.

Coelho e Tenuta, no texto “As construções [V1ANDAR/ IR/ SAIR/ VIR/ VIVER + V2gerúndio] e a expressão do aspecto: restrições sintático-semânticas e motivações cognitivas do seu processo de gramaticalização”, procuram compreender o processo de auxiliarização dos verbos elencados no título do texto e que apresentam uma noção de movimento. As autoras, estabelecendo a hipótese de que os esquemas imagéticos presentes na conceptualização de tais verbos, acompanhados de uma forma nominal de gerúndio na posição de V2, visam a analisar diacronicamente tais construções aspectuais, buscam descrever as motivações cognitivas envolvidas em seu processo de gramaticalização, além de identificarem possíveis restrições sintático-semânticas delas advindas. Os resultados do estudo diacrônico indicaram que as formas “andar”, “ir”, “vir” e “viver” já funcionavam como auxiliares aspectuais quando combinadas com uma forma nominal de gerúndio desde o século XIII e que o esquema fonte-trajeto-alvo é fator imprescindível para que o verbo de movimento seja reanalisado como forma auxiliar em uma construção em que V2 é uma forma de gerúndio.

Oliveira e Amaral, no texto “Os verbos de estado no português brasileiro: propriedades semânticas e classificação”, estudaram os verbos estativos com o objetivo de mostrar que são itens composicionais e decomponíveis e não possuem comportamento uniforme. As autoras analisaram 36 verbos de estado do português brasileiro e verificaram que o elo entre a composicionalidade e a variedade comportamental ocorre quando os verbos com os mesmos componentes semânticos têm comportamentos sintáticos semelhantes, ao passo que se comportam de forma distinta em relação a verbos que apresentam componentes de sentido distintos em sua semântica. A partir dos

resultados encontrados, as autoras sugerem que os verbos de estado do português brasileiro são compostos por partes menores de significado que fazem com que se distribuam em seis classes: verbos existenciais, verbos recíprocos, verbos locativos, verbos de medida, verbos de posse e verbos de necessidade.

Figueiredo e Lourenço, no texto “Analisando a língua brasileira de sinais como uma língua sem-*tense*”, apresentam uma proposta de análise da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma língua sem-*tense*, caracterizada por propriedades morfossintáticas similares às encontradas em outras línguas sem-*tense*, como o chinês. Partindo do pressuposto de que a Libras é constituída de verbo sem morfologia de *tense* e opcionalidade da expressão temporal ou do advérbio de tempo; de tempo passado não marcado gramaticalmente no verbo; de futuro marcado por auxiliar; de presença de predicados de nominais nus; de ausência de sujeito expletivo; de ausência de distinção morfológica entre finito e não finito; de ausência de movimento motivado por caso; e de interpretação de referência temporal baseada em aspecto, os autores verificaram que a língua em estudo emprega outros mecanismos para expressar referência temporal, tal como o uso de linha do tempo e o uso de expressões temporais e advérbios de tempo.

Ely e Snichelotto, no texto “Tempo-aspecto-modalidade em construções hipotáticas adverbiais condicionais do português brasileiro à luz da linguística funcional centrada no uso”, apresentam uma análise do comportamento das categorias funcionais de tempo-aspecto-modalidade em construções hipotáticas adverbiais condicionais do português brasileiro escrito. As autoras analisaram tais categorias em dados de cartas e, após a análise dos resultados, sugeriram que a inerência da

tríade funcional ao enunciado condicional se organiza a partir da gradualidade: (+) temporalidade (–) modalidade ou (+) modalidade (–) temporalidade. Ely e Snichelotto verificaram que os contextos predominantes na amostra seriam os *irrealis*/ não factuais, os quais se ligariam mais facilmente à modalidade epistêmica e à temporalidade futura. Ou seja, os enunciados são voltados à incerteza e à dúvida do falante e à vontade e à possibilidade de realização da proposição.

Tortato, em “Dependência entre ser, tempo e narrativa em Ricoeur”, discorre sobre a estrutura narrativa inteligível de Ricoeur, demonstrando como ela depende da semântica da ação, da simbolização da ação e da temporalidade. A autora tece observações sobre a capacidade da ação de ser narrada para que tal temporalidade seja (humanamente) significativa, bem como uma necessidade dessa ação de ser narrada e uma necessidade da narrativa para que a temporalidade seja (humanamente) compreendida. A autora, passando pelo tríplice presente de Agostinho e pela fenomenologia hermenêutica de Heidegger, busca entender de que maneira se faz essa ordenação prática do tempo cotidianamente, levando-se em conta a relação de dependência entre ser, tempo e narrativa e as expressões que o fazem, e que se desdobram desde os tempos verbais até os advérbios de tempo.

Carvalho e Gonçalves, no texto “A categoria aspecto verbal e o ensino: o que os alunos revelam conhecer e/ou entender sobre essa categoria”, desenvolvem um importante estudo que aponta para uma lacuna no ensino básico. Para as autoras, é bastante comum o ensino das categorias modo e tempo veiculadas prioritariamente no verbo, mas pouco ou inexistente a reflexão sobre a noção aspectual. Carvalho e Gonçalves realizaram uma

pesquisa em que atividades de leitura foram aplicadas em alunos recém-inseridos no ambiente acadêmico, portanto recentemente formados no ensino básico. Por meio das análises das respostas dadas, verificaram que muitos alunos associaram os efeitos de sentido decorrentes dos usos verbais apenas à identificação dos tempos verbais (presente, passado e futuro), o que pouco revela sobre a funcionalidade dessa classe de palavras numa dimensão da língua em uso. As autoras constataram que, nas respostas, a despeito de alguns sujeitos terem identificado, nos textos apresentados, traços de aspectualidade promovidos pelas ações verbais, havia certas limitações e objeções nas repostas, revelando pouca compreensão da categoria estudada.

Na “Seção Livre”, temos dois artigos que tratam de temas que vão além do assunto proposto para o dossiê desta edição, quais sejam: “Traços categorizadores na derivação de pares nome-verbo em Libras”, de Santos, e “Exclamativas e interrogativas com ‘ques’ em português brasileiro dialetal”, de Pereira.

Santos, no texto “Traços categorizadores na derivação de pares nome-verbo em Libras”, investiga os sinais e as estruturas complexas da Língua Brasileira de Sinais (Libras). A autora assume a ausência de um componente lexical gerativo, presente em modelos lexicalistas que o antecedem e que, em línguas de sinais, as unidades lexicais seriam formadas a partir de alguns parâmetros, tais como: Configuração de mão (CM), Localização (L) e Movimento (M), além de Orientação da mão (OR) e Aspectos ou Expressões não manuais (ENMs). Para Santos, os pares nome-verbo apresentariam uma mesma forma superficial, diferenciados sintaticamente por um v ou por um n categorizador, com realização fonológica Ø ou com realização

específica em alguns membros dos pares. A proposta feita pela autora corroboraria a ideia de que as línguas são uniformes e as variações são restritas a propriedades facilmente identificáveis dos enunciados.

Pereira, no texto “Exclamativas e interrogativas com ‘ques’ em português brasileiro dialetal”, investiga as sentenças exclamativas, tais como “Ques paisagem bonita!”, e interrogativas, como, por exemplo, “Ques ferramenta você usou?”, em que se faz presente o “ques” (no lugar de “que”), em dialetos do português do Brasil. A autora investe seus esforços em compreender quais são as operações sintáticas responsáveis por derivar tais estruturas. Tanto nas interrogativas, quanto nas exclamativas, a força ilocucionária seria a responsável pelo movimento, e Pereira indica que, em muitas línguas, a distribuição dos traços de número plural é determinada pela posição dos cardinais na estrutura do DP, estende o raciocínio ao português brasileiro não padrão, explicando o plural nesse determinante.

Morato, Martins e Castro realizaram entrevistas com dois grandes pesquisadores do tema desta revista. São eles: Bernard Comrie (da Universidade da Califórnia, Santa Bárbara) e Robert Binnick (da Universidade de Toronto). Comrie é especialista em tipologia linguística e é conhecido por dois livros importantes nos estudos de tempo e aspecto: **Aspect** (1976) e **Tense** (1985). O trabalho sobre universais e tipologia de idiomas desencadeou os estudos profundos e importantes sobre aspecto e tempo e, provavelmente, é um dos mais amplamente citados nacional e internacionalmente. De forma interessante, Comrie finaliza sua entrevista indicando a leitura de um grande estudioso da área, Robert Binnick. O grande interesse deste último pesquisador



reside em línguas mongóis, além da semântica do aspecto e tempo verbais. Binnick é autor de **Tempo e o verbo**: um guia para tempo e aspecto (1991), que ainda é uma referência a estudos de aspecto até os dias de hoje, e de **The Oxford handbook of tense and aspect** (2012), além de inúmeros artigos sobre o tema.

O conjunto de artigos e entrevistas deste dossiê apresenta direções a serem seguidas, pois sinalizam que os fenômenos aqui estudados — tempo, aspecto, modo e modalidade — promovem conhecimentos de diversas naturezas e merecem, cada vez mais, investimento acadêmico-científico, além de divulgação entre os profissionais da linguagem.

## Referências

BERTINETTO, P. M. On a frequent misunderstanding in the temporal-aspectual domain: the perfective-telic confusion. *In*: CECCHETTO, C.; CHIERCHIA, G.; GAUSTI, M. T. **Semantic interfaces**: reference, anaphora and aspect. Stanford: CSLI, 2001. p. 177-210.

BINNICK, Robert I. **The Oxford handbook of tense and aspect**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BINNICK, Robert I. **Time and the verb**: a guide to tense and aspect. New York and Oxford: Oxford University Press, 1991.

CHOMSKY, Noam. **Aspects of theory of syntax**, Cambridge: MIT Press, 1965.

CHOMSKY, Noam. **Language and mind**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1972.

CHOMSKY, Noam. **The minimalist program**. Cambridge: MIT Press, 1995.

CINQUE, Guglielmo. Adverbs and functional heads: a cross-

linguistics perspective. New York: Oxford University Press, 1999.

COMRIE, Bernard. **Aspect**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

COMRIE, Bernard. **Tense**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

EMONDS, Joseph. **A transformation approach to syntax**. New York: Academic Press, 1976.

ILARI, Rodolfo. Sobre os advérbios aspectuais. *In*: ILARI, Rodolfo (org.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002. v. 2.

POLLOCK, Jean-Yves. Verb movement, universal grammar, and the structure of IP. **Linguistic Inquiry**, v. 20, n. 3, p. 365-425, 1989.

SMITH, C. S. **The parameter of aspect**. 2. ed. Dordrecht: Springer Science+Business, 1997. v. 43.

TRAVAGLIA, L. C. **Um estudo textual-discursivo do verbo no Português do Brasil**. 1991. 264 f. Tese (Doutorado em 1991) - IEL, Unicamp, Campinas, 1991.

VENDLER, Z. Verbs and times. **The philosophical review**, [s. l.], v. 66, n. 2, p. 143-160, 1957.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. **Gramática da língua portuguesa**. Almedina: Portugal, 2001.

# Tense, Aspect, Mood and Modality

Arabie Bezri Hermont\*  
Adriana Leitão Martins\*\*

The curiosity to better understand the notions of tense, aspect, mood and modality dates back a long time and it is not restricted to a field of study, approach or theoretical construct. Currently, it is possible to observe the proliferation of linguistic approaches that discuss, in light of different epistemologies and methodologies, the categories of Tense, Aspect, Mood and Modality (TAM), unveiling morphosyntactic as well as semantic-pragmatic phenomena.

In this edition, the dossier on such notions is anchored on several theoretical frameworks, that is, the studies here undertaken are carried out from the perspective of theories based on cognitive approaches to human language, manifesting phenomena of grammatical and discursive nature of Brazilian Portuguese or foreign language.

According to Travaglia (1991, p. 78), modality can be “[...] an indication of the speaker’s attitude towards what he says”.<sup>1</sup> According to the author, there are at least five kinds of modality. The imperative would be that in which the speaker “[...] considers what is said as a situation over whose accomplishment he has control or power”. The deontic modality would be linked to the duties and norms of conduct; the volitional modality would be related to will and desire; the alethic modality would be

---

\* PhD in Linguistics from Universidade Federal do Rio de Janeiro. Adjunct Professor in the Language Department – Graduate and Undergraduate Programs – at Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Head of the Research Group on Language and Cognition Studies (ElinC) (PUC Minas). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2551-6145>.

\*\* PhD in Linguistics from Universidade Federal do Rio de Janeiro. Associate Professor in the Department of Linguistics and Philology – Graduate and Undergraduate Programs – as well as in the Professional Master’s Program in Letras (PROFLETRAS) at Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0510-2586>.

1 Our translation.

associated to the fact that the speaker sees the accomplishment of the situation as something possible, viable or necessary; and the epistemic modality would be that which reveals the enunciator's belief in the truth of what is produced, at the exact moment of enunciation. The modality can reveal itself in verbs, but also in names, adjectives and adverbs, and it is, to some extent, intertwined with the notion of mood which we begin to approach.

Vilela and Koch (2001) stated:

“Mood”, as the main grammatical category of the verb, is one of the privileged instruments to express “modality”. “Modality” is a semantic-formal category in which, on the one hand, a hierarchy of morphological, syntactic, prosodic and lexical means intervene, and, on the other hand, the speaker's attitude towards the validity of the content fixed in the enunciation intervenes, which is presented as coincident or not coincident with reality. There are thus two basic modalities in the sentence: reality and unreality. [...]

From here, possible scales can be constructed: certainty and uncertainty, supposition, condition, need, demand, possibility or impossibility of a given happening.

This panel of modality possibilities are made objective by the verb moods and by other linguistic processes.

“Modality” can be defined as the grammaticalization of the speaker's subjective attitudes and their transposition to the content of the statement. There are two fundamental kinds of modality: the epistemic (connected to matters of opinion, belief or knowledge) and the deontic (related to obligation or permission). There are, as it is to be expected, some problems related to modality and its expression through clauses. Let us limit ourselves to verbal moods.

The indicative is the basic form of moods: it represents the content of the statement as a fact, denoting what really exists, the predictable and what is about to happen [...]

The semantic of **subjunctive** can be defined as opposed

to the one of the indicative: it is the mood of “not accomplished” or “not yet accomplished” (VILELA & KOCH, 2001, p. 175-177, emphasis added).<sup>2</sup>

It can be verified then, that the two notions can be closely related and, in many languages, they are studied in several ways. Next to modality and mood, there are two other categories which have been the subject of several studies: tense and aspect. The first one is a deictic category as it locates situations in time, and the second one is related to the internal time of the situation.

From the linguistic perspective, tense is the way in which the location of situations in time is expressed linguistically, being such expressions manifested by means of phenomena of grammatical nature in many languages. However, the grammatical categories which express time, as flexional morphemes or verbal particles, constitute a group that enables the expression of information regarding the temporality of the situation to be not as precise as the other forms of expression of those pieces of information. The grammatical categories that express time in languages tend to only code information such as anteriority, simultaneity and posteriority of a situation related to another one in a timeline (COMRIE, 1985).

Beyond grammatical categories, languages can take hold of other ways of linguistically expressing the location of a situation in time, some of them constituting ways of expressing more precise time information than the ones previously mentioned (anteriority, simultaneity and posteriority). A couple of these ways are: (i) through lexical items, that tend to be less numerous, as “now”, “yesterday” and “tomorrow”; and (ii) through lexically composed expressions that tend to be of an infinite number and,

---

<sup>2</sup> Our translation.

depending on culture, allow to be highly precise in the location of the situation in the timeline, as “10 thousandths of seconds after the beginning of the experiment”.

Intimately related to tense, there is, in languages, the aspect category. The notions of tense and aspect can be understood as strictly related because it is possible to frame a situation in a timeline from two perspectives: (i) establishing that situation in relation to another point in the timeline (situation prior, simultaneous or posterior to the point in time regarding the moment of speech); or (ii) revealing the internal time outline of the situation – for example, it can refer to a situation that is characterized by a closed point in the timeline, by points that are repeated on the line or by a trace that extends along the line. The former frame is related to tense and the latter, to aspect.

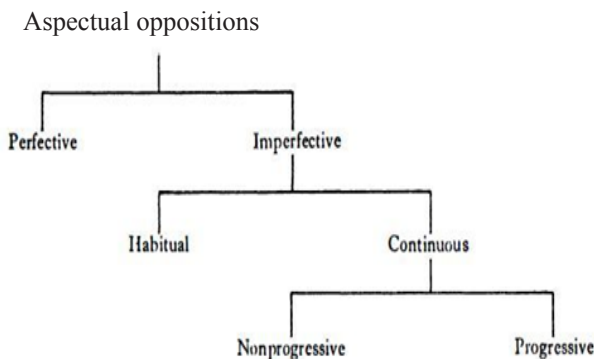
A large part of the texts presented in this dossier deals directly with aspect and therefore, a brief approach of the classic authors will be presented (although there are many others), namely Vendler (1957), Comrie (1976), Smith (1997) and Bertinetto (2001).

According to Vendler (1957), some verbs are characterized by a succession of phases and others are not; and some verbs would have a time definition and others would not. Based on that, Vendler proposes the following classification: stative verbs, activity verbs, accomplishments and achievements. The verbs of state would not have a succession of phases nor a demarcation of time. For the author, when someone has loved someone from a time (t1) to a time (t2), it means that, in some instant between (t1) and (t2), someone has loved that person. The verbs of activity would be characterized by having a succession of phases, but would not have an inherent time stamp. So, if

someone was running in a time  $t$ , it means that the instant of time  $t$  is in the extension of time in which that someone was running. The accomplishments would have both a succession of phases and a time ending. For example, if someone was drawing a circle at  $t$ , it means that it was in the time range in which that someone was drawing that circle. As a last category, Vendler presents the accomplishments, which would not have a succession of phases, but would have an ending. Therefore, if someone, for example, won a race between  $t_1$  and  $t_2$ , it means that the instant of time that someone won that race is between  $t_1$  and  $t_2$ .

Comrie (1976), the author of a classic book on aspect studies, and who granted an interview to this edition, presents the following classification of aspectual oppositions:

### Image 1: Classification of aspectual oppositions



Source: Comrie (1976, p. 25)

From this perspective, perfectivity (COMRIE, 1976, p. 17) would be the view of a situation as a single whole, without distinction of the various separate phases that compose that

situation, while the imperfective pays attention to the internal structure of the situation. An example brought by the author (COMRIE, 1976, p. 3), translated into Portuguese: “*Ele leu*” and “*Ele estava lendo*”. The difference between the sentences is not due to the tense category, since both are in the past. The difference lies in the aspectual notion, the first sentence being marked by the perfective aspect and the second by the imperfective aspect.

In certain languages, there is a single category to characterize imperfectivity, but there are others where this notion can be subdivided into a variety of distinct categories. The author points out the habitual and continuous aspects. Situations marked by habituality would be characterized by the repetition of a given situation over an extensive period of time, so extensive that such a situation cannot be referred to as an incidental property of the moment, but precisely as a characteristic trait of the whole period. The continuous aspect is defined, according to Comrie (1976, p. 26), as the imperfective in which there is no habituality. The continuous aspect, for the author, can be subdivided into progressive and non-progressive.

Smith (1997) bases his proposal on Vendler and suggests that the aspectual notions are linked with two lines: (i) the type of situation, which classifies the event or state presented in the sentence according to its time properties and (ii) the point of view, which adds a time perspective to the sentence, giving a partial or total view of the situation being treated. Regarding the type of situation, the author refers to the main verb, its arguments and adjuncts and points out that the structures formed by the verbs would be characterized by the features: [+/-] dynamism, [+/-] durativity and [+/-] telicity. Regarding point of view, the author says that aspect would be revealed in grammatical



morphemes and auxiliary verbs. In the second line, there would be the perfective and imperfective aspects.

Bertinetto (2001) proposes a similar frame to Smith's, but instead of a trace of telicity, the author uses the notion of homogeneity, previously presented by Vendler (1957). So, an event like "running" is homogeneous, since a part of "running" is "running". On the other hand, "painting a picture" is not homogeneous, since a part of "painting a picture" is not "painting a picture". The stative verbs would be characterized by the following features: [+durative], [-dynamic] and [+homogenic]. The activity verbs would be marked by positivity in all features: [+durative], [+dynamic] and [+homogenic]. The accomplishment verbs would be characterized as follows: [+durative], [-dynamic] and [-homogenic]. Finally, the achievements would be marked by [-durative], [-dynamic] and [+homogenic].

As previously mentioned, the characterization of tense and aspect can be given to verbs, but also by other constituents, for example, by adverbs. This is what Ilari (2002) calls attention to, pointing out that the use of the adverbs of time can indicate or reinforce time notions of anteriority, simultaneity and posteriority, such as the adverbs "yesterday", "today", "tomorrow", respectively; in addition to denoting aspectual notions, such as adverbial phrases like "sometimes", "once in a while", "without stopping", etc. (ILARI, 2002, p. 141).

As previously pointed out, there are several theoretical frameworks that have been dealing with the notions of tense, aspect, mood and modality. Many demonstrations of constituents expressing such notions can happen through different functions connected to different argumentative intentionalities and, in this perspective, different theoretical frameworks, with their

respective methodologies, dedicate their efforts to understand such categories.

The generative theory, for example, which is largely dedicated to understanding the mental representation of grammar, has long studied several functional categories, among them that of tense, mood and aspect. In its early days, Chomsky's (1965, 1972) generative theory considered that the structure of a simple sentence would consist of an NP and a VP, connected to a knot, called a S(entence), obtaining a formalization like the following:  $S \rightarrow NP VP$ . But in order to accommodate data where there was the presence of an auxiliary, the following was proposed:  $S \rightarrow NP Aux VP$ , in which Aux would protect the information of time and agreement. In Edmonds (1976), a binary marking is indicated for the node destined for verbal flexion, thus a finite sentence would have INFL [+T, +AGR] and the one in the infinitive would have INFL [-T, -AGR]. The syntagmatic rule becomes  $S \rightarrow NP INFL VP$  and would be considered valid for all kinds of sentences.

In 1989, Pollock proposed a major change in the conception of the syntactic tree and IP, which was also adopted in Chomsky (1995, chapter 2). Pollock carried out a study to compare the movement of verbs in finite and non-finite forms in English and French, leading him to adopt more than one position that serves as a landing place for verbs: before and after adverbs, quantifiers and negation particles. Thus, in the syntactic tree, on that occasion, two positions are given for notions of flexion: one for tense and one for agreement. Since 1995, there is a signaling that agreement should no longer be the nucleus of a projection. However, studies with other categories have proliferated and a very interesting work, like that of Cinque (1999), which studies the position of adverbs and their relation with functional

projections, modality, mood, time and aspect, demonstrates that researches such as the notions proposed in this dossier are still very much needed.

After this brief theoretical explanation, we will present the articles published in this issue of **Scripta**, which are the result of the discussion of research results on a very instigating theme that, even if it has been studied for a long time, recently it has deserved expressive research in numerical terms by major scientific research centers in Brazil and abroad.

Codinhoto and Rech, in the text “*Considerações sobre o modal teológico*”, present the syntactic and semantic properties of the teleological modal auxiliar, addressing aspects related to the construction in which such constituent appears. Furthermore, the authors demonstrate the differences between their object of study and other root modals, revealing how a construction with the teleological modal relates information that corresponds to medium and goal. Codinhoto and Rech also address factors such as modal orientation and its cooccurrence with a negation item, adding important analysis to the field of modal studies.

Penz and Ibaños, in “*TARDIS & TAME: an essay on natural language meaning and metaphysics*”, using a methodology that considers the lexical/metaphysical dualism for Formal Semantics and its correlation with time and space, approach the theoretical relationship between the instances of time and space from natural language as the vector of their manifestation. The starting ontological design, according to the authors, is composed of the categories of TAME (tense, aspect, mood and evidentiality/eventology) instantiated by linguistic phenomena that illustrate the properties of displacement, anchorage and aboutness. Penz and Ibaños approach the lexical nature of the entries in Brazilian

Portuguese and their metaphysical counterpart in meaning, reflecting on the proper balance of the formal device of the semantic component in relation to TAME, correlating them to the broader principles of human language, which the authors call TARDIS, focusing mainly on modality.

Fatima-Zahra El Fenne, on the text “English Paradigm structure in French verbal inflection”, has the main objective of demonstrating how certain morphosyntactic properties can be analyzed as a global affix, which operates within the same space, without a fixed order. To this end, the author studies the verbal flexional morphology in French, which, in Fenne’s words, is marked by five grammatical categories: tense, aspect, mood, person and number. From the perspective of Construction Morphology, the author brings excellent reflections on the subject, going through phonological and morphosyntactic analysis.

Lessa and Cabral, in the text “*A competição entre Simple Past e Present Perfect no inglês estadunidense: um estudo de caso sobre perfect de resultado*”, verify that, in American English, the use of Simple Past to represent situations of result and recent indefinite past has proved to be more natural than the use of Present Perfect, resulting in a competition between the two structures, especially in the directions of the perfect that would be classified as result perfect or resultant. After the application of elicitation tests, the authors verified that Simple Past assumes the default form, even when the context indicates continuation and relevance of the result in the present. The use of Present Perfect is favored in situations whose resulting state is a condition for a previous demand for action of the interlocutor, specifically when there is no other causality linguistic mark.

Bertucci, in the text “*A aspectualidade de ‘ficar’ na perífrase com gerúndio*”, promotes a reflection of the aspectual interpretation of the verb *ficar* when followed by gerund or participle in Brazilian Portuguese. The author proposes that *ficar* is an aspectualizer, contributing with the formation of a predicate with stative characteristics and defends that it is valid the notion of permanence attributed to it for the analyzed constructions. The author also assumes that differences between the complementation with gerund or participle are compositional. With this assumption, Bertucci corroborates the interesting studies that have been developed on the aspectuality of auxiliaries and peripheral structures.

In the same perspective, Xavier and Oliveira, in the text “*Marcação de aspecto gramatical nos verbos de ligação: uma análise morfológica*”, propose a morphological analysis of the linking verbs to verify the aspectual marking in this verbal typology. The text takes as samples the verbs *ser*, *estar*, *continuar*, *virar*, *andar*, *ficar*, *parecer*, *permanecer*, *viver*, *tornar-se* and *encontrar-se*. By studying the aspectual traits contained in the linking verbs, the authors have verified whether they carry semantic traits or should be associated with only one functional category. Xavier and Oliveira assume that the linking verbs indicate aspect, so they cannot be considered semantically empty or just a functional category.

Araújo and Sebold, in the text “*Avolição na leitura aspectual de sentenças com a perífrase ‘estar+gerúndio’ no português brasileiro*”, investigated whether the aspectual readings of the “*estar+gerúndio*” periphrasis generate volitive readings in the context of [±animated] subjects in Brazilian Portuguese. Assuming that there is no specific volitional reading for this

periphrasis, the authors arrive at results suggesting that, even in contexts with [-animate] subjects, the majority of speakers associate the sentences with interpretations that indicate ability and, consequently, volition. This is one contribution more of this dossier to the understanding of aspect in verbal periphrases.

Soares and Ferrari, in the text “*Imediaticidade Pragmática e Uso do Presente do Indicativo em Manchetes e Subtítulos Jornalísticos*”, aimed at understanding the conceptual motivations for each type of use and verifying the discursive-pragmatic strategies observed in these initial resources of access to the news. The investigation starts with the notion of epistemic immediacy, extending it to the notion of pragmatic immediacy and, in this way, relating the study to the notions of the act of sharing news. Soares and Ferrari verified that there is a high frequency of use of the Present of the Indicative in headlines, which would be associated to the conceptualization of a past event as a new fact, indicating a pragmatic immediacy.

Coelho and Tenuta, in the text “*As construções [VIANDAR/ IR/ SAIR/ VIR/ VIVER + V2gerúndio] e a expressão do aspecto: restrições sintático-semânticas e motivações cognitivas do seu processo de gramaticalização*”, seek to understand the process of auxiliaryization of the verbs listed in the title of the text and that present a notion of movement. Based on the hypothesis of imagery schemes present in the conceptualization of such verbs accompanied by a nominal form of gerund in the V2 position, the authors aim at a diachronic analysis of such aspectual constructions and seek to describe the cognitive motivations involved in their process of grammaticalization, in addition to identifying possible syntactic-semantic restrictions arising from them. The results of the diachronic study indicated that the forms

“andar”, “ir”, “vir” and “viver” already functioned as aspectual auxiliaries when combined with a nominal gerund form since the 13th century and that the source-path-goal scheme is an essential factor for the verb of movement to be re-analysed as an auxiliary form in a construction in which V2 is a gerund form.

Oliveira and Amaral, in the text “*Os verbos de estado no português brasileiro: propriedades semânticas e classificação*”, studied the stative verbs in order to show that they are compositional and decomposable items and have no uniform behavior. The authors analyzed 36 stative verbs in Brazilian Portuguese (BP) and found that the link between compositionality and behavioral variety occurs when verbs with the same semantic components have similar syntactic behaviors, while they behave differently with respect to verbs that have different sense components in their semantics. From the results found, the authors suggest that the BP stative verbs are composed of smaller parts of meaning that cause them to be distributed in six classes: existential verbs, reciprocal verbs, locative verbs, measure verbs, possession verbs and need verbs.

Figueiredo and Lourenço, in the text “*Analisando a língua brasileira de sinais como uma língua sem-tense*”, present a proposal for analyzing the Brazilian Sign Language (Libras) as a non-tense language, characterized by morphosyntactic properties similar to those found in other non-tense languages, such as Chinese. Based on the assumption that Libras is constituted by a verb without morphology of tense nor optionality of the temporal expression nor the adverb of time; by the past time not marked grammatically in the verb; by the future marked by auxiliary; by the presence of predicates of bare nouns; by the absence of expletive subject; by the absence of morphological distinction

between finite and nonfinite; by the absence of movement motivated by case, and by the interpretation of time reference based on aspect, the authors verified that the language under study employs other mechanisms to express time reference, such as the use of timeline and the use of time expressions and time adverbs.

Ely and Snichelotto, in the text “*Tempo-aspecto-modalidade em construções hipotáticas adverbiais condicionais do português brasileiro à luz da linguística funcional centrada no uso*”, present an analysis of the behavior of the functional categories of tense-aspect-modality in conditional adverbial hypothetical constructions of written Brazilian Portuguese. The authors analyzed these categories on data obtained from letters and the results suggested that the inherence of the functional triad to the conditional enunciation is organized from gradualness: (+) temporality (-) modality or (+) modality (-) temporality. Ely and Snichelotto verified that the predominant contexts in the sample would be the unrealistic/non-factual ones, which would link more easily to the epistemic modality and the future temporality. In other words, the statements are focused on the uncertainty and doubt of the speaker and on the willingness and possibility of realization of the proposition.

Tortato, in “*Dependência entre ser, tempo e narrativa em Ricoeur*”, discusses Ricoeur’s intelligible narrative structure, demonstrating how it depends on the semantics of the action, the symbolization of action and temporality. The author notes the capacity of an action to be narrated so that such temporality is (humanly) meaningful, as well as a need for this action to be narrated and a need for narrative, so that temporality is (humanly) understood. The author, going through Augustine’s threefold



present and Heidegger's hermeneutic phenomenology, seeks to understand how this practical ordering of time is done on a daily basis, considering the relationship of dependence between being, time and narrative and the expressions that realize it and that unfold from verbal tenses to the adverbs of time.

Carvalho and Gonçalves, in the text "*A categoria aspecto verbal e o ensino: o que os alunos revelam conhecer e/ou entender sobre essa categoria*", develop an important study that points to a gap in basic education. For the authors, it is quite common to teach the categories mood and tense conveyed primarily in the verb, but little or no reflection on the aspectual notion. Carvalho and Gonçalves carried out a research in which reading activities were applied to students newly admitted to the academic environment, having just finished basic education. Through the analysis of the answers given, they found that many students associated the effects of meaning derived from verbal uses only with the identification of verbal tenses (present, past and future), which reveals little about the functionality of this class of words in a dimension of the language in use. The authors found that, in the answers, despite some subjects having identified features of aspectuality promoted by verbal actions, there were certain limitations and objections in the answers, revealing little understanding of the studied category.

In the Free Section, there are two articles that deal with topics that go beyond the proposed theme for this issue: "*Traços categorizadores na derivação de pares nome-verbo em LIBRAS*", by Santos, and "*Exclamativas e interrogativas com 'ques' em português brasileiro dialetal*", by Pereira.

Santos, in the text "*Traços categorizadores na derivação de pares nome-verbo em LIBRAS*", investigates the signs and

complex structures of the Brazilian Sign Language (Libras). The author takes into account the lack of a generative lexical component present in lexical models that precede it, and notes that, in sign languages, the lexical units would be formed from some parameters, such as: Hand Configuration (HC), Location (L) and Movement (M), besides Hand Orientation (HO) and Aspects or Non-manual Expressions (NMEs). For Santos, the name-verb pairs would present the same superficial form, syntactically differentiated by a **v** or by a **n** categorizer, with phonological realization  $\emptyset$  or with specific realization in some members of the pairs. The proposal made by the author would corroborate the idea that languages are uniform and variations are restricted to easily identifiable properties of enunciations.

Pereira, in the text “*Exclamativas e interrogativas com ‘ques’ em português brasileiro dialetal*”, investigates the exclamatory sentences, such as “*Ques paisagem bonita!*”, and interrogatives, such as “*Ques ferramenta você usou?*”, in which the “ques” (instead of “que”) are present in Brazilian Portuguese (BP) dialects. The author invests her efforts in understanding which syntactic operations are responsible for deriving such structures. Both in interrogatives and exclamations, the illocutionary force would be responsible for the move and Pereira indicates that, in many languages, the distribution of features of plural is determined by the position of the cardinals in the structure of DP. She then extends the reasoning to non-standard BP, explaining the plural form in this determinant.

Morato, Martins and Castro conducted interviews with two major researchers on the subject of this journal. They are Bernard Comrie (University of California, Santa Barbara) and Robert Binnick (University of Toronto). Comrie is a specialist in

linguistic typology and is known for two important books on tense and aspect studies: *Aspect* (1976) and *Tense* (1985). The work on universals and language typology is what has triggered the deep and important studies on aspect and tense, which are probably some of the most widely cited nationally and internationally. Interestingly, Comrie concludes his interview by indicating the reading of a great scholar in the field, Robert Binnick. This last researcher's great interest resides in Mongolian languages, besides the semantics of aspect and verbal tense. Binnick is the author of **Time and the verb: a guide to tense and aspect** (1991), which continues to be a reference work to aspect studies, and of **The Oxford handbook of tense and aspect** (2012), besides several articles on the subject.

The set of articles and interviews in this dossier presents directions to be followed, because they signal that the phenomena here studied – tense, aspect, mood and modality – promote knowledge of various natures and deserve, increasingly, academic-scientific investment, in addition to dissemination among language professionals.

## References

BERTINETTO, P. M. On a frequent misunderstanding in the temporal-aspectual domain: the perfective-telic confusion. In: CECCHETTO, C.; CHIERCHIA, G.; GAUSTI, M. T. **Semantic interfaces: reference, anaphora and aspect**. Stanford: CSLI, 2001. p. 177-210.

BINNICK, Robert I. **The Oxford handbook of tense and aspect**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BINNICK, Robert I. **Time and the verb: a guide to tense and aspect**. New York and Oxford: Oxford University Press, 1991.

CHOMSKY, Noam. **Aspects of theory of syntax**, Cambridge: MIT Press, 1965.

CHOMSKY, Noam. **Language and mind**. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1972.

CHOMSKY, Noam. **The minimalist program**. Cambridge: MIT Press, 1995.

CINQUE, Guglielmo. **Adverbs and functional heads: a cross-linguistics perspective**. New York: Oxford University Press, 1999.

COMRIE, Bernard. **Aspect**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

COMRIE, Bernard. **Tense**. Cambridge University Press, 1985.

EMONDS, Joseph. **A transformation approach to syntax**. New York: Academic Press, 1976.

ILARI, Rodolfo. Sobre os advérbios aspectuais. In: ILARI, Rodolfo (org.). **Gramática do**

**português culto falado no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002. v. 2.

POLLOCK, Jean-Yves. Verb movement, universal grammar, and the structure of IP. **Linguistic Inquiry**, v. 20, n. 3, p. 365-425, 1989.

SMITH, C. S. **The Parameter of Aspect**. 2. ed. Dordrecht: Springer Science+Business, 1997. v. 43.

TRAVAGLIA, L. C. **Um estudo textual-discursivo do verbo no Português do Brasil**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas/ Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1991.

VENDLER, Z. Verbs and Times. **The Philosophical Review**, v. 66, n. 2, p. 143-160, 1957.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. **Gramática da Língua portuguesa**. Almedina, Portugal, 2001.

# **Dossiê temático**

# Considerações sobre o modal teleológico

Nathália Gravonski Codinhoto\*

Núbia Ferreira Rech\*\*

## Resumo

Este artigo apresenta propriedades sintáticas e semânticas do auxiliar modal teleológico. Tendo por base autores como Sæbo (2001; 2017), Von Stechow e Iatridou (2005) e Copley (2010), abordamos aspectos relativos à construção em que esse modal figura, mostrando suas diferenças em relação a outros modais de raiz — interpretados em posição baixa na estrutura. Mostramos como um modal teleológico relaciona proposições que descrevem “meio” e “meta”. Essa relação revela que o modal teleológico corresponde a um operador que seleciona dois argumentos: um correspondente à sentença matriz, que descreve o “meio”; e outro, à sentença encaixada, que descreve a “meta”. Abordamos também fatores como orientação modal e coocorrência com um item de polaridade negativa. Constatamos que o modal teleológico é interpretado em posição baixa na estrutura, uma vez que é orientado para um dos participantes do evento VP (Sintagma Verbal). Quanto à negação, verificamos que esta inverte a força do item modal teleológico — de necessidade para possibilidade, rompendo, assim, a biunivocidade da relação entre meio e meta.

Palavras-chave: Modalidade teleológica. *Anankastic conditional*. Relação meio e meta. Orientação modal. Negação.

---

\* Universidade Federal de Santa Catarina. Graduanda em Letras (UFSC). Bolsista CNPq. ORCID: 0000-0001-9716-7381.

\* Universidade Federal de Santa Catarina. Doutora em Linguística (UFSC). Professora do Departamento de Língua e Literatura Vernáculas e da Pós-Graduação em Linguística da UFSC. ORCID: 0000-0002-9278-2702.

# Some considerations on the teleological modal

## Abstract

This paper presents syntactic and semantic properties of the teleological modal. Based on authors Sæbo (2001; 2017), Von Stechow (2005) and Copley (2010), we approach some aspects related to the construction in which this modal appears. We show its differences in relation to the other root modals — interpreted in a low position in the structure. We show how a teleological modal relates propositions that describes ways and goals. This relationship reveals that the teleological modal corresponds to an operator that selects two arguments: one corresponding to the matrix sentence, which describes the way; and another one, to the embedded sentence, which describes the goal. We also address factors such as modal orientation and co-occurrence with a negative polarity item. We find that the teleological modal is interpreted in a low position in the structure, since it is oriented to the participants of the VP (Verbal Phrase) event. As for negation, we find that it reverses the strength of the teleological modal item — from necessity to possibility, thus breaking the biunivocity of the relationship between ways and goals.

Keywords: Teleological modal. Anankastic conditional. Relationship between way and goal. Modal orientation. Negation.

Recebido em: 31/03/2020

Aceito em: 14/07/2020



## Introdução

Este artigo visa a contribuir com a descrição dos verbos auxiliares modais no português brasileiro (PB). Nosso enfoque aqui é o auxiliar modal com interpretação teleológica. Com base em Sæbo (2001; 2017), Von Fintel e Iatridou (2005) e Copley (2010), discutimos aspectos relativos à construção modal teleológica, que, segundo esses autores, está atrelada à construção gramatical *anankastic conditional*.<sup>1</sup>

Neste estudo, ainda preliminar, sobre a construção teleológica, nosso objetivo foi apresentar o comportamento de um auxiliar modal com essa interpretação quanto à relação entre meio e meta, que caracteriza esse tipo de construção; quanto à orientação modal, atentando para os participantes envolvidos na construção; e quanto à ocorrência com um elemento de negação, mostrando que este tem escopo sobre o item modal.

Esta pesquisa está ancorada nas propostas de Cinque (1999) e Hacquard (2006; 2010), para quem os auxiliares modais correspondem a itens funcionais que ocupam diferentes posições na estrutura da sentença: modais altos são interpretados acima das categorias de tempo e de aspecto, como o epistêmico; e modais de raiz, dentre os quais está o teleológico, são interpretados abaixo dessas categorias. Uma das principais evidências apresentadas por Cinque (1999) para o ordenamento dos núcleos funcionais modais na hierarquia foi a (im)possibilidade de carregarem marca de tempo. Na esteira da proposta de Cinque, Hacquard (2006) estabelece duas posições (alta e baixa) para a interpretação de um item modal na estrutura, postulando uma variável de evento nessas posições, às quais o item modal poderia ser relativizado.

---

<sup>1</sup> Aspectos relativos à estrutura correspondente a essa construção são apresentados na seção 2.

Assim, fatores como orientação do modal a um determinado participante — pertencente ao evento VP (baixo) ou ao evento de fala (alto) — e a relação do modal com um item de negação auxiliam na compreensão de aspectos sintáticos atuantes na interpretação de um modal.

O artigo está organizado de forma a, na seção 2, apresentar uma discussão, com base na literatura, de aspectos relativos à definição de um item modal teleológico. Na seção 3, são abordadas algumas importantes propriedades características da construção teleológica: quanto à relação entre “meio” e “meta” (subseção 3.1); quanto à orientação modal (subseção 3.2); e quanto à ocorrência com a negação (subseção 3.3). Por fim, na seção de considerações finais, apontamos as principais contribuições desta pesquisa.

## 2 Modal teleológico e a estrutura *anankastic conditional*

De acordo com Von Fintel e Iatridou (2005), um modal teleológico especifica o que tem que ser feito para se atingir um objetivo já estabelecido. Os autores baseiam essa definição em uma construção que denominaram *anankastic conditional*, fenômeno identificado anteriormente por Sæbo (2001).<sup>2</sup> Essa construção gramatical engloba três elementos em sua composição: uma *if-clause* condicional acompanhada do verbo *want* (querer); uma sentença modal com o verbo auxiliar *have to* (ter que), que adquire interpretação teleológica; e a expressão de

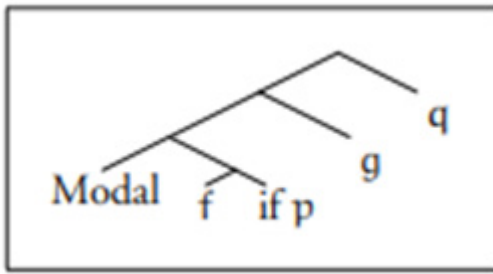
---

2 Para Sæbo (2001, p. 429), uma sentença na forma “if ... want to  $\phi$ , must  $\psi$ ” expressa que  $\phi$  é uma condição necessária para  $\psi$ . O autor afirma em relação ao par de sentenças a seguir: (i) a. You want to go to Harlem. b. You take the A train, que (i) não expressa a relação entre  $\phi$  (a proposição interna) e  $\psi$ , mas a relação entre a proposição “... want to  $\phi$ ” (a proposição externa) e  $\psi$ .

um “objetivo ‘hipotético’ expresso na *if-clause* para substituir ou prevalecer sobre quaisquer objetivos conflitantes que você tenha”. (VON FINTEL; IATRIDOU, 2005, p. 5).

Os autores observam, ainda, que um modal com interpretação teleológica de necessidade seleciona uma base modal circunstancial e uma fonte de ordenação baseada em objetivos.<sup>3</sup> Para ilustrar a seleção desse item modal, Von Fintel e Iatridou (2005, p. 4) apresentam a estrutura em (1):

(1)



em que *f* corresponde à base modal; e *g*, à fonte de ordenação. Para Von Fintel e Iatridou (2005), o *insight* básico da discussão que aparece em Sæbo (2001) é que o antecedente da construção *anankastic conditional* serve para mudar a fonte de ordenação do modal teleológico (VON FINTEL; IATRIDOU, 2005, p. 6). O exemplo em (2), transcrito dos autores (VON FINTEL; IATRIDOU, 2005, p. 8), exemplifica esse tipo de construção:

- (2) [NEC if you want go to Harlem] [have-to (you take the A train)]  
 [NEC se você quiser ir para Harlem] [tem que (você pegar o trem A)]  
 “Se você quiser ir para Harlem, você tem que pegar o trem A.”

<sup>3</sup> “In the relevant reading, the lower modal has the practical necessity/teleological interpretation, that is, its modal base will be circumstantial, its ordering source will be goal-based.” (VON FINTEL; IATRIDOU, 2005, p. 8).

Note que a construção em (2) envolve uma sentença condicional, que faz parte de uma sentença encaixada, que expressa o objetivo (ir para Harlem), e uma sentença modal, que, segundo os autores, apresenta uma parte essencial do meio para se atingir o objetivo (VON FINTEL; IATRIDOU, 2005, p. 19). Sæbo (2017, p. 5-6) observa que, em uma construção *anankastic conditional*, a sentença do tipo *if-clause*, que manifesta intenção ou obrigação, pode ser também do tipo *to-clause*: “[to go to Harlem] [have-to (you take the A train)]/[para ir a Harlem] [tem que (você pegar o trem A)]”.

Também com base na estrutura *anankastic condicional*, Von Fintel e Iatridou (2005) propõem que a oração infinitiva, que expressa o objetivo, é uma realização sintática de um argumento do auxiliar modal teleológico.<sup>4</sup> Para derivar a interpretação do modal teleológico, os autores apresentam a seguinte fórmula: “para *p*, deve *q*”, na qual “*p*” é a sentença encaixada que seleciona um argumento sintático InfP (*to-clause*), e “*q*” é uma parte essencial de um meio para se atingir *p*, recriando-se, assim, a construção gramatical denominada *anankastic condicional* (VON FINTEL; IATRIDOU, 2005, p. 15). Essa proposta é adotada também por Copley (2010).

### 3 Propriedades de uma construção modal teleológica

Nesta seção, enfocamos algumas propriedades do modal teleológico. Inicialmente, mostramos, na subseção 3.1, como se estabelece a relação entre o meio e a meta em uma construção modal teleológica. Na sequência, subseção 3.2, abordamos o

---

<sup>4</sup> “[...] this analysis would treat the to-infinitive as an argument of the teleological modal.” (VON FINTEL; IATRIDOU, 2005, p. 15).

fator orientação modal, mostrando a relação entre o participante sobre o qual recai a ideia modal e o evento ao qual o item modal está relativizado. Por fim, na subseção 3.3, tratamos da relação entre o modal teleológico e a negação.

### **3.1 Sobre a relação entre o meio e a meta**

Von Fintel e Iatridou (2005, p. 19) associam as noções de meio e meta à construção modal teleológica ao postularem que essa construção relaciona uma proposição (q) que corresponde a um meio essencial para se alcançar uma meta (p). Essa relação foi formalizada pelos autores conforme (3):

- (3) para p, deve q é verdade em w relativo à base modal  $f(w)$  se e somente se todos os mundos em  $f(w)$  onde p é atingido são mundos q.<sup>5</sup>

A literatura sobre modal teleológico descreve a relação entre meio e meta com exemplos em que um ou mais de um meio é associado a uma única meta. É importante notar, contudo, que esse modal figura também em construções em que um único meio é associado a diferentes metas, que podem ou não ser interdependentes, como mostraremos ao longo desta subseção.

O exemplo (4), a seguir, ilustra os casos contemplados na literatura, em que um meio, como em (4a), ou mais de um meio, como em (4b), está associado a uma única meta:

---

<sup>5</sup> “to p, must q is true in w relative to modal base  $f(w)$  if all the worlds in  $f(w)$  where p is achieved are q-worlds.” (VON FINTEL; IATRIDOU, 2005, p. 15).

- (4) a. Para ser aprovado na disciplina, você tem que ter 70% de frequência.  
b. Para ser aprovado na disciplina, você tem que ter 70% de frequência, tem que acertar 70% da prova e tem que entregar o trabalho final.

Em ambas as sentenças, a meta a ser atingida é “a aprovação na disciplina”. A diferença entre as sentenças está na quantidade de eventos atrelados a essa meta: em (4a), o meio é expresso por um único evento (ter 70% de frequência), enquanto, em (4b), por três eventos distintos (ter 70% de frequência, acertar 70% da prova e entregar o trabalho final). Logo, o modal teleológico é empregado em contextos nos quais um participante (sujeito da sentença matriz) precisa realizar um evento ou uma sequência de eventos com um determinado objetivo — o qual é descrito na sentença encaixada. Cabe ressaltar que, nessa situação, se tem um único objetivo não desmembrável em partes; como consequência, o meio (4a) ou os meios (4b) levam a se atingir a totalidade da meta, não possibilitando que se atinja apenas parte dela.

O auxiliar modal teleológico figura também em construções em que a meta descrita pode ser atingida de forma parcial ou total, diferentemente do exemplo (4). É importante notar que, nesses casos, há uma correlação entre cada uma das partes de forma que a realização de uma depende de a outra ter sido atingida. O exemplo (5), transcrito de Franke (2006, p. 20), ilustra esse caso:

- (5) In order to fly comfortably, you have to fly with B.

“Para voar confortavelmente, você tem que voar com B.”

O cenário descrito pelo autor é o de um cliente em uma agência de viagens com a intenção de voar para Xangai. Nesse contexto, há duas linhas aéreas disponíveis que voam para Xangai (A e B) e uma terceira que vai para Tóquio (a linha C); o autor observa que, dessas três linhas aéreas, apenas B e C são confortáveis para viajar. Nesse contexto, o enunciado (5) garantiria que a totalidade da meta (voar confortavelmente) fosse atingida. Contudo, se o cliente voasse com a linha A, ele chegaria a Xangai, mas não confortavelmente; logo, apenas parte da meta seria atingida. Supomos uma outra situação em que esse mesmo cliente voasse com a linha aérea C, que é confortável, mas não vai para Xangai. Nesse caso, a meta não seria atingida nem parcialmente, uma vez que “voar confortavelmente” é um objetivo incluso em outro mais amplo, que é “voar para Xangai”. O autor formaliza essa relação, mostrando a interseção entre os dois objetivos (ir para Xangai e viajar com conforto):  $Nec (p \wedge r, q)$ , em que  $p$  corresponde a “ir para Xangai”;  $r$  corresponde a “viajar com conforto”; e  $q$  corresponde a “usar a linha aérea B”. Observe-se que o meio ( $q$ ) permite que se atinja a totalidade da meta ( $p \wedge r$ ). A escolha pela linha A garantiria que se atingisse a meta apenas parcialmente, ou seja:  $p$ .

Mostramos, a partir do exemplo (6), que o modal teleológico pode ser empregado, ainda, em construções que associam um único meio a metas não interdependentes:

- (6) Para treinar, tomar banho, ir ao mercado e chegar em casa antes do meio-dia, você tem que acordar às 5 horas.

A meta descrita em (6) parece ser a realização de todos os eventos (treinar, tomar banho, ir ao mercado e chegar em casa

antes do meio-dia), e o evento “acordar às 5 horas” corresponde ao meio para se atingir a totalidade da meta. Se o sujeito estiver disposto a minimizar o esforço e acordar às 8 horas, em vez de acordar às 5 horas, a meta será comprometida, sendo possível a realização de apenas dois ou, no máximo, três dos quatro eventos descritos. Cabe observar que não há, nesse caso, um ordenamento rígido entre as etapas da meta, como ocorre em (5), em que “voar confortavelmente” só integra a meta se integrar o evento “viajar para Xangai”.

O modal teleológico pode também figurar em construções nas quais se descreve um único meio para se atingir metas que estabelecem algum tipo de relação entre si. O exemplo (7), a seguir, ilustra esse caso:

- (7) Para ser campeão da Série B e subir para a Série A, o Grêmio tem que fazer 5 gols.

Em (7), o evento “o Grêmio fazer 5 gols” é descrito como o meio para se atingir as duas metas descritas nas sentenças encaixadas (ser campeão da Série B e subir para a Série A). É possível imaginar uma situação em que o evento “o Grêmio fazer 5 gols” não se realize e, mesmo assim, uma das metas seja atingida. Por exemplo, o Grêmio faz 3 gols, e esse resultado é suficiente para que o time seja campeão da Série B, mas não necessariamente para subir para a Série A. O evento “o Grêmio fazer 5 gols” descreve o meio para que o time atinja não uma única meta, mas as duas metas concomitantemente.

Constatamos, ainda, que a meta pode ser expressa não apenas por uma sentença encaixada, mas também sob a forma de um constituinte, conforme mostra o exemplo (8):



- (8) Os passageiros com destino à cidade de Porto Alegre devem/têm que pegar o voo 703.

Em (8), ocorre o emprego de um auxiliar modal teleológico em uma sentença simples. Nesse caso, o item lexical “destino”, que integra o constituinte correspondente ao sujeito da sentença, carrega em si mesmo a ideia de meta/objetivo quando atrelado a eventos de deslocamento, como é o caso em (8). Note que uma paráfrase para a sentença (8), sem o emprego desse item lexical, requer o uso de uma sentença complexa introduzida pela preposição “para”, como em (9):

- (9) Para ir à cidade de Porto Alegre, os passageiros devem/têm que pegar o voo 703.

O modal teleológico pode, então, ser definido como um operador que seleciona dois argumentos:

- (i) o argumento correspondente à sentença matriz, que pode descrever um evento, como em (4a), ou uma sequência de eventos, como em (4b), na direção de se atingir um único objetivo; ou descrever um evento na direção de se atingir mais de um objetivo, como em (7);
- (ii) o argumento correspondente à sentença encaixada — que pode também ser expresso sob a forma de um constituinte se este contiver o item lexical “destino”, como em (8) —, que descreve a finalidade para a realização do(s) evento(s) descrito(s) na sentença matriz. Esse argumento pode conter um único objetivo a ser atingido, como em (4a), (4b), (8) e (9), ou mais de um objetivo, como em (7).

Em relação à força modal, Copley (2010) observa que o modal teleológico não apresenta variação, sendo empregado apenas em contextos de necessidade, como se depreende da seguinte formalização: “para  $p$  tem que/deve  $q$  é verdade em um mundo  $w$  relativo a um conjunto de mundos  $m(w)$  se e somente se todos os mundos em  $m(w)$  nos quais  $p$  é atingido também tem  $q$ . Isto é,  $m(w) \cap p \subseteq q$ ” (p. 2),<sup>6</sup> em que  $p$  é um subconjunto de  $q$ , e  $q$  é a proposição que descreve o meio.

De acordo com Von Fintel e Iatridou (2005, p. 2), um modal teleológico especifica o que pode ou deve ser feito para se atingir uma dada meta. Os autores observam que uma construção com esse modal não apresenta, necessariamente, um único meio de se atingir uma meta, mas o melhor meio. Em relação ao exemplo a seguir, transcrito de Von Fintel e Iatridou (2005, p. 15):

(10) To go to Harlem, you have to/ought to take the A train (because then you might meet Ruud van Nistelrooy).

“Para ir a Harlem, você **tem que/deveria** pegar o trem A (porque assim você pode encontrar Ruud van Nistelrooy).”

os autores observam que, no cenário descrito, há outras possibilidades para se atingir a meta “to go to Harlem” (ir para Harlem), como “pegar o trem C”, mas, de acordo com o enunciador, o trem A é a escolha ideal; logo, o modal teleológico expressa, segundo os autores, não o único meio de se atingir determinada meta, mas o melhor meio, o meio que se destaca dentre outras possibilidades.

<sup>6</sup> “to  $p$ , must  $q$  is true in world  $w$  relative to a set of worlds  $m(w)$  iff all worlds in  $m(w)$  in which  $p$  is achieved also have  $q$  — i.e.,  $m(w) \cap p \subseteq q$ .” (COPLEY, 2010, p. 2).

### 3.2 Sobre a orientação modal

De acordo com Hacquard (2006; 2010), um núcleo modal pode ser interpretado em duas posições sintáticas: uma baixa, logo acima de VP; e outra alta, acima dos núcleos TP (do inglês: *temporal phrase*; no português: sintagma verbal). Em cada uma dessas posições são disponibilizadas variáveis de eventos diferentes, as quais os núcleos modais podem acessar: o evento VP é acessível aos modais de raiz; e o evento de fala é acessível aos modais altos, como o epistêmico. Essa proposta captura diferenças entre os tipos de modais em relação à flexão de tempo e aspecto e também em relação ao participante para o qual o modal é orientado. Um modal de raiz, por ser interpretado em posição baixa, carrega flexão de tempo e aspecto e é orientado a um dos participantes do evento VP (preferencialmente o sujeito da sentença). Já o modal alto (ModP<sub>Epistemic</sub>) ocupa uma posição acima dos núcleos TP<sub>(Past)</sub>, TP<sub>(Future)</sub> e TP<sub>(Anterior)</sub>, não carrega flexão de tempo e/ou aspecto e é interpretado no momento da enunciação, sendo orientado para um dos participantes do evento de fala (o falante). A proposta de Hacquard modifica levemente a de Kratzer (1981; 2012), ao relativizar os itens modais em relação a eventos, e não a mundos. Ao considerar que os eventos em relação aos quais os modais se relativizam ocupam diferentes posições na estrutura, Hacquard aproxima sua proposta à do modelo cartográfico, considerando o ordenamento dos núcleos funcionais que constam na hierarquia de Cinque (1999; 2006).<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> A autora toma por base a hierarquia de Cinque (1999; 2006), que localiza o núcleo modal epistêmico em posição alta, acima dos núcleos indicadores de tempo (TP(Past), TP(Future) e TP(Anterior)); e os modais de raiz (ModPObligation, ModPPermission e ModPAbility), em posição baixa, logo acima do núcleo VoiceP. Abaixo, transcrevemos parte da hierarquia de Cinque que mostra a posição de interpretação desses núcleos em relação a categorias de tempo e aspecto:

MoodSpeech act > MoodEvaluative > MoodEvidential > **ModEpistemic** > TP(Past) > TP(Future) > MoodPIrrealis > ModPAlethic  
> AspectHabitual > AspectRepetitive(I) > AspectFrequentative(I) > ModVolition > AspectCelerative(I) > TP(Anterior) >

O modal teleológico exhibe propriedades de um modal de raiz, interpretado em posição baixa. As sentenças do exemplo (11) mostram como esse item se comporta em relação à categoria tempo:

- (11) a. As pessoas têm que pegar um barco para visitar Alcatraz.  
b. As pessoas tiveram que pegar um barco para visitar Alcatraz.

Em ambas as sentenças do exemplo (11), o auxiliar modal tem leitura teleológica, figurando em uma construção que apresenta um meio (pegar um barco) para se atingir uma meta (visitar Alcatraz). Observe que, em (11b), o auxiliar “ter que” carrega marca de tempo (passado), indicando que a modalidade teleológica é interpretada abaixo da categoria  $TP_{(Past)}$ , podendo realizar alçamento para essa posição e, conseqüentemente, descrever um meio para se atingir uma meta em um tempo anterior ao momento da enunciação.

Um auxiliar modal teleológico é orientado, necessariamente, para um participante do evento VP, como mostram as sentenças do exemplo (12):

- (12) a. Maria tem que pagar o vestido à vista para receber o desconto.  
b. O vestido tem que ser pago à vista por Maria para ela receber o desconto.

Em (12a), o modal teleológico (ter que) é orientado para o

---

AspectTerminative > AspectContinuative > AspectRetrospective > AspectProximate > AspectDurative > AspectGeneric/  
Progressive > AspectProspective > **ModObligation** > **ModPPermission/Ability** > AspectCompletive > VoiceP (CINQUE,  
2006, p. 12, grifo nosso)

sujeito da sentença (Maria), que indica o participante responsável por realizar a ação que corresponde ao meio (pagar o vestido à vista) para se atingir determinada meta (receber o desconto). Em (12b), a orientação do modal recai também sobre o participante Maria, que, nessa sentença, está exercendo a função de agente da passiva. As sentenças do exemplo (12) mostram que nem sempre um modal interpretado em posição baixa, como parece ser o caso do teleológico, é orientado para o participante que exerce a função de sujeito da sentença. Nesse sentido, torna-se relevante investigar se esse modal impõe algum tipo de restrição ao participante para o qual é orientado, aspecto que passamos a abordar a partir deste ponto.

As sentenças do exemplo (13), a seguir, mostram que o modal teleológico figura em construções em que os sujeitos das sentenças matriz e encaixada remetem a um mesmo referente, como em (13a), ou a referentes distintos, como em (13b):

- (13) a. Marta tem que retirar a ficha em torno das 4 horas da manhã para ser atendida por um médico.  
b. Marta tem que retirar a ficha em torno das 4 horas da manhã para a filha ser atendida por um médico.

Em (13a), o modal “ter que” é orientado para o sujeito da sentença matriz (Marta), que indica o participante que realiza o evento correspondente ao meio (retirar a ficha em torno das 4 horas da manhã) para se atingir uma meta (ser atendida por um médico). Note que, em (13a), Marta realiza um evento com o objetivo de beneficiar a si mesma; ela é, portanto, agente e beneficiária da construção envolvendo o modal teleológico. Essa relação não é obrigatória, como vemos em (13b), em que

o agente do evento que descreve o meio (Marta) é diferente do beneficiário (a filha de Marta) do evento que descreve a meta (ser atendida por um médico). O traço [+agente] parece não ser obrigatório ao participante sobre o qual recai a orientação do modal teleológico, como se depreende de construções em que o auxiliar modal “ter que” se combina com predicados estativos [-controle], como em (14), ou com inacusativos, como em (15), que não selecionam argumento com propriedades agentivas:

- (14) a. A pessoa tem que ser alta para fazer o teste para o time de basquete.  
b. [Tem que [*q* A pessoa ser alta] para [*p* fazer o teste para o time de basquete]]
- (15) a. O segurado tem que morrer para a família receber o benefício.  
b. [Tem que [*q* o segurado morrer] para [*p* a família receber o benefício]]

Em (14), o predicado estativo [-controle] “ser alta” seleciona um argumento (A pessoa) que não controla a propriedade descrita na sentença (BASSO; ILARI 2004). Em (15), o predicado sob o escopo do modal (morrer) apresenta propriedades inacusativas; logo, à semelhança do estativo “ser alta”, em (14), “morrer” também não é passível de controle. A possibilidade de um auxiliar modal com interpretação teleológica se combinar com predicados estativos [-controle] e com inacusativos, como nos exemplos, revela que esse modal pode ser orientado para um participante sem propriedades agentivas. Entretanto, como observam Von Stechow e Iatridou (2015, p. 18), a sentença *to-clause*, que integra a estrutura *anankastic conditional*, se combina apenas com VPs agentivos.

Por fim, observamos que a modalidade teleológica apresenta similaridades com a deôntica, não apenas em relação a poder carregar marca de tempo (ver exemplo (11b) acima), propriedade comum a todo item modal interpretado em posição baixa, mas também em relação à estrutura quando o auxiliar modal deôntico integra uma construção com uma sentença *to-clause*, como em (16a):

- (16) a. O motociclista tem que usar capacete para não ser multado.  
b. O motociclista tem que usar capacete para não se ferir gravemente.

O auxiliar modal “ter que”, em (16a), pode assumir interpretação deôntica (além da teleológica), uma vez que a não realização do evento sob seu escopo (O motociclista usar capacete) gera punição (multa), prevista no Código de Trânsito Brasileiro. Já em (16b), a interpretação deôntica não é disponibilizada ao modal, pois a sentença *to-clause* (para não se ferir gravemente) corresponde a uma meta para o meio descrito na sentença modal, e não a uma punição, caso o evento “o motociclista usar capacete” não se realize. A restrição à interpretação deôntica para o modal “ter que” em (16b) é evidenciada na baixa aceitabilidade da sentença (17):

- (17) Conforme o Código de Trânsito Brasileiro, o motociclista tem que usar capacete para não se ferir gravemente.

em que o sintagma “Conforme o Código de Trânsito Brasileiro” explicita a base modal deôntica a partir da qual o auxiliar “ter que” deve ser avaliado.

Embora a estrutura em que figura um item modal teleológico possa ser semelhante à de um deôntico quando nesta última ocorre a realização de uma sentença *to-clause*, esses itens diferem em relação à restrição que impõem ao participante para o qual são orientados. Como vimos acima, o modal teleológico não requer, necessariamente, um participante agentivo no evento sob o seu escopo; já o deôntico precisa checar o traço agentivo com um participante do evento ao qual o modal é relativizado (RECH; VARASCHIN, 2017; 2018). As sentenças dos exemplos a seguir ilustram outra importante diferença entre a modalidade teleológica e a deôntica *ought-to-do*, ambas correspondentes a modais de raiz:

- (18) a. Paulo tem que validar seu diploma de medicina no Brasil para trabalhar neste hospital.  
b. Paulo tem que validar seu diploma de medicina no Brasil.
- (19) a. João tem que manter distância da ex-mulher para não ser preso.  
b. João tem que manter distância da ex-mulher.

Em (18a), a interpretação teleológica é disponibilizada ao auxiliar modal “ter que”, uma vez que este figura em uma estrutura correspondente à construção *anankastic conditional*, com a realização de um auxiliar modal “dever” ou “ter que”, de um evento correspondente ao meio (a validação do diploma de medicina no Brasil) e de uma meta (trabalhar em determinado hospital). Em (18b), a leitura teleológica não está acessível para o modal “ter que”, que expressa aqui o desejo do falante, assumindo interpretação boulética. O que muda entre as sentenças (18a) e (18b) é que a primeira corresponde a uma



estrutura complexa, em que uma sentença descreve o meio, enquanto a outra descreve a meta; já (18b) corresponde a uma sentença simples. Diferentemente de (18a), o auxiliar modal “ter que”, em (19a), assume também leitura deôntica. A sentença *to-clause* pode, então, ser interpretada como uma “meta”, no caso de “ter que” corresponder a um modal teleológico; ou como a explicitação da pena pela não realização do evento sob o escopo do modal, no caso de “ter que” corresponder a um deôntico. Em (19b), sem a realização da sentença *to-clause*, a leitura teleológica não é disponibilizada para o modal, que pode ser interpretado como deôntico ou como boulético. Os exemplos acima mostram, portanto, que o modal teleológico, diferentemente dos demais modais de raiz, requer uma sentença complexa, selecionando, necessariamente, dois argumentos sentenciais: um correspondente ao meio; e outro, à meta.

### **3.3 Sobre a relação com a negação**

Em construções modais nas quais é disponibilizada a leitura teleológica, o operador de negação pode atuar sobre o item modal, como em (20b), ou sobre o evento descrito no VP, como em (20c):

- (20) a. Eu tenho que casar com a Maria para dar um jeito na minha vida.  
b. Eu não tenho que casar com a Maria para dar um jeito na minha vida.  
c. Eu tenho que não casar com a Maria para dar um jeito na minha vida.

De acordo com nossa hipótese, a negação inverte a força do item modal, que é especificada no léxico no caso do português. Em (20a), “ter que” é interpretado como um modal de necessidade, descrevendo o único meio para se atingir a meta “dar um jeito na minha vida”. A negação desse item modal, em (20b), não nega o fato de o evento “casar com a Maria” ser um meio para se atingir a meta “dar um jeito na minha vida”; o que se nega é o fato de esse evento constituir o único meio para se atingir a meta descrita; sob o escopo da negação, “ter que” com conotação teleológica passa a ser interpretado como um modal de possibilidade. É possível depreender, de (20b), que há outras formas de o enunciador dar um jeito na vida, além de “casar com a Maria”. A relação com a negação é importante para avaliarmos a definição apresentada para esse modal na literatura. De acordo com Copley (2010, p. 2 - ver nota de rodapé nº 6), o teleológico requer a apresentação de um único meio (q) para se atingir determinada meta (p), em que q é uma parte essencial para se obter p. O efeito da negação em (20b) coloca em xeque essa definição. Verifique que, ao enunciar (20b), o falante não nega que “casar com Maria” é um meio válido para se atingir a meta descrita, mas nega o fato de este ser o único meio possível. Os efeitos do emprego da negação em (20b) mostram, portanto, que a construção teleológica apresenta o melhor meio para se atingir determinada meta, e não o único, indo ao encontro da definição de von Stechow e Iatridou (2005, p.5).

Em (20c), o operador de negação tem escopo sobre o evento VP (Eu casar com a Maria), e não sobre o item modal (ter que). Nesse caso, é a não realização do evento VP que corresponde ao melhor meio para se atingir a meta descrita na sentença.

O exemplo (21b) ilustra a negação operando sobre um

deôntico do tipo *ought-to-do*, também interpretado em posição baixa na estrutura (HACQUARD, 2006; RECH; VARASCHIN, 2017; 2018):

- (21) a. Raquel tem que trabalhar no domingo.
- b. Raquel não tem que trabalhar no domingo.

Na sentença (21b), o operador de negação tem escopo sobre o item indicador de modalidade deôntica “ter que”. À semelhança do que ocorre em (20b), em (21b) a negação não altera o tipo de modalidade, e sim a força modal de “ter que”: de necessidade para possibilidade. Assim, (21b) nega a força de necessidade do evento Raquel trabalhar no domingo, indicando que existe pelo menos um mundo em que Raquel não trabalhe no domingo. Logo, o deôntico “ter que” sob o escopo da negação parece sofrer os mesmos efeitos do modal teleológico: a inversão da sua força modal. Esse ponto precisa, entretanto, ser melhor investigado, não apenas em relação ao modal teleológico e ao deôntico, mas também em relação a outras conotações modais, o que intentamos fazer em pesquisas futuras.

## Considerações finais

Neste artigo, abordamos a modalidade teleológica, apresentando algumas de suas propriedades. Inicialmente, discutimos aspectos relativos à sua definição, tendo como parâmetro a construção gramatical conhecida como *anankastic conditional*. Na sequência, analisamos um auxiliar modal com interpretação teleológica quanto à relação entre meio e meta, orientação modal e coocorrência com a negação.

Em relação ao primeiro desses fatores, verificamos que um modal teleológico pode relacionar um único meio a apenas uma meta ou a mais de uma meta ou, ainda, apresentar mais de um meio para se atingir uma única meta.

Quanto à orientação do modal teleológico, mostramos que ele remete a um participante que integra o evento descrito pelo VP, uma vez que esse modal é interpretado em posição baixa na estrutura. Constatamos que um auxiliar modal com interpretação teleológica não impõe restrições ao participante para o qual é orientado; como consequência, pode formar sequência com quaisquer predicados, inclusive com estativos [-controle] e com inacusativos, que não selecionam argumento agentivo. Cabe observar, ainda, que uma estrutura com o modal teleológico exibe, necessariamente, um beneficiário na *if-clause* ou *to-clause*.

Por fim, analisamos construções com o modal teleológico “ter que” sob o escopo da negação. Constatamos que, à semelhança do que ocorre em construções com “ter que” deôntico do tipo *ought-to-do*, a negação que opera sobre o teleológico não nega a ideia desse modal, e sim a sua força (de necessidade). Dessa forma, a relação passa a ser entre o (melhor) meio e a meta. Como consequência, quando um item de negação opera sobre o auxiliar modal teleológico, o que é negado é a biunivocidade dessa relação.

## Referências

BASSO, R.; ILARI, R. Estativos e suas características. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, [s. l.], v. 4, n. 1, 2004, p. 15-26.

CINQUE, G. **Adverbs and functional heads**: a cross-linguistic perspective. New York: Oxford University Press, 1999.

CINQUE, G. Restructuring and functional heads: the cartography of syntactic structures. New York: Oxford University Press, 2006. v.4.

COPLEY, Bridget. Towards a teleological model for modals. *In*: CNRS, 8., 2010, Paris. **Paris working sessions on modality, goals, and events**. Paris: Sfl, 2010. p. 1-14.

FRANKIE, M. **Teleological necessity and only**. 2006. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/254703235\\_Teleological\\_Necessity\\_and\\_Only](https://www.researchgate.net/publication/254703235_Teleological_Necessity_and_Only)>. Acesso em: 5 fev. 2020.

HACQUARD, V. **Aspects of modality**. 2006. Tese (Doctor of Philosophy in Linguistics) - Massachusetts Institute of Technology, Cambridge, 2006.

HACQUARD, V. On the event relativity of modal auxiliaries. **Natural Language Semantics**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 79-114, 2010.

KRATZER, A. **Modals and conditionals**. New York: Oxford University Press, 2012.

KRATZER, A. The notional category of modality. *In*: EIKMEYER, H.-J.; RIESER, H. (org.) **Word, worlds, and contexts**: new approaches to word semantics. Berlin: W. de Gruyter, 1981. p. 38-74.

RECH, N. F.; VARASCHIN, G. Predicados estativos e os tipos de deôntico: ought-to-do e ought-to-be. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 60, n. 1, p. 159-177, 2018.

RECH, N. F.; VARASCHIN, G. Predicados inacusativos e a modalidade deôntica. **Revista Letras**, Curitiba, n. 96, p. 219-238, 2017.

SÆBØ, Kjell Johan. **Anankastic conditionals**: if you want to go to Harlem. University of Oslo, 2017. Chapter 61. Disponível

em: <<https://www.hf.uio.no/ilos/english/people/aca/kjelljs/chapter61.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SÆBØ, Kjell Johan. Necessary conditions in a natural language. *In*: F'ERY, Caroline; STERNEFELD, Wolfgang (ed.). ***Audiatur vox sapientiae***: a festchrift for arnim von stechow. Akademie Verlag, 2001. p. 427-449. (Preprint). Disponível em: <<http://vivaldi.sfs.nphil.uni-tuebingen.de/~arnim10/Festschrift/Saeboe-8-komplett%20fertig.pdf>>. Acesso em: 20 de fev. de 2020.

VON FINTEL, Kai; IATRIDOU, Sabine. **What to do if you want to go to Harlem**: anankastic conditionals and related matters. Massachusetts Institute of Technology, 2005. (Manuscript). Disponível em: <<http://web.mit.edu/fintel/fintel-iatridou-2005-harlem.pdf>>. Acesso em: 20 de fev. de 2020.

# TARDIS & TAME: an Essay on Natural Language Meaning and Metaphysics

Yuri Penz\*

Ana Maria Tramunt Ibaños\*\*

## Abstract

This paper theoretically approaches the relationship between the instances of time and space as far as natural language conveys their manifestation, focusing on meaning, majorly represented by the subdiscipline of Semantics, along with some insights on Syntax and Pragmatics. The outset-designed ontology is mainly composed by categories of TAME (tense, aspect, mood and evidentiality/eventology) instantiated by linguistic phenomena that yields anchoring, displacement and aboutness properties. To achieve this wide range of linguistic manifestations the scope takes over the verbal semantics of Brazilian Portuguese (henceforth BrP), pursuing to manage the lexical nature of entries in this language and its metaphysical counterpart in meaning. This sort of approach intends to illustrate the proper balance for the formal device of a semantic component regarding these language parameters on TAME and their principles correlation on human language by means of what this paper intends to coin as TARDIS (Time and Relative Dimensions in Space). This paper presents three sections: a) theoretical, introducing the properties of each category of TAME, throughout history of Linguistics and Semantics; b) methodological, characterizing the lexical/metaphysical dualism for Formal Semantic approaches and their correlation to time and space and some other non-logical privileged concepts entertained by semantic knowledge;

---

\* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC – RS). Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Letras. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-3509-8226>.

\*\* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC – RS). Doutora. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Letras. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9645-1364>.

c) epistemological and analytical, considering BrP as parameters for TARDIS' properties conveyed by natural language meaning throughout different categories of TAME and its correlation to some principles which seem to regard human cognition, focusing mainly on modality.

Keywords: Modality. Semantic Categories. Displacement. Anchoring. Aboutness.

## TARDIS & TAME: um ensaio sobre o significado e a metafísica da linguagem natural

### Resumo

Este artigo aborda a relação teórica entre as instâncias de tempo/espço a partir da linguagem natural como vetor de sua manifestação, concentrando-se no significado, majoritariamente representando a subárea de Semântica, com algumas incursões sobre a Sintaxe e a Pragmática. O design ontológico de partida é composto principalmente pelas categorias de TAME (tense, aspecto, modo e evidencialidade/eventologia) instanciadas por fenômenos linguísticos que ilustram as propriedades de deslocamento, ancoragem e aboutness. A fim de atingir essa ampla gama de manifestações linguísticas, o escopo se detém na Semântica Verbal do Português Brasileiro (PB), buscando abordar a natureza lexical das entradas nessa língua e sua contraparte metafísica em significado. Esse tipo de abordagem se presta a ilustrar o equilíbrio adequado do dispositivo formal do componente semântico no que diz respeito aos parâmetros de ambas das línguas em relação ao TAME, correlacionando-os aos princípios mais amplos da linguagem humana via o que se pretende cunhar neste trabalho como TARDIS (Tempo e Dimensões Relativas no Espaço). Este trabalho apresenta-se em três seções: a) teórica, introduzindo as propriedades de cada



categoria de TAME ao longo da história da Linguística e da Semântica; b) metodológica, caracterizando o dualismo léxico/metafísica para as abordagens de Semântica Formal e sua correlação com tempo e espaço além de outros conceitos não lógicos privilegiados e sensíveis ao conhecimento semântico; c) epistemológica e analítica, considerando os parâmetros do Português em relação à veiculação das propriedades de TARDIS ao longo das diferentes categorias de TAME e sua correlação com princípios que parecem correlacionar-se com a cognição humana, focando sobretudo na modalidade.

Palavras-chave: Modalidade. Categorias semânticas. Deslocamento. Ancoragem. Aboutness.

Recebido em: 01/04/2020

Aceito em: 20/07/2020

## 1 The untamed TAME

Before the chomskyan turn would take place in linguistic theory, Semantics and all its phenomenological branches would rely mainly in the field of Logic and Philosophy. Although one would realize that sense, intension or thought could have something to do with ordinary language, before that time it still was not easy to know how to treat properly all the inconsistencies that would arise between formal-logic devices and natural language. Thus, it would remain a challenge for linguists to find the better way to treat language and non-language appropriately and in concomitant fashion.

However, during Chomsky's Copernican revolution on Linguistics' paradigm, taking over the dominant Structuralism perspective, Philosophy of Logic and Mathematics would definitely find its way toward natural language description in the hands of Richard Montague, who opposed strongly against chomskyan cognitivist and syntactic-centered approach. For contemporary Formal Semantics and general linguistic theory, Barbara Partee played a major role by converging Chomsky and Montague's foundational approaches as they both alleged to recognize one common device within their theoretical frameworks, namely the Universal Grammar.

Partee's stance would lead many linguists, especially on Semantics field, to reinterpret some formal techniques displayed by Montague along with biological foundations provided by Chomsky concerning language and mind/brain instantiation. Some theorists, as Bach (1989), adopted a generative approach for natural language semantics as they gathered compatible background from both Universal Grammar hypotheses for a

new perspective on Semantics. This sort of methodological scope would account for several phenomena with some instance on grammar structure that would remain a problem regarding logical-semantic interpretation, such as deixis, anaphora, propositional attitudes, quantifiers, speech-report among others.

This brief presentation may well point to the scope of something that many linguists nowadays call TAME, acronym for tense, aspect, mood and eventuality or, if one prefers, eventology. TAME matters for linguistic theory and more specifically to semantic theories for it comprehends a wide range of things that are something else than language, something that may be found in some state of affairs of the world and then be referred by means of language, and still could be grammatically mapped. These are some cornerstone ideas that are important to the development of this paper, arguing in favor of the TAME approach the authors intend to present, discuss and evaluate. Thus, from now on the current section outlines only the theoretical foundation relevant for this work.

TAME is much like a device, properly designed for humans to go back and forth in time and space. Humans are able to talk about things that are not necessarily happening here, but somewhere else; mention events that took place in the past; wonder which events can take place in the future; run over probabilities when referring to entities that do not even exist; express orders, desires and the like. TAME is par excellence a semantic device, expressing by each intensional category some degree of commitment to metaphysical properties such as time and space.

The relationship between language, time and space has been constantly updated from a theoretical viewpoint, even from

the most common topics of ordinary knowledge. According to the guidelines of the Principles and Parameters and Minimalist Programs, the human language is subject to all the laws of nature applicable to reality, being therefore sensitive to the relativity of space-time. For Biolinguistics, the human language has developed exaptively as a spandrel, representing a discrete infinitude, which suggests that the linguistic machinery of *Homo sapiens* produces an uncountable number of sentences from a finite set of rules, whose symbolic representational elements are presented in a discrete way, each entity corresponding to a distinct and singular unit.

In the literature of contemporary Linguistics, Bach (1981, 1986, 1989, 2013), as mentioned before, is recognized as an authority on the metaphysics of natural language, enriching the foundations of Semantics as a linguistic subfield responsible mostly for dealing with this type of phenomenon. Above all, Bach is interested in how temporality manifests itself in natural language, in the properties by which it does so and in the similarities and differences that exist throughout natural languages with respect to this representation. Indeed, Bach is concerned with redefining the categorical concept of aspect, introduced by Vendler (1967) in the linguistic literature, also presenting, in doing so, the notion of event and time schemata as major insights for the semantic study.

Some years before, Reichenbach (1947) stood as a pioneer by his attempt to offer logical-linguistic treatment to propositional operators, established in both logical systems and natural languages. By conveying the notion of temporality encoded by means of verbal flexion and temporal projection according to the linguistic structure, and by distinguishing between speech,

event and reference time, he showed the conceptual richness that the notion of time engenders and the heteromorphy of natural languages in hosting and expressing these notions. Currently, Brinton (2006) proposes a broader view about the idea of aspect, which is not restricted to traditional concepts (such as perfectivity/imperfectivity, telicity, etc.), normally limited to the description of verbs. According to Brinton, the idea of aspect would rather expand in an aspectual system that also contemplates the inherent meaning of verbs (Aktionsart), which is, arguably, ignored or mistakenly confused with the very idea of verbal aspect.

Tense is perhaps the most discussed category of TAME, playing a heavy role on major traditional literature on language description and prescription as the very heart of time when it comes to its expression and manifestation on human languages. However, it is notable among crosslinguistic studies that the category of tense is not sufficiently effective in describing and relating events temporally. Thus, the study of aspect, despite its complexities and wide variation of concepts and terminology/nomenclatures to describe similar phenomena, remains an indispensable temporal category for a broader understanding of the manifestation of temporality through natural language, as stated by Brinton (2006) and Klein (2009).

The notion of displacement, in turn, is introduced in Linguistics by Hockett (1960), arguing that human language allows to refer beyond the here and the now. Some years later, Kratzer's framework (1977, 1981, 1991, 2013), expressed mainly, but not only, from the category of modality, addresses this topic throughout semantic categories. From the notion of possible worlds, inherited from Kripke (1980) and Lewis

(1973), Kratzer institutes a robust research program, guided by the analytical reasoning of Formal Semantics, compatible with Predicate Logic, yet dynamic as regards the foundations of Modal Logic, notably recognized as a model of Semantics of Possible worlds:

Kratzer's model is singular by unifying the areas of human language descriptive-explanatory studies, as it establishes an intricate relationship between the logical-semantic machinery that represents part of a conceptual-intensive component in the Faculty of language and grammar and contextual factors. By approaching modality as a central element of his enterprise, Kratzer is willing to combine properties in a relationship between grammar and logical-formal meaning<sup>1</sup>: [the representations] do not only determine the modals' argument structure and their truth-conditional contribution. They are also explicit hypotheses about the way grammar collaborates with other cognitive modules in the interpretation of modals. Grammar provides expressions of a  $\lambda$ -calculus constructed from variables and logical and non-logical constants. The non-logical constants establish a connection with cognitive modules outside of grammar [...] (2013, p. 194)

in the very same proportion as she associates such logical-formal properties to context-dependency aspects:

From the time I started my dissertation work in New Zealand [...] I have been interested in context dependent semantic phenomena, in particular tense, modals, conditionals, quantifiers, and attitude ascriptions. One way of looking at this old interest from a more contemporary perspective is to see it as an interest in how the human language faculty interacts with nonlinguistic cognitive modules, some of which we may share with other species. The guiding idea behind this research is that most lexical items come with pointers to particular kinds of information that they request to

---

<sup>1</sup> As modality stands in the center of this work, it shall be approached more specifically in the next section.

be recruited from other cognitive components. The question is how those pointers are realized in natural languages, what kind of information they recruit, and how that information is ultimately integrated into the computation of meanings. (KRATZER, 2014, website).

Finally, the last category of TAME presents an elementary ontological distinction in its constitution. While Bach (2013) assumes eventualities or eventologies as genuine categories of grammatical analysis in relation to linguistic meaning, Dahl (2013) proposes to characterize the fourth category as represented by evidentiality. In fact, the fourth category of semantic analysis is relatively new in the literature, and both authors present good arguments in favor of their different characterizations.

Chao and Bach (2012) introduce the term “eventology” for the first time, in an article whose title clearly resembles the unique work of Bach (1986) years before. Chao and Bach explicitly address the metaphysics of natural languages, not just natural language in a broad sense. In fact, Bach’s work since the beginning of its insertion in the literature on Formal Semantics insists on the notion of events within the field of linguistic theory and analysis, for he already presents the term “eventuality” in *Informal Lectures on Formal Semantics* (1989).

As mentioned before, Bach (1981) proposes an alternative distinction between accomplishments and achievements for events, subdividing them in turn into prolonged and instantaneous events respectively. For the author, the distinction meets the very nature of temporality as a phenomenon denoted by occasional verbs, making it possible to understand prolonged events as composed of atomic episodes that, taken together, constitute the entire event, and instantaneous events as episodes whose nucleus is single. Bach takes events as refined spatiotemporal structures

that are closely linked to the nature of the aspectual unfolding denoted by verbs in natural languages, even coming to establish the distinction between states, processes and events for aspect classification, as opposed to Vendler's original contribution (1967).

Competing with eventology, there is Östen Dahl's alternative proposal, pointing to evidentiality as a grammatical category on semantic analysis. In his work, Dahl (2013) assumes to exist an interaction between the grammatical components of TAME and the organization of human memory, suggesting a very strong narrowing between basic components of Grammar and the other modules of human cognition. This specific category concerns the indexing of evidence for the attribution of the proposition truth-value expressed by some element, which can be an affix or clitic, for instance.

Aikhenvald (2003, 2004) emerges as an eminent and pioneer authority regarding the treatment of this specific category, emphasizing the typological nature of its interaction with other grammatical categories of meaning. Evidentiality is, in fact, one of the most prominent categories in Dahl's work, given its intimate relationship with cognition according to the nature of human memory. The author seems to endorse Aikhenvald's argument that despite the attempt to keep the category free from any element whose specification is lexical, therefore not grammatical, many lexical items across languages are still indicative about the source of information without being true evidentials. Such entries operate as a continent of the evidence as a secondary meaning, requiring the assumption of non-evidential categories as if they were endowed with evidential extension expressing meanings that behave as such.



## 2 A TARDIS for a TAME

The last section was devoted to present a very brief panorama concerning the rising of Semantics within a naturalist framework, providing proper grounding for the development of structural categories of TAME. From an intensional perspective, these categories sustain many aspects on the logical interpretation of reality that underlie natural language and are somehow instantiated by grammar. From a Formal Semantics framework in both naturalist and formalist perspectives, the Faculty of Language is interpreted in its broad sense, still endorsing the Universal Grammar hypothesis as it conceives semantic machinery from a conceptual-intensional interface regarding human cognition. This endeavor is favored by many ingenious insights, for it addresses two major roles in descriptive and explanatory purposes: in one hand, it covers more ground in linguistic phenomena throughout subfields of Syntax and Pragmatics as well; on the other hand, it presents reasonable plausibility for the Faculty of Language in a broad sense as it regards cognitive principles related to linguistic ones.

These are quite the guidelines for Kratzer's enterprise, from which the next topics will be addressed. The major interest in this section lies in the clash between properties of linguistic meaning as they are, on the one hand, instantiated in grammar and, on the other hand, also referential to states, kinds of things, processes, events, time, space, people and whatever else. Three major properties are classic from literature and shall be aligned in order to properly outline such a topic about the constitution of TAME: a) universalism, b) intensional referentialism and c) compositionality.

Assuming it is relevant for TAME to be taken as a semantic device, these three properties assign a main role between grammar and logic/cognitive spheres, as they regard a proper ontology for Semantics to be compatible with its own foundations. First, the universalism factor refers to the natural language itself, with no regards to any specific features of any particular language; this is a very interesting insight, for it refers to whatever underlies human languages as a whole, the principles they hold and share and the possibilities they assign (some languages are tenseless, compensating temporality by means of aspect, etc.). Intensional referentialism stands as a crucial predisposition of natural language to encode the notions of reference and truth by means of intensional ontology, running over abstract situations, entities, worlds and so on. Compositionality is perhaps the major role semantics plays as a context-free component, calculating the meaning of complex expressions by the meaning of all its components plus the manner such components are put together.

One of the most important intersections between these triadic properties rely in Chomsky's viewpoint about natural language development in a biological perspective, endorsing François Jacob's arguments:

“The quality of language that makes it unique does not seem to be so much its role in communicating directives for action” or other common features of animal communication, Jacob continues, but rather “its role in symbolizing, in evoking cognitive images,” in “molding” our notion of reality and yielding our capacity for thought and planning, through its unique property of allowing “infinite combinations of symbols” and therefore “mental creation of possible worlds”. (CHOMSKY, 2004, website):

Inserting here a small parenthesis, Costa (2007) claims, from a metatheoretical perspective, that Linguistics is defined according to the interdisciplinary foundations they recur to in order to explain phenomena. Taking Saussure, Chomsky and Montague as distinctive theoretical contributors, the author assumes them as the cornerstone for social-communicative, biological-cognitive and formal-logic methodologies respectively geared towards description of human language. This is to affirm, according to Costa, that the human language would be phenomenologically explained in quite distinctive perspectives for it plays specific roles according to different purposes: to communicate, to know and to think.

Despite the fact that this metatheoretical topic belongs to the Philosophy of Linguistics, it is very enlightening in order to understand the Formal Semantics methodology and its correlation to all sorts of linguistic phenomena TAME entertains, the ways and the reasons to approach them, and, moreover, to properly entertain the properties of universalism, intensional referentialism and compositionality in this agenda. Bach (1989) claims that in order to properly deliver a formal-semantic machinery compatible with the Faculty of Language it must conceive an interpretable formal calculus for natural language sentences, conjoining then chomskyan and montaguean approaches. Schiffer (2015) also claims that there is no opposition between the semantic theories as they derive from both mathematical and psychological foundations. That is the path which may lead to the intersection between those three properties of universalism, compositionality and intensional referentialism, and human language from a biological viewpoint.

Taken in either a broad or a narrow sense, the Faculty of

Language must present some psychological plausibility for reasonable (and reasoning) purposes:<sup>2</sup>

Much human thought, esp., abstract thought, thought about the past and the future, planning and theorizing, takes place in inner speech. This inner speech is imagistic. Current evidence supports the view that this speech imaging consists both of auditory images of spoken natural language, as well as subvocalization, which includes kinesthetic imaging of speech production. (COLE, p. 1, 2019).

According to Chomsky (1988) any native speaker of a particular language has developed a certain system of knowledge, which is represented somehow in the mind/brain. How knowledge, from a linguistic perspective or related to any other cognitive faculty, is actually related to language and reality remains an issue regarding reference, and, in this specific matter, intensional reference: how can natural language, from lexical representations, build complex specified meanings gathering information related to the most different categories from other systems of cognition?

Ludlow (1999) discusses the role of the temporal phenomenon throughout its expression on natural language by distinguishing between internal and external language, assuming that distinctive world representations by means of human perception as lexical items are not generative entities and natural languages are social products. What matters the most to his enterprise is to determine how internal language expresses the

---

2 This matters mainly because, on the one hand, it presents the interface between grammar and properties of meaning and sound structure, on the other hand, correlates to knowledge beyond linguistic boundaries that yet interacts with language.

formal apparatus of any referential phenomenology, including temporality.

Ludlow in fact puts in evidence the privileged perspective concerning the fact that the internal language could be actually the language of thought. He also argues that not all human cognition takes place as internal language, as there are other modules specialized to their specificities; he addresses relevant points as this: “[...] when we have thought about the world, are those thoughts simply interpreted I-language tokens, or are they tokens to be found elsewhere in our cognitive architecture?” (LUDLOW, 1999, p. 22). According to him, the language of thought is either isomorphic to the internal language or its properties are algorithmically recoverable from internal language representations; either way then, the natural language would carry all the necessary information it would take to serve as the language of thought.

The author also characterizes semantic knowledge of a speaker as whatever one knows about the world by means of the reference systems his language allows. Ludlow conceives for his approach a genuinely tacit knowledge as such instance is represented by the agent in structured data, a semi-stable syntactic state at mind/brain level of this speaker. According to him, the very object of such a semantic knowledge is not its cognitive representation *per se*, it is rather related to such a representation. The knowledge that “galaxy” refers to the galaxy does not consist solely on a galaxy representation, which is, after all, a syntactic object; for the semantic knowledge, the object is the thing itself.

According to Kratzer’s (2018) current framework, there is a wide range of natural language variables that are available

to the speaker and actually are related to some non-logical privileged concepts, such as those that regard agency, possession, causation, knowledge, hearsay and also space and time, being the speaker left to wonder about what makes such concepts privileged. Indeed, the natural language is so productive from the compositionality viewpoint, it is quite possible to talk about all sorts of things, things that don't even exist, things that didn't have come to pass, things that certainly will not take place in the actual world.

It is relevant now to present three more major properties, in order to compensate a semantic component of natural language that may relate universalism, compositionality and intensional referentialism to such non-logical privileged concepts: it is about time to displacement, aboutness and anchoring have some space.

Bach (1986) stated that natural language metaphysics was to be taken as “what speakers talk about as if there is”; this turned out to lead contemporary approaches in Semantics to reject heavy metaphysical implications as they would attempt to describe and explain natural language semantics under logical-formal apparatus. It happens that Bach (1986) also stated two main assumptions regarding the ontology of Formal Semantics from any methodological perspective:

- a) No semantics without metaphysics!
- b) No constructional semantics without lexical semantics!

If Semantics in a formal perspective is built from a metaphysical and a lexical subcomponent, then it is expected these interfaces would benefit from each other in order to deliver a proper treatment on natural language semantics. Now, if TAME is a device that allows lexical entries to go back and forth in time and space, it is expected some device to play such role

on the other way around, something metaphysically predisposed by a speaker whose Faculty of Language operates over TAME, derived from some other cognitive function which interacts with semantic knowledge, something to achieve Time and Relative Dimensions on Space, or a TARDIS, if one prefers.

As it has been affirmed in the previous section, displacement property is introduced in the categories of TAME by Kratzer's enterprise as she institutes a Possible Worlds Semantics properly designed for the treatment of modals as universal and existential quantifiers. By means of modality, a speaker is able to mean things detached from actual reality, something that von Stechow and Heim (2010) characterize as intensional semantics, for natural language authorizes the evaluation of time and space dimensions via displacement. Kratzer argues:

That factual domain projection can be found in so many subareas of semantics suggests that it is a mechanism that relates to a very basic cognitive ability: a creature's ability to map a part of its own world to a range of worlds representing possible ways that part could be 'extended' to or 'grow into' a complete world. Modal domain projection relies on functions that project modal domains from anchors. (KRATZER, 2013, p. 192).

After Hacquard's PhD dissertation in 2006, semantic theories of Possible Worlds started to focus on anchors in order to determine evaluation contexts selected across possible worlds available from an ordering source. Since 2012, Kratzer's framework has taken the concept of anchoring to map modality by means of events, times and individuals. Despite her filiation to kratzerian approaches, Hacquard (2006; 2009) refines the metaphysical dimension concerning the matter of evaluation geared towards events rather than worlds:

I propose to cash out this event-relativity by using a Kratzerian semantics, except that modals (and in particular modal bases) are relative to an event of evaluation, rather than a world of evaluation. There are three kinds of events that modals can be anchored to: speech events, VP-events and attitude events. I argue that by relativizing modals to an event rather than a world of evaluation, one gets all and only the attested time-individual pairs: the running time and participants of the events of evaluation. (HACQUARD, 2009, p. 33).

As Kratzer states:

[...] modals choose their anchors from entities that are independently made available during the construction of the verbal projection spine. Different kinds of potential modal anchors become available at different stages of a syntactic derivation, and this explains why there can be a connection between modal flavor and syntactic positions. (KRATZER, 2013, p. 192)

Still, anchors stand for a specificity that leads to the property of aboutness. In the syntactician scenario, Rizzi (2005, 2006, 2015) has been arguing for quite some time that the aboutness property is in fact an argument “about which” the event is denoted in the predicate presented by subject positions realized high on the derivation, precisely above IP. According to him, there are some syntactic phenomena, as passivisation, that are triggered by aboutness, for semantic or phonological interface. By means of factual, norm-guided, and content-related modality, Kratzer distinguishes at least three modal projections from different anchors established in the world of evaluation, illustrating her theoretical viewpoint by the contrast between the sentences “this glass is fragile” and “this glass can break easily”, in which the former may well be true as the latter may be false in same world.



Kratzer's point relies on the different sort of modal domain projection from which both anchors are mapped, illustrated by David Lewis' (1997) story of the Sorcerer and the Glass, according to which a sorcerer becomes very fond of a particular fragile glass, which is still quite similar to any other glass from the production line; the sorcerer does not change the nature nor the disposition of the glass, but he foresees that, if the glass eventually ends up struck, he will cast a spell upon it, preventing it from breaking, which sets the glass as no longer fragile, due to a disposition related to the sorcerer, not properly to the glass. This, according to Kratzer, would virtually assure that both modal projections would be selected and constructed from quite different modal alternatives according to each sentence.

As neither Kratzer nor Hacquard assume any stance regarding aboutness, at least not explicitly as their work mutually developed on contemporaneity, the relationship this semantic property would establish with anchoring and displacement is rather assumed in this paper, as much as it is to propose that these three properties constitute a basis for a TARDIS, which, by means of any lexical entry provided by TAME, may be instantiated towards the actual world and all the possible worlds relevant for their evaluative counterparts. TARDIS is committed to all those non-logic privileged concepts that regard human cognition in more general terms and play a role in linguistic meaning thanks to semantic knowledge, unifying grammar, lexical idiosyncrasies and context-dependency. The reason modality stands in the center of TAME for this sort of predisposition to be operated by a TARDIS is given by Kratzer as she states that:

If the Modal Anchor Hypothesis is true, and if modal domains can be projected from any part of a world (individuals, events, situations), any type of expression that has an individual, event, or situation argument can introduce modal displacement. Since any non-referential expression has at least a situation argument in a situation semantics, modality should indeed be everywhere. Since modality comes in different flavors depending on where it originates, it should be a major source for semantic microvariation. My talk will document that this is indeed so, with case studies tracking modal displacement sublexically, with voice, aspect, tense, and evidential systems, in attitude ascriptions, and with indefinites. (KRATZER, 2013, p. 198)

### 3 Anchoring the aboutness of displacement

The present section argues that a TARDIS only works for a TAME throughout the meeting of those certain properties mentioned on last section. Now it is time to explicitly discuss the methodological approach presented above under an epistemological perspective, analytically applied.

Hacquard's dissertation, in general terms, offers an interesting insight for the very topic approached in here as a whole: as modality is everywhere, just like Kratzer states, anchoring as well is not strictly devoted to modality at all, operating as a productive element towards all the categories of TAME. In this section, some data from BrP is presented to illustrate the integration between semantic categories of TAME<sup>3</sup> and also to corroborate the argument that, although such categories are parameter-sensitive, TARDIS is presupposed to assure this

---

<sup>3</sup> Regarding this integration between semantic categories of TAME illustrated by BrP data, check Oliveira (2019) and Ferreira (2020).

integration by means of anchoring, displacement and aboutness<sup>4</sup> related to universal semantic properties of intensional reference and compositionality.

First of all, Hacquard (2006) assumes that modality seems not to be anchored just to worlds, but also to individuals and times as well. All the following examples take place on the expression of modality, recurring to events, evidence and temporality to represent incursion throughout all other semantic categories; the examples displayed and discussed are meant to solely illustrate how BrP instantiates TARDIS by some of its TAME elements. As Hacquard's<sup>5</sup> approach represents a contemporary intent to congregate semantic categories, the available anchors under discussion follow her lead concerning modals that are either anchored to: a) the speaker at the speech-time, very high in the derivation, b) the attitude holder at the attitude time or c) a participant of the VP event at the time of the VP-event, thus provided by T.

Considering the interaction between tense and modality, BrP is a very illustrative language to the debate between syntacticians and semanticists concerning root vs. epistemic modals as it presents intense sensibility for morphological-marking inflection:

- (1) Ele        deve        ter        sido        chamado        a        depor<sup>6</sup>  
he PRES must 3rd SING. PERS. have been called to testify
- (2) Ele        deveria        ter        sido        chamado        a        depor<sup>7</sup>  
he IMPERF should 3rd SING. PERS. have been called to testify

---

<sup>4</sup> Previous considerations on this approach are briefly mentioned in Penz (2020).

<sup>5</sup> Also Kratzer (2013), Portner (2009) and many others.

<sup>6</sup> "He must have been called to testify."

<sup>7</sup> "He should have been called to testify."

Whereas (1) only delivers an epistemic interpretation, (2) could present deontic or bouletic flavors according to context, but never an epistemic reading. As other languages, BrP allows only epistemic readings to scope over root ones:

- (3) Ele deve<sub>epis</sub> poder<sub>deon</sub> voltar ao país no próximo governo<sup>8</sup>  
he PRES must<sub>epis</sub> can<sub>deon</sub> 3rd SING. PERS. return to-the  
country in-the next government
- (4) \*Ele deve<sub>deon</sub> poder<sub>epis</sub> voltar ao país no próximo governo  
he PRES must<sub>deon</sub> can<sub>epis</sub> 3rd SING. PERS. return to-the  
country in-the next government

Unaware of how sentence (4) would even sound in English, it is a complete disaster in terms of meaning in BrP, which unlocks two major properties concerning TARDIS and TAME interaction: on the one hand, compositionality determines the meaning of the whole by all its components and the way in which they are composed; on the other, there is the aboutness property, preventing the anchor on the VP-event to be realized above TP at the speech time, where Mood<sub>epis</sub>P is realized in (3).

There seems to be a very close connection between anchoring and aboutness, despite of compositionality, and not necessarily related to displacement; it has to do with the nature of epistemic reasoning. According to Stephany (1986), modal expressions of a deontic nature are commonly acquired earlier than their epistemic counterpart, which seems to suggest an ontogenetic predisposition to reason about actions rather than more abstract propositions. Papafragou (1998) believes that a refined metacognitive development, like the theory of mind,

---

<sup>8</sup> "He must be able to return to the country on the next government."

underlies the full emergence of epistemic modals in children's speech. It is the ability of the speaker to assume and assign mental states to other speakers, performing deductive operations on highly abstract propositions. Related to this topic of language acquisition, Lunguinho (2014) presents some data from BrP that attest these theoretical assumptions.

Moving forth now, considering the contrast between (5) and (6):

(5) Não sei como é que pode vocês dar(em)  
audiência para esse tipo de conteúdo<sup>9</sup>  
1st. SING. PERS not know how is that can 2nd. PL. PERS.  
you INF give audience to this sort of content

(6) Não sei como é que vocês podem dar  
audiência para esse tipo de conteúdo<sup>10</sup>  
1st. SING. PERS not know how is that 2nd. PL. PERS. you  
can INF give audience to this sort of content

They look very similar, despite the fact anchoring is taking place in two different syntactic positions on the construction of the structural spine: (5) only expresses an epistemic reading related to the modal, as it is realized right above TP of the embedded sentence and is related to the speech-time of the speaker; (6) expresses a root interpretation of dynamic flavor (ability) on the other hand as the modal is realized below TP of the embedding and takes place on nominative case and checks all  $\Phi$ -features.

Both sentences are quite acceptable in BrP, but they differ explicitly in meaning even though it may sound subtle to a naïve speaker: in (5) the audience will rather displace to the world of

---

<sup>9</sup> "I don't know how it is possible that you give this sort of content an audience."

<sup>10</sup> "I don't know how you can give audience for this sort of content."

evaluation where the modal is anchored according to the beliefs of the speaker (what he believes or more specifically refuses to believe to be the case) whereas in (6) the audience displacement moves to worlds evaluated by the anchor according to the agents of the event denoted by the matrix verb. Most likely the speaker is ignorant toward such contrasts in the syntax and the semantics of (5) and (6) examples, but its Faculty of Language is not. What happens is that the displacement required for the anchoring to take place is sensitive to what the events denoted are about in both sentences, a difference that is evident in BrP thanks to its morphosyntactic system for inflectional tense and its infinitive embedding specificities.

Coincidentally, both (5) and (6) expresses each one more access reading non-related to modality anchoring that take place below the matrix verb, which represents the third case of modal anchor provided by Hacquard, that is related to verbs of propositional attitude, like “to know”. BrP indeed presents some interesting cases regarding these verbs and the sentential complement these verbs construct under a NegP, as (7), (8) and (9) may illustrate:

(7) Jorge não sabe se/que Jane está em casa<sup>11</sup>

Jorge not 3rd SING. PERS. know if/that Jane is at home

(8) Cristinanão lembrese/que deixou os seus óculos no gabinete<sup>12</sup>

Cristina not 3rd SING. PERS. remember if/that *pro* left the her glasses at-the office

(9) Eu não tenho certeza se/de que quero voltar a Edimburgo<sup>13</sup>

I not 1st SING. PERS. have certainty if/of that *pro* want go back to Edinburgh'

---

<sup>11</sup> “Jorge doesn’t know if/that Jane is at home.”

<sup>12</sup> “Cristina doesn’t recall if/that she left her glasses in the office.”

<sup>13</sup> “I am not sure if/that I want to go back to Edinburgh.”

Sentences from (7) to (9) present “se” as COMP as they construct their arguments,<sup>14</sup> which would not be so for their declarative counterparts, ascribing accusative cases introduced by “que”. These sentences explicitly differ in meaning, however, from some other set of counterparts in which the structure [NEG [VP [COMP]]] is preserved but the lexical entry is actually “que” instead of “se”. This is a very interesting and illustrative circumstance, for it seems that the argument headed by “se” or by “que” would rather select different anchors from different modal domain projects. Apparently, “se” in such a context, operates as a specialized<sup>15</sup> conditional primitive operator that is syntactically provided by VP and then submitted to all the accusative effects the structure imposes; “que”, on the other hand, presents no special grammaticalized adaptation, except for the fact that it is unusual to occur in the domain of negation.

So while the “que” version of any of the sentences from (7) to (9) is anchored in the actual world by means of factual domain projection, “se” would rather be anchored in worlds of evaluation compatible with the possibility of the events being congruent with the beliefs of the attitude holder (as Jane being or not in home; Cristina’s forgotten her glasses or not in her office; the speaker’s desire to go back to Edinburgh or not). The “que” versions counterparts, however, presents an interesting report contrast, for the knowledge possessed by the speaker is not shared with the attitude holder, except in (9), for they are the same entity with presumably the same identity. In this regard, it is relevant to notice that “que”-sentences (7) and (8) may as well set two different anchors each above the IP domain, one

---

<sup>14</sup> This is not very common in Portuguese, and perhaps in English as well, occurring only with attitudinal verbs or verbs that express some sort of content of thought or inner state.

<sup>15</sup> In the sense that this kind of structure occurs in the domain of negation regarding attitude verbs.

regarding the speaker who utters and the other regarding the local attitude holder, what seems to be trackable and plausible via aboutness, given the subject position. (9), by instance, most likely will set only one anchor above Tense, yet would rather yield the same differences between “se/que” from the modal projection domain viewpoint: “se” seems to introduce the event of coming back to Edinburgh as one possibility among others, which may not even be feasible according to speaker’s evidence of this outcome; “que”, on the other hand, is mapped from the factual domain on actual world, supporting the interpretation that there is evidence that the speaker is capable/authorized/entitled to go back to Edinburgh, even though he is not sure he wants to do so.

These more general regards seem to correlate to grammar in specific manners, as Hacquard’s anchoring proposal for epistemic modals suggest and Left-Periphery approaches in Syntax has been describing for the last two decades. As Cinque (1999, 2006) characterized epistemic modals as functional heads positioned very high at the derivation, given crosslinguistic data, Rizzi (2015) describes left-periphery elements to be assigned for phonological or semantic purposes via aboutness.

BrP is a very tolerant language when it comes to adverbial movement, specially to the left-periphery of the sentence, increasing the aboutness development as a specialized device for topicalization structure in this language; as BrP lack evidential system by means of lexical entries or any particles devoted solely to the expression of this category, it is also important to remember that some languages are tenseless or lacks aspectual system, compensating their expression of temporality by different approaches. Left-periphery, though, is a very fruitful arena for



the development of semi-evidential particles, specialized in conveying this sort of special meaning; for instance, (10) and (11):

(10)É provável que ele nem se lembre disso<sup>16</sup>  
PRES 3rd SING. PERS. [it] is likely that he even himself  
SUBJ. remember of-this

(11)#É provável que ele nem se lembra disso  
PRES 3rd SING. PERS. [it] is likely that he even himself  
IND. remember of-this

It is possible to map evidentiality from the anchor which is set in the null-subject position of both (10) and (11); BrP, unlike English, does not check for an overt expletive pronoun in Spec position; however, the speaker committed to either (10) or (11) is allegedly basing his assumptions in some factual domain which sustains his beliefs for the assertion. The embedded verb in both cases is “lembrar-se”<sup>17</sup> for the whole sentence operates as sentential complement of the matrix verb “é provável”, which, as a raising verb, may as well host a subject position of the predication via aboutness, as the complement sentence realizes the nominative case and properly checks  $\Phi$ -features. The oddness attested for (11) may come from the indicative mood embedded from a speaker anchor whose modal domain is not the actual world;<sup>18</sup> although the evidence the speaker presumably disposes may well come from the factual world, the anchor of

---

<sup>16</sup> “It is likely that he doesn’t even remember this.”

<sup>17</sup> This is the infinitive form “lembrar” for the verb inflected (“lembre”) plus its accusative complement as the oblique pronoun “se”.

<sup>18</sup> An anonymous reviewer claimed that find this sentence acceptable in terms of Pimpão (1999) and Pimpão & Santos (2018) analysis, stating that this contrast may as well be explained as a grammar/variety difference. Nevertheless, this reviewer also stated to believe the explanation we offer still holds for the possibility of the use of the indicative in this context. We would like to thank the reviewer for this thoughtful consideration.

the prejacent<sup>19</sup> set on VP-event is running over worlds that are compatible to the speaker evidence and belief concerning the mental state of the participant of the event.

Although all the examples intend to solely illustrate how some instantiations of TAME may recur to more than one semantic category in order to be properly expressed in terms of its meaning, hopefully this paper could set the agenda for TARDIS and TAME investigation on BrP as a new enterprise in linguistic theory and analysis field. Modality has played a center role in this work; perhaps temporality, evidence or events could play a major role on other papers, interacting towards mood and modality in order to properly describe and explain phenomena. Thanks to TAME, TARDIS can not only take us there, but also take everyone everywhere without even leaving the here and the now.

## References

AIKHENVALD, A.Y. Evidentiality in typological perspective. *In*: AIKHENVALD, A.Y.; DIXON, R.M.W. (org.). **Studies in evidentiality**: Typological studies in language. v. 54. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2003. P. 1-33.

AIKHENVALD, A.Y. **Evidentiality**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

BACH, E. **Informal lectures on formal semantics**. Albany: State University of New York, 1989.

BACH, E. Natural language metaphysics. **Studies in logic and the foundations of mathematics**, v. 114, p. 573-595, 1986.

BACH, E. On Time, Tense, and Aspect: An Essay in English

---

<sup>19</sup> Considering that the proposition could be modalized as in "He might not even remember this".

Metaphysics. *In*: COLE, P. (org.). **Radical Pragmatics**. New York: Academic Press, 1981. p. 63-81.

BACH, E. Time and language. *In*: MOLSING, K. V.; IBAÑOS, A.M.T. (ed.). **Time and TAME in language**. Newcastle: Cambridge Scholars, 2013. p. 8-21.

BRINTON, L. **The development of English Aspectual Systems**. Cambridge Studies in Linguistics. New York: Cambridge University Press, 2006.

CHAO, W.; BACH, E. The Metaphysics of Natural Language(s). *In*: KEMPSON, R.; FERNANDO, T.; ASHER, N. (org.). **Philosophy of Linguistics**. Amsterdam: North Holland, Elsevier, 2012. v. 14, p. 175-196.

CHOMSKY, N. **Language and problems of knowledge: the Managua lectures**. Cambridge: MIT Press, 1988.

CHOMSKY, N. **Biolinguistics and the human capacity**. Budapest: MTA, 2004. Disponível em: <<http://www.chomsky.info/talks/20040517.htm>>. Acesso em: 1 jun. 2018.

CINQUE, G. **Adverbs and Functional Heads: a crosslinguistic perspective**. New York: Oxford University Press, 1999.

CINQUE, G. **Restructuring and functional heads: the cartography of syntactic structures**. New York: Oxford University Press, 2006.

COLE, D.J. **Hearing yourself think: Natural language, inner speech, and thought**. 2019, website. Disponível em: <https://www.d.umn.edu/~dcole//hearshot.htm>. Acesso em: 11 ago. 2020.

COSTA, J.C. The sciences of language: communication, cognition and computation. *In*: AUDY, J; MOROSINI, M. **Innovation and interdisciplinarity in the university**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

DAHL, Ö. Tense-aspect-mood-evidentiality (TAME) and the organization of human memory. *In*: MOLSING, K. V.; IBAÑOS,

A. M. T. (ed.). **Time and TAME in language**. Newcastle: Cambridge Scholars, 2013. p. 22-53.

FERREIRA, M. Alçamento temporal em complementos infinitivos do português. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, v. 62, 2020.

HACQUARD, V. **Aspects of Modality**. Dissertation (Linguistics Ph.D.). Massachusetts Institute of Technology, 2006.

HACQUARD, V. **Modality**. University of Maryland, 2009. Disponível em: <[http://ling.umd.edu/~hacquard/papers/HoS\\_Modality\\_Hacquard.pdf](http://ling.umd.edu/~hacquard/papers/HoS_Modality_Hacquard.pdf)>. Acesso em: 25 mar. 2020.

HOCKETT, C.F. The origin of speech. **Scientific American**, v. 203, p. 89-96, 1960.

KLEIN, W. How time is encoded? *In*: KLEIN, W.; LI, P. (org.). **The expression of time**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2009. p. 39-82.

KRATZER, A. What “must” and “can” Must and Can Mean. *Linguistics and Philosophy*, p. 337-355, 1977.

KRATZER, A. Modality. *In*: STECHOW, A. von; D. WUNDERLICH (org.). **Semantics: An International Handbook of Contemporary Research**. Oxford: Oxford University Press, 1991. p. 639-650.

KRATZER, A. **Modality for the 21st Century**. 19th International Congress of Linguists. Geneva, 2013. p. 181-201. Disponível em: <<https://cpb-us-w2.wpmucdn.com/campuspress.yale.edu/dist/3/1454/files/2016/02/modality-21century-u4e5ks.pdf>> Acesso em: 11 ago. 2020.

KRATZER, A. The notional category of modality. *In*: EIKMEYER, H.-J.; RIESER, H. (org.). **Worlds, Words, and Contexts**. Berlin: de Gruyter, 1981. p. 38-74.

KRATZER, A. Angelika Kratzer. 2014. Disponível em: <http://people.umass.edu/kratzer/>. Acesso em: 11 Ago. 2020.

KRATZER, A. **Where does modality come from?** 3rd EISSI (lecture). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

KRIPKE, S. **Naming and necessity**. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

LEWIS, D. **Counterfactuals**. Oxford: Blackwell, 1973.

LEWIS, D. Finkish Dispositions. **The Philosophical Quarterly**, v. 47, n. 187, p. 143-58, 1997.

LUDLOW, P. **Semantics, tense, and time**: an essay in the metaphysics of natural language. Cambridge: MIT Press, 1999.

LUNGUINHO, M. V. On the acquisition of root and epistemic modals in Brazilian Portuguese. **ReVEL**, special issue 8, 2014.

OLIVEIRA, R. P. A study on the semantics of Portuguese imperfective modals in epistemic contexts. **Revista Letras**, Curitiba, UFPR, n. 99, p. 58-74, jan./jun. 2019.

PAPAFRAGOU, A. The acquisition of modality: implications for theories of semantic representation. **Mind & language**, v. 13, n. 3, p. 370-399, 1998.

PENZ, Y. Drops de Semântica: de onde vieram e para onde vão as âncoras?. **Caderno De Squibs: Temas em Estudos Formais da Linguagem**, v. 4, n. 2, p. 65-75, 2020.

PIMPÃO, T. S. **Variação no presente do modo subjuntivo: uma abordagem discursivo-pragmática**. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

PIMPÃO, T. S.; SANTOS, W. S. Variação estável ou mudança em progresso? A expressão do modo subjuntivo em três variedades do português brasileiro. **Caderno Seminal Digital (Rio de Janeiro)**, v. 1, p. 248-290, 2018.

PORTNER, P. **Modality**. New York: Oxford University Press, 2009.

REICHENBACH, H. **Elements of Symbolic Logic**. New York: Dover Publications, Inc, 1947.

RIZZI, L. Notes on labeling and subject positions. *In*: DOMENICO, E. Di; HAMANN, C.; MATTEINI, S. (org.). **Structures, strategies and beyond: Studies in honour of Adriana Belletti**. Amsterdam: John Benjamins, 2015. p. 17-46.

RIZZI, L. On some properties of subjects and topics. *In*: Incontro di Grammatica Generativa, 30., **Proceedings [...]** Venezia: Cafoscarina, 2005. p. 203-224.

RIZZI, L. On the form of chains: criterial positions and ECP effects. *In*: CHENG, L.; CORVER, N. (org.). **On wh movement**. Cambridge, MA: MIT Press, 2006. p. 97-133.

SCHIFFER, S. Meaning and Formal Semantics in Generative Grammar. **Erkenntnis**, v. 80, n. 1, 2015, p. 61-87.

STEPHANY, U. Modality. *In*: FLETCHER, P.; GARMAN, M. (org.). **Language Acquisition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. p. 375-400.

VENDLER, Z. **Linguistics in Philosophy**. New York: Cornell University Press, 1967.

von FINTEL, K.; HEIM, I. **Intensional Semantics**. Cambridge: MIT, 2010.

# Paradigm Structure in French Verbal Inflection

Fatima-Zahra El Fenne\*

## Abstract

Verb inflectional morphology in French exhibits a range of complexities both in the structure of verb stems (stem-final latent consonant as in /par<sup>t</sup>-part/; vowel variation as in /ʒəte-ʒet/; stem-final nasal vowel as in /pɛ̃-peɲ/; suppletive forms as in /vəniɾ-vjẽ/; etc.) and the organization of the inflectional system, marked for five grammatical categories: tense, (aspect), mode, person and number, which in the majority of cases cannot be identified as a morphological or phonological unit. The main objective of this paper is to show that these morphosyntactic properties should be analyzed as a global affix, which operate within the same space, with no fixed order. This strategy has the advantage to 1) take into account all the verb's syntactic properties, 2) avoid multiple zero suffixes, 3) avoid the use of different analyses depending on the verb class, 4) avoid non-productive and phonologically unmotivated rules of insertion of theme vowels as in [dɔrm-i-r-ʒ] *dormirons*, and epenthetic consonants as in [ku-d-r-ʒ] *coudrons*, 5) account for French verb inflectional system in a simple and more explanatory way than strictly segmental analyses without “motivated” processes, using massive suppletion and/or stem dependencies, where inflected verbal forms are related by arbitrary implicational associations or quantitative measures based on extensive memorization, 6) provide a system in which paradigm structure in French verbal inflection is very regular, and 7) ensure a more natural and unified analysis. This analysis also has the property of explaining by means of a very general principle the realization of a stem final floating

---

\* Dr El Fenne is PES at University Mohammed V in Rabat, Department of French Studies, Faculty of Letters and Humanities.

consonant (FC) in front of the affixes /jɔ̃/ and /je/ as in front of any suffix beginning with an empty onset. The verb inflectional paradigmatic structures will be captured within Construction Morphology (CxM) as stated in Booij (2010) and Jackendoff & Audring (2018).

Keywords: French verbs. TAM. Global affix. Floating consonant. Phonological constraint. CxM.

# La structure des paradigmes flexionnels dans le système verbal du français

## Resumen

La flexion verbale en français présente un certain nombre de complexités à la fois dans la structure des radicaux verbaux (consonne latente en fin de radical comme dans /par<sup>t</sup>-part/; variation vocalique comme dans /ʒəte-ʒet/; variation voyelle nasale/orale comme dans /pɛ̃-peɪ/; des formes supplétives comme dans /vəniɾ-vjɛ̃/; etc.), et aussi dans l'organisation du système flexionnel, qui est marqué par cinq catégories grammaticales : temps, (aspect), mode, personne et nombre, et qui sont, dans la majorité des cas, non isolables sous formes de suffixes propres. L'objectif principal de cette étude est de montrer que ces propriétés morphosyntaxiques devraient être analysées comme un suffixe global, où elles opèrent dans un même espace et de façon non ordonnée. Cette stratégie a l'avantage 1) de rendre compte de toutes les propriétés morphosyntaxiques, 2) d'éviter de poser de multiples suffixes zéro, 3) d'éviter une analyse différente selon le type de classe verbale, 4) d'éviter le recours à des règles non productives et phonologiquement non motivées d'insertion de voyelles thématiques (ex. : [dɔrm-i-r-ɔ̃] *dormirons*) et d'insertion de consonnes épenthétiques (ex. : [ku-d-r-ɔ̃] *coudrons*), 5) de rendre compte du système flexionnel verbal du français de



manière simple et plus explicative que les analyses strictement segmentales sans processus “motivés”, qui recourent à une supplétion massive, ou à une analyse de dépendance, où les formes verbales fléchies sont reliées par des associations implicatives arbitraires, ou encore des mesures quantitatives basées sur une mémorisation extensive, 6) de fournir un système où la structure paradigmatique verbale est très régulière, et 7) de proposer une analyse plus naturelle et unifiée. Cette analyse a également l’avantage d’expliquer au moyen d’un principe très général la réalisation d’une consonne flottante (CF) finale de radical devant les suffixes /jɔ̃/ et /je/ comme devant tout suffixe commençant par une attaque vide. Les structures paradigmatiques flexionnelles seront exemplifiées dans le cadre de la Morphologie de Construction (CxM), tel que posé dans Booij (2010) et Jackendoff & Audring (2018).

Mots clés : Morphologie verbale du français. TAM. Suffixe global. Consonne flottante. Contraintes phonologiques. CxM.

Recebido em: 03/04/2020

Aceito em: 10/07/2020

## Introduction

French verbal inflection has received a revived interest in the past two decades in formal linguistics as well as in psycholinguistics research. A recurrent issue is the contrasting regular-irregular verb classes and the representation of the patterns of regularity and irregularity in the French verbal paradigms. Two distinct approaches are competing to account for the regularity and the degree of allomorphy of the verb form inflection, which displays stem vocalic alternation in 1<sup>st</sup> conjugation verbs ending in *-er* like [ap(ə)lɔ̃-apɛl] *nous appelons/ils appellent* of the verb *appeler* ‘to call: we/they call’, and stem final latent consonant (LC)<sup>1</sup> as in [fini-finis] of *finir* ‘to finish’, [dɔ̃r-dɔ̃rm]<sup>2</sup> of *dormir* ‘to sleep’, observed in 588 (non-defective, non-suppletive) French verbs of the traditional 2<sup>nd</sup> and 3<sup>rd</sup> conjugation:

1) The linear approaches, which deny any type of phonological conditioning of the C/Ø alternation, analyze the presence of LCs either as an epenthetic segment or a suppletive form (i.e. the memorization of two or more stems); for example, the verb *finir* would have two forms: /fini, finis/ and *coudre* ‘to sew’, three forms: /ku, kuz, kud-r/.

2) The nonlinear approaches postulate one form and argue that the presence/absence of final LCs is phonologically predictable; it is caused by a universal phonological constraint, i.e. The No Empty Onset Principle, which constitutes a universal core: an obligatory subset of the CV bias encoded by Itô’s (1989) Onset Principle. It expresses the only universal manifestation of the constraint: \*C\$V, where \$ is a syllabic boundary.

<sup>1</sup> Latent consonants refer to the well-known consonant/zero (C/Ø) alternation found in many other morphological and syntactic environments of the French language (eg. *petit* / *petite* / *petitesse* / *petit ami* [pati/pəti/pətitɛs/pətitami]) where a word can appear with two forms: a short form when followed by another word or suffix consonant initial and a long form when the following word or suffix is vowel initial.

<sup>2</sup> For reasons of simplicity, the French uvular fricative [R, ʁ] is transcribed as /r/ in this paper.

(1) **No Empty Onset Principle:** (Paradis and El Fenne, 1995, p. 189)

(Universal within stems and bound-stem derivation).

An empty onset cannot be preceded\* by a consonant, either floating or anchored.

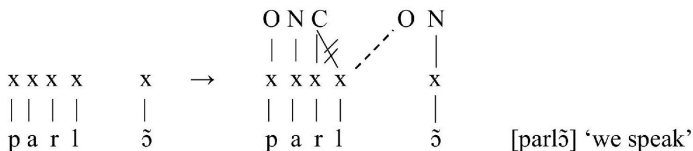
\* Precedence is established on syntactic and morphological grounds.

Domain of activation of this principle in French: the whole lexicon and some syntactic domains.

In these models LCs are construed as floating consonants (FC)<sup>3</sup> with regard to the skeleton. As sketched in (2a), the stem final permanent consonant (PC) is re-syllabified in the following empty onset, while (2b) indicates that once syllabified, the FC is assigned a timing unit (TU) by respect to the Node Generation Convention in (3).

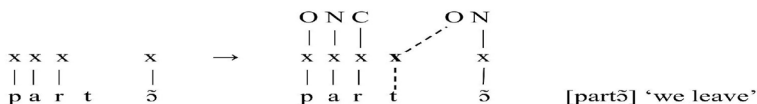
(2) Representation of verb stem final PC and verb stem final FC

a) *Underlying form: verb final PC /parl/*

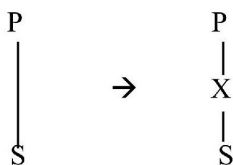


<sup>3</sup> FC refers to stem final consonant without a timing unit at the skeletal tier of the syllable. Cf. also Hyman (1985), Prunet [1986]/(1992), Paradis and El Fenne (1991, 1992, 1995), Zoll (1994), among others.

b) Underlying form: verb final FC /par'/<sup>4</sup>



(3) Node Generation Convention (Archangeli and Pulleyblank, 1986, p. 75)



A rule or convention assigning some feature or node  $x$  to some node  $b$  creates a path from  $x$  to  $b$ .

Where P is a syllabic constituent and S, a segment.

In this vein, Paradis and El Fenne (1992; 1995) have demonstrated the necessity of the skeleton to account for the presence/absence of LCs in French verbal stems. The outcome of their analysis has brought a new insight to the partition of regular/irregular verb classes, i.e. French verbal stems are mainly divided into two large categories: those with final FC and

---

<sup>4</sup> Superscript consonant in /par'/ stands for a FC.

never select [-er] infinitive suffix and those with final PC, which constitute the vast majority of [-er] group (94% out of the 12000 French verbs) (cf. PARADIS; EL FENNE, 1995, p. 200). From this perspective, the derivation of verb inflectional paradigms is very regular, contrasting with the linear approach analyses which reject the morphophonological processes.<sup>5</sup> This phenomenon of floating segments is not limited to French language, similar processes can be observed in Samoan, a Polynesian language, where final latent consonants alternate with Ø.<sup>6</sup>

(4) *FC in Samoan language* (HARRIS, 2011)

| <u>Underlying</u><br><u>Representation</u> | <u>without suffix</u><br><u>Simple temps</u> | <u>with suffix</u><br><u>Perfectif</u> |             |
|--------------------------------------------|----------------------------------------------|----------------------------------------|-------------|
| /tanis/                                    | tani 'weep'                                  | tanis-is                               | 'wept'      |
| /inun/                                     | inu 'drink'                                  | inun-ia                                | 'drunk'     |
| /uluf/                                     | ulu 'enter'                                  | uluf-ia                                | 'entered'   |
| /apit/                                     | api 'take'                                   | apit-ia                                | 'taken'     |
| /saof/                                     | sao 'collect'                                | saof-ia                                | 'collected' |
| /itarj/                                    | ita 'irritate'                               | itarj-ia                               | 'irritated' |

Along with Paradis and El Fenne (1992; 1995) and El Fenne (1994), stem final LCs in French verbal inflection are construed as FCs in this paper. This approach enables to 1) account for the C/Ø alternation in an effective and more explanatory way than linear analyses, 2) better understand the verb-internal morphological structure and 3) highlight the paradigmatic distribution of inflectional affixes.

The main objective of this paper is to investigate verb inflectional structure in French to show that the markers of Tense and Mode, which in the majority of cases cannot be identified as a morphological or phonological unit, should be analyzed

<sup>5</sup> Nevertheless, the linear approaches like Kilani-Schoch and Dressler (2005), Bonami and Boyé (2007), Boyé (2011), have come to the conclusion that the derivation of verb inflectional paradigms of the 2nd verb conjugation seems to be even more regular than 1st group verbs, even if this latter is more productive and does not display LCs.

<sup>6</sup> Cf. Prunet (1992) who maintains that latent consonants, which he analyzes as FC, are not limited to French and that this phenomenon can be observed in verbal stems in Maori. Also, Zoll (1994), for an analysis of the C/Ø alternation (and latent/ floating segments, in general) in Chaha and Yawelmani, and for arguments in favor of the underlying representations.

as being inherent to the markers of Person and Number.<sup>7</sup> For example, if we consider the 3<sup>rd</sup> plural (pl.) Imperfect (Imp.) Indicative (Ind.) *ils parlaient* ‘they have been speaking’ /parl-ε/, /parl/ is the verb basic stem and /ε/, the Tense marker of the 3pl. Imp. Ind.; there is no phonetic sign that shows the presence of any particular Mode, Person, or Number marker. Likewise, /jǝ/, in /parl-jǝ/ *nous parlions* ‘we have been speaking’, is the Tense marker of the 1pl. Imp. Ind. In reality, [ε] and [jǝ] comprise various morphosyntactic information; therefore, these affixes should be analyzed as non-decomposable global affixes, where all the grammatical properties operate within the same space, with no fixed order. This strategy has the advantage to 1) take into account all the verb grammatical properties, 2) avoid resorting to a multitude of morphological rules to justify the absence of Tense, Mode, Person and Number markers in the many cases where these markers are not traceable phonetically or phonologically, and 3) account for French verb inflectional system in a simple and more explanatory way than strictly segmental analyses without “motivated” processes, using massive suppletion and/or stem dependencies, where inflected verbal forms are related by arbitrary implicational associations (MORIN, 1987; BLEVINS, 2006; BOYÉ, 2011; MONTERMINI; BONAMI, 2013), or an analysis based on unnatural phonological classes, using massive rules of insertion and conversion rules to justify the inflected forms within French verbal paradigms (KILANI-SCHOCH; DRESSLER, 2005); or quantitative measures based on extensive memorization (SEYFARTH *et al.* 2014; SIMS, 2015; BLEVINS, 2016). Furthermore, the combination of the grammatical morphosyntactic properties eludes the problematic

---

<sup>7</sup> Aspect is not expressed as a specific morpheme in French; it is identified as a construction form (complex or simple form) of an inflected verb. More details about Aspect are presented in section 4.

morpheme variants and the challenged elements order.<sup>8</sup> This approach is applied to French in this study but it could extend straightforwardly to other languages (cf. EL FENNE, 2018; 2020, on verbal system in Standard Arabic).

The paper is organized as follows: Section 2 investigates French verb inflectional structure; Section 3 discusses the distribution of the affixes [jɔ̃] and [je] of the 1pl. and 2pl. of the Imperfect Indicative, Present Subjunctive, Present Conditional, and explains why these markers should be analyzed as a blended affix, formed of a diphthong. Finally, Section 4 imparts the treatment proposed to account for the distribution of the grammatical morphosyntactic properties, i.e. Tense, Mode, Person and Number, in French verbal paradigms. The analysis is sketched within the model of Construction Morphology (CxM) as developed in Booij (2010), and Booij and Audring (2015), where morphological patterns are represented as constructional abstract schemas (cf. also, JACKENDOFF, 2002).

## 2 French verb's inflectional structure: proposal

Recall that the verbal inflected forms studied in this paper are based on Standard Spoken French, as normally used by educated persons in the francophone world. In other words, the tables of the verb inflectional paradigms presented in this section reflect the ideal language skills and do not report all the existing regional variations.

As indicated in Section 1, LCs play an important role in French inflectional morphology and are construed as FCs in

---

<sup>8</sup> Cf. Chomsky (1965, p. 173), for a critical statement on affix order in terms of morpheme sequences, and the use of zero suffixes.

this study. The following subsections show that the distinction between PC and FC is essential to grasp paradigm structure in French verbal inflection.<sup>9</sup> For space reasons, the analysis is only exemplified within three tenses of the Indicative Mode, i.e. Present, Imperfect and Future.

## 2.1 The Present Indicative

The classification of the inflected forms of the Pres. Ind. of the verbs *parler* ‘speak’, *finir* ‘finish’, *cuire* ‘cook’, *partir* ‘go’, *connaître* ‘know’, *coudre* ‘sew’, all of which have a single basic stem, is illustrated in tableau (5). The superscript consonant in the singular forms indicates the presence of a FC, and /\*/ indicates that the inflected forms contain a suffix as a timing unit (TU), which cannot be isolated in this table because of the linear representation of the verbal forms.

(5) Examples of inflected forms of the Pres. Ind.

|     | <i>Parler</i> | <i>Finir</i>      | <i>Cuire</i>     | <i>Partir</i>    | <i>Connaître</i>  | <i>Coudre</i>   |
|-----|---------------|-------------------|------------------|------------------|-------------------|-----------------|
| 1sg | parl          | fini <sup>s</sup> | kɥi <sup>z</sup> | par <sup>t</sup> | kɔnɛ <sup>s</sup> | ku <sup>z</sup> |
| 2sg | parl          | fini <sup>s</sup> | kɥi <sup>z</sup> | par <sup>t</sup> | kɔnɛ <sup>s</sup> | ku <sup>z</sup> |
| 3sg | parl          | fini <sup>s</sup> | kɥi <sup>z</sup> | par <sup>t</sup> | kɔnɛ <sup>s</sup> | ku <sup>z</sup> |
| 1pl | parl-ɔ̃       | finis-ɔ̃          | kɥiz-ɔ̃          | part-ɔ̃          | kɔnɛs-ɔ̃          | kuz-ɔ̃          |
| 2pl | parl-e        | finis-e           | kɥiz-e           | part-e           | kɔnɛs-e           | kuz-e           |
| 3pl | parl          | finis*            | kɥiz*            | part*            | kɔnɛs*            | kuz*            |

Tableau (5) indicates that the paradigm of the Pres. Ind. is based on the basic stem (root), and that the Pres. Ind. has no singular marking; the Tense markers of the 1pl. and 2pl. are /ɔ̃/

<sup>9</sup> Of course, the verbs *être*, *aller*, *avoir* and *faire*, which also behave as modals, and which present a highly allomorphic stem variation, are analyzed as having suppletive forms because the alternations they display are not motivated morphologically or phonologically; thus, they must be learned.



and /e/, respectively; the 3pl has for Tense marker a TU (a bare x-slot), a suffix which associates to the stem final consonant if it is a FC (HYMAN, 1985; EL FENNE, 1994; PARADIS; EL FENNE, 1995); this suffix is responsible for the realization of a FC in the 3pl. Pres. Ind., and is formalized in (6):

(6) Morphophonological rule of the 3pl Pres. Ind.

$$\begin{array}{ccc} \emptyset & & \mathbf{x} \\ & \rightarrow & | \\ \mathbf{C} & & \mathbf{C} \end{array}$$

Thus, Pres. Ind. displays three suffixes: /ʒ/, /e/ and a TU.

1pl → /jʒ/

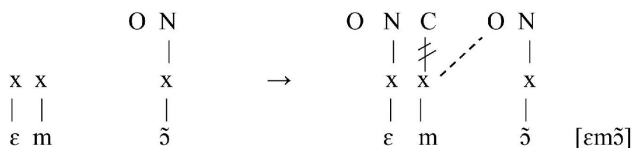
2pl → /je/

3pl → a TU

elsewhere, the Pres. Ind. is unmarked.

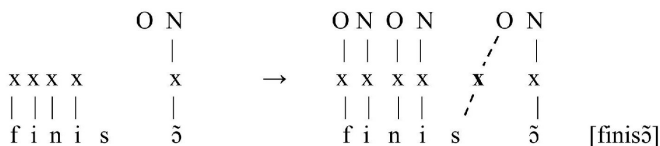
As sketched in (7), (8) and (9), the verbal forms of the type /em-ʒ/ *nous aimons*, *aimer* ‘we love’, /finis-ʒ/ *nous finissons*, *finir* ‘we finish’, /part-ʒ/ *nous partons*, *partir* ‘we leave’ and /kuz-ʒ/ *nous cousons*, *coudre* ‘we sew’ are analyzed as being formed with a stem and a suffix.

(7) *Aimons, 1pl Pres. Ind.*

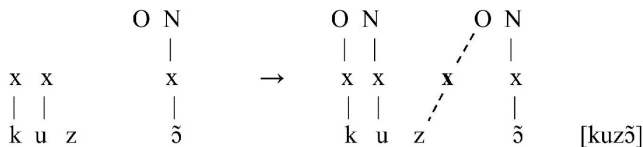


The structure in (7) shows that the last consonant of the stem /m/ is resyllabified in the empty onset of the suffix /ð/. Here, as elsewhere, this resyllabification is analyzed as a repair strategy (cf. PARADIS, 1988a, 1988b) which serves to preserve the Onset Principle. Recall that this principle does not allow empty onsets to be preceded by a consonant, whether it is permanent as in (7) or floating as in (8) and (9).

(8) *Finissons, 1pl Pres. Ind.*



(9) *cousons, 1pl Pres. Ind.*



The realization of the FC in the 3pl. of the verbs presented in (10a,b) is a result of the morphophonological rule of the 3pl. Pres. Ind. presented in (6), which associates a TU to the stem final FC.

(10a) *Finir (il finit, ils finissent)*

| UR        | 3sg              | 3pl               |
|-----------|------------------|-------------------|
| x x x x   | x x x x          | x x x x x         |
|           |                  |                   |
| f i n i s | f i n i ø [fɛni] | f i n i s [finis] |

b) *coudre (il coud, ils cousent)*

| UR    | 3sg        | 3pl         |
|-------|------------|-------------|
| x x   | x x        | x x x       |
|       |            |             |
| k u z | k u ø [ku] | k u z [kuz] |

As it can be observed, the display of FC in verbal stems is very regular. Without the notion of FC and the underlying representations, it would be arduous to account for the C/Ø alternation unless one uses costly mechanisms such as epenthesis or suppletion, which both imply massive memorization (cf. BONAMI; BOYÉ, 2007; KILANI-SCHOCH; DRESSLER, 2005; BOYÉ, 2011; MONTERMINI; BONAMI, 2013; ESTIVALET; MEUNIER, 2016, among others).

## 2.2 The Imperfect Indicative

As for the Pres. Ind., the inflected verbs of the Imp. Ind. are formed with a single basic stem and the inflectional affixes as

illustrated in (11).

(11) *Examples of inflected forms of the Imp. Ind.*

|     | <i>Parler</i> | <i>Finir</i> | <i>Cuire</i> | <i>Partir</i> | <i>Connaître</i> | <i>Coudre</i> |
|-----|---------------|--------------|--------------|---------------|------------------|---------------|
| 1sg | parl-ε        | finis-ε      | kɥiz-ε       | part-ε        | kɔnɛs-ε          | kuz-ε         |
| 2sg | parl-ε        | finis-ε      | kɥiz-ε       | part-ε        | kɔnɛs-ε          | kuz-ε         |
| 3sg | parl-ε        | finis-ε      | kɥiz-ε       | part-ε        | kɔnɛs-ε          | kuz-ε         |
| 1pl | parl-jɔ̃      | finis-jɔ̃    | kɥiz-jɔ̃     | part-jɔ̃      | kɔnɛs-jɔ̃        | kuz-jɔ̃       |
| 2pl | parl-je       | finis-je     | kɥiz-je      | part-je       | kɔnɛs-je         | kuz-je        |
| 3pl | parl-ε        | finis-ε      | kɥiz-ε       | part-ε        | kɔnɛs-ε          | kuz-ε         |

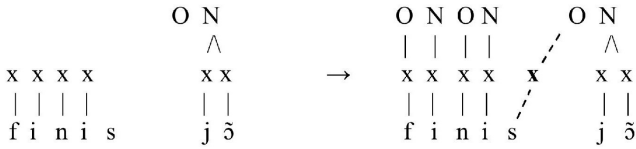
Stem final FCs are naturally realized with respect to the Onset Principle since the inflectional suffixes have an empty onset. Thus, the system proposed in this paper includes three suffixes: /jɔ̃, je, ε/.

1pl → /jɔ̃ /  
2pl → /je/  
elsewhere, /ε/.

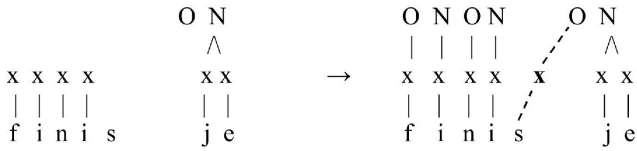
The fact that the suffixes /jɔ̃/ and /je/ of the 1pl. and 2pl. contain a diphthong<sup>10</sup> is crucial, otherwise we won't be able to explain, among other things, the realization of a FC in the end of verbal stems. Configurations (12) and (13) show that the suffixes [jɔ̃] and [je] constitute each one the nucleus of a syllable with an empty onset; this constrains the stem final FC to anchor to the empty onset, and thus allows it to be realized.

<sup>10</sup> A diphthong is a combination of two adjacent vowels within the same syllable; also, known as a gliding vowel.

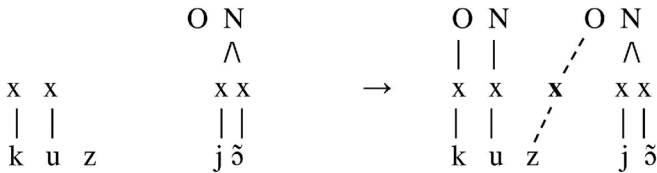
(12)a) *1pl Imp. Ind. /fini<sup>s</sup>-jɔ̃/* [finisjɔ̃]



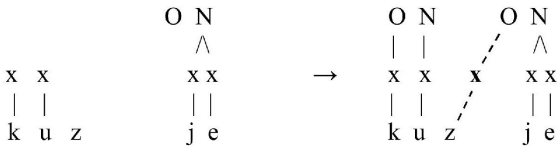
(b) *2pl Imp. Ind. /fini<sup>s</sup>-je/* [finisje]



(13)a) *1pl Imp. Ind. /ku<sup>z</sup>-jɔ̃/* [kuzjɔ̃]

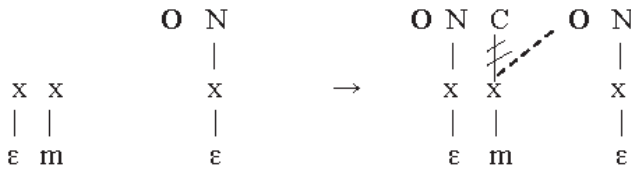


b) *1pl Imp. Ind. /ku<sup>z</sup>-je/* [kuzje]

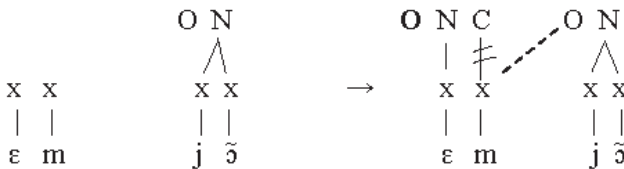


Here as elsewhere, the anchoring of a final consonant, be it floating as in (12) and (13) or permanent as in (14), to the empty onset of the suffixes /jɔ̃, je, ε/ takes place according to the Onset Principle.

(14)a) *sg and 3pl Imp. Ind.* /εm-ε/ [εmε]



b) *1pl Imp. Ind.* /εm-jð/ [εmjð]



## 2.3 The Future Indicative

The Future Tense is problematic for models which posit one suffix /-r/<sup>11</sup> (cf. SCHANE, 1968; VAN DEN EYNDE; BLANCHE-BENVENISTE, 1970; GERTNER, 1973; MORIN, 1987; KILANI-SCHOCH; DRESSLER, 2005, among others) since they have to resort to a collection of rules of insertion/epenthesis of thematic vowels and epenthetic consonants to account for /ə/ in [parləra] *parlera*, /i/ [finira] in *finira* and [dɔrmira] *dormira*, /d/ in [kudra] *coudra* and [pɛdra] *perdra*, /t/ in [kɔnɛtra] *connaitra*, etc.

In this paper, the Fut. Ind. is simply based on the Infinitive form.<sup>12-13</sup> This perspective allows easily to account for the

11 In these analyses, the Future marking /r/ is different from the one of the Infinitive forms.

12 Cf. Paradis and El Fenne (1995) for a detailed analysis on French verb classes; they posit five Infinitive suffixes: /er/ as in /jāt-e/ *chanter*; /r/ as in /finis-r/, /diz-r/, /pɛrd-r/, /finir, dire, perdre/; /ir/ as in /sɔt-ir/, /modis-ir/, /sentir, maudire/; /Tr/ (tr,dr) as in /kɔnes-tr/, /bat-tr/, /kuz-dr/, /connaitre, coudre/; /war/ as in /dɔv-war/, /rɔsɔv-war/, /puv-war/, /devoir, recevoir, pouvoir/.

13 See also Boyé (2011) and Estivalet and Meunier (2015) who indicate, though informally, that the Future tense is based on the Infinitive form, founding their analyses on psycholinguistic tests.

consonants /d/ and /t/ and the vowels /i/ and /ə/ present in the inflected forms of this tense; this is illustrated in tableau (15).

(15) *Examples of inflected forms of the Future Indicative*

|     | <i>Parler</i> | <i>Finir</i> | <i>Cuire</i> | <i>Partir</i> | <i>Connaître</i> | <i>Coudre</i> |
|-----|---------------|--------------|--------------|---------------|------------------|---------------|
| 1sg | parlər-e      | finir-e      | kʷir-e       | partir-e      | kənɛtr-e         | kudr-e        |
| 2sg | parlər-a      | finir-a      | kʷir-a       | partir-a      | kənɛtr-a         | kudr-a        |
| 3sg | parlər-a      | finir-a      | kʷir-a       | partir-a      | kənɛtr-a         | kudr-a        |
| 1pl | parlər-ɔ̃     | finir-ɔ̃     | kʷir-ɔ̃      | partir-ɔ̃     | kənɛtr-ɔ̃        | kudr-ɔ̃       |
| 2pl | parlər-e      | finir-e      | kʷir-e       | partir-e      | kənɛtr-e         | kudr-e        |
| 3pl | parlər-ɔ̃     | finir-ɔ̃     | kʷir-ɔ̃      | partir-ɔ̃     | kənɛtr-ɔ̃        | kudr-ɔ̃       |

Selkirk [1972]/(1980, p. 346) also puts forward that the forms of the future indicative and the present conditional are based on the infinitive and that “The first conjugation infinitive ending -er [e] appears as [ər] in pre-tonic position in the Future forms”. Thus, the inflected forms of the Future of verbs ending in -er are derived by means of a morphophonological rule, which changes /e/ to /ə/ in front of a stressed syllable as formalized in (16).

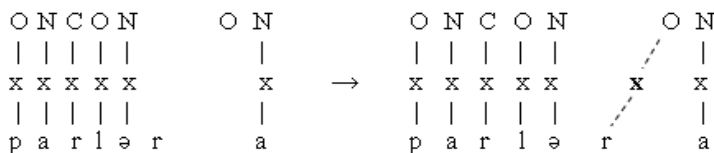
(16) *Infinitive morpheme reduction of verbs in -e<sup>r</sup>*<sup>14</sup>

e → ə / \_\_ CV (Future and Present Conditional)

Rule (16) usefully replaces the rule of insertion of a thematic vowel, found in most French verbal inflection analyses, in that it highlights the link between the nature of the vowel of the infinitive -er and the nature of the segment supposedly inserted. The application of this rule to verbs ending in -er activates derivations as in (17).

<sup>14</sup> The presence of the floating /r/ of the verbs infinitive /-er/ is partially justified by its realization in context of liaison as in *adopter*□*un enfant*, *mener*□*un combat*, *traverser*□*une crise*, etc., observed in neat talks (these examples are taken from Tranel (1981, p. 234); see also Morin and Kaye (1982), Encrevé (1988)).

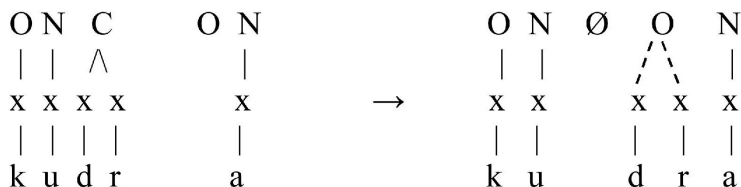
(17) *parler/il parlera* [parləra]



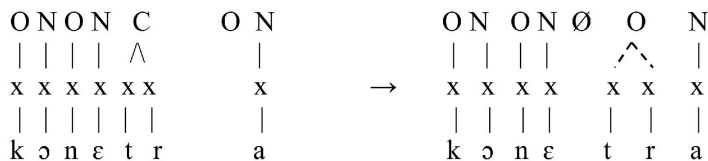
It is also asserted that schwa is subject to deletion when it is preceded by a single consonant since its onset can form a coda with the previous syllable; for example, /ɛm(ə)ra/ → [ɛm.ra] *il aimera* ‘he will like’.

The derivational structures of the Fut. Ind. in (18a,b) show that the final consonants /dr/ and /tr/ of the verbal theme, both are in onset position since if we posit /d/ or /t/ in coda position and /r/ in the empty onset, this configuration would constitute a bad syllabic contact in terms of sonority hierarchy.

(18) Derivational structure of the Future tense.



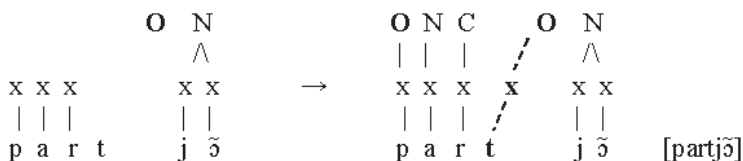
b) *connaître/il connaîtra* [kɔnɛtra] ‘know/he will know’





**Table 1**

( ) 2 5 9



Diphthongation is a natural and widespread phonological phenomenon. There are many arguments in favor of the presence of diphthongs in Standard French (cf. KAYE; LOWENSTAMM, 1984, on glides distribution: glides cannot appear in front of any vowel; the glide-vowel sequence is analyzed as a diphthong if it leads to the deletion of a definite article vowel as in *le oiseau* /lwazo/ ‘bird’ and *la huître* /lɥitr/ ‘oyster’ as opposed to *le whisky* /ləwiski/ ‘whisky’); *Liaison* phenomenon is another argument to assume that the glide-vowel sequence is a diphthong when it provokes an obligatory *liaison* (eg. *petit\_oiseau* /pətitwazo/ ‘little bird’ versus *petit#whisky* /pətiwiski/ ‘little whisky’). *Liaison* in *petit\_oiseau* is activated because the glide is part of the nucleus, which explains the realization of the final /t/ of *petit* in the next empty onset. On the other hand, *liaison* is blocked in *petit # whiskey* because, in this case, the glide occupies the onset position.

Another characteristic of diphthongs is that they are unbreakable even in pronunciation. For example, if we compare the verbal forms *louer* ‘praise’ and *fuir* ‘run away’, it appears that the first can have both pronunciations: /lue/ (slow speech) and /lwe/ (fast speech) while /fɥir/ can never be performed \*/fɥir/; similarly for words like /atãsjɔ̃/ ‘attention’ and /pje/ ‘foot’, which are never realized as \*/atãsi(j)ɔ̃/ and \*/pi(j) e). These examples argue in favor of the existence of diphthongs /jɔ̃/ and /je/ independently of the case of our concern here.

In fact, the arguments in favor of the existence of diphthongs in standard French underpin the analysis of /-jɔ̃/ as a diphthong and make it plausible.

## 4 The distribution of grammatical morphemes in French verbal inflection: Paradigm structure and Construction Morphology CxM

This section explores the morphological distribution of French verbal inflectional suffixes. The purpose is to demonstrate that the combination of Tense, Mode, Person and Number Features within a single slot reveals the effective morphological mechanism of verbal inflection and ensures a more natural and unified analysis of French verbal system. The grammatical Aspect<sup>15</sup> (encoded in the perfective ‘completed event’ / imperfective ‘ongoing event’) cannot merge with the other grammatical morphemes simply because, in French, Aspect does not have any specific morpheme; rather it is expressed as a construction form (simple vs complex),<sup>16</sup> i.e. simple forms without auxiliary are related to the finite Tenses (imperfective, eg. *il dort, il dortait, il dormira* ‘he sleeps/ was sleeping/ will sleep’), and complex forms are formed with an auxiliary (have/be) followed by a past participle (perfective, eg. *Il a dormi, il avait dormi, il aura dormi* ‘he slept/ had slept/ would have slept’). This paper only deals with the imperfective aspect (simple forms), i.e. finite tenses (Ind. Present, Imperfect, Future, Conditional present, and Subjunctive present).

The analysis of French verbal inflection is sketched within the model of Construction Morphology (CxM) as developed in Booij (2010), and Booij and Audring (2015), where word formation patterns are represented as constructional abstract

---

15 The notion of Aspect deals with the internal temporal constituency of actions, events, states, processes or situations (COMRIE, 1976). It is common to distinguish between grammatical aspect and lexical aspect (BINNICK, 1991). Also, grammatical aspect is subject to clear crosslinguistic differences (HAMM; BOTT, 2018).

16 For this reason, Aspect is quite often confused with Tense.

schemas /FORM/[<sub>[FUNCTION]</sub>] ↔ ‘MEANING’,<sup>17</sup> where /FORM/ indicates the phonological form of words (sounds/segments) and [FUNCTION], a set of morphosyntactic features, and where the morphological as well as phonological constraints are assumed in terms of what Jackendoff (2002) has called Parallel Architecture of Grammar:

**Phonological structure ↔ Morpho-Syntactic structure ↔ Conceptual structure**

It assumes a phonological form for all the lexemes and morphemes, and the traditional distinction between words and rules surfaces instead as the absence or presence of variables in lexical items, i.e. a new word is formed by replacing the variable [x] in the schema with a concrete word; for example, the abstract schema  $[[x]_{vi} [AF]_{vj}]_{vj}$ , where [x] is a verbal theme and AF, an affix, is a projection of the paradigmatic relationship between a set of inflected forms as illustrated in (20).

$$(20) < [[x]_{v \text{ Inf.}} [AF]_{1pl \text{ Fut. Ind.}}]_{v \text{ 1pl Fut. Ind.}} >$$

$$< [[\text{finir}]_{v \text{ Inf.}} [\tilde{s}]_{1pl \text{ Fut. Ind.}}]_{v \text{ 1pl Fut. Ind.}} >$$

$$< [[\text{partir}]_{v \text{ Inf.}} [\tilde{s}]_{1pl \text{ Fut. Ind.}}]_{v \text{ 1pl Fut. Ind.}} >$$

$$< [[\text{k}\text{on}\text{e}\text{tr}]_{v \text{ Inf.}} [\tilde{s}]_{1pl \text{ Fut. Ind.}}]_{v \text{ 1pl Fut. Ind.}} >$$


The relation between the abstract schema and the individual verbs that conform to it is that of instantiation. Thus, abstract schemas express generalizations about sets of existing inflected forms, and provide the recipes for coining new inflected forms<sup>18</sup> (BOOIJ, 2010). Words, syntactic structures, etc. are assumed to be mentally stored as constructs or constructions. Constructs are specific (actual words or phrases) while constructions are more general patterns stored as templates or schemas.

<sup>17</sup> For simplification, I retain Spuy's notation.

<sup>18</sup> An important challenge for Word and Paradigm models is the limited productivity.

CxM is an appropriate framework for the analysis of French modelling verbal morphology in that the phonology-morphology interface is maintained, and the rules of formation (which are procedural and overpowerful) are replaced by a constructional approach of templates and schemas “which can be derived directly from the lexical items that motivate them” (JACKENDOFF; AUDRING, 2018, p. 10).<sup>19</sup>

Regardless of the analysis adopted, there is essentially two ways to account for all the grammatical markings of the finite Tenses (imperfective): either by supporting multiple zero affixes, or by positing a ‘Global Affix’ (GAF) where the morphosyntactic properties are combined within the same slot. For example, the first solution for [parl] *je parle* ‘I speak’ is to argue that this form is composed of a basic stem, a Tense marker Ø, a Mode marker Ø, a Person marker Ø, and a Number marker Ø, i.e. /parl - Ø1 - Ø2 - Ø3 - Ø4 /, where - Ø1, - Ø2 - Ø3 - Ø4 represent, phonologically, the absence of these markers. In other words, one must admit that previous accounts also, implicitly, resort to the concept of GAF; this is the case for Person markers that implicitly include Number, and Tense makers that include Mode. Coupe (2013) observes though informally that Tense and Mode share intertwined relationship and are analyzed as a “hybrid tense/mood system” to explain the contrasting presence/absence of these major grammatical categories.<sup>20-21</sup>

In the system I propose, there is only one GAF, which consists of the fusion of all the grammatical morphosyntactic properties (eg. /parl-ε/, where /ε/ reflects simultaneously the features of *T/M/P/N*).

19 As pointed out by a reviewer, my analysis can be easily transposed to other frameworks that propose affixal segmentation. However, and in contrast with Distributed Morphology, the relevance of CxM is indorsed in its capacity of 1) replacing rules of formation, which are procedural and overpowerful, by motivated schemas, which are more natural and general, and 2) providing a system in which both the productive and the irregular aspects of language can be accounted for.

20 Coupe (2013) describes the fusion of tense and mood as a result of a diachronic phenomenon related to nominalizing morphology.

21 Cf. also Zwicky (1985, p. 374), for the combination of morphosyntactic properties, i.e. case, gender and number in German declension.

(21) **Global AFFIX (GAF) :**

GAF is an abstract slot for inflectional material; it represents the combination of a set of morphosyntactic features, which operate within the same space with no fixed order.

GAF, as a complex affix, permits to avoid morpheme zero phenomenon, provides a system in which all the morphosyntactic properties are comprised, and ensures a natural and unified analysis. In other words, GAF empowers, from a phonological and morphological point of view, the analysis of French verbal inflection, as demonstrated below.

The following tableaux indicate the decomposition of the inflected forms in the paradigms of the French Finite Tenses:

(22) Representation of the Imperfective tenses inflected forms

a) PRES IND

|     | <i>Parler</i> | <i>Finir</i> | <i>Cuire</i> | <i>Partir</i> | <i>Connaître</i> | <i>Coudre</i> |
|-----|---------------|--------------|--------------|---------------|------------------|---------------|
| 1sg | stem          | stem         | stem         | stem          | stem             | stem          |
| 2sg | stem          | stem         | stem         | stem          | stem             | stem          |
| 3sg | stem          | stem         | stem         | stem          | stem             | stem          |
| 1pl | stem-ð        | stem-ð       | stem-ð       | stem-ð        | stem-ð           | stem-ð        |
| 2pl | stem-e        | stem-e       | stem-e       | stem-e        | stem-e           | stem-e        |
| 3pl | stem          | stem         | stem         | stem          | stem             | stem          |

b) IMP IND

|     | <i>Parler</i> | <i>Finir</i> | <i>Cuire</i> | <i>Partir</i> | <i>Connaître</i> | <i>Coudre</i> |
|-----|---------------|--------------|--------------|---------------|------------------|---------------|
| 1sg | stem-ε        | stem-ε       | stem-ε       | stem-ε        | stem-ε           | stem-ε        |
| 2sg | stem-ε        | stem-ε       | stem-ε       | stem-ε        | stem-ε           | stem-ε        |
| 3sg | stem-ε        | stem-ε       | stem-ε       | stem-ε        | stem-ε           | stem-ε        |
| 1pl | stem-jð       | stem-jð      | stem-jð      | stem-jð       | stem-jð          | stem-jð       |
| 2pl | stem-je       | stem-je      | stem-je      | stem-je       | stem-je          | stem-je       |
| 3pl | stem-ε        | stem-ε       | stem-ε       | stem-ε        | stem-ε           | stem-ε        |

c) FUT IND

|     | <i>Parler</i> | <i>Finir</i> | <i>Cuire</i> | <i>Partir</i> | <i>Connaître</i> | <i>Coudre</i> |
|-----|---------------|--------------|--------------|---------------|------------------|---------------|
| 1sg | INF-e         | INF-e        | INF-e        | INF-e         | INF-e            | INF-e         |
| 2sg | INF-a         | INF-a        | INF-a        | INF-a         | INF-a            | INF-a         |
| 3sg | INF-a         | INF-a        | INF-a        | INF-a         | INF-a            | INF-a         |
| 1pl | INF-ō         | INF-ō        | INF-ō        | INF-ō         | INF-ō            | INF-ō         |
| 2pl | INF-e         | INF-e        | INF-e        | INF-e         | INF-e            | INF-e         |
| 3pl | INF-ō         | INF-ō        | INF-ō        | INF-ō         | INF-ō            | INF-ō         |

d) PRES COND

|     | <i>Parler</i> | <i>Finir</i> | <i>Cuire</i> | <i>Partir</i> | <i>Connaître</i> | <i>Coudre</i> |
|-----|---------------|--------------|--------------|---------------|------------------|---------------|
| 1sg | INF-ε         | INF-ε        | INF-ε        | INF-ε         | INF-ε            | INF-ε         |
| 2sg | INF-ε         | INF-ε        | INF-ε        | INF-ε         | INF-ε            | INF-ε         |
| 3sg | INF-ε         | INF-ε        | INF-ε        | INF-ε         | INF-ε            | INF-ε         |
| 1pl | INF-jō        | INF-jō       | INF-jō       | INF-jō        | INF-jō           | INF-jō        |
| 2pl | INF-je        | INF-je       | INF-je       | INF-je        | INF-je           | INF-je        |
| 3pl | INF-ε         | INF-ε        | INF-ε        | INF-ε         | INF-ε            | INF-ε         |

e) PRES SUBJ (based on the 3pl Pres. Ind.)

|     | <i>Parler</i> | <i>Finir</i> | <i>Cuire</i> | <i>Partir</i> | <i>Connaître</i> | <i>Coudre</i> |
|-----|---------------|--------------|--------------|---------------|------------------|---------------|
| 1sg | 3pl.          | 3pl          | 3pl          | 3pl           | 3pl              | 3pl           |
| 2sg | 3pl           | 3pl          | 3pl          | 3pl           | 3pl              | 3pl           |
| 3sg | 3pl           | 3pl          | 3pl          | 3pl           | 3pl              | 3pl           |
| 1pl | 3pl-jō        | 3pl-jō       | 3pl-jō       | 3pl-jō        | 3pl-jō           | 3pl-jō        |
| 2pl | 3pl-je        | 3pl-je       | 3pl-je       | 3pl-je        | 3pl-je           | 3pl-je        |
| 3pl | 3pl           | 3pl          | 3pl          | 3pl           | 3pl              | 3pl           |

As we can observe it, the system of verbal suffixes is extremely regular and paradigmatic; this regularity makes it very easy to identify and decompose the lexical items from the inflectional endings.<sup>22</sup> Such forms are predictable enough to be handled by grammar.<sup>23</sup> Tableaus (22a,b) show that the verbal

<sup>22</sup> Cf. also Bybee (1995) for the same conclusions.

<sup>23</sup> See Section 2 of this paper, to view how some form variations are easily related by universal phonological constraints (cf. also, FRUCHTER; STOCKALL; MARANTZ, 2013).

inflectional paradigms of the Ind. Pres. and Ind. Imp., both are based on the stem (root).<sup>24</sup> Tableaus (22c,d) show that the Fut. Ind. and Pres. Cond., each one is based on the verb infinitive form, whereas the Pres. Subj., (22e), is based on the 3pl Pres. Ind.<sup>25</sup> Consequently, each verbal form expresses the realization of the morphosyntactic properties stated in (23).

- (23) Pres. Ind. → stem + GAF  
 Imp. Ind. → stem + GAF  
 Fut. Ind. → Infinitive + GAF  
 Pres. Cond. → Infinitive + GAF  
 Pres. Subj. → 3pl Ind Pres + GAF

This analysis requires that Finite Tenses are derived from the GAFs presented in (24).

(24) *GAF (tense, mode, person, number)*

|             | 1sg | 2sg | 3sg | 1pl | 2pl | 3pl |
|-------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| Pres. Ind.  | -   | -   | -   | ḥ   | e   | -   |
| Fut. Ind.   | e   | a   | a   | ḥ   | e   | ḥ   |
| Imp. Ind.   | ε   | ε   | ε   | jḥ  | je  | ε   |
| Pres. Cond. | ε   | ε   | ε   | jḥ  | je  | ε   |
| Pres. Subj. | -   | -   | -   | jḥ  | je  | -   |

Table (24) conveys double information:

1) It indicates that this system, although there are 6 values of Person, and 5 values of tense, which makes a total of 30, holds 22 suffixes. If we were to consider the features of tense,

<sup>24</sup> Cf. Estivalet and Meunier (2015) whose psycholinguistic test results suggest that the verbal inflectional paradigm of the Ind. Pres. is based on the stem, and that phonological stem changes have only one abstract phonological underspecified representation in the mental lexicon because even idiosyncratic known verbs are decomposed the same way.

<sup>25</sup> These findings cannot be captured in WP or space and dependency models, which posit completely combinatorial and internally structured representations.



mode, person and number, separately, we would end up with 120 suffixes. Consequently, not only does the system I propose result in a considerable simplification of French verbal inflection, it is economic and reflects the competence of the French speakers.

2) It also shows that there are only 6 distinct suffixes and some paradigms share the same suffix; this syncretism is systematic and regular.<sup>26</sup> We can then formulate generalizations about whole classes of forms<sup>27</sup> as stated in (25).

(25) Suffix selection

|                                                   |   |                                           |
|---------------------------------------------------|---|-------------------------------------------|
| • 1pl Pres. Ind./1pl Fut. Ind./3pl Fut. Ind.      | → | GAF1: [ɔ̃]                                |
| • 2pl Pres. Ind./2pl Fut. Ind./1sg Fut. Ind.      | → | GAF2: [e]                                 |
| • 1pl Imp. Ind./1pl Pres. Cond./1pl Pres. Subj.   | → | GAF3: [jɔ̃]                               |
| • 2pl Pres. Ind./2pl Pres. Cond./2pl Pres. Subj.  | → | GAF4: [je]                                |
| • 1,2,3sg, 3pl Imp. Ind./1,2,3sg, 3pl Pres. Cond. | → | GAF5: [ɛ]                                 |
| • 2,3sg Fut. Ind.                                 | → | GAF6: [a]                                 |
| • 3pl Pres. Ind.                                  | → | GAF7: /s/ a Timing Unit for stem-final FC |

These combinations can be sketched in a general schema:

(26) *General schema for French verb inflected forms*

$$< [[x]_{vi} \text{ [GAF]}_{vj}]_{vj} >$$

Some instances of this schema are exemplified in (27).

(27) Examples of particular schemas of inflected verb forms

- a)  $< [[x]_{v \text{ stem}} j\tilde{\delta}]_{v \text{ 1pl Imp. Ind.}} >$   
 b)  $< [[x]_{v \text{ stem}} \tilde{\delta}]_{v \text{ 1pl Pres. Ind.}} >$   
 c)  $< [[x]_{v \text{ Inf.}} \tilde{\delta}]_{v \text{ 1pl Fut. Ind.}} >$   
 d)  $< [[x]_{v \text{ stem}} ]_{v \text{ 1sg Pres. Ind.}} > \approx < [[x]_{v \text{ stem}} ]_{v \text{ 2sg Pres. Ind.}} > \rightarrow < [[x]_{v \text{ stem}} ]_{v \text{ 1,2,3sg Pres. Ind.}} >$   
 e)  $< [[x(C)]_{v \text{ stem}} [\epsilon]_{v \text{ 3pl Imp. Ind.}}]_{v} \leftrightarrow < [(x)_{\omega} (CV)_{\sigma}]_{v \text{ 3pl Pres. Ind.}} >$

<sup>26</sup> Syncretism is very common in inflectional paradigms (CARSTAIRS, 1981).

<sup>27</sup> As stressed by Zwicky (1985, p. 374), a paradigm is not merely a list.

The difference between schema (27b) and schema (27c) is the selection of the basic theme, i.e. the verbal theme of (27b) is the stem, whereas that of (27c) is the Infinitive form. Schema (27d) indicates that the inflected form of the 1sg Pres. Ind. is identical to the one of the 2sg Pres, which can be combined in one schema. Ind. Schema (27e) accounts for the realization of a consonant either PC or FC in front of an empty onset, where ( $\omega$ ) indicates a prosodic word and ( $\sigma$ ) a syllable.

The analysis portrayed in (22-27) appears more accurate than previous studies of French verbal inflection, since it accounts for all the markers of Tense, Mode, Aspect, Person and Number, without resorting to an impressive number of rules of elision, insertion, conversion, correspondence or implication, that are generally arbitrary. It also avoids the use of thematic segments to obtain the appropriate surface form. Furthermore, the concept of GAF allows a more general and unified analysis.

## Conclusion

The analysis proposed in this paper comes up much more simple, economic, and consistent than previous analyzes that use two types of independent suffixes: suffixes of tense and person, which inevitably lead to an impressive number of rules to justify the presence/absence of Tense and Person in the many cases where no marker is traceable. My approach has the benefit of avoiding : 1) the use of different analyses depending on the group or class of verbs, 2) the resort to thematic vowels associated with the underlying form of verbal stems that must be deleted during derivation, 3) the resort to consonant epenthesis to account for the presence of /t/ and /d/ in the Future/Conditional forms of

verbs like *connaître* and *coudre*, and 4) a non-productive and phonologically unmotivated rule of conversion of /ɛ/ to /j/ to justify the presence of /j/ in the 1,2 pl Imp Ind/ Pres Cond/ Pres Subj. More specifically, the concept of GAF has made it possible to avoid zero suffixes and to account for all the grammatical morphosyntactic properties. It also provides a system in which French verbs' inflectional morphology is very regular and paradigmatic, and ensures a more natural and unified analysis. This analysis also has the advantage of explaining, by means of a very general principle, the realization of a stem final FC in front of the GAFs /jʃ/ and /je/ as in front of any suffix beginning with an empty onset.

## References

- ARCHANGELI, D.; PULLEYBLANK, D. **The content and structure of phonological representations**, ms. University of Arizona and University of Southern California, 1986.
- BLEVINS, J. P. Word-based Morphology. **Journal of Linguistics**, v. 42, n. 03, p. 531-573, 2006.
- BLEVINS, J. P. **Word and Paradigm Morphology**. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- BINNICK, R. I. **Time and the verb: A guide to tense and aspect**. Oxford University Press, 1991.
- BONAMI, O.; BOYÉ, G. Remarques sur les bases de la conjugaison. In : DELAIS-ROUSSARIE, Elisabeth; LABRUNE, Laurence (Org.). **Des sons et des sens : données et modèles en phonologie et en morphologie**, p. 77-90, 2007.
- BOOIJ, G.; AUDRING, J. Construction Morphology and the Parallel Architecture of Grammar. **Cognitive Science**, v. 41, issue S2 (2017), p. 277-302, 2015.

BOOIJ, G. **Construction Morphology**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2010.

BOYÉ, G. Régularités et classes flexionnelles dans la conjugaison du français. *In* : MICHEL, Roché *et al.* (org.). **Des unités morphologiques au lexique**. Hermes Science Publishing/Lavoisier, Langues et Syntaxe, p. 41-68, 2011.

BYBEE, J. Regular morphology and the lexicon. **Language and Cognitive Processes**, v. 10, p. 425-455, 1995.

CARSTAIRS, A. **Note on affixes, clitics, and paradigms**. Bloomington: IULC, 1981.

CHOMSKY, N. **Aspects of the theory of syntax**. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.

COMRIE, B. **Aspect**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

COUPE, A. R. Tense, But in the Mood: Diachronic Perspectives on the Representation of Time in AO. **Language and Linguistics**, v. 14, n. 6, p. 1105-1138, 2013.

EL FENNE, F. **La flexion verbale en français : Contraintes et stratégies de réparation dans le traitement des consonnes latentes**. Dissertation (Doctorate) – Laval University, 1994.

EL FENNE, F. Tense, Aspect and Mood in Standard Arabic. *In*: World Congress of African Linguistics 9 (WOCAL9). **Talk...** University Mohammed V: Rabat, 25-28 aug. 2018.

EL FENNE, F. The distribution of morphosyntactic properties in Arabic verb inflectional morphology, EL FENNE (to appear) in: **Knowledge and Humanities** (مجلة المعرفة والعلوم الإنسانية), University Mohammed V in Abu Dhabi.

ENCREVE, P. **La liaison avec ou sans enchaînement : phonologie tridimensionnelle et usages du français**. Seuil : Paris, 1988.

ESTIVALET, G.L.; MEUNIER, F. Decomposability and mental representation of French verbs. **Frontiers in Human Neuroscience, Frontiers**, v. 9, article 4, 2015.

ESTIVALET, G.L.; MEUNIER, F. Stem Formation in French Verbs: Structure, Rules and Allomorphy. **Languages**, v. 1, Usha Lakshmann, 2016.

FRUCHTER, J.; STOCKALL, L.; MARANTZ, A. MEG masked priming evidence for form-based decomposition of irregular verbs. **Front. Hum, Neurosci.** v. 7, p. 798, 2013.

GERTNER, M. **The Morphology of the Modern French Verb**. Mouton: La Haye, 1973.

HAMM, F.; BOTT, O. Tense and Aspect. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Edward N. Zalta (org.); URL = <https://plato.stanford.edu/archives/fall2018/entries/tense-aspect/>, 2018.

HARRIS, J. Deletion. *In*: OOSTENDORP, Marc Van *et al.* (Org.). **Companion to phonology**. Wiley-Blackwell, 2011.

HYMAN, L. **A Theory of Phonological Weight**. Foris: Dordrecht, 1985.

ITÔ, J. A prosodic Theory of Epenthesis. **Natural Language and Linguistic Theory**, v. 7, p. 217-261, 1989.

JACKENDOFF, R.; AUDRING, J. Morphology and Memory: Toward an Integrated Theory. **Topics in Cognitive Science**, p. 1-27, 2018.

JACKENDOFF, R. **Foundations of language**. Oxford, UK: Oxford University Press, 2002.

KAYE, J.; LOWENSTAMM, J. De la syllabicit  . *In*: F. DELL ; D. HURST; J.-R. VERGNAUD (org.). **Forme sonore du langage**, p. 123-161, Paris: Herman, 1984.

KILANI-SCHOCH, M.; DRESSLER, W.U. **Morphologie naturelle et flexion du verbe français**. Gunter Narr Verlag: Tübingen, 2005.

MONTERMINI, F.; BONAMI, O. Stem spaces and predictability in verbal inflection. **Lingue e linguaggio**, v. 12, n. 2, p. 171-190, 2013.

MORIN Y.-C.; KAYE, J. The syntactic basis for French liaison. **Journal of Linguistics**, v. 18, p. 291-330, 1982.

MORIN, Y.-C. Remarques sur l'organisation de la flexion des verbes français. I.T.L. **Review of applied linguistics**, v. 77-78, p. 13-91, 1987.

PARADIS, C.; EL FENNE, F. French Verbal Inflection Revisited: Constraints, Repairs and Floating Consonants. In: DURAND, J.; HINTZE, M.-A. (org.), French Phonology: Morae, Syllables, Words, **Lingua**, v. 95, p. 169-204, 1995.

PARADIS, C.; EL FENNE, F. L'alternance C/Ø des verbes français: une analyse par contraintes et stratégies de réparation. **Revue québécoise de linguistique**, v. 21, p. 107-141, 1992.

PARADIS, C.; EL FENNE, F. Les consonnes latentes en français: le rôle des contraintes et le statut des coronales. **Proceedings of Canadian Linguistic Association**, p. 257-271, 1991.

PARADIS, C. On constraints and repair strategies. **The Linguistic Review**, v. 6, p. 71-97, 1988a.

PARADIS, C. Towards a Theory of Constraint Violations. **McGill Working Papers in Linguistics**, v. 5, p. 1-43, 1988b.

PRUNET, J.-F. **Spreading and Locality Domains in Phonology**. 1986. Dissertation (doctorate) – McGill University, Montreal, 1992 (Garland: New York).

SCHANE, S. A. **French Phonology and Morphology**. MIT Press: Cambridge, Mass, 1968.

SELKIRK, E. O. **The Phrase Phonology of English and French**. 1972. Dissertation (doctorate). MIT: Mass, 1980 (Garland: New York).

SEYFARTH, S.; ACKERMAN, R. Implicative organization facilitates morphological learning. **Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**, v. 40, p. 480-494, 2014.

SIMS, A. **Inflectional Defectiveness**. Cambridge University Press, 2015.

SPUY, van der, A. Construction Morphology and inflection. **Lingua**, 2017.

TRANDEL, B. **Concreteness in generative phonology**: evidence from Modern French. Berkeley, CA: University of California Press, 1981.

VAN DEN EYNDE; BLANCHE-BENVENISTE, C. Essai d'analyse de la morphologie du verbe français. **Orbis**, v. 19, p. 404-429, 1970.

ZOLL, C. Subsegmental Parsing: Floating Features in Chaha and Yawalmani. **Phonology at Santa Cruz**, v. 3, 1994.

ZWICKY, A. How to describe inflection. **Berkeley Linguistic Society**, v. 11, p. 372-386, 1985.

# A competição entre Simple Past e Present Perfect no inglês estadunidense: um estudo de caso sobre o *perfect* resultativo forte

Adriana Lessa\*  
Leonardo Cabral\*\*

## Abstract

Este artigo tem como objetivo investigar a competição entre Present Perfect e Simple Past na expressão do aspecto *perfect* resultativo na língua inglesa. Testa-se a hipótese de que, no inglês estadunidense (AmE), contextos de transição, com estado-alvo resultante relevante no presente (compatíveis com resultativos fortes), são representados linguisticamente pelo Simple Past preferencialmente. Para tanto, adota-se como metodologia um estudo de caso triplo com base em um experimento de produção semiespontânea que elicitava resultativos fortes. Os dados indicam variação morfológica na descrição de situações resultativas fortes, com preferência pelo uso do Simple Past, logo, a hipótese não foi refutada. O Simple Past assume a forma *default*, pois seu uso prevalece mesmo quando o contexto indica continuação e relevância do resultado no presente. Todavia, o uso do Present Perfect foi favorecido em situações cujo estado resultante é condição para uma demanda prévia por ação do interlocutor, especificamente, quando não há outra marcação linguística de causalidade.

Palavras-chave: Resultado. Resultativo forte. Perfect. Present Perfect. Simple Past.

---

\* Doutora em Linguística, professora adjunta de Inglês na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em exercício provisório, efetiva da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), a cujo Programa de Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS) ainda se encontra vinculada.

\*\* Bolsista CAPES, discente no programa de Mestrado em Linguística da UFRJ, vinculado à linha de pesquisa Linguagem, Mente e Cérebro e ao Laboratório de Acesso Sintático (ACESIN).



# The competition between Simple Past and Present Perfect in American English: a case study of the strong resultative perfect

## Resumo

This paper has as its aim to investigate the competition between Present Perfect and Simple Past in the expression of the resultative perfect aspect. We test the hypothesis that, in AmE, transition contexts with a presently relevant resultant state (compatible with strong resultatives) are, preferably, linguistically represented by the Simple Past. To do so, a triple case study is adopted as the methodology, based on an experiment of semi spontaneous production that elicits strong resultatives. The data indicates a morphological variation in the description of strong resultative situations, with preference for the use of Simple Past, therefore, the hypothesis was not refuted. Simple Past assumes the default form, for its use prevails even when the context indicates a continuation and relevance of the result in the present. However, the use of Present Perfect seemed to be favored in situations of which the result state points to a demand for imminent action by the interlocutor, specifically, when there is not another linguistic marking of causality.

Keywords: Result. Strong resultative. Perfect. Present Perfect. Simple Past.

Recebido em: 12/05/2020

Aceito em: 24/07/2020

## Introdução

Nem todas as línguas possuem uma manifestação morfológica verbal específica para marcar o *perfect*,<sup>1</sup> considerando todos os significados relacionados a essa noção. Dentre as línguas que marcam essa noção, o inglês é uma das principais línguas que guiam a literatura mundial acerca desse fenômeno, com foco no Present Perfect.

No entanto, no inglês estadunidense (doravante, AmE), o uso do Simple Past para representar situações resultativas e de passado indefinido recente tem se revelado mais natural do que o uso do Present Perfect (LEECH, 2004). Haveria, assim, uma competição<sup>2</sup> do Present Perfect com o Simple Past (doravante, PrP e SP, respectivamente), especialmente, nos sentidos do *perfect* que seriam classificados como *perfect* de resultado ou resultativo (MITTWOCH, 2008; SCHADEN, 2009; YOON, 2012).

A despeito de o *perfect* resultativo nem sempre ser abarcado como subcategoria nas propostas de categorização teórica do fenômeno, a ideia de resultado é de suma importância para caracterização do *perfect* (IATRIDOU; ANAGNOSTOPOULOU; IZVORSKI, 2003). Por isso, o estudo da competição entre PrP e SP em contextos que ressaltam o estado resultante de uma situação revela-se interessante para o entendimento da categoria *perfect*.

---

1 Adota-se o termo *perfect*, em língua inglesa, por conta da tradição na literatura e a fim de se evitar a confusão que pode ser gerada pelo uso do termo "perfeito" no português. Além disso, optou-se (i) por manter os termos referentes às formas verbais em língua inglesa e (ii) pelo uso de letras iniciais maiúsculas na referência a formas morfológicas de línguas particulares (e.g. Simple Past) e de letras iniciais minúsculas para classificações semânticas gerais (e.g. *perfect* de resultado).

2 Esclarece-se que, apesar da adoção do termo "competição", este artigo não adere ao Modelo de Competição de MacWhinney e Bates. Neste trabalho, assume-se como pressuposto a existência de um conjunto universal de traços sintáticos compartilhado por todas as línguas. Logo, as diferenças entre as línguas seriam consequência do modo como esses traços são realizados morfológicamente (SIGURDSSON, 2005), podendo ser reorganizados diacronicamente.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo investigar a competição entre PrP e SP na expressão do aspecto *perfect* resultativo na língua inglesa. Especificamente, testa-se a hipótese de que, no AmE, contextos de transição, com estado-alvo resultante relevante no presente (compatíveis com resultativos fortes), são representados preferencialmente pelo SP.

Para tanto, adota-se um estudo de caso triplo com base na aplicação de um experimento<sup>3</sup> de produção oral semiespontânea. Essa escolha considera a importância de uma descrição da realização linguística de situações condizentes com o *perfect* resultativo e suas questões sintático-semântico-pragmáticas, não só para a teoria gramatical como para futuras aplicações ao ensino da língua inglesa. Pretende-se, então, com esta descrição, partir do significado para a forma, a fim de mapear as realizações morfológicas dos traços universais de *perfect*.

Portanto, mais do que colocar à prova a hipótese sobre a preferência pelo SP em relação ao PrP, neste artigo, desenvolve-se uma análise qualitativa da realização linguística da noção de relevância do estado resultante relevante fruto de uma situação passada. Avaliam-se o potencial de elicitación do experimento proposto e a produtividade das formas verbais SP e PrP para representar essa relevância do estado resultante, numa comparação: (i) dessas formas verbais com todas as outras realizadas pelos informantes e (ii) entre o SP e PrP especificamente. Dessa forma, espera-se fundamentar futuros estudos quantitativos, fortalecendo a literatura existente sobre o *perfect* resultativo, composta, majoritariamente, por propostas teóricas baseadas em dados intuitivos.

Tendo em vista o exposto, o artigo se organiza da seguinte

---

<sup>3</sup> Agradecemos ao estudante Renan Nascimento (UFRRJ) por sua importante contribuição para este estudo, por meio da construção da versão final deste experimento, durante sua Iniciação Científica, sob orientação da professora Adriana Lessa.

forma. Na seção 1, conceitua-se o aspecto *perfect*, com base nas questões relacionadas à definitude temporal, à marcação adverbial e às noções abarcadas pelo *perfect*. Na seção 2, discute-se a literatura acerca do *perfect* resultativo e de como ele se realiza no AmE. Na seção 3, apresenta-se a metodologia. Nas seções 4 e 5, apresentam-se os resultados, a análise da representação verbal da noção de relevância do estado resultante e a discussão sobre a competição entre SP e PrP. Finalmente, na seção 6, apresentam-se as considerações finais.

## 1 A caracterização do Present Perfect

Na tentativa de caracterizar o fenômeno linguístico do *perfect*, existe um extenso debate na literatura acerca de sua natureza. Neste artigo, assume-se *perfect* como um intervalo de tempo, conhecido como *perfect time span* (doravante, PTS), já que abarca a relação do momento do evento com um momento de referência, que pode ser passado, presente ou futuro (MCCOARD, 1978; IATRIDOU; ANAGNOSTOPOULOU; IZVORSKI, 2003). No entanto, já que o PrP é o objeto de estudo deste trabalho, focaliza-se a noção aspectual de relevância de alguma situação passada no presente, que, segundo Comrie (1976), seria a definição mais geral de *perfect*.<sup>4</sup> Dessa forma, dá-se conta de aspectos semântico-pragmáticos e sintáticos que o diferenciam de outras formas morfológicas. No caso do PrP, no inglês, segundo Portner (2003), dentre as propriedades do PrP, está a impossibilidade de ser acompanhado por advérbios de tempo que realizem marcação temporal de passado, conforme

---

<sup>4</sup> Coaduna-se, então, com a proposta de Dowty (1979), que abarca a proposta de PTS de McCoard (1978), mas continua considerando a relevância da situação resultante uma noção geral desse aspecto por meio de implicatura.

o autor demonstra pelo contraste entre os exemplos a seguir:

- (1) \*John has arrived yesterday;
- (2) John has arrived today.

Essa restrição sintática costuma ser a principal característica do PrP apresentada a aprendizes do inglês não nativos, acompanhada da indicação contrastiva de que haveria uma preferência pela realização do SP acompanhado de um advérbio (QUIRK *et al.*, 1980, p. 194).<sup>5</sup> É de conhecimento comum que, pedagogicamente, em contextos de ensino de inglês, essa preferência pela realização do SP acompanhado de um advérbio acaba sendo apresentada como uma prescrição de que o SP só deve ser utilizado quando acompanhado de um advérbio, e o PrP, quando não há marcação adverbial de passado definido. No entanto, conforme Michaelis (1994) e Leech (2004) explicitam, a distribuição dessas formas verbais seria atribuída pela definição temporal da sentença. Enquanto o PrP, no seu sentido de passado indefinido, não nomeia um ponto no tempo específico, um ponto de referência (ou ponto âncora) específico, o uso apropriado do SP, normalmente, requer tal especificação no inglês britânico por meio de: (a) uma expressão adverbial de tempo, *e.g.* “I saw him Tuesday”; (b) um uso anterior do past ou perfect tense, *e.g.* “I saw/I have seen him this morning – he came to borrow a hammer”; ou (c) por uma definição implícita, assumindo mentalmente um determinado ponto de referência pelo contexto, ainda que seja só do ponto de vista do falante (e não do ouvinte), *e.g.* “Did you hear that noise?” (LEECH, 2004, p. 41-42). Isso significa que, apesar de o PrP também se referir

---

<sup>5</sup> Cf. Lessa e Salgado (2019) para uma revisão da forma como as principais gramáticas descritivas do inglês apresentam a noção de aspecto, comparando as formas morfológicas SP e PrP.

ao passado, expressando precedência ou anterioridade como um *tense* (IATRIDOU; ANAGNOSTOPOULOU; IZVORSKI, 2003), o SP expressaria uma situação passada em um momento especificado, que poderia estar explícito na sentença ou ser inferido pelo contexto pragmático (MICHAELIS, 1994).

Na mesma direção, mas de forma ainda mais abrangente, Leech (2004) afirma que o PrP se diferencia do SP quanto a três aspectos: tempo indefinido, continuação até o presente e resultado presente. Esses fatores são observados em diferentes referências da literatura. Em primeiro lugar, a ideia de tempo indefinido se relaciona com o debate já exposto acerca da marcação adverbial. Em segundo, a ideia de continuação até o presente dialoga com a proposta da Teoria do Agora Estendido (Extended Now Theory, cf. McCoard, 1978), que se refere ao PTS que começa no passado e inclui o momento da fala. Aliás, Portner (2003, p. 496) defende que a restrição sintática em relação aos advérbios (quanto à definitude do tempo) poderia ser substituída pela restrição de que “um PrP é inaceitável se o evento que ele descreve não se enquadra como um Agora Estendido plausível”, a qual também daria conta do primeiro ponto. Por fim, a ideia de resultado presente indica que o resultado da situação descrita ainda perdura, como no contraste a seguir, apresentado por Leech (2004, p. 41):

- (3) Peter injured his ankle (‘...but now it’s better’).
- (4) Peter has injured his ankle (‘His ankle is still bad’).

Nesse caso, o SP se distinguiria do PrP pelo fato de seu estado resultante não se manter no presente, sendo, no caso da ausência desse estado resultante, requerida a primeira forma

(MITTWOCH, 2008). Segundo Yoon (2012), essa relevância do ponto de avaliação *perfect*<sup>6</sup> (doravante, PEpt) deve ser satisfeita em todos os usos do *perfect*. Esse seria um sentido comum do *perfect* no inglês, que ajuda a diferenciá-lo do SP.

Esses fatores estariam envolvidos no que Schaden (2009) chama de competição entre o PrP e o SP. Nessa competição, é importante ressaltar, o SP é considerado a forma morfológica *default* ou não marcada, e o PrP, a forma marcada. Essa proposta teórica parece dar conta da frequência dessas formas, já que, segundo Leech (2004, p. 40), “o PrP é muito menos frequente que o SP”, e, considerando-se apenas o PrP, dentre os sentidos por ele abarcados, o resultativo — foco deste artigo — seria o mais comum, seguido pelo passado indefinido (sem uma implicação resultativa).<sup>7</sup>

Na verdade, o *perfect* possui sentidos tão diversos, que, para dar conta do fenômeno teoricamente, os autores acabam por adotar subdivisões. Tais subdivisões também variam bastante, ainda que se observem traços semelhantes nessa diversidade. O Quadro 1 busca ilustrar isso sucintamente, de modo a permitir o entendimento acerca do *perfect* resultativo em três subdivisões comumente adotadas e referidas na literatura, acompanhadas de suas respectivas definições e exemplos, conforme os autores.

---

6 Ponto de avaliação *perfect* é tradução de Perfect Evaluation Point (PEpt). No caso do Present Perfect, que se ancora no tempo presente, o PEpt é, geralmente, o momento da fala. (MITTWOCH, 2008).

7 A proposta de usos (ou sentidos) de Leech (2004) para o PrP é um tanto diferente daquelas comumente encontradas na literatura. O autor adota as seguintes nomenclaturas para tais usos/sentidos: *state-up-to-the-present*; *indefinite past*; *habit-up-to-the-present* e *resultative past*.

**Quadro 1 - Perfect e suas subdivisões teóricas**

| Comrie (1976)                                                                                                                                                                          | Iatridou;<br>Anagnostopoulou;<br>Izvorski (2003)                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Mittwoch (2008)                                                                                                                                                                                                             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p><b>Perfect de situação persistente</b> – situação iniciada no passado que persiste até o presente.<br/>Exemplo: “I’ve been waiting for hours.”</p>                                  | <p><b>Perfect universal</b> – ação ou estado com duração que tem início em ponto não especificado no passado e se estende até o momento de fala.<br/><br/>Exemplo: “I have been sick since 1990.”</p>                                                                                                                                                 | <p><b>Perfect universal</b> – um estado permanece em um intervalo de tempo que se estende até o momento de avaliação.<br/><br/>Exemplo: “The meaning of the perfect has been debated for more than 200 years.”</p>          |
| <p><b>Perfect de experiência</b> – experiência de uma situação ao menos uma vez em algum ponto do passado.<br/><br/>Exemplo: “Bill has been to America.”</p>                           | <p><b>Perfect existencial</b> – situações singulares que não ocorrem no momento de fala; experiências. Termo guarda-chuva para <i>perfect</i> de resultado, passado recente e experiência de Comrie (1976).<br/><br/>Exemplos:<br/>“I have read ‘Principia Mathematica’ five times.” (experiência)<br/><br/>“I have lost my glasses.” (resultado)</p> | <p><b>Perfect experiencial</b> – ocorre um evento ao menos, denotado pela sentença base, em um intervalo que se finaliza no momento de avaliação.<br/><br/>Exemplo: “I’ve occasionally driven without my license.”</p>      |
| <p><b>Perfect de resultado</b> – um estado presente é resultado de uma situação passada.<br/><br/>Exemplo: “I have had a bath.”</p>                                                    | <p>“He has just graduated from college.” (passado recente)</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                        | <p><b>Perfect resultativo</b> – há um evento experiencial, do qual o estado do momento de referência é resultado.<br/><br/>Exemplo: “Policeman (on road): Can I see your license please. Driver: I’ve left it at home.”</p> |
| <p><b>Perfect de passado recente</b> – relevância presente de uma situação passada por conta de sua proximidade temporal.<br/><br/>Exemplo: “Bill has just (this minute) arrived.”</p> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                             |

Fonte: Elaborado pelos autores.



O quadro permite a comparação entre três formas distintas de categorização do aspecto *perfect*, conforme Comrie (1976), Iatridou, Anagnostopoulou e Izvorski (2003) e Mittwoch (2008), respectivamente. As cores utilizadas no corpo do quadro indicam as semelhanças semânticas entre as categorizações de *perfect*.

Para estabelecimento da comparação entre os tipos de *perfect*, tome-se por base a classificação de Iatridou, Anagnostopoulou, Izvorski (2003), por seu caráter minimalista, em duas categorias: *perfect* universal e *perfect* existencial. Conforme se observa na primeira linha do quadro, realçada pela cor verde, há uma consonância entre os autores no que tange ao aspecto que representa situações que se iniciaram no passado e se estendem até o presente, classificado, inicialmente, por Comrie (1976), como *perfect* de situação persistente e, depois, assumido por Iatridou, Anagnostopoulou e Izvorski (2003) e Mittwoch (2008) como *perfect* universal.

Na perspectiva de Iatridou, Anagnostopoulou e Izvorski (2003), o *perfect* existencial seria uma categoria de *perfect* caracterizada pelo fato de não englobar o momento presente de referência. Essa caracterização é compatível com as duas classes aspectuais assumidas por Mittwoch (2008) — *perfect* experiencial e resultativo — e as três classes propostas por Comrie (1976) — *perfect* de experiência, de resultado e de passado recente —, já que nenhuma dessas classes abarca o momento presente, a despeito de suas características específicas.

É importante destacar, no entanto, que Iatridou, Anagnostopoulou e Izvorski (2003) questionam o *status* do *perfect* de resultado como uma categoria independente, posicionamento sobre o qual não chegam a discorrer. Esse posicionamento, no entanto, remonta ao debate acerca do traço de

relevância do estado resultante para a noção de *perfect*. Segundo Nespoli (2018, p. 154), o traço [+ resultativo] seria “essencial para se instanciar o intervalo PTS tanto no que diz respeito às sentenças que apresentam *perfect* universal quanto no que diz respeito às sentenças que apresentam *perfect* existencial”. Sendo o traço [+resultativo] condição para instanciar o *perfect* em suas duas subcategorias, há sentido em questionar-se a existência de uma subcategoria *perfect* resultativo, sobre a qual se aprofunda o debate na próxima seção.

## 2 O *perfect* resultativo no AmE

Na seção anterior, indicou-se a dúvida de Iatridou, Anagnostopoulou e Izvorski (2003) quanto ao *status* do *perfect* de resultado como uma das subcategorias do *perfect*. Essa dúvida parece se relacionar com o fato, indicado por Mittwoch (2008), de que o resultativo não é claramente demarcado como categoria na literatura. Essa ausência de clareza também parece afligir o *perfect* de passado recente, somente considerado como categoria independente por Comrie (1976), dentre os autores apresentados na seção 2.

Sem apontar a existência de uma categoria de *perfect* de passado recente, Michaelis (1994) e Yoon (2012) debatem o traço de recência no âmbito do *perfect* resultativo. Há uma discordância quanto a esse ponto entre as autoras: enquanto Yoon (2012) considera que o *perfect* resultativo descreve uma situação única que é finalizada próxima ao PEpt, Michaelis (1994) demonstra que, na realidade, recência não é um traço obrigatório ao *perfect* resultativo. No entanto, ainda que não o considere essencial para caracterizar o resultativo, Michaelis (1994) afirma

que a identificação de recência quanto ao momento de fala seria um fator a favor de uma leitura resultativa. Corroborando essa visão, Mittwoch (2008) defende que a proximidade da situação ao momento de fala (ou ainda, ao PEpt) é um fator que ancora uma situação ao presente, o que se espera de uma situação que provoca um estado no presente. Reconhece-se, então, um ponto de convergência nesse debate: de algum modo, o *perfect* resultativo estaria relacionado à ideia de passado recente.

Assumindo-se o *perfect* resultativo como uma categoria independente, os casos claros que seriam incluídos nessa categoria, de forma unânime, segundo Mittwoch (2008), seriam aqueles que, além de possuir uma sentença-base télica, denotam transições. Essas transições consistiriam em um evento e um estado resultante determinado pelo significado do predicado, configurando o que Parsons (1990) chama de “estado-alvo” (*target states*), ou seja, o argumento interno da sentença evento é tema e sujeito da sentença estado.

Com base nessa concepção, a autora sugere a existência de dois tipos de resultativos: fortes e fracos. Ela considera resultativos fracos aqueles que não envolvem estados-alvo. Logo, no caso de resultativos fortes, uma sentença evento no PrP licencia a inferência de que o estado se mantém no momento da fala.

Sendo assim, a sentença “Mary has locked the door” licenciaria a inferência de que “The door is locked” e a sentença “John has arrived in Paris” licenciaria a inferência de que “John is in Paris”. No caso de resultativos fracos, esse tipo de inferência não seria licenciado, pois não envolveriam estados-alvo. Para ilustrar, a autora explica que “Have you seen my slippers?” poderia transmitir a ideia de “Do you know where

my slippers are?”. No entanto, saber a localização de algo é um estado resultante provável, mas não é o estado-alvo de ter visto tal coisa. Do mesmo modo, “Mary has read Middlemarch” seria um evento télico, mas não denotaria uma transição, pois saber o conteúdo de um livro não seria o estado-alvo do ato de sua leitura. Portanto, esses seriam resultados determinados pragmaticamente.

Neste artigo, focalizam-se situações compatíveis com a produção de resultativos fortes. No entanto, a despeito dos diferentes tipos de inferência envolvidos na interpretação dos resultativos, fortes ou fracos, observa-se a relevância do estado resultante para essa categoria de *perfect*. Se a relevância no momento de referência parece ser o principal fator semântico que distingue PrP de SP, a singularidade da situação no passado é um fator em comum importante para determinar a escolha por essas formas, gerando uma competição, conforme Mittwoch (2008). Essa competição justifica o fato de tanto situações resultativas quanto de passado indefinido recente se revelarem mais naturais com o SP no AmE, como em “Why are you limping? Did you hurt your foot?” e “Did your sister phone yet?” (LEECH, 2004), com indicações de que a mesma tendência está se iniciando no inglês britânico. Os estudos de Lopes (2016) e Machado (2019), apresentando dados de experimentos *off-line* e de fala espontânea, acabam por corroborar a existência dessa competição no *perfect* na língua inglesa. Lopes (2016) indica que, no inglês britânico, o SP é mais uma realização morfológica possível do *perfect* existencial. E Machado (2019) aponta que, no inglês americano, tanto o PrP (com ou sem apagamento do verbo auxiliar) quanto o SP são realizações morfológicas do *perfect* existencial associado ao tempo presente, sendo relevante o papel dos advérbios nessa marcação.

A realização única e em curto intervalo de tempo das situações que expressam *perfect* resultativo o aproximariam do SP, conforme Michaelis (1994). A autora chega a apontar como, no AmE,<sup>8</sup> o SP está expandindo sua semântica para abarcar aquela associada ao *perfect* resultativo (MICHAELIS, 1994, p. 125). Logo, o SP poderia ser marcado como não anafórico, permitindo uma leitura resultativa. Isso parece indicar que essa morfologia pode incluir uma leitura semântica compatível com o *perfect* resultativo. Para a autora, assim como, no chinês, o uso da marca de *perfect* representa uma demanda por ação por parte do interlocutor, no inglês, estados que não possuem um papel em determinar o curso iminente das ações são fracos candidatos à realização do *perfect*.

Ao abordar a competição causadora dessa variação morfológica, Schaden (2009, p. 128) comenta sobre contextos em que a relevância no momento presente — principal fator semântico para o *perfect* — parece ser pelo menos fortemente sugestiva. Esses fatores, levados em consideração na metodologia deste trabalho, seriam: (a) quando “alguma importante consequência a esse evento é requerida” e (b) quando “o enunciado é precedido por uma exclamação como “Oh my god!”, “Yesss!” ou “Look!”. Nesses contextos, o SP seria impossível no francês ou no alemão, enquanto funcionaria bem no inglês e no espanhol.

Por isso, o autor compara o comportamento do PrP nessas línguas. Ressalta que, embora o PrP, no inglês e no espanhol, “tenha sido às vezes caracterizado como um melhor exemplo de *perfect* devido a seu caráter dominante de relevância atual, ele não é o único jeito de expressar relevância atual” (SCHADEN,

---

<sup>8</sup> De acordo com Michaelis (1994, p. 116), a leitura resultativa de sentenças com PrP, associada ao *perfect* resultativo, é obtida por constrições sintáticas, semânticas e pragmáticas, denominadas pela autora como RPC (Resultative Present Perfect Construction).

2009, p. 129). No francês e no alemão, por outro lado, não há outra escolha que não seja o uso do PrP.

**Figura 1 - A representação de relevância atual pelo PrP e o SP**

a. English, Spanish:



b. French, German:



Fonte: Schaden (2009, p. 130).

Conforme os conjuntos explicitam, a competição entre o PrP e o SP revela resultados diferentes entre as línguas no que diz respeito à expressão da noção de relevância atual. No inglês, assim como no espanhol, é quase sempre **possível** usar o SP e, às vezes, é **preciso** usá-lo, de forma oposta ao francês e ao alemão, em que é quase sempre **possível** usar o PrP e, às vezes, é **preciso** usá-lo.

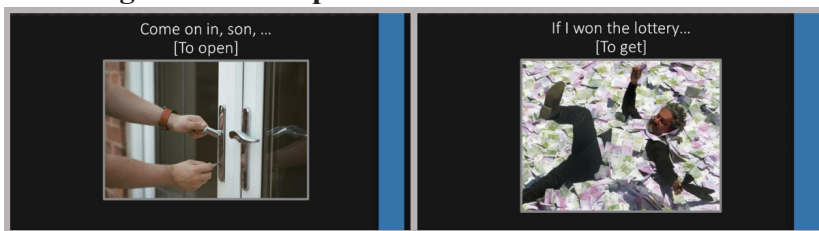
Todas as considerações apontadas até aqui demonstram a complexidade do *perfect* resultativo, tendo em vista suas características semântico-pragmáticas e restrições sintáticas que licenciam sua leitura. Ademais, restam claros os motivos pelos quais o SP torna-se candidato à competição com o PrP na realização do *perfect* resultativo.

### 3 Metodologia

A fim de cumprir o objetivo deste trabalho de investigar a competição entre Present Perfect e Simple Past na expressão do aspecto *perfect* resultativo na língua inglesa, adota-se uma análise de caráter qualitativo, com base em um experimento de produção oral semiespontânea. Esse experimento foi originalmente criado por Matos (2016) para investigar a realização do *perfect* no português do Brasil, e a versão adaptada para a língua e cultura inglesa apresentada neste artigo foi criada e testada por Nascimento (2017). Neste artigo, apresenta-se um estudo de caso triplo a partir da aplicação desse experimento.

O experimento de produção oral semiespontânea é composto por 30 lâminas, sendo 10 delas alvo e 20 distratoras. Em cada lâmina, havia (i) uma sentença-preâmbulo, com uma lacuna ao seu final, seguida de um verbo na forma infinitiva, indicado entre colchetes, e (ii) uma imagem, indicando uma situação resultado que perduraria no presente enunciado pela sentença-preâmbulo. Na Figura 2, apresentam-se exemplos de lâminas alvo e distratora.

**Figura 2 - Exemplos de lâmina alvo e distratora**



**Fonte:** Elaborado pelos autores.

Nas lâminas alvo, tanto as imagens quanto as informações verbais indicavam eventos singulares, télicos, com verbos que

se referem a um evento passado com um estado resultante, do tipo resultativo forte, conforme Mittwoch (2008), com possível inferência de recência da situação geradora do estado resultante. Contempla-se, ainda, Schaden (2009), no que tange aos contextos sugestivos à relevância no momento de referência, com uma importante consequência ao evento da sentença-preâmbulo e controle de uso de enunciados exclamativos, como se observa no Quadro 2, disponível na seção 4. Controla-se, ainda, a possível influência da presença de conector indicando relação de causa-consequência nas sentenças-preâmbulo. Dessa forma, elicita-se o *perfect* resultativo.

Antes do experimento, o participante era orientado a simular um contexto de conversa informal, devendo ler a sentença-preâmbulo em voz alta, como se estivesse atuando, e completar a lacuna da forma mais espontânea possível, utilizando o verbo entre colchetes, de modo a contemplar a imagem fornecida. No intuito de estimular as respostas a serem o mais autênticas possível, foram introduzidas marcas de oralidade nas sentenças.

Com esse experimento, busca-se colocar à prova a seguinte hipótese, inspirada nas propostas de Mittwoch (2008) e Schaden (2009): no AmE, contextos de transição, com estado-alvo resultante relevante no presente (compatíveis com resultativos fortes), são representados pelo SP preferencialmente. O experimento foi aplicado a três voluntários da cidade de Filadélfia, no estado da Pensilvânia, nos Estados Unidos da América. A aplicação foi conduzida, presencialmente, em ambiente isolado, de convívio diário dos participantes, por uma aplicadora devidamente treinada para tal, com registros feitos por meio de gravações. Os critérios de seleção dos informantes eram: ter o AmE como primeira língua, ter ensino superior



concluído ou em andamento, ter idade de 20 a 40 anos. Para preservar a identidade dos informantes, eles são referidos como “informante 1”, “informante 2” e “informante 3”.

A análise qualitativa dessa elicitación se divide em duas partes, correspondentes às seções 4 e 5 deste artigo. Na primeira parte, avalia-se o potencial do experimento proposto de elicitar a noção de relevância do estado resultante de uma situação passada e a produtividade das formas verbais SP e PrP para representar essa relevância do estado resultante em comparação a outras formas verbais. Na segunda parte, analisa-se, especificamente, a competição entre SP e PrP, foco deste artigo.

#### **4 Análise da representação verbal da noção de resultado**

Nesta seção, analisam-se as formas verbais utilizadas pelos informantes no experimento adotado nesta investigação. Dessa forma, avalia-se o potencial do experimento de elicitar a noção de relevância do estado resultante de uma situação passada e a produtividade das formas PrP e SP para expressão dessa noção, considerando as outras realizações morfológicas constatadas nos dados como um todo. Para tanto, os resultados são apresentados de forma detalhada, com as respostas fornecidas por cada informante, e, de forma consolidada, contabilizando a quantidade de ocorrências de cada manifestação morfológica. No Quadro 2, apresentam-se os estímulos e as respostas para o experimento por informante, de forma detalhada.

## Quadro 2 - Respostas detalhadas dos informantes com classificação das formas verbais

| Estímulo                                                                                     | Informante 1             | Forma verbal | Informante 2            | Forma verbal | Informante 3                                        | Forma verbal |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|--------------|-------------------------|--------------|-----------------------------------------------------|--------------|
| <b>1. John told me he's in the hospital 'cause... [to break]</b>                             | He broke his leg.        | SP           | He broke his leg.       | SP           | He broke his leg. I need to go visit him.           | SP           |
| <b>2. I want to report a crime 'cause... [to steal]</b>                                      | Someone's been stealing. | PrPC         | I got stolen.           | SP (PasV)    | My phone was stolen by a man on a bicycle.          | SP (PasV)    |
| <b>3. I hope it doesn't rain 'cause... [to wash]</b>                                         | I washed my car.         | SP           | I need to wash my car.  | SPr          | I just washed my car.                               | SP           |
| <b>4. I'm supporting an institution that fights against cancer, that's why... [to shave]</b> | I shaved my head.        | SP           | I'm shaving my head.    | PrC          | I shaved my hair, to show solidarity.               | SP           |
| <b>5. Come on in, son, ... [to open]</b>                                                     | I've opened the door.    | PrP          | I've opened the door.   | PrP          | The garage is open. You can park your car in there. | SPr          |
| <b>6. Mom, can I go out and play?... [to finish]</b>                                         | I finished my chores.    | SP           | I finished my homework. | SP           | I've finished all my homework.                      | PrP          |
| <b>7. Mom, where's the cash you promised me?... [to mow]</b>                                 | For mowing the lawn.     | G            | For mowing the lawn.    | G            | For mowing the lawn. I'm all done now.              | G            |
| <b>8. Laura's all bright and shiny 'cause... [to win]</b>                                    | She won a car.           | SP           | She won a car.          | SP           | She won a new car.                                  | SP           |

**A competição entre Simple Past e Present Perfect no inglês estadunidense:  
um estudo de caso sobre o perfect resultativo forte**

|                                                                                                                                                                        |                                                        |    |                     |    |                                                              |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|----|---------------------|----|--------------------------------------------------------------|-----|
| <b>9. Look at that, dude! ... [to complete]</b>                                                                                                                        | I completed my collection (My collection is complete). | SP | I completed my set. | SP | I have the complete set of Netherland's football team cards. | SPr |
| <b>10. Let's eat out today, 'cause... [to burn]</b>                                                                                                                    | I burned dinner.                                       | SP | I burned the food.  | SP | I burned breakfast.                                          | SP  |
| Legenda: Simple Past (SP), Passive Voice (PasV) Present Perfect (PrP), Present Perfect Continuous (PrPC), Simple Present (SPr), Present Continuous (PrC) e Gerund (G). |                                                        |    |                     |    |                                                              |     |

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

Conforme se observa, as respostas do experimento contaram com diferentes formas morfológicas verbais. A fim de permitir uma visão consolidada dos resultados, no Quadro 3, contabiliza-se o número de ocorrências, total e por informante, de cada forma verbal. Apesar de não se focalizarem as realizações de expressões adverbiais neste artigo, destaca-se a ausência de marcação adverbial na produção dos informantes 1 e 2 e a presença de um único advérbio — *'just'* — na produção do informante 3, fato sobre o qual também se comenta na seção 5.

**Quadro 3 - Resultados<sup>9</sup> consolidados por morfologia verbal e por informante**

| Forma verbal              | Informante 1                       | %   | Informante 2                 | %   | Informante 3                 | %   | Total | %     |
|---------------------------|------------------------------------|-----|------------------------------|-----|------------------------------|-----|-------|-------|
| <b>Present Perfect</b>    | 1 (resposta 5)                     | 10% | 1 (resposta 5)               | 10% | 1 (resposta 6)               | 10% | 3     | 10%   |
| <b>Simple Past</b>        | 7 (respostas 1, 3, 4, 6, 8, 9, 10) | 70% | 5 (respostas 1, 6, 8, 9, 10) | 50% | 5 (respostas 1, 3, 4, 8, 10) | 50% | 17    | 56,6% |
| <b>Simple Past (PasV)</b> | -                                  | -   | 1 (resposta 2)               | 10% | 1 (resposta 2)               | 10% | 2     | 6,6%  |

<sup>9</sup> Os percentuais totais correspondem ao valor aproximado em até uma casa decimal.

|                            |                |     |                |     |                     |     |   |     |
|----------------------------|----------------|-----|----------------|-----|---------------------|-----|---|-----|
| Simple Present             | -              | -   | 1 (resposta 3) | 10% | 2 (respostas 5 e 9) | 20% | 3 | 10% |
| Gerund                     | 1 (resposta 7) | 10% | 1 (resposta 7) | 10% | 1 (resposta 7)      | 10% | 3 | 10% |
| Present Perfect Continuous | 1 (resposta 2) | 10% | -              | -   | -                   | -   | 1 |     |
| Present Continuous         | -              |     | 1 (resposta 4) | 10% | -                   | -   | 1 |     |

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

Como o Quadro 3 mostra, a maioria das respostas apresenta a morfologia de SP, considerando-se tanto a produção de cada participante individualmente quanto o conjunto de respostas dos informantes. Somando-se as realizações de SP na voz ativa e na voz passiva, tem-se 19 das 30 respostas, o que ultrapassa 60% das produções dos informantes. A morfologia do PrP apareceu em apenas uma das respostas de cada informante, totalizando 3 realizações. Isso equivale a 10% do total. Até mesmo considerando-se apenas as realizações de SP e PrP, as realizações de PrP correspondem a, aproximadamente, 15% das respostas.

No entanto, além da variação entre SP e PrP, com predominância da primeira forma, houve outras realizações morfológicas, quais sejam: Gerund; Present Perfect Continuous e Present Continuous. O uso do gerúndio na oração dependente “for mowing the lawn” também pressupõe a ideia de resultado da grama cortada, porém, de forma indireta, por meio da combinação entre o gerúndio e a conjunção “for”, cujo significado se assemelharia a “because” (LARSEN-FREEMAN; CELCE-MURCIA, 2016, p. 490). Nessa produção, a ação denotada pela oração reduzida de gerúndio “mowing the lawn” seria a causa para a promessa de dinheiro; compatível com a leitura de *perfect* resultativo.

Nas formas verbais Present Perfect Continuous e Present Continuous, observa-se a marcação da relevância presente da situação, ainda que se tenha uma diferença de sentido aspectual: a continuidade do estado resultante marcada pela progressividade. No caso do Present Perfect Continuous, na resposta “Someone’s been stealing”, o participante expressa a ideia de iteratividade, como se os roubos fossem habituais na região e tivessem afligido diferentes vítimas, não só o falante interpretado pelo participante. Esse caráter de persistência faz com que ele possa ser interpretado como uma realização de *perfect* de situação persistente, conforme definição de Comrie (1976), ou de *perfect* universal, de acordo com as definições de Iatridou, Anagnostopoulou e Izvorski (2003) e Mittwoch (2008). No caso do Present Continuous, na resposta “I’m shaving my head”, atribui-se o sentido de continuidade, como se o falante estivesse raspando a cabeça no momento da fala ou num futuro próximo. A escolha pelas formas progressivas seria condizente com a proposta de associar o *perfect* universal (ou de situação persistente) ao valor aspectual de continuidade (NESPOLI; MARTINS, 2018; NESPOLI, 2018). Portanto, apesar de os informantes terem optado por ressaltar a ideia de continuidade, que seria condizente com o *perfect* universal, mantém-se o traço aspectual [+resultativo], conforme Nespoli (2018).

No caso do Simple Present, a força dos traços de relevância e continuidade aspectual gerou, inclusive, um desvio do comando do experimento. Ocorreram dois usos,<sup>10</sup> nas respostas 5 e 10, pelo informante 3, ambos com desvios do propósito da lâmina.

---

<sup>10</sup> Na verdade, ocorreram três usos do Simple Present. No entanto, a resposta “I need to wash my car”, do informante 2, é desconsiderada nesta análise, pelo fato de a produção indicar incompreensão, por parte do informante, da relação semântica entre a sentença-prémbulo e a alvo, já que a esperança de que não chovesse seria fruto do desejo de manter como resultado o carro limpo, fruto da lavagem ocorrida no passado. Portanto, não há compatibilidade semântica entre o desejo de que não chova e a necessidade de lavar o carro, ressaltada na produção do informante.

De acordo com as orientações do experimento, o participante deveria utilizar o verbo entre colchetes em sua produção. Logo, no primeiro caso, enquanto deveria ser usado o verbo “*to open*”, o informante fez uso do adjetivo *open* (“aberto”) em uma sentença com um verbo de ligação (“*is*”). No segundo, enquanto a lâmina propunha o uso do verbo “*to complete*”, na resposta, obteve-se uma sentença com o verbo “*have*”, no seu sentido de posse, e o sintagma nominal *complete set* (“conjunto completo”), ou seja, também se usou o adjetivo “*complete*”, homógrafo ao verbo no infinitivo. Portanto, o uso do Simple Present é tão compatível com a noção de relevância atual que levou os participantes a, inclusive, alterarem, estruturalmente, o uso dos verbos entre colchetes, desviando-se do comando fornecido ao início do experimento.

O mesmo destaque ao estado resultante parece ter gerado, no caso do SP, o uso da voz passiva com verbo “*to be*”, na resposta 2 do informante 3, e com o verbo “*to get*”, na resposta 2 do informante 2. Segundo Larsen-Freeman e Celce-Murcia (2016, p. 351), a voz passiva seria a voz marcada, em contraste à versão não marcada, que seria a voz ativa. Certamente, o verbo “*to steal*” propicia o uso da passiva, pelo fato de o agente ser desconhecido. Para as autoras, especificamente, as passivas seriam usadas para colocar diferentes constituintes em foco, o que parece abarcar a situação sob análise. Porém, ao especificar as diferenças de significado fornecidas pela voz passiva, elas apenas mencionam uma diferença de valor de verdade na produção de afirmações genéricas. Aponta-se aqui, apesar de as autoras não o indicarem, afinidade entre a ideia de genericidade e a ideia de focalizar o estado resultante, devido à distorção do foco na agentividade que provoca a situação.

Demonstra-se, assim, que a voz passiva, como as outras formas mencionadas nesta análise, são marginalizadas na literatura que discute a realização do aspecto *perfect* resultativo em detrimento das formas verbais sistematizadas paradigmaticamente, no caso do inglês, o PrP e o SP. No entanto, isso não significa que essas não sejam formas verbais produtivas para realização do aspecto *perfect*. Muito pelo contrário, suas realizações em nosso experimento indicam a pertinência de estudos futuros sobre esses usos aspectuais do *perfect*, discutindo se essas formas, de fato, marcariam a noção de relevância do estado resultante de uma situação passada ou apenas teriam se tornado mais produtivas em contextos potenciais para o uso do PrP. No segundo caso, pressupõe-se que o valor de “relevância do estado resultante” não seria nem cognitivamente proeminente nem linguisticamente marcado. Independentemente de qual seja o caso,<sup>11</sup> ressalta-se que as formas verbais identificadas, no presente estudo, vão ao encontro dos achados de outras pesquisas que partem do significado para a forma, com base tanto em dados de fala espontânea quanto de experimentos *off-line* (LOPES, 2016; JESUS *et al.*, 2017; NESPOLI, 2018; MACHADO, 2019).

Estudos que partem dessa lógica do significado para a forma são interessantes para um mapeamento da produtividade das estruturas sintáticas que representam linguisticamente determinado sentido em uma dada língua. Em consonância com os dados deste artigo, no mapeamento de Lopes (2016) sobre o inglês britânico, por exemplo, o Present Continuous e o Simple Past são apresentados como realizações morfológicas do *perfect*

---

<sup>11</sup> Esta é uma dúvida iminente ao estudo de aspecto, já que o ponto de vista do falante se distingue da realidade, não sendo necessariamente objetivo. (COMRIE, 1976, p. 4). Portanto, é necessário um exercício sistemático de reflexão sobre a busca de metodologias que capturem diferentes tipos de dados, ainda que, eventualmente, conclua-se que a tentativa de descobrir se o falante que opta por essas formas verbais estaria, de fato, marcando a noção de relevância do estado resultante de uma situação passada se assemelhe à tentativa de descobrir se um determinado observador do experimento de Schrödinger dirá que o gato “vivo-morto” dentro da caixa está vivo ou morto.

universal e existencial, respectivamente. Segundo a autora, apesar de dispor do PrP como uma forma específica para representação do *perfect*, essa variedade do inglês estaria seguindo um padrão semelhante ao do português do Brasil (doravante PB). No PB, conforme Novaes e Nespoli (2014), o *perfect* universal pode ser realizado pelo passado composto, pelo presente do indicativo e pela perífrase “estar” + gerúndio; e o *perfect* existencial pode ser realizado pela combinação do pretérito perfeito com outros elementos na sentença. Portanto, os dados do presente artigo vão ao encontro da tese de Lopes (2016). Além disso, no que tange à noção de resultado, essa diversidade de formas verbais corrobora a proposta de Schaden (2009), de que o PrP não é o único jeito de expressar relevância atual, apesar de ser o mais focalizado na literatura.

Reconhece-se a fragilidade de um estudo de caso, quanto ao baixo número de participantes do experimento, para defesa de padrões desse gênero, sendo importante sua complementação por futuros estudos quantitativos com base em testes de elicitación. No entanto, pela compatibilidade desses dados com a literatura da área mencionada, defende-se o potencial do formato do experimento utilizado para elicitar a relevância do estado resultante de uma situação passada, noção compatível tanto com o *perfect* universal quanto com o *perfect* existencial.

Por fim, como, neste estudo, focaliza-se a competição entre o PrP e o SP, destaca-se a baixa realização do PrP neste contexto artificial de testagem. Então, na próxima seção, continua-se a análise dos resultados, concentrada no contraste da alta produtividade do SP com a baixa produtividade do PrP nos dados coletados.



## 5 Discussão sobre a competição entre Simple Past e Present Perfect

Os resultados do experimento apontam a predominância do uso do SP e uma única ocorrência de PrP por cada um dos informantes. Por isso, a presente seção se organiza em torno do debate sobre os fatores que motivariam a escolha pelo PrP e pelo SP, considerando aspectos sintático-semântico-pragmáticos envolvidos nesse experimento.

O primeiro aspecto sintático a ser analisado é a definição temporal das sentenças, já que, segundo Leech (2004), esse seria o fator definidor da distribuição dessas formas verbais no inglês britânico. Para o autor, o SP demandaria um momento especificado, explícito por meio de: (a) expressão adverbial, (b) uso anterior do passado, ou (c) ponto de referência mentalmente determinado. No entanto, nenhuma dessas condições era cumprida pela estrutura típica do experimento. As sentenças-preâmbulo tinham verbo em tempo presente, sem advérbio ou qualquer ponto de referência. Nas respostas, também não há qualquer inclusão de expressão adverbial temporal do evento (com exceção do uso de *just*, que não configura um momento especificado). Ainda assim, o SP foi utilizado pelos informantes de forma predominante, descrevendo situações que não se enquadram naquelas indicadas pela literatura como propícias para seu uso (QUIRK *et al.*, 1980; LEECH, 2004). Logo, rechaça-se a proposta de que o SP demanda um momento especificado.

Quanto à proposta referente ao aspecto semântico, que prevê que o estado resultante perdura quando se usa o PrP e não perdura quando se usa o SP, ressalta-se que as imagens-preâmbulo sugerem a validade do estado resultante no momento

de referência. Mesmo assim, o SP foi utilizado nas respostas do experimento. Então, os dados deste estudo de caso também invalidam a pressuposição de que o uso do SP representa a não manutenção do estado resultante no presente (LEECH, 2004; MITTWOCH, 2008).

Por outro lado, a produtividade do SP se justifica pelo fato de as situações elicitadas serem de caráter singular, com realização única em curto intervalo de tempo, características compartilhadas entre SP e PrP. Portanto, a proposta de que o SP estaria sendo utilizado como um *tense* para indicar precedência ou anterioridade, característica compartilhada com o PrP, que também é *tense*, dá conta dos dados (IATRIDOU; ANAGNOSTOPOULOU; IZVORSKI, 2003). Assim, corrobora-se a proposta de Michaelis (1994), de que o SP pode ser marcado como não anafórico, permitindo uma leitura resultativa.

Sendo apontado o uso do SP como *tense* não anafórico que permite uma leitura resultativa, é necessária, ainda, uma análise da improdutividade do PrP nos dados. Observa-se, no experimento, a favorabilidade das condições para sua realização: as situações elicitadas são de caráter singular, mas denotam transições, envolvendo inferências típicas dos resultativos fortes, e com relevância presente (MITTWOCH, 2008). Logo, há compatibilidade das situações elicitadas com o *perfect* não só quanto aos fatores que distinguem o PrP (tempo indefinido, continuação até o presente e resultado presente), mas, especificamente, quanto à subcategoria *perfect* resultativo (situação télica, singular, com relevância no presente). Todavia, conforme já analisado, esses fatores não se revelaram determinantes para a escolha do PrP. Então, analisa-se, a seguir, a possível influência das outras variáveis desse experimento sobre

a produção dos informantes: a presença/ausência de conector indicando relação de causa-consequência e o uso de exclamativa nas sentenças-preâmbulo.

Os conectores que indicam relação de causa-consequência não favoreceram o uso do PrP. Nas seis lâminas-alvo que apresentavam conector (cinco com “*because*” e uma com “*that’s why*”), houve predominância do SP. Das 18 respostas a elas, 15 apresentaram SP, o que equivale a quase 85% das respostas a sentenças-preâmbulo com conectores. Além disso, três dessas lâminas tiveram como resposta unânime o SP na voz ativa (as lâminas de número 1, 8 e 10<sup>12</sup>). Apesar de terem ocorrido outras realizações morfológicas para essas seis lâminas específicas, é importante destacar que, em nenhuma dessas, utilizou-se o PrP. A relação de causa-resultado já estaria sendo linguisticamente marcada de outra forma,<sup>13</sup> no caso, pelo conector *because*, desfavorecendo a escolha pelo PrP.

Em contraste, a ausência de conectores favoreceu o uso do PrP e outras formas verbais, desfavorecendo o uso do SP. A partir das quatro lâminas-alvo sem conector (lâminas de número 5, 6, 7 e 9), com 12 respostas, apenas 4 apresentaram SP, o que corresponde a menos de 35% das respostas. Além disso, as três realizações de PrP do experimento se concentraram nesse grupo, especificamente, nas lâminas 5 e 6.

Quanto ao tipo de sentença-preâmbulo, é necessário um controle mais rígido da distribuição de sentenças imperativas, interrogativas e exclamativas em investigações futuras. Na presente análise, só é possível afirmar o seguinte quanto à forma imperativa e à forma exclamativa nas sentenças-preâmbulo: o

---

<sup>12</sup> Ressalta-se que, embora o SP tenha sido escolhido para a maioria das respostas, com seis a sete realizações por informante, somente nessas lâminas houve unanimidade em seu uso.

<sup>13</sup> Esse debate remonta à proposta de classificação do PrP como implicatura convencional. (MITTWOCH, 2008).

uso do imperativo na lâmina 5 gerou o único caso de ausência de respostas com SP. No entanto, na lâmina 10, o uso do imperativo, com “*let’s*”, que poderia favorecer o uso do PrP, foi sobreposto pela presença do conector de causa-consequência. E o uso da forma exclamativa, na lâmina 9, apesar de configurar um contexto em que a relevância no momento presente seria fortemente sugestiva, conforme Schaden (2009), não foi suficientemente sugestivo para a realização do PrP. Logo, corrobora-se a proposta do autor, de que esses contextos seriam compatíveis com o SP no inglês.

Finalmente, quanto ao PrP, é importante destacar que seu uso não foi unânime em nenhuma das lâminas do teste. No entanto, a lâmina 5 (“Come on in, son, ... [to open]”) contou com duas realizações de PrP e estimulou o uso do Simple Present pelo terceiro informante, já descrevendo o resultado-alvo, o que mostra a relevância do resultado no momento presente. A resposta “The garage is open. You can park your car in there” explicita o resultado pragmático a ser inferido a partir do *perfect* resultativo “I’ve opened the door”. O uso do imperativo, nessa lâmina, representa a demanda ao interlocutor pela execução de uma ação (“*come in*”), que depende do estado resultante do verbo-alvo [*to open*], na segunda oração.

Esse padrão vai ao encontro da proposta de comparação do inglês com o chinês, língua em que o uso da marca de *perfect* representa uma demanda por ação por parte do interlocutor. Ao trazer à tona essa comparação, Michaelis (1994) afirma que, no inglês, os estados que não possuem um papel em determinar o curso iminente das ações são **fracos** candidatos à realização do *perfect*. No entanto, mais do que isso, neste artigo, o uso do PrP foi propiciado exclusivamente em situação elicitando um estado

resultante (a porta aberta) que é **condição** para cumprimento de outra situação previamente demandada (entrar) e ainda não concretizada, de forma semelhante ao chinês. A lâmina 6, em que o informante 3 usou o PrP, é a única outra lâmina compatível com essa leitura de dependência da situação resultado (a realização do dever de casa) para cumprimento de outra situação previamente demandada (a permissão de sair de casa), ainda que essa relação de dependência se revele mais branda nessa lâmina, já que a sentença-alvo não indica diretamente um requerimento de agentividade por parte do interlocutor, mas sim seu consentimento. Esse contexto descrito, que parece propiciar a ocorrência de formas marcadas do *perfect*, na ausência de outra marcação linguística de causalidade, poderia ser descrito da seguinte forma esquemática.

**Figura 3 - Contexto sugestivo para ocorrência do PrP**



**Fonte: Elaborado pelos autores.**

Conforme a Figura 3 indica, haveria uma relação entre o estado resultante da situação B e a intencionalidade pragmática<sup>14</sup>

<sup>14</sup> É importante destacar que, apesar de haver intencionalidade pragmática, característica típica dos resultativos fracos, as duas lâminas em que houve ocorrência de PrP elicitam resultativos fortes, objeto de estudo deste trabalho. Nos resultativos fortes, o estado-alvo é determinado pelo predicado, conforme explicado na seção 2. Em contraste, resultativos fracos não teriam, sintática e semanticamente, estado-alvo. Como “I’ve opened the door” teria, a partir de seu predicado, o estado-alvo “The door is open”, a sentença é caracterizada como um resultativo forte. Todavia, a situação A, descrita pela sentença-preâmbulo, trouxe uma intencionalidade pragmática ao contexto, característica típica dos resultativos fracos.

inerente à situação A. Considerando a figura esquemática, na lâmina 5, a situação A demandada ao interlocutor seria “entrar” e a situação B seria “abrir a porta”, que tem o estado resultante da “porta aberta” como condição para a entrada. Do mesmo modo, na lâmina 6, a situação A, demandada ao interlocutor, seria a “permissão para brincar”, que estaria condicionada à existência da “tarefa cumprida”, estado resultante da situação B (“fazer a tarefa de casa”). Ao aplicar o esquema às outras lâminas, constata-se que nenhuma outra segue esse padrão: na lâmina 9 (“Look at that, dude! ... [to complete]”), chega a haver demanda por ação ao interlocutor na situação A (olhar), mas essa ação não depende da existência do estado resultante da situação B (o álbum completo) para que possa ser executada.

Por fim, comenta-se o uso do advérbio *just*, na resposta 3 do informante 3. Esse foi o único uso adverbial do teste, o que se deve ao fato de não ser possível marcar adverbialmente a noção de resultado, mas ser possível marcar morfológicamente a recência. Ainda que ele tenha sido realizado com a morfologia verbal SP, poderia ser uma evidência na direção da importância do traço de recência para o *perfect* resultativo, já que Michaelis (1994) e Yoon (2012) apontam a relação entre essas noções. A escolha adverbial/morfológica seria, então, uma indicação da relevância da recência da situação-alvo resultante. No entanto, outras lâminas do experimento davam margem à inferência da recência do fato gerador e não foram marcadas por expressão adverbial. Além disso, não houve realização de PrP para a lâmina 3, em que o advérbio ocorreu. Sendo assim, a noção de recência pode estar relacionada ao *perfect* resultativo, mas os dados deste trabalho indicam que esse traço não pode ser considerado o principal motivador de marcações morfológicas diferentes do SP em situações que elicitam o *perfect* resultativo.

## Considerações finais

Este artigo se propôs a investigar a competição entre PrP e SP na expressão do aspecto *perfect* resultativo na língua inglesa. Para tanto, apresentou-se um estudo de caso triplo, com base em um experimento de elicitación de resultativos fortes, que licenciam a inferência de que o estado resultante se mantém no momento da fala (MITTWOCH, 2008), aplicado a falantes nativos do AmE. Os resultados mostraram preferência pela realização do SP, usado em mais de metade das respostas, e uso equilibrado do PrP, do Simple Present e de formas progressivas nas demais respostas. Logo, não se pôde refutar a hipótese de que, no AmE, contextos de transição, com estado-alvo resultante relevante no presente (compatíveis com resultativos fortes), são representados pelo SP preferencialmente.

Na análise, destaca-se que o experimento provê contextos que atendem os aspectos apresentados na literatura como condição para a realização do PrP, quais sejam: tempo indefinido e manutenção do resultado da situação passada no presente (PORTNER, 2003; LEECH, 2004; MITTWOCH, 2008; YOON, 2012). Isto é, considerando o contexto sintático-semântico das produções verbais, as sentenças-preâmbulo não possuíam marcação adverbial de tempo ou ponto de referência assumido mentalmente, indicando uma situação de passado indefinido, e, apesar de indicarem situações de caráter singular, permitiam inferência da manutenção de seu estado resultante no presente, por meio do conhecimento prévio do informante ou de evidência visual, fornecida pela imagem na lâmina-estímulo. Portanto, o SP foi utilizado para se referir a situações de passado indefinido e preferido em relação ao PrP, a despeito da disponibilidade

de elementos que permitiam inferência da continuação do estado resultante no presente. Então, os resultados permitem: (i) corroborar a existência de uma competição entre o PrP e o SP para representar situações *perfect*, em que o SP assume forma *default*, conforme aponta Schaden (2009), e (ii) refutar as propostas de que haveria uma preferência pela realização do SP acompanhado de um advérbio e de que o SP estaria associado à não manutenção do estado resultante no presente (QUIRK *et al.*, 1980; LEECH, 2004).

Ao se analisarem os estímulos para os quais houve preferência de respostas com SP, constata-se duas tendências principais. Em primeiro lugar, as situações possuíam caráter informativo, sem intencionalidade pragmática de demandar uma resposta/ação de seu interlocutor. Em segundo lugar, a presença de marcação linguística de causalidade (*e.g. because*) mostrou-se determinante para a escolha dessa forma verbal. Por outro lado, ao se analisarem os estímulos para os quais houve respostas com PrP, constata-se a seguinte tendência: o uso do PrP foi propiciado exclusivamente em situações elicitando um estado resultante que é **condição** para cumprimento de outra situação previamente demandada ao interlocutor e ainda não concretizada, com ausência de marcação linguística de causalidade.

Portanto, a relevância no PEpt não se mostrou um fator suficientemente sugestivo para a realização morfológica do PrP no caso dos resultativos fortes. No entanto, essa forma marcada parece ser propiciada pela eminência do estado resultante para uma ação iminente, demandada ao interlocutor. Complementa-se hipotetizando que o grau de agentividade envolvido na situação a ocorrer e a evidente recência da situação ocorrida interferem nesse processo de marcação morfológica.



Com base nessa discussão, retoma-se o questionamento sobre o *status* do *perfect* resultativo como subcategoria *perfect*. O uso do SP, como forma *default*, poderia sugerir que a noção de relevância do resultado não possui força semântica para caracterizar uma subcategoria *perfect*, uma vez que o inglês já possui outra forma verbal específica para marcar as noções de *perfect*. No entanto, apesar de o PrP não ter sido a forma preferida dos falantes, revelou-se produtivo em um contexto específico do experimento: quando há intencionalidade pragmática, característica presente nos resultativos fracos. Portanto, a presença da intencionalidade pragmática, traço típico dos resultativos fracos, determinou a ocorrência de PrP.

Tendo em vista essa distribuição das formas verbais, mostra-se pertinente a ideia de que o *perfect* resultativo se divide em duas classes, compatível com a caracterização dos resultativos de Mittwoch (2008). Dessa forma, a classe dos resultativos fortes teria como forma *default* o SP. No entanto, a distribuição do PrP, nesta pesquisa, já indica que o padrão de uso do SP para resultativos fortes não parece ser plausível para a classe dos resultativos fracos, envolvendo inferências pragmáticas. Como resultativos fracos não fazem parte no escopo deste trabalho, aponta-se a relevância de estudos futuros para dar conta dessa subclasse.

Por fim, ressalta-se que este é um estudo de caso, sendo necessários mais dados para validação das considerações feitas aqui. No entanto, a contribuição desta pesquisa sobre a subclasse dos resultativos fortes é de suma importância para a compreensão do fenômeno não só do ponto de vista teórico, mas também do ponto de vista do ensino do inglês como língua estrangeira, ensejando análises de exercícios de produção que elicitam o uso dessas formas verbais.

## Referências

CELCE-MURCIA, M; LARSEN-FREEMAN, D. **The grammar book: an ESL/EFL teacher's course**. 3. ed. Boston: Cengage Learning, 2016.

COMRIE, B. **Aspect**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

DOWTY, D. **Word meaning and montague semantics: the semantics of verbs and times in generative semantics and in montague's PTQ**. Dordrecht: D. Reidel Publishing Co, 1979.

LESSA, A.; SALGADO, M. Aspect in the English language: a comparative analysis of form and meaning in traditional descriptive grammars. **DELTA**, São Paulo, v. 35, n. 4, 2019. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-44502019000400400&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502019000400400&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 30 abr. 2020.

LEECH, G. **Meaning and the English verb**. 3. ed. Harlow, England: Longman. 2004.

IATRIDOU, S.; ANAGNOSTOPOULOU, E.; IZVORSKI, R. Observations about the form and meaning of the Perfect. In: ALEXIADOU, A.; RATHER, M.; VON STECHOW, A. (ed.). **Perfect explorations**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003. p. 153-205.

JESUS, J. L. *et al.* O aspecto *perfect* no português do Brasil. **Travessias Interativas**, v. 14, p. 1-18, 2017.

LOPES, Thaís Lima. **A realização morfológica do aspecto *perfect* no português do Brasil e o inglês britânico: uma análise comparativa**, 2016. 120 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MACHADO, F. **As realizações morfossintáticas do *perfect***

**existencial no inglês americano**. 2019. 27 f. Monografia (Graduação em Licenciatura em Letras na habilitação Português/Inglês) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://lefufRJ.files.wordpress.com/2020/02/tcc-fernanda-machado.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2020.

MARTINS, A.; NESPOLI, J. A representação sintática do aspecto perfect: uma análise comparativa entre o português e o italiano. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 60, n. 1, p. 30-46, 2018.

MATOS, A. O aspecto *perfect* no português do Brasil (PB): uma análise do subtipo *perfect* de resultado. In: **SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ**, 7., 2016.

MCCOARD, R. **The English perfect**: tense choice and pragmatic inferences. Amsterdam: North-Holland Press, 1978.

MICHAELIS, L. The ambiguity of the English present perfect. **Journal of Linguistics**, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 111-157, mar. 1994.

MITTWOCH, A. The English resultative perfect and its relationship to the experiential perfect and the simple past tense. **Linguistics and Philosophy**, [s. l.], v. 31, n. 3, p. 323-351, 2008.

NASCIMENTO, R. Aspecto perfect no inglês americano: uma análise do subtipo *perfect* de resultado. In: **SEMANA DE INTEGRAÇÃO ACADÊMICA DA UFRJ**, 8., 2017.

NESPOLI, J. **Representação mental do perfect e suas realizações nas línguas românicas**: um estudo comparativo. 2018. 178 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

NOVAES, C.; NESPOLI, J. O traço aspectual de *perfect* e as suas realizações. **Revista FSA**, Teresina, v. 11, n. 1, p. 255-279. 2014.

PARSONS, T. **Events in the semantics of English**: a study in

subatomic semantics. Cambridge: MIT Press, 1990.

PORTNER, P. The (temporal) semantics and (modal) pragmatics of the perfect. **Linguistics and Philosophy**, [s. l.], v. 26, p. 459-510, 2003.

QUIRK, R. *et al.* **A grammar of contemporary English**. 9. ed. Harlow: Longman, 1980.

SCHADEN, G. Present perfects compete. **Linguistics and Philosophy**, [s. l.], v. 32, p. 115-141, 2009.

SIGURÐSSON, H. Meaningful silence, meaningless sounds. **Linguistic variation yearbook**, Lund, v. 4, p. 235-259, 2004.

YOON, Y. The English present perfect and simple past tense. **Linguistic Research**, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 485-513, 2012.

# A aspectualidade estativa de “ficar”: uma análise dos casos com gerúndio e particípio

Roberlei Alves Bertucci\*

## Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir a interpretação aspectual de ‘ficar’ quando seguido de gerúndio ou particípio em português brasileiro. Propomos que esse verbo seja um aspectualizador, contribuindo com a formação de um predicado com características estativas. Defendemos que a noção de permanência atribuída a ele é válida para as construções em análise, e, assim, possíveis diferenças entre a complementação com gerúndio ou particípio são composicionais, isto é, são dadas pelas propriedades dessas formas nominais do verbo. Com isso, rejeitamos análises anteriores que, ora tratam do verbo de forma polissêmica, ora atribuem a ele uma semântica de permanência ou iteração na construção com gerúndio e uma de mudança de estado naquela com particípio. Baseados na noção de aspecto verbal, checamos a robustez de nossa proposta por meio de uma série de hipóteses: os resultados levam à conclusão de que, de fato, ficar+gerúndio/particípio forma um predicado de estado, em que ‘ficar’ tem apenas um significado na perífrase.

Palavras-chave: Aspecto verbal. Perífrase verbal.  
Aspectualizador. Verbo ficar.

---

\* Professor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Doutor em Letras (USP).

# The stative aspectuality of “ficar” in gerundive and participial periphrases

## Abstract

This paper aims to discuss the aspectual meaning of ‘ficar’ (lit. to stay) followed by gerundive or participial verbs in Brazilian Portuguese. We argue that ‘ficar’ is an aspectualizer which forms a stative predicate. We also propose that the meaning of continuity assigned to it is acceptable for the constructions on analysis and thus, some possible differences come from compositional features, namely, the specific properties of gerundive and participial complements. Consequently, we reject previous analysis which argued for either a polysemic view on ‘ficar’ or a continuity/iterativity meaning to ‘ficar’ in gerundive constructions, but a change of state in contexts with participle complements. Based on verbal aspect notions, we check the validity of our proposal by means of a few hypotheses: results lead us to conclude that ficar+gerundive/participle forms a stative predicate, in which ‘ficar’ has only one meaning in the periphrases.

Keywords: Verbal aspect. Verbal periphrases. Aspectualizers. Verb ficar.

Recebido em: 30/03/2020

Aceito em: 24/07/2020

## Introdução

Neste trabalho, propomos uma discussão sobre a semântica de ‘ficar’ em construções com gerúndio (1) e particípio (2) em português brasileiro (PB).

(1) João ficou estudando.

(2) João ficou molhado.

Nesses casos, vamos assumir que ‘ficar’ seja um verbo aspectual, no sentido de Bertucci (2015a), cuja semântica está diretamente relacionada ao aspecto lexical. Além disso, vamos propor que ele contribua com uma leitura durativa do estado denotado por seu complemento e não com a noção de mudança de estado (como assumido por diferentes autores).

Em geral, os trabalhos sobre o tema defendem, de um lado, uma polissemia do verbo ‘ficar’: nos casos com gerúndio (1), ele teria o valor de permanência; nos casos com particípio (2), valor de mudança de estado (ou causalidade). De outro lado, esses mesmos trabalhos reconhecem que diferentes valores semânticos dos complementos de ‘ficar’ podem contribuir para o sentido diferente do verbo (e da sentença), ou seja, o significado seria dado composicionalmente. Aqui, assumimos parcialmente essa noção, ao admitir que a diferença entre a duração dos casos em (1) e a suposta mudança de estado dos casos em (2) seja resultado das propriedades semânticas desses complementos, o que não caracteriza, necessariamente, uma polissemia, já que o valor de ‘ficar’, acreditamos, seja um só.

Apesar disso, assumimos que ‘ficar’, por ser um verbo aspectual, ocupa uma posição sintática baixa, o que desencadeia

restrições quanto: i) ao tipo de complemento com que pode se combinar (ou de leitura que exige deles); ii) ao tipo de modificadores adverbiais possíveis; e iii) às possibilidades de coocorrência com verbos auxiliares, como ‘estar’.

É importante notar também que, embora vários trabalhos tenham sido realizados sobre os casos em questão, eles se concentram na polissemia do verbo, sua funcionalidade ou sua gramaticalização — além de serem trabalhos bastante frequentes para o português europeu (PE) e não para o PB. Aqui, no entanto, propõe-se uma abordagem de caráter formal (ainda que sem uma metalinguagem lógica/formalizada), para se responder ao porquê de as perífrases com ‘ficar’ serem como descrito. Como dissemos, a proposta é que a semântica do verbo leve à restrição de combinação e ao significado que a perífrase carrega.

Por isso, assumimos a análise sobre o tempo de Klein (1994) e a proposta de estruturação sintática de Laca (2002; 2004) para perífrases verbais nas línguas românicas. Sugerimos que ‘ficar’ realiza uma operação no nível do aspecto lexical (VP) sobre o predicado que seleciona, inserindo uma perspectiva de duração temporal própria de estados e relativa a um momento de referência. Com isso, acreditamos explicar mais globalmente os casos em que tal verbo é seguido de gerúndio e particípio em PB.

Vale dizer que, aqui, vamos deixar de lado uma semântica mais específica de outras construções com ‘ficar’, tais como aquelas com preposições — ‘de’, ‘com’ e ‘em’, por exemplo. Quando mencionadas, servirão apenas para comparar a função do verbo nos diferentes contextos em que aparece.

O trabalho se organiza assim: na seção 1, apresentamos as propostas já existentes para ‘ficar’ em português; na seção 2, discutimos a questão do aspecto verbal e dos aspectualizadores;



e, na seção 3, apresentamos a proposta de análise para o verbo ‘ficar’ seguido de gerúndio ou participípio.

## 1 Propostas de análise para ‘ficar’

O leque de pesquisas sobre ‘ficar’, em especial em PB, é bastante limitado. Alguns trabalhos versam sobre sua polissemia, procurando descrever os diferentes sentidos das construções em que aparece (VIVIANI, 1987; STEIN, 2004; RIBEIRO, 2004; REBELO; OSÓRIO, 2006). Entre eles, podemos destacar o trabalho de Stein (2004), que, no âmbito da linguística de *corpus*, levantou a frequência das diferentes construções com ‘ficar’, em especial no contexto jornalístico, encontrando mais ocorrências com sintagmas preposicionais. Sem dúvida, como a própria autora aponta, a liderança desse tipo de construção se deve, essencialmente, ao tipo de ambiente, já que, ali, são muito frequentes casos com ‘em’ (‘A inflação ficou em 5% ao ano’) e ‘para’ (‘A reunião ministerial ficou para a próxima semana’).

Merecem menção, também, pesquisas que abordam aspectos de modalidade nas construções com esse verbo, em especial na perífrase ficar de+infinitivo (‘A empresa ficou de dar um retorno’), em que há o sentido de um compromisso (implícito) assumido, tanto em PE (CORREIA, 2010) quanto em PB. Santos (2017), por exemplo, encontrou uma alta frequência desse tipo de dado num *corpus* retirado de um *site* brasileiro de reclamações, e, em todos eles, a noção é de modalidade, relacionada a um inerente comprometimento de um sujeito em relação a uma situação específica (por isso a alta frequência no *site* que serviu de base para a pesquisa).

Ao analisar ‘ficar’ no PE, Drzazgowska (2005) propõe que o verbo tenha um sentido de “permanência”, dado a partir dos elementos que compõem a sentença em que aparece, como a classe aspectual do VP que o sucede ou os modificadores adverbiais. Assim, para ela, tanto a leitura durativa de ficar a+infinitivo (correspondente europeia da versão brasileira de ficar+gerúndio) quanto a chamada “leitura causativa” (com particípio) seriam resultado da combinação dos elementos ali presentes.

Para explicar essas diferenças de sentido, Lehmann (2008, p. 11) se debruça sobre os aspectos históricos relacionados à gramaticalização de ‘ficar’, de sua passagem de verbo pleno a auxiliar. Ele propõe que haja um significado básico para ‘ficar’ —  $x$  fica  $P$  é ‘ $x$  permanece  $P$ ’ até um intervalo ( $t$ ) e depois de um intervalo de tempo ( $t$ )  $P(x)$  — de modo que esse significado indicaria a continuidade de um estado contrário às expectativas. Por outro lado, o autor propõe que haja um significado genérico para o mesmo verbo —  $x$  fica  $P$  é ‘a partir de um ponto temporal de referência  $t$ ,  $P(x)$ ’ —, o qual seria parte do significado básico e, associado aos predicados  $P$  específicos, traria os diferentes valores das perífrases com ‘ficar’. Como se vê, no significado genérico, o estado só ocorre depois de um intervalo específico, como se fosse um resultado.

Apesar de razoável, nessa proposta, tanto as construções com ficar+gerúndio quanto as de ficar+particípio estariam relacionadas ao sentido genérico — ao sentido básico, estariam relacionadas apenas construções do tipo ‘O João ficou em casa’ —, denotando uma eventualidade estativa que começaria “a partir de um ponto de referência  $t$ ”. No entanto, sentenças como (3) claramente apontam para a duração do estado durante

o intervalo descrito pela oração adverbial e não uma noção de início a partir daquele momento.

(3) a. O João ficou estudando a tarde toda ontem.

b. O João ficou chateado a tarde toda ontem.

Num primeiro momento, é possível que um ouvinte infira que, em (3b), algum fato tenha desencadeado (iniciado) o estado de chateação em João. Contudo, não nos parece que isso seja indicado por ‘ficar’, em si, mas pelo predicado que o acompanha (chatear), o qual exige uma causa que inicie o estado. Assim, a leitura de início de estado, ainda que pareça mais próxima das sentenças com ficar+particípio, não condiz com a contribuição semântica desse verbo.<sup>1</sup> Analisaremos essas questões na seção 3.

Seguindo as mesmas perspectivas anteriores, Correia (2010) defende que ‘ficar’ assume valores distintos, a depender do tipo de complemento que o segue, em especial o tipo de preposição. A autora propõe que o referido verbo indique a permanência de um evento “não télico a partir de um intervalo de tempo específico”, de modo que o sentido da construção seja composto pelas características do complemento. (CORREIA, 2010, p. 161). Como se vê, o sentido atribuído por ela é muito próximo ao de Lehmann (2008), indicando uma duração a partir de um intervalo específico. Portanto, nesse ponto, poderíamos repetir as mesmas considerações e refutações já feitas ao trabalho de Lehmann (2008).

Um aspecto importante do trabalho de Correia (2010) é a equivalência de sentido atribuída entre ficar a+infinitivo e passar

---

<sup>1</sup> Um ponto importante indicado por parecerista, a quem agradeço a observação, é que *ficar* forma passivas adjetivas com alguns predicados psicológicos, como *chatear*, os quais não aparecem com passivas verbais (\**foi chateado*). Nesses casos, o predicado pode implicar uma causação e *ficar* o estado resultante (e não a causa, em si). Por outro lado, exemplos como (2), com *molhar*, revelam que *ficar* aparece igualmente com outros tipos de predicado.

a+infinitivo: para ela, em ambos os casos, trata-se do início de um estado. Todavia, ao menos em PB, tal similaridade desaparece quando se observam sentenças como (4) e (5) a seguir.

(4) Quando foi para São Paulo, Pedro passou a jogar bola.

(5)??Quando foi para São Paulo, Pedro ficou jogando bola.

Como se vê, a primeira diferença é de aceitabilidade: enquanto a sentença em (4) é natural para os falantes do PB, a sentença em (5) não é aceita por todos.<sup>2</sup> Depois, a sentença em (4) carrega o sentido de uma atividade iniciada no intervalo indicado pela oração temporal (Quando foi para São Paulo), o exemplo em (5) tem o sentido de um estado que permaneceu durante o mesmo intervalo de tempo — para os falantes que aceitam a sentença.

Bertucci (2015a) defende que ‘passar’ denota, de fato, o início de um estado, de modo que o VP com passar a+infinitivo tem características estativas. A partir de testes específicos, o autor propõe que esse verbo atue apenas no aspecto lexical e não no gramatical — as diferenças entre eles serão abordadas na seção 2. Aqui, vamos assumir que o papel de ‘ficar’ é, também, compor um predicado com características estativas, atuando no aspecto lexical, mas, diferentemente de ‘passar’, vamos propor que o estado ali denotado permaneça no intervalo de tempo relativo ao momento de referência (e não que seja seu início).

Ainda que questões relacionadas ao aspecto verbal venham a ser discutidas na seção 2, cabem aqui alguns comentários sobre os trabalhos de Castilho (1967) e Travaglia (2006), os quais versam mais sobre o PB. Castilho (1967) insere ficar

---

<sup>2</sup> Usamos os sinais duplos de interrogação a fim de marcar uma sentença de aceitabilidade duvidosa na língua (mas não necessariamente agramatical).

a+infinitivo na lista das perífrases que expressam o aspecto imperfectivo cursivo, entendido como o “aspecto imperfectivo por excelência, indicando a duração de que se ignoram os limites. A ação é apanhada em seu pleno desenvolvimento, inexistindo preocupações em torno do princípio ou do fim do processo”. (CASTILHO, 1967, p. 69). Embora a ideia de “cursividade” seja interessante, a classificação de Castilho (1967) não explica casos como (3), em que o verbo ‘ficar’ está no perfectivo e, de algum modo, pode-se inferir os limites da duração (como em ‘O João ficou estudando a tarde toda’).

Travaglia (2006, p. 190), em perspectiva teórica similar, propõe que o significado das perífrases com ‘ficar’ dependa de pelos menos três possibilidades de leitura do verbo:

O verbo ‘ficar’ significa “permanecer ou conservar-se em determinada situação”;

O verbo ‘ficar’ significa “tornar-se”, “vir a estar em determinada situação”;

O verbo ‘ficar’, na condição de auxiliar, marca a iteração da situação.

No primeiro significado, que pode ser dado por ficar+gerúndio/particípio, a proposta do autor é de que o verbo marca a duração da eventualidade, como em “Selma ficou parada na porta até que a notassem”. (TRAVAGLIA, 2006, p. 191). No segundo, expresso por ficar+particípio, a noção aspectual não é dada por ‘ficar’, mas por outros elementos na sentença, como o tempo verbal e modificadores adverbiais. Por exemplo, em ““O documento ficou rasgado em pedacinhos’, propõe-se que o aspecto seja perfectivo/acabado, graças ao pretérito perfeito”. (TRAVAGLIA, 2006, p. 192). Finalmente, o terceiro significado é exclusivo de ficar+gerúndio e marca o que o autor chama de “aspecto iterativo”, em casos como “Você fica falando isso e

acabará tendo problemas”. (TRAVAGLIA, 2006, p. 193).

Sem dúvida, o texto de Travaglia (2006) é o mais detalhado sobre perífrases em PB, de modo que suas classificações são importantes para a descrição do fenômeno. Ainda assim, a classificação das perífrases com ‘ficar’ predomina, em detrimento das explicações, carecendo de mais respostas. Por isso, nossa proposta aqui é identificar um significado para ‘ficar’ que consiga ser aplicado aos contextos em questão e, sobretudo, que tente explicar a descrição que tem sido feita na literatura. Para tanto, assumiremos que ‘ficar’ tenha características de um verbo aspectual, algo que será discutido a seguir.

## **2 A semântica dos aspectualizadores**

Nesta seção, apresentaremos noções gerais de aspecto e aspectualizadores (ou verbos aspectuais). O objetivo é explicar a abordagem teórica que nos permite analisar ‘ficar’ como verbo de aspecto lexical na próxima seção.

### ***2.1 Aspectos lexical e gramatical***

Na literatura, reconhece-se que o aspecto lexical é aquele expresso pelo verbo ou mesmo pela composição do VP, diferentemente do aspecto gramatical, que se utiliza de verbos auxiliares ou da morfologia para sua expressão. Em português, por exemplo, na primeira conjugação, o sufixo ‘-ou’ indica o pretérito perfeito (perfectivo) da terceira pessoa do singular, enquanto ‘-ava’, o pretérito imperfeito (imperfectivo) da mesma pessoa do discurso.

Seguindo Klein (1994), assumimos que o aspecto gramatical pode ser analisado em termos de anterioridade, posterioridade, simultaneidade ou inclusão, levando em conta três intervalos de tempos distintos, presentes no pronunciamento de uma sentença: o momento de referência (tópico), sobre o qual se pronuncia a sentença; o momento do evento (situação), relacionado ao evento em si; o momento de fala (pronunciamento), relacionado ao ato de pronunciar a sentença. Nesse desenvolvimento da proposta de Reichenbach (1947), Klein (1994) propõe que o aspecto seja dado pela relação entre os momentos de referência e de evento.<sup>3</sup> Assim, o aspecto perfectivo denota a relação de inclusão do momento de evento no momento de referência (6a), enquanto o aspecto imperfectivo expressa a relação de inclusão do momento de referência no momento do evento (6b).

- (6) a. Quando Maria estava dormindo, o telefone tocou.
- b. Quando o telefone tocou, Maria estava dormindo.

Enquanto as orações temporais expressam o momento de referência, as principais expressam o momento de evento. Com isso, podemos considerar que, em (6a), o evento de o telefone tocar está contido no intervalo de Maria dormir, por isso a morfologia ali está no perfectivo ('tocou'). Já em (6b), fala-se que o evento de Maria dormir estava em curso quando o telefone tocou: o intervalo da referência (o toque do telefone), portanto, é menor que o evento, por isso a necessidade da expressão pelo aspecto imperfectivo ('estava dormindo').

Crítico de definições como aquelas propostas por Comrie (1976), as quais considera pouco precisas, Klein (1994) justifica que aquilo que se costumou chamar de “visualização completa da

---

3 Para discussões mais detalhadas sobre a proposta de Reichenbach para o português brasileiro, recomendamos Ilari (2001); sobre Klein, ver Bertucci (2016).

situação” para o perfectivo é, na verdade, resultado da inclusão do momento de evento no momento de referência. De modo similar, o que se chama de “visualização de parte da situação” é resultado da inclusão do momento de referência no momento de evento. Como, nesse caso, não se sabe ao certo o que ocorre antes e depois do momento de referência, convencionou-se chamar isso de “visualização incompleta”.

Essa crítica pode ser estendida, portanto, à caracterização encontrada em trabalhos como de Castilho (1967) e Travaglia (2006), os quais inserem perífrases com verbos como ‘começar’, ‘terminar’ ou mesmo ‘ficar’, tema deste trabalho, no rol daquelas que expressam imperfectivo: nessa perspectiva, enquanto os dois primeiros verbos focalizam partes do evento, o último focaliza a duração (e não sua completude), indicando, assim, imperfectividade. Seguimos, aqui, a crítica de Bertucci (2015a) a esse respeito, alegando que (im)perfectividade é uma relação estabelecida entre os intervalos em questão na sentença, não entre “partes” do evento.

Com relação ao aspecto lexical, a literatura atesta que os verbos aspectuais apresentam restrições de seleção, as quais consideramos que devam ser atribuídas ao tipo de predicado a ser formado com esse verbo aspectual. Na tradição de análise sobre o aspecto lexical, o trabalho mais conhecido é o de Vendler (1957; 1967), em que o autor propõe que haja quatro classes básicas de predicados com propriedades linguísticas específicas: atividades (cantar, andar, etc.); estados (ser alto, amar, etc.); *achievements* (chegar, nascer, etc.); *accomplishments* (escrever o soneto, construir uma casa, etc.).

Para o autor, cada uma dessas classes é formada pela combinação de duas propriedades básicas: fases sucessivas e



ponto final intrínseco, também chamadas de “fases” e “telos”. O Quadro 1, a seguir, é uma tentativa de interpretação da proposta do autor.

**Quadro 1 - As propriedades das classes aspectuais**

|                        | [±fases] | [±télico] |
|------------------------|----------|-----------|
| Estados                | –        | –         |
| <i>Achievements</i>    | –        | +         |
| Atividades             | +        | –         |
| <i>Accomplishments</i> | +        | +         |

**Fonte: ROTHSTEIN, 2004, p. 12.**

Para Vendler, os predicados estativos descrevem eventos que não se desenvolvem no tempo (não têm fases) e não têm culminação natural, por isso, sua essência é a homogeneidade e a duração (ROTHSTEIN, 2004). Se se afirma, por exemplo, que ser alto é uma propriedade de João, não se espera que esse estado tenha partes ou que, em algum momento, se mude de estado, como é o caso dos predicados télicos.

Os *achievements* não têm fases porque não se desenvolvem no tempo, mas têm uma culminação. É o caso de nascer: a mudança de estado, nesse caso, é instantânea, ainda que haja um processo até tal mudança. As atividades são o contrário: têm fases, desenrolam-se no tempo, mas não carregam nenhuma ideia de mudança de estado intrínseca. Assim, 'correr' é um predicado que descreve uma ação com fases (cada passo, por exemplo), mas que não exige um fim.

Os *accomplishments*, por outro lado, têm as duas propriedades: desencadeiam uma mudança de estado (culminação) e isso ocorre no desenrolar do tempo. Se João

está escrevendo um soneto, por exemplo, cada palavra ou cada verso escrito contribui para a culminação que se fará no final do processo.

Uma série de testes tem sido utilizada para indicar a especificação de significado dessas classes. Por questão de espaço, aqui, apresentaremos dois deles: o do progressivo e o dos modificadores. No primeiro caso, considera-se que apenas as eventualidades com fases possam aparecer no progressivo, com a leitura de desenvolvimento, pois ele mostra o desenrolar de um evento num intervalo de tempo.<sup>4</sup> Por isso, atividades (7a) e *accomplishments* (7b) aparecem naturalmente no progressivo, enquanto estados (7c) e *achievements* (7d) não formam boas sentenças — a não ser com leitura de fase preparatória (7d).

- (7) a. João está correndo.
- b. João está escrevendo um soneto.
- c. \*João está sendo alto.
- d. #João está chegando.

O outro teste proposto é aquele com modificadores temporais. Modificadores encabeçados por ‘às x’ indicam o exato momento de mudança de estado e, por isso, são compatíveis com *achievements* (8a); aqueles iniciados por ‘em x’ são adequados para os *accomplishments* (8b), pois indicam o tempo de desenrolar entre a fase inicial e a final; aqueles com ‘durante x’ são adequados para indicar a duração de atividades (8c) e estados (8d).

---

<sup>4</sup> O teste com o progressivo é usado para se analisar as propriedades do VP; já as sentenças com progressivos têm, elas mesmas, sua própria classe aspectual: na literatura, considera-se que seus predicados denotam estados. Assim, a sentença ‘João está cantando agora’ descreveria o estado de João no exato momento da fala. Landman (2008) é um dos autores que mais discutem a estatividade do progressivo.

- (8) a. João chegou às 10h/#em 2h/\*durante 2h.  
b. João escreveu um soneto em 2h/#às 10h/#durante 2h.  
c. João correu durante 2h/#às 10h/#em 2h.  
d. João amou a Maria durante 2 anos/\*às 10h/#em 2

anos.

Com *achievements*, o modificador pontual ‘às x’ é adequado, enquanto o ‘em x’ só é compatível em situação em que se estabelece um intervalo entre uma referência e a chegada. Os *accomplishments*, compatíveis com ‘em x’, têm leitura de término da ação com ‘às x’ e não indicam se o evento finalizou com durante x. As atividades, adequadas com ‘durante x’, têm leitura de início de evento com ‘às x’ e pressupõem um intervalo de tempo entre uma referência e uma possível culminação, como em “João correu em 2h” (de casa ao trabalho). Similarmente, os estados aparecem de forma natural com ‘durante x’, mas não com ‘às x’. Junto de ‘em x’, parecem pressupor um estágio preparatório.

É relevante pontuar que alguns estados aceitam modificações temporais equivalentes a ‘às x’, em especial quando se pressupõe mudança de estado. A sentença (8d), por exemplo, seria aceitável se houvesse algo como ‘naquele exato instante’ (9a), indicando o momento em que João passou para o estado de amar Maria. Outros também são aceitos, como se vê nos dados em (9b-c).

- (9) a. João amou a Maria naquele exato instante.  
b. Naquele instante, Maria gostou de matemática.  
c. No momento da assinatura da naturalização, Pedro passou a ser brasileiro.

Os dados em (9) mostram que predicados estativos, como ‘amar’, ‘gostar’ de ou ‘passar a ser brasileiro’ aparecem em alguns contextos com modificadores pontuais. Como já observamos, nesses casos, há uma espécie de momento em que se identifica a mudança de estado, ou, melhor dizendo, o momento em que um estado se inicia e pode ser identificado como tal. Os aspectualizadores (ou verbos aspectuais) contribuem para a modificação do aspecto lexical: é o que se discutirá a seguir.

## **2.2 Definição de aspectualizadores**

De pronto, assumimos que há verbos que contribuem para a expressão do aspecto gramatical (progressivo, prospectivo, entre outros) e aqueles que atuam sobre o aspecto lexical (atividade, estado, entre outros), também chamado de *Aktionsarten*, conforme discutido por diferentes autores como Cunha (1998), Oliveira *et al.* (2001), Laca (2002; 2004; 2005), Wachowicz (2007) e Bertucci (2015a; 2016). Os últimos são denominados de “verbos aspectuais” ou “aspectualizadores” e sua semântica indica que “operam sobre o intervalo de tempo denotado por um predicado, e o resultado da operação é um outro predicado que denota uma parte da estrutura temporal da eventualidade denotada pelo primeiro”. (BERTUCCI, 2015a, p. 15).

Em geral, tais verbos formam perífrases com preposições específicas, como ‘começar/passar a’ ou ‘parar/deixar de’ seguidos de infinitivo ou são seguidos de gerúndio, como ‘continuar’. Semanticamente, formam um predicado cuja *Aktionsart* é quase sempre diferente daquela do predicado que modificam, mas não influencia no aspecto gramatical, ao contrário do que se defende nas análises das perífrases em

Castilho (1967) e Travaglia (2006). Por isso, neste trabalho, assumimos a proposta de Bertucci (2015a, p. 18), que define:

Verbos aspectuais são modificadores de predicados que tomam um predicado como seu *input* e retornam outro predicado como seu *output*. O predicado dado por um VP com um verbo aspectual:

- i) denota uma parte da eventualidade denotada pelo predicado que ele seleciona; ou
- ii) denota um estado relacionado a tal eventualidade; e
- iii) possui um tipo de aspecto lexical, quase sempre diferente daquele do predicado *input*.

O autor argumenta que verbos como ‘começar’ e ‘terminar’ denotariam, respectivamente, o início e o fim de uma eventualidade, enquanto ‘continuar’ e ‘deixar’ denotariam o estado de uma eventualidade (que permanece ou é abandonada, respectivamente). Os aspectualizadores, assim, atuariam apenas no aspecto lexical (e não no gramatical).

Seguindo a proposta de Laca (2002; 2004; 2005), assumimos que há uma série de perífrases que contribuem para a expressão do aspecto gramatical, tais como *estar+gerúndio*, que denota o progressivo (10), ou *ir+infinitivo*, que denota o prospectivo (11).

(10) João estava estudando quando o telefone tocou.

(11) João ia estudar quando o telefone tocou.

Enquanto a sentença em (10) indica que o evento de João estudar estava em progresso no momento de referência (o toque do telefone), a sentença em (11) indica que o mesmo evento aconteceria, mas foi antecedido pelo momento de referência.

Por outro lado, verbos aspectuais alteram a *Aktionsart* do predicado selecionado. Por exemplo: ‘começar’ denota a fase inicial do evento selecionado, formando um predicado

*achievement*, com leitura de início de evento com modificadores pontuais (12a);<sup>5</sup> ‘passar’ forma um predicado estativo, com leitura de mudança de um hábito (estativo), quando compatível com esse tipo de modificador (12b).

- (12) a. João começou a caminhar às 8h.  
b. #João passou a caminhar às 8h.

Nesse sentido, similarmente ao que Bertucci (2015b) propõe para verbos como ‘começar’, ‘parar’, ‘passar’, ‘continuar’, entre outros, neste trabalho, argumentamos que ‘ficar’, seguido de gerúndio ou particípio, forma também uma perífrase aspectual (de aspecto lexical) com características estativas. Nesse sentido, a presente pesquisa se diferencia das propostas apresentadas na seção 1, as quais, ou inserem as perífrases com ‘ficar’ no rol daquelas que expressam o aspecto gramatical, ou o consideram um verbo polissêmico. A seguir, vamos detalhar a proposta, levantar algumas hipóteses e checá-las com dados do PB.

### 3 'Ficar' como verbo aspectual em PB

Nesta seção, levando em conta as discussões feitas até aqui, vamos analisar a contribuição de ‘ficar’ para o significado da sentença, quando forma perífrase com gerúndio e particípio. Seguindo a proposta apresentada na seção anterior, argumentamos que ‘ficar’ toma um predicado de evento como *input* e retorna outro predicado de evento como *output*. Esse predicado formado expressa a “permanência” da eventualidade

---

<sup>5</sup> Alguém poderia perguntar em que consiste a culminação em (12a). Não temos espaço para detalhar a questão, mas, seguindo Bertucci (2015a), assumimos que há um evento pontual de início de uma determinada eventualidade. Por isso, as sentenças com *começar* passam nos testes relativos à classe dos *achievements*.

denotada pelo complemento (particípio ou gerúndio) num momento de referência. O predicado resultante (ficar + gerúndio/particípio) denota uma eventualidade de características estativas. Vamos assumir que a permanência se estende pelo momento de referência específico (ainda que implícito contextualmente), sem pressupor um intervalo anterior em que o mesmo evento já ocorresse. Em outras palavras, predicados com ficar+gerúndio/particípio indicam que a eventualidade permanece no intervalo relativo ao momento de referência; é essa permanência num intervalo específico que dispara a leitura estativa das sentenças com ‘ficar’.

Embora apresente semelhanças com aquelas presentes na seção 1, esta proposta se diferencia em dois aspectos: primeiro, considera que o verbo ‘ficar’ forma um VP estativo, operando no nível do aspecto lexical, modificando o predicado que o complementa, como ocorre com os verbos aspectuais (LACA, 2002; 2004; 2005); segundo, sugere que esse verbo tenha um sentido único nos contextos com gerúndio ou particípio. Em geral, na literatura, considera-se que, neste último caso, seu sentido seja de mudança de estado. Vamos propor, no entanto, que a leitura de mudança de estado é dada pela semântica do predicado no particípio, que pressupõe um evento anterior que causou a mudança.

Considerando que a proposta para ‘ficar’ como verbo aspectual esteja correta, uma série de hipóteses pode ser levantada. Todas elas levam em conta o que se viu até aqui a respeito da configuração dos verbos aspectuais e dos predicados de estado.

### 3.1 Hipóteses sobre a seleção dos predicados

Aqui, tecemos quatro hipóteses principais sobre os tipos de predicados selecionados por ‘ficar’ nos contextos sob análise:

i) Complementos que denotem atividades ocorrem naturalmente com ficar+gerúndio.

Essa hipótese decorre do fato de que atividades não têm um ponto final predeterminado, mas têm subeventos (fases), que podem ocorrer durante todo o intervalo de permanência do estado, tal como se definiu acima (na noção de permanência); logo, são compatíveis com expressões durativas, como é o caso da perífrase sob análise.

ii) Complementos que denotem estados ocorrem naturalmente com ‘ficar’ apenas se estiverem no particípio.

Essa hipótese parte do princípio de que a permanência, tal como definida aqui, requer que o evento todo denotado por ficar+gerúndio/particípio fique circunscrito no intervalo definido pelo momento de referência; como os estados são durativos, mas não têm subeventos, sua circunscrição total só parece possível sob o particípio, que se refere ao evento todo, não a partes.

iii) Complementos que denotem *achievements* só são possíveis se permitirem leitura iterativa (repetição).

Essa hipótese leva em conta tanto a ausência de fases dos *achievements* quanto a sua possibilidade de repetição; assim, o único meio de se circunscrever o evento no momento de referência com características estativas é com sua repetição.



iv) Complementos que denotem *accomplishments* só são possíveis se se detelicizados, ou seja, se o ponto final não tiver sido atingido.

Embora os *accomplishments* tenham fases, como exigem a mudança de estado para completude, consideramos que sua compatibilidade com a noção de permanência da perífrase sob análise só se dará pelo apagamento/pela suspensão dessa mudança.

Com relação à primeira hipótese, Drzazgowska (2005) a reafirma, argumentando que ficar+gerúndio seleciona apenas atividades. Também Vieira (2017), em sua análise num *corpus* de rede social, encontrou 65% de ocorrências dessa perífrase com atividades. Os dados em (13) apontam para a naturalidade de ‘ficar’ com atividades.

- (13) a. João ficou estudando a tarde toda.
- b. João ficou correndo por duas horas.

Com relação à segunda hipótese, ficar+particípio se mostra muito mais natural com estativos (14a) que a perífrase com gerúndio (14b). Por outro lado, como já observava Drzazgowska (2005), alguns predicados considerados estativos podem aparecer naturalmente com essa perífrase. É o caso de 'pensar'(15a) e 'morar' (15b).

- (14) a. João ficou chateado depois da viagem.
- b. #João ficou amando a Maria por duas décadas.

- (15) a. João ficou pensando no problema durante dias.
- b. João ficou morando no Rio depois que voltou dos EUA.

Discutindo as duas primeiras hipóteses, a naturalidade de ‘ficar’ com predicados de atividades decorre da possibilidade de se estender os eventos por elas denotados por um período de tempo. Atividades, em si, são dinâmicas, têm fases, mas sem um ponto final, o que permite que se repitam indefinidamente. O que ‘ficar’ faz é estender a repetição de suas fases pelo intervalo de tempo do momento de referência.

Por outro lado, estativos como ‘chateado’ são compatíveis com intervalos próprios de permanência. Nesse caso, a contribuição de ‘ficar’ é caracterizar o estado como permanente, em um intervalo de tempo expresso pelo momento de referência. Já no gerúndio, a sentença não é adequada (14b) — com algumas exceções, como em (15). Nesse caso, o próprio verbo no gerúndio já caracteriza a abertura do evento, e, já que estativos como ‘amar’ não são dinâmicos e se estendem, naturalmente, por um período de tempo, ‘ficar’ não tem uma contribuição relevante, formando, portanto, sentenças ruins.<sup>6</sup> Mais adiante, na discussão sobre a última hipótese, argumentaremos que o papel do tipo de complemento (gerúndio ou particípio) também influencia na aceitabilidade das sentenças com ‘ficar’.

Casos como (15) são mais permissivos por duas razões distintas: primeiro, ‘pensar’, ainda que estativo, parece deixar implícito que houve uma atividade mental em curso e, muito provavelmente, intervalos distintos em que ela ocorreu, o que se assemelha a fases, próprias das atividades; ‘morar’, por sua vez, pressupõe um local em que isso ocorra. Como afirma Lehmann (2008), ‘ficar’, originalmente, tem o sentido de “fixar-se em algum lugar”, sendo compatível, portanto, com ‘morar’. Nesse caso, poderíamos questionar, inclusive, se em (15b) o sentido de ‘ficar’ não é locativo, por causa do predicado ‘morar no Rio’.

---

<sup>6</sup> Bertucci e Rothstein (2019) apresentam alguns tipos de estados em PB. É possível que alguns tipos de estado sejam mais compatíveis com *ficar*, mas, como isso não cabe na extensão deste trabalho, deixamos a questão em aberto.

Com relação à terceira hipótese — de que complementos que denotem *achievements* só são possíveis se permitirem leitura iterativa (repetição) —, Vieira (2017) diz ter encontrado casos dessa leitura no *corpus* analisado.<sup>7</sup> Entre os exemplos, está (16a), com ‘arrumar desculpas’, o qual, na nossa interpretação, descreve uma iteração. Conforme se verifica na literatura (ROTHSTEIN, 2004), *achievements* com esse tipo de composição têm leituras de iteração (atividades). Por outro lado, alguns *achievements*, mesmo pluralizados, não aparecem com ‘ficar’, como é o caso de ‘chegar’, em (16b).

(16) a. Se não está afim [*sic*], seja sincero, não fique arrumando desculpas. (VIEIRA, 2017, p. 52)

b. #Por duas horas, os torcedores ainda ficaram chegando.

c. A raposa ficou matando galinhas (a noite toda).

Os dados em (16) corroboram a hipótese de que ‘ficar’ forma um predicado com características estativas, de modo que o predicado por ele selecionado tem leitura durativa. Sendo assim, *achievements* só ocorrem com leitura de repetição, como se vê com ‘matar galinhas’ em (16c) ou ‘arrumar desculpas’ (16a).

Com relação à quarta hipótese, sobre a detelicização<sup>8</sup> dos *accomplishments*, os dados em (17) mostram que, de fato, nos casos com ‘ficar’, o atingimento do ponto final (télos) fica suspenso (ou, pelo menos, não é inferido).

(17) a. João ficou lendo o livro a tarde toda.

b. João ficou lendo o livro a tarde toda até terminar.

---

<sup>7</sup> Vieira (2017) analisou um *corpus* de tuítes, de modo que deixaremos os exemplos tal como se apresentaram ali.

<sup>8</sup> Para a discussão do fenômeno da detelicização, sugerimos Basso (2008) e Basso e Pires de Oliveira (2010).

- c. João ficou lendo o livro a tarde toda, mas não terminou.
- d. #João ficou lendo o livro a tarde toda, mas terminou.

Analisando os casos anteriores, percebe-se que (17a) é uma sentença natural, mas que não implica que a leitura do livro tenha se concluído. Isso se confirma pelos dados que seguem: (17b) tem uma resultativa infinitiva, que é composta de *accomplishments* (ou atividades) em que o atingimento do ponto final é expresso pela construção com até+infinitivo, conforme se vê em Bertucci (2014); (17c) mostra que a negação do término da atividade, com a adversativa, é natural, enquanto a afirmação com essa mesma construção (17d), não.

### **3.2 Hipótese sobre modificação adverbial**

A quinta hipótese a respeito da estatividade de construções com ‘ficar’ recai sobre a modificação adverbial.

v) Sendo um VP estativo, ficar+gerúndio/particípio é compatível com modificadores durativos, mas não com pontuais.

Na literatura, estabelece-se uma relação temporal entre um evento e seu momento de referência, que geralmente é dado por modificadores adverbiais (advérbios, orações, etc.). Assim, predicados télicos, cuja mudança de estado é pontual, são mais compatíveis com modificadores igualmente pontuais; por outro lado, predicados atélicos, cuja duração é natural — exatamente por não pressuporem uma mudança de estado —, são mais compatíveis com modificadores durativos.

Nesse sentido, sendo um predicado de estado (atélico, portanto), ficar+gerúndio/particípio ocorre naturalmente com modificadores durativos (18), mas não com pontuais (19). Quando se tenta utilizar esse tipo de noção pontual com o objetivo de localizar a mudança de estado, o que se vê é que o gerúndio (19a; 20a) é mais inadequado que o particípio, que até pode aparecer em alguns contextos (comparar 19b com 20b).

(18) a. João ficou estudando a tarde toda.

b. João ficou chateado durante anos (com o Pedro).

(19) a. #João ficou estudando às 10h.

b. #João ficou chateado às 10h (com o Pedro).

(20) a. #Naquele exato instante, João ficou estudando.

b. No momento em que Pedro o xingou, João ficou chateado.

Os modificadores adverbiais aqui apresentados expressam o momento de referência, por isso, os que são durativos são bem aceitos pelas construções com ‘ficar’, enquanto os que são pontuais, não.

O exemplo em (20b) indica o início de um estado. Em geral, a identificação do início de estados, como os apontados ali, parece ser possível apenas depois de um certo período em que o estado já ocorre. É o que se admite em casos como “Pedro começou a fumar na noite de 30 de dezembro”, em que tal estado (nesse caso, um hábito) deve ser identificado um tempo depois. Certamente, no dia 31 de dezembro, dificilmente alguém diria que Pedro estava no estado de fumante (ou com o hábito de fumar) porque estados (e hábitos são um tipo de estado) levam um certo tempo para se consolidar.

Um argumento adicional para a hipótese que apresentamos tem relação direta com a noção de repetição. Conforme Travaglia (2006), a perífrase ficar+gerúndio expressa iteração. Entretanto, se fosse esse o caso, esperaríamos que ela ocorresse naturalmente com modificadores de frequência, como ‘duas vezes’. No entanto, não é o que se vê em (21a), a não ser que, junto a esse modificador, se coloque a duração dessa frequência, por um modificador durativo, por exemplo (21b).

- (21) a. #João ficou estudando duas vezes.  
b. João ficou estudando duas vezes na semana.

O fato de haver um estado (‘ficar estudando’), que parece consistir em uma série de fases menores (ler, escrever, anotar, etc.), que são parte do ato de estudar, não significa que haja uma repetição do evento em si. É essa diferença que se quer assinalar. Tais fatos corroboram a noção de que ‘ficar’ forma predicados estativos (e não necessariamente de repetição, a qual depende do contexto linguístico), de modo que a modificação adverbial precisa ser condizente com as propriedades desse tipo de predicado e evento.

### ***3.3 Hipótese do progressivo***

A sexta hipótese que levantamos diz respeito à ocorrência de ‘ficar’ no aspecto progressivo, seguindo uma constatação geral na literatura sobre esse tipo de predicado:

vi) Sendo um VP estativo, ficar+gerúndio/particípio não aparece no progressivo.

Os dados em (22; 23) checam a hipótese e apresentam um panorama mais completo.

- (22) a. #João está ficando estudando.  
b. João está ficando em casa estudando (todos os dias).
- (23) a. João está ficando molhado (aos poucos).  
b. João está ficando chateado (aos poucos).

O caso com gerúndio (22a) mostra que a perífrase com ‘ficar’ não aparece no contexto com o progressivo. Em (22b), por exemplo, o gerúndio não é parte da perífrase, porque ‘ficar’ tem uma leitura locativa, ressaltada pelo locativo em casa. Por outro lado, os casos com participípios (23) mostram que o progressivo é, sim, aceito, mas com a condição de indicar um evento que está se desenvolvendo, de forma gradual, o que é atestado pelo acréscimo possível de ‘aos poucos’. A princípio, nossa intuição é de que essa é a única leitura possível nesse contexto, o que aliás, vai ao encontro do que se observa na literatura sobre a relação entre estativos e progressivo. Nesse caso, a leitura exigida por ‘ficar’ guarda semelhanças com outros aspectualizadores, como ‘passar’. Conforme se vê em Bertucci (2015a), sentenças como “João está passando a correr” tem leitura de gradação (de alguma frequência/repetição), uma espécie de estágio preparatório do estado e não necessariamente de um evento em curso no momento de fala. Com isso, acrescenta-se um novo argumento favorável à tese de que as construções com ‘ficar’ sob análise formam predicados estativos.

### **3.4 Hipótese sobre os complementos**

Por fim, a última hipótese formulada era de que as propriedades do complemento contribuem para a diferença de leitura das construções com ‘ficar’:

vii) As propriedades do complemento contribuem para a diferença de leitura das construções com ‘ficar’.

Tratando do progressivo em PB, Lunguinho e Bertucci (2013) defendem que a contribuição semântica do gerúndio é abrir as fronteiras do evento, apresentando-o em desenvolvimento; similarmente, assumem que o particípio em PB faz o papel inverso, apresentando um estado que resulta do fechamento de um evento, lido como concluído. Voltando para nossos dados, assumimos que o gerúndio contribui com a noção de permanência de um estado no intervalo em que o evento denotado pela perífrase com ‘ficar’ ocorre, já que as fronteiras do evento no complemento estão excluídas. Ao mesmo tempo, se o evento ali denotado for passível de iteração, a noção de repetição se efetiva. Inversamente, o particípio contribui para uma leitura causativa, já que, nas sentenças em que aparece com ‘ficar’, um evento anterior que causou o estado ali denotado (no particípio) fica implícito. Tais fatos podem ser percebidos no conjunto de sentenças a seguir.

- (24) a. Quando eu saí de casa, o bolo ficou assando.  
b. Quando eu saí de casa, o bolo ficou assado.



Como se vê, a contribuição de ‘ficar’ nos dois casos é a mesma: apontar a permanência de um estado — em (24a), esse estado não implica mudança, graças ao gerúndio, e, em (24b), sim, graças ao participípio.

Um argumento adicional sobre o papel dos complementos pode ser encontrado em pesquisas que trabalham com a decomposição de predicados, como a de Cançado, Godoy e Amaral (2013). Como mostram as autoras, esse tipo de análise tende a explicar casos de derivação, como de verbos “denominais”, por exemplo (‘jaula/enjaular’; ‘hospital/hospitalizar’; ‘pimenta/apimentar’). No mesmo trabalho, elas defendem que ‘ficar’ seja parte de um metapredicado (BECOME), presente no sentido primitivo de verbos de mudança de estado, em casos como ‘ficou enjaulado/hospitalizado/apimentado’. Assim, torna-se implícito que ‘ficar’ não é um predicado de mudança, mas indica a permanência do estado resultante.

### **3.5 Argumento adicional**

Um argumento extra para o fato de ‘ficar’ não se comportar como perífrase de aspecto gramatical é sua não aceitabilidade em contextos similares a ‘estar’ e a ‘andar’, também analisados como verbos de aspecto gramatical. (BERTUCCI, 2015b). Enquanto ‘estar’ aparece no presente (25a), indicando que o evento está em curso, ‘ficar’ não ocorre no mesmo cenário (25b).

(25) a. A raposa está matando uma galinha (vamos espantá-la!).

b. \*A raposa fica matando uma galinha (vamos espantá-la!).

Como se vê, ‘estar’, por formar uma perífrase de progressivo (aspecto gramatical), insere o momento de evento (matar uma galinha) no momento de referência (que é o agora, em 25a). Assim, é possível, inclusive, que o evento de matar uma galinha seja interrompido. Por outro lado, não é o que se observa em (25b), com ‘ficar’: como esse verbo é de aspecto lexical, formando uma noção de permanência do evento de matar galinha, ele parece exigir que o complemento seja plural (galinhas, por exemplo) a fim de que a “permanência” seja uma iteração. Então, o evento em (25b) não é possível, não sendo, portanto, passível de interrupção.

De modo similar, enquanto ‘andar’ pode ocorrer num cenário de evento único (26a), ‘ficar’ não aparece no mesmo contexto.

- (26) a. A raposa andou matando uma galinha.  
b. \*A raposa ficou matando uma galinha.

Diferentemente dos dados, era esperado que, se fosse verbo de aspecto gramatical, ‘ficar’ não apresentasse essas restrições de ocorrência, já que seu papel seria o de localizar o intervalo de tempo do evento em algum ponto relativo ao momento de referência, conforme a proposta teórica adotada.

Outra questão importante diz respeito à diferença entre ‘ficar’ e ‘continuar’. Ao contrário deste, que carrega a pressuposição do evento denotado pelo complemento (BERTUCCI, 2015a), ‘ficar’ não carrega tal pressuposição, como se vê na comparação dos dados abaixo.

- (27) a. João continuou estudando a tarde toda.  
b. João continuou chateado depois que foi para São Paulo.
- (28) a. João ficou estudando a tarde toda.  
b. João ficou chateado depois que foi para São Paulo.

Os exemplos com ‘continuar’ disparam a pressuposição de que há um intervalo de tempo anterior ao momento de referência em que o evento já acontecia. Por outro lado, os casos com ‘ficar’ não carregam essa pressuposição.

Com esses casos, esperamos ter demonstrado que ‘ficar’ é um verbo de aspecto lexical, que forma um predicado estativo quando complementado por gerúndio e particípio e, portanto, que não é de aspecto gramatical, por não interferir na relação entre os momentos de evento e de referência.

## **Considerações finais**

Neste trabalho, defendemos a tese de que ‘ficar’, nas construções com gerúndio e particípio, forma um predicado estativo, sendo um verbo aspectual. Para isso, levamos em conta as pesquisas realizadas até aqui que, em sua maioria, consideravam-no como auxiliar de aspecto gramatical e diferenciavam sua função a depender do complemento que o seguia, e apresentamos uma alternativa de análise que englobasse os casos ali discutidos e trouxesse conclusões adicionais sobre a contribuição semântica de ‘ficar’. Todas as hipóteses decorrentes do fato de se considerar o predicado com ‘ficar’ estativo foram atestadas pelos dados do PB.

Temos consciência de que inúmeras questões foram deixadas em aberto, em especial aquelas relativas à formação do participio e à sua ocorrência com o verbo ‘ficar’. Assim, trabalhos que tentem analisar composicionalmente essa questão são muito bem-vindos em PB.

Apesar disso, ainda que inúmeras outras questões possam ser levantadas a respeito da contribuição de ‘ficar’, acreditamos que o presente trabalho contribuiu para se compreender melhor o fenômeno, em especial, pela tentativa de identificar a semelhança entre os sentidos produzidos por ele em diferentes construções do PB, em especial naquelas com gerúndio e participio.

## Agradecimentos

Meus sinceros agradecimentos aos pareceristas anônimos da revista Scripta, cujos comentários foram essenciais para o resultado alcançado ao fim deste trabalho. Os erros que permanecem são de minha responsabilidade.

## Referências

BASSO, Renato. Coerção e detelicização: a psicolinguística e os fenômenos tempo-aspectuais. **ReVEL**, [s. l.], n. 11, p. 1-27, 2008. Disponível em: <[http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel\\_11\\_coercao\\_e\\_detelicizacao.pdf](http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_11_coercao_e_detelicizacao.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BASSO, Renato; PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. “Em x tempo” e “por x tempo” no domínio tempo-aspectual. **Revista Letras**, [s. l.], n. 81, p. 77-87, 2010. Disponível em: <<https://>

revistas.ufpr.br/letras/article/view/17326>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BERTUCCI, Roberlei. Construções resultativas infinitivas em português brasileiro. **Alfa**, [s. l.], n. 58, p. 523-644, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/6052>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BERTUCCI, Roberlei Alves. **Uma análise semântica para verbos aspectuais em português brasileiro**. São Paulo: Editora da FFLCH/USP, 2015a. Disponível em: <<http://spap.fflch.usp.br/node/66>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BERTUCCI, Roberlei Alves. O sentido produzido pelo verbo auxiliar/cópula andar em português brasileiro. **Revista do Gel**, [s. l.], n. 12, p. 139-167, 2015b. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/408>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BERTUCCI, Roberlei Alves. Questões semânticas sobre tempo e aspecto em português brasileiro. **Cadernos do IL**, [s. l.], n. 52, p. 65-89, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.22456/2236-6385.67140>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BERTUCCI, Roberlei Alves; ROTHSTEIN, Susan. Stative predicates in the progressive in Brazilian Portuguese. **Diadorim**, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 306-329, 2019. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/diadorim/article/view/28398>>. Acesso em: 26 jul. 2020.

CANÇADO, Márcia; GODOY, Luisa; AMARAL, Luana. Predicados primitivos, papéis temáticos e aspecto lexical. **ReVEL**, [s. l.], n. 20, p. 104-125, 2013. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/files/225408ba46331467aee40d50386b8a90.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

CASTILHO, Ataliba T. de. Introdução ao aspecto verbal na língua portuguesa. **Alfa**, [s. l.], n. 12, p. 1-126, 1967. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3311>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

COMRIE, Bernard. **Aspect**: an introduction to the study of verbal aspect and related problems. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

CORREIA, Clara Nunes. Sobre os valores de ‘ficar’ em português europeu. **Estudos linguísticos**, [s. l.], n. 5, p. 153-161, 2010.

CUNHA, Luis Felipe. **As construções com progressivo no Português**: uma abordagem semântica. 1998. 165f. Dissertação (Mestrado em Linguística Portuguesa Descritiva) - Universidade do Porto, Porto, Portugal, 1998. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/18111>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

DRZAZGOWSKA, Joanna. Ficar: um auxiliar aspectual. **Romanica Olomucensia**, [s. l.], v. XV, p. 43-48, 2005. Disponível em: <[http://oldwww.upol.cz/fileadmin/user\\_upload/Veda/AUPO/AUPO\\_Philologica\\_87\\_Romanica\\_XV.indd.pdf#page=43](http://oldwww.upol.cz/fileadmin/user_upload/Veda/AUPO/AUPO_Philologica_87_Romanica_XV.indd.pdf#page=43)>. Acesso em: 30 mar. 2020.

ILARI, Rodolfo. **A expressão do tempo em português**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

KLEIN, Wolfgang. **Time in language**. London: Routledge, 1994.

LACA, Brenda. Périphrases aspectuelles et temps grammatical dans les langues romanes. In: SHYLDKROT, Hava Bat-Zeev; LE QUERLER, Nicole. (ed.). **Les périphrases verbales**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2005. p. 47-66.

LACA, Brenda. Romance “aspectual” periphrases: eventuality modification *versus* “syntactic” aspect. In: LECARME, Jacqueline; GUÉRON, Jacqueline. (ed.). **The syntax of time**. Cambridge: The MIT Press, 2004. p. 425-440.

LACA, Brenda. Spanish “aspectual” periphrases: ordering constraints and the distinction between situation and viewpoint aspect. In: GUTIÉRREZ-REXACH, Javier. (ed.). **From words**

**to discourse:** trends in Spanish semantics and pragmatics. Oxford: Elsevier, 2002. p. 61-93.

LANDMAN, Fred. 1066: differences between tense-perspective-aspect systems of English and Dutch. *In*: ROTHSTEIN, S. (ed.). **Theoretical and crosslinguistic approaches to the semantics of aspect**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2008. p. 107-166.

LEHMANN, Christian. A auxiliarização de ‘ficar’: linhas gerais. *In*: LIMA, José Pinto de; SIEBERG, Bernd. (ed.). **Questions on language change**. Lisboa: Colibri, 2008. p. 9-26. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/299636928\\_A\\_auxiliarizacao\\_de\\_ficar\\_Linhas\\_gerais](https://www.researchgate.net/publication/299636928_A_auxiliarizacao_de_ficar_Linhas_gerais)>. Acesso em: 30 mar. 2020.

LUNGUINHO, Marcus; BERTUCCI, Roberlei Alves. When the progressive and the aspectual classes meet: the case of Brazilian Portuguese. *In*: MOLSING, Karina Veronica; IBÁÑOS, Ana Maria Tramunt. **Time and TAME in language**. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2013. p. 124-157.

OLIVEIRA, Fátima *et al.* Verbos de operação aspectual em PE e em PB: semântica e sintaxe. **Boletim da Abralin**, [s. l.], n. 26, p. 380-385, 2001.

REBELO, Ida; OSÓRIO, Paulo. Usos do verbo ficar no português do Brasil: classificação e análise. **Gragoatá**, [s. l.], n. 21, p. 243-267, 2006. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/gragoata/article/download/33225/19212>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

REICHENBACH, Hans. **Elements of symbolic logic**. New York: The MacMillan Company, 1947.

RIBEIRO, Roza Maria Palomanes. A expansão de sentidos do verbo ‘ficar’ e os mecanismos responsáveis pela organização cognitiva de suas significações. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, [s. l.], n. 7, p. 1-8, 2004. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/>

view/437>. Acesso em: 30 mar. 2020.

ROTHSTEIN, Susan. **Structuring events**. Oxford: Blackwell, 2004.

SANTOS, Lineker Trajano dos. **A construção modalizadora [(Suj)+ ficar de + infinitivo] sob o viés funcionalista**. 2017. 89 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Disponível em: <[https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23533/1/LinekerTrajanoDosSantos\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23533/1/LinekerTrajanoDosSantos_DISSERT.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2019.

STEIN, Letícia Luise Krieger. **O uso do verbo ficar em língua portuguesa: uma pesquisa baseada em corpus**. 2004. 74 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/86998>>. Acesso em: 8 ago. 2019.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão**. 4. ed. Uberlândia: EDUFU, 2006.

VENDLER, Zeno. **Linguistics in Philosophy**. Ithaca: Cornell University Press, 1967.

VENDLER, Zeno. Verbs and times. **Philosophical Review**, [s. l.], n. 56, p. 143-160, 1957. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/2182371>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

VIEIRA, Márcia Evelin Guerrero. **Tempo verbal e acionalidade do verbo principal**: estudo descritivo das perífrases aspectuais com os verbos ‘ficar’ e ‘continuar’ com base em dados de escrita informal. 2017. 62f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em: <[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCPe\\_872b7bdaab0aab3bc24d5f7bc0b42f50](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UCPe_872b7bdaab0aab3bc24d5f7bc0b42f50)>. Acesso em: 01 set. 2020.

VIVIANI, Zelia Anita. **Polissemia do verbo ‘ficar’**: introdução à gramática de casos. 1987. 190f. Dissertação (Mestrado



em Letras) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/75388>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

WACHOWICZ, Teresa Cristina. Auxiliary and aspectualizer verbs: some syntactic and semantic distinctions. **Revista Letras**, [s. l.], n. 73, p. 223-234, 2007. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/7555>>. Acesso em: 01. set. 2020.

# Marcação de aspecto gramatical nos verbos de ligação: uma análise morfológica

Gláucia do Carmo Xavier\*

Kelly Cesário de Oliveira\*\*

## Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar uma análise morfológica dos verbos de ligação (VL) para verificação da marcação aspectual nessa tipologia verbal. O texto toma como amostra os verbos ser, estar, continuar, virar, andar, ficar, parecer, permanecer, viver, tornar-se e encontrar-se. Em uma continuidade da investigação para a construção da natureza sintática dos VL, este estudo apresenta uma análise morfêmica, por meio da apresentação de quadros morfológicas e análise do aspecto gramatical dos VL. A abordagem metodológica utilizada foi a pesquisa bibliográfica e análise morfêmica do radical e desinência modo, tempo e aspecto (DMTA). Os resultados demonstraram que os VL podem apresentar conteúdo semântico.

Palavras-chave: Verbos de ligação. Aspecto gramatical. Tabela morfológica. Conteúdo semântico.

---

\* Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG). Pós-Doutora pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela PUC Minas, Mestre em Educação pela PUC Minas, Especialista em Psicopedagogia Clínica e em Psicopedagogia Institucional, Professora de Língua Portuguesa e Literatura. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3133-7354>.

\*\* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6262-5976>.

# Grammatical aspect marking in linking verbs: a morphological analysis

## Abstract

This article aims to present a morphological analysis of linking verbs (LV) to verify the aspectual marker in this verbal typology. The text takes as sample the Brazilian Portuguese linking verbs *ser*, *estar*, *continuar*, *virar*, *andar*, *ficar*, *parecer*, *permanecer*, *viver*, *tornar-se* and *encontrar-se*. Continuing the investigation for the construction of the syntactic nature of LV, this study presents a morphemic analysis through the presentation of morphological frames and analysis of the grammatical aspect of LV. The methodological approach consisted of bibliographic research, as well as morphemic analysis of the roots and the mood, tense, and aspect inflection. The results showed that the VL may have semantic content.

Keywords: Linking verbs. Grammatical aspect. Morphological chart. Semantic content.

Recebido em: 28/03/2020

Aceito em: 11/07/2020

## Considerações iniciais

O estudo sobre os verbos de ligação (VL) tem se tornado cada vez mais relevante, principalmente quando se trata da natureza sintática dessa categoria verbal, uma vez que, comumente, os VL têm sido comparados aos verbos de alçamento, copulares e/ou inacusativos, conforme atestado por Xavier, Kenedy e Oliveira (2018). Este estudo, que se insere em uma pesquisa maior de cunho gerativista (CHOMSKY, 1995), reconhece a complexidade em construir uma teoria próxima ao consenso sobre a natureza sintática dos verbos de ligação (VL) e por isso apresenta esta investigação que objetiva compreender a marcação de aspecto dos VL.

Xavier, Kenedy e Oliveira<sup>1</sup> (2018) debruçaram-se sobre questões sintáticas de identidade do VL que ocasionaram a necessidade de esse verbo ser reconhecido como identidade única, por apresentar traços sintáticos independentes e não ser conceituado como sinônimo de verbos de alçamento, copulares e/ou inacusativos. Os autores, em sequência, buscaram apresentar a representação sintática dos VL, já que estes apresentam uma natureza sintática que difere da dos verbos monoargumentais e biargumentais, pois os VL não selecionam argumentos, mas uma *small clause*, e isso demanda uma estrutura sintática particular para representar a derivação da sentença. Essa estrutura, que será apresentada mais adiante, não apresenta sintagma verbal, já que o sintagma aspectual supre as necessidades no momento da derivação da sentença e pelo fato de o VL não selecionar argumentos.

Devido aos resultados da pesquisa citada acima, este artigo apresenta, agora, o terceiro momento do estudo que tratou sobre

---

<sup>1</sup> Com apoio da Fapemig.

aspecto do VL, utilizando sempre a mesma amostra de VL: ser, estar, continuar, virar, andar, ficar, parecer, permanecer, viver, tornar-se e encontrar-se. Para delimitar o foco da investigação, as pesquisadoras optaram, nessa fase, por verificar se a marcação aspectual faz do VL um verbo semanticamente preenchido, indo de encontro ao afirmado por Sanchez-Mendes (2014, p. 173) de que o VL é “semanticamente vácuo e não é considerado na computação semântica”.

Como objetivos específicos, este estudo se propôs a (i) apresentar quadros morfológicos que apontassem possíveis expressões de aspecto gramatical pelo VL do Português Brasileiro (PB); (ii) identificar se VL descreve situações apenas com marcação de tempo ou também de aspecto; e (iii) determinar o papel dos radicais dos VL na marcação de aspecto gramatical. Neste momento, esta pesquisa, para além dos pressupostos da Teoria Gerativa, considerou análises morfológicas utilizadas na categorização morfêmica dos verbos pela Gramática Descritiva, de forma especial, na seção 4 deste texto.

Desdobrando a categoria aspectual, é preciso fazer uma breve elucidação sobre conceitos-chave para o estudo dessa categoria. Castilho (1968, p. 14) define aspecto como “visão objetiva da relação entre o processo e o estado expressos pelo verbo e a ideia de duração ou desenvolvimento”, ou seja, aspecto diz respeito aos processos internos ao verbo. Comrie (1976) complementa o entendimento do aspecto como uma categoria responsável pela constituição temporal interna da situação e, pode-se dizer também, pelos processos internos do sintagma verbal. Nesse viés, é necessário acentuar que a categoria aspectual pode ser analisada sob duas óticas, do aspecto gramatical e do aspecto lexical, este último também denominado de aspecto semântico.

Em relação ao aspecto gramatical, tem-se o aspecto imperfeito, caracterizado por uma ação não acabada, como em

(1) Liza parecia cansada;

E o aspecto perfectivo, caracterizado por uma ação acabada, como

(2) João virou a noite acordado na casa do amigo.

Já para o aspecto semântico, há a classificação de seis traços: télico/atélico, durativo/pontual e dinâmico/estativo, que estão sendo estudados, porém serão demonstrados em outro trabalho.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: em um primeiro momento, as autoras remetem-se à apresentação da categoria aspectual para apresentar as características do aspecto gramatical, assim como do aspecto semântico. Posteriormente, há a descrição metodológica adotada na investigação e, por conseguinte, na quarta seção, a análise morfêmica do VL por meio de quadros morfológicas e análise do aspecto gramatical. Por fim, nas considerações finais, é demonstrada a influência dos traços de aspecto gramatical para a interpretação aspectual do VL. Admite-se, entretanto, que as reflexões sobre a temática central estão diluídas ao longo do texto, são processuais e, por isso, não se concentram apenas na quinta seção, destinada às conclusões.

## **2 A categoria aspectual**

Nesta seção, será abordada a categoria aspectual, que é, frequentemente, comparada com a categoria de tempo. Essa comparação não é gratuita, afinal, essas categorias, quase sempre, aparecem entrelaçadas. Antes de apresentar o conceito

de aspecto, que norteará esta investigação, é preciso apresentar esclarecimentos sobre a categoria tempo. Comrie (1985) atesta que o tempo linguístico determina o tempo da enunciação. Dessa forma, é fundamental recuperar a delimitação dos tempos mais comuns às línguas, sendo eles o presente, o pretérito e o futuro. No tempo presente, a situação é marcada no momento da fala:

(3) Liza está aqui.

No pretérito, a situação é apresentada como um momento anterior à fala:

Liza esteve aqui.

E, por fim, no futuro, a situação é marcada posteriormente à fala:

(5) Liza estará aqui.

O verbo é uma importante classe para a manifestação do tempo e, logo, para a manifestação de aspecto. Castilho (1968) assegura essa importância ao atestar que o sentido expresso pelo verbo “pode ser dimensionado de diferentes formas através das categorias verbais, em número de seis; aspecto, tempo, modo, voz, pessoa e número”. (CASTILHO, 1968, p. 13). Além disso, o autor incorpora a dimensão desses conceitos ao apresentar uma definição inicial de aspecto como “uma categoria de natureza léxico-sintática, pois em sua caracterização interagem o sentido que a raiz do verbo contém e elementos sintáticos tais como adjuntos adverbiais, complementos e tipo oracional”. (CASTILHO, 1968, p. 14).

Entretanto, o principal elemento que confirma a distinção entre tempo e aspecto é a noção de *déixis*, um referente textual que se atualiza de acordo com o contexto. Castro e Hermont (2017, p. 408) sumarizam a distinção ao afirmar que, “ao contrário do tempo, o aspecto é uma categoria não dêitica, já

que ocorre independentemente de sua relação com o momento da fala”. Para complementar o entendimento sobre aspecto, vale enfatizar o sintagma “os diferentes modos”, quando Comrie (1976) define aspecto como “os diferentes modos de observar a constituição temporal interna da situação”. Isso porque há, na classificação aspectual, duas formas canônicas de observar sua expressão, o aspecto gramatical, que pode ser dividido entre aspecto perfectivo e aspecto imperfectivo; e o aspecto semântico, que pode ser dividido entre télico/atélico, durativo/pontual e dinâmico/estativo.

Para Castro e Hermont (2017, p. 408), a diferença entre perfectivo e imperfectivo está marcada nas “noções aspectuais codificadas em elementos gramaticais, tais como a flexão verbal e os verbos auxiliares”. Para exemplificar, considerem-se as orações:

(6) João esteve no parque.

(7) João estava no parque.

Em (6), é perceptível que o aspecto marcado pelo verbo “esteve”, pretérito perfeito do indicativo, é perfectivo, pois, mesmo que não haja a marcação do início da ação, há a ideia expressa de que a situação está finalizada. Conforme será explicado mais adiante, essa expressão está codificada no morfema -Ø- (zero). Em (7), o aspecto expresso pelo verbo “estava”, pretérito imperfeito do indicativo, é imperfectivo, pois, além de haver a noção de uma situação que ainda se dá, não há uma demarcação de início ou término dela. Essa expressão está codificada no morfema -va-. No mesmo morfema, encontra-se, ainda, a marcação do modo indicativo e do tempo verbal pretérito imperfeito, o que aproxima os VL dos verbos transitivos e intransitivos, por exemplo, pois esse mesmo conjunto de



expressões está presente em demais verbos do PB.

Em relação ao aspecto semântico, tem-se, conforme introduzido anteriormente, os traços télico/atélico, durativo/pontual e dinâmico/estativo. Vale ressaltar, neste momento, a noção de telicidade, a qual marca uma situação, ação ou evento que apresenta um fim inerente, e a noção de atelicidade, que marca uma situação, ação ou evento que não apresenta um fim inerente. Esses traços, de acordo com a ordem apresentada, podem ser exemplificados com o VL:

(8) Liza esteve com febre.

(9) João é amigo de Pedro.

(10) Ele continua amigo de Pedro.

(11) Ele esteve ausente na escola ontem.

Nesse sentido, o VL pode ser entendido como marcador tanto de aspecto gramatical, quanto de aspecto semântico. Em relação ao aspecto gramatical, por exemplo, a desinência de modo, tempo e aspecto (DMTA) -ia-, no pretérito imperfeito, em verbos regulares como “parecer”, marca o aspecto imperfectivo. A respeito do aspecto semântico, em diferentes contextos oracionais, o VL parece apresentar somente traços atélicos, considerando que ele é um verbo de estado. No entanto, este estudo focará seus esforços na análise do aspecto gramatical que também é conhecido como “aspecto do ponto de vista”, porque ele descreve situações a partir de pontos de vistas diferentes.

Na sentença (6), “João esteve no parque”, é possível analisá-la de um ponto de vista externo, ou seja, de fora da situação, uma vez que ela pode ser compreendida num todo já finalizado em que se pode constatar o seu início e término. Já em (7), “João estava no parque”, o imperfectivo, aqui marcado pelo pretérito imperfeito, é analisado sob um ponto de vista interno, quer dizer, a situação é composta por fases e não se pode postular que elas foram finalizadas e que a situação é hoje inexistente.

Cançado e Amaral (2016, p. 151-152) apresentam um questionamento importante: “Talvez os estados descrevem somente constatações de situações, com marcação de tempo, mas sem marcação de aspecto gramatical. Esse é um ponto que fica em aberto para maiores investigações”. Nesse caso, as autoras dizem sobre estados. Vale ressaltar que os VL são verbos de estado, porém nem todos os verbos de estado são verbos de ligação. Traremos aqui o exemplo das autoras:

(12) João teve uma casa na praia.

No exemplo de Cançado e Amaral (2016, p. 151), tem-se um verbo de estado que não é VL. Ainda assim, este trabalho investiu esforços para responder se os VL, como verbos de estado, apenas denotam situações ou marcam aspecto gramatical também, além de tempo. Por fim, faz-se necessário observar os radicais dos VL por duas hipóteses. Primeiramente, porque, ao entender o aspecto gramatical do VL, é imprescindível determinar se o radical será considerado como marcador de aspecto gramatical, uma vez que morfemas serão analisados, e o radical é assim considerado; ou, em uma segunda hipótese, se o radical não marca o aspecto gramatical, já que ele é um morfema lexical e por isso já se entende que, sendo base, por si só, o radical transmite carga semântica.

### **3 Caminhos metodológicos adotados: o VL na segmentação morfêmica**

Esta investigação apresenta análises da marcação de aspecto gramatical dos VL como demonstração de que o VL pode não ser uma categoria semanticamente vazia e marcar o aspecto da sentença. Nesse sentido, este artigo tem como

questão orientadora: de que forma o VL pode ser considerado uma categoria semanticamente realizada, por meio da marcação de aspecto gramatical? O objetivo geral da investigação foi compreender os traços aspectuais contidos no VL. Como objetivos específicos, este artigo se propõe a:

- (i) apresentar quadros morfológicos que apontem possíveis expressões aspectuais pelo VL do PB;
- (ii) identificar se o VL descreve situações apenas com marcação de tempo ou também de aspecto;
- (iii) determinar o papel dos radicais dos VL na marcação de aspecto gramatical.

Neste trabalho, dentre as várias opções metodológicas, optou-se pela abordagem qualitativa, por se entender que seja a mais adequada aos propósitos apresentados, e, como o objetivo, aqui, nesta pesquisa, foi analisar como o VL pode ser semanticamente interpretado por meio de morfemas indicadores de aspecto gramatical, considerou-se a pesquisa bibliográfica como uma abordagem inicial importante.

Nesta seção, também será demonstrado o estudo realizado sobre os morfemas que compõem o VL à luz de uma análise aspectual na qual se busca entender se o aspecto pode estar expresso no radical, na vogal temática (VT), na desinência número e pessoa (DNP), ou apenas na desinência de modo, tempo e aspecto (DMTA), como recorrente na literatura. Além disso, serão exibidos os quadros morfológicos dos verbos “continuar” (regular) e “ser” (anômalo), para auxiliar na identificação aspectual pelos morfemas. Ainda que esta pesquisa tenha produzido um quadro morfológico para cada VL, a saber: ser, estar, continuar, virar, andar, ficar, parecer, permanecer, viver, tornar-se e encontrar-se, devido à extensão deles, optou-se por trazer apenas três.

## 4 Sobre a morfologia dos VL

Conforme já mencionado anteriormente, esta seção debruça-se sobre os estudos da morfologia e, mais especificamente, sobre os morfemas que fazem a composição do VL. Fica em evidência que o estudo da morfologia, além de compreender bastantes segmentos, é extenso e enriquecedor para a análise da expressão aspectual no VL, pois, com ele, é possível examinar divisões das palavras que apresentam significados e podem determinar características específicas sobre elas, como a marcação do aspecto gramatical.

Em relação ao morfema -Ø-, vale dizer que ele constitui uma ausência cujo objetivo é ser condição de oposição entre uma forma marcada contra uma forma não marcada. Como exemplo, analisam-se as palavras “virávamos” e “virava”. Sabe-se que ambas, conjugações do VL “virar”, fazem parte do pretérito imperfeito. No entanto, na primeira, há a marcação da DNP, enquanto, na segunda, há um morfema -Ø- que codifica o singular. Já sobre a DMTA, especificamente no caso dos VL regulares, há marcação regular de modo, tempo e aspecto nos tempos pretérito imperfeito e pretérito mais-que-perfeito, e marcação do morfema -Ø-, nos tempos presente e pretérito perfeito (com exceção da terceira pessoa do plural, que, também, apresenta marcação do morfema -ra-, ou -ve-, no caso do verbo “estar”). Aqui, cabe uma observação: o verbo “estar”, no pretérito perfeito, apresenta todas as marcações da DMTA.

### 4.1 Análise morféica do VL

Nesta pesquisa, foram analisados os VL nos tempos presente do indicativo (PI), pretérito imperfeito do indicativo

(PII), pretérito perfeito do indicativo (PPI) e pretérito mais-que-perfeito do indicativo (P+QPI), todos do modo indicativo. Excluiu-se o tempo futuro e os modos subjuntivo e imperativo, pois não marcam aspecto, já que, nesses modos e nesse tempo, a situação não foi realizada.

O quadro a seguir trará a conjugação do verbo “continuar” e seus morfemas. A partir dele, será feita a análise morfológica com o objetivo de verificar as marcações de aspecto gramatical.

**Quadro 1 - Morfologia do verbo “continuar”**

| Tempo                       | Pessoa | Verbo         | Radical  | VT  | DMTA | DNP   |
|-----------------------------|--------|---------------|----------|-----|------|-------|
| Presente                    | Eu     | Continuo      | Continu- | -Ø- | -Ø-  | -o    |
|                             | Tu     | Continuas     | Continu- | -a- | -Ø-  | -s    |
|                             | Ele    | Continua      | Continu- | -a- | -Ø-  | -Ø    |
|                             | Nós    | Continuamos   | Continu- | -a- | -Ø-  | -mos  |
|                             | Vós    | Continuais    | Continu- | -a- | -Ø-  | -is   |
|                             | Eles   | Continuam     | Continu- | -a- | -Ø-  | -m    |
| Pretérito Imperfeito        | Eu     | Continuava    | Continu- | -a- | -va- | -Ø    |
|                             | Tu     | Continuavas   | Continu- | -a- | -va- | -s    |
|                             | Ele    | Continuava    | Continu- | -a- | -va- | -Ø    |
|                             | Nós    | Continuávamos | Continu- | -á- | -va- | -mos  |
|                             | Vós    | Continuáveis  | Continu- | -á- | -ve- | -is   |
|                             | Eles   | Continuavam   | Continu- | -a- | -va- | -m    |
| Pretérito Perfeito          | Eu     | Continuei     | Continu- | -e- | -Ø-  | -i    |
|                             | Tu     | Continuei     | Continu- | -a- | -Ø-  | -ste  |
|                             | Ele    | Continuou     | Continu- | -o- | -Ø-  | -u    |
|                             | Nós    | Continuamos   | Continu- | -a- | -Ø-  | -mos  |
|                             | Vós    | Continuei     | Continu- | -a- | -Ø-  | -stes |
|                             | Eles   | Continuaram   | Continu- | -a- | -ra- | -m    |
| Pretérito Mais-que-Perfeito | Eu     | Continuara    | Continu- | -a- | -ra- | -Ø    |
|                             | Tu     | Continuavas   | Continu- | -a- | -ra- | -s    |
|                             | Ele    | Continuava    | Continu- | -a- | -ra- | -Ø    |
|                             | Nós    | Continuávamos | Continu- | -á- | -ra- | -mos  |
|                             | Vós    | Continuáveis  | Continu- | -á- | -re- | -is   |
|                             | Eles   | Continuaram   | Continu- | -a- | -ra- | -m    |

**Fonte: Elaborado pelas autoras.**

O verbo “continuar” é um verbo que apresenta o mesmo radical (continu-) para todas as conjugações e é, portanto, um verbo regular da língua portuguesa (LP). O radical continu- é um elemento mórfico, e a base do significado do verbo aqui analisado remete ao conceito e à expressão de “contínuo” e de não acabado. Nesse caso, o radical denota aspecto semântico atético.

No tempo presente, a VT, assim como nos demais verbos regulares transitivos e intransitivos da LP, apresenta morfema -Ø- para a primeira pessoa do singular e, para as demais vozes, apresenta -a-. A similaridade entre o VL e as demais tipologias verbais se estende: é característica do tempo presente apresentar morfema -Ø- para todas as pessoas do discurso na DMTA, e o VL atende a essa especificidade. A DNP também não destoa, apresentando os morfemas -o, -s, -Ø, -mos (marca de primeira pessoa do plural), -is e -m, que são comuns aos outros verbos.

No tempo pretérito imperfeito, estão presentes as VT -a- (em quatro vozes verbais) e o alomorfe -á- (em duas vozes verbais). Considerando que, no mesmo morfema, -va-, por exemplo, estão codificados, no modo indicativo, o tempo pretérito e o aspecto imperfectivo, é plausível, e possível, a realização de uma análise aspectual por meio de uma análise morfológica. Ao comparar os tempos presente e pretérito imperfeito, ambos codificados pelo aspecto imperfectivo, é notório que, na DMTA, o tempo presente apresenta morfema -Ø-, enquanto o pretérito imperfeito apresenta os morfemas -va- e -ve-, em que -ve- é um alomorfe de -va-. Nesse tempo, a DNP também não contrasta, apresentando morfemas comuns aos verbos regulares terminados em -ar. Portanto, é possível afirmar que o VL, como verbo de estado, descreve situações e não eventos e atividades. Porém,

o VL descreve situações com marcação de tempo e também com marcação de aspecto gramatical, assim como os verbos monoargumentais e biargumentais, já que os morfemas -Ø-, -va- e -ve- são também marcas aspectuais.

Nos tempos pretérito perfeito e mais-que-perfeito, ambos marcadores de aspecto perfectivo, observam-se as VT -e- (apenas na primeira pessoa do singular do PPI), -a- (ocorrência em quatro vozes verbais do PPI e, também, em quatro vozes do P+QPI), -o- (apenas na terceira pessoa do singular do PPI) e -á- (ocorrência em duas vozes verbais do P+QPI). Na análise das VT do verbo “continuar”, é perceptível como a alomorfa pode ser classificada: verificam-se diversas variações, diversos alomorfes, da VT -a-. Em relação à DMTA, no tempo PPI, há -Ø- para todas as vozes verbais, com exceção da terceira pessoa do plural, em que há o morfema -ra-. No tempo P+QPI, os morfemas -ra- e -re-, sendo este um alomorfe de -ra-, expressam as noções de tempo perfeito, modo indicativo e aspecto perfectivo — ao codificar a noção de ação já finalizada. Aqui, a DNP também — como esperado — não diverge do canônico para desinências número-pessoais de verbos regulares terminados em -ar.

Agora, atente-se para o quadro que sumariza a marcação de aspecto gramatical em demais VL, com atenção especial à DMTA.

**Quadro 2 - VL regulares e a marcação de aspecto gramatical**

| VL                          | Radical                             | VT                                  | DMTA (PI) <sup>1</sup> | DMTA <sup>2</sup> (PII) | DMTA (PPI)                      | DMTA (P+QPI)   | DNP (-Ø-)                                                  |
|-----------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|------------------------|-------------------------|---------------------------------|----------------|------------------------------------------------------------|
| Virar, Andar e Ficar        | Vir-, And-, Fic-, e Fiqu-           | -Ø-,<br>-a-,<br>-á-,<br>-e-,<br>-o- | -Ø-                    | -va- e<br>-ve-          | -Ø-<br>(com exceção da 3ªp PPI) | -ra- e<br>-re- | 3ªs (PI),<br>1 e 3ªs (PII) e<br>1 e 3ªs (P+QPI)            |
| Tornar-se e Encontrar-se    | Torn- e Encontr-                    | -Ø-,<br>-a-,<br>-á-,<br>-e-,<br>-o- | -Ø-                    | -va- e<br>-ve-          | -Ø-<br>(com exceção da 3ªp PPI) | -ra- e<br>-re- | 3ªs (PI),<br>1 e 3ªs (PII) e<br>1 e 3ªs (P+QPI)            |
| Parecer, Permanecer e Viver | Parec-, Permaneç-, Permanec- e Viv- | -Ø-,<br>-e-,<br>-ê-                 | -Ø-                    | -ia-,<br>-ía-,<br>-íe-  | -Ø-<br>(com exceção da 3ªp PPI) | -ra- e<br>-re- | 3ªs (PI),<br>1 e 3ªs (PII), 1ªp (PPI) e<br>1 e 3ªs (P+QPI) |

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

Analisando, primeiramente, a DMTA no tempo presente (PI), percebe-se que esta apresenta -Ø- em todos os verbos. No tempo pretérito imperfeito (PII), os morfemas -va- e -ve- (apenas na segunda pessoa do plural) alternam-se em suas devidas pessoas verbais. No tempo pretérito perfeito (PPI), todos os verbos apresentam -Ø-, com exceção da terceira pessoa do plural, cujo morfema é -ra-. Já no tempo pretérito mais-que-perfeito, todos os verbos apresentam morfemas -ra- e -re-, sendo o último apenas na segunda pessoa do plural para todos os VL regulares.

Sobre a DMTA no modo presente, como marca desse tempo, os verbos apresentam -Ø-. No tempo pretérito imperfeito, os verbos apresentam os morfemas -ia- (primeira, segunda e terceira pessoas do singular e na terceira pessoa do plural), -ía- (na primeira pessoa do plural) e -íe- (apenas na segunda pessoa do



plural). No tempo pretérito perfeito, todos os verbos relacionados na tabela apresentam -Ø- em todas as pessoas do discurso, com exceção da terceira pessoa do plural, cujo morfema é -ra- para todos os verbos. No tempo pretérito mais-que-perfeito, todos os verbos apresentam morfemas -ra- e -re- (sendo o último apenas na segunda pessoa do plural dos verbos relacionados). Relativamente à DNP desses verbos, é perceptível a semelhança entre o VL e os demais verbos terminados em -ar e -er, pois eles apresentam morfemas conforme a literatura postula, como -o, -s, -Ø, -mos, -i, -is, -m, -ste e -stes em suas determinadas vozes verbais.

Em síntese, a partir de uma análise morfológica completa do VL, é possível afirmar que verbos terminados em -ar, em todos os tempos verbais analisados, como “continuar”, “virar”, “andar”, “ficar”, até “tornar-se” e “encontrar-se”, aproximam-se de verbos monoargumentais e biargumentais regulares do PB, no que tange à área da morfologia. Isso porque os VL apresentam a mesma estrutura para a segmentação morfêmica e, da mesma forma que verbos plenos regulares apresentam morfemas para aspecto gramatical, o VL também. Essa mesma conclusão pode ser válida para verbos terminados em -er, como “parecer”, “permanecer”, “viver” e, de certa forma, também para o verbo “ser” — como será visto posteriormente. Tais semelhanças constroem uma similaridade entre esses VL e os demais verbos da LP no que se refere à marcação de aspecto gramatical.

No entanto, os verbos “ser” e “estar” denotam diferenças, de forma especial no radical e na carga semântica que carregam, que podem influenciar na análise aspectual. Vejamos.

As diferenças sintáticas constatadas entre *ser* e *estar* constituem um dos mais desafiadores problemas da língua portuguesa, maiormente quando a comparamos

às línguas românicas. Esses verbos constituem um complicador também no ensino do português como língua estrangeira. [...] *Ser* é um verbo de etimologia complexa. Três radicais latinos confluíram em sua conjugação. [...] *Estar* deriva de uma única etimologia. (CASTILHO, 2014, p. 397, 399, grifo do autor).

Conforme Castilho (2014), o verbo “ser” pode denotar propriedade permanente, enquanto o verbo “estar” denota propriedade transitória quando valida o sujeito apenas por certo período de tempo, ou seja, a duração demonstra falta de intervalos, como em:

(13) Liza é estudiosa.

(14) Liza está estudiosa.

Lemos (1987) aborda outra questão pertinente para a análise do aspecto dos verbos “ser” e “estar”. Ela afirma que, quando usamos “estar”, estamos focalizando o falante e o ouvinte com a descrição de uma situação em que os dois participam. Já o verbo “ser” denota que os participantes da cena linguística ficam externos ao ângulo de visão. Esse posicionamento de Lemos se justifica na medida em que ela defende que a visão exerce uma função imprescindível na organização gramatical. Nesse sentido, não é gramatical dizer:

(15) João será na escola hoje.

Entretanto, é gramatical:

(16) João estará na escola hoje.

Essa diferença demonstra um traço de (+) ou (-) dinamicidade que vem da própria etimologia desses dois VL. Assim, o conjunto de traços do verbo “ser” de (-) dinâmico e (+) permanente e do verbo “estar” como (+) dinâmico e (+) transitório implica o aspecto gramatical, uma vez que as noções de telicidade corroboram para a ocorrência da perfectividade

com mais frequência, assim como as noções de atelicidade corroboram para a ocorrência da imperfectividade. Xavier (2019) reforça essa ideia:

Afirma-se que, de fato, os verbos télicos tendem a ser mais perfectivos, como foi verificado na pesquisa com 320 dados. No entanto, essa afirmação pode variar conforme o contexto e o campo semântico dos verbos analisados. Já os verbos atélicos são certamente mais imperfectivos independentemente de qualquer variável, como contexto ou campo semântico dos verbos em uma amostra. (XAVIER, 2019, p. 195).

Sobre a relevância de que a visão, como órgão de sentido, exerce papel fundamental na gramática, isso pode ser verificado em sentenças como:

(17) A escola está na praça.

É possível afirmar essa importância da visão nos estudos gramaticais, pois se pressupõe a ideia de que o falante precisa se locomover para algum lugar. Por outro lado, tem-se:

(18) A escola é na praça.

Em (18), o verbo denota apenas situação, sem necessidade de locomoção. Essas sentenças apresentam duas considerações: em primeiro lugar, a de que sujeitos gramaticais com traço de (+) humano e/ou (+) animado não formam sentenças gramaticais com ideia de movimento, a partir do verbo “ser”. “Estar assentado” é gramatical, mas “ser assentado” não é. Em segundo lugar, a consideração de que, para sujeitos gramaticais com traço de (-) humano e/ou (-) animado, o verbo “estar” dá noção de necessidade do falante de se movimentar, enquanto o verbo “ser” apenas mostra os participantes da cena linguística como algo fora do campo de visão, como em

(19) A churrasqueira está fora da casa.

(20) A churrasqueira é fora da casa.

(21) A TV está no quarto.

(22) A TV é no quarto.

Somado a isso, vale dizer que o radical do verbo “ser” surge de *essere*, da forma vulgar do latim que influenciou as formas do PB “sou, somos, sois, são, é, és e era”; da forma *sedere*, que faz surgir “seja, serei, seria, sê, sede, sendo, sido e ser”; além do *ire*, que dá origem a “fui, foste, foi, fomos, fostes, foram, fora, fosse e for”. A anomalia de “ser”, então, é justificada pelas alterações profundas sofridas pelo radical, apresentando, em sua conjugação, diferentes alomorfes, como -s-, -f- e -e-.

Já o verbo “estar”, embora não apresente alteração no radical — forte característica para identificar verbos irregulares — sofre alterações em suas desinências do tempo pretérito mais-que-perfeito. “Estar” apresenta morfemas como “véra” e “ramos” para a primeira pessoa do plural no pretérito mais-que-perfeito, o que não é encontrado em verbos monoargumentais.

O quadro morfológico do verbo “ser”, abaixo, demonstra bem a inconstância do radical.

**Quadro 3 - Morfologia do verbo “ser”**

| Tempo                       | Pessoa | Verbo   | Radical | VT  | DMTA | DNP   |
|-----------------------------|--------|---------|---------|-----|------|-------|
| Presente                    | Eu     | Sou     | s-      | -o- | -Ø-  | -u    |
|                             | Tu     | És      | é-      | -Ø- | -Ø-  | -s    |
|                             | Ele    | É       | é-      | -Ø- | -Ø-  | -Ø-   |
|                             | Nós    | Somos   | s-      | -o- | -Ø-  | -mos  |
|                             | Vós    | Sois    | s-      | -o- | -Ø-  | -is   |
|                             | Eles   | São     | s-      | -ã- | -Ø-  | -o    |
| Pretérito Imperfeito        | Eu     | Era     | e-      | -Ø- | -ra- | -a    |
|                             | Tu     | Eras    | e-      | -Ø- | -ra- | -s    |
|                             | Ele    | Era     | e-      | -Ø- | -ra- | -a    |
|                             | Nós    | Éramos  | é-      | -Ø- | -ra- | -mos  |
|                             | Vós    | Éreis   | é-      | -Ø- | -re- | -is   |
|                             | Eles   | Eram    | e-      | -Ø- | -ra- | -m    |
| Pretérito Perfeito          | Eu     | Fui     | f-      | -u- | -Ø-  | -i    |
|                             | Tu     | Foste   | f-      | -o- | -Ø-  | -ste  |
|                             | Ele    | Foi     | f-      | -o- | -Ø-  | -i    |
|                             | Nós    | Fomos   | f-      | -o- | -Ø-  | -mos  |
|                             | Vós    | Fostes  | f-      | -o- | -Ø-  | -stes |
|                             | Eles   | Foram   | f-      | -o- | -ra- | -m    |
| Pretérito Mais-que-Perfeito | Eu     | Fora    | f-      | -o- | -ra- | -Ø-   |
|                             | Tu     | Foras   | f-      | -o- | -ra- | s     |
|                             | Ele    | Fora    | f-      | -o- | -ra- | -Ø-   |
|                             | Nós    | Fôramos | f-      | -ô- | -ra- | mos   |
|                             | Vós    | Fôreis  | f-      | -ô- | -re- | is    |
|                             | Eles   | Foram   | f-      | -o- | -ra- | m     |

**Fonte:** Elaborado pelas autoras.

Considerando que o verbo “ser” pode ser analisado como um verbo de segunda conjugação, assume-se, a partir de uma comparação entre “ser” e “parecer”, “permanecer” e “viver”, uma semelhança lógica entre esses quatro verbos. Observando-se a VT, o verbo “ser” se assimila aos demais, com exceção das marcações realizadas nos tempos presente, pois a segunda e a terceira pessoas do singular apresentam -Ø-; e o pretérito perfeito, que apresenta -u- na primeira pessoa do singular, enquanto os demais apresentam -Ø-.

Na DMTA, o verbo “ser” não difere dos demais nos tempos presente (apresenta -Ø-), pretérito perfeito (apresenta -Ø- e, apenas na terceira pessoa do plural — como os demais —, -ra-) e pretérito mais-que-perfeito (apresenta os morfemas -ra- e -re-). A diferença, nessa categoria, se faz notável no tempo pretérito imperfeito, em que “ser” apresenta os morfemas -ra- e -re-, enquanto os demais apresentam -Ø-.

Em relação à DNP, “ser” apresenta as mesmas configurações morfológicas para os tempos pretérito perfeito e pretérito mais-que-perfeito que os demais verbos terminados em -er. Essas diferenças são observadas nos tempos presente, ao apresentar -Ø- para a terceira pessoa do plural (enquanto os demais apresentam -m), e pretérito imperfeito, ao não apresentar -Ø- para primeira e terceira pessoas do singular. Nesse sentido, conclui-se que “ser” tem diferentes alomorfes em seu radical, e essa é a maior característica que o classifica como verbo anômalo.

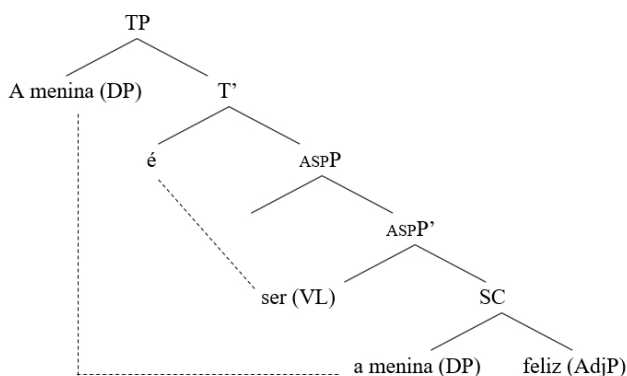
Por conseguinte, segundo o Quadro 3, que foi criado a partir de um exercício lógico, através da comparação entre “ser” e os demais VL terminados em -er e, também, por meio da distribuição coesa de morfemas em suas possíveis desinências (por exemplo, não é possível classificar o morfema -mos como DMTA, mas apenas como DNP), confirma-se que “ser”, apesar de possuir diferenças na VT e nas desinências de modo, tempo e aspecto e de número e pessoa, possui diversas semelhanças com os verbos “parecer”, “permanecer” e “viver”. Além disso, essa forma verbal, numa análise sintática, segundo Castilho (2014), indica que o verbo “ser” “tem um único argumento posposto”, como em:

(23) Liza é estudiosa.

Sobre a estrutura sintática de sentenças com VL e os

argumentos pospostos, Xavier, Kenedy e Oliveira (2018) afirmam que os VL selecionam uma *small clause* e que, para o sujeito ocupar a posição de especificador de sintagma temporal (TP) e receber traços de flexão e caso nominativo, apenas o AdjP (sintagma adjetival) da *small clause* permanece posposto aos VL, conforme mostra a figura abaixo. Vale ressaltar que essa nova estrutura se difere, pois não traz um sintagma verbal para acomodar VL e, sim, um sintagma aspectual. Isso reforça a ideia de que a compreensão de semanticamente vazio diz respeito à falta de significado lexical, e não a uma noção de semanticamente vazio no que se refere à informação aspectual no momento da derivação da sentença.

**Figura 1 - Representação sintática do Verbo de Ligação**



**Fonte: Xavier, Kenedy e Oliveira (2018, p. 135).**

Como se nota, a anomalia do radical de “ser” dá a esse verbo um *status* de diferença também no sentido (XAVIER; OLIVEIRA, 2020). Essa é uma das características que julga o verbo “ser” o único verbo de cópula, e não todos os demais VL. Xavier, Kenedy e Oliveira (2018) detalham, em seu trabalho,

essa justificativa, porém, aqui, vale observar apenas que o verbo “ser”, diferentemente dos outros verbos de ligação, pode ser identificado como verbo de cópula e ser compreendido como “vazio de sentido, e disso prova o fato de algumas línguas quase não o usarem com essa função meramente copulativa, isto é, de unir um adjetivo a um substantivo dizendo apenas ‘Pedro bom’, em vez de ‘Pedro é bom’”. (ALMEIDA, 2009, p. 239). Essa afirmação impõe ao verbo “ser” uma condicional de necessidade para interpretação da sentença; já o verbo “está”, com sua semântica de transitoriedade, de existência momentânea e de estado accidental, demonstra comportamento sintático distinto e aspecto imperfectivo, como em:

(24) Pedro está bom.

A inserção desse verbo “está” abarca a ideia de que Pedro não era bom, mas agora está, a ideia de transitoriedade continua, mesmo se o verbo estiver no pretérito perfeito, como em:

(25) Pedro esteve bom.

Portanto, para além da DTMA, o radical, como um morfema, também indica aspecto gramatical de imperfectividade com os verbos “ser” e “estar”, de forma mais acentuada, assim como “continuar”, “virar” e “tornar-se”.

## **4.2 Análise do radical como marcação de aspecto gramatical no VL**

Na seção anterior, foi dada mais atenção aos verbos “ser” e “estar”. Neste momento, serão tratados os radicais dos verbos “continuar”, “virar” e “tornar-se”, os quais apresentam radicais com carga semântica mais expressiva. Dessa forma, é importante verificar se o radical, em um estudo morfêmico, considerado



como morfema lexical, pode ser entendido como indicador de aspecto gramatical, uma vez que comumente as desinências é que cumprem esse papel, já que elas são chamadas de morfemas flexionais.

No caso de “continuar”, o radical continu- carrega carga semântica de atelicidade com a ideia de contínuo. Já os verbos “virar” e “tornar-se” também carregam forte carga semântica nos radicais vir- e torn-, porém com aspecto de perfectividade. Independentemente do tempo verbal, ou seja, mesmo o verbo estando no presente ou pretérito imperfeito, as conjunções dos verbos “virar” e “tornar-se” indicam telicidade. Esses dois verbos indicam sempre, independentemente do tempo verbal, uma situação inceptiva, por apresentar a situação no seu ponto inicial. Assim, eles marcam mudança de estado, o que dá ideia de telicidade.

Portanto, em um estudo morfêmico, encontram-se os seguintes encaminhamentos para a análise dos VL: (1) considerando o radical um morfema e tomando que há nele carga aspectual acentuada de (+) dinamicidade e (+) transitoriedade ou de mudança de estado, pode-se afirmar que o estudo dos morfemas do VL indica marcação de aspecto gramatical; (2) as desinências de modo, tempo e aspecto, com morfemas -va- e -ve-, indicam aspecto imperfeito, já os morfemas -ra- e -re- indicam aspecto perfectivo; (3) o -Ø- é uma característica dos tempos presente e pretérito perfeito, da mesma forma que -Ø- é característica do singular em contraste com verbos no plural. Ou seja, enquanto a posição da DMTA é preenchida no pretérito imperfeito, por exemplo, por -va- e -ve-, nos tempos presente e pretérito perfeito essa posição é preenchida por -Ø-, da mesma forma que há um -Ø- marcando a DNP de “casa” e

há um morfema -s marcando a DNP de “casas”. Portanto, esta investigação defende que o aspecto gramatical dos VL pode ser observado por meio das desinências (DMTA) e do radical, mas não na VT e DNP.

## **Considerações finais**

Conforme exposto na Introdução deste trabalho, as reflexões e considerações acerca do aspecto gramatical do VL foram diluídas ao longo do texto. Dessa forma, esta seção final retomará apenas os objetivos de pesquisa e seus resultados pontuais. Assim, considerando que a questão norteadora foi compreender os traços aspectuais contidos no VL, como forma de verificar se ele carrega traço semântico, esta pesquisa assume o posicionamento de que o VL indica aspecto, já que a compreensão de semanticamente vazio diz respeito à falta de significado lexical, logo não pode ser considerado semanticamente vazio no que se refere à informação aspectual ou mesmo semanticamente vácuo por não ser considerado na computação semântica, como visto na Figura 1. Outro argumento é que, além de a DMTA determinar aspecto gramatical, o VL apresenta o radical como morfema que carrega carga semântica. Como este estudo focalizou a análise de morfemas e o radical, como tal, é marcador de aspecto, o VL pode determinar aspecto na sentença.

Como objetivos específicos, este artigo se propôs a (i) apresentar tabelas morfológicas que apontem possíveis expressões aspectuais pelo VL do PB; (ii) identificar se o VL descreve situações apenas com marcação de tempo ou também de aspecto; e (iii) determinar o papel dos radicais dos VL na marcação de aspecto gramatical. As pesquisadoras concluíram

que o VL guarda similaridades com os verbos monoargumentais e biargumentais no que tange ao estudo morfêmico e marcação de DMTA, pois os VL apresentam a mesma estrutura para a segmentação morfêmica e, assim como verbos plenos regulares, apresentam também morfemas para aspecto gramatical, uma vez que os morfemas -Ø-, va- e -ve- são igualmente marcas aspectuais.

Sobre os radicais dos VL, o estudo analisou os verbos “ser” e “estar” separadamente dos demais. O “ser” apresenta traços de (-) dinâmico e (+) permanente, e o verbo “estar” se mostra como (+) dinâmico e (+) transitório. Essa característica reforça o argumento de que as noções de aspecto presentes no morfema lexical, no caso, o radical, influenciam na marcação de aspecto gramatical, já que a marcação dessa categoria ocorre por meio de morfemas. Dessa maneira, como já foi dito, para além da DMTA, o radical, como um morfema, também indica aspecto gramatical de imperfectividade com os verbos “ser”, “estar” e “continuar”, de forma mais acentuada. Já com os verbos “virar” e “tornar-se”, o radical indica telicidade, pois marca mudança de estado e apresenta ideia de inceptividade. Portanto, esta investigação defende que o aspecto gramatical dos VL pode ser observado por meio das desinências (DMTA) e do radical em uma análise morfêmica.

## Referências

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. 46. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CANÇADO, Márcia; AMARAL, Luana. **Introdução à Semântica Lexical**: papéis temáticos, aspecto lexical e

decomposição de predicados. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

CASTILHO, Ataliba de. **Introdução ao Estudo do Aspecto Verbal**. 1968. Tese (Doutorado). Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1968.

CASTILHO, Ataliba de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

CASTRO, Gisely Gonçalves de; HERMONT, Arabie Bezri. A relação entre o aspecto lexical e o aspecto gramatical em contexto de aquisição da linguagem. **Percursos Linguísticos** (UFES), v. 7, 2017.

CHOMSKY, Noam. **The minimalist program**. Cambridge: MIT Press, 1995.

COMRIE, Bernard. **Aspect**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

COMRIE, Bernard. **Tense**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

LEMOS, Cláudia Tereza Guimarães de. **Ser and estar in Brazilian Portuguese with particular reference to child language acquisition**. Tubingen: Gunter Narr, 1987.

SANCHEZ-MENDES, Luciana. **A modificação de grau em Karitiana**. 2014. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

XAVIER, Gláucia do Carmo. **O aspecto verbal sob a ótica da Teoria Gerativa**. Curitiba: CRV, 2019.

XAVIER, Gláucia do Carmo; KENEDY, Eduardo; OLIVEIRA, Kelly de. Estudo formal dos verbos de ligação: natureza sintática e representação no módulo mental. **Cadernos CESPUC de Pesquisa Série Ensaios**, n. 33, p. 112-139, dez. 2018.

XAVIER, Gláucia do Carmo; OLIVEIRA, Kelly Cesário de. Natureza sintática dos verbos de ligação: da derivação

à representação no módulo mental. In: CONFERÊNCIA LINGUÍSTICA E COGNIÇÃO: DIÁLOGOS IMPRESCINDÍVEIS, 9., 2020, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: PUC Minas, 2020.

(Footnotes)

1 PI= presente do indicativo, PII = pretérito imperfeito do indicativo, PPI= pretérito perfeito do indicativo e P+QPI= pretérito mais-que-perfeito do indicativo.

2 DMTA = desinência de modo, tempo e aspecto; DNP = desinência de número e pessoa

# A volição na leitura aspectual de sentenças com a perífrase “estar+gerúndio” no português brasileiro

Thais Araujo\*  
Mercedes Sebold\*\*

## Resumo

O presente estudo tem por objetivo investigar a relação entre o traço semântico de volição e a perífrase de progressivo, “estar+gerúndio”, no português brasileiro. Arche (2014) questiona o fato de que, na literatura, diversos autores atribuem a essa perífrase uma leitura de volição, sem explicar como essa leitura é gerada. Considerando a relação entre o papel temático de agente do argumento externo e o traço semântico de [volição], testamos se a perífrase é capaz de gerar leituras volitivas, inclusive em contextos de sujeitos não agentivos. A hipótese assumida é a de que não há uma relação entre o aspecto gramatical e o traço semântico em questão, uma vez que as leituras aspectuais são geradas na estrutura sintagmática devido à contribuição aspectual de diferentes elementos sentenciais. Para testar essa hipótese, aplicamos um teste de julgamento de gramaticalidade a 10 falantes de português brasileiro. Os resultados mostram que, mesmo em contextos com sujeitos não agentivos, os falantes associaram majoritariamente as sentenças a significados aspectuais mais relacionados à volição.

Palavras-chave: Aspecto. Perífrase “estar+gerúndio”. Agentividade. Volição. Português brasileiro.

---

\* Professora de Língua Portuguesa e de Língua Espanhola do Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Mestre em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutoranda em Letras Neolatinas na UFRJ. <https://orcid.org/0000-0002-6463-6935>.

\*\* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Associada de Língua Espanhola da Faculdade de Letras (UFRJ). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Letras Neolatinas (UFRJ). <https://orcid.org/0000-0002-0035-3338>.

# The volition in the aspectual reading of sentences with the periphrasis “estar+gerund” in Brazilian Portuguese

## Abstract

The present study aims to investigate the relation between the semantic feature of volition and the progressive periphrasis, “estar+gerund”, in Brazilian Portuguese. Arche (2014) questions the fact that, in the literature, several authors attribute to this periphrasis a volition reading, without explaining how this reading is generated. Considering the relation between the thematic role of agent of the external argument and the semantic feature of [volition], we test whether the periphrasis is capable of generating volitional readings, even in contexts of non-agentive subjects. The assumed hypothesis is that there is no relation between grammatical aspect and the semantic feature considered, but that the aspectual readings are generated in the syntagmatic structure due to the aspectual contribution of different sentence elements. To test this hypothesis, we applied a grammaticality judgment test to ten Brazilian Portuguese speakers. The results show that, even in contexts with [-agentive] subjects, speakers mostly associated sentences to aspectual meanings more related to volition.

Keywords: Aspect. Periphrasis “estar+gerund”. Agentivity. Volition. Brazilian Portuguese.

Recebido em: 31/03/2020

Aceito em: 11/07/2020

## Introdução

O estudo das categorias funcionais ganhou bastante impulso a partir da década de 1980, uma vez que o projeto de investigação chomskiano, cada vez mais minimalista, propunha que a diferença entre as línguas residiria basicamente no léxico e na fixação paramétrica, esta última fortemente relacionada a tais categorias. No Programa Minimalista, que reduziu ainda mais essa diferença aos traços abrigados no léxico, parte deles relativos às categorias funcionais, estudá-las passa a ser sinônimo de entender os pontos da gramática das línguas que fazem com que elas difiram entre si.

Uma das categorias de grande importância nesse contexto é a de aspecto, que, em um primeiro momento, era quase que, exclusivamente, estudada nas línguas eslavas e que, posteriormente, foi abarcada por outros grupos de línguas. Nessa perspectiva, este trabalho se propõe a estudar se existe uma relação entre os significados aspectuais gerados pela perífrase de progressivo, “estar+gerúndio” (EG) no português brasileiro (PB), e o traço semântico de volição.

A motivação para o estudo da volição nessa perífrase decorre do fato de que, segundo Arche (2014), diversos autores, dentre eles, Smith (1991), destacam que o contínuo progressivo atribui aos predicados um significado volitivo, sem, no entanto, explicar como traços semânticos interfeririam em questões de natureza morfossintática. Sendo a volição uma característica dos papéis temáticos de agente, escolhemos, neste estudo, investigar a volição por meio do contraste entre sentenças com sujeitos agentivos e não agentivos. Para isso, consideramos também a



proposta de composicionalidade aspectual de Verkuyl (1999; 2002), defendendo, de modo diferente do autor, que a informação do sujeito também pode interferir na significação aspectual de uma sentença (DE MIGUEL, 1999).

Assim, nosso objetivo é investigar se há relação entre os significados gerados pela perífrase EG e o traço de volição em contexto de sujeitos agentivos e não agentivos no PB. Nossa hipótese é a de que não há uma leitura específica de volição gerada pela perífrase, uma vez que (i) os traços semânticos não estão diretamente relacionados à categoria de aspecto gramatical, e (ii) as leituras aspectuais são geradas na estrutura sintagmática devido à contribuição aspectual de diferentes elementos sentenciais.

Para testar a hipótese adotada, foi realizado um teste linguístico, composto por 54 sentenças e aplicado a 10 falantes de PB. As sentenças alvo do teste eram construídas com sujeitos agentivos e com sujeitos não agentivos, de modo a verificar se a interpretação de volição se mantinha nos dois casos ou se o contexto favoreceria o surgimento desse traço semântico. As opções de resposta eram formadas por paráfrases dos valores aspectuais da perífrase EG encontrados na literatura.

## 1 Aspecto

A categoria de aspecto é definida por Comrie (1976, p. 3) como as diferentes formas de se enxergar a composição temporal interna de uma situação. Esse significado aspectual pode ser expresso por meio dos significados inerentes ao verbo e aos elementos lexicais que o modificam, como é o caso dos advérbios — o que é chamado de “aspecto lexical” — ou

por recursos de natureza morfossintática, como é o caso da morfologia verbal e das perífrases verbais — o que é chamado de “aspecto gramatical”.

O aspecto lexical se refere às informações inerentes a itens como verbos, argumentos e modificadores (SMITH, 1991). Nesses itens estariam as propriedades dos traços de duratividade, que diz respeito ao fato de um evento se estender durante um intervalo temporal; dinamicidade, que diz respeito ao fato de ser necessário o emprego de uma energia externa para que um evento continue ocorrendo; e telicidade, que diz respeito ao fato de um evento ter um ponto final inerente.

- a. João abriu uma lata de refrigerante.
- b. João ama sua namorada.

Considerando as situações expressas em (a) e (b) anteriormente apresentadas, é notável que o que as diferencia, do ponto de vista do aspecto lexical, são os traços listados a seguir:

- 1. [-durativo] de (a), frente ao [+durativo] de (b);
- 2. [-télico] de (b), frente ao [+télico] de (a); e
- 3. [- dinâmico] de (b), frente ao [+dinâmico] de (a).

Esses traços, gerariam as seguintes categorias aspectuais, de acordo com Vendler (1967): (i) atividades: [+dinâmicas] [-télicas] [+durativas]; (ii) processos culminados: [+dinâmicos] [+télicos] [+durativos]; (iii) culminações: [+dinâmicas] [-télicas] [-durativas]; e (iv) estados: [-dinâmicos] [-télicos] [+durativos].

Sobre o aspecto gramatical, Comrie (1976) define a existência de dois aspectos básicos, a saber, o perfectivo e o

imperfectivo. Interessa-nos, neste estudo, o imperfectivo, no qual o evento é visto desde a sua composição temporal interna, de modo que seja possível especificar suas fases.

Ainda sobre o imperfectivo, Comrie (1976) afirma que ele pode ser dividido em duas subcategorias: o habitual e o contínuo. O habitual, para o autor, seria definido como a expressão de uma situação que se estende por um intervalo de tempo, como em (c). Já o contínuo, definido por Comrie (1976) como a imperfectividade que não se insere no escopo da habitualidade, é entendido por outros autores, como é o caso de Arche (2014), como uma situação cujo intervalo de tempo é incluído pelo tempo da fala. Comrie (1976) esclarece que esse valor aspectual pode ser expresso pela morfologia progressiva ou pela morfologia não progressiva (exemplos (d) e (e), respectivamente):

c. Fábio andava de bicicleta todos os dias.

d. Daniela está tomando banho agora.

e. Daniela lê um livro agora.

Destacamos que, na literatura sobre o imperfectivo, há uma série de desencontros quanto à nomenclatura de certos valores aspectuais, bem como ao fato de determinados autores considerarem o progressivo fora do escopo proposto por Comrie (1976). Em outras palavras, Comrie (1976) atribui ao progressivo *status* puramente morfossintático, enquanto outros autores definem-no como um valor aspectual propriamente dito. Bertinetto (1986), por exemplo, considera a progressividade como um valor semântico que focaliza apenas um instante da eventualidade, ainda que ela possa se estender para além desse instante de focalização.

Em estudo sobre os valores aspectuais próprios do imperfeito, Arche (2014) pontua que, em predicados eventivos, o contínuo não progressivo pode gerar uma leitura de habilidade, conforme exemplo da autora abaixo. Isso é um indício, segundo a autora, de que progressivo e contínuo precisam ser analisados separadamente, uma vez que há traços semânticos que surgem da leitura contínua e que não surgem da leitura progressiva.

f. Juan lee Francés.<sup>1</sup>

Segundo Arche (2014), isso não acontece quando a morfologia progressiva é empregada, por ser essa característica inerente à estrutura do contínuo.

contrary to widespread opinion, the continuous structure is not unique to states but that eventive predicates can occur in it. I argue that, when this happens, the reading known as “ability,” “characterizing,” or “attitudinal” emerges. The ability or characterizing reading is the reading according to which a certain ability is ascribed to an individual independently from the actual instantiation of the event described by the predicate.<sup>2</sup> (ARCHE, 2014, p. 815).

Por último, Comrie (1976) apresenta o *perfect*, cujo significado denotaria basicamente uma situação do passado com relevância no presente, como é o caso do exemplo em (g), fornecido pelo autor. Nele, a perda do canivete se apresenta como uma situação passada que ainda repercute no presente, talvez pelo fato de o sujeito que o perdeu ainda precisar dele.

---

<sup>1</sup> Juan lê Francês.

<sup>2</sup> “contrariando a opinião generalizada, a estrutura do contínuo não é exclusiva dos estados, mas predicados eventivos podem ocorrer com ela. Argumento que, quando isso acontece, surge a leitura relativa à “habilidade”, “caracterização” ou “atitudinal”. A leitura de habilidade ou caracterização é a leitura segundo a qual uma certa habilidade é atribuída a um indivíduo independentemente da instanciação real do evento descrito pelo predicado.” (tradução nossa).

g. I have lost my penknife.<sup>3</sup>

Comrie (1976) considera a existência de quatro tipos de *perfect*, a saber, o de situação persistente, o de resultado, o experiencial e o de passado. Outros pesquisadores, no entanto, como é o caso de Iatridou, Anagnostopoulou e Izvorski (2003), adotam o modelo de divisão do *perfect* em apenas dois subtipos, o universal e o existencial. O que diferenciaria esses dois últimos seria justamente o fato de o *perfect* universal expressar uma situação que se inicia no passado e persiste até o momento da fala, enquanto, no *perfect* existencial, a situação expressa se conclui no passado.

h. I have been sick since 1990.<sup>4</sup>

i. I have read “Principia Mathematica” five times.<sup>5</sup>

Os exemplos em (h) e (i), retirados do trabalho dos autores, mostram que o *perfect* universal, da sentença em (h), gera a interpretação de que o indivíduo está doente desde 1990 até o tempo da fala. Já em (i), o *perfect* existencial gera a interpretação de que o sujeito leu cinco vezes, no passado, o “Principia Mathematica”, de tal modo que essa leitura repercute no tempo da fala. Para o presente estudo, é de especial importância o *perfect* universal.

Na composição da significação aspectual, tanto o aspecto gramatical como o aspecto lexical são importantes. Assim, considerando os dois aspectos básicos propostos pelo autor, o

---

<sup>3</sup> Eu perdi meu canivete.

<sup>4</sup> Estou (PERFECT) doente desde 1990.

<sup>5</sup> Li (PERFECT) “Principia Mathematica” cinco vezes.

perfectivo e o imperfectivo, é possível observar a contribuição de elementos gramaticais e lexicais na construção dos significados das sentenças abaixo:

j. Ontem, Felipe (fez/\*fazia) bolo.

k. Antigamente, Felipe (\*fez/fazia) bolo.

Os advérbios “ontem” e “antigamente”, no PB, são compatíveis, respectivamente, com a leitura perfectiva e imperfectiva. Dessa forma, eles são itens lexicais capazes de expressar noções aspectuais. Ao se combinarem com elementos gramaticais — no caso das sentenças (j) e (k), com as morfologias de perfectivo (expressas na forma verbal “fez”) e de imperfectivo (expressas na forma verbal “fazia”) — que também expressam a noção de aspecto, podem criar sentenças gramaticais ou agramaticais.

Dessa forma, conforme afirmam Comrie (1976) e Smith (1991), o significado aspectual de uma sentença é construído com base na interação entre o aspecto lexical e o aspecto gramatical.<sup>6</sup> A seguir, exploramos a noção de composicionalidade aspectual, chave para o presente estudo.

### **1.1 Composicionalidade aspectual**

Diversos são os trabalhos de autores que mostram que as informações aspectuais dos diferentes elementos sintagmáticos interferem na leitura aspectual da sentença como um todo. Um deles é o de Verkuyl (2002), que será explicado a seguir.

---

<sup>6</sup> Smith (1991) nomeia essas noções como tipo de situação e ponto de vista, respectivamente.

Verkuyl (2002), em estudo sobre a construção do significado aspectual, propõe a existência da aspectualidade interna e da aspectualidade externa. A aspectualidade interna diz respeito às informações contidas no interior do VP, em outras palavras, às características inerentes à semântica do verbo e de seus argumentos. Relacionado a esse nível de aspectualidade, estaria o traço semântico [ $\pm$ ADDTO] (*additive to*), específico de itens verbais, que, quando especificado positivamente, denota situações dinâmicas. Verbos como “correr” e “estudar” seriam [+ADDTO], enquanto verbos como “permanecer” e “gostar” seriam [-ADDTO]. Também relacionado à aspectualidade interna, o autor apresenta o traço semântico [ $\pm$ SQA] (*specified quantity of A*), específico de itens nominais, que, quando especificado positivamente, denota quantidade específica de um elemento A. Nomes com cardinalidade especificada, como “uma maçã” e “dois livros”, são [+SQA], enquanto nomes massivos, como “café” e “água”, por exemplo, seriam [-SQA].

Esses traços apresentados pelo autor se combinam no interior do VP, formando um complexo com as informações aspectuais semânticas dos níveis arbóreos mais baixos. Esse complexo, por sua vez, se combinaria também ao argumento externo formando o nível sentencial, sem os traços de Tempo. É a partir da leitura desses traços que é possível gerar os valores aspectuais terminativo e durativo.<sup>7</sup> Dessa forma, no processo de formação da leitura aspectual das sentenças, a combinação desses traços pode gerar leituras diferentes, conforme os exemplos do autor:

---

<sup>7</sup> Wachowicz (2003) sinaliza que esses valores correspondem ao perfectivo e imperfectivo, respectivamente.

l. Mary walked three miles<sup>8</sup>. → . V[+ADDTO] + NP2,[+SQA] = terminativo

m. Mary walked miles.<sup>9</sup> → V[+ADDTO] + NP2,[−SQA] = durativo

Verkuyl (2002), nesse sentido, advoga em favor da ideia de que não é o léxico que armazena as informações aspectuais lexicais, mas que esse conceito se constrói na estrutura sintagmática. O autor sinaliza, no entanto, que essa construção se dá no interior do VP, de modo que o sujeito tenha apenas papel no que diz respeito às interpretações “coletivo x distributivo”, por meio de sujeitos singulares e plurais. A essa limitação do argumento externo, no que diz respeito à influência na leitura aspectual, Verkuyl (2002) dá o nome de “assimetria interpretativa”.

De Miguel, de modo contrário à proposta de assimetria interpretativa de Verkuyl (2002), propõe, para o espanhol, que

la influencia del contexto sintáctico en la especificación del aspecto léxico no se restringe a lo que ocurre en el interior del SV, sino al marco completo de la oración: importa también la información que aporta el sujeto. Así, la especificación aspectual de ciertos predicados va a variar dependiendo de si su sujeto es continuo o discontinuo, colectivo o individual [...], agentivo o no agentivo [...], genérico o específico [...].<sup>10</sup> (DE MIGUEL, 1999, p. 3.003).

Os exemplos (n) e (o), apresentados em espanhol pela autora, contrastam sujeitos agentivos e não agentivos, mostrando que

---

<sup>8</sup> Mary caminhou por três milhas.

<sup>9</sup> Mary caminhou por milhas.

<sup>10</sup> “a influência do contexto sintático na especificação do aspecto léxico não se restringe ao que ocorre no interior do SV, mas afeta o contexto completo da oração: importa ainda a informação que o sujeito aporta. Dessa forma, a especificação aspectual de certos predicados pode variar dependendo de se o sujeito é contínuo ou descontínuo, coletivo ou individual, agentivo ou não agentivo, genérico ou específico. (tradução nossa).



a natureza semântica desse elemento sentencial é determinante para que certa leitura aspectual surja, em detrimento de outra na língua em questão.

n. La ministra limitó el poder de las asociaciones de padres (en un año/durante muchos años).<sup>11</sup>

o. La valla limitó el prado (\*en un año/durante muchos años).<sup>12</sup>

Dessa forma, ainda que faltem explicações da autora sobre o modo como ocorre essa interação do argumento externo com as informações do complexo aspectual formado pelo que está no interior do VP, os exemplos mostram que o traço de agentividade do sujeito pode influenciar na leitura aspectual das sentenças em língua espanhola. Para os fins deste estudo, que visa a investigar se existe relação entre o traço semântico de volição, característico do papel temático de agente, e a perífrase EG, própria da categoria de aspecto gramatical, adotamos o pressuposto de De Miguel (1999).

## **1.2 O traço semântico de volição e a perífrase EG**

Para o presente estudo, consideramos apenas os seguintes valores expressos pela perífrase EG: (i) progressivo, de acordo com a definição de Bertinetto (1986); (ii) habitual, de acordo com a definição de Comrie (1976); (iii) contínuo, de acordo com a definição de Arche (2014) para predicados eventivos; (iv) *perfect* universal, de acordo com a definição de Iatridou, Anagnostopoulou e Izvorski (2003).

---

<sup>11</sup> A ministra limitou o poder da associação de pais (em um ano/durante muitos anos).

<sup>12</sup> A cerca limitou o prado (\*em um ano/durante muitos anos).

Tais valores aspectuais são confirmados por trabalhos específicos sobre essa perífrase no PB, como os de Wachowicz (2003), Mendes (2004; 2005) e Nespoli (2018). Além disso, estudos sobre essa perífrase em grandes grupos de língua, como é o caso do estudo de Bertinetto (2000), sobre os traços dessa perífrase nas línguas românicas e no inglês, mostram que essa tendência de a perífrase estender seu significado aspectual para valores puramente imperfectivos é recorrente. A questão que se coloca é se esse mecanismo morfológico, puramente relacionado ao aspecto gramatical, permite também a abertura de uma leitura volitiva das sentenças.

Em trabalho sobre a sintaxe e a semântica dos valores aspectuais imperfectivos, Arche (2014) advoga em favor da separação entre o estudo do contínuo e o estudo do progressivo, usando para isso restrições e propriedades dessa morfologia. A autora propõe, conforme já especificado, leituras específicas que emergem a partir do contínuo, como é o caso da leitura de habilidade. Além desse ponto, ela cita a questão dos verbos de estado, que, na literatura especializada, se mostram incompatíveis com o progressivo. Segundo Smith (1991), isso ocorre porque essa morfologia daria à situação uma conotação de volição e dinamismo.

O que trabalhos como os de Smith (1991) não esclarecem, no entanto, é como traços de progressividade, dinamicidade e volição se combinariam nessas construções. Em outras palavras, esses estudos não comprovam ou explicam se, em línguas específicas, há relação entre traços próprios do aspecto gramatical, como é o caso da progressividade, traços do aspecto lexical, como é o caso da dinamicidade, e traços semânticos de

outra natureza, como é o caso da volição. Tentando refutar a ideia dessa relação, Arche (2014) mostra que predicados dinâmicos podem se combinar a sujeitos inanimados:

p. The ball was falling from the tree.<sup>13</sup>

Por outro lado, García Fernández (2009, p. 267) sinaliza, com enfoque no traço de dinamismo, que a perífrase EG não é intercambiável com o contínuo não progressivo em contextos com sujeitos não agentivos, conforme ilustram os pares de exemplos (q) e (r), por um lado, e (s) e (t), por outro.

q. Juan decía hola a sus padres.<sup>14</sup>

r. Juan estaba diciendo hola a sus padres.<sup>15</sup>

s. Su carta decía hola.<sup>16</sup>

t. Su carta estaba diciendo hola.<sup>17</sup>

Levando em consideração a relação entre o papel temático de agente e o traço semântico de volição, analisamos que os exemplos de García Fernández (2009) para o espanhol indicam que a perífrase EG, quando expressa traços aspectuais imperfectivos, é incompatível com leituras não volitivas.

Destacamos que a leitura contínua proposta por Arche (2014) é específica para o contínuo não progressivo, segundo a autora. Neste estudo, no entanto, essa leitura foi testada também para o progressivo, com uma motivação bem específica: essa é

---

<sup>13</sup> A bola estava caindo da árvore.

<sup>14</sup> Juan dizia “oi” aos seus pais.

<sup>15</sup> Juan estava dizendo “oi” aos seus pais.

<sup>16</sup> Sua carta dizia “oi”.

<sup>17</sup> Sua carta estava dizendo “oi”.

a leitura aspectual mais volitiva, dentre as apresentadas. Dessa forma, há alguns pontos que devem ser esclarecidos: (i) não é possível afirmar, em um primeiro momento, que os participantes do teste escolherão esse valor aspectual para a perífrase EG; se escolherem, haverá um indício de que essa leitura está disponível também para o EG; (ii) caso o valor de habilidade seja escolhido pelos participantes para as sentenças do teste, não esperamos que esse valor seja atribuído aos sujeitos não agentivos; caso seja atribuído, podemos interpretar que a volição da leitura é própria da perífrase investigada.

## **2 O estudo**

A questão explorada no presente estudo é se existe relação entre o traço semântico de volição e as leituras aspectuais geradas pela perífrase EG, usando para isso testes com sujeitos agentivos e não agentivos. Seu objetivo geral é investigar o modo como a categoria de aspecto está estruturada na mente do falante. Seu objetivo específico é investigar se a morfologia de progressivo gera leituras aspectuais relacionadas ao traço de volição em contexto de sujeitos agentivos e não agentivos no português brasileiro.

A hipótese assumida é de que não há uma leitura específica de volição para essa perífrase, mas que as leituras aspectuais são geradas na estrutura sintagmática devido à contribuição aspectual de diferentes elementos sentenciais, incluindo o próprio sujeito. Dessa forma, esperamos que a leitura contínua, a mais volitiva dentre as apresentadas, seja mais produtiva diante de sujeitos agentivos.

Para testar a hipótese adotada, foi elaborado um teste linguístico, composto por 54 sentenças. Para cada sentença, o participante deveria escolher, entre cinco opções, apenas uma de interpretação possível para aquela frase inicial. Cada uma das opções equivaleria a um valor aspectual possível de ser gerado para a perífrase EG, a saber, progressivo, habitual, contínuo, com valor de habilidade e *perfect* universal, além da opção de nenhuma das respostas ser possível para a sentença considerada.

Das 54 sentenças, 18 são alvo. Dessas 18, 9 são formadas por sujeitos animados e 9 por sujeitos inanimados. As sentenças alvo são formadas pela perífrase EG, sendo o auxiliar conjugado no presente, no pretérito perfeito e no pretérito imperfeito do indicativo. O verbo principal das sentenças do teste é distribuído de acordo com a classificação de Vendler (1967) pelas categorias de atividades, culminação e processo culminado. Os verbos de estado foram retirados deste estudo, uma vez que eles demandam observações mais específicas, que se afastariam das reflexões propostas. Os complementos do verbo variam entre complementos de cardinalidade especificada e de cardinalidade não especificada. Por último, todas as sentenças são acompanhadas por modificadores adverbiais pontuais e durativos, de acordo com a compatibilidade de cada um para os predicados considerados.

Em suma, o esquema das sentenças alvo do teste é o seguinte:

**Tabela 1 - Estrutura das sentenças alvo**

| Estrutura das sentenças alvo              |                                 |                                                     |                                          |
|-------------------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------------------------|------------------------------------------|
| Sujeito<br>ativo/<br>Sujeito não<br>ativo | Verbos de atividade             | Complemento<br>de cardinalidade<br>não especificada | Modificadores<br>adverbiais<br>durativos |
|                                           | Verbos de processo<br>culminado | Complemento<br>de cardinalidade<br>especificada     | Modificadores<br>adverbiais<br>pontuais  |
|                                           | Verbos de<br>culminação         |                                                     |                                          |

**Fonte: Elaborado pelas autoras.**

A seguir, apresentamos um exemplo das sentenças alvo para cada tipo de sujeito testado, sendo o exemplo (1) para sujeitos ativos e o (2) para sujeitos não ativos:

1. O rapaz está escrevendo textos por horas.
  - (a) Apenas desta vez, o rapaz escreve textos por horas.
  - (b) Diversas vezes, o rapaz escreve textos por horas.
  - (c) O rapaz tem a habilidade de escrever textos por horas.
  - (d) Desde o passado até a atualidade, o rapaz escreve textos por horas.
  - (e) Nenhuma das alternativas.
  
2. O vento está soprando forte por horas.
  - (a) Apenas desta vez, o vento sopra forte por horas.
  - (b) Diversas vezes, o vento sopra forte por horas.
  - (c) O vento tem a habilidade de soprar forte por horas.
  - (d) Desde o passado até a atualidade, o vento sopra forte por horas.
  - (e) Nenhuma das alternativas.

No caso das sentenças distratoras, o teste é composto por 36 delas, divididas entre 18 sentenças de dois tipos, a saber:

1. Sujeito agentivo + perífrase com auxiliar “ter” no presente/passado + verbos de atividade e processo culminado no particípio + complemento de cardinalidade especificada/não especificada + expressão adverbial durativa/pontual;
2. Sujeito agentivo + verbo de estado e de culminação no presente + complemento de cardinalidade especificada/não especificada + expressão adverbial durativa/pontual.

O teste foi aplicado a 10 falantes de PB com Ensino Superior incompleto de ambos os sexos. Os participantes preencheram o questionário escrito de forma presencial. A idade dos participantes varia entre 20 e 40 anos.

### **3 Resultados**

Os resultados encontrados estão resumidos nas tabelas a seguir. Cada uma das tabelas se refere aos resultados do estudo de acordo com o tempo verbal do auxiliar. Assim, há três tabelas, uma para o auxiliar no presente, uma para o auxiliar no pretérito perfeito e uma para o auxiliar no pretérito imperfeito. Elas estão organizadas de acordo com (i) a agentividade do sujeito; (ii) o tipo de verbo de acordo com a classificação de Vendler (1967); e (iii) os valores aspectuais escolhidos pelos participantes.

**Tabela 2 - Resultados - auxiliar no presente**

| AUXILIAR NO PRESENTE |                  |                    |            |                      |                    |            |
|----------------------|------------------|--------------------|------------|----------------------|--------------------|------------|
|                      | SUJEITO AGENTIVO |                    |            | SUJEITO NÃO AGENTIVO |                    |            |
|                      | Atividade        | Processo Culminado | Culminação | Atividade            | Processo Culminado | Culminação |
| CONTÍNUO             | 3                | 3                  | 4          | 4                    | 4                  | 4          |
| PROGRESSIVO          | 5                | 1                  | 5          | 2                    | 2                  | 4          |
| HABITUAL             | 1                | 4                  | 1          | 2                    | 2                  | 2          |
| <i>PERFECT</i>       | -                | 1                  | -          | -                    | 1                  | -          |
| NENHUMA DAS OPÇÕES   | 1                | 1                  | -          | 2                    | 1                  | -          |

**Fonte:** Elaborada pelas autoras.

No que diz respeito às sentenças com o auxiliar no presente do indicativo, com sujeitos agentivos, os resultados dos verbos de atividade e dos verbos de culminação se assemelham. Ou seja, os participantes selecionaram em ordem decrescente respectivamente os valores aspectuais: progressivo, contínuo e habitual. Apenas um dos participantes selecionou “Nenhuma das opções”.

Com relação aos dados encontrados para os verbos de processo culminado, para o mesmo tipo de sujeito, a preferência dos participantes em ordem decrescente foi respectivamente: habitual, contínuo e progressivo com o mesmo número, *perfect*, e um participante que também selecionou “Nenhuma das opções”. O traço de volição nesses dados apareceu mais associado ao valor aspectual de progressivo.

Com os sujeitos não agentivos, o valor contínuo foi selecionado uniformemente com os três tipos de verbos e foi o mais selecionado. Nessas sentenças com sujeito agentivo, os



verbos que se aproximaram em padrão de seleção foram os de atividade e processo culminado, nos quais a seleção ocorreu em ordem decrescente da seguinte forma: contínuo, progressivo e habitual com o mesmo número de ocorrências. Para o valor *perfect* e Nenhuma das opções, houve uma distribuição diferenciada.

Apesar de o quadro geral sinalizar uma preferência pelo contínuo com sujeitos não agentivos, não foram detectadas alterações muito significativas nas escolhas dos falantes com a mudança do tipo de sujeito para a perífrase estudada com auxiliar no presente. A preferência pelo contínuo foi sensível.

A Tabela 3 resume os resultados encontrados para as construções do EG com auxiliar no pretérito perfeito.

**Tabela 3 - Resultados - auxiliar no pretérito perfeito**

| AUXILIAR NO PRETÉRITO PERFEITO |                  |                    |            |                      |                    |            |
|--------------------------------|------------------|--------------------|------------|----------------------|--------------------|------------|
|                                | SUJEITO AGENTIVO |                    |            | SUJEITO NÃO AGENTIVO |                    |            |
|                                | Atividade        | Processo Culminado | Culminação | Atividade            | Processo Culminado | Culminação |
| CONTÍNUO                       | 5                | 6                  | 7          | 2                    | 6                  | 2          |
| PROGRESSIVO                    | 3                | 1                  | 3          | 4                    | 1                  | 2          |
| HABITUAL                       | 1                | 3                  | -          | 2                    | 2                  | 5          |
| <i>PERFECT</i>                 | 1                | -                  | -          | 2                    | -                  | 1          |
| NENHUMA DAS OPÇÕES             | -                | -                  | -          | -                    | 1                  | -          |

**Fonte: Elaborada pelas autoras.**

Nas sentenças cujo auxiliar estava no pretérito perfeito, tanto nas sentenças com sujeito agentivo quanto nas sentenças com sujeito não agentivo, os participantes selecionaram majoritariamente o valor aspectual contínuo. A exceção, no caso

das sentenças com sujeito não agentivo, se deu com os verbos de atividade e de culminação, uma vez que, com verbos de processo culminado, esse valor se destacou fortemente entre os demais. Já com sujeitos agentivos, destacamos os verbos do tipo culminação em que 7 dos 10 participantes selecionaram esse valor.

Dessa forma, com sujeitos não agentivos, houve uma queda da escolha pelo valor de contínuo nas atividades e culminações. No entanto, esse valor aspectual ainda surge de forma relevante nesse contexto sintático, sobretudo com os processos culminados.

A Tabela 4 resume os resultados encontrados para as construções com a perífrase EG com auxiliar no pretérito imperfeito.

**Tabela 4 - Resultados - auxiliar no pretérito imperfeito**

| AUXILIAR NO PRETÉRITO IMPERFEITO |                  |                    |            |                      |                    |            |
|----------------------------------|------------------|--------------------|------------|----------------------|--------------------|------------|
|                                  | SUJEITO AGENTIVO |                    |            | SUJEITO NÃO AGENTIVO |                    |            |
|                                  | Atividade        | Processo Culminado | Culminação | Atividade            | Processo Culminado | Culminação |
| CONTÍNUO                         | 5                | 7                  | 6          | 5                    | 5                  | 4          |
| PROGRESSIVO                      | 3                | 2                  | 2          | 4                    | 2                  | 4          |
| HABITUAL                         | 2                | 1                  | 2          | 1                    | -                  | 1          |
| <i>PERFECT</i>                   | -                | -                  | -          | -                    | 3                  | -          |
| NENHUMA DAS OPÇÕES               | -                | -                  | -          | -                    | -                  | -          |

**Fonte:** Elaborada pelas autoras.

Também encontramos, nas sentenças com auxiliar no pretérito imperfeito, uma preferência pelo valor contínuo na combinação com sujeitos agentivos. Em todos os tipos de verbos, a ordem de preferência foi: contínuo, progressivo e habitual.

Nas sentenças com sujeitos não agentivos, também encontramos um número de ocorrências alto para o valor contínuo. Os verbos de atividade mantiveram a mesma ordem de seleção, ou seja, contínuo, progressivo e habitual. Com os verbos de processo culminado, encontramos a seguinte ordem: contínuo, progressivo e *perfect*. Os verbos de culminação com sentenças de sujeito não agentivo apresentaram uma ordem diferenciada: contínuo e progressivo, com o mesmo número de ocorrências, e, por último, habitual.

No caso das construções com pretérito imperfeito, em contexto de sujeitos não agentivos, a proporção de escolhas pelo contínuo ainda foi alta, em comparação aos demais valores, embora tenha havido uma sensível queda nos processos culminados e nas culminações, se comparado com o quadro apresentado para os sujeitos agentivos.

Dessa forma, chama a atenção, assim como ocorreu para os auxiliares do pretérito perfeito, a preferência pelo contínuo com sujeitos agentivos, com uma sensível queda desse valor para os sujeitos não agentivos.

## Conclusões

Antes de avaliar os dados relativos aos objetivos do presente estudo, traçamos um panorama geral dos resultados. Iniciamos sinalizando que as interpretações aspectuais para a perífrase EG se alteraram em cada um dos casos analisados. De forma geral, as alterações não foram tão grandes, de modo que pequenas alterações, na ordem de dois ou três indivíduos de diferença, não serão abordadas nas próximas linhas. No entanto, ainda assim, alguns pontos precisam de destaque.

O primeiro deles diz respeito à construção do significado aspectual da perífrase com o auxiliar no presente. Nesses casos, observamos a predominância do valor progressivo com o sujeito agente, exceto para processos culminados, e a predominância do valor contínuo, com leitura de habilidade, para sujeitos não agentivos, para todos os tipos de verbo. Tal quadro parece-nos interessante, uma vez que a leitura de habilidade é, intuitivamente, mais apropriada para sujeitos agentivos.

Ainda sobre as construções com auxiliar no presente, observamos que o traço [ $\pm$ SQA] foi de especial relevância na geração de distintas leituras, uma vez que os processos culminados, especificados positivamente para esse traço, se comportaram de forma diferente das atividades e das culminações. A presença dos sujeitos não agentivos em face desse traço, no entanto, tornou as leituras aspectuais mais semelhantes às aquelas observadas pelos demais tipos de verbo. Aparentemente, a interação entre os traços [+agentivo] e [+SQA] com a construção perifrástica no presente do indicativo gerou um quadro de interpretações semânticas diferentes para as observadas na interação dos traços [+agentivo] e [-SQA], mas essas diferenças se tornam mais discretas quando o traço [-agentivo] aparece. No entanto, novas investigações precisam ser realizadas para avaliar de forma mais clara esse quadro.

Sobre as construções com a perífrase EG com auxiliar no pretérito perfeito, o fator de maior relevância a ser destacado é a queda na escolha de interpretações contínuas, com valor de habilidade, para os não agentivos, quadro que não se estabeleceu com o auxiliar no presente, mas que nos pareceria o mais provável. Destacamos a grande diferença no valor contínuo com verbos de culminação entre sujeitos agentivos, valor que teve uma grande

queda com sujeitos não agentivos (de 7 para 2 falantes). Isso pode sinalizar também que a combinação dos traços [+agentivo] e [+pontual] para a perífrase EG com auxiliar no pretérito perfeito favorece a interpretação de habilidade. Com as construções no pretérito perfeito, o traço [+SQA] dos processos culminados não gerou interpretações diferentes entre sujeitos agentivos e não agentivos, mas o [-SQA], das atividades, gerou uma sensível alteração nas proporções dos valores aspectuais considerados na investigação.

Sobre a perífrase EG com auxiliar no pretérito imperfeito, destacamos apenas a predominância do contínuo com leitura de habilidade em todos os tipos de verbo, para sujeitos agentivos e não agentivos.

Dessa forma, notamos mudanças na escolha dos valores aspectuais por parte dos falantes, ainda que de forma mais sensível em determinados contextos do que em outros. Sobretudo, destacamos o papel do traço semântico [ $\pm$ SQA] com a perífrase com auxiliar no presente do indicativo e no pretérito perfeito. A sua interação com as diferentes especificações do traço de agentividade gerou as diferenças mais significativas na leitura aspectual das sentenças. No entanto, mais estudos seriam necessários para afirmar uma correlação entre esses traços semânticos na interpretação aspectual.

Com base nessa leitura dos dados, e abordando agora o objetivo do estudo, que é investigar se existe relação entre o traço semântico de volição e a perífrase EG, partindo de contextos sintáticos com sujeitos [ $\pm$ agentivos], destacamos a preferência dos falantes pelo contínuo, com valor de habilidade, como valor semântico na maior parte dos casos, dado que parece confirmar a afirmação de Smith (1991) sobre a conotação de volição desse

recurso morfossintático. Dessa forma, a hipótese de que não há uma leitura específica de volição para essa perífrase, mas que as leituras aspectuais são geradas na estrutura sintagmática devido à contribuição aspectual de diferentes elementos sentenciais, incluindo o próprio sujeito, foi parcialmente refutada.

Defendemos que a hipótese foi parcialmente refutada, uma vez que parece haver uma conotação de volição específica para a perífrase investigada, já que até mesmo em contextos [-volitivos] a leitura de habilidade surgiu. No entanto, foi possível observar também que as leituras aspectuais foram geradas na estrutura sintagmática, uma vez que houve, em determinados contextos, queda no número de escolhas para o valor de habilidade por parte dos falantes com sujeitos não agentivos.

Como discussão, propomos alguns pontos. O primeiro deles diz respeito ao fato de que esse recurso morfossintático parece ter um conteúdo semântico inerente. Estudos com outras línguas, levando em consideração dados de diversas naturezas, podem confirmar essa tendência, em conformidade com uma série de autores que já defenderam esse pressuposto com base em intuições de falantes e em suas próprias. É necessário, no entanto, que mais estudos tracem essa relação entre os traços semânticos de volição, e outros associados à perífrase na literatura, como dinamismo, e esse recurso morfossintático.

Gostaríamos de sinalizar também um fenômeno que, embora não esteja entre os objetivos do trabalho, chamou a atenção. Diante das flutuações no valor da perífrase em alguns contextos, como no caso do contraste entre sujeito agentivo e não agentivo com as culminações com sentenças com EG e auxiliar no pretérito perfeito, assumimos também que o tipo de sujeito teve alguma influência na leitura aspectual. Assim, propomos,

em conformidade com De Miguel (1999), que o processo de amálgama dos traços aspectuais semânticos nas camadas arbóreas mais baixas parece não desprezar completamente as informações aspectuais fornecidas pelo argumento externo, como propõe Verkuyl (2002). Mais uma vez, dados mais consistentes ainda precisam ser analisados, inclusive aqueles que trabalham com a produção.

## Referências

- ARCHE, M. J. The construction of viewpoint aspect: the imperfective revisited. **Natural Language & Linguistic Theory**, 2014.
- BERTINETTO, P. M. **Tempo, aspetto e azione nel verbo italiano**. Firenze: Accademia della Crusca, 1986.
- BERTINETTO, P. M. The progressive in romance, as compared with English. In: DAHL, Östen (ed.) **Tense and aspect in the languages of Europe**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000. p. 559-604.
- COMRIE, B. **Aspect**. New York: Cambridge University Press, 1976.
- DE MIGUEL, E. El aspecto léxico. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (ed.). **Gramática descriptiva de la lengua española**. Madrid: Espasa Calpe, 1999. p. 2.977-3.060.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, L. Semántica y sintaxis de la perífrasis <estar+gerundio>. **Moenia**, 2009. p. 245-274.
- IATRIDOU, S.; ANAGNOSTOPOULOU, E.; IZVORSKI, R. Observations about the form and meaning of the perfect. In: ALEXIADOU, A.; RATHER, M.; VON STECHOW, A. (ed.). **Perfect explorations**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2003. p. 153-205.

MENDES, R. B. **Estar + Gerúndio e Ter + Particípio – Aspecto verbal e variação no Português**. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, 2005.

MENDES, R. B. Ter + particípio ou estar + gerúndio? Aspecto verbal e variação em PB. **Estudos Linguísticos**, XXXIII, p. 1.280-1.285, 2004.

NESPOLI, J. **Representação mental do *perfect* e suas realizações nas línguas românicas**: um estudo comparativo. 2018. Tese (Doutorado em Linguística - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

SMITH, C. **The parameter of aspect**. Dordrecht: Kluwer, 1991.

VENDLER, Z. Verbs and times. *In*: VENDLER, Z. (ed.). **Linguistics in philosophy**. Ithaca: Cornell University Press, 1967. p. 97-121.

VERKUYL, H. **Aspectual issues – studies on time and quantity**. Stanford: CSLI Publications, 1999.

VERKUYL, H. Aspectual composition: surveying the ingredients. **Proceedings of the Utrecht perspectives on aspect conference**, p. 201-219, 2002.

WACHOWICZ, T. C. **As leituras aspectuais da forma do progressivo do português brasileiro**. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, 2003.



# Imediatividade pragmática e uso do presente do indicativo em manchetes e subtítulos jornalísticos

Caroline Soares\*

Lilian Ferrari\*\*

## Resumo

Este artigo examina o uso do presente do indicativo em manchetes e subtítulos de jornais *on-line* em português, sob a perspectiva da Gramática Cognitiva. A análise tem o objetivo de investigar os mecanismos cognitivos e pragmáticos associados ao uso do presente do indicativo para referência a eventos passados, contrastando-o com usos do passado no mesmo contexto. A investigação parte da noção de imediatividade epistêmica, referente ao presente simples em inglês (LANGACKER, 2001; 2009), expandindo-a para propor a noção de imediatividade pragmática, relacionada à realização do ato de fala de noticiar. Essa noção permite explicar a aparente incongruência referente ao uso predominante do presente do indicativo para reportar eventos ocorridos no passado. A análise evidencia que o presente do indicativo descreve o evento de representação (o ato de dar a notícia), que é concomitante ao evento de fala, e não o fato em si. Já o uso do passado, que é menos frequente, retoma um fato já noticiado anteriormente e adiciona uma informação nova relacionada a ele.

**Palavras-chave:** Manchete jornalística. Subtítulo. Presente do indicativo. Estrutura conceptual. Ato de fala.

---

\* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2019). Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (2013), Especialista em Leitura e produção de textos (2005) e em Língua portuguesa (2007) pela Universidade Federal Fluminense. <http://orcid.org/0000-0001-6994-7997>.

\*\* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Linguística pela University of Southern California, Los Angeles/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994), Pós-Doutora pela University of California, Berkeley (2006), Professora Titular do Departamento de Linguística e Filologia, Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística. <http://orcid.org/0000-0001-7808-4425>.

# Pragmatic immediacy and use of the present of the indicative in journalistic headlines and subtitles

## Abstract

This paper examines the use of the Present of the Indicative in headlines and subtitles of Brazilian online newspapers. The analysis is based on Cognitive Grammar, and aims at investigating the cognitive underpinnings for using the Present of the Indicative to refer to past events, contrasting it with uses of past tense. The investigation draws on the notion of epistemic immediacy, associated to the present simple in English (LANGACKER, 2001; 2009), and expands it by proposing the notion of pragmatic immediacy, related to the performance of the speech act of reporting. This notion allows to explain the apparent incongruency regarding the predominant use of the Present of the Indicative to report past events in headlines. The analysis shows that the Present of the Indicative describes the event of representation (the act of reporting), which is concomitant to the speech event, and not the fact itself. The use of past tense, which is less frequent, resumes a fact previously reported, and adds new information related to it.

Keywords: Journalistic headline. Subtitle. Present of the indicative. Conceptual structure. Speech act.

Recebido em: 02/03/2020

Aceito em: 13/07/2020

## Introdução

O presente artigo investiga escolhas verbais para indicação de eventos ocorridos no passado em manchetes e subtítulos de jornais *on-line* (**O Globo**, **Jornal do Brasil**, **Estadão** e **Folha de São Paulo**), sob a perspectiva teórica da Linguística Cognitiva e, particularmente, da Gramática Cognitiva (LANGACKER, 2001; 2008; 2009).

Mais especificamente, enfocamos o uso do presente do indicativo em manchetes e subtítulos, contrastando-o com usos de tempos do pretérito (pretérito perfeito, pretérito imperfeito, futuro do pretérito), tendo em vista que essas duas categorias verbais correspondem às principais escolhas observadas no *corpus*.

O texto está organizado da seguinte forma: primeiramente, apresentaremos os pressupostos teóricos da Gramática Cognitiva: as noções de conceptualização e de construal; em seguida, faremos uma breve revisão da proposta do arranjo de visualização especial de Langacker, para a representação de ocorrências virtuais, e das concepções cognitivistas dos atos de fala; nas seções seguintes, serão explicitadas a metodologia e a análise.

Os resultados da pesquisa demonstram que o uso do presente do indicativo nas manchetes e subtítulos de jornais *on-line* reflete processos cognitivos de natureza pragmática. Essa compreensão constitui a principal contribuição da análise, na medida em que se propõe a extensão do modelo langackeriano, baseado inicialmente no conceito de imediaticidade epistêmica, para abarcar também a noção de imediaticidade pragmática.

## **2 O significado como conceptualização e a noção de construal**

A definição de significado na Gramática Cognitiva é baseada na noção de construal, que considera não apenas o conteúdo conceptual que uma expressão evoca, mas também o modo como esse conteúdo é construído. Ao equiparar o significado à conceptualização, Langacker (2008) propõe que a visualização de uma cena depende de nossa proximidade com o evento, da seleção que estabelecemos dos elementos mais proeminentes e do local de onde examinamos a situação. Sendo assim, a extensão do significado de uma expressão vai depender de outros fatores que ultrapassam a mera descrição da situação. Fatores como o conhecimento prévio e a apreensão do contexto físico, social e linguístico contribuem para a construção do significado, além da extensão desses fatores para incluir habilidades como a metáfora e a referência a entidades virtuais, efeitos das diversas construções mentais que extrapolam a realidade física.

Para interpretar uma determinada sentença, devemos considerar a caracterização completa de sua estrutura semântica e a descrição detalhada de seu domínio, que pode compreender experiências perceptuais, conceitos e complexos conceptuais. Os rótulos adotados por Langacker para dar conta das operações cognitivas do construal são: especificidade, focalização, proeminência e perspectiva, que se aplicam a concepções em qualquer domínio. Essa última operação cognitiva diz respeito ao ponto de vista assumido pelo conceptualizador ao perspectivar uma cena.

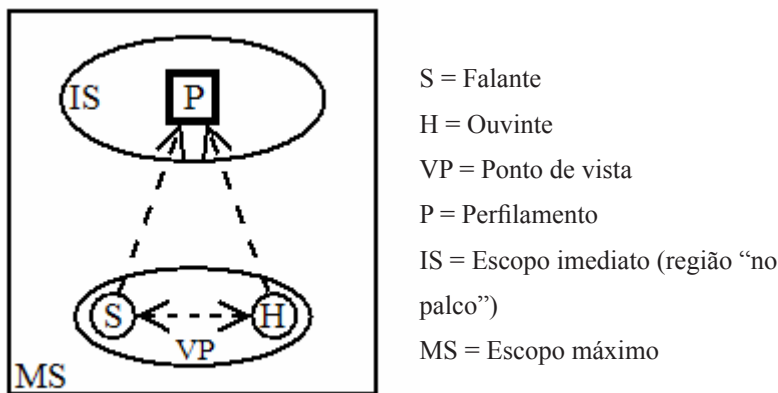
Na seção a seguir, esse conceito será aprofundado, detalhando-se a noção de arranjo de visualização, essencial para o tratamento do tempo presente em nossa análise.

## **2.1 A concepção do arranjo de visualização (*viewing arrangement*)**

Como vimos, uma das operações cognitivas na qual se baseia a noção de construal é a perspectiva, o ponto de vista assumido pelo conceptualizador ao observar uma cena. De acordo com os conceitos da Gramática Cognitiva, a conceptualização diz respeito à visualização de uma cena, e o arranjo de visualização representa a relação entre os sujeitos e o objeto de conceptualização visualizado.

Langacker (2008, 2016) ressalta que a perspectiva se refere ao arranjo de visualização (tanto para a percepção quanto para a concepção). O ponto de vista está relacionado à localização do espectador, ao lugar a partir do qual uma situação é apreendida; assim, o falante e o ouvinte são considerados os sujeitos de conceptualização, enquanto a situação descrita é o objeto da conceptualização. O escopo imediato compreende o conteúdo a ser referido — metaforicamente, é a região “no palco” (*onstage*); o perfilamento de uma expressão é o foco de atenção nessa região. Vale notar que, no arranjo de visualização padrão, o falante e o ouvinte são distintos do objeto de descrição, visualizando a mesma situação que está “no palco” a partir do mesmo ponto de vista. O diagrama abaixo ilustra o arranjo de visualização apresentado pelo linguista:

**Figura 1 – Arranjo de visualização padrão proposto  
por Langacker**



**Fonte: Langacker (2016).**

O arranjo de visualização padrão é considerado o mais comum nas interações conversacionais básicas, em que os interlocutores estão posicionados em um local fixo, a partir do qual descrevem as ocorrências reais do mundo. Esse tipo de arranjo é caracterizado como a parte essencial do substrato conceitual, que ancora o significado de uma expressão e molda a sua forma. O arranjo padrão pode ser exemplificado por sentenças básicas que descrevem situações, tais como “O livro está sobre a mesa” e “A menina leu o livro”.

Dentro dessa perspectiva, Langacker (2009, p. 192) aponta que há incompatibilidades no uso do tempo presente para referência ao momento da fala, que decorrem propriamente da interação entre o arranjo de visualização padrão e o significado do tempo presente. Na verdade, esse arranjo não dá conta do relato de eventos que não se limitam à mera observação direta e à presença física dos participantes.

Para tratar dos casos que divergem do esquema padrão, Langacker propõe um arranjo de visualização especial baseado em representações mentais de ocorrências virtuais, como será detalhado na seção a seguir.

## **2.2 O arranjo de visualização especial e a imediaticidade epistêmica**

No capítulo “The English present: temporal coincidence vs. epistemic immediacy” (“O presente em inglês: coincidência temporal vs. imediaticidade epistêmica”), publicado no livro *Investigations in cognitive grammar*, de 2009, Langacker destaca a questão da aparente incongruência dos verbos perfectivos (ativos) para referência ao tempo presente. Há, de fato, uma complexidade nesse caso, uma vez que o verbo perfectivo representa um processo limitado no escopo imediato de seu domínio de instanciação, que é o tempo; entretanto, a ocorrência de todas as etapas de um evento como ‘jogar’ (perfectivo) ultrapassa os limites do evento de fala, já que apresenta diferentes fases (balançar o braço, arremessar o projétil, etc.).

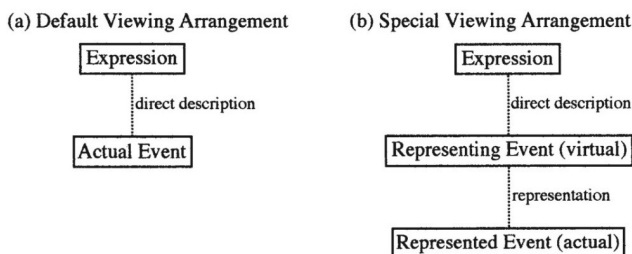
Como o uso do presente é dêitico, identificando o período de tempo relativo ao evento de fala, Langacker argumenta que a maioria dos eventos limitados não tem a mesma extensão do que o tempo gasto para proferir uma sentença. Assim, uma sentença como “Ele joga a bola” só poderia se referir deiticamente a uma das etapas da ação de jogar e, portanto, não seria adequada para descrever a ação completa. Sendo assim, o autor defende que há, nesses casos, um problema epistêmico, referente ao fato de que a descrição de um evento perfectivo não coincide com o momento preciso em que ele ocorre. Para verbos perfectivos, o

uso do presente progressivo (exemplo: “Ele está jogando a bola agora.”) é mais apropriado, já que se trata de uma estrutura com função imperfectivizadora (aspectual), indicando que o evento continua para além dos limites do evento de fala.

Tendo em vista que esses arranjos mudam constantemente para atender aos propósitos comunicativos dos conceptualizadores e às diferentes circunstâncias fictivas, Langacker propõe um esquema de visualização especial, mais elaborado do que o padrão, que não se refere apenas à observação e descrição de ocorrências reais. Sua orientação é a de que não há incoerência em um processo limitado coincidir com o evento de fala, desde que esse processo limitado seja de natureza epistêmica.

O arranjo de visualização especial envolve a diferença entre um evento representado (real) e um evento de representação (virtual). Nesse esquema, este último é descrito linguisticamente, mas toda a configuração que inclui o evento de representação e sua relação com o real faz parte do significado de uma expressão, como podemos observar na figura abaixo:

**Figura 2 - a) Arranjo de visualização padrão; (b) Arranjo de visualização especial**



Fonte: Langacker (2009, p. 195).



A **Figura 2 (a)** indica arranjo de visualização padrão (*default*). Nesse arranjo, os interlocutores estão juntos em um local fixo, a partir do qual observam e descrevem eventos do mundo (exemplo: “A luz está acesa.”). A **Figura 2 (b)**, por sua vez, descreve o arranjo de visualização especial, em que não é a ocorrência real dos fatos que está sendo codificada linguisticamente, mas a ocorrência virtual, de natureza epistêmica.

A função semântica do tempo presente está a serviço, nesse caso, de uma imediatez epistêmica, que não está associada à localização cronológica dos eventos reais, mas à certeza de sua ocorrência em termos de conceptualização da cena pelo falante (Langacker, 2001; 2009). Dentro dessa perspectiva, os usos não presentes do tempo presente são exemplos de ocorrências virtuais que coincidem com o tempo de fala. Por exemplo, o caso do futuro programado, que é expresso pelo verbo no presente, constitui um uso que se refere apenas indiretamente ao acontecimento; o verbo no presente evoca uma espécie de programação virtual sobre a ocorrência esperada e consiste em representações mentais de eventos antecipados, como em “O avião chega à tarde”, em que a frase descreve uma representação conceptual presente do evento real que se realizará no futuro.

No caso das manchetes jornalísticas, a escolha do presente se relaciona com a caracterização de um evento passado, conceptualizado como um fato novo pela realização do ato de fala de “noticiar”. Para fundamentar essa proposta, apresentaremos, brevemente, a visão cognitivista dos atos de fala, na seção a seguir.

### **3 Perspectivas cognitivistas dos atos de fala**

Uma das abordagens pioneiras sob a perspectiva cognitivista dos atos de fala é a de Sophia Marmaridou (2000). A abordagem experiencial da autora nos possibilita compreender que os atos de fala são concebidos em termos de um modelo cognitivo idealizado que é socioculturalmente determinado. Nessa perspectiva, os verbos de atos de fala são considerados construtores espaciais, ou seja, eles criam um espaço no qual uma proposição é inscrita.<sup>1</sup> Na ausência de tais verbos, um enunciado é relativizado para tal espaço com base em uma situação discursiva determinada institucionalmente e pela função dos participantes na situação comunicativa. Assim também, as condições necessárias para a realização bem-sucedida de um ato de fala são relativizadas a práticas institucionais em espaços correspondentes.

Assim, Marmaridou define que o modelo cognitivo idealizado dos atos de fala se relaciona a elocuções associadas à ação. O conteúdo proposicional reflete a sua natureza dual: há um agente realizando uma ação que afeta um estado de coisas, e um destinatário cujo papel é estabelecido por convenções socioculturais e linguísticas, para o qual a enunciação é dirigida; há também um falante que se comunica com o seu ouvinte, orientado por objetivos estabelecidos por aspectos sociais e culturais.

Na esteira da proposta de Marmaridou, Langacker (2008) argumenta que os atos de fala são baseados em modelos culturais padrão, que são invocados como domínios cognitivos para vários fins linguísticos.

---

<sup>1</sup> A Teoria dos Espaços Mentais, de Fauconnier (1985), serviu de base para a concepção do ato de fala como um construtor de espaço, dentro do qual uma proposição está inscrita. Com base nessa teoria, Marmaridou defende que essa percepção é fundamental para a compreensão da variabilidade da força ilocucionária dos enunciados, principalmente quando os verbos não fazem parte da sentença.

Na visão de Langacker, esses modelos culturais são considerados cenários familiares de interação social e linguística, representando as condições prévias necessárias ao desenvolvimento do ato de fala, incluindo os participantes, a própria ação e o resultado pretendido, as expectativas geradas pela sequência, a forma e o conteúdo das expressões linguísticas.

Diante desse modelo cognitivo abstraído, o cenário é um elemento fundamental para a compreensão do significado de um enunciado, e, portanto, uma cláusula por si só não constitui uma promessa ou qualquer outro ato de fala, apenas expressa uma proposição sem *status* epistêmico.

O que Langacker ressalta é que o entendimento de uma cláusula como uma promessa está relacionado à sua incorporação ao cenário de promessa, em que o falante efetivamente se compromete a realizar o evento: [Cenário de Promessa [eu estarei lá]]. É importante considerar que essa expressão recebe uma interpretação específica quando ocorre no contexto de um evento de uso real, envolvendo um orador específico que se compromete a realizar tal ocorrência: [Evento de uso [cenário de promessa [eu estarei lá]]].

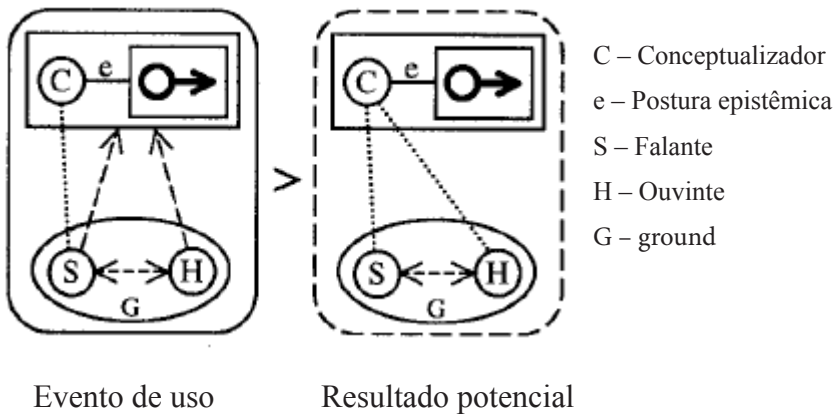
Segundo o autor, os três cenários básicos dos atos de fala são os de afirmar, ordenar e questionar; por conseguinte, as unidades convencionais em inglês especificam os seguintes pares de casos padrão com base em três tipos de cláusulas: [Cenário de declaração [Cláusula declarativa]], [Cenário de ordem [Cláusula imperativa]] e [Cenário de pergunta [Cláusula interrogativa]].

A **Figura 3** representa o cenário de declaração. A imagem evoca um evento de uso, no qual o falante declara uma cláusula finita; no topo, encontra-se a proposição expressa pela cláusula, em que o conceptualizador (C) adota uma postura epistêmica (e)

para a ocorrência perfilada. A linha de correspondência indica que o falante assume o papel de C e se inscreve na proposição; as setas tracejadas indicam o resultado pretendido, ou seja, a expectativa básica de que o ouvinte compreenderá a proposição.

Langacker afirma que as declarações especificam apenas a interação mínima entre falante e ouvinte, indicada pela seta dupla, em que os participantes apreendem um ao outro e prestam atenção ao que é declarado. O resultado potencial do evento de uso é que o ouvinte se identifique com o conceptualizador e se inscreva na proposição. Ainda sobre o cenário de declaração, o diagrama mostra que a afirmação é informativa, visto que o ouvinte não a subscreveu anteriormente (isto é, no evento de uso, não há ligação — linha pontilhada — entre o ouvinte e o conceptualizador).

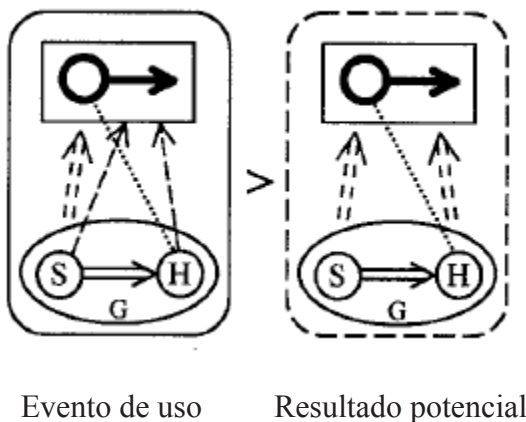
**Figura 3 - Diagrama do cenário de declaração**



Fonte: Langacker (2008, p. 474).

Quanto ao cenário de ordem, o conteúdo expresso não é considerado uma proposição, mas um processo. De modo diferente das declarações, que pertencem ao nível epistêmico, as ordens pertencem a ações efetivamente. O que ocorre nesse tipo de estrutura é que o falante adota a postura de tentar causar a ocorrência do evento, indicada na figura por uma seta dupla pontilhada. O ouvinte é submetido à força social e psicológica, representada pela seta dupla sólida, para compartilhar a intenção do falante e agir segundo as suas expectativas, como podemos observar na figura abaixo.

**Figura 4 - Diagrama do cenário de ordem**



**Fonte: Langacker (2008, p. 474).**

Com base nesses cenários, é possível compreender melhor como os atos de fala se enquadram em determinados esquemas interativos, em que os participantes assumem papéis em virtude das características específicas do evento comunicativo e das expectativas do falante em relação ao destinatário, que, muitas

vezes, não estão explícitas na expressão linguística. Sendo assim, o entendimento de uma cláusula como um ato de fala decorre do conhecimento dos cenários e modelos culturais que são parte integrante do seu significado.

No caso do nosso objeto de estudo, o ato de dar a notícia integra os aspectos linguísticos, como as características morfo sintáticas evidenciadas nas combinações temporais das manchetes e subtítulos, mas depende também dos aspectos discursivo-pragmáticos, que nos possibilitam compreender as diferentes facetas do ato de noticiar. Embora uma discussão mais detalhada do assunto fuja ao escopo do presente trabalho, as propostas de Marmaridou (2000) e Langacker (2008) sugerem que o ato de noticiar envolve tanto o cenário de declaração quanto o cenário de ordem, na medida em que o conteúdo expresso é uma proposição que leva potencialmente a um processo. Como ficará claro na análise, a seleção de aspectos linguísticos relacionados a escolhas temporais/aspectuais, em manchetes e subtítulos jornalísticos, está diretamente relacionada ao ato de fala de noticiar um fato novo ou noticiar a continuidade de um evento passado.

## **4 Metodologia**

A pesquisa recorta, como objeto de estudo, o uso do presente em manchetes e subtítulos jornalísticos. Para isso, examina o contraste entre presente do indicativo e tempos de pretérito, simples e compostos, incluindo os pretéritos perfeito e imperfeito e o futuro do pretérito, para indicação de eventos passados.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> O futuro do pretérito foi considerado tempo de pretérito, e não de futuro, como tradicionalmente classificado, por adotar um

Com relação ao banco de dados, organizou-se um *corpus* composto de manchetes dos jornais *on-line* **O Globo**, **Jornal do Brasil (JB)**, **Estadão** e **Folha de São Paulo**, selecionadas da primeira página das principais editorias.

A seleção foi realizada durante os cinco dias úteis da semana, entre os meses de março e julho de 2015, a fim de fazer um levantamento das principais escolhas temporais para apresentar a notícia. A coleta de dados evidenciou 287 manchetes e subtítulos, em que se observou o emprego do tempo presente e dos tempos pretéritos.

O objetivo é estabelecer as motivações conceituais para cada tipo de uso, bem como verificar as estratégias discursivo-pragmáticas observadas nesses recursos iniciais de acesso à notícia.

A tabela, a seguir, demonstra as frequências de uso dos tempos verbais mencionados:

**Tabela 1 – Usos de tempos verbais em manchetes**

| Totais de ocorrência de manchetes no presente e no passado |     |               |     |
|------------------------------------------------------------|-----|---------------|-----|
| Tempo presente                                             | %   | Tempo passado | %   |
| 249 / 287                                                  | 87% | 38 / 287      | 13% |

**Fonte: Soares (2019, p.85).**

Com base na observação das escolhas temporais nas manchetes e subtítulos jornalísticos, a análise dos dados terá os seguintes objetivos:

(i) Investigar os mecanismos cognitivos associados ao uso do presente do indicativo para referência a eventos passados.

---

ponto de vista passado para indicação do futuro. Essa alteração de ponto de vista permite que o futuro do pretérito adquira uso particular no texto jornalístico, indicando distância epistêmica em relação a fatos passados ("Rebelião em presidio *teria sido* deflagrada por briga entre grupos rivais").

(ii) Contrastar o uso do presente com usos do passado no mesmo contexto, a fim de estabelecer as motivações que estão por trás dessas escolhas.

Relacionadas aos objetivos acima, as hipóteses da pesquisa são as seguintes:

(i') O uso do presente para referência a eventos passados sinaliza processos cognitivos de natureza pragmática.

(ii') O contraste entre presente e passado reflete o ato de fala realizado e o *status* da notícia (nova ou dada) em termos de fluxo informacional.

As hipóteses descritas acima nortearam a análise dos dados, conforme será detalhado na seção a seguir.

## 5 Análise

As escolhas temporais nas manchetes e subtítulos de jornais *on-line* refletem processos cognitivos associados a aspectos pragmáticos e estratégias de focalização. Desse modo, as escolhas temporais particulares em manchetes e subtítulos perfilam facetas distintas do ato de fala de noticiar, de modo a destacar fatos novos ou informar sobre a continuidade de fatos noticiados anteriormente.



## **5.1 Noticiar um fato novo**

Como vimos, Langacker (2009) argumenta que grande parte dos problemas que envolvem o uso do presente em circunstâncias particulares tem relação com a adoção de um arranjo de visualização padrão, que estabelece a ocorrência real do fato e a presença dos interlocutores em um local fixo como propriedades essenciais desse esquema, o que restringe a sua aplicação a algumas situações básicas.

Partindo do pressuposto de que as manchetes de jornais representam fatos ocorridos em um passado recente, consideramos que, nesse caso, a expressão linguística é a da sua representação virtual, em termos de apreensão mental do evento pelo conceptualizador, uma vez que não se trata da observação e descrição direta de uma ocorrência pelos participantes da cena. Vejamos os casos em que o presente é utilizado nas manchetes e subtítulos e quais os aspectos cognitivos e pragmáticos implicados nessa escolha temporal.

### **5.1.1 Manchetes no presente**

Vimos que, quando se trata do presente do indicativo, há uma discussão a respeito da aparente incongruência do seu uso em situações consideradas não concomitantes ao evento de fala. A partir daí, fundamentamo-nos no conceito da imediaticidade epistêmica de Langacker (2001; 2009) para propor o conceito de imediaticidade pragmática. Enquanto a primeira aponta para um conteúdo epistêmico concomitante ao evento de fala, não associado à localização cronológica de eventos reais, mas

à certeza de sua ocorrência em termos de conceptualização da cena pelo falante, a segunda apontaria para a realização de um ato de fala, também concomitante ao evento de fala.

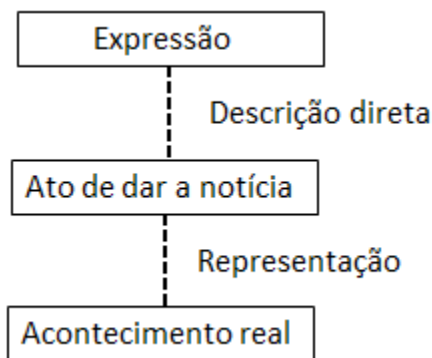
Quando analisamos as manchetes no presente, tempo verbal predominante nos jornais *on-line*, percebemos que, para além da conceptualização de uma cena, há o ato de dar a notícia de modo concomitante ao evento de fala. Assim, o tempo presente, nas manchetes de jornais *on-line*, pode ser compreendido como efeito de imediatividade pragmática, no sentido de que só se realiza nesse contexto. O anúncio de uma notícia configura o cenário para que o seu uso se estabeleça como algo imediato ao evento de fala e seu significado seja equiparado à realização do ato de dar a notícia.

No caso das manchetes jornalísticas, a escolha do presente se relaciona com a caracterização de um evento passado, conceptualizado como um fato novo pela realização do ato de fala. Assim, reforçamos que a questão da coincidência temporal não faz sentido nesse caso, uma vez que se trata de uma proximidade pragmática, não da localização cronológica. Podemos, portanto, com base na definição de Langacker sobre o tempo presente, compreender que a instância do processo perfilado que ocorre e coincide precisamente com o momento da fala é a própria realização do ato de fala.

Para casos que fogem às situações padrão, Langacker lança mão de um arranjo de visualização especial, que envolve a diferença entre um evento representado (real) e um evento de representação (virtual). Para aplicar esse arranjo de visualização fictivo ao nosso objeto de estudo, podemos considerar o evento representado como o acontecimento real, já que as manchetes jornalísticas partem de situações verídicas, e o evento de

representação corresponderia à ocorrência virtual, ao ato de dar a notícia, descrito linguisticamente. Toda a configuração que envolve a sua representação, até chegar à realização do ato de fala, e a sua relação com o evento real constitui parte do seu significado. A figura abaixo representa essa adaptação do arranjo de visualização especial langackeriano para o nosso fenômeno em estudo. O produto final desse processo, a expressão linguística, indica a descrição direta da ocorrência virtual, e não do acontecimento real.

**Figura 5 - Arranjo de visualização especial das manchetes jornalísticas**



**Fonte:** Adaptado de Langacker (2009).

Diante de fenômenos como o uso do presente em manchetes jornalísticas, é necessário um esquema mais refinado que contemple os processos cognitivos e construções mentais, além da imediaticidade pragmática como parte do significado da ocorrência virtual.

### 5.1.2 Manchete e subtítulo no presente

No caso das manchetes e subtítulos no tempo presente, essa escolha temporal indica o ato de fala de noticiar um fato novo. A ocorrência virtual se refere à conceptualização de um evento passado, mas que se configura como a realização de um ato de fala coincidente com o evento comunicativo. A questão interessante a ser investigada se relaciona aos aspectos cognitivos e pragmáticos que estão por trás dessas escolhas temporais para dar a notícia ao leitor. Quais as razões para o uso do presente em relatos de ocorrências passadas? Vejamos as manchetes e subtítulos abaixo:

(1) “Bresser-Pereira defende criação de Conselho Cambial Nacional.

Ex-ministro apoia ajuste, mas critica política de juros.” (**Jornal do Brasil**, 25/05/2015).

(2) “Coreia do Norte anuncia avanço no uso de armas nucleares.

Governo afirma que pode “miniaturizar” ogivas.” (**Jornal do Brasil**, 21/05/2015).

(3) “El já controla mais de 50% do território da Síria.

Segundo ONG que monitora conflito, grupo domina 95 mil quilômetros quadrados em 9 províncias sírias.” (**Estadão**, 21/05/2015).

Todas as manchetes acima empregam o tempo presente, o que indica a conceptualização do fato passado como uma

informação nova para o leitor. Os subtítulos também divulgam informações a respeito do evento principal no presente, mantendo o foco no ato de fala de noticiar.

Como podemos constatar nos exemplos acima, em (1), a manchete anuncia a defesa da criação de um Conselho Cambial Nacional, e o subtítulo nos oferece mais detalhes do posicionamento crítico do ex-ministro sobre a política de juros; em (2), o anúncio do avanço no uso de armas nucleares pela Coreia do Norte continua em evidência no subtítulo, que explicita os próximos investimentos do governo nessa área; e, em (3), o controle de mais 50% do território da Síria pelo grupo El permanece em foco no subtítulo, que focaliza o alcance do seu controle territorial sobre as províncias sírias.

Como podemos perceber, essa combinação temporal mantém o foco no ato de fala de noticiar. Portanto, o que ocorre em todos esses exemplos acima é a continuidade da apresentação da notícia no subtítulo.

## ***5.2 Noticiar a continuidade de um fato já noticiado***

Nossa pesquisa estabelece um contraste entre presente do indicativo e tempos de pretérito, simples e compostos, empregados para a indicação de eventos passados em manchetes e subtítulos jornalísticos. Observamos a maior frequência de uso do tempo presente, mas há circunstâncias em que os tempos de pretérito são mantidos. Isso ocorre quando o foco da notícia enfatiza o desenvolvimento de um fato já divulgado em manchetes anteriores, ou o assunto tratado faz parte do conhecimento de mundo compartilhado entre os leitores. Vejamos, a seguir, a análise desses casos.

### 5.2.1 Manchete e subtítulo no passado

O uso do pretérito nas manchetes indica que se noticia a continuidade de um fato previamente conhecido. A relevância informativa passa a ser o desdobramento desse acontecimento, ou o resultado de uma investigação ou análise estatística, com a pressuposição do conhecimento dos leitores sobre as informações de manchetes anteriores, como podemos observar nos exemplos abaixo:

(4) “Oito presos por ataque a Malala foram absolvidos.

Paquistão havia dito que todos os acusados de balear a ativista tinham sido condenados.” (**Folha de São Paulo**, 04/06/2015).

(5) “Quase meio milhão de brasileiros perdeu o emprego em 3 meses.

Construção civil foi o setor que mais demitiu de fevereiro a abril deste ano, segundo pesquisa divulgada hoje pelo IBGE.” (**O Globo**, 03/06/2015).

(6) “Movimento ‘No a la baja’ definiu plebiscito feito no Uruguai sobre maioria penal.

Em 2011, 65% dos uruguaios defendiam a redução, mas a medida foi rejeitada em consulta pública.” (**O Globo**, 1º/06/2015).

No caso da manchete (4), a notícia revela a absolvição de oito acusados de praticar o atentado à menina paquistanesa; o pretérito é empregado para evidenciar o resultado de um evento

anunciado anteriormente. A novidade é a absolvição de todos os envolvidos no crime, seguido do subtítulo que reforça o discurso do Paquistão de que os acusados teriam sido condenados — outra indicação de que se trata do desenvolvimento de um fato acompanhado pelos leitores.

O pretérito noticia a continuidade de um evento já noticiado. O atentado sofrido por Malala havia sido divulgado anteriormente como informação nova com o verbo no tempo presente, como podemos constatar na manchete abaixo:

(7) “Talibã tenta matar menina que denunciava proibição de escola para mulheres.

Malala Yousafzai, de 14 anos, levou tiros na cabeça e no pescoço. Jovem denunciava na internet a proibição de educação para mulheres.” (**O Globo**, 10/10/2012).

O exemplo (7) revela que o atentado já poderia fazer parte do conhecimento prévio do leitor, o que justifica o uso do pretérito em (4).

Nota-se, ainda, que o emprego do pretérito na manchete (5) está relacionado ao resultado de uma análise estatística sobre um assunto já conhecido pelo leitor: o aumento da taxa de desemprego nos últimos três meses, atingindo, principalmente, o setor da construção civil; em (6), a manchete apresenta o resultado de um plebiscito sobre a maioria penal no Uruguai, e o subtítulo revela que o movimento reverteu a tendência observada anteriormente. Nesses casos, os acontecimentos em si não estão sendo divulgados como um fato novo, e a notícia se refere a detalhes relacionados ao que já foi noticiado.

### 5.2.2 Manchete no passado e subtítulo no presente

Nesse mesmo grupo temporal, há ainda as manchetes que são acompanhadas dos subtítulos no presente. Não foram encontrados muitos exemplos desse caso, mas a alteração temporal dessa combinação expressa um aspecto pragmático bem interessante, que é a sinalização de que o foco volta a ser o ato de dar a notícia. A mudança da manchete no pretérito, indicando um fato já noticiado, para o subtítulo no presente, expõe a inserção de novos elementos, atribuindo à notícia um *status* de novidade novamente.

(8) “Fraude em compra da PM de SP movimentou R\$ 10 mi em 2 anos.

Oficial diz ter agido por ordem de superiores.” (**Folha de São Paulo**, 30/05/2015).

(9) “Caso Fifa: J. Hawilla cobrou US\$ 30 milhões da Nike. ‘The Wall Street’ revela mais um caso de propina.” (**Jornal do Brasil**, 05/06/2015).

(10) “Remessas para Europa e China motivaram prisão de Zelada.

Ex-diretor da Área Internacional da Petrobrás é o quarto dirigente da estatal preso na Lava-jato.” (**O Globo**, 25/05/2015).

(11) “Cinco delatores já disseram que doação oficial era propina.

Produção de provas sobre desvios na Petrobrás avança.” (**O Globo**, 30/05/2015).



Nos exemplos acima, as manchetes divulgadas no pretérito evidenciam o desenvolvimento de eventos já noticiados; aspectos específicos desse desenvolvimento são retomados pelos subtítulos para noticiar novas informações. Em (8), o caso da fraude na compra da Polícia Militar em São Paulo, já noticiado, é retomado com a divulgação do valor da fraude, e o subtítulo noticia que o oficial envolvido no caso agiu com a conivência de seus superiores, o que compromete outros personagens; a manchete sobre o caso Fifa, em (9), informa a quantidade de dinheiro negociada entre J. Hawilla e a empresa Nike, mas o subtítulo noticia que o jornal **The Wall Street** tomou conhecimento dessa negociação e a revelou como mais um caso de propina; e os dois últimos exemplos destacam a apuração da Lava Jato: em (10), a manchete revela a causa da prisão de Zelada, que já havia sido noticiada, e, em (11), a confissão de cinco delatores, já de conhecimento público, é retomada na manchete para incluir a informação de que a doação oficial era propina; o subtítulo no presente noticia aspectos sobre o avanço dos acontecimentos que surgem com a delação dos envolvidos nos casos de corrupção.

As combinações temporais passado – passado e passado – presente se relacionam com a continuidade de um fato já noticiado. Assim, o uso do pretérito, tanto nas manchetes, quanto nos subtítulos, tem a função de retomada de um evento.

## Considerações finais

Este artigo investigou escolhas temporais em manchetes e subtítulos jornalísticos, enfocando o uso do presente do indicativo e de tempos de pretérito para indicar eventos passados.

Para investigar as estruturas cognitivas associadas às manchetes e subtítulos jornalísticos, o arcabouço teórico da Linguística Cognitiva — em especial, os principais conceitos referentes à Gramática Cognitiva (LANGACKER, 2008; 2009; 2016) — fundamentou a análise do fenômeno como o resultado de um processo de perspectivação conceptual e da realização do ato de fala de noticiar, concomitantemente ao evento de fala.

Com base no conceito de imediaticidade epistêmica e no arranjo de visualização especial de Langacker, desenvolvemos a proposta da imediaticidade pragmática. Aplicada ao *corpus* das manchetes e subtítulos jornalísticos, a ideia de que o ato de dar a notícia é concomitante ao evento de fala evidencia a atuação do aspecto pragmático associado a um processo de natureza cognitiva, no qual o significado é equiparado à conceptualização.

A adaptação do arranjo de visualização especial langackeriano nos possibilitou tratar nosso objeto de estudo como uma ocorrência virtual. Os acontecimentos relatados pelas manchetes são reais, mas é o evento de representação (o ato de dar a notícia) que é descrito linguisticamente.

Como vimos na análise, a alta frequência do tempo presente nos jornais, associada à conceptualização de um evento passado como um fato novo, aponta para uma imediaticidade pragmática, reforçando o argumento de que a instância do processo perfilado que ocorre e coincide precisamente com o momento da fala é a própria realização do ato de fala. Por outro lado, a análise evidenciou que o uso de tempos do pretérito nesses contextos restringe-se a casos, bem menos frequentes, de detalhamento de fatos já noticiados.

Ao investigar os aspectos cognitivos e pragmáticos que envolvem as escolhas temporais nas manchetes e subtítulos

jornalísticos, o presente trabalho contribui para a identificação das motivações conceptuais que atuam sobre escolhas temporais aparentemente incongruentes nesses contextos. Nesse sentido, a análise não apenas lança nova luz sobre o fenômeno investigado, como também descortina novos horizontes teóricos no âmbito da Gramática Cognitiva.

## Referências

ESTADÃO. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/>>. Acesso em: mar.-abr. 2015.

FAUCONNIER, Gilles. **Mental spaces**: aspects of meaning construction in natural language. Cambridge, MA: The MIT Press, 1985.

FERRARI, Lilian. **Introdução à linguística cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <[www.folha.uol.com.br/](http://www.folha.uol.com.br/)>. Acesso em: mar.-abr. 2015.

JORNAL DO BRASIL. Disponível em: <[www.jb.com.br/](http://www.jb.com.br/)>. Acesso em: mar.-abr. 2015.

LANGACKER, R. The English present tense. **English Language and Linguistics**, Cambridge University Press, v. 5, n. 2, p. 251-272, 2001.

LANGACKER, R. **Cognitive grammar**: a basic introduction. New York: Oxford University Press, 2008.

LANGACKER, R. The English present: temporal coincidence vs. epistemic immediacy. In: LANGACKER, R. **Investigations in cognitive grammar**. (Cognitive linguistics research; 42). New York: Mouton de Gruyter Berlin, 2009. Cap. 7, p. 185-218.

LANGACKER, R. Linguistic construal and conceptual analysis.

*In*: WORKSHOP INTERNACIONAL DO LINC (Laboratório de Linguística Cognitiva), 1., 2016, Rio de Janeiro, UFRJ.

MARMARIDOU, S. **Pragmatic meaning and cognition**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2000.

O GLOBO. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/>>. Acesso em: mar.-abr. 2015.

SOARES, Caroline. **Abordagem cognitivista dos usos do presente em manchetes e subtítulos jornalísticos**. 2019. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

# As construções [V1<sup>VIVER</sup> + V2<sup>ANDAR/IR/SAIR/VIR/</sup> GERÚNDIO] e a expressão do aspecto: restrições sintático-semânticas e motivações cognitivas do seu processo de gramaticalização

Sueli Maria Coelho\*  
Adriana Maria Tenuta\*\*

## Resumo

Estuda-se, à luz de um quadro teórico de interface entre linguística cognitiva e gramaticalização de construções, o processo de auxiliarização de cinco verbos da língua portuguesa que, de alguma forma, traduzem a noção de movimento. Explora-se a hipótese de que os esquemas imagéticos presentes na conceptualização desses verbos podem explicar algumas restrições sintático-semânticas identificadas nas construções aspectuais com valor durativo/iterativo resultantes dessa gramaticalização. A análise diacrônica empreendida acusou que, à exceção de [V1<sup>SAIR</sup> + V2<sup>GERÚNDIO</sup>], que se gramaticalizou apenas no período clássico da língua, as formas “andar, ir, vir e viver” já funcionavam como auxiliares aspectuais quando combinadas com uma forma nominal de gerúndio desde o século XIII. Observou-se, ainda, que o esquema FONTE-TRAJETO-ALVO é fator imprescindível para que o verbo de movimento seja reanalisado como forma auxiliar em uma construção em que V2 é uma forma de gerúndio, além do que a combinação de dois esquemas imagéticos dificulta o processo de reanálise, retardando, assim, o curso da gramaticalização do auxiliar.

Palavras-chave: Construção. Verbo de movimento. Aspecto verbal. Gramaticalização. Esquemas imagéticos.

\* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em linguística, Professora de língua portuguesa da Faculdade de Letras (FALE) da UFMG e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da mesma faculdade. <https://orcid.org/0000-0003-4021-0339>.

\* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em linguística, Professora de língua inglesa da Faculdade de Letras (FALE) da UFMG, Coordenadora do Núcleo de Estudos da Língua em Uso (NELU) da FALE/UFMG e membro do GT de Cognição e Linguística da ANPOLL. <https://orcid.org/0000-0002-7169-640X>.

# The constructions [V1<sup>ANDAR(WALK)/IR(GO)/SAIR(GO OUT)/VIR(COME)/VIVER(LIVE)</sup>+V2GERUND] and the expression of aspect: syntactic-semantic constraints and cognitive motivations for their grammaticalization process

## Abstract

This article has investigated, under the theoretical framework of cognitive linguistics, more specifically, using the concept of image schemas, the grammaticalization process undergone by five verbs in the Portuguese language that somehow express the notion of movement. It has explored the hypothesis that the image schemas found in the conceptualization of those verbs can explain some syntactic-semantic constraints identified in the durative/iterative constructions resulting from this grammaticalization. The diachronic analysis carried out showed that, differently from the [V1*SAIR(GO OUT)*+V2GERUND], that was grammaticalized only in the classical period of the language, “andar (walk), ir (go), vir (come) and viver (live)” were already functioning as aspectual auxiliaries when combined with a gerund form since the 13th century. It has also been observed that the SOURCE-PATH-GOAL schema is a positive constraint for the verb of movement to be reanalyzed into an auxiliary verb in a construction in which V2 is gerund, apart from the fact that the combination of two image schemas act as a negative constraint on the process of reanalysis, slowing down the grammaticalization course of this auxiliary verb.

Keywords: Construction. Verb of movement. Verbal aspect. Grammaticalization. Image schemas.

Recebido em: 06/05/2020

Aceito em: 16/07/2020

## Considerações iniciais

Fenômeno amplamente explorado na literatura linguística, o processo de auxiliarização ainda desafia estudiosos das mais diversas línguas nas mais variadas abordagens. Desde os trabalhos pioneiros de Benveniste (1968), para o francês, e de Pontes (1973), para o português, o tema periodicamente volta à baila, neste ou naquele quadro teórico, e nem por isso foi ainda exaustivamente explorado. Algumas questões, contudo, que nos tocam mais diretamente no âmbito deste artigo, já são consensuais entre os diversos estudiosos:

- (i) os itens que se tornam auxiliares têm como fonte verbos nocionais ou lexicais;
- (ii) no processo de se tornar auxiliar, um item pode sofrer transformações de natureza fonética, morfossintática e semântica [...];
- (iii) o processo de auxiliarização é diacrônico e suas etapas podem, em princípio, ser localizadas em períodos precisos de uma língua;
- (iv) o fato de se tratar de um fenômeno processual permite atribuir-lhe natureza gradual [...] (VITRAL; COELHO, 2019, p. 253).

As premissas sumarizadas nas palavras de Vitral e Coelho (2019) relacionam-se intimamente com o conhecido fenômeno da “gramaticalização”, cujo termo foi cunhado por Meillet (1948 [1912]) para se referir ao processo de mudança linguística de uma forma outrora nocional que, no curso da língua, esvazia-se de suas propriedades lexicais em favor da assunção de propriedades gramaticais. No pilar dessa evolução, encontram-se, entre outras motivações, aquelas de ordem cognitiva, mais estritamente ligadas aos processos de natureza metafórica, já que a passagem de uma forma do estágio lexical ao estágio gramatical, ou mesmo de um

estágio menos gramatical para um estágio mais gramatical, tal como postulado por Kurylowicz (1965), pressupõe um processo de abstração. Nessa perspectiva, este artigo visa a contribuir tanto com aqueles que se dedicam ao estudo da auxiliarização, mais especificamente ao exame daqueles auxiliares cuja função é denotar noções aspectuais, quanto com aqueles que se dedicam ao estudo de metáforas e esquemas imagéticos, buscando, à luz de pressupostos teóricos da linguística cognitiva, investigar o processo de gramaticalização de cinco verbos de movimento<sup>1</sup> da língua portuguesa que se juntam à forma nominal de gerúndio para denotar noções aspectuais, tal como ilustrado por estes dados:

(01) “[...] o Natalino **andou estudando** órgão com um frade de má reputação [...]” (séc. XX).

(2) “Um pintor não **sai criando** igualzinho a um deus. Apenas estala o dedo e, pronto, o desenho surge.” (séc. XX).

(03) “[...] traziam provimento de aves e de ovos, com que **iam sustentando** a vida [...]” (séc. XVIII).

(04) “Bem o experimentou Nabal casado com Abigail (história bem sabida do Texto Sagrado) que como ela se determinou a governá-lo, emendando seus erros, logo evitou a destruição, que **vinha caindo** sobre toda a casa.” (séc. XVII).

(05) “Minha avó dinamarquesa **vivia falando** que não existia pior lugar para envelhecer que o Brasil.” (séc. XX). (DAVIES; FERREIRA, 2006).

Um mero olhar para as construções destacadas de (01) a (04) converge instantaneamente para um ponto de congruência: todos os verbos gramaticalizados como auxiliares, em sua

---

<sup>1</sup> Apoiando-nos em Talmy (2000, p. 25), estamos concebendo a noção de movimento relacionada a tais verbos como um “evento de movimento básico”. Esse tipo de evento apresenta quatro componentes essenciais: (i) a Figura (“objeto em movimento ou localizado em relação a outro objeto”); (ii) o Fundo (objeto referência para a Figura) — que, na proposta de Langacker (1987; 2008), correspondem a Trajetor e Marco, respectivamente — e os conteúdos semânticos; (iii) Caminho (realizado pela Figura); e (iv) Movimento. Importante observar que, nessa conceptualização de evento ou de verbo de movimento, não se requerem, para a Figura, traços semânticos de agentividade ou de volição.



forma pré-gramatical, traduzem movimento concreto e, ao se juntarem a uma forma nominal de gerúndio, formando com ela a construção de verbo auxiliar enfocada neste artigo, passam a conotar noções aspectuais ligadas à duração do evento. Em (05), temos o verbo auxiliar “viver”, cuja noção de movimento é de natureza distinta dos demais, já que seu conteúdo semântico pode ser compreendido como expressando movimento abstrato. Essa abstração de “viver” advém de uma interpretação, na perspectiva de Lakoff (1993), relacionada à “Metáfora de Estrutura de Evento” A VIDA É UMA JORNADA (“LIFE IS A JOURNEY”). Expressões linguísticas como “*He is without direction in life*” (Ele está sem direção na vida) e “*He’s never let anyone get in his way*” (Ele nunca deixou ninguém entrar no seu caminho) (KÖVECSSES, 2002, p. 4) são manifestações nas línguas inglesa e portuguesa, respectivamente, de A VIDA É UMA JORNADA e é por meio dessas expressões que esse autor introduz e explica o conceito da metáfora conceptual: “Assim, todas as expressões acima que têm a ver com a vida e que vêm do domínio da jornada são expressões metafóricas linguísticas, enquanto a metáfora conceptual correspondente que elas manifestam é a vida é uma jornada.”<sup>2</sup> (KÖVECSSES, 2002, p. 5). Operando nesse domínio, VIVER É REALIZAR UMA JORNADA/VIVER É VIAJAR, e, em todas essas conceptualizações, há um conteúdo de movimento pressuposto. No contexto dessas metáforas, encontram-se os seguintes mapeamentos: “O domínio fonte é Espaço”, “O domínio alvo é a Vida” (o Evento), “A pessoa vivendo é o viajante”, “Os estados são locais”, “As dificuldades são impedimentos ao movimento”, “As mudanças são movimentos”, “As ações são movimentos

---

2 Do original: “Thus, all the expressions above that have to do with life and that come from the domain of journey are linguistic metaphorical expressions, whereas the corresponding conceptual metaphor that they make manifest is life is a journey.” (KÖVECSSES, 2002, p. 5).

automotores”. (LAKOFF, 1993, p. 222-223). Nesse sentido, todos os cinco verbos que ocupam a posição de auxiliar nas construções estudadas, exemplificadas de (01) a (05), em seu sentido pré-auxiliar, expressam, pois, movimento, quer concreto, quer abstrato.

Para além da distinção relativa ao tipo de movimento conceptualizado, também o conteúdo conceptual básico que subjaz ao significado primordial desses auxiliares não é exatamente o mesmo, o que suscita a hipótese de que questões cognitivas mais fundamentais possam tanto atuar sobre as restrições sintáticas e semânticas do processo de gramaticalização desses verbos, quanto determinar especificidades funcionais das construções em que atuam como auxiliares. Em face de tal especulação, é, pois, nosso objetivo mais amplo, ao longo deste artigo, analisar diacronicamente as construções aspectuais [V1<sub>ANDAR/IR/SAIR/VIR/VIVER</sub>+V2<sub>GERÚNDIO</sub>] na língua portuguesa, buscando descrever as motivações cognitivas envolvidas em seu processo de gramaticalização, bem como identificar possíveis restrições sintático-semânticas delas advindas.

Desde que Lehmann (1982) propôs seis parâmetros para se aferir o grau de autonomia de uma forma e, conseqüentemente, mensurar seu grau de gramaticalização, é unanimemente aceito que esse processo de mudança linguística impõe restrições sintáticas (a forma gramaticalizada integra um paradigma pequeno e ocupa uma posição mais fixa) e semânticas (esvaziamento de traços semânticos) às formas que se gramaticalizam. Entretanto, os trabalhos até então empreendidos não correlacionam tais restrições a questões cognitivas subjacentes ao processo de gramaticalização, o que se apresenta, portanto, como uma contribuição deste estudo. Diferentemente do que aqui se propõe,

a abordagem da metáfora no processo de gramaticalização é comumente restrita à abstração da forma, que, por meio do esvaziamento semântico, perde determinadas propriedades lexicais e, em decorrência disso, incorpora funções gramaticais.

O tratamento que ora estamos dando ao fenômeno da gramaticalização dos verbos auxiliares das construções aspectuais durativas/iterativas [V1<sub>ANDAR/IR/SAIR/VIR/VIVER</sub>+V2<sub>GERÚNDIO</sub>] apoia-se no pressuposto mais básico da linguística cognitiva, que é o da “corporeidade” (VARELA; THOMPSON, ROSCH, 1991), segundo o qual o organismo está intrinsecamente relacionado ao seu ambiente. (SINHA, 1999). Na esteira desse pressuposto, a utilização da linguagem, para a qual o ser humano é capacitado, depende de recursos cognitivos subjacentes. (FAUCONNIER, 1994; 1997). Trazendo essa compreensão para nossa análise, adotamos o conceito de “esquemas imagéticos” (LAKOFF, 1987; JOHNSON, 1987), que, para o modelo teórico da linguística cognitiva, ampara sistematicamente os significados linguísticos. Esse conceito remete-nos a um tipo de estrutura mental, pré-consciente, primordialmente ancorada no nosso aparato perceptual sensório-motor. Nessa concepção, o ser humano demonstra a capacidade de abstrair padrões das experiências recorrentes e de fixá-los em sua mente como esquemas, *gestalts* estruturadas. Essa capacidade cognitiva é indissociável do uso da linguagem. Para Langacker (1987), a esquematização é um processo de entrincheiramento na memória, de rotinização de padrões, ilustrando a proposta de corporeidade da linguística cognitiva. Esquemas imagéticos, que possibilitam mapeamentos metafóricos, estão, portanto, na base da proposta das metáforas conceituais (LAKOFF; JOHNSON, 1980) e podem ser usados para explicar muitos fenômenos linguísticos.

Dos vários tipos de esquemas imagéticos já propostos, listados em Evans e Green (2006), selecionamos, das categorias LOCOMOÇÃO e CONTENÇÃO, respectivamente, os esquemas FONTE-TRAJETO-ALVO e CONTENTOR, como relacionados à nossa análise. Assim, neste estudo, pretendemos, a partir da identificação de um padrão de conteúdo lexical original para V1, ligado, concreta ou metaforicamente, a movimento, apontar para a existência de uma base cognitiva comum a esses verbos, o esquema imagético FONTE-TRAJETO-ALVO. Nessa linha de análise, propomo-nos, para cada um dos verbos auxiliares das construções aspectuais enfocadas, a depreender seu padrão conceitual mais específico. Dessa forma, identificamos (i) os elementos do referido esquema (*fonte, percurso, alvo*), ou outros conteúdos semânticos relacionados a movimento (*modo, direção, orientação*), que são perfilados pelo verbo, assim como (ii) outro(s) esquema(s) imagético(s) que eventualmente entre(m) na conceptualização desse verbo, como, por exemplo, CONTENTOR. Acreditamos, assim, que esta análise, de natureza cognitiva, tenha o potencial de explicar restrições sintáticas e semânticas no processo de gramaticalização dos verbos auxiliares das construções aspectuais sob investigação neste estudo. Antes de passarmos à nossa análise, descrevemos, na próxima seção, os procedimentos metodológicos que adotamos.

## 2 Procedimentos metodológicos

Considerando-se que, conforme apresentado na seção precedente, nosso propósito, nos limites deste artigo, não se volta especificamente para a descrição do processo de gramaticalização das cinco formas verbais selecionadas para o estudo — a saber,

os verbos “andar, ir, sair, vir e viver” —, mas para a análise de uma possível correlação entre os esquemas imagéticos ligados às suas formas lexicais e as restrições sintático-semânticas e funcionais das construções aspectuais que tais formas passam a integrar depois de gramaticalizadas, não nos cabe, do ponto de vista metodológico, controlar diacronicamente a frequência lexical e a frequência gramatical de cada um dos cinco verbos estudados. Assim, há de se registrar que nossa intenção com a análise diacrônica de dados foi de cunho quantitativo e qualitativo, limitando-se, portanto, (i) a tentar identificar a partir de que momento da história da língua essas construções aparecem gramaticalizadas; (ii) a buscar flagrar o possível contexto de reanálise da construção, bem como (iii) a verificar a produtividade da construção aspectual ao longo dos séculos, com o objetivo estrito de correlacionar tais dados com os esquemas imagéticos das formas lexicais, de modo a entender o processo de abstração que culminou na sua gramaticalização e a testar a hipótese aventada, qual seja, a de que as metáforas conceptuais das formas lexicais possam interferir no processo de restrição sintática, semântica e funcional das formas gramaticalizadas.

Para tanto, recorreremos a um banco de dados cuja consulta fosse disponibilizada em plataforma eletrônica, para o que selecionamos o **Corpus do Português**, organizado por Mark Davies e Michael J. Ferreira e acessível em <https://www.corpusdoportugues.org/>. Trata-se de um *corpus* representativo e que, atualmente, já conta com duas partes, sendo uma delas voltada para pesquisas históricas, constituída de textos produzidos entre os anos 1200 e 1900, e outra, para pesquisas sincrônicas, composta por textos mais modernos, que permitem o estudo de variações dialéticas. Considerando-se o objetivo

de nosso estudo, a consulta se restringiu ao *corpus* histórico, que contempla 45 milhões de palavras. Especificamente para o século XX, a plataforma permite delimitar a coleta a gêneros de estilo falado, ficcional, jornalístico e acadêmico, procedimento que não foi adotado por nós, já que não era nosso objetivo controlar a frequência das construções estudadas em função do gênero textual, bem como porque tal seleção não é possível de ser efetuada no período compreendido entre os séculos XIII e XIX, o que acabaria por comprometer o balanceamento do *corpus* em suas diversas sincronias.

Para coletarmos os dados, adotamos a ferramenta de busca da própria plataforma e, considerando-se nosso intento de verificar a frequência gramatical por século, com vistas a flagrar não só o período da língua em que as formas já se encontravam gramaticalizadas como auxiliares em construções aspectuais, como também um possível contexto de reanálise, optamos pela pesquisa em “gráfico” e utilizamos o seguinte código de busca, exemplificado pelo verbo “andar”: [andar] [VG]. Para constituir nossa amostragem, coletamos as 10 primeiras ocorrências de busca por século, o que, em tese, daria um total de 400 dados, considerando-se que analisamos um período de oito séculos, estudando cinco formas verbais em cada século. Ocorre, contudo, que não foi possível coletar 10 ocorrências de todas as 5 formas analisadas em todos os séculos, já que algumas, como aquelas introduzidas pelo verbo “sair”, por exemplo, não ocorreram em todos os séculos, além do que houve outras formas que ocorreram em número inferior a 10 em alguns séculos. Desse modo, nossa amostragem foi composta por um total de 355 dados.

Finda a coleta das cinco formas verbais selecionadas para este estudo segundo os procedimentos ora descritos, a etapa

subsequente consistiu em analisar os contextos de todos os oito séculos disponíveis na plataforma, a saber, século XIII a século XX, de modo a verificar se, nesse período, os verbos de movimento de que nos ocupamos já haviam se gramaticalizado como auxiliares ou se ainda preservavam suas características de forma nocional, segundo ilustram, respectivamente, os dados (06) e (07) a seguir:

(06) “[...] não teve a audácia de lhe dizer que eu **andava sonhando** com viscondados [...]” (séc. XIX).

(07) “Onde Joane, abade de Monte Si nai, diz que “consiiremos em nos meesmos, que nom **andemos correndo** per o caminho ancho, quando as gentes cuidam e dizem, e nos esso meesmo, que andamos per o semedeiro e caminho estreito.” (séc. XV). (DAVIES; FERREIRA, 2006).

Para dividirmos os oito séculos estudados em períodos, de modo a conseguirmos localizar em que fase da história da língua a gramaticalização ocorrera, conforme um de nossos objetivos, adotamos a clássica periodização proposta por Lindley Cintra (*apud* CASTRO, 2011, p. 73): (i) até o século XIII, pré-literário; (ii) séculos XIV e XV, português antigo; (iii) século XVI, português médio; (iv) séculos XVII e XVIII, português clássico; e (v) séculos XIX e XX, português moderno. No tocante ao quadro teórico que embasou a análise, buscamos combinar os parâmetros de gramaticalização propostos por Lehmann (1982) com os pressupostos teóricos da linguística cognitiva, mais especificamente no que diz respeito aos esquemas imagéticos que envolvem o processo de abstração metafórica das formas no transcurso da mudança.

### 3 Análise diacrônica das construções aspectuais [V1<sup>ANDAR/IR/SAIR/VIR/VIVER</sup> +V2GERÚNDIO] na língua portuguesa

Uma primeira questão com que nos deparamos na análise dos dados diacrônicos foi a existência de contextos de ambiguidade em determinadas sincronias, os quais indiciam uma etapa da mudança linguística ainda em curso, decorrente do processo de abstração metafórica das formas. Votre (1999) os explica com base no “princípio de extensão imagética instantânea”, segundo o qual a faculdade da metáfora opera no ato da interação verbal, disponibilizando automaticamente para o processamento da mente todas as potencialidades, o que autoriza o usuário do sistema linguístico — aí incluso o falante e/ou o ouvinte — a promover tanto uma interpretação mais concreta quanto mais abstrata da forma, dependendo da ativação cognitiva no contexto discursivo. Analisemos como esse processo se manifesta em nossos dados:

(08) “Elle foi cego, miseravel, e **andou pedindo** esmolas pelas Cidades, que depois da sua morte lhe levantáraõ altares.” (séc. XIV).

(09) “O santo Job, quando, na primeira avançada de seu inimigo, perdeu toda a fazenda, **saiu pronunciando** a sentença deste desengano: *Nudus egressus sum de utero matris meæ, et nudus revertat illuc.*” (séc. XVII).

(10) “EMe verdade este **veem saltando** pellos montes. & dando saltos pellos outeiros Semelhante he o meu amado aa cabra saluagen.” (séc. XIV). (DAVIES; FERREIRA, 2006).

Como os verbos que ocupam a posição inicial das construções destacadas nos dados de (08) a (10) denotam, em sua forma lexical, um movimento concreto de deslocamento no espaço, ao se justaporem à forma nominal de gerúndio, eles



podem, potencialmente, denotar também um movimento abstrato, qual seja, o de deslocamento no tempo do evento e, nesse caso, passam a traduzir a categoria de aspecto, o que, no curso do processo de mudança linguística, resulta em sua reanálise como auxiliares que conotam o tempo interno do evento evocado pela forma nominal de gerúndio com a qual se combinam.

Assim, a sequência verbal destacada em (08), por exemplo, suporta duas leituras, sendo uma delas ligada ao deslocamento concreto no espaço, considerando-se que o sujeito de quem se fala se deslocava pelas ruas da cidade pedindo esmolas, e outra segundo a qual esse mesmo sujeito tinha o costume de vagar pela cidade em busca de esmolas, o que configura uma leitura aspectual de deslocamento no tempo interno do evento e, portanto, de processamento cognitivo mais abstrato. Semelhante raciocínio pode ser aplicado aos dados (09) e (10), em que as formas de “sair” e “vir” podem denotar igualmente um movimento concreto no espaço, seguidas de uma oração reduzida de gerúndio que traduz o modo como se dá tal deslocamento físico, ou indicar um movimento abstrato no tempo, responsável por conotar a noção aspectual durativa.

Esses contextos de ambiguidade são preciosos para a análise do processo de mudança não apenas porque indicam que a evolução das formas ainda está em curso, como também porque nos subsidiam a desvendar o possível contexto de reanálise dessas construções aspectuais. No caso das construções de que nos ocupamos, a reanálise da forma em auxiliar se deu a partir da justaposição do verbo de movimento a uma forma nominal de gerúndio introdutora de uma oração subordinada adverbial reduzida de modo, conforme atestam estes dados, em que os verbos de movimento não foram ainda reanalisados como auxiliares de aspecto:

(11) “[...] & durando assy allgũ espaço, os mouros ferirão dous cavallos dos cristãos, per cuja rrazão se os nossos começarã de **sahyr passando** pello Porto dos Moinhos, caminho d’Allagoa, com emtemçom de hyrem rretendo aos mouros.” (séc. XV).

(12) “[...] Almançor fora aalẽ mar e como allo **andara pregando** pellas terras o mal e o dampno que recebera do conde Fernã Gonçallvez.” (séc. XIV).

13 “[...] E ella quando vyo o sãcto homẽ de longe que sse **viinha chegando** contra ella começou mui tostemente fogir pera dentro do deserto.” (séc. XIII).

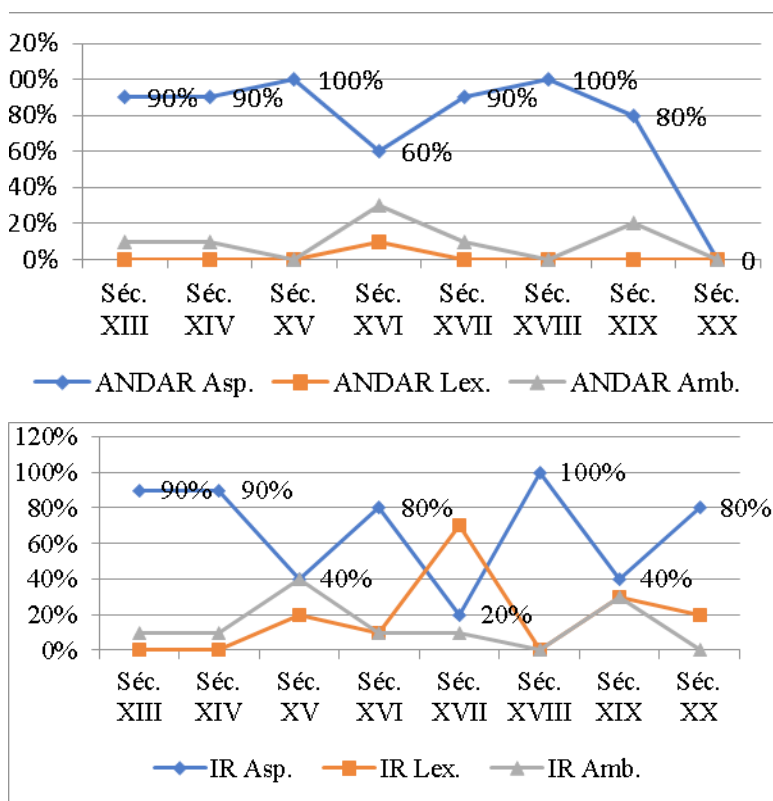
(14) “[...] per que quãdo nostro senhor ihesu xpisto ueer a ssa sancta uoda. Possa **hyr correndo** ao sseu paaço celestial & uiua ẽ todolos segres [...]” (séc. XIV). (DAVIES; FERREIRA, 2006).

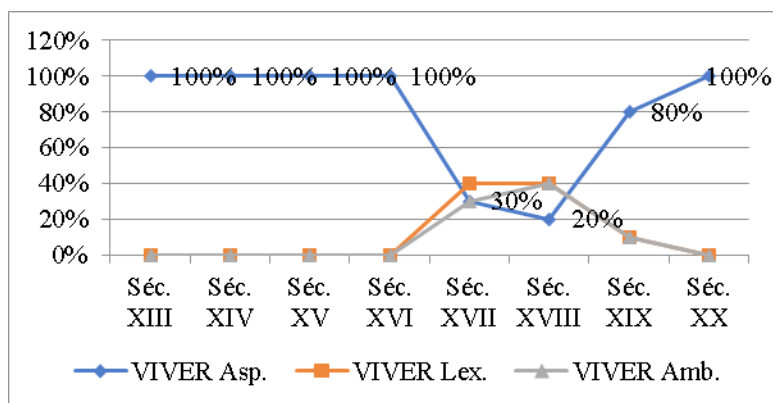
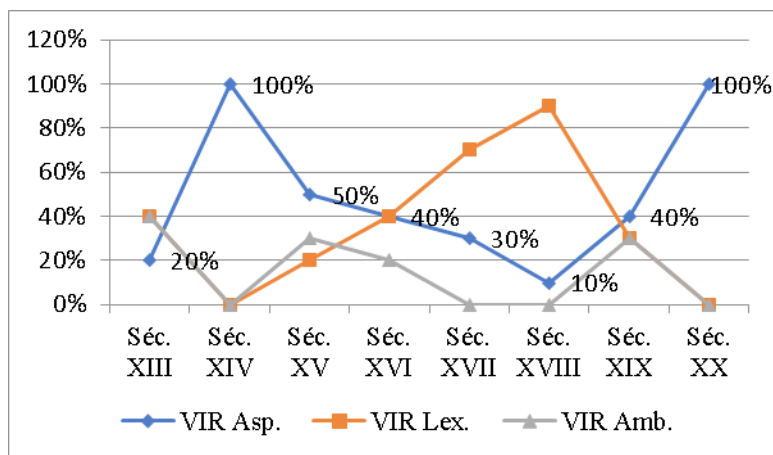
Os dados (12) e (14) são mais interessantes no sentido de que evocam a possibilidade de a justaposição da forma nominal de gerúndio ao verbo de movimento ter sido favorecida pela maior mobilidade sintática tanto do adjunto adverbial do verbo “andar” (“pellas terras”) quanto do complemento circunstancial do verbo “ir” (“sseu paaço celestial”), ambos indicativos de lugar e que aparecem pospostos à forma nominal de gerúndio, introdutora da circunstância modal. Esse se torna, assim, um contexto bastante propício à extensão imagética instantânea, proposta por Votre (1999), que permite tanto o processamento cognitivo de duas formas verbais justapostas — [andara] [pregando]; [hyr] [correndo] —, sendo a primeira uma forma nocional e a segunda a forma nominal da oração reduzida (estágio pré-gramatical, portanto), quanto a reanálise das duas formas como uma construção aspectual — [andara pregando] ; [hyr correndo] — em que a forma de movimento denota não mais um deslocamento físico no espaço, mas um deslocamento no tempo interno do evento, passando a funcionar como verbo auxiliar que participa, juntamente com a forma nominal de

gerúndio, da conotação do aspecto durativo.

Além do contexto de reanálise das construções [V1<sub>ANDAR/IR/SAIR/VIR/VIVER</sub>+V2<sub>GERÚNDIO</sub>], a investigação diacrônica empreendida revelou que os verbos “andar, ir, vir e viver” já estavam gramaticalizados como auxiliares aspectuais desde o século XIII, considerado o período pré-literário da língua portuguesa, na cronologia proposta por Lindley Cintra, conforme demonstram os dados dispostos no Gráfico 1:

**Gráfico 1 - Auxiliares aspectuais gramaticalizados no período pré-literário**

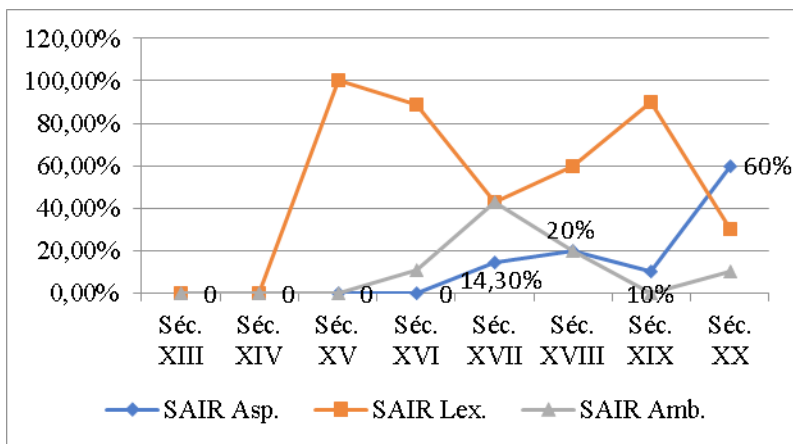




Fonte: Dados coletados.

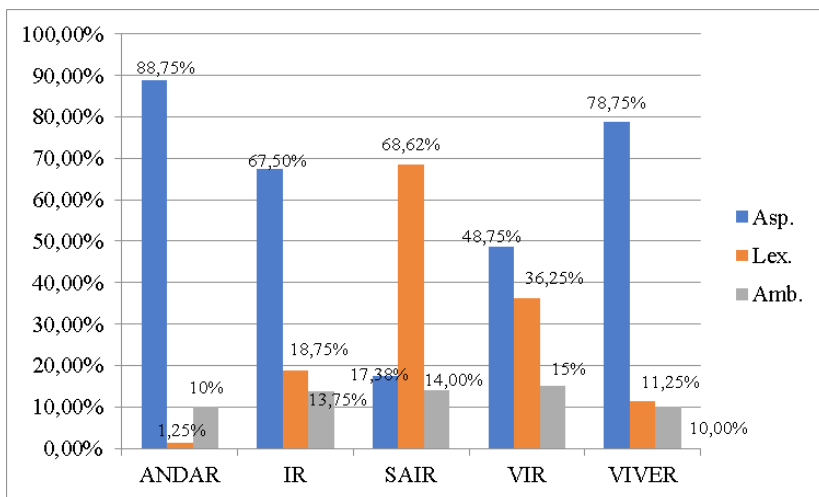
Diferentemente dos demais, o verbo “sair”, conforme demonstra o Gráfico 2, só aparece gramaticalizado como auxiliar de construções aspectuais no português clássico, mais precisamente no século XVII e, ainda assim, com uma produtividade inferior à das demais formas anteriormente gramaticalizadas (Gráfico 3), o que sinaliza os primeiros momentos da mudança linguística.

**Gráfico 2 - Auxiliar aspectual gramaticalizado no período clássico**



Fonte: Dados coletados.

**Gráfico 3 - Média diacrônica da produtividade funcional das formas analisadas**



Fonte: Dados coletados.

As primícias da gramaticalização de “sair” como auxiliar de aspecto no século XVII são confirmadas não apenas por sua baixa produtividade gramatical nesse século (14,3%), o que se mantém no século seguinte (20%), como também pela opacidade dos contextos de uso, com alto percentual de ambiguidade no século XVII (48,85%), também identificado, ainda que em menor percentual (20%), no século XVIII, conforme ilustrado por este dado:

(15) “Acháraõ o Menino no presepio entre os dous Serafins da terra, & o conheçêraõ, porque a luz com que o Anjo os rodeára, lhes ficára nos entendimentos. **Sahiraõ louvando**, & glorificando a Deos, & publicando o successo, & todos os que o ouviaõ admirados. Vinha Cordeyro o Verbo encarnado, & por isso foraõ pastores os primeyros que delle davão noticias.” (séc. XVIII). (DAVIES; FERREIRA, 2006).

Em face do período de gramaticalização das formas, pode-se concluir que a construção  $[V1_{SAIR} + V2_{GERÚNDIO}]$ , que se gramaticalizou apenas no período clássico, encontra-se num estágio menos gramaticalizado que aquelas introduzidas pelos demais verbos de movimento estudados. Isso, contudo, não significa que, no processo de gramaticalização das quatro outras, que data do período pré-literário, não haja também graus distintos. Temos motivos para acreditar que a construção com o auxiliar “viver” seja a mais gramaticalizada delas, uma vez que, do século XIII ao século XVIII, não se identificaram empregos de justaposição do verbo de movimento à forma nominal de gerúndio, tampouco contextos de ambiguidade, o que prenuncia um processo de mudança linguística já sagrado. Muito provavelmente esse estágio mais avançado de gramaticalização seja tributário tanto do fato de ser essa a única forma verbal que

traduz, já na fonte lexical, um movimento abstrato, quanto do de a fonte de gramaticalização do auxiliar aspectual não ser o verbo lexical, mas o verbo relacional, que, como tal, é uma marca gramatical de aspecto.<sup>3</sup> Logo, seu processo de gramaticalização pressupõe não a passagem do [+concreto] > [+ abstrato], mas do [-abstrato] > [+ abstrato].

Outra forma verbal cujo processo de gramaticalização também envolve uma gradação do [-gramatical] > [+gramatical] é a do auxiliar “andar”, já que, conforme Tenuta e Coelho (2018), esse auxiliar aspectual também tem como fonte não o verbo lexical, mas o verbo relacional, já esvaziado da noção de *modo* (*manner*) do movimento. Ambos os verbos, “viver” e “andar”,<sup>4</sup> partilham, portanto, a fonte comum do processo de gramaticalização da construção de aspecto, a qual não reside no verbo lexical, mas no verbo relacional, que, em sua essência, carrega a função gramatical de conotar aspecto. Os dados diacrônicos coletados reforçam essa tese, já que se identificaram apenas dados residuais (1,25%) do verbo “andar” lexical justaposto à forma nominal de gerúndio e poucos contextos de ambiguidade (10%), conforme ilustra este dado do século XVIII:

(16) “E todos aqueles ou aquelas que **andarẽ vendendo** pela feyra se algua cousa uenderẽ dẽ senhos. dineyros. da carrega caualar dos allos ou das Cebolas [...]” (séc. XVIII). (DAVIES; FERREIRA, 2006).

Em se tratando das construções formadas, respectivamente, pelos auxiliares “ir” e “vir”, ambas gramaticalizadas a partir

---

<sup>3</sup> Embora nosso sistema de busca no banco de dados não nos permitisse flagrar ocorrências do verbo “viver” empregado como verbo relacional, nossa intuição de falante nos leva a reconhecê-lo em contextos como “Maria **vive** triste pelos cantos, à espera de notícias do noivo desaparecido”. Nesse dado de intuição, percebemos a função aspectual do verbo relacional cujo valor durativo se conserva na construção aspectual, quando este se gramaticaliza em auxiliar.

<sup>4</sup> Registre-se que, na função de verbo relacional, “viver” e “andar” parecem funcionar como variantes linguísticas, já que a substituição de uma forma pela outra, em “Maria **vive/anda** triste pelos cantos, à espera de notícias do noivo desaparecido”, preserva o mesmo sentido.

da fonte lexical, não pudemos alcançar com precisão qual das duas apresenta um estágio mais avançado de gramaticalização, já que, embora estejam gramaticalizadas desde o período pré-literário, no período moderno da língua, conquanto de modo menos produtivo, ambas são ainda empregadas em seu exercício lexical, o que sinaliza um longo processo de mudança, ainda em curso, conforme comprovam os dados a seguir:

- (17) “Entón tod’ aquela gente/que i juntada era/**foron corrend’** à casa/ond’ essa voz venhera,/e sacaron o menino/ du o judeu o posera.” (séc. XIII).
- (18) “São pagas e **vão correndo** comprar uma bolsa Prada.” (séc. XX).
- (19) “[...] & sse ffora da vila for forçada deue**viir carpido** & braadado & nomeado quen a forçou & ir logo aa justiça & queyxar-se & dizerlhi quen a forçou [...]” (séc. XIII).
- (20) “Juliana trouxe o rol e a lamparina. **Vinha arrastando** as chinelas, com um casabeque pelos ombros, encolhida e lúgubre.” (séc. XIX). (DAVIES; FERREIRA, 2006).

Os dados dispostos no Gráfico 3 sugerem que a construção com o auxiliar “ir” esteja em processo um pouco mais avançado de gramaticalização que aquela introduzida pelo auxiliar “vir”, já que o percentual de usos gramaticais da construção  $[V1_{VIR} + V2_{GERÚNDIO}]$  é superior (67,5%), assim como é inferior seu percentual de empregos lexicais (18,75%). É possível, contudo, que a análise do processo de abstração dessas formas, mais especificamente dos esquemas imagéticos subjacentes nas formas lexicais, possa lançar alguma luz sobre essa questão, tema que passamos a explorar na seção subsequente.



## 4 Os esquemas imagéticos dos verbos de movimento e as restrições sintático-semântico-funcionais das construções [V1<sup>ANDAR/IR/SAIR/VIR/VIVER</sup>+V2GERÚNDIO] na língua portuguesa

A fim de identificarmos as motivações cognitivas para a gramaticalização das construções [V1<sup>ANDAR/IR/SAIR/VIR/VIVER</sup>+V2<sup>GERÚNDIO</sup>], enfocamos mais especificamente o sentido lexical dos verbos de movimento que ocorrem na posição V1 dessas construções e identificamos os esquemas imagéticos ou elementos desses esquemas que são destacados na conceptualização de conteúdos lexicais específicos desses verbos.

Entende-se, na perspectiva da linguística cognitiva, que o significado de uma palavra, por fazer referência a determinado *frame* (FILLMORE, 1982) ou esquema imagético, ou a partes específicas desse *frame* ou esquema, permite ao usuário da língua focalizar esses elementos referidos, que integram o que Langacker (1987; 2008) denomina “perfil” desse item lexical. Assim, para a construção do significado original de um verbo em V1, é necessário levar-se em consideração o(s) esquema(s) imagético(s) que esse verbo expressa, bem como os elementos selecionados do(s) esquema(s), que são por ele perfilados.

Ao avaliar processos de mudança semântica, Sweetser afirma que

transferências de sentido em uma mudança semântica histórica, incluindo a gramaticalização, envolvem preservação de estrutura de esquema imagético; [...]. Na gramaticalização, a transferência ocorre para um domínio topológico consideravelmente abstrato (seja qual for o domínio gramatical que esteja envolvido); então, há menos recheio de significado. No entanto, o significado do novo domínio, propriamente, é

adicionado.<sup>5</sup> (SWEETSER, 1988, p. 392, tradução nossa)

Nesse processo de gramaticalização, o mapeamento entre os domínios é sempre parcial. Para a autora, “[...] os mapeamentos de fontes em causas, ou locais em condições lógicas, [decorrem] de uma extensão do mapeamento metafórico de movimento espacial em cadeia de eventos”.<sup>6</sup> (SWEETSER, 1988, p. 394, tradução nossa). No caso das construções [V1<sub>ANDAR/IR/SAIR/VIR/VIVER</sub>+V2<sub>GERÚNDIO</sub>], o significado aspectual resultante do processo de gramaticalização advém, similarmente, do fato de a “extensão” de um percurso, no domínio espacial (implícito no esquema imagético FONTE-TRAJETO-ALVO), ser seletivamente mapeada na “repetição/duração” de uma cadeia de eventos. Dessa forma, no âmbito dessas construções, verbos que expressam um movimento concreto de deslocamento no espaço, em V1, ao se justaporem a um verbo na forma de gerúndio, originalmente categorizado como uma oração subordinada adverbial reduzida de modo, em V2, passam a denotar um movimento abstrato, qual seja, o de deslocamento no tempo do evento, um conteúdo essencialmente aspectual. Essa transformação semântica resulta na reanálise desses verbos em V1 como elementos auxiliares, conotando o tempo interno do evento expresso em V2<sub>GERÚNDIO</sub>.

Isso não significa, no entanto, que todos os verbos de movimento possam ocupar a posição V1 da construção. Como já dito, para o propósito da análise conduzida nesta pesquisa, a visualização da estrutura conceptual dos verbos em V1 da

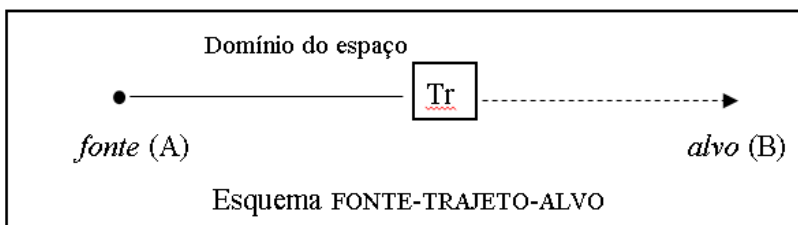
5 No original: “Meaning-transfers in historical semantic change, including grammaticalization, show preservation of image-schematic structure [...]. In grammaticalization, the transfer is to a fairly abstract, topological domain (whatever domain of grammatical meaning may be involved); so there is less fleshing-out of meaning. However, the meaning of the new domain itself is still added.”

6 No original: “the mappings of sources onto causes, or locations onto logical conditions, following from an extension of the same metaphorical mapping of spatial motion onto event-chains.”

construção aspectual gramaticalizada mostrou-se relevante para a compreensão dessa gramaticalização. Os auxiliares “andar, ir, sair e vir”, nessa construção, passam por um processo de abstração de seu sentido original de “movimento no espaço” para o sentido de “movimento no evento”, que é um movimento de natureza temporal, abstrato. Relativamente ao auxiliar “viver”, temos uma metaforização, portanto, uma relação indireta com esse movimento concreto, que será descrita abaixo.

Assim, os verbos “andar, ir, sair e vir” expressam, em sua forma básica, o esquema imagético ligado a movimento FONTE-TRAJETO-ALVO. Isso significa que, na conceptualização desses itens lexicais, são evocados todos os elementos, ou parte dos elementos, que compõem essencialmente esse esquema imagético: (i) uma origem, um ponto de partida *fonte* (A); (ii) um percurso (uma sequência de localizações entre a origem e o destino); e (iii) um *alvo* (B). Na figura abaixo, adaptada de Lakoff e Johnson (1999), que representa o esquema FONTE-TRAJETO-ALVO, o *trajetor*, no domínio do espaço, está em movimento em direção ao *alvo* e ocupa, a cada momento conceptualizado, uma determinada posição do percurso:

**Figura 1 - Esquema**



Fonte: Adaptado de Lakoff e Johnson (1999, p. 33).

O esquema imagético representado acima tem lastro experiencial em situações de vida variadas, tais como o caminho percorrido por uma pessoa de um lugar a outro; o movimento de uma bola lançada por um jogador; o movimento de um projétil arremessado. Linguisticamente, FONTE-TRAJETO-ALVO embasa o conteúdo semântico de uma série de itens lexicais e de um número de estruturas sintáticas, como o faz em relação ao sentido primário do verbo que é abstraído na posição V1 da construção aspectual sob análise. Nesse sentido, identificamos que a existência do conteúdo semântico desse esquema imagético é uma exigência para que uma forma verbal possa se gramaticalizar como elemento auxiliar dessa construção, e o resultado desse processo pode ser descrito, esquematicamente, como [V1FONTE-TRAJETOR-ALVO+V2GERÚNDIO].

Apesar desse embasamento semântico comum em FONTE-TRAJETO-ALVO, o conteúdo original de um verbo em V1 pode apresentar especificidades em relação a esse esquema imagético. Por exemplo, esse verbo pode expressar ou não os conteúdos *orientação* e *direção*. Pode haver, também, a peculiaridade de um verbo expressar outro esquema imagético, como no caso do verbo “sair”, cuja conceptualização básica evoca, adicionalmente, CONTENTOR. Segundo Lakoff e Johnson,

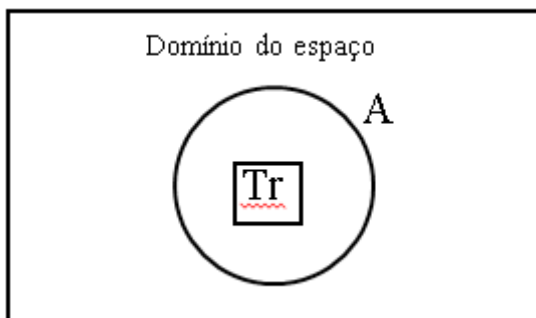
um esquema contentor tem a seguinte estrutura: um lado interno, um limite e um lado externo. [...] O esquema contentor, como qualquer outro esquema imagético, é conceitual. Tal esquema contentor pode, no entanto, ser instanciado fisicamente, tanto como um objeto concreto, como um quarto ou uma xícara, ou como uma região delimitada no espaço, como uma quadra de basquete ou um campo de futebol.<sup>7</sup> (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 32, tradução nossa).

---

7 No original: “A container schema, as any other image schema, is conceptual. [...] Such a container schema can, however, be physically instantiated either as a concrete object, like a room or a cup, or as bounded region in space, like a basketball court or a football field.”

Abaixo, apresentamos uma representação do esquema CONTENTOR, adaptada daquela encontrada em Lakoff e Johnson (1999, p. 32). Nesta representação, um objeto (Tr) está dentro do contentor (A):

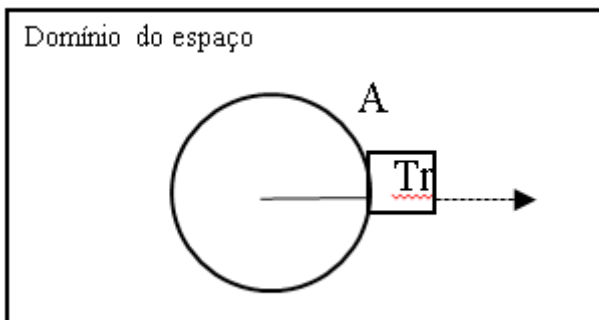
**Figura 2 - Esquema CONTENTOR**



**Fonte:** Adaptado de Lakoff e Johnson (1999, p. 32).

O sentido lexical de “sair” pressupõe o esquema FONTE-TRAJETO-ALVO, do qual é focado o ponto de partida, *fonte*, sem fazer referência ao ponto de chegada, *alvo*. Além disso, o significado original desse verbo incorpora outro esquema imagético, o CONTENTOR. Para a interpretação de “sair”, então, conceptualiza-se o *trajetor*, realizando um movimento, um percurso, para fora do contentor (A), o *marco*, que é, ao mesmo tempo, o ponto inicial *fonte* daquele percurso. Por envolver dois esquemas imagéticos, percebe-se, portanto, que a conceptualização desse verbo é mais complexa relativamente à dos demais integrantes da categoria V1:

**Figura 3 - Conceptualização de “sair” primitivo (CONTENTOR e FONTE-TRAJETO-META)**

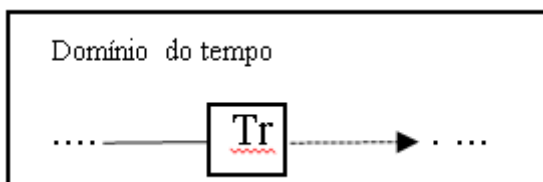


A análise diacrônica empreendida (cf. seção precedente) acusou que a gramaticalização de “sair” ocorreu mais tardiamente em relação aos outros verbos participantes de V1. Sendo esse o único dos verbos de movimento aqui estudados que congrega, em sua forma básica, dois esquemas imagéticos, FONTE-TRAJETO-ALVO e CONTENTOR, estamos propondo que haja uma maior complexidade no processo de abstração de seu significado e que essa configuração conceptual mais densa seja um fator desfavorável para a gramaticalização do auxiliar das construções aspectuais. Avaliamos ainda que o esquema complexo FONTE-TRAJETO-ALVO/CONTENTOR presente na conceptualização primordial de “sair”, que distingue esse verbo dos demais em V1, muito provavelmente seja o elemento que confere a  $[V1_{SAIR} + V2_{GERÚNDIO}]$ , idiossincraticamente, uma conotação adicional de inceptividade, hipótese que merece ainda investigação mais aprofundada.

Quanto a “viver”, seu *status* de membro da categoria V1 da construção aspectual, conforme demonstrado nas considerações iniciais, é viabilizado por uma interpretação metafórica de seu

significado, que pode ser aferido como VIVER É VIAJAR/MOVER-SE NO TEMPO; “viver” em V1 expressa, portanto, um movimento abstrato no tempo, também suportado pelo esquema imagético FONTE-TRAJETO-ALVO:

**Figura 4 - Conceptualização de “viver” (metaforizado)**



**Fonte: As autoras.**

Estamos propondo, então, que, ao integrar a construção aspectual objeto de nosso estudo, “viver” já não tem conteúdo lexical, ou nocional pleno. A abstração que ocorre no âmbito da construção [V1<sub>VIVER</sub>+V2<sub>GERÚNDIO</sub>] é oriunda de uma abstração prévia. “Viver” que se gramaticaliza na construção aspectual é, portanto, um item já metaforizado e gramaticalizado, ou seja, um item cujo significado já passou pela transformação de “movimento concreto no espaço” (verbo lexical, nocional) para “movimento abstrato no tempo” (verbo relacional). Esse item sofre, agora, um segundo processo de abstração, que envolve “movimento abstrato no tempo” ser mapeado em “movimento mais abstrato no evento” (verbo auxiliar aspectual).

Do conjunto de construções sob observação diacrônica, neste estudo, a que é formada com V1<sub>VIVER</sub> é não só aquela cuja gramaticalização é produtiva desde o século XIII, como também aquela sobre a qual não paira dúvida de que a forma nominal de

gerúndio em V2 não traz mais qualquer conteúdo adverbial; ao contrário, V2, nessas construções, é indubitavelmente o verbo principal da construção aspectual.

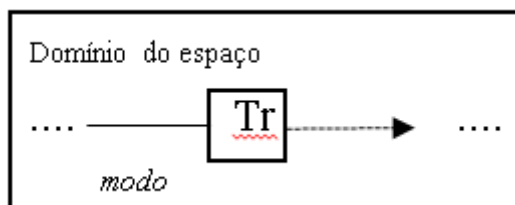
Cabe ainda menção ao conteúdo semântico *modo*. Sweetser (1988), referindo-se a verbos de movimento, observa que aqueles que explicitamente expressam *modo* e *velocidade* não terão tendência a se gramaticalizar em marcadores temporais. Segundo a autora, para isso, seria antes necessária a “supressão desse significado explícito” (SWEETSER, 1988, p. 392, tradução nossa). Em nosso estudo, identificamos restrição similar para gramaticalização do verbo de movimento em elemento auxiliar de conteúdo aspectual. Nesse sentido, há um grupo significativo de eventos (ou verbos) de movimento que não ocupam V1, ou seja, não se gramaticalizam nas construções que estamos analisando, que expressam o conteúdo semântico *modo*, como “correr, nadar, voar, viajar”, etc. (TENUTA; COELHO, 2018). Apesar de também terem o esquema FONTE-TRAJETO-ALVO pressuposto em sua conceptualização, eles expressam modos específicos de deslocamentos por esses trajetos e não são reanalisados, preservando o sentido adverbial de um eventual verbo no gerúndio a ele justaposto. Isso faz pressupor que a entidade semântica *modo*, nos termos de Talmy (2000), constitui um fator impeditivo para a emergência da construção, uma restrição para a gramaticalização dos verbos auxiliares de movimento. Portanto, esse é um conteúdo que não faz parte da carga conceitual dos verbos auxiliares que participam das construções aspectuais analisadas neste estudo.

Poderíamos pensar que “andar”, um dos verbos que é reanalisado em auxiliar de uma de nossas construções aspectuais, fosse uma exceção a essa restrição, uma vez que,



primitivamente, expressa modo (a maneira como o ser humano caminha, que é, prototipicamente, dando passos, ou seja, indica um movimento corpóreo básico da experiência física humana que permite deslocamento pelo percurso). O significado desse verbo pressupõe FONTE-TRAJETO-ALVO subjacente, sem perfilar os pontos (A) e (B) e sem, também, indicar *orientação* ou *direção*, mas indicando o *modo* dessa ação:

**Figura 5 - Conceptualização de “andar” primitivo**



Fonte: As autoras.

No entanto, à semelhança de “viver”, o verbo “andar” que funciona como auxiliar na construção aspectual já fora gramaticalizado como verbo de ligação. Essa idiossincrasia de “andar”, tal como defendido em Tenuta e Coelho (2018), explica-se pelo fato de a fonte de gramaticalização do auxiliar não ser o verbo lexical, mas a forma relacional, já abstraída dessa noção de *modo*.

Uma semelhança no comportamento de “andar” e “viver”, na dinâmica das construções aspectuais aqui abordadas, que é possivelmente decorrente de ambos serem verbos relacionais, é o fato de admitirem V2<sub>MOVIMENTO</sub>. Tenuta e Coelho (2018) haviam revelado uma tendência à incompatibilidade entre dois verbos de movimento (V1<sub>MOVIMENTO</sub>+V2<sub>MOVIMENTO</sub>) na construção aspectual, à exceção daquela cuja estrutura é [V1<sub>ANDAR</sub>+V2<sub>MOVIMENTO</sub>].

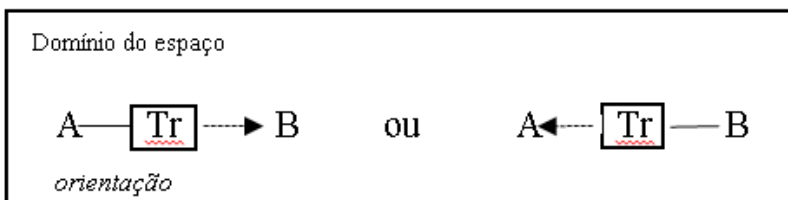
Acrescentamos agora que são encontradas também ocorrências de  $[V1_{VIVER} + V2_{MOVIMENTO}]$ . Nesse sentido, sendo  $V1_{ANDAR}$  e  $V1_{VIVER}$  verbos relacionais, não teríamos dois verbos de movimento nesses exemplos de construções, pois apenas V2 teria essa natureza.

(21) “Respondeu que tinha em Benguela uma filha, com quem **andava viajando** a Suíça.” (séc. XIX).

(22) “[...] se eu pudesse assim — eu **vivia viajando** assim trocando informações, indo dum lugar pra outro.” (séc. XX). (DAVIES; FERREIRA, 2006).

Os significados das fontes lexicais dos auxiliares “ir” e “vir” das construções aspectuais indicam conceptualizações muito semelhantes, com uma base forte no esquema imagético FONTE-TRAJETO-ALVO. “Ir” perfila o deslocamento de um ponto a outro do trajeto, expressando *orientação*, mas não *direção*.<sup>8</sup> “Vir” distingue-se de “ir” apenas por possuir um caráter dêitico constante, já que o deslocamento, nessa conceptualização, é especificado na direção do ponto *fonte* (A), no qual se encontra também o conceptualizador/falante. As representações das conceptualizações desses verbos estão a seguir:

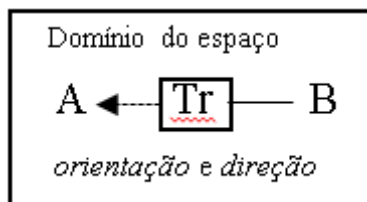
Figura 6 - Conceptualização de “ir” primitivo



Fonte: As autoras.

<sup>8</sup> Apenas nos casos em que o falante é conceptualizado como um participante da cena, localizando-se em (A), esse verbo tem uma leitura dêitica, em que *direção* também é perfilada.

## Figura 7 - Conceptualização de “vir” primitivo



Fonte: As autoras.

O processo de gramaticalização desses dois auxiliares da construção aspectual também se mostrou semelhante na perspectiva diacrônica (Gráfico 3), já que ambos ainda são empregados em suas respectivas formas lexicais justapostas a uma oração adverbial reduzida de gerúndio, além de também apresentarem contextos de opacidade num percentual superior a 10% dos usos ao longo dos séculos.

## Considerações finais

Nosso artigo dedicou-se à análise diacrônica de cinco construções aspectuais da língua portuguesa que partilham características semelhantes no tocante tanto à forma quanto à função. Em se tratando da forma, tais construções apresentam, na posição de V1, um verbo de movimento, nos termos de Talmy (2000), e, na posição de V2, uma forma nominal de gerúndio. Apoiadas num quadro teórico de interface entre linguística cognitiva e gramaticalização de construções, testamos a hipótese de que os esquemas imagéticos envolvidos na conceptualização dos verbos “andar, ir, sair, vir e viver” determinariam algumas restrições sintático-semânticas oriundas de seu processo de gramaticalização em auxiliares de construções aspectuais. No

entorno desse objetivo maior, buscamos também identificar diacronicamente a cronologia dessa gramaticalização e o contexto de reanálise das formas.

A análise dos 355 dados coletados no *corpus* histórico do banco de dados do **Corpus do Português**, no período compreendido entre os séculos XIII e XX, e as reflexões empreendidas permitiram-nos alcançar as seguintes generalizações: (i) o esquema FONTE-TRAJETO-ALVO deve estar presente na conceptualização do verbo de movimento, para que este possa se combinar com a forma nominal de gerúndio, formando com ela uma construção aspectual; (ii) o contexto de reanálise da construção é aquele em que o verbo de movimento aparece justaposto a uma forma nominal de gerúndio introdutora de uma oração de natureza adverbial; (iii) o percurso de gramaticalização dos auxiliares “ir, sair e vir” decorre da reanálise de um verbo lexical em verbo auxiliar, ao passo que a fonte da gramaticalização dos auxiliares “andar e viver” é o verbo relacional, o que, em tese, torna as construções  $[V1_{ANDAR/VIVER} + V2_{GERÚNDIO}]$  mais gramaticalizadas que as demais analisadas, já que seu percurso de gramaticalização vai do  $[-gramatical] > [+gramatical]$ ; (iv) as construções aspectuais  $[V1_{ANDAR/IR/VIR/VIVER} + V2_{GERÚNDIO}]$  já eram produtivas na marcação do aspecto durativo/iterativo na língua portuguesa desde o século XIII; (v) a gramaticalização do verbo “sair” como auxiliar aspectual só foi observada no século XVII; (vi) além disso, o verbo “sair” é o único dos verbos de movimento analisados cuja conceptualização básica congrega dois esquemas imagéticos — FONTE-TRAJETO-ALVO e CONTENTOR —, o que nos leva a propor que a abstração desses dois esquemas torna mais complexo seu processo de gramaticalização e, portanto, explica o fato de sua reanálise como verbo auxiliar ter se dado mais tardiamente; (vii) outra idiossincrasia observada nas construções cujo V1 é “sair”

diz respeito à cumulação de noções aspectuais, dado que as construções de que participa marcam também uma conotação de inceptividade, noção que especulamos ser oriunda do esquema imagético do CONTENTOR, mas cuja validação ainda carece de investigação mais aprofundada.

A despeito das limitações da análise, que fomentam investigações futuras, acreditamos que conseguimos contribuir com os estudos linguísticos, sobretudo com aqueles que se dedicam ao estudo de processos de gramaticalização, elucidando que as questões cognitivas envolvidas no percurso da mudança transcendem a mera abstração da forma, responsável por determinar sua migração de uma categoria mais concreta para outra mais abstrata. Nossa análise acusa que, de fato, os esquemas imagéticos e os conteúdos semânticos que os integram presentes na conceptualização das formas lexicais também são responsáveis por restrições sintático-semânticas identificadas na construção gramaticalizada.

## Referências

- BENVENISTE, Émile. Mutations of linguistic categories. In: LEHMANN, Winfred; MALKIEL, Yakov (ed.). **Directions for historical linguistics**: a symposium. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 85-94.
- CASTRO, Ivo. **Introdução à história do português**. 2. ed. rev. ampl. Lisboa: Edições Colibri, 2011.
- DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael J. **Corpus do Português**: 45 milhões de palavras, 1300s a 1900s. 2006. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org/x.asp>>. Acesso em: 23 jan. 2016.
- EVANS, Vyvyan; GREEN, Melanie. **Cognitive Linguistics**: an introduction. Edinburgh University Press, 2006.
- FAUCONNIER, Gilles. **Mappings in thought and language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, Gilles. **Mental spaces**: aspects of meaning construction in natural language. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FILLMORE, Charles J. Frame semantics. **Linguistics in the morning calm**. Seul: Hanshin Publishing Co., 1982.

JOHNSON, Mark. **The body in the mind**: the bodily basis of meaning, imagination and reason. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

KÖVECSES, Zóltan. **Metaphor**: a practical introduction. New York: Oxford University Press, 2002.

KURYLOWICZ, Jerzy. L'évolution des catégories grammaticales. In: BENVENISTE, Émile et al. **Problèmes du langage**. Paris: Gallimard, 1965. p. 55-71.

LAKOFF, George. The contemporary theory of metaphor. In: ORTHONY, A. **Metaphor and thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993. p. 202-251.

LAKOFF, George. **Women, fire and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metaphors we live by**. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Philosophy in the flesh**: the embodied mind and its challenge to western society. New York: Basic Books, 1999.

LANGACKER, Ronald W. **Cognitive grammar**: a basic introduction. New York: Oxford University Press, 2008.

LANGACKER, Ronald W. **Foundations of cognitive grammar**: theoretical prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987. v. 1.

LEHMANN, Christian. **Toughts on grammaticalization**: a programmatic sketch. Colônia: Arbeiten des Kölner Universalien Projekts 48, 1982.

MEILLET, Antoine. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Champion, 1948.

PONTES, Eunice. **Verbos auxiliares em português**. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

SINHA, C. Grounding, mapping and acts of meaning. In: JANSSEN, T.; REDEKER, G. (ed.). **Cognitive linguistics: foundations, scope and methodology**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999. p. 223-255.

SWEETSER, Eve E. **Grammaticalization and semantic bleaching**: proceedings of the Fourteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society, 1988. p. 389-405.

TALMY, Leonard. **Toward a cognitive semantics: concept structuring systems**. Cambridge: The MIT Press, 2000. v. 1.

TENUTA, Adriana Maria; COELHO, Sueli Maria. A gramaticalização da construção V1verbo de movimento + V2gerúndio e a expressão do aspecto iterativo no português. In: TENUTA, Adriana Maria; COELHO, Sueli Maria. **Uma abordagem cognitiva da linguagem** [livro eletrônico]: perspectivas teóricas e descritivas. Belo Horizonte: FALE/UFGM, 2018. Disponível em: <[http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/abordagem-cognitiva-linguagem\\_Adriana\\_Tenuta\\_Sueli\\_Coelho.pdf](http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/abordagem-cognitiva-linguagem_Adriana_Tenuta_Sueli_Coelho.pdf)>. Acesso em: 01/05/2020.

VARELA, Francisco J.; THOMPSON, Evan; ROSCH, Eleanor. **The embodied mind: cognitive science and human experience**. Cambridge, Massachussetts: MIT Press, 1991.

VITRAL, Lorenzo; COELHO, Sueli Maria. A auxiliarização em português: aspecto, novas formas e implicações teóricas. In: GALVES, Charlotte; KATO, Mary A., ROBERTS, Ian (org.). **Português brasileiro: uma segunda viagem diacrônica**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019. p. 253-282.

VOTRE, Sebastião Josué. **Cognitive verbs in Portuguese and Latin: unidirectionality revisited**. Santa Bárbara: Universidade da Califórnia, 1999. (mimeogr.).

# Os verbos de estado no português brasileiro: propriedades semânticas e classificação\*

Kely Stefani de Oliveira\*\*

Luana Lopes Amaral\*\*\*

## Resumo

Tradicionalmente, na literatura linguística, os verbos de estado recebem diferentes análises. Por um lado, há autores que analisam esses verbos como elementos semânticos primitivos e como uma classe uniforme de verbos. Por outro, há autores que identificam uma composicionalidade nesses itens, considerando que eles se distribuem por diferentes classes verbais. Neste artigo, tomamos como objeto de estudo os verbos de estado do português brasileiro, com o objetivo de mostrar que esses verbos, em nossa língua objeto, seguem o segundo padrão de análise explicitado: são itens composicionais e decomponíveis e não possuem comportamento uniforme, distribuindo-se por diferentes classes. Para tanto, analisamos 36 verbos de estado do português brasileiro, à luz do quadro teórico-metodológico da Semântica Lexical.

Palavras-chave: Verbos de estado. Aspecto lexical. Sintaxe. Semântica. Português brasileiro.

---

\* Agradecemos à Capes pelo apoio financeiro (bolsa de mestrado para Kely Stefani de Oliveira) para a realização desta pesquisa. Agradecemos também aos pareceristas anônimos da revista **Scripta** pelas valiosas colaborações (os erros que permanecem são de nossa inteira responsabilidade).

\*\* Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (Mestra em Estudos Linguísticos). ORCID: 0000-0003-4795-9211.

\*\*\* Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (Doutora em Estudos Linguísticos). ORCID: 0000-0002-4290-1208.



# Stative verbs in Brazilian Portuguese: semantic properties and classification

## Abstract

Traditionally, in linguistic literature, stative verbs have received distinct analyses. On one hand, there are authors who analyze these verbs as primitive semantic elements and as a uniform verb class. On the other hand, there are authors who identify compositionality in these items, considering that they are distributed among different verb classes. In this paper, we present a study of Brazilian Portuguese stative verbs, aiming at showing that these verbs, in our object language, follow the second pattern of analysis shown: they are compositional and decomposable items and do not have uniform behavior, being part of different verb classes. To this end, we have analyzed 36 Brazilian Portuguese stative verbs, in the light of the Lexical Semantics theoretical-methodological framework.

Keywords: Stative verb. Lexical aspect. Syntax. Semantics. Brazilian Portuguese.

Recebido em: 30/03/2020

Aceito em: 13/07/2020

## Considerações iniciais

Vendler (1967), levando em conta a noção de aspecto lexical, propõe que os verbos das línguas naturais podem ser divididos em quatro classes distintas: atividades, *accomplishments*, *achievements* e estados. Conforme o autor, os verbos de estado são caracterizados por possuírem os valores aspectuais de estatividade, duratividade e atelicidade (tais valores foram propostos primeiramente por Vendler (1967), sendo depois melhor detalhados por Comrie, (1976)). Segundo Vendler (1967), tais verbos de estado são estativos, pois não denotam eventualidades que se desenvolvem ou progridem no tempo; são durativos, porque descrevem situações que são durativas; e são atélcos, visto que denotam situações que não resultam em um resultado final definido. Abaixo vemos que as sentenças formadas por tais verbos não denotam eventualidades que se desenvolvem ou progridem no tempo (são estativos):

- (1) a. O Pedro possui três computadores.
- b. O litro de leite custa R\$ 3,29.
- c. A Larissa mora em São Paulo.

Com base nessa propriedade, Van Valin (2005) propõe o teste da pergunta “o que aconteceu?” para identificar os estados. A ideia do teste é que os verbos de estado não formam sentenças que podem servir como resposta a essa pergunta, já que eles não denotam situações que estão acontecendo no tempo. Veja:

- (2) O que aconteceu?

- a. ??O Pedro possuiu três computadores.<sup>1</sup>
- b. ??O litro de leite custou R\$ 3,29.
- c. ??A Larissa morou em São Paulo.

Além da estatividade, os verbos de estado também são caracterizados pelo valor aspectual de duratividade, pois retratam situações que apresentam uma duração no tempo e, por isso, podem ser medidos em sentenças que revelam uma duração (VENDLER, 1967; COMRIE, 1976; DOWTY, 1979; VAN VALIN, 2005; CANÇADO; AMARAL, 2016), veja-se:

- (3) a. O Pedro possuiu três computadores durante cinco anos/  
quando era adolescente.
- b. O litro de leite custou R\$ 3,29 durante a oferta.
- c. A Larissa morou em São Paulo durante 10 anos/durante  
a sua infância.

Por fim, além da estatividade e da duratividade, os estados também são caracterizados por manifestarem o valor aspectual de atelicidade, já que não apresentam um resultado final definido. Assim sendo, os estados não são compatíveis com estruturas adverbiais como “em x tempo” (VENDLER, 1967; COMRIE, 1976; DOWTY, 1979; VAN VALIN, 2005; CANÇADO; AMARAL, 2016), que apontam o tempo para o final de uma situação.<sup>2</sup>

- (4) a. \*O Pedro possui três computadores em cinco anos.
- b. \*O litro de leite custa \$3,29 em três dias.

---

<sup>1</sup> As duas interrogações (??) indicam que a sentença é linguisticamente inadequada como resposta à pergunta anterior.

<sup>2</sup> O teste mais comum para a (a)telicidade é o conhecido paradoxo do imperfectivo (VENDLER, 1967; DOWTY, 1979). Porém, esse teste não é facilmente aplicável aos estados, pela incapacidade desses verbos de se combinarem com a perífrase de gerúndio.

c. \*A Larissa mora em São Paulo em 10 anos.

Neste artigo, analisamos os verbos de estado do português brasileiro (PB), que são verbos como “possuir”, “custar” e “morar”, apresentados acima, a partir do viés teórico da Interface Sintaxe-Semântica Lexical<sup>3</sup> (LEVIN, 1993; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005; CANÇADO; AMARAL, 2016 e outros), que procura desenvolver estudos sobre a semântica dos verbos e sua relação com a sintaxe. Por pertencermos a essa linha de pesquisa, partilhamos do pressuposto de que algumas informações semânticas mais relevantes dos itens verbais são capazes de interferir em seus comportamentos sintáticos (LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005; CANÇADO; AMARAL, 2016). Os verbos de estado do PB investigados são verbos como “ter”, “existir”, “coincidir”, “durar”, “denotar”, “morar”, “parecer”, “precisar”, “saber” etc.<sup>4</sup> Ao todo, analisamos 36 verbos desse tipo, coletados em uma busca manual e minuciosa no dicionário de Borba (1990) e no trabalho de Moreira (2000). Após essa coleta, construímos sentenças gramaticais e agramaticais com esses verbos e aplicamos diferentes testes para verificar suas propriedades sintático-semânticas. Seguimos, para essa análise, a perspectiva teórico-metodológica da Interface Sintaxe-Semântica Lexical. A metodologia utilizada está descrita em detalhes em Cançado, Godoy e Amaral (2017).

Até aqui definimos o nosso objeto de estudo e descrevemos os seus três valores aspectuais. Seguindo a literatura vendleriana,

---

3 Este artigo é fruto do trabalho da dissertação de Oliveira (2020) e aqui apresentamos um desenvolvimento das ideias presentes nessa dissertação. Esta pesquisa faz parte do Núcleo de Pesquisa em Semântica Lexical da Faculdade de Letras da UFMG (NuPeS), que através do vasto programa denominado “Descrição e representação semântica do léxico verbal do português brasileiro”, busca desenvolver pesquisas sobre todos os tipos de verbos do PB. Também é uma contribuição para o desenvolvimento do banco de dados de verbos do PB “VerboWeb”(Cançado *et. al.*, 2017) ([www.letras.ufmg.br/verboweb](http://www.letras.ufmg.br/verboweb)).

4 Fizemos um recorte no nosso objeto de estudo e os verbos de estado psicológico não entraram em nossas análises. Para mais detalhes, ver Cançado (1995 e trabalhos subsequentes).

Dowty (1979), Rappaport Hovav e Levin (1998) e Van Valin (2005) consideram que os verbos estativos pertencem a uma única grande classe verbal e podem ser considerados “primitivos”, isto é, indecomponíveis. Porém, observa-se que esses verbos apresentam propriedades sintáticas e semânticas distintas. Em nossos dados, há verbos inacusativos,<sup>5</sup> transitivos diretos e transitivos indiretos, além de verbos com semânticas diversas, como posse, existência, lugar, medida, reciprocidade e necessidade. Por isso, levantamos a hipótese de que os verbos de estado são composicionais e não possuem um comportamento uniforme. Essa hipótese se apoia em Carlson (1977), Bach (1986), Pinker (2013), Moreira (2000), Maienborn (2003), Rothmayr (2009) e Cunha (2004, 2011), que, de alguma maneira, já mostram que os verbos de estado, em diferentes línguas, não apresentam um comportamento uniforme e/ou que esses verbos são composicionais.

O nosso estudo se justifica pelas lacunas deixadas na literatura sobre o tema, especialmente para o PB, e também pela contribuição que o trabalho traz para a catalogação dos verbos da nossa língua, já que este trabalho se insere também em um amplo projeto de pesquisa que busca fazer uma radiografia do léxico verbal do PB, o VerboWeb.<sup>6</sup> Em geral, os trabalhos que estudam a propriedade de estatividade, como os de Cunha (2004, 2011), não focalizam verbos, mas diferentes estruturas estativas, dando prioridade a estruturas predicativas adjetivais. Ou seja, pouca atenção é voltada para o estudo dos verbos estativos. A análise que apresentamos toma como base os dados do PB e serve de generalização para essa língua apenas. Consideramos,

---

<sup>5</sup> “Os verbos inacusativos não atribuem caso acusativo ao seu argumento interno direto e não atribuem papel temático externo à posição de sujeito.” (DUARTE, 2003, p. 509).

<sup>6</sup> Ver Cançado, Amaral e Meirelles (2017); <http://www.lettras.ufmg.br/verboweb/>

porém, que os fatos do português podem ser comparados a fatos de outras línguas.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: na seção 2, apresentamos os conceitos teóricos de base da pesquisa e fazemos uma breve revisão sobre os verbos de estado na literatura; na seção 3, apresentamos a análise dos dados; e, na seção 4, concluímos o artigo.

## **2 Composicionalidade, classificação verbal e os verbos de estado na literatura**

A Interface Sintaxe-Semântica Lexical (FILLMORE, 1968, 1970; PINKER, 2013; JACKENDOFF, 1990; LEVIN, 1993; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005; WUNDERLICH, 2012; CANÇADO; AMARAL, 2016; CANÇADO; GODOY; AMARAL, 2017 e outros) defende a existência, nas diversas línguas, de um léxico organizado, composto por regras e generalizações. Assim, essa corrente teórica assume que os itens lexicais verbais se organizam em “classes”, que são grupos semanticamente uniformes e que, ao mesmo tempo, compartilham as mesmas estruturas argumentais na expressão da sintaxe (LEVIN, 1993). Tais classes são definidas por elementos de sentido recorrentes no significado de diferentes verbos, o que leva ao pressuposto de que os verbos são itens semanticamente complexos – não primitivos. São também esses elementos recorrentes que determinam a ocorrência dos verbos em estruturas argumentais na expressão da sintaxe. Por isso, é também assumida nessa corrente teórica a hipótese da determinação semântica sobre a sintaxe, ou seja, são os componentes de sentido presentes no significado dos verbos, de

natureza lexical, que determinam, em grande medida, a estrutura sintática das sentenças.

O exemplo clássico de Fillmore (1970), que ilustra esses pressupostos teóricos, é a diferença de comportamento sintático entre os verbos da classe de *break*, “quebrar”, e da classe de *hit*, “bater”. Verbos como *break* podem ser decompostos em elementos semânticos como “causação”, “mudança” e “estado”. Assim, um verbo desse tipo pode ser parafraseado por uma expressão complexa na língua como “fazer algo ficar quebrado”. Como o significado do verbo é complexo e composicional, pode ser expresso por meio de expressões complexas (FILLMORE, 1970; LAKOFF, 1970; PINKER, 2013). Verbos que se compõem a partir desses elementos de significado podem participar da conhecida alternância causativo-incoativa, tendo, na sintaxe, uma estrutura transitiva ou intransitiva:

- (5) a. O menino quebrou a janela.  
b. A janela (se) quebrou.

Já o verbo *hit*, “bater”, e outros do mesmo tipo não se compõem a partir dos elementos semânticos “causação”, “mudança” e “estado”. Assim, esses verbos não podem participar da conhecida alternância causativo-incoativa:

- (6) a. O menino bateu na janela.  
b. \*A janela (se) bateu.

Além de mudança de estado, há verbos também compostos por elementos como “mudança” e “lugar”. É o caso dos verbos de mudança de estado locativo (GODOY, 2012; CANÇADO;

AMARAL; MEIRELLES, 2017), como “alojar”, “anotar”, “plantar” e outros. Conforme as autoras citadas acima, esses verbos são considerados uma classe verbal, pois compartilham componentes semânticos locativos (“alguém faz algo ficar em determinado estado em algum lugar”) e apresentam diversas propriedades sintáticas em comum, como a bitransitividade, o licenciamento da passiva, além de outras propriedades (CANÇADO; AMARAL; MEIRELLES, 2017). Por não serem de mudança de estado, esses verbos também não ocorrem na alternância causativo-incoativa.

A partir desses pressupostos teóricos, semanticistas lexicais buscam evidenciar as propriedades semânticas dos verbos que podem determinar a sintaxe e agrupar esses itens em classes. Assim, é tarefa do semanticista lexical investigar quais são os elementos de sentido recorrentes nos significados dos verbos e relevantes para a expressão das estruturas argumentais na sintaxe. Seguindo essa corrente teórica, a nossa hipótese é a de os verbos de estado do PB são composicionais e não possuem um comportamento sintático uniforme, não podendo compor uma única classe verbal.

Muitos autores, como Lakoff (1970), Morgan (1969), Dowty (1979), Wunderlich (2012) e Cançado, Godoy e Amaral (2017), apresentam evidências da composicionalidade na semântica dos verbos, em especial dos verbos não estativos. Segundo Lakoff (1970), os verbos de “mudança de estado”, como “quebrar”, como já mostramos, são ótimas evidências de que os itens verbais são decomponíveis, visto que tais verbos partilham o sentido de “algo/alguém faz algo/alguém ficar em algum estado”. O significado de um verbo como “quebrar”, por exemplo, é composto por elementos de sentido como “algo/



alguém faz algo ficar quebrado”. Nos estudos dessa área de pesquisa, há, assim, uma concordância de que os verbos de atividade, *accomplishment* e *achievement* são composicionais, ou seja, não são itens atômicos e indecomponíveis, mas complexos e compostos por elementos menores de significado.

Entretanto, para verbos de estado essa é uma questão debatida. Na literatura linguística, existem tanto propostas que são contrárias à ideia de composicionalidade dos estados quanto propostas que adiantam que os estados podem sim ser considerados composicionais e que não são uma classe uniforme.

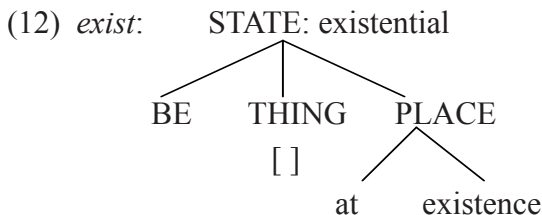
Dowty (1979), Rappaport Hovav e Levin (1998) e Van Valin (2005) assumem que os estados são indecomponíveis, ou seja, não são constituídos por partes menores de significado. Segundo esses autores, os estados são itens primitivos, que fazem parte da construção do sentido dos demais verbos não estativos. Abaixo mostramos as representações que Rappaport Hovav e Levin (1998, p. 108) propõem para as classes aspectuais de Vendler (1967):

- (7) [x <STATE>] (estado)
- (8) [x ACT <sub><MANNER></sub>] (atividade)
- (9) [BECOME [x <STATE>]] (*achievement*)
- (10) [[x ACT <sub><MANNER></sub>] CAUSE [BECOME [y <STATE>]]] (*accomplishment*)
- (11) [x CAUSE [BECOME [y <STATE>]]] (*accomplishment*)

Sem entrar em muitos detalhes, a representação dos estados, em (7), apresenta um argumento (x) e um componente de sentido simples e indecomponível, <STATE>. Na representação dos *accomplishments*, em (10), o predicado biargumental CAUSE toma as estruturas complexas [x ACT <sub><MANNER></sub>] e [BECOME

[y <STATE>]] como argumentos. A estrutura complexa [x ACT <sub><MANNER></sub>], correspondente à representação das atividades em (8), possui o predicado monoargumental ACT, que toma x como argumento, e o modificador <sub><MANNER></sub>. A estrutura complexa [BECOME [y <STATE>]], correspondente à representação dos *achievements* em (9), possui o predicado monoargumental BECOME, que toma a estrutura [y <STATE>] como argumento. Tal estrutura, por sua vez, corresponde à estrutura dos estados em (7), que é a estrutura mais simples e indecomponível de todas. É possível observar que o estado, representado por <STATE>, é parte indecomponível da estrutura dos demais tipos de verbos.

Em contrapartida, Pinker (2013) e Rothmayr (2009) mostram que os estados podem ser considerados composicionais. Pinker (2013, p. 224), por exemplo, propõe que um verbo estativo como *exist*, “existir”, pode ser representado da seguinte maneira:



Por meio dessa estrutura arbórea, de natureza semântico-cognitiva, o autor sugere que o sentido de *exist*, “existir”, seja algo como “estar (BE) alguma coisa (THING) em existência (at existence)” e que essa existência é vista como um lugar (PLACE). Nessa estrutura, STATE, “estado”, é a categoria ontológica do verbo *exist*, “existir”, que pertence ao campo semântico *existential*, “existencial”; BE é um predicado biargumental que

toma THING, “coisa”, uma variável [ ], e PLACE, “lugar”, como argumentos. Assim, Pinker (2013) evidencia que o sentido desse verbo é composto por unidades menores de significado.

A questão da composicionalidade dá origem, ainda, à discussão sobre a uniformidade no comportamento dos verbos de estado. Essa uniformidade se refere a propriedades sintático-semânticas de um conjunto de verbos. Verbos que possuem o mesmo comportamento sintático-semântico são considerados como pertencentes a uma mesma classe verbal (LEVIN, 1993; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005; CANÇADO; GODOY; AMARAL, 2017). Dowty (1979), Rappaport Hovav e Levin (1998) e Van Valin (2005) assumem que os estados são primitivos (indecomponíveis). Consequentemente, nessa análise, os verbos de estado apresentam apenas uma mesma semântica (de estado) e se classificam em uma mesma classe. Já Pinker (2013) e Rothmayr (2009) assumem a composicionalidade dos verbos estativos, reconhecem a heterogeneidade de sentido presente nesse grupo de verbos e a consequente heterogeneidade de formas sintáticas. Carlson (1977), Bach (1986), Moreira (2000), Maienborn (2003) e Cunha (2004, 2011), apesar de não discutirem a respeito da composicionalidade do sentido dos verbos de estado, assumem que esses verbos apresentam diversidades semânticas e sintáticas, distribuindo-se por diferentes classes.

Cunha (2004, 2011), por exemplo, seguindo Carlson (1977), propõe que os estados se dividem entre estados do tipo *Individual-level/Object-level* (predicados de indivíduo) e estados do tipo *Stage-level* (predicados de estágios). Conforme Carlson (1977), predicados do tipo *Individual-level* denotam propriedades permanentes ou estáveis (como “ser inteligente”, “ser alto” etc.) e predicados do tipo *Stage-level* denotam propriedades transitórias

ou temporárias (como “estar feliz”, “estar cansada” etc.). Segundo Cunha (2004, 2011), sintaticamente, esses dois tipos de estados se distinguem, pois apenas os estados do tipo *Stage-level* se combinam livremente com todos os tipos de advérbios temporais, duracionais e de localização; ocorrem, na maior parte, livremente com locativos; podem ocorrer em combinação com expressões adverbiais pontuais e podem ser compatíveis com expressões que quantificam sobre eventualidades como “sempre que”, “todas as vezes que”, etc.

Como já dissemos, dentro da Interface Sintaxe-Semântica Lexical (LEVIN, 1993; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005; CANÇADO; AMARAL, 2016 e outros), os verbos de uma língua podem ser classificados por meio das suas propriedades semânticas e sintáticas. Verbos que partilham um ou mais componentes de significado apresentam comportamentos sintáticos semelhantes (LEVIN, 1993). Partindo disso, assumimos a perspectiva teórica de classificação verbal que adota a hipótese da determinação semântica sobre a sintaxe. Portanto, considerando os estados como primitivos, seria de se esperar que todos esses verbos apresentassem o mesmo comportamento sintático – determinado pelo componente de sentido “estado”. Como observamos nos dados do PB, porém, esses verbos são bastante heterogêneos, o que indica que possuem também diferentes componentes de sentido em seu significado. Seguindo essa proposta teórica, neste trabalho, pretendemos mostrar que os verbos de estado do PB, assim como verbos de atividade, *accomplishment* e *achievement*, também são decomponíveis e apresentam comportamento heterogêneo, distribuindo-se por diferentes classes.

### **3 Composicionalidade e classificação dos verbos estativos no PB**

Apresentamos aqui a análise dos 36 verbos de estado do PB coletados para esta pesquisa. Mostraremos as propriedades sintático-semânticas que são diferentes nesse grupo de verbos. Nossa análise partirá de dois pontos principais: mostrar como esses verbos podem ser decompostos em propriedades semânticas mais específicas e como podem ser classificados em grupos menores. Esperamos, desse modo, corroborar a hipótese levantada de que os verbos de estado são composicionais e não possuem um comportamento uniforme.

#### ***3.1 A composicionalidade dos verbos estativos no PB***

Seguindo as propostas dos autores que analisam os verbos de estado como itens composicionais, partiremos das propriedades semânticas mais específicas que compõem esses verbos para mostrar as diferenças internas à grande classe de verbos de estado. A utilização de paráfrases é uma boa maneira de evidenciar a composicionalidade dos verbos (PINKER, 2013; LAKOFF, 1970; WUNDERLICH, 2012; CANÇADO; AMARAL, 2016), já que elas exibem as partes de sentido que constituem os itens verbais e, conseqüentemente, também revelam quais são os componentes de sentido que são comuns a determinado grupo de verbos.

Dentre os verbos de estado analisados nesta pesquisa, observamos que verbos como “existir” e “abundar” compartilham a paráfrase “algo está em/é algum estado em um lugar”. A

paráfrase de “existir” é “algo está em existência/é existente em um lugar”, como já mostra Pinker (2013) para o inglês, e a paráfrase de “abundar” é “algo está em abundância/é abundante em um lugar”. Conforme Cançado (2013, p. 34), “quando temos uma relação simétrica, ou seja, a sentença (a) acarreta a sentença (b) e a sentença (b) também acarreta a sentença (a), temos a relação de paráfrase”. Assim, os acarretamentos mútuos abaixo evidenciam a veracidade das paráfrases propostas acima:

- (13) a. Existem estrelas no céu.  $\vdash \dashv$  Estrelas estão em existência/são existentes no céu.<sup>7</sup>  
b. Abundam aves na floresta.  $\vdash \dashv$  b. Aves estão em abundância/são abundantes na floresta.

Já verbos como “coexistir” e “conflitar” compartilham a paráfrase “algo está em/tem um estado com algo”. A paráfrase de “coexistir” é “algo é coexistente/tem coexistência com algo”, e a paráfrase de “conflitar” é “algo é conflitante/tem conflito com algo”. Os acarretamentos mútuos abaixo evidenciam as paráfrases propostas:

- (14) a. A dengue coexiste com o coronavírus.  $\vdash \dashv$  A dengue é coexistente/tem coexistência com o coronavírus.  
b. O Poder Judiciário conflita com o Poder Legislativo.  $\vdash \dashv$  O Poder Judiciário é conflitante/tem conflito com o Poder Legislativo.

Como vemos, verbos como “coexistir” e “conflitar” não possuem um argumento locativo, diferentemente de verbos como

---

<sup>7</sup> O símbolo  $\vdash \dashv$  assinala que existe uma paráfrase (acarretamento mútuo) entre as sentenças. (CANN, 1993).

“existir” e “abundar”, já mostrados, e também diferentemente de “morar” e “residir”, apresentados a seguir.

Verbos como “morar” e “residir” compartilham a paráfrase “alguém tem/é um estado em um lugar”. A paráfrase de “morar” é “alguém tem morada em/é morador de um lugar”, e a paráfrase de “residir” é “alguém tem residência em/é residente de um lugar”. Assim, os acarretamentos mútuos abaixo evidenciam as paráfrases propostas:

- (15) a. A Karina mora em Salvador.  $\vdash \dashv$  A Karina tem morada em/é moradora de Salvador.  
b. O Miguel reside em BH.  $\vdash \dashv$  O Miguel tem residência/é residente em BH.

Verbos como “durar” e “valer” compartilham a paráfrase “algo tem um estado de tempo/quantidade/valor etc.”. A paráfrase de “durar” é “algo tem duração de x tempo”, e a paráfrase de “valer” é “algo tem valor de x quantia de dinheiro”. Os acarretamentos mútuos abaixo evidenciam as paráfrases propostas:

- (16) a. A aula dura 50 minutos.  $\vdash \dashv$  A aula tem duração de 50 minutos.  
b. O carro vale R\$ 80.000,00.  $\vdash \dashv$  O carro tem valor de R\$ 80.000,00.<sup>8</sup>

Com base nas paráfrases acima, assumimos que os verbos de estado, assim como os verbos não estativos, são decomponíveis

---

<sup>8</sup> Em geral, na literatura em Semântica Lexical, as paráfrases para o significado composicional dos verbos são feitas a partir de verbos mais leves, como “ser”, “estar”, “ficar”, “causar”, “dar”, entre outros. Entretanto, vale ressaltar que não são esses verbos em si que fazem parte do sentido desses verbos, mas sim predicados primitivos que possuem semânticas próximas a eles. Ainda não existem muitos estudos que expliquem em detalhes a semântica desses verbos leves propriamente.

e compostos de partes menores de significado (“ter/ser + outros componentes de sentido”). Além das paráfrases, outra evidência da composicionalidade dos verbos estativos é que elementos mais específicos de significado, presentes na semântica desses verbos, como “existência”, “reciprocidade”, “locação”, “medida”, “posse” e “necessidade”, interferem no comportamento sintático desses verbos. Desse modo, consideramos que tais elementos são componentes léxico-semânticos gramaticalmente relevantes para a classificação desses itens em classes mais específicas que o grande conjunto de verbos de estado. A seguir apresentamos as propriedades sintático-semânticas de cada uma das classes de verbos de estado que apresentamos acima: verbos existenciais, verbos recíprocos, verbos locativos, verbos de medida, verbos de posse e verbos de necessidade.

### ***3.2 Classes de verbos de estado***

Os verbos de estado do tipo existenciais, como “existir”, “haver”, “ter” (existencial) e “abundar”, partilham o componente semântico de “existência”. Conforme Silva (1996, p.186), os verbos existenciais “ocorrem em estruturas que não selecionam sujeito, mas um sintagma nominal interpretado como complemento direto e um elemento locativo expresso por um sintagma preposicional ou por um seu substituto adverbial”. A seguir apresentamos alguns exemplos de sentenças com esses verbos:

- (17) a. Existem pessoas infectadas pelo coronavírus na minha cidade.  
b. Abundam flores no jardim.



Em relação à sintaxe, assumimos, com base em Duarte (2003), que os verbos existenciais são inacusativos. Conforme a autora, esses verbos não são prototipicamente inacusativos, embora apresentem uma quantidade suficiente de propriedades que servem para classificá-los como tal, como: não permitem nominalizações em “-or”; não admitem objetos cognatos; e aceitam nomes simples como sujeitos pós-verbais em contextos neutros. Abaixo mostramos que os verbos existenciais, por serem inacusativos, aceitam com mais facilidade seus argumentos na posição de objeto do que na posição de sujeito:

- (18) a. ?Diversas doenças existem nas cadeias. / Existem diversas doenças nas cadeias.  
b. ?Vídeos abundam nas redes sociais. / Abundam vídeos nas redes sociais.

Como já foi dito, segundo Silva (1996), os verbos existenciais possuem um argumento direto e um argumento locativo preposicionado. Assim sendo, o teste da ambiguidade ou não das sentenças, proposto por Mito, Silva e Lopes (2013), pode ser utilizado para reforçar o caráter argumental do locativo desses verbos. Veja:

- (19) a. A jornalista disse que existem pessoas infectadas pelo coronavírus na minha cidade.  
b. O jardineiro disse que abundam flores no jardim.

As sentenças acima não são ambíguas, pois os sintagmas “na minha cidade” e “no jardim” só podem estar relacionados aos verbos “existir” e “abundar”, e não ao verbo “dizer”. Logo,

conforme Miotto, Silva e Lopes (2013), o fato de o locativo das sentenças acima não poder modificar o sentido do verbo “dizer”, mas sim apenas os verbos das sentenças subordinadas, é uma evidência de que os locativos realmente são argumentos desses verbos.

Todavia, como mostramos nos exemplos abaixo, tais verbos também permitem um tipo de sentença sem a presença do locativo, quando ocorre uma especificação do argumento interno. Nesses casos, acreditamos que o argumento locativo seja entendido como um lugar genérico, isto é, um lugar qualquer:

- (20) a. Existem parques em BH. / \*Existem parques.  
b. Existem parques muito bons em BH. / Existem parques muito bons.

Nos exemplos em (20a), a falta do locativo gera a agramaticalidade da segunda sentença. Por outro lado, nos exemplos em (20b), percebe-se que a falta do locativo não gera a agramaticalidade da segunda sentença. Isso parece ocorrer pelo fato de essas sentenças especificarem o argumento interno direto (“parques muito bons”). Contudo, a falta do locativo na segunda sentença pode provocar a interpretação de que o lugar em que a situação ocorre é um lugar genérico (“Existem parques muito bons no mundo”).

Os verbos estativos do tipo recíproco, como “coexistir”, “coincidir”, “condizer”, “conflitar”, “destoar” e “discrepar”, partilham o componente semântico de “reciprocidade” (GODOY, 2008; BECHIR, 2019). Conforme Godoy (2008, p.34), “os verbos recíprocos são um conjunto de verbos que representam uma relação sistemática entre um traço do seu significado – a

reciprocidade – e uma dupla ocorrência sintática”. Essa dupla ocorrência sintática corresponde à forma simples e à forma descontínua, como mostramos abaixo:<sup>9</sup>

- (21) a. A dengue e o coronavírus coexistem. (forma simples)  
b. A dengue coexiste com o coronavírus. (forma descontínua)
- (22) a. O livro e o filme condizem. (forma simples)  
b. O livro condiz com o filme. (forma descontínua)

Na forma simples (exemplos em (a)), os participantes do estado recíproco aparecem em apenas um argumento. Já na forma descontínua (exemplos em (b)), os participantes do estado recíproco aparecem em dois argumentos distintos, sendo que um deles ocupa uma posição estrutural na sentença e o outro vem acompanhado de uma preposição.

Ainda, segundo Godoy (2008), o teste de acarretamento entre sentenças, ou as paráfrases, ajuda a descobrir se um verbo é lexicalmente recíproco ou não. Um verbo é considerado lexicalmente recíproco quando sua forma simples acarreta sentenças descontínuas e vice-versa. Os acarretamentos abaixo mostram que os verbos de estado descritos acima são verbos lexicalmente recíprocos:

- (23) a. A dengue e o coronavírus coexistem.  $\vdash \dashv$  A dengue coexiste com o coronavírus.<sup>10</sup>  
b. A dengue e o coronavírus coexistem.  $\vdash \dashv$  O coronavírus coexiste com a dengue.

---

<sup>9</sup> Além dos verbos estativos recíprocos, existem também no PB verbos eventivos, que também são lexicalmente recíprocos. Como a alternância simples-descontínua é uma propriedade relacionada à reciprocidade, os verbos recíprocos eventivos também aceitam essa alternância. Neste trabalho, damos ênfase apenas aos verbos recíprocos estativos do PB. Remetemos os leitores interessados em análises sobre outros tipos de verbos lexicalmente recíprocos a Godoy (2008), Meirelles (2018) e Bechir (2019).

<sup>10</sup> Relembrando, o símbolo  $\vdash \dashv$  assinala que existe uma paráfrase (acarretamento mútuo) entre as sentenças. (CANN, 1993).

- (24) a. O livro e o filme condizem.  $\vdash \dashv$  O livro condiz com o filme.  
b. O livro e o filme condizem.  $\vdash \dashv$  O filme condiz com o livro.

Essa questão é relevante porque mostra, conforme as argumentações dos trabalhos de Godoy (2008), que esses verbos são monoargumentais e que podem ter um argumento plural desmembrado em dois constituintes.

Verbos estativos locativos, como “morar”, “residir”, “habitar” e “viver” (significando “morar”), partilham o componente semântico de “lugar”. Para Garcia (2004, p. 59), “os verbos locativos servem para estabelecer uma relação de localização entre os elementos do seu domínio”, podendo denotar uma localização espacial ou uma localização temporal.<sup>11</sup> Observe-se:

- (25) a. A Karina mora em Salvador.  
b. O Miguel habita em João Pessoa.

Apesar de apresentarem um argumento locativo, tais verbos admitem a omissão desse argumento quando o verbo é especificado por certos modificadores, como mostramos abaixo:

- (26) a. A Karina morou sozinha (em Salvador) durante muitos anos.  
b. O Miguel habitou com os seus irmãos (em João Pessoa) a vida inteira.

---

<sup>11</sup> Conforme Garcia (2004), outros tipos de verbos também são considerados verbos locativos. Nesta pesquisa, analisamos apenas os verbos locativos de estado.

Também, apesar de apresentarem um argumento locativo, esses verbos se distinguem dos verbos existenciais, pois não são inacusativos, são transitivos indiretos e também não admitem a omissão do locativo a partir da especificação do primeiro argumento.

Os verbos estativos de medida, como “durar”, “custar”, “valer”, “pesar”, “medir” e “perdurar”, partilham o componente semântico de “medida”. Conforme Levin (1993, p. 272), esses verbos “descrevem o valor de algum atributo de uma entidade (por exemplo, altura, peso, temperatura) ao longo de uma escala relevante para a caracterização dessa propriedade. O atributo específico é determinado pelo verbo”.<sup>12</sup> A seguir, alguns exemplos:

- (27) a. A aula dura 50 minutos.  
b. O carro vale R\$ 80.000,00.

Os verbos de medida são transitivos diretos e exigem um argumento interno, que corresponde à medida, e um argumento externo, que é o objeto de referência (CANÇADO; AMARAL, 2016) da medida. No entanto, o argumento interno desses verbos pode ser omitido quando a sentença apresenta um advérbio de intensidade, posto que o tipo de medida (preço, peso, metragem, tempo, etc.) já está implícito no sentido lexical dos verbos de medida:

- (28) a. A aula durou muito/bastante/pouco (tempo).  
b. O carro valia muito/bastante/pouco (dinheiro).

---

<sup>12</sup> Do original: “These verbs describe the value of some attribute of an entity (e.g., height, weight, temperature) along a scale relevant to the characterization of this property. The particular attribute is determined by the verb.” (LEVIN, 1993, p. 273, tradução nossa).

Também foi possível observar que os verbos de medida permitem um sintagma nominal pós-verbal expressando a medida, como mostramos nos exemplos abaixo:

- (29) a. A aula durou uma eternidade/muito tempo.  
b. O carro valia o olho da cara/muita grana.

Os verbos estativos de posse, como “ter”<sup>13</sup> e “possuir”, partilham o componente semântico de “posse alienável”. Segundo Vilela (1992, p.136), o verbo “ter” pode ser entendido como “posse consciente de algo alienável” (que pode ser transferido). Verifique-se:

- (30) a. O João tem dois carros.  
b. O comerciante possui três lojas.

Esses verbos são transitivos diretos que requerem dois argumentos, um argumento interno que ocupa a posição de objeto direto e um argumento externo que ocupa a posição de sujeito.<sup>14</sup> Percebe-se também que os verbos de posse, ao contrário dos verbos de medida, não aceitam que seu objeto seja omitido quando possuem um advérbio de intensidade em que haja dependência de um contexto. Isso ocorre porque, diferentemente dos verbos de medida, os verbos de posse não especificam o tipo de objeto direto que eles precisam ter. Observe-se:

---

13 O verbo “ter”, assim como vários verbos da língua, é bastante complexo e polissêmico. Ele pode, por exemplo, ter um sentido existencial, um sentido de posse alienável e um sentido inalienável. Entretanto, no aporte teórico assumido aqui, cada um desses sentidos deve ser considerado como um item lexical distinto. Analisamos aqui esse verbo apenas no sentido de “posse alienável”, como no exemplo em (30a).

14 Um verbo estativo de posse que coloca problemas para a análise é “pertencer”, que é transitivo indireto e apresenta uma estrutura inversa aos demais verbos analisados. Uma análise mais profunda das propriedades desse verbo e de sua classificação fica para um trabalho futuro.

- (31) a. O João tem muito dinheiro. /?O João tem muito.  
b. A menina possui muitas bonecas. /?A menina possui muito.

Outros tipos de verbos de estado possuem o mesmo comportamento dos verbos de posse, porém descrevem posses inalienáveis. São verbos estativos com o sentido de “conhecimento”, como “saber”, com sentido de “significação”, como “significar”, com sentido de “semelhança”, como “aparentar”, e com sentido de “crença”, como “crer”. Assim como “possuir”, esses verbos são transitivos diretos e não aceitam que seu objeto seja omitido quando compostos com um advérbio de intensidade. Portanto, consideramos que as propriedades semânticas “conhecimento”, “significação”, “semelhança” e “crença” não são relevantes para a gramática e que esses verbos podem ser incluídos na classe dos verbos de posse, visto que o que é relevante é a posse, mesmo que de algo abstrato.

Uma evidência de que esses verbos são de posse é sua paráfrase, com “ter”: “ter sabedoria/significado/aparência/crença de algo”. Essa é a mesma paráfrase que obtemos para “possuir”: “ter posse de algo”. Entretanto, para o verbo “ter” não é possível fazer tal paráfrase. Inclusive, observa-se que esse verbo aparece nas paráfrases dos demais, sendo seu sentido semelhante ao componente de sentido que forma os demais verbos. Assim, supomos que um componente semântico de posse com o significado próximo ao significado do verbo “ter” possa ser o primitivo que componha o significado desses verbos (CANÇADO, 2012; BECHIR, 2019). O mesmo pode ser dito para o verbo “ser”.

Por fim, os verbos estativos de necessidade, como “carecer”,

“necessitar”, “precisar” e “depende”, partilham o componente semântico de “necessidade”. Vejam-se alguns exemplos:

- (32) a. A política brasileira carece de políticos comprometidos com a educação.  
b. Os trabalhadores necessitam de férias.

Os verbos de necessidade exigem dois argumentos para ter o seu sentido saturado e são transitivos indiretos. Conforme Levin (1993), os verbos de necessidade também aceitam a alternância objeto-possuidor, que consiste na fatoração do argumento interno. Segundo Meirelles (2018, p. 17), “fatoração de argumentos verbais” é um fenômeno “que se caracteriza pelo fato de um único argumento do verbo aparecer fatorado em duas posições sintáticas distintas”. Abaixo vemos que os verbos de necessidade permitem essa alternância, diferentemente dos demais verbos apresentados até aqui:

- (33) a. O Brasil precisa do dinheiro da Europa. / O Brasil precisa da Europa pelo seu dinheiro.  
b. O menino necessita do apoio da mãe. / O menino necessita da mãe pelo seu apoio.

Como mostra Meirelles (2019), a fatoração de argumentos tem restrições para além do sentido do verbo, como a relação de posse entre os participantes denotados pelo sintagma nominal (SN) que ocupa a posição de objeto. Um SN que não apresentar uma relação de posse não será passível de fatoração. Esses verbos aceitam essa alternância, se as condições do SN estiverem satisfeitas.



Em suma, os verbos existenciais diferem das outras classes estativas apresentadas, pois são inacusativos. Os verbos recíprocos diferem das outras classes estativas apresentadas, pois permitem a alternância simples-descontínua. Os verbos locativos diferem das outras classes estativas apresentadas (em exceção dos existenciais), pois apresentam um argumento locativo e diferem dos existenciais, pois não são inacusativos. Os verbos de medida diferem das outras classes estativas apresentadas, pois trazem a especificação do argumento interno em seu sentido lexical. Os verbos de posse diferem das outras classes estativas apresentadas, pois apresentam um argumento interno que denota uma posse alienável ou uma posse inalienável (no caso dos verbos de “conhecimento”, “significação”, “semelhança” e “crença”). Finalmente, os verbos de necessidade diferem das outras classes estativas apresentadas, pois permitem a alternância objeto-possuidor. O quadro abaixo sintetiza essa classificação final:

**Quadro 1 -Classificação final dos verbos de estado no PB**

| CLASSIFICAÇÃO DOS VERBOS DE ESTADO DO PB |                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CLASSES                                  | VERBOS<br>EXISTENCIAIS                                                                                                                                                                                               | VERBOS<br>RECÍPROCOS                                                                                                                                                                | VERBOS<br>LOCATIVOS                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>PROPRIEDADES</b>                      | <ul style="list-style-type: none"><li>- Acarretam o sentido de “existência”;</li><li>- São inacusativos;</li><li>- Podem ter o locativo omitido caso haja uma especificação do primeiro argumento interno.</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>- Acarretam o sentido de “reciprocidade”;</li><li>- São transitivos indiretos;</li><li>- Aceitam a alternância simples-descontínua.</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>- Acarretam o sentido de “lugar”;</li><li>- São transitivos indiretos;</li><li>- Admitem a omissão do argumento locativo quando o verbo é especificado por certos modificadores, como “sozinha”, ou sintagmas preposicionais que expressam companhia.</li></ul> |

|                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                     |
|---------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>VERBOS</b>       | “existir”, “haver”, “ter” (existencial) e “abundar”.                                                                                                                                                                                                                                                                         | “coexistir”, “coincidir”, “condizer”, “conflitar”, “destoar” e “discrepar”.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | “morar”, “residir”, “habitar” e “viver” (no sentido de “morar”).                                                                                                                    |
| <b>CLASSES</b>      | <b>VERBOS DE MEDIDA</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <b>VERBOS DE POSSE</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <b>VERBOS DE NECESSIDADE</b>                                                                                                                                                        |
| <b>PROPRIEDADES</b> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acarretam o sentido de “medida”;</li> <li>- São transitivos diretos;</li> <li>- Aceitam a omissão do argumento interno, que é lexicalizado pelo verbo, quando houverum advérbio de intensidade;</li> <li>- Permitem um sintagma nominal pós-verbal expressando a medida.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Acarretam o sentido de “posse alienável” (no caso de “ter” e “possuir”) ou de “posse inalienável” (no caso dos verbos de “conhecimento”, “significação”, “semelhança” e “crença”);</li> <li>- São transitivos diretos (com exceção dos verbos de “crença”, que são transitivos indiretos);</li> <li>- Não aceitam a omissão do argumento interno quando possuem um advérbio de intensidade.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>-Acarretam o sentido de “necessidade”;</li> <li>-São transitivos indiretos;</li> <li>- Permitem a fatoração do argumento interno.</li> </ul> |
| <b>VERBOS</b>       | “durar”, “custar”, “valer”, “pesar”, “medir” e “perdurar”.                                                                                                                                                                                                                                                                   | “ter”, “possuir”, “saber”, “conhecer”, “entender”, “denotar”, “significar”, “lembrar” (“parecer”), “aparentar”, “parecer”, “acreditar” e “crer”.                                                                                                                                                                                                                                                                                                | “carecer”, “necessitar”, “precisar” e “depende”.                                                                                                                                    |

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Com esta análise, mostramos que os verbos de estado do PB são compostos por partes menores de significado e apresentam propriedades sintáticas distintas, que motivam a divisão apresentada no Quadro 1. A composicionalidade é evidenciada pelas paráfrases e as diferenças sintáticas são mostradas a partir das diferentes estruturas sentencias que ocorrem com esses verbos. O elo entre a composicionalidade e as distintas propriedades sintáticas se dá ao observamos que os verbos com os mesmos componentes semânticos têm comportamentos sintáticos semelhantes, ao passo que se comportam de forma distinta em relação a verbos que apresentam componentes de sentido distintos.

## **Conclusões**

Concluimos que os verbos de estado são composicionais e não possuem um comportamento sintático uniforme em PB. A questão da composicionalidade interna é evidenciada pelas paráfrases e também nos baseamos em autores como Pinker (2013) e Rothmayr (2009), que assumem que os verbos estativos de outras línguas são composicionais. O elo entre a composicionalidade e a variedade comportamental ocorre quando observamos que os verbos com os mesmos componentes semânticos (observáveis nas paráfrases) têm comportamentos sintáticos semelhantes, ao passo que se comportam de forma distinta em relação a verbos que apresentam componentes de sentido distintos em sua semântica (observáveis nas paráfrases). Assumimos, junto com muitos outros autores, a hipótese da determinação semântica sobre a sintaxe. Partindo dessa hipótese, se todos os verbos de estado fossem primitivos semânticos,

deveriam se comportar sintaticamente da mesma maneira.

Como mostramos, os verbos de estado do PB são compostos por partes menores de significado e apresentam propriedades semânticas e particularidades sintáticas distintas que fazem com que eles se distribuam em seis classes: verbos existenciais, verbos recíprocos, verbos locativos, verbos de medida, verbos de posse e verbos de necessidade. Acreditamos que esta pesquisa contribui para a descrição do sistema linguístico do PB, visto que demonstra como os componentes dos verbos de estado do PB se organizam. Vale lembrar que nosso estudo não analisou todos os verbos estativos na língua, sendo que alguns, como “compor”, “concernir”, “equivaler” e outros, ainda merecem estudo.

## Referências

BACH, Emmon. The algebra of events. **Linguistics and Philosophy**, v. 9, n.1, p. 5-16, 1986.

BECHIR, Thaís. Análise da relevância da propriedade semântica “reciprocidade” nos verbos recíprocos intransitivos do Português Brasileiro. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 16, n.1, p. 9-36, 2019.

BORBA, Francisco (coord.). **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1990.

CANÇADO, Márcia. **Verbos psicológicos: a relevância dos papéis temáticos vistos sob a ótica de uma semântica representacional**. Tese (Doutorado em Linguística) – IEL, Unicamp, Campinas, 1995.

CANÇADO, Márcia. Verbos psicológicos: uma classe relevante gramaticalmente? **Veredas**, vol. 6, n.2, p. 1-18, 2012.

CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica**: noções básicas e exercícios. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CANÇADO, Márcia; AMARAL, Luana. **Introdução à semântica lexical**: papéis temáticos, aspecto lexical e decomposição de predicados. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

CANÇADO, Márcia; AMARAL, Luana; MEIRELLES, Leticia *et al.* **Banco de dados lexicais VerboWeb**: classificação sintático-semântica dos verbos do português brasileiro. Belo Horizonte: UFMG, 2017. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/verboweb/>. Acesso em: 28/03/2020.

CANÇADO, Márcia; GODOY, Luisa; AMARAL, Luana. **Catálogo de verbos do português brasileiro**: classificação verbal segundo a decomposição de predicados. Verbos de mudança. 2. ed. Edição Revisada Amazon, 2017.v. I.

CANN, Ronnie. **Formal semantics**: an introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

CARLSON, Gregory. **Reference to kinds in English**. PhD dissertation, University of Massachusetts, Amherst, 1977.

COMRIE, Bernard. **Aspect**: an introduction to the study of verbal aspect and related problems. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

CUNHA, Luís. Phase states and their interaction with individual-level and stage-level predicates. *In*: GUTIÉRREZ, Àngeles. **Sobre los estados y estatividad**. Munique: Lincom GmbH, 2011, p. 45-62.

CUNHA, Luís. **Semântica das predicções estativas**: para uma caracterização aspectual dos estados. 2004. Dissertação (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2004.

DOWTY, David. **Word meaning and montague grammar**. Dordrecht: D. Reidel, 1979.

DUARTE, Inês. A família das construções inacusativas. *In*: MATEUS, Maria; FARIA, Isabel; DUARTE, Inês. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003, p.507-548.

FILLMORE, Charles J. The case for case. *In*: BACH, Emmon; HARMS, Robert Thomas. **Universals in linguistic theory**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968, p. 1-90.

FILLMORE, Charles J. The grammar of hitting and breaking. *In*: JACOBS, Roderich A.; ROSENBAUM, Peter S. **Readings in English transformational grammar**. Waltham: Ginn, 1970, p. 120-133.

GARCIA, Afrânio. Uma tipologia semântica do verbo. **Soletras**, São Gonçalo, ano IV, n. 8, p. 52-70, 2004.

GODOY, Luísa. **Os verbos recíprocos no PB**: interface sintaxe-semântica lexical. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

GODOY, Luísa. **A reflexivização no português brasileiro e a decomposição semântica de predicados**. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

GRIMSHAW, Jane. **Words and structure**. Stanford: CSLI/ University of Chicago Press, 2005.

JACKENDOFF, Ray S. **Semantic structures**. Cambridge: MIT Press, 1990.

LAKOFF, George. **Irregularity in syntax**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1970.

LEVIN, Beth. **English verb classes and alternations**: a preliminary investigation. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

LEVIN, Beth; RAPPAPORT HOVAV, Malka. **Argument realization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MAIENBORN, Claudia. **Die logische form von Kopula-Sätzen**. Berlin: Akademie-Verlag, 2003.

MEIRELLES, Letícia. **A fatoração de argumentos verbais no PB**. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MEIRELLES, Letícia. Verbos de movimento do português brasileiro: evidências contra uma tipologia binária. **RELIN**, v. 27, n. 2, p. 1.101-1.124, abr./jun. 2019.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria; LOPES, Ruth. **Novo manual de sintaxe**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2007.

MOREIRA, Carla. **Princípio de ligação sintaxe/semântica: construções estativas**. 2000. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MORGAN, Jerry. On arguing about semantics. **Papers in linguistics**, v.1, p. 49-70, 1969.

OLIVEIRA, Kely. Os verbos de estado no português brasileiro. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

PINKER, Steven. [Learnability and cognition: the acquisition of argument structure](#). Cambridge, MA: MIT Press, 2013.

RAPPAPORT HOVAV, Malka; LEVIN, Beth. Building verb meanings. In: BUTT, Miriam; GEUDER, Wilhelm. **The projection of arguments: lexical and syntactic constraints**. Stanford: CSLI Publications, Stanford University, 1998, p. 97-134.

ROTHMAYR, Antonia. **The structure of stative verbs**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2009.

SILVA, Rosa Virginia Mattos. A variação “haver/ter”. In: SILVA,

Rosa Virgínia Mattos (org.). **A carta de Caminha**: testemunho linguístico de 1500. Salvador: EDUFBA, 1996, p. 181-193.

VAN VALIN, Robert. **Exploring the syntax-semantics interface**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

VENDLER, Zeno. **Linguistics in philosophy**. Ithaca: Cornell, 1967.

VILELA, Mário. **Gramática de valências**: teoria e aplicação. Coimbra: Almedina, 1992.

WUNDERLICH, Dieter. Lexical decomposition in grammar. *In*: WERNING, Markus; HINZEN, Wolfram; MACHERY, Edouard. **The Oxford handbook of compositionality**. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 307-327.



# Analizando a Língua Brasileira de Sinais como uma língua sem-*tense*

Lorena Figueiredo\*  
Guilherme Lourenço\*\*

## Resumo

Diferentes aspectos gramaticais da Língua Brasileira de Sinais (Libras) têm sido investigados a partir de abordagens descritivas e/ou teóricas. Esses trabalhos têm contribuído para uma maior compreensão dos mecanismos gramaticais empregados por essa língua, com destaque para estudos nas áreas da morfologia e da sintaxe. Neste trabalho, realizamos um estudo da interface sintaxe-semântica, ao investigarmos a noção de tempo em Libras, a partir de uma abordagem formal, utilizando-se da terminologia da Gramática Gerativa. Assim, apresentamos uma proposta de análise da Libras como uma língua sem-*tense*. Em outras palavras, argumentamos que as noções de tempo em Libras não são codificadas por meio da categoria gramatical *tense*, mas sim por meio de outras estratégias. Com base em Lin (2012), nós demonstramos que a Libras exibe propriedades morfossintáticas semelhantes às aquelas encontradas em outras línguas sem-*tense*, como o chinês, a saber: i) verbo sem morfologia de *tense* e opcionalidade da expressão temporal ou do advérbio de tempo; ii) passado não marcado gramaticalmente no verbo; iii) futuro marcado por auxiliar; iv) presença de predicados nominais nus; v) ausência de sujeito expletivo; vi) ausência de distinção morfológica entre finito e não finito; vii) ausência de movimento motivado por caso; viii) interpretação de referência temporal baseada em aspecto.

Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais. Libras. *Tense*. Língua sem-*tense*. Tempo.

---

\* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Linguística Teórica e Descritiva. ORCID: 0000-0001-8206-7185..

\*\* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutor em Linguística Teórica e Descritiva e Professor Adjunto na Faculdade de Letras da UFMG. ORCID: 0000-0002-4272-1282.

# An analysis of Brazilian Sign Language as a tenseless language

## Abstract

Different aspects of the grammar of Brazilian Sign Language (Libras) has been investigated within descriptive and/or theoretical approaches. These investigations have contributed to a better understanding of its grammatical operations, especially the morphological and syntactic ones. In this paper, we concentrate on the syntax-semantics interface, and discuss the notion of time in Libras, assuming a formal approach and the terminology from the Generative Syntax. Thus, we propose that Libras is as a tenseless language. In other words, we claim that notions of time in Libras are not codified in terms of the grammatical category tense, but by means of different grammatical strategies. Assuming Lin (2012), we demonstrate that Libras exhibit similar morphosyntactic properties to those found in tenseless languages, such as Chinese, to wit: i) verbs are not marked for tense and temporal expressions or time adverbs are optional; ii) past is not grammatically encoded in the verb; iii) future is marked by an auxiliary; iv) existence of bare noun predicates; v) lack of expletive subjects; vi) no morphological distinction between finite and non-finite forms; vii) movement is not Case-motivated; viii) temporal interpretation can be aspect-based.

**Keywords:** Brazilian Sign Language. Libras. Tense. Tenselessness. Time.

Recebido em: 29/04/2020

Aceito em: 24/07/2020

## Introdução

A capacidade de expressar noções e relações temporais parece ser uma propriedade comum a todas as línguas humanas naturais. Afirmar isso não significa, contudo, que todas as línguas o fazem da mesma maneira. Se, por um lado, o estabelecimento de relações temporais é possivelmente um universal linguístico, os mecanismos gramaticais utilizados pelas diferentes línguas ao redor do mundo para fazê-lo, certamente, não são os mesmos.

Uma das possibilidades encontradas em diferentes línguas é o que chamamos de *tense*.<sup>1</sup> *Tense* pode ser entendido como uma categoria morfológica que integra o sistema gramatical de uma determinada língua e que faz a ancoragem do evento em um ponto específico do tempo, em relação ao momento da enunciação. (COMRIE, 1985; JESPERSEN, 1933; VELUPILLAI, 2012). Mesmo dentre as línguas que possuem *tense* codificado em suas gramáticas, encontramos diferenças em como se dá a realização morfo(fono)lógica dessa categoria.

*Tense* pode ser codificado por meio de morfologia sintética, como no caso do português brasileiro, ilustrado em (1); ou ainda por morfologia analítica, como é observado no Rapanui, no exemplo fornecido em (2). Formas supletivas também podem ser utilizadas como indicadores de *tense* — *go/went*, do inglês (3) — e até mesmo tom, como no Shimakonde (4).

### (1) Português Brasileiro:

|     |                          |
|-----|--------------------------|
| Eu  | cant- <b>ei</b> .        |
| 1SG | cantar-PASS.PFV.IND.1SG. |

---

<sup>1</sup> De modo a evitar confusões terminológicas e conceituais, adotaremos, neste artigo, o termo *tense* não traduzido para o português.

- (2) Rapanui: (DU FEU, 1996, p. 196 *apud* VELUPILLAI, 2012, p. 198)

|      |      |      |       |     |     |        |
|------|------|------|-------|-----|-----|--------|
| a    | Papi | i    | ma'u  | i   | te  | rama.  |
| P.SG | Papi | PASS | pegar | RLT | SPE | tocha. |

“Papi pegou a tocha.”

- (3) Inglês:

|    |                     |      |     |                   |
|----|---------------------|------|-----|-------------------|
| I  | <b>go/went</b>      | to   | the | mall.             |
| Eu | <b>ir.PRES/PASS</b> | para | DET | <i>shopping</i> . |

“Eu vou/fui ao *shopping*.”

- (4) Shimakonde: (LEACH, 2010, p. 159)

|                     |             |
|---------------------|-------------|
| a. va-nda-táleék-a  | u-gwaáli.   |
| CN2-FUT-cozinhar-VF | CN14-shima. |

“Eles cozinharão shima.”

|                      |             |
|----------------------|-------------|
| b. vá-ndá-taléék-a   | u-gwaáli.   |
| CN2-PRES-cozinhar-VF | CN14-shima. |

“Eles cozinham shima.”

Há ainda línguas que não possuem *tense*, ou seja, não possuem um sistema morfológico para a ancoragem temporal de eventos. Essas línguas, chamadas de “línguas *sem-tense*”, podem estabelecer relações temporais utilizando outras estratégias, como, por exemplo, o uso de expressões temporais (há cinco minutos) e de advérbios de tempo (ontem), ou ainda a combinação entre aspecto e modo. É importante ressaltar, contudo, que uma língua *sem-tense* não significa uma língua sem marcação de tempo. Essas línguas *sem-tense* “não possuem nenhum marcador

gramatical de *tense*, mas mesmo assim expressam tempo tão precisamente quanto aquelas que os possuem”.<sup>2</sup> (LIN, 2012, p. 669). Um exemplo clássico de língua sem-*tense* é o chinês, que será discutido com mais detalhes na seção 3. Isso evidencia que tempo e *tense* são categorias distintas.<sup>3</sup>

A categoria gramatical *tense* tem sido analisada a partir de diferentes quadros teóricos e a partir da interface entre morfologia, sintaxe e semântica. Esses estudos não se limitam apenas às línguas orais. A marcação de *tense* também tem sido analisada em diferentes línguas sinalizadas ao redor do mundo, tais como as línguas de sinais americana (AARONS *et al.*, 1995; FRIEDMAN, 1975; JACOBOWITZ; STOKOE, 1988; NEIDLE *et al.*, 2000; SANDLER; LILLO-MARTIN, 2006), italiana (ZUCCHI, 2009), irlandesa (LEESON, 1996), turca (GÖKGÖZ, 2009; KARABÜKLÜ, 2016; 2018; ZESHAN, 2003), mexicana (FRIDMAN-MINTZ, 2005), sueca (BERGMAN; DAHL, 1994), britânica (SUTTON-SPENCE; WOLL, 1999), israelense (MEIR, 1999) e também a Libras (BERTUCCI; FINAU, 2018; FINAU, 2004; SILVA; LESSA-DE-OLIVEIRA, 2016).

Neste artigo, apresentamos uma análise alternativa sobre a marcação de *tense* na Língua Brasileira de Sinais (Libras), adotando como quadro teórico a Gramática Gerativa e estudos formais da interface sintaxe-semântica. Argumentaremos, a partir de testes sintático-semânticos, que a Libras é uma língua sem-*tense* que apresenta características bastante parecidas com o chinês e com outras línguas sem-*tense*. Nesse sentido, o estabelecimento de referência temporal em Libras não é

---

2 Todas as traduções para o português de citações diretas apresentadas ao longo do texto foram efetuadas pelos autores deste trabalho.

3 Hewson (2012, p. 508) chama a atenção para o fato de que frequentemente há uma confusão entre esses dois conceitos. Na literatura linguística em língua portuguesa, essa confusão parece ser ainda mais recorrente, devido ao fato de muitos autores utilizarem a palavra “tempo” para se referir aos dois conceitos.

marcado por meio de morfologia específica de *tense*, mas, sim, principalmente, pelo uso de advérbios de tempo e de outras expressões temporais.

Este texto está organizado em cinco seções. Na seção 1, aberta por esta introdução, apresentamos brevemente o conceito de *tense* e delineamos nosso tema de pesquisa. A seção 2 destina-se a apresentar um breve panorama dos trabalhos que discutem a marcação de *tense* em línguas de sinais. Em seguida, na seção 3, apresentamos alguns dados do chinês que ilustram características morfofossintático-semânticas encontradas em línguas sem-*tense* e, na seção 4, delineamos nossa análise para a Libras. Por fim, a seção 5 conclui este artigo com algumas considerações finais.

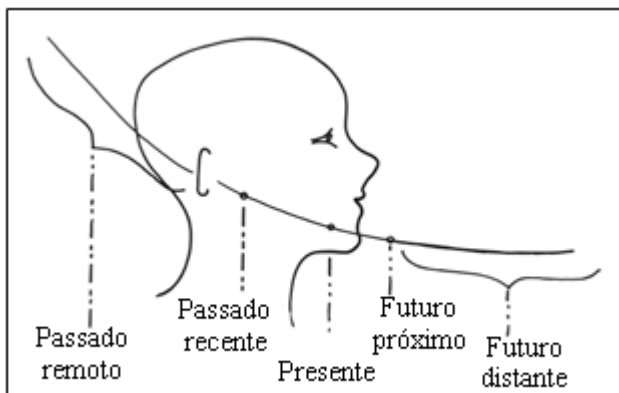
## **2 *Tense* nas línguas de sinais**

Assim como línguas orais implementam diferentes mecanismos gramaticais para localizar eventos na linha do tempo cronológico, línguas de sinais também o fazem. Da mesma maneira, essa ancoragem de eventos pode se dar por meio de *tense* morfológico ou não. No que diz respeito a *tense*, é possível encontrarmos diferentes análises teóricas para diferentes línguas sinalizadas, argumentando se essas línguas possuem ou não *tense* e até mesmo se *Tense Phrase* (TP) seria uma projeção funcional presente na estrutura sintática.

As primeiras descrições sobre marcação de referência temporal foram feitas para a Língua Americana de Sinais (ASL) ainda na década de 1970. Frishberg e Gough (1973) e Friedman (1975) afirmam que a ASL possui uma espécie de “linha do tempo” (do inglês *timeline*). Essa linha do tempo é proposta a partir de sinais que denotam relações temporais e cuja localização

(e/ou direção do movimento) está associada a diferentes regiões do espaço, no plano médio-sagital:<sup>4</sup> passado remoto e recente, atrás do corpo; presente, junto ao corpo; e futuro próximo e distante, à frente do corpo (FIG. 1).

**Figura 1 - Linha do tempo em ASL**



**Fonte: Frishberg e Gough (1973, p. 123).**

Na década de 80, Jacobowitz e Stokoe (1988) se posicionaram contra as propostas de classificação da ASL (e de outras línguas de sinais) como *sem-tense*, pois, para eles, esse tipo de análise estava diretamente associada ao fato de as pessoas ainda não considerarem as línguas de sinais tão completas e complexas quanto as línguas orais. Os autores afirmam que a marcação de *tense* em ASL também não está relacionada à linha do tempo descrita por Frishberg e Gough (1973) e Friedman (1975), já que ela é, na verdade, “um construto mental criado em uma tentativa de se descrever uma língua que não é expressa de modo sonoro” (JACOBOWITZ; STOKOE, 1988, p. 333).

---

<sup>4</sup> O plano médio-sagital estende-se vertical e perpendicularmente em relação ao corpo do sinalizante.

Dessa forma, Jacobowitz e Stokoe (1988, p. 337) propõem que a marcação de tempo em ASL é feita a partir do tipo de movimento realizado pelas juntas (pulso, cotovelo e ombro), de modo que movimentos de flexão das juntas estão relacionados à marcação de passado e movimentos de extensão seriam uma maneira de codificar o futuro. O presente seria uma forma não marcada na língua.<sup>5</sup>

Aarons e outros (1995) e Neidle e outros (2000) também classificam a ASL como uma língua de *tense*. Segundo os autores, tempo pode ser marcado por meio de advérbios temporais ou marcadores lexicais de *tense*. A diferença entre esses dois elementos é sintática: advérbios temporais são adjungidos à estrutura enquanto marcadores lexicais de *tense* ocupam o núcleo da projeção TP. Adicionalmente, Neidle e outros observam que nem sempre marcadores de *tense* estão presentes nas sentenças em ASL e que o *tense* presente não possui um marcador morfológico específico. (NEIDLE *et al.*, 2000, p. 81).<sup>6</sup> O fato de que esses chamados marcadores de *tense* são, de certa maneira, opcionais em ASL motivou análises que afirmam que essa língua é, na verdade, uma língua sem-*tense*.

Friedman (1975, p. 951) afirma que, em ASL, “não há afixos flexionais nos verbos para indicar *tense*. [...] Ao se referir ao tempo presente, passado ou futuro em relação ao ato de fala, o uso de advérbios de tempo serve para marcar o ‘*tense*’ da sentença”. É interessante observar que, ao longo de toda sua argumentação, Friedman lança mão do termo *tense* entre aspas, de modo a questionar se esses advérbios realmente seriam uma estratégia de marcação de *tense* na língua.

---

5 Infelizmente, o artigo de Jacobowitz e Stokoe (1988) não apresenta imagens ou ilustrações que exemplifiquem o sistema de marcação de *tense* proposto pelos autores. Assim, nossa apreciação do modelo é bastante limitada.

6 Sandler e Lillo-Martin (2006, p. 313) também classificam a ASL como uma língua de *tense*, defendendo que a categoria funcional TP não exige material morfológico aparente na forma fonética.



Outra língua sinalizada que possui análises divergentes quanto à marcação de *tense* é a Língua de Sinais Turca (TİD). As propostas de análise da língua como sendo de *tense* apresentam estratégias de referência temporal semelhantes às apresentadas para a ASL, como o uso de advérbios temporais e o uso da linha do tempo (ZESHAN, 2003). Há, ainda, a análise de Gökgöz (2009), que aponta um marcador gramatical para realizar *tense* em TİD, uma expressão não manual: o aceno de cabeça (do inglês *head-nod*).<sup>7</sup>

Há, contudo, autores que, como Karabüklü (2016), propõem uma análise distinta em relação à marcação gramatical de *tense* em TİD. Com base em Arik (2012) e Dikyuya, Makaroğlu e Arik (2015), que “reportam que a TİD não tem flexão verbal para *tense*” (KARABÜKLÜ, 2016, p. 88), a autora testou a percepção temporal de sinalizadores nativos para sentenças em TİD, a partir das estratégias pontuadas pela literatura até então: advérbios temporais, linha do tempo e aceno de cabeça. A partir de seu estudo, Karabüklü (2016; 2018) observou que tais estratégias estabelecem relações temporais, contudo não são marcações gramaticais de *tense*, concluindo, assim, que a TİD é uma língua sem-*tense*.

Nas pesquisas em Libras, tal divergência se mantém. Ferreira-Brito (1995) propõe a primeira discussão sobre o estabelecimento de referência temporal em Libras. Segundo a autora, “o tempo é expresso através de locativos temporais, manifestando entre si relações espaciais” (FERREIRA-BRITO, 1995, p. 48). Apesar de não explicitar sobre a marcação gramatical de *tense* na língua, ao afirmar que a Libras faz uso de locativos temporais, Ferreira-Brito se aproxima de análises que consideram línguas de sinais como línguas sem-*tense*.

---

<sup>7</sup> Em sua análise para a ASL, Grose (2003) também aponta o aceno de cabeça como marcador de *tense* na língua. Segundo o autor, essa articulação não manual distingue *tenses* simples de *tenses* perfectivos. (GROSE, 2003, p. 51).

Finau (2004) também observa que em Libras esses locativos temporais, que a autora chama de advérbios e expressões temporais, são responsáveis pela interpretação temporal das sentenças. Contudo, ao propor a existência de um conjunto de “operadores”, além de modulações no movimento do verbo, que seriam tipos de flexões verbais, nos termos de Felipe (1998), a autora se aproxima de uma análise da Libras como uma língua de *tense*: “A temporalidade é denotada por operadores específicos e por advérbios e expressões temporais. A direção dos movimentos para trás e/ou para baixo e para frente e/ou para cima é determinante para estabelecer as noções, respectivamente, de passado e futuro.” (FINAU, 2004, p. 131).

Poderíamos, então, entender esses operadores e essas marcas flexionais como sendo realizações morfológicas de *tense* na língua. Por fim, Finau descreve o sistema de referência temporal<sup>8</sup> na Libras da seguinte maneira:

A investigação da referência temporal/aspectual, na LIBRAS, considerou que informações sobre essas categorias são expressadas, indiretamente, na estrutura linguística e, assim, presumidas por *default*. Isso porque se notou que o tempo pode ser denotado, nessa língua, por operadores temporais específicos, pela flexão semântica dada pelo *aktionsart* dos verbos, e por implicaturas conversacionais generalizadas. (FINAU, 2004, p. 223).

Mais recentemente, Bertucci e Finau (2018), ao descreverem o que eles chamam de presente-perfeito em Libras, parecem assumir que a Libras possui efetivamente *tense*, conforme os próprios autores afirmam na introdução de seu texto: “Vamos

---

<sup>8</sup> Acreditamos também que a dificuldade de analisar o sistema proposto por Finau (2004) se dá devido ao fato de a autora não fazer uma distinção fina entre tempo e aspecto, referindo-se frequentemente a essas categorias como “tempo/aspecto”, além da confusão entre tempo e tempo (*tense*) comum em textos sobre o assunto escritos em língua portuguesa.

assumir, para este trabalho, que o presente perfeito seja um tempo verbal (no sentido de *tense*, em inglês) com leituras específicas.” (BERTUCCI; FINAU, 2018, p. 72).<sup>9</sup>

Por fim, Silva e Lessa-de-Oliveira (2016) argumentam que a Libras é uma língua de *tense* e que apresenta um sistema tripartite de referência temporal: passado, presente e futuro. As autoras afirmam que *tense* pode ser marcado com operadores temporais como os sinais PASSADO, HOJE/AGORA, FUTURO e IR OU V-A-I, ou com itens lexicais como os sinais ONTEM, AMANHÃ, DOMINGO PRÓXIMO, entre outros, ou na raiz semântica do próprio verbo que associa aspecto a traços funcionais específicos, que marcam se o evento é expresso como completo ou incompleto. (SILVA; LESSA-DE-OLIVEIRA, 2016, p. 179-180).

No que diz respeito ao estabelecimento de referência temporal em línguas de sinais, vimos até agora que figuram como estratégias recorrentes: i) o uso de linha do tempo; ii) o emprego de expressões temporais e advérbios de tempo; e iii) para alguns autores, há ainda, morfologia de *tense*, que pode ser realizada na flexão do verbo, modificando-se o movimento, ou na utilização de expressões não manuais, sendo que esta não seria obrigatória, o que resulta na constante discussão sobre o real estatuto desses marcadores.

Há, também, análises de que a Língua de Sinais Italiana (ZUCCHI, 2009) e a Língua de Sinais Mexicana (FRIDMAN-MINTZ, 2005) são línguas que marcam *tense* e que a Língua de Sinais Irlandesa é uma língua sem-*tense* (LEESON, 1996).

Todas as propostas aqui citadas estão organizadas no

---

<sup>9</sup> Mais à frente, os autores parecem manter a análise de que a interpretação de referência temporal em Libras se dá a partir de uma relação entre tempo-aspecto-pragmática, já que afirmam que, sem o contexto, “uma mesma sentença poderia disparar leituras [temporais] distintas”. (BERTUCCI; FINAU, 2018, p. 88). Esse comportamento, porém, parece-nos ser pouco consistente com a afirmação anterior de que “o presente perfeito seja um tempo verbal (no sentido de *tense*, em inglês) com leituras específicas” em Libras. (BERTUCCI; FINAU, 2018, p. 72).

Quadro 1, que sintetiza as análises semelhantes para a marcação (ou não) de *tense* nas línguas sinalizadas.

**Quadro 1 - Quadro-síntese de análises para *tense* em línguas de sinais**

| <i>Línguas de sinais</i> | <i>Língua de tense</i>                                                                                                                  | <i>Língua sem-tense</i>      |
|--------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|
| <i>ASL</i>               | <i>Jacobowitz e Stokoe (1988)</i><br><i>Aarons et al. (1995)</i><br><i>Neidle et al. (2000)</i><br><i>Sandler e Lillo-Martin (2006)</i> | <i>Friedman (1975)</i>       |
| <i>TİD</i>               | <i>Gökgöz (2009)</i>                                                                                                                    | <i>Karabüklü (2018)</i>      |
| <i>Libras</i>            | <i>Finau (2004)</i><br><i>Bertucci e Finau (2018)</i><br><i>Silva e Lessa-de-Oliveira (2016)</i>                                        | <i>Ferreira-Brito (1995)</i> |
| <i>LIS</i>               | <i>Zucchi (2006)</i>                                                                                                                    |                              |
| <i>LSM</i>               | <i>Fridman-Mintz (2005)</i>                                                                                                             |                              |
| <i>ISL</i>               |                                                                                                                                         | <i>Leeson (1996)</i>         |

**Fonte: Figueiredo (2020, p. 93)**

Conforme podemos observar, análises diferentes competem sobre o fato de *tense* ser ou não ser marcado nas línguas de sinais. Contudo, Pfau, Steinbach e Woll (2012) e Velupillai (2012) apontam que a ausência de *tense* gramatical nas línguas de sinais parece ser um universal.

Antes de passarmos para a nossa análise da Libras, discutiremos, na próxima seção, algumas propriedades do chinês que têm sido apontadas como características de línguas *sem-tense*. Essas características serão importantes para nosso argumento de que a Libras também é uma língua *sem-tense*.

### 3 Chinês: uma língua sem-*tense*

O chinês é um clássico exemplo citado nos debates acerca da ausência de *tense* nas línguas. Embora alguns estudiosos discordem da classificação dessa língua como sem-*tense*, preferindo a classificação do chinês como *tense* nulo,<sup>10</sup> Lin (2012) apresenta evidências que argumentam a favor de uma análise sem-*tense*.

Segundo Lin,

raízes verbais no chinês não são obrigatoriamente flexionadas para pessoa, número, gênero, *tense* ou aspecto e não necessitam coocorrer com marcadores temporais, aspectuais ou modais, mas elas expressam locações temporais tão precisas quanto os verbos flexionados em *tense* do inglês o fazem. (LIN, 2012, p. 671).

Dessa maneira, o autor indica que a utilização de qualquer um dos recursos citados, como marcadores aspectuais ou modais, não são recursos que compõem a marcação de *tense* na língua.

A referência do tempo presente é expressa na língua por um verbo não marcado, que pode ou não estar acompanhado de advérbio/expressão temporal, como é o caso de (5) e (6):

- (5) Zhāngsān(jintīān)      hěn      máng.      (LIN, 2012, p. 672)  
Zhangsan(hoje)      muito      ocupado

---

<sup>10</sup> Uma língua de *tense* nulo (do inglês *null-tense*) é aquela que apresenta a categoria gramatical *Tense*, sendo essa preenchida por um morfema inaudível. Desse modo, ainda que na PF (*Phonological Form*) esse não se manifeste, na LF (*Logical Form*) tal morfema será representado. Lin (2012, seq. 7.2) discute essa abordagem para o chinês, com base na proposta de Matthewson (2006) para a língua st'at'imcets. Em seu trabalho, Matthewson (2006) assume que a análise para o st'at'imcets enquanto uma língua sem-*tense* é apenas superficial, pois essa pode ser classificada como *tense* nulo.

“Zhangsan está ocupado (hoje).”

(6) Wǒ            (**měi tiān/chángcháng**)            màn pǎo.

Eu            (**(todo dia/frequentemente)**)            correr

“Eu corro (todo dia/frequentemente).”

Em (5), a sentença estativa apresenta a referência de tempo presente, sendo a presença do advérbio temporal facultativa. De modo semelhante, em (6), o advérbio temporal também é opcional e o verbo de atividade, não marcado, apresenta uma leitura de presente habitual/genérico.

A referência do tempo passado também não utiliza nenhum morfema distintivo que o codifique e pode ser realizada de diferentes maneiras, conforme os exemplos a seguir:

(7) Lǐsì            **dǎpò**            huāpíng.            (LIN, 2012,  
p. 673)

Lisi            **quebrar**            vaso

“Lisi quebrou o vaso.”

(8) Lǐsì            **zuótiān**            dǎpò  
huāpíng.

Lisi            **ontem**            quebrar  
vaso

“Lisi quebrou o vaso ontem.”

(9) Lǐsì            dǎpò-le            huāpíng.

Lisi            quebrar-ASP            vaso

“Lisi quebrou o vaso.”

Em (7), há um verbo não marcado, *dǎpò*, que apresenta leitura de passado em função de sua classificação como verbo de *achievement*. Outra estratégia utilizada é a presença de um advérbio temporal que expresse passado, como “ontem”, em (8), além da marcação aspectual, como ocorre no exemplo (9).

A referência ao tempo futuro, no chinês, utiliza, dentre outras estratégias, o auxiliar modal *huì* (que é semelhante ao *will* do inglês). Em alguns contextos, ele será obrigatório, como em (10):

- |                      |               |        |             |
|----------------------|---------------|--------|-------------|
| (10) Míngtiān        | <b>*(huì)</b> | xiàyǔ. | (LIN, 2012, |
| p. 674)              |               |        |             |
| Amanhã               | <b>huì</b>    | chover |             |
| “Amanhã vai chover.” |               |        |             |

Nesse exemplo, o autor justifica semanticamente a obrigatoriedade de *huì*, já que a sentença é uma “declaração sobre o estado de coisas que acontecerão em um tempo subsequente ao tempo presente”. (LIN, 2012, p. 674). Contudo, segundo Lin (2012, p. 674), “nem toda sentença com referência ao tempo futuro contém o morfema *huì*”,<sup>11</sup> sendo agramatical em alguns contextos, como é o caso de (11),<sup>12</sup> e ainda há contextos em que o morfema é opcional, conforme o exemplo (12):

- |                             |      |       |               |      |             |
|-----------------------------|------|-------|---------------|------|-------------|
| (11) Huǒchē                 | sān  | diǎn  | <b>*(huì)</b> | kāi. | (LIN, 2012, |
| p. 675)                     |      |       |               |      |             |
| Trem                        | três | horas | <b>huì</b>    | sair |             |
| “O trem sai às três horas.” |      |       |               |      |             |

---

11 Além de *huì*, o chinês também utiliza outras expressões que denotam futuro, como *jiāng* e *yào*, o que demonstra que *huì* não é um marcador fixo para denotar futuro.

12 A diferença semântica entre (8) e (9) impacta a obrigatoriedade ou não de *huì*, uma vez que “o último é um evento agendado ou planejado, com uma pequena possibilidade de mudança se tudo proceder normalmente”, enquanto o primeiro “é uma predição não controlável baseada na informação atual a respeito do clima”. (LIN, 2012, p. 675). Dessa forma, o uso de *huì* parece adicionar um componente de incerteza ao evento.

- (12) Wǒ            xiàwǔ            bú        (huì)        zài        bàngōngshì.  
 Eu            à tarde            não        huì        em        escritório  
 “Eu não estarei no meu escritório.”

Dessa forma, pode-se concluir que não há evidências da existência de expressões gramaticalizadas que ocorram de modo sistemático em todas as sentenças com referência ao tempo futuro. Portanto não é possível distingui-las dos contextos de não futuro no chinês. (LIN, 2012, p. 677).

Além de caracterizar como ocorre a referência temporal no chinês, explicitando que nenhuma referenciação ocorre por meio de marcas de *tense*, Lin (2012, seção 4) apresenta também quatro propriedades sintáticas associadas à ausência de *tense* na língua, são elas: i) a existência de predicados de nominais (NP) nus; ii) a ausência de sujeitos expletivos; iii) a ausência de distinção entre finito e infinito; e iv) a ausência de movimento motivado por caso.

No que diz respeito à existência de NPs nus, “predicados nominais e adjetivais podem servir como o predicado principal da sentença sem cópula” (LIN, 2012, p. 677), conforme os exemplos a seguir:

- (13) Jīntiān                      xīngqítiān                      (LIN, 2012, p. 678)  
 Hoje                      domingo  
 “Hoje é domingo.”

- (14) Tā            dà            bízì  
 Ele            grande nariz  
 “Ele tem o nariz grande.”



As traduções dos exemplos (13) e (14) já nos revelam que o português brasileiro é diferente em relação a essa propriedade, pois foram necessários os verbos “é” e “tem” para que as sentenças fizessem sentido em nossa língua. Para justificar essa distinção, Lin (2012, p. 678) aponta que, em uma língua de *tense*, a morfologia referente a essa categoria precisa ser checada por um verbo, desse modo, o verbo “ser”, que é semanticamente vazio, ocupa essa posição. Como o chinês não apresenta a categoria *Tense*, não há nada para ser checado, justificando a ausência de cópula na língua e, portanto, a existência de NPs nus.

A segunda propriedade é uma oposição em relação às línguas de *tense*, que, normalmente, apresentam sujeito expletivo. Segundo Roberts e Roussou (2002), citados por Lin (2012, p. 679), o seguinte princípio pode ser postulado para o requerimento de sujeitos:

(15) O núcleo contendo T deve ter seu especificador preenchido.

Dessa forma, Lin (2012, p. 679) compara o chinês ao inglês. Como T é preenchido no inglês, uma língua de *tense*, seu especificador precisa, também, ser preenchido, sendo os expletivos ocupantes dessa posição na ausência de outros sujeitos para a sentença (16). Em oposição a essa situação, línguas sem-*tense* não apresentam T, logo não há o requerimento de sujeito para satisfazer o princípio (15), conforme observado no chinês (17).

|                  |          |                              |
|------------------|----------|------------------------------|
| (16) It          | is       | raining. (LIN, 2012, p. 678) |
| EXPL             | SER.PRES | chover.PROG.                 |
| “Está chovendo.” |          |                              |

- (17) Xià        yu        le.  
Cair        chuva    agora.  
“Está chovendo agora.” Lit: “Cai chuva agora.”

A terceira propriedade sintática apresentada por Lin (2012) diz respeito à ausência de distinção morfológica entre finito e não finito nas línguas *sem-tense*. A “finitude é frequentemente definida em termos de *Tense*. De fato, no chinês, a mesma forma verbal é utilizada em todos os contextos sintáticos e a subordinação é indicada apenas pela posição”. (LIN, 2012, p. 679).

- (18) Tā        líkāi    xuéxiào        sǎn    tiān    le.    (LIN,  
2012, p. 679)  
Ele        sair    escola        três    dia    par.  
“Faz três dias desde que ele saiu da escola.”

- (19) Tā        shèfǎ   líkāi    xuéxiào.  
Ele        tentar   sair    escola.  
“Ele tentou sair da escola.”

Em relação à quarta evidência, Lin se baseia em Pesetsky e Torrego (2001) para argumentar que “caso pode ser uma consequência direta da categoria funcional T”. (LIN, 2012, p. 679). Dessa forma, a ausência de T justificaria a ausência de movimentos motivados por caso na língua chinesa. O autor ainda justifica que movimentos de alçamento, como (20) e (21), não são motivados por caso. Na verdade, esses seriam movimentos de tópico ou foco.

(20) Kěnéng                      Zhāngsān              bú              qù              le.      (LIN, 2012, p. 680)  
 Provavelmente      Zhangsan              não                              ir              PAR  
 “É provável que Zhangsan não vá.”

(21) Zhāngsān              kěnéng              bú              qù              le.  
 Zhangsan              provavelmente              não              ir              PAR  
 “Zhangsan provavelmente não irá.”

Fica claro, assim, que a não presença de *tense* gramaticalmente marcado nas línguas traz consequências semânticas para a interpretação de referência temporal nas sentenças, mas também traz corolários sintáticos. Isso é observado não somente para o chinês, mas também para outras línguas sem-*tense*, como o *blackfoot* e as línguas algonquinas: “Essas semelhanças interlinguísticas entre o chinês, o *blackfoot* e as línguas algonquinas apontam para o fato de que as línguas sem-*tense* tendem a compartilhar certas propriedades sintáticas que não são observadas em línguas de *tense*.” (LIN, 2012, p. 680).

Concluímos aqui esta seção de descrição das características das línguas sem-*tense*, com base na análise de Lin (2012) para o chinês.

## **4 A não marcação de *tense* em Libras**

Com base nas características que evidenciam o estatuto do chinês como língua sem-*tense*, faremos aqui uma análise da Libras, utilizando os mesmos critérios propostos por Lin (2012), que serão retomados a seguir. Em nossa análise, apresentaremos

sentenças obtidas a partir de julgamentos de gramaticalidade dados por surdos sinalizantes de Libras.

#### **4.1 Verbo sem morfologia de tense e opcionalidade da expressão temporal ou do advérbio de tempo**

De modo semelhante ao exposto para o chinês, em Libras, os verbos não são marcados e o tempo pode ser referenciado opcionalmente por expressões temporais e advérbios de tempo. Vale lembrar a descrição de Ferreira-Brito (1995, p. 48) em que lemos que “o tempo é expresso através de locativos temporais, manifestando entre si relações espaciais”. Adicionalmente, os mesmos autores que parecem argumentar a favor de um sistema de *tense* na língua reconhecem a opcionalidade do uso de expressões temporais, como é o caso de Finau (2004) e Bertucci e Finau (2018).

Desse modo, as sentenças a seguir são possíveis em Libras, sem que as expressões temporais sejam obrigatórias:

(22) JOÃO ESTUDAR PROVA.

“João estuda/está estudando/?estudou para a prova.”

(23)(ONTEM) JOÃO ESTUDAR PROVA.

“Ontem João estudou para a prova.”

(24) (HOJE) JOÃO ESTUDAR PROVA.

“Hoje João estuda/está estudando para a prova.”

(25) (AMANHÃ) JOÃO ESTUDAR PROVA.

“Amanhã João estudará para a prova.”

Quando marcado com as expressões temporais e advérbios de tempo, a referência temporal será determinada a partir deles,

como em (23), (24) e (25). No caso de (22), a interpretação *default* é o presente, mas outras leituras temporais são possíveis, a depender da situação de fala.

Em Libras, esses advérbios temporais parecem ocupar preferencialmente a posição inicial. Conforme Lourenço e Quadros (2020, p. 142) observam, o “advérbio temporal é gramatical se colocado na posição inicial da sentença. Essa é claramente a distribuição de preferência na língua”. Os autores atestam com exemplos que a posição final também é aceita pelos falantes, contudo é uma posição pragmaticamente marcada.

- (26) (ONTEM) JOÃO \*(ONTEM) COMPRAR \*(ONTEM) CARRO (ONTEM).  
“Ontem João comprou um carro.”

É importante observarmos ainda que não parece haver distinção distribucional entre o que Finau (2004) chama de “operadores” de tempo (PASSADO) e advérbios temporais (ONTEM). Inclusive, esses elementos não podem coocorrer em uma mesma sentença (conforme (29) e (30)). Por esse motivo, chamaremos a todos esses elementos de expressões temporais e assumiremos que estas se encontram, uniformemente, em posição de adjunção a TP/IP (*Inflectional Phrase*).<sup>13</sup>

- (27) ONTEM JOÃO COMPRAR CARRO.  
(28) PASSADO JOÃO COMPRAR CARRO.  
(29) \*PASSADO ONTEM JOÃO COMPRAR CARRO.  
(30) \*ONTEM PASSADO JOÃO COMPRAR CARRO.

---

<sup>13</sup> Retomaremos a discussão sobre a projeção TP/IP na seção 4.7.

## 4.2 Passado não marcado gramaticalmente no verbo

Conforme vimos no exemplo (23), repetido a seguir como (31), expressões temporais podem ser inseridas na sentença para introduzir a leitura de passado na sentença. Contudo, a presença dessas expressões é opcional.

(31) (ONTEM) JOÃO ESTUDAR PROVA.

“(Ontem) João estudou para a prova.”<sup>14</sup>

Chamaremos a atenção agora para a forma morfológica do verbo e argumentaremos que este não carrega nenhum tipo de expressão morfológica de *tense*/tempo. Para isso, comparemos as sentenças a seguir:

(32) (ONTEM) JOÃO ESTUDAR PROVA.

“Ontem João estudou para a prova.”

(33) (HOJE) JOÃO ESTUDAR PROVA.

“Hoje João estuda/está estudando para a prova.”

(34) (AMANHÃ) JOÃO ESTUDAR PROVA.

“Amanhã João estudará para a prova.”

Além disso, Lourenço (2018a; 2018b) analisa a estrutura morfológica dos verbos em Libras e propõe que há um *layering*<sup>15</sup> de informações visuais na estrutura verbal. Assim, o autor argumenta que “diferentes operações morfológicas irão ter

---

<sup>14</sup> Ressaltamos que, caso o advérbio de tempo “ontem” não esteja presente na sentença, a interpretação deixará de ser o passado (até então marcado pelo advérbio) e se dará conforme exposto na sentença (22): “João estuda/está estudando/?estudou para a prova”.

<sup>15</sup> *Layering* é o mecanismo de organização linguística pelo qual múltiplas informações podem ser enviadas simultaneamente. Ele requer que a articulação de cada informação não interfira com a articulação das demais. Assim, *layering* é uma conspiração entre forma (articulação) e significado, de modo a permitir que mais de uma unidade de significado linguístico (morfema) seja eficientemente transferida simultaneamente. (WILBUR, 2003, p. 334).

como alvo diferentes nós na estrutura fonológica do verbo” (LOURENÇO, 2018b, p. 4). Na descrição do autor, contudo, não conseguimos identificar nenhum tipo de modificação na estrutura morfológica do verbo que possa ser analisada como um tipo de marcação de tense.

### 4.3 Futuro marcado por auxiliar

Vimos que o futuro é marcado no chinês, dentre outras estratégias, por meio da utilização de auxiliares como *huì*. No caso da Libras, é comum a utilização dos sinais FUTURO e/ou V-A-I<sup>16</sup> em contextos semelhantes aos apresentados por Lin (2012) para o *huì*.<sup>17</sup>

(35) (FUTURO) JOÃO ESTUDAR PROVA (FUTURO).

“João estudará para a prova.”

(36) JOÃO ESTUDAR PROVA (V-A-I).

“João vai/irá estudar para a prova.”

É interessante observarmos que FUTURO e V-A-I não parecem ter o mesmo estatuto na estrutura, já que ocupam diferentes posições na sentença.<sup>18</sup> FUTURO parece ser um advérbio de tempo, já que, conforme observado por Lourenço e Quadros (2020, p. 142), o “advérbio temporal é gramatical se colocado na posição inicial da sentença”. Além disso, conforme atestado pelos autores, a posição final também é aceita pelos falantes

---

16 O sinal V-A-I é grafado dessa forma, com cada letra separada por hífen, conforme convenção de representação de sinais com soletramento nas línguas sinalizadas.

17 Esses sinais também são descritos como marcadores de futuro por Silva e Lessa-de-Oliveira (2016, p. 170-171).

18 Em função disso, FUTURO e V-A-I podem coocorrer.

em contextos pragmaticamente específicos. Já *v-a-i* ocorre em posição final da sentença e parece trazer uma leitura de futuro próximo (LOURENÇO, 2018c, p. 13), não podendo ocorrer em nenhuma outra posição sentencial:<sup>19</sup>

- (37) (\*V-A-I) JOÃO (\*V-A-I) ESTUDAR (\*V-A-I) PROVA.  
 “João vai/irá estudar para a prova.”

#### 4.4 Predicados de nominais nus

A existência de predicados de nominais nus também é uma característica presente na Libras, que apresenta nomes e adjetivos sem cópula como predicados principais de sentenças. Ao retornarmos aos exemplos (13) e (14), apresentados por Lin (2012) para o chinês, percebemos que as mesmas construções podem ser feitas para a Libras, conforme exemplos dados em (38) e (39).

- (38) HOJE                      DOMINGO.  
      “Hoje é domingo.”
- (39) ELE                  NARIZ    GRANDE.  
      “Ele tem um nariz grande.”

A presença de nominais nus já foi observada para outras línguas de sinais, como a ASL (SANDLER; LILLO-MARTIN, 2006) e a HKSL (Língua de Sinais de Hong Kong) (TANG; SZE, 2009). Além da presença de nominais nus em Libras, o que mostramos com os dados acima é que esses nomes nus podem

19 A discussão sobre o estatuto de V-A-I e sua posição estrutural na sentença não é o foco deste artigo. Vale apontar, apenas, que, conforme observado por Loureço (2018c), V-A-I apresenta distribuição semelhante ao sinal AINDA-NÃO.



exercer função predicatora, sem a presença de um elemento de cópula. Dessa forma, mais uma das características apontadas por Lin (2012) para línguas sem-*tense* é encontrada em Libras.

#### **4.5 Ausência de sujeito expletivo**

Como exposto por Lin (2012), a ausência de sujeito expletivo é uma característica sintática do chinês, também presente em outras línguas sem-*tense*. A justificativa apresentada pelo autor é o fato de a língua não preencher o núcleo TP e, portanto, não possuir a obrigatoriedade de preencher, também, a posição de Spec,TP.

O mesmo exemplo apresentado para o chinês em (17) parece funcionar para a Libras, conforme (40). É possível observarmos também que, em construções de alçamento em Libras, não há a presença de nenhum elemento expletivo, conforme exemplos em (41) e (42).

(40) CHOVER AGORA.

“Está chovendo agora.”

(41) \_\_\_\_\_ PARECE JOÃO SAIR JÁ.

“Parece que João já saiu.”

(42) JOÃO PARECE \_\_\_\_\_ SAIR JÁ

“João parece que já saiu.”

#### **4.6 Ausência de distinção morfológica entre finito e não finito**

A respeito da ausência de distinção morfológica entre finito e não finito, Lin (2012) explica essa ocorrência devido à relação

intrínseca entre finitude e o preenchimento de TP, desse modo, a ausência de TP implicaria a ausência de distinções relacionadas à finitude.

Apesar de a análise de Sandler e Lillo-Martin (2006) para a ASL considerar essa língua como sendo de *tense*, as autoras reconhecem que não há nenhuma marcação evidente no verbo que diferencie as orações subordinadas infinitivas das flexionadas. Mesmo não apresentando marcação de finitude, elas afirmam que “verbos como TENTAR e QUERER se comportam como tendo complementos não finitos”. (SANDLER; LILLO-MARTIN, 2006, p. 317).

Em Libras, sentenças como (43), (44) e (45) apresentam a mesma estrutura morfológica para o verbo VIAJAR, apesar de, aparentemente, expressarem diferentes noções em relação à finitude.

(43) IX<sub>1</sub> VIAJAR RIO-DE-JANEIRO. (LOURENÇO; QUADROS, 2020, p. 140)

Eu **viajar** Rio de Janeiro  
 “Eu viajei para o Rio de Janeiro.”

(44) IX<sub>1</sub> WANT [TRAVEL RIO-DE-JANEIRO].

Eu querer **viajar** Rio de Janeiro  
 “Eu quero viajar para o Rio.”

(45) IX<sub>1</sub> WANT [IX<sub>2</sub> TRAVEL RIO-DE-JANEIRO].

Eu querer você **viajar** Rio de Janeiro  
 “Eu quero que você viaje para o Rio.”

O exemplo (43) apresenta um verbo não marcado que é interpretado como passado, sem, contudo, haver marcas relativas

a *tense*. Já a presença do verbo de controle QUERER, em (44) e (45), pode indicar diferenças na finitude de seus complementos oracionais. É possível assumirmos que (44) possui um complemento oracional não finito, já que o sujeito da oração raiz controla a categoria nula da oração encaixada. Já (45) pode ser um exemplo de complemento oracional finito. Vale observar que a ausência de morfologia que indique (não) finitude dificulta nossa análise dessas construções — o que é justamente o ponto que queremos evidenciar aqui. Línguas sem-*tense* não possuem distinção morfológica entre finito e não finito.

#### 4.7 Ausência de movimento motivado por Caso

Lin (2012) aponta que a ausência de *tense* em chinês implicaria, também, a ausência de movimento motivado por Caso na língua. Essa característica também parece estar presente na Libras.

Lourenço (2014), seguindo Pesetsky e Torrego (2001) e Miyagawa (2007; 2010), argumenta que, em Libras, o movimento do sujeito para a posição de Spec,TP é motivado por concordância e não por Caso. Assim, o autor propõe uma derivação sintática em que todos os argumentos recebem Caso estrutural (ou inerente) *in situ* e são os traços de concordância que engatilham movimento dos argumentos para projeções mais altas.

É interessante observarmos ainda que, de acordo com a análise de Lourenço (2014), o núcleo T° em Libras não é preenchido, o que está consoante à análise de Lin para o chinês. Em Libras, não há movimento do verbo para o núcleo de T, de modo que a morfologia de concordância com o sujeito deve ser

pronunciada junto ao verbo em sua posição baixa, resultando no clássico fenômeno de *affix hopping*. (LOURENÇO, 2014, p. 114).

Por fim, é importante apenas discutirmos brevemente sobre a presença da projeção TP em uma língua *sem-tense*, conforme estamos propondo em nossa análise para a Libras. Apesar de, tradicionalmente, línguas como o chinês serem analisadas como línguas sem concordância, Myiagawa (2010) argumenta que o chinês, de fato, apresenta o fenômeno de concordância pessoal. Na seção 2.7 de seu livro, Myiagawa (2010) mostra que o chinês possui um robusto sistema de concordância pessoal, porém, semelhantemente ao que argumentamos (e também Lourenço (2014)) para a Libras, a categoria T nessa língua não é preenchida. Por esse motivo, continuaremos assumindo a presença de uma projeção TP para a Libras, apesar de argumentarmos que essa língua é uma língua *sem-tense*.

#### **4.8 Interpretação de referência temporal baseada em aspecto**

Ao descrever o estabelecimento da referência temporal de passado no chinês, Lin (2012, p. 673) apresenta exemplos envolvendo diferentes estratégias indicadoras de passado: i) o aspecto inerente do próprio verbo; ii) o uso de expressões temporais ou advérbios de tempo; iii) morfemas indicadores de aspecto.

O estudo das relações temporais com base no aspecto é comum em pesquisas linguísticas, pois as informações aspectuais da construção interagem com a interpretação da

referência temporal codificada pelo *tense* verbal.<sup>20</sup> Isso fica claro nos exemplos do chinês em que sentenças com verbos de *achievement* e *accomplishment* são interpretadas, por *default*, no passado, conforme mostramos no exemplo (7).

Argumentamos que o mesmo fenômeno é observado em Libras, de modo que orações não marcadas para referência temporal com verbos de atividade terão interpretação *default* no presente. Por outro lado, orações não marcadas para tempo, com verbos de *accomplishment* e *achievement*, terão interpretação *default* de passado.

- (46) IX<sub>1</sub>            ESTUDAR            MATEMÁTICA.            (FIGUEIREDO, 2020, p. 108)  
eu            estudar            matemática.  
“Eu estudo matemática.” (Interpretação *default*: presente)

- (47) IX<sub>1</sub>            PERDER            CHAVE.  
eu            perder            chave.  
“Eu perdi a chave.” (Interpretação *default*: passado).

Figueiredo (2020) analisou a interação entre aspecto e interpretação de referência temporal em Libras por meio de dois testes, que foram realizados na tentativa de compreender melhor como o surdo estabelece referência temporal de sentenças nessa língua: um julgamento de compreensão de sentenças sinalizadas e um estudo piloto utilizando rastreamento ocular. Os resultados da autora confirmam que há uma relação entre a telicidade do verbo e a interpretação de referência temporal de sentenças não

---

<sup>20</sup> Ver a noção de aspecto incremental de Filip (2012).

marcadas com expressões temporais em Libras. Em sentenças não marcadas por advérbios de tempo e expressões temporais, há uma interpretação temporal *default* de presente. Porém, se a sentença exprimir um predicado télico, a interpretação temporal de passado passa a ser considerada. Esse comportamento é similar ao descrito por Lin (2012) para o chinês.

Destarte, considerando-se as características e os testes propostos por Lin (2012) para se identificar uma língua sem-*tense*, é possível evidenciarmos que a Libras comporta-se de modo bastante semelhante ao chinês e, por isso, argumentamos que não há marcação de *tense* na gramática da Libras.

## Considerações finais

Neste artigo, argumentamos que a Libras não apresenta marcação gramatical de *tense*, sendo, portanto, uma língua sem-*tense*. O que constatamos foi que a Libras emprega outros mecanismos para expressar referência temporal, como, por exemplo, o uso de linha do tempo e o uso de expressões temporais e advérbios de tempo. Contudo, argumentamos que estes não são efetivamente marcadores morfológicos de *tense*. Valendo-nos das propriedades sintáticas associadas à ausência de *tense*, evidenciadas por Lin (2012), apresentamos testes que nos permitem analisar a Libras de maneira semelhante ao chinês, *blackfoot*, línguas algoquinas e outras línguas sem-*tense*. Esperamos, assim, contribuir com uma melhor descrição da Libras, assim como com a discussão sobre a marcação de *tense* nas línguas de sinais.

## Referências

AARONS, Debra *et al.* Lexical tense markers in American Sign Language. *In*: EMMOREY, Karen; REILLY, Judy (org.). **Language, gesture and space**. New York: Psychology Press, 1995. p. 225-253.

ARIK, Engin. Space, time, and iconicity in Turkish Sign Language (TID). **Trames**, v. 16, n. 4, p. 345-358, 2012.

BERGMAN, Brita; DAHL, Östen. Ideophones in Sign Language? The place of reduplication in the tense-aspect system of Swedish Sign Language. *In*: BACHE, C.; BASBØLL, H.; LINDBERG, C. (org.). **Tense, aspect and action: empirical and theoretical contributions to language typology**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1994. p. 397-422.

BERTUCCI, Roberlei Alves; FINAU, Rossana Aparecida. Uma descrição inicial do presente perfeito na Libras. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, v. 60, n. 1, p. 71-89, 2018.

COMRIE, Bernard. **Tense**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

DIKYUVA, Hasan; MAKAROĞLU, Bahtiyar; ARIK, Engin. **Türk İşaret Dili Dilbilgisi Kitabı**. Ankara: İmpedus Medya Prodüksiyon Ltd. Şti., 2015.

DU FEU, V. **Rapanui**. London: Routledge, 1996.

FELIPE, T. A relação sintático-semântica dos verbos e seus argumentos na Língua Brasileira de Sinais (Libras). 1998. 298f. Tese (Doutorado em Linguística) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

FERREIRA-BRITO, Lucinda. **Por uma gramática de Língua de Sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FIGUEIREDO, Lorena. **A (não) marcação de tense em Língua Brasileira de Sinais**. 160f. Dissertação (Mestrado

em Linguística Teórica e Descritiva) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

FILIP, H. Lexical aspect. *In*: BINNICK, R. (ed.). **The Oxford handbook of tense and aspect**. New York: Oxford University Press, 2012

FINAU, R. A. **Os sinais de tempo e aspecto na LIBRAS**. 2004. 238f. Tese. (Doutorado em Letras) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

FRIDMAN-MINTZ, B. **Tense and Aspect Inflections in Mexican Sign Language Verbs**. 2005. 346p. Thesis. (Doctor's Degree of Philosophy in Linguistics) - Faculty of the Graduate School of Arts and Sciences, Georgetown University, Washington D.C., 2005.

FRIEDMAN, Lynn A. Space, time, and person reference in American Sign Language. **Language**, v. 51, n. 4, p. 940-961, 1975.

FRISHBERG, Nancy; GOUGH, Bonnie. Morphology in American Sign Language. **Sign Language & Linguistics Sign Language and Linguistics**, v. 3, n. 1, p. 103-131, 1973.

GÖKGÖZ, K. **Topics in Turkish Sign Language (TİD) Syntax: Verb Movement, Negation and Clausal Architecture**. 2009. 94p. MA Theseis (Master's Degree of Arts in Linguistics) - Institute for Graduate Studies in the Social Sciences, Boğaziçi University, İstanbul, 2009.

GROSE, D. **The perfect tenses in American Sign Language: non-manually marked compound tenses**. 2003. 92p. MA Thesis. (Master's Degree of Arts) - Purdue University, West Lafayette, 2003.

HEWSON, John. Tense. *In*: BINNICK, Robert I. (org.). **The Oxford handbook of tense and aspect**. New York: Oxford University Press, 2012. p. 507-535.

JACOBOWITZ, Lynn; STOKOE, William. Signs of tense in



ASL verbs. **Sign Language Studies**, v. 60, p. 331-340, 1988.

JESPERSEN, Otto. **Essentials of English grammar**. London: Allen and Unwin, 1933.

KARABÜKLÜ, S. **Time and aspect in Turkish Sign Language (TİD): manual and nonmanual realizations of “finish”**. 2016. 169p. MA Theseis (Master's Degree of Arts in Linguistics) - Institute for Graduate Studies in the Social Sciences, Boğaziçi University, İstanbul, 2016.

KARABÜKLÜ, Serpil. Strategies to express time in a tenseless language: Turkish Sign Language (TİD). **Dilbilim Araştırmaları Dergisi**, p. 87-118, July 2018.

LEACH, M. B. **Things Hold Together: Foundations for a systemic treatment of verbal and nominal tone in Plateau Shimakonde**. Utrecht: Landelijke Onderzoekschool Taalwetenschap (LOT), 2010.

LEESON, L. M. **The Expression of Time in Sign Languages with Special Reference to Irish Sign Language**. 1996. 130p. MA Thesis (Master's Degree of Philosophy in Linguistics) - University of Dublin, Dublin, 1996.

LIN, J. W. Tenselessness. In: BINNICK, R. (ed.). **The Oxford handbook of tense and aspect**. New York: Oxford University Press, 2012. p. 669-695.

LOURENÇO, G. **Concordância, caso e ergatividade em Língua de Sinais Brasileira: Uma proposta minimalista**. 2014. 161f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

LOURENÇO, G. **Verb agreement in Brazilian Sign Language: Morphophonology, Syntax & Semantics**. 320f. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018a.

LOURENÇO, G. **Layering de informações visuais e a estrutura morfofonológica dos verbos em Libras**. In: Congresso Nacional de Pesquisas em Linguística e Libras, 2. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina: 2018b.

LOURENÇO, G. A interpretação simultânea Libras-português: diferenças morfosintáticas entre as línguas e seus efeitos em uma tarefa de interpretação-voz. **Tradução Em Revista**, v. 1, n. 24, p. 1-22, 2018c.

LOURENÇO, Guilherme; QUADROS, Ronice Müller. The syntactic structure of the clause in Brazilian Sign Language. In: QUADROS, Ronice Müller (org.). **Brazilian Sign Language studies**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2020.

MATTHEWSON, Lisa. Temporal semantics in a superficially tenseless language. **Linguistics and Philosophy**, v. 29, n. 6, p. 673-713, 2006.

MEIR, Irit. A perfect marker in Israeli Sign Language. **Sign Language & Linguistics**, v. 2, n. 1, p. 43-62, 1999.

MIYAGAWA, Shigeru. Unifying agreement and agreementless languages. In: KELEPIR, Meltem; ÖZTÜRK, Balkiz (org.). **Working papers in linguistics 54**: proceedings of the workshop on Altaic Formal Linguistics II. Cambridge: MITWPL, 2007. p. 47-66.

MIYAGAWA, Shigeru. **Why agree? Why move**: unifying agreement-based and discourse-configurational languages. Cambridge: MIT Press, 2010.

NEIDLE, Carol *et al.* **The syntax of American Sign Language**: functional categories and hierarchical structure language, speech, and communication. Cambridge: MIT Press, 2000.

PESETSKY, David; TORREGO, Esther. T-to-C movement: causes and consequences. In: KENSTOWICZ, Michael (org.). **Ken Hale**: a life in a language. Cambridge: MIT Press, 2001. p. 355-426.

PFAU, R.; STEINBACH, M.; WOLL, B. Tense, aspect, and modality. *In*: PFAU, R.; STEINBACH, M.; WOLL, B. (ed.). **Sign Language: an international handbook**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2012. p. 186-203.

ROBERTS, Ian; ROUSSOU, Ana. The extended projection principle as a condition on the tense-dependency. *In*: SVENONIUS, Peter (org.). **Subjects, expletives, and the EPP**. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 125-155.

SANDLER, Wendy; LILLO-MARTIN, Diane. **Sign language and linguistic universals**. Nova York: Cambridge University Press, 2006.

SILVA, Ione Barbosa de Oliveira; LESSA-DE-OLIVEIRA, Adriana Stella Cardoso. Propriedades funcionais verbais na língua brasileira de sinais. **Linguística**, v. 12, n. 2, p. 161-182, 2016.

SUTTON-SPENCE, Rachel; WOLL, Bencie. **The linguistics of British Sign Language: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

TANG, G.; SZE, F. Nominal expressions in Hong Kong Sign Language: Does modality make a difference? *In*: MEIER, R., CORMIER K., & QUINTO-POZOS, D. (ed.). **Modality and structure in signed and spoken languages**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009. p. 296-320.

VELUPILLAI, V. **An introduction to linguistic typology**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2012.

WILBUR, Ronnie B. Modality and the structure of language: sign languages *versus* signed systems. *In*: MARSCHARK, Marc; SPENCER, Patricia E. (org.). **Oxford handbook of deaf studies, language, and education**. New York: Oxford University Press, 2003. p. 332-346.

ZESHAN, U. Aspect of Türk İşaret Dili (Turkish Sign Language). **Sign Language and Linguistics**, v. 6, n. 1, p. 43-75, 2003.

ZUCCHI, Sandro. Along the time line: tense and time adverbs in Italian Sign Language. **Natural Language Semantics**, v. 17, n. 2, p. 99-139, 2009.

# Temporalidade e modalidade em construções hipotáticas adverbiais condicionais à luz da linguística funcional centrada no uso\*

Leyla Ely\*\*

Cláudia Andrea Rost Snichelotto\*\*\*

## Resumo

Este artigo apresenta uma análise do comportamento da categoria funcional de temporalidade e modalidade em construções hipotáticas adverbiais condicionais do português brasileiro escrito. Os dados foram extraídos de uma amostra restrita de 24 cartas pessoais produzidas (escritas ou trocadas) no período de 1970 a 1990 no município de Chapecó, Santa Catarina. Procedeu-se ao levantamento quali-quantitativo dos padrões de uso das categorias funcionais de tempo-aspecto-modalidade (TAM) intrínsecas às construções hipotáticas condicionais, com base no aporte teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso. Os resultados, apesar de em número relativamente reduzido de dados, apontam a relevância de se considerar a tríade funcional na análise do enunciado condicional. O domínio TAM, em construções condicionais, normalmente, está imbricado um no outro, embora, por vezes, o falante dê ênfase a um fator específico. Vimos, portanto, que as categorias de temporalidade e modalidade estão distribuídas em um *continuum*, sendo a gradualidade apresentada conforme o relevo dado pelo falante à proposição.

Palavras-chave: Domínio funcional complexo. Construções condicionais. Modelo baseado no uso.

---

\* Este artigo é parte da dissertação desenvolvida por Ely (2019). Essa pesquisa foi financiada com bolsa do Programa de Demanda Social CAPES e está vinculada ao subprojeto “A escrita da região oeste de Santa Catarina: variação e mudança linguística”, que recebeu o apoio financeiro da FAPESC e da UFFS (ROST SNICHELOTTO, 2018).

\*\* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal da Fronteira Sul (2019), bolsista PROEX/CAPES e doutoranda em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\*\*\* Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009), professora titular-livre da Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil.

# Temporality and modality in condition adverbial hypotactic constructions according usage-based functional theory

## Abstract

This article presents an analysis of the behavior of functional categories of temporality and modality in conditional adverbial hypotactic constructions in written Brazilian Portuguese. The data were extracted from a restricted sample of 24 personal letters produced (written or exchanged) between 1970 and 1990 in Chapecó, Santa Catarina. A quali-quantitative survey of the usage patterns of the tense-aspect-modality functional categories (TAM) intrinsic to the conditional hypothetical constructions was carried out, based on the theoretical contribution of Usage-Based Functional Linguistics. The results, despite in a relatively small number of data, show the relevance of considering the functional triad in the analysis of the conditional statement. The domain TAM, in conditional constructions, usually, is overlap with each other, although, in some times, the speaker gives emphasis on a specific factor. Therefore, we have seen the categories of temporality and modality are located in a continuum, the graduality being presented according to the emphasis of the speaker given to the proposition.

Keywords: Complex functional domain. Conditional constructions. Theory usage-based.

Recebido em: 30/04/2020

Aceito em: 24/07/2020

## Introdução

Este artigo investiga, a partir do modelo teórico da Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante LFCU), especialmente de vertente norte-americana (GIVÓN, 1995; 2001; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; BYBEE, 2010; 2016, para citar alguns), o comportamento das categorias funcionais de temporalidade e modalidade em construções hipotáticas adverbiais condicionais em uma amostra restrita de cartas pessoais do português brasileiro (PB) contemporâneo.

As gramáticas tradicionais (BECHARA, 2009; ROCHA LIMA, 2011) tendem a restringir a leitura das construções condicionais a atributos formais e semânticos. Os primeiros dizem respeito à presença de determinadas conjunções (ou locuções conjuntivas) subordinativas (se, só se, exceto se, contanto que, desde que, dado que, etc.) e ao emprego da categoria de tempo-modo verbal (futuro do subjuntivo (FS) e/ou presente do indicativo (PI)) característico do esquema condicional. Os segundos abrangem a relação semântica causal entre as proposições. Apresentamos, abaixo, duas ocorrências que exemplificam a estrutura condicional:

1) **“Se você quiser ir lá no centro, eu vou quinta-feira, dia 28/09/78 [...]”** (CEOM/VMPOSC r.03F, 1978, cart.13).<sup>1</sup>

2) **“[...] agora não | tenho mais razões para | viver, estou louca**

---

<sup>1</sup> Identificamos cada ocorrência extraída das cartas pessoais da seguinte forma: a sigla CEOM indica Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina e VMPOSC remete ao projeto Variação e Mudança no Português do Oeste de Santa Catarina (ROST SNICHELOTTO, 2012). Na sequência, enumeramos os remetentes da carta, por exemplo, r03 é o terceiro remetente da amostra; o sexo/gênero F (feminino) ou M (masculino) do remetente; o ano em que a carta foi escrita; e a identificação do número da carta para efeito de arquivamento no projeto. Ressalta-se que, na transcrição das cartas, conservamos a escrita original quanto aos aspectos gramaticais e ortográficos. Também atribuímos codinomes aos participantes da interação, a fim de manter o anonimato dos envolvidos, embora o material analisado seja de domínio público.

**desde que soube de meus 30 | dias**, para retirar-me da | firma.”  
(CEOM/VMPOSC, r.01F, 1976, cart.05).

Em termos formais, a construção condicional em 1) ocupa posição anteposta à principal. A prótase é encabeçada pelo conectivo condicional “se” e emprega perífrase verbal (quiser ir) no FS, seguida da apódose cuja forma verbal (vou) se encontra no futuro do indicativo; 2) por outro lado, ocupa posição posposta à principal. A apódose apresenta forma verbal no PI, e a prótase, que é introduzida pela conjunção subordinativa “desde que”, leva a forma verbal no pretérito perfeito do indicativo. Em termos semânticos, as construções em 1) e 2) mantêm uma relação causal entre as proposições (prótase e apódose), isto é, expressam uma causa para realização seguida da consequência/resultado. Cabe uma ressalva em relação à construção 2): a conjunção subordinativa “desde que” aciona tanto o sentido condicional quanto o temporal.<sup>2</sup> Se analisarmos a construção “estou louca desde que soube de meus 30 dias” separadamente, parece-nos que temos uma construção temporal. Entretanto, considerada a dimensão contextual da construção, nota-se que há um valor condicional imbricado no enunciado, pois a remetente aponta para o motivo de não ter mais razões para viver. Logo, é possível a leitura condicional de “Desde que soube de meus 30 dias, não tenho mais razões para viver”. A partir dessa leitura, a oração da prótase (“desde que soube de meus 30 dias”) indica a causa hipotética que serve como contingente para a validação da consequência enunciada pela apódose (“não tenho mais razões para viver”).

---

<sup>2</sup> Para distinção detalhada entre o significado temporal e condicional das construções hipotáticas, consulte-se Sousa (2009).



Ao inserir parâmetros funcionais na descrição condicional, 1) e 2) podem ser interpretadas da seguinte forma: (i) no domínio da temporalidade,<sup>3</sup> 1) expressa o tempo futuro, por meio das formas de FS e do indicativo. As formas verbais “quiser ir” e “vou” parecem codificar o aspecto imperfectivo, já que trazem consigo uma ação futura não concretizada. Em 2), a marcação temporal é de presente, pois o verbo “tenho” expressa um fato atual no PI. O aspecto perfectivo é veiculado por “soube”, em razão de o estado de coisas conduzir para um desfecho da ação: “não tenho razões para viver”, ou seja, o fim da vida; e (ii) no domínio da modalidade, ambas as ocorrências veiculam a atitude epistêmica: 1) expressa uma possibilidade frente à proposição, e 2) aproxima-se da noção *realis*/factualidade: a situação não é fato, porém tem boa probabilidade de ser, ou a situação não é fato e jamais será. Tais interpretações corroboram a afirmação de que as categorias de tempo-aspecto-modalidade<sup>4</sup> se imbricam e operam diretamente no significado das construções condicionais (FREITAG, 2010; BITTENCOURT, 2014; ELY; ROST SNICHELOTTO, 2020).

Pensando na descrição mais ampla do fenômeno condicional,<sup>5</sup> elaboramos a seguinte questão que orientará este estudo: qual o padrão de uso das construções condicionais da amostra acionado pela tríade tempo-aspecto-modalidade? Por se tratarem de escritos suicidas, conforme detalhamos abaixo, pressupomos que as construções condicionais da amostra deixem proeminente a temporalidade futura (tempo futuro/ aspecto imperfectivo) e a modalidade epistêmica. Esta última

---

3 Como especificamos adiante, a exemplo de Coan e Back (2014), as categorias de tempo e aspecto serão tratadas no domínio da temporalidade.

4 Optamos por reunir essas três dimensões com o hífen porque entendemos que são categorias interconectadas e porque o indivíduo, por razões pragmáticas, pode privilegiar uma ou outra, a depender do contexto (COAN; BACK, 2014).

5 Em razão da complexidade do fenômeno, autores como Hirata-Vale (2005), Oliveira (2009; 2019) e Braga e Paiva (2019), para citar alguns, expandiram a descrição das construções condicionais para além do que se encontra nas prescrições normativas.

predominantemente em contextos *irrealis*/não factuais, por conta da incerteza e/ou da dúvida do falante e da (im)possibilidade da realização do fato enunciado frente à proposição.

A amostra analisada é composta por 24 cartas pessoais do subgênero “cartas de adeus”<sup>6</sup> escritas (ou trocadas) por pessoas que se suicidaram em Chapecó ou imediações entre os anos 1970 e 1990. Esse material, cujo acesso é de domínio público, compõe o arquivo de inquéritos policiais do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM). Nossa análise é de cunho exploratório, essencialmente qualitativa, com suporte quantitativo, embora reconheçamos que os dados da amostra são relativamente reduzidos. Consideramos o critério da produtividade (BYBEE, 2010; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), ou seja, a frequência de ocorrência *type*/tipo construcional e a frequência de ocorrência *token*, visto que é importante para a definição dos padrões construcionais da língua.

Este artigo está organizado da seguinte forma: além desta Introdução, apresentamos uma breve descrição das construções hipotáticas condicionais do PB, seguida de breve revisão teórica sobre conceitos básicos e categorias analíticas da LFCU. Após caracterizarmos um a um o domínio complexo tempo-aspecto-modalidade (TAM), passamos à análise e à discussão da codificação condicional da amostra segundo o domínio funcional de TAM.

## 2 Construções hipotáticas condicionais do PB

As construções condicionais do PB são, tradicionalmente, descritas a partir da estrutura condicional prototípica representada

---

<sup>6</sup> Informações mais detalhadas acerca dessa amostra podem ser encontradas em Ely (2019).

por “Se p, (então) q”, em que a conjunção “se” encabeça a oração subordinada (NEVES, 1999; ROCHA LIMA, 2011). A definição dos condicionais, nas gramáticas normativas, é pautada pela dependência sintática entre a proposição subordinada (prótase) e a principal (apódose), e, nas gramáticas descritivas, se define pela relação semântica de causa > consequência entre as proposições.

Numa perspectiva funcional, contudo, as construções condicionais estabelecem uma relação de interdependência entre as proposições (prótase e apódose), com o entendimento de que sua categoria ultrapassa os limites de dependência, assemelhando-se, inclusive, a outras construções, por exemplo, às temporais e às causais. Dessa forma, o que vai definir uma construção condicional é a gradiência entre +/- dependência e +/- encaixamento entre as cláusulas (HOPPER; TRAUGOTT, 2003), que, neste caso, encontra-se em uma relação de interdependência e não encaixamento entre as proposições.

Além da gradiência, há de se levar em conta outros aspectos na descrição das construções condicionais: o emprego de conjunções e locuções conjuntivas (por exemplo: se, só se, somente se, desde que, dado que, contanto que, exceto se, entre outros); a forma verbal (simples ou perifrástica); o tempo-modo verbal; e a ordem das cláusulas (anteposta ou posposta) (OLIVEIRA, 2008; 2014; 2019; OLIVEIRA; HIRATA-VALE, 2017). Além de introduzida pela conjunção “se”, a estrutura condicional + principal exemplificada a seguir constitui-se como a mais recorrente no PB (NEVES, 1999):

3) **“Se tu não queres namorar comigo seja au menos minha amiga.”** (CEOM/VMPOSC, r.07M, 1986, cart.23).

Já no âmbito funcional, as proposições condicionais estabelecem uma condição para a realização de um fato/evento que é a consequência da oração subordinada (NEVES, 1999). Outros aspectos semânticos importantes e que merecem atenção são: tipo da construção (factual, contrafactual, eventual), contexto de uso (*realis* e *irrealis*), expressão temporal (presente, passado, futuro) e modalidade (deôntica ou epistêmica):

4) “Aqui aonde estou é bom mais também é brabo estou no quinto andar e **sair daqui só se for de paraquedas** porque a porta do elevador está sempre chaviada.” (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16)

Essa construção possui uma estrutura condicional atípica, pois é introduzida pelo conector “só se”. Esse conector impõe um sentido restritivo à construção: 4’): “Se e somente se for de paraquedas para sair daqui”, o que se configura como uma oração bicondicional. (OLIVEIRA, 2008). A ordem de 4) é a inversa (principal > subordinada) seguida da forma verbal simples no infinitivo cuja referência temporal é de tempo presente. Além disso, a construção localiza-se na eventualidade, pelo fato de apresentar um fato eventual, improvável, localizado no contexto *irrealis*. Por sua vez, a incerteza e a (im)probabilidade do remetente sobre sua saída do quarto de hospital acionam a modalidade epistêmica, uma vez que o enunciado está voltado ao autor da carta.

Feita essa breve descrição sobre os aspectos formais e funcionais que constituem as construções condicionais do PB, passemos à caracterização da perspectiva teórica da LFCU, que dará suporte a este trabalho.

### 3 Linguística Funcional Centrada no Uso<sup>7</sup>

A LFCU é uma atualização da perspectiva funcional norte-americana (GIVÓN, 1995; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; BYBEE, 2010; 2016) e integra pressupostos teóricos da Linguística Cognitiva, principalmente os da Gramática de Construções. (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Para a LFCU, a capacidade linguística deriva de processos cognitivos de domínio geral, que não são específicos da linguagem humana. (BYBEE, 2010). Assim como os indivíduos selecionam e organizam conhecimentos de mundo, como a classificação de objetos ou a categorização de membros da família, por exemplo, também o fazem com as categorias e estruturas linguísticas. Esses conhecimentos cognitivos são diversos e se aplicam à maneira como categorizamos e reconhecemos os elementos da língua. É nesse sentido que os usos linguísticos (e não linguísticos) impactam a representação cognitiva do usuário. (OLIVEIRA, 2019).

Conforme Traugott e Trousdale (2013), a experiência linguística dá forma à gramática, que, como dito, é organizada cognitivamente. Nessa perspectiva, a gramática é formada por padrões recorrentes de construções linguísticas, que são pareamentos de unidades simbólicas de forma-significado. A construção é uma unidade simbólica porque é constituída por uma parte indivisível, composta pela forma e pelo significado, havendo correspondência interna entre ambos.

No caso das construções condicionais, a forma abstrata representada na mente dos falantes pode ser pensada a partir do

---

<sup>7</sup> Devido à restrição de espaço, não apresentamos em detalhe conceitos básicos e categorias analíticas da LFCU, sugerimos ao leitor interessado que consulte, por exemplo, Cunha, Bispo e Silva (2013).

seguinte esquema: (CONNECT) [(Y) VP (C)] < > ([ (Y) VP (C) ]) (ELY; ROST SNICHELOTTO, 2020), em que o *slot* de *connect* é ocupado por diferentes conectores (se, só se, só, desde que, por exemplo) ou pela ausência dele, (Y) representa o lugar de sujeito que pode ou não ser preenchido, VP se refere ao *slot* ocupado pelo verbo e pelas formas verbais e (C) é o complemento ou objeto da oração, cujo emprego é variável. O significado geral pode ser interpretado a partir de “Se X causa Y, Y será a consequência de X”.

A identificação dos padrões construcionais pode ocorrer a partir da propriedade gradiente denominada produtividade, que é uma categoria de análise. Conforme Bybee (2010), a produtividade está relacionada à frequência de *type* (tipo) e à de *token* (ocorrência). A primeira diz respeito à quantidade de expressões que um determinado padrão construcional abrange. A segunda refere-se ao número de vezes que a mesma unidade construcional ocorre no contexto discursivo. (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Para Bybee (2010), esse controle é importante para verificarmos o nível de rotinização e de cristalização semântica da construção, pois uma vez que seu uso é produtivo, também será recorrente na língua e fixado/entrenchado cognitivamente (*entrenchment*).

#### 4 Categoria funcional de tempo-aspecto-modalidade

Discorremos, nesta seção, sobre as categorias de TAM, com vistas a contemplar o objetivo proposto de compreender como essa tríade atua no significado das construções condicionais de nossa amostra. Givón (1995) trata as categorias como subsistemas gramaticais que compõem amplo domínio funcional nomeado

de TAM. Segundo o autor, esse domínio tende a ser codificado como morfologia verbal, visto que suas funções pertencem a estados e/ou eventos codificados pelo verbo. Assim como propõe Givón (2001), abordaremos cada categoria separadamente, por conta dos traços semânticos referidos ao verbo, embora compreendamos que elas estejam inter-relacionadas.

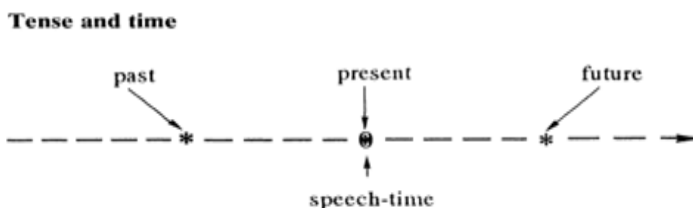
#### **4.1 *Tempo/temporalidade***

O tempo verbal é codificado de diferentes formas nas línguas naturais, apesar de haver línguas que sequer exibem essa categoria. Nas línguas em que ocorre, a marcação do tempo pode ser expressa por meio de uma grande variedade de advérbios e locuções adverbiais, de conjunções e locuções conjuntivas e também pelo contexto, por exemplo. (FREITAG, 2010; 2011). No caso do PB, a marcação de tempo, normalmente, se dá pela flexão verbal, ou por advérbios e locuções adverbiais, ou por conjunções, entre outras possibilidades. (CORÔA, 2005; ILARI, 2018).

Segundo Freitag (2010; 2011), o tempo verbal, geralmente, não expressa o fluxo do tempo, mas simplesmente sinaliza uma sequência de eventos ligados à anterioridade, à simultaneidade e à posterioridade/futuridade. Os tempos do verbo, conforme Corôa (2005), são tomados por três pontos temporais referenciais, propostos inicialmente por Reichenbach (2011): momento da fala (MF), momento do evento (ME) e ponto de referência (MR). O primeiro (MF), ligado ao ato da comunicação e à pessoa do discurso, condiz com o momento (real ou irreal) em que o enunciado é pronunciado. O segundo (ME) é o tempo da realização do predicado, isto é, é o tempo em que se dá o evento

descrito. Por fim, o último (MR) remete aos acontecimentos naturais ou históricos, os quais a autora chama de “tempo dos relógios e calendários”. (CORÔA, 2005, p. 9). Essa marcação da referência temporal está representada na FIG. 1 proposta por Givón (1993):

**Figura 1 - *Tense e Time***



Fonte: GIVÓN, 1993, p. 148.

Na FIG. 1, a expressão de tempo pode ser entendida a partir de uma dimensão linear marcada por um ponto referencial definido pelo observador. Nesse sentido, temos o presente (que ocorre simultaneamente à enunciação), o passado (o qual possui relação de anterioridade ao evento da enunciação) e o futuro (posterior ao momento enunciativo). Essa relação é descrita por Givón (1993) como o tempo (*tense*), que envolve a dimensão *time*. *Tense* é a categoria linguística (gramatical) que remete ao tempo verbal, isto é, “a experiência/conceito de Tempo como pontos numa sequência, correlacionando-se às noções de precedente e subsequente” (COAN; BACK, 2014, p. 260); e *time*, por outro lado, é um conceito extralinguístico de dimensão mais abstrata correspondente à entidade experiencial (BITTENCOURT, 2014). O PB é uma língua que se utiliza da categoria *time* e *tense* para situar um enunciado temporalmente.



Nas construções hipotáticas condicionais do PB, objeto de análise deste artigo, a indicação de tempo nem sempre é feita pelo tempo gramatical (*tense*), mas sim pela natureza imaginária do falante, ou pelo contexto discursivo em que ocorre (DANCYGIER; SWEETSER, 2005), por exemplo: “quando há o desejo de codificar um tempo passado em relação ao momento de fala e um futuro a um momento de referência” (OLIVEIRA, 2016, p. 71), devido à variedade de categorias. Além disso, em determinados usos construcionais, não fica evidente o ponto de referência temporal, é, pois, o contexto da situação comunicativa entre os falantes que indica o marcador de referência. (BRITO, 2014; COAN; BACK, 2014; OLIVEIRA, 2016). Exemplificamos a marcação de tempo com uma construção hipotática condicional de nossa amostra:

5) “[...] **se eu fosse no baile e dançasse com você ela (mãe) não me levaria mais.**” (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.12).

A construção condicional de 5) apresenta as formas de pretérito imperfeito do subjuntivo (*fosse e dançasse*) na prótase e futuro do pretérito do indicativo (*levaria*) na apódose, ambas nas formas finitas. Nesse caso, o domínio temporal da condicional expressa futuridadade, pois as proposições decorrem da suposição futura sobre um evento passado (*baile*). A autora da carta, ao escrever “se eu fosse no baile e dançasse com você”, afirma que o ato de ir ao baile, ou de dançar com o destinatário, não ocorreu, tendo em vista que essa era a condição de a mãe não a levar, numa oportunidade futura, a outras festas. Essa leitura somente pode ser feita se considerarmos a temporalidade no contexto enunciativo em que a construção foi escrita.

Conforme Oliveira (2016), o pretérito imperfeito do indicativo pode “exercer tanto um valor temporal relativo de passado como pode atuar com valor temporal de futuro do pretérito quando o contexto se referir a construções hipotéticas contrafactuais”, como em 5). Destacamos, ainda, que, quando o ponto de referência não está explícito na construção analisada, podemos acioná-lo no contexto linguístico ou extralinguístico. O que está sendo focalizado, portanto, é a temporalidade, que visa a compreender como o *time* pode ser codificado através das várias estratégias linguísticas ou pode ser recuperado por meio do contexto discursivo das construções condicionais.

## **4.2 Aspecto/aspectualidade**

O aspecto, ao lado do tempo, não é marcado exclusivamente por um elemento gramatical nas línguas naturais, mas por uma variedade de categorias (aspecto inerente ao verbo, aspecto codificado pela morfologia verbal, aspecto codificado pelos modificadores adverbiais) que interagem entre si. (FREITAG, 2010). “Há línguas, porém, em que o aspecto tem muito mais importância do que o tempo, e, por isso, trazem marcas formais de aspecto.” (BAGNO, 2012, p. 548). No PB, a distinção entre aspecto<sup>8</sup> e tempo não é muito clara, tendo em vista que ora o aspecto é marcado formalmente, ora é expresso de outra maneira. (BAGNO, 2012, p. 548). No caso das orações condicionais, o aspecto se manifesta pela morfologia verbal e pelos modificadores adverbiais, contudo, estes podem ser enfraquecidos ou ter sua atualização restringida, por conta da presença da expressão temporal ou da modalidade, a depender

---

<sup>8</sup> Para mais detalhamento sobre aspecto no PB, consulte Castilho (2010, p. 417-431).

do foco que o falante dá à construção. (COAN; BACK, 2014).

Normalmente, o domínio da aspectualidade é considerado a partir de duas perspectivas: tipo de situação (aspecto lexical do verbo) e visão do falante da situação codificada pela marcação tempo-verbal (visão perfectiva ou imperfectiva). Travaglia (2014, p. 42) explica que “o aspecto é um tempo interno da situação”, ou a fase de desenvolvimento ou modificação da ação, que pode referir-se à categoria situacional da perfectividade ou da imperfectividade. A perfectividade é sinônimo de sequencial e, normalmente, apresenta uma situação completa/concluída; a imperfectividade, por sua vez, está ligada à simultaneidade das situações. (GIVÓN, 2001).

O destaque à situação dado pelo falante influencia a marcação aspectual. Nesse sentido, o estado perfectivo se define pela noção de acabamento (o produto), segundo Castilho (2010 *apud* TRAVAGLIA, 2014), porque focaliza os pontos iniciais e finais da situação. “É caracterizado pela perspectiva global da situação, que é expressa fechada, formando uma unidade ou conjunto, cuja constituição interna não interessa referir ou especificar”. (FREITAG, 2010, p. 151). O estado imperfectivo, por outro lado, caracteriza-se pela duração da situação, que pode ser expressa por diferentes nuances da temporalidade interna do enunciado, porque enfatiza o desenvolvimento (o processo) da situação descrita (ação cursiva). (CASTILHO, 2010 *apud* TRAVAGLIA, 2014).

Relativamente ao aspecto lexical (tipo de situação), considerando a raiz verbal, este verifica verbos indicativos de **atividade** como “andar”, “caminhar”, “correr”, “ler”, “estudar” e “trabalhar”; os *stative verbs*, que são verbos de longa duração, isto é, que não apresentam limites visíveis, é o caso de “ser feliz”,

“estar cansado”, “desejar”, “crer”, entre outros; os verbos que têm uma duração mais extensa (finalizar, sentar, nascer e morrer), chamados de *accomplishment verbs*; e os que se referem aos verbos de curta duração e com limites traçados, como: “tossir”, “piscar”, “cuspir” e “elogiar”. (GIVÓN, 2001).

Exemplificamos a marcação aspectual em uma construção hipotática condicional de nossa amostra:

6) “[...] **se eu tivesse ficado aqui com você Sílvia, eu não tinha feito [...].**” (CEOM/VMPOSC, r.04F, 1978, cart.14).

Nessa construção, no domínio funcional do tempo verbal, encontramos o emprego do pretérito mais-que-perfeito composto do subjuntivo (tivesse ficado) na prótase e do pretérito mais-que-perfeito composto do indicativo (tinha feito) na apódose. Ambos comportam o aspecto perfectivo, uma vez que a situação pode ser vista como concluída. Essa visão da situação ocorre em função de sua delimitação e conclusão, ou seja, o fechamento sobre a possibilidade de a remetente morar com a destinatária.

Todavia, nem todas as construções condicionais do PB atualizam valor aspectual, estando mais fortemente ligadas à expressão temporal. Nesse sentido, propomos, neste artigo, aliar a análise do tempo e do aspecto a uma única variável, denominada por nós de temporalidade, embora reconheçamos que as categorias de tempo e aspecto não devam se confundir. (BAGNO, 2012).

### **4.3 Modalidade**

A modalidade é codificada nas línguas por meio de paradigmas morfológicos, de advérbios, verbos modais (como

dever e precisar), entre outros recursos linguísticos. (GIVÓN, 2002). A modalidade é uma categoria pragmática e cognitivamente orientada. Liga-se a fatos e desejos expressados pelos falantes no ato comunicativo, ou seja, marca a atitude do falante frente às proposições enunciadas. (BITTENCOURT, 2012). No caso das orações condicionais do PB, esses julgamentos podem ser codificados pelos advérbios, ou até mesmo pelos tempos e modos verbais.

A modalidade recobre, então, a perspectiva e a intencionalidade do falante. (GIVÓN, 2002). Nas palavras de Palmer (2001), a modalidade é uma categoria associada à natureza do evento em si. Logo, sinaliza o *status* da proposição na qual se descreve o evento. A modalidade é uma categoria bipartida segundo duas atitudes centrais: a epistêmica e a deontica. O contexto epistêmico, segundo Givón (2002), envolve julgamentos como verdade, probabilidade, certeza, crença ou dúvida; e o deontico, por sua vez, é marcado pelo desejo, pela obrigação, intenção, manipulação ou preferência do falante. Vejamos alguns exemplos da amostra que permitem a leitura epistêmica e deontica, respectivamente, das construções condicionais:

7) “**Jair** se acalme e não cometa locura nenhuma, nós somos novos e temos muito o que passar, e **se você fizer alguma coisa eu é que ficarei com remorsos e tristeza [...]**.” (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.13).

8) “**Desculpe se eu me apaixonei pela pessoa errada** | igualmente me mande sua resposta, | pois estou esperando-a com esperanças | de que você goste de mim.” (CEOM/VMPOSC, r.07M, 1986, cart.23).

Em 7), na dimensão temporal, observa-se o emprego do futuro do subjuntivo (fizer) e do futuro do presente do indicativo (ficarei), respectivamente, na prótase e na apódose. Tais enunciados projetam a asserção ao futuro, pois o remetente fala de um possível acontecimento que, caso se realize, será em um futuro próximo. É lançada uma hipótese ancorada num evento futuro, que se encontra posterior ao MF. Apesar de haver localização temporal, essa construção se aproxima mais da modalidade epistêmica, por conta do julgamento feito pelo remetente da carta frente à proposição. Nessa dimensão, a remetente expressa uma incerteza (atitude epistêmica) sobre acontecimentos futuros relacionados às atitudes de Jair, sendo o significado das proposições dependente do contexto. Por outro lado, em 8), no domínio temporal, a apódose apresenta uma forma verbal finita no imperativo (desculpe), e a prótase ocorre no tempo pretérito perfeito do indicativo (apaixonei). A construção condicional veicula um julgamento deôntico, pelo fato de o remetente ter a intenção de desculpar-se com o destinatário, o que permite uma postura do interlocutor acerca da proposição.

Givón (1995) redefine o tratamento da modalidade epistêmica segundo quatro modalidades proposicionais da tradição lógica aristotélica: i) verdade necessária (pressuposição) e ii) verdade factual (asserção *realis*), referentes às condições das proposições como “fato”; e iii) verdade possível (asserção *irrealis*) e iv) não verdade (asserção negativa), condizentes ao “não fato”. Na abordagem funcional de Givón, a modalidade passa a ser verificada no contexto comunicativo por meio da atitude do falante. O equivalente comunicativo de i) pressuposição, segundo Freitag (2010), relaciona-se com a

verdade assumida pelo falante e pelo ouvinte frente à proposição, que deve estar em acordo entre falante e ouvinte; já ii) asserção *realis*, a proposição é afirmada como verdadeira (há evidências para que o ouvinte defenda suas crenças) pelo falante, contudo o ouvinte pode contestar essa afirmação; iii) asserção *irrealis* pode se localizar no submodo epistêmico, quando a proposição é fracamente declarada como possível ou provável, ou no submodo deôntico, quando a proposição é considerada como necessária, desejada ou indesejada — neste caso, o ouvinte pode contestar a informação enunciada; e, por fim, iv) asserção negativa que apresenta uma proposição fortemente afirmada como falsa, pois o ouvinte possui crenças contrárias às que foram assumidas pelo falante. Essas possibilidades são verificadas a partir do comprometimento do falante frente à proposição enunciada.

A seguir, apresentamos as análises da categoria funcional de temporalidade e modalidade nas construções condicionais da amostra.

## **5 Temporalidade e modalidade em construções condicionais do PB**

Antes de passarmos ao detalhamento da análise das construções condicionais propriamente dita, identificamos três aspectos em nossa amostra que merecem destaque: i) recorrência de construções hipotáticas condicionais iniciadas por “se”; ii) recorrência da anteposição da prótase; e iii) diversidade de correlação modo-temporal na estrutura condicional.

Na amostra de 24 “cartas pessoais de adeus”, identificamos 28 construções hipotáticas adverbiais que permitem a leitura

condicional.<sup>9</sup> Para efeitos de análises deste artigo, foram considerados os seguintes fatores linguísticos: (i) temporalidade, que diz respeito à expressão temporal (presente, passada ou futura) e à aspectualidade; e (ii) modalidade, que se refere a julgamentos (epistêmico ou deôntico) e contextos (*realis* ou *irrealis*).

Iniciamos com a exemplificação da categoria de temporalidade nas construções condicionais da amostra. A seguir, observemos a expressão temporal de futuro:

9) [Temporalidade Futura] “Ana já estou pensando que vou | fazer da minha vida quando | eu sair daqui, porque ia em Chapecó | **se não for para viver com vocês não | quero mais nem me pintando de ouro,** | eu dum lado da cidade com a | vida triste e vocês do outro! [...].” (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16).

10) [Temporalidade Futura] “[...] **se nós quando formos bem mais velhos e adultos, com | a nossa idade, e nos amarmos | ainda, eles não vão se opor, | ficar contra,** eu já tive uma | séria conversa com eles e cheguei | a conclusão que devemos esperar | nossa idade.” (CEOM/VMPOSC, r.03F, 1978, cart.13).

Em 9) e 10), na dimensão temporal, tem-se o emprego do FS, na prótase, e do PI, na apódose. Tais enunciados projetam a asserção para o futuro, pois o autor fala de um possível acontecimento que, caso se realize, será em um futuro próximo, no caso de 9), ou em um futuro mais distante, como em 10). Essas afirmações são feitas com base no contexto discursivo maior, já que, em 9), “viver com vocês” é um planejamento futuro que se realizará após a saída do remetente do hospital

---

<sup>9</sup> Embora cientes da limitação quantitativa de dados coletados para nossa análise, cremos que qualitativamente possam apontar padrões de uso do comportamento dessas categorias funcionais instauradas pelas construções condicionais da amostra.



(uma vez que se encontra internado no momento da produção da carta). Por outro lado, a ocorrência 10) apresenta a possibilidade futura de (quando) os participantes da carta ficarem juntos, não haverá oposição por parte dos pais. Chamamos a atenção para o uso da conjunção temporal “quando”, que mostra uma intervenção das construções hipotáticas adverbiais temporais na leitura condicional e vice-versa. As duas ocorrências permeiam o estatuto *irrealis* da construção.

Na sequência, localizamos a marcação temporal de presente nas ocorrências da amostra:

11) [**Presente**] “**Joana eu não sei, se você sente o mesmo por mim, porém tanto faz.**” (CEOM/VMPOSC, r.07M, 1986, cart.23).

12) [**Presente**] “[...]o meu endereço daqui (do hospital) não | vou mandar porque não sei até | quando vou ficar aqui, mais **se | queres responder é fácil o | endereço é (Rosa Park hotel > Central Paraná)** [...]” (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16).

Em 11)e 12), o tempo expresso é o PI, sendo o ME simultâneo ao MF. Os contextos em que as construções se inserem também condizem com o tempo presente, o que veicula um caráter mais factual à proposição. Por essa razão, as ocorrências atuam mais próximas da dimensão da modalidade *realis*. Nelas, a relação da proposição com a expressão temporal é de simultaneidade ao MF, em que o locutor faz uso de formas verbais finitas no presente, bem como descreve, na sequência do enunciado, situações do momento atual. Mais especificamente, 11) apresenta

uma proposição voltada à incerteza sobre o sentimento de **Joana** em relação ao remetente. Em 12), há uma eventualidade sobre a resposta às correspondências enviadas pelo autor.

A seguir, transcrevemos a única ocorrência da amostra que se localiza no tempo passado:

13) **[Passado]** “[...] **Se eu tivesse morado com você [...]**.” (CEOM/VMPOSC, r.04F, 1978, cart.14).

A construção de 13) é uma construção condicional incompleta,<sup>10</sup> pois a oração principal (apódose) não está expressa. A informação da apódose, nesse caso, deve ser recuperada pelo contexto. Quanto à expressão temporal, a construção condicional está localizada em um momento anterior ao MF, uma vez que o remetente se refere à realidade passada sobre não ter morado com a destinatária quando teve a oportunidade, ou seja, uma ação concluída. Essa marcação ocorre pelo verbo na forma de pretérito mais-que-perfeito composto do subjuntivo (tivesse morado), que vincula uma situação acabada (a possível moradia que não se concretizou). Nesse sentido, a situação ocorre em um passado que, de certa forma, está ancorado no presente, pois o remetente lamenta o decorrer dos eventos passados chegando ao momento atual, isto é, à decisão do suicídio. O contexto da construção é *irrealis*, já que o enunciado traz incertezas do remetente sobre seu passado.

Em relação a esse primeiro fator, isto é, à expressão temporal, verificamos que a composição modo-temporal das formas verbais, em alguns casos, condiz com o tempo imbricado por sua

---

10 Rocha Lima (2011, p. 346) caracterizou esse tipo de construção de condicional subentendida. Neves (2011, p. 855), por sua vez, explica que essas construções são sintaticamente estruturadas apenas pela prótese, e seu conteúdo constitui uma “moldura de referência condicional”.

raiz verbal, entretanto, em outros, a projeção de *time* é retomada pelo próprio contexto e não pela referência da conjugação verbal. Averiguamos, como detalhamos abaixo (Quadro 2), que o uso do PI é o tempo-modo verbal mais usado nas construções, conforme também atestaram Braga e Paiva (2019), seguido do FS. Com o controle da categoria tempo, apuramos que, quando a categoria verbal (*tense*) não condizia com a expressão temporal (*time*), o remetente projeta a ação como algo já realizado e por isso lança mão de formas de passado, quando, na verdade, condiz com uma realização futura, por exemplo. Isso ocorre porque, no imaginário de quem escreve, a decisão já está tomada (nesse caso, o ato de tirar sua própria vida) e prestes a ser concretizada, o que sinaliza o evento como certo e concluído.

Outro critério considerado refere-se ao eixo da modalidade da proposição (se deôntica ou epistêmica). Sobre isso, investigamos mais precisamente quais valores (de possibilidade, probabilidade, obrigação, polidez, etc.) se vinculam às construções condicionais da amostra. Para exemplificar, atentamo-nos aos enunciados das construções condicionais que seguem:

14) [Epistêmica] “Vendo pela pior da hipótese para eu viver lá **se desse pelo menos eu dormir lá naquela cozinha de vocês**, porque para comer já estou acostumado na base do pão e linguiça (salame) como aqui em Rosa.” (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.16).

15) [Epistêmica] “**Se hoje teu futuro é amargo, amanhã será doce.**” (CEOM/VMPOSC r.03F, 1978. cart.12).

Esses enunciados evidenciam o plano da modalidade do

eixo epistêmico, pois dizem respeito às crenças dos autores sobre as proposições. Em 14), o remetente aborda a possibilidade de viver em Chapecó com sua família, pois demonstra dúvida de que será aceito, por conta de seus problemas familiares. Tais atitudes envolvem incerteza sobre a receptividade da família quanto à sua volta. Já na ocorrência 15), o contexto epistêmico caracteriza-se pela visão (subjativa) que o remetente tem sobre a proposição enunciada.

Também localizamos atitudes modais deônticas em algumas ocorrências da amostra:

16) [Deôntica] “Quando terminar de ler esses garanchos testrua no fogo | porque os covardes andam por aí **só use isso como provas | para defender qualquer inocente que pode aparecer.**” (CEOM/VMPOSC, r.05M, 1979, cart.20).

17) [Deôntica] “**Se um dia souber que te esqueci, reze por mim** porque, nesse dia morri.” (CEOM/VMPOSC r.03F, 1978. cart.12/13).

Nas ocorrências 16) e 17), verifica-se uma avaliação e intenção dos autores frente à proposição enunciada, referida aos leitores das cartas. Em 16), percebe-se uma imposição sobre o destino da carta, isto é, o remetente autoriza a manipulação da carta somente para a defesa de eventuais inocentes, caso contrário, as cartas devem ser queimadas, como orienta o autor. Além disso, o contexto deôntico é reafirmado pelo modo imperativo, empregado com o intuito de pedir ou ordenar, em que o desfecho para a proposição fica em aberto. Em 17), a preferência do remetente pela marcação da modalidade fica

mais evidente (em contraste com a temporalidade), pois há uma subjetividade discursiva na suposição do evento apresentada na proposição. Novamente, vemos o uso da forma verbal no imperativo, em que o remetente volta sua atitude ao leitor da carta.

Sumarizamos, na Tabela 1, os resultados dos padrões de uso das categorias funcionais de temporalidade e de modalidade das construções hipotáticas condicionais da amostra.

**Tabela 1 - Distribuição das construções condicionais do PB segundo a temporalidade e a modalidade**

|               |                               |                                  |                        |       |
|---------------|-------------------------------|----------------------------------|------------------------|-------|
| Temporalidade | Futura – 19<br>(67,86%)       | Presente – 8<br>(28,57%)         | Passada – 1<br>(3,57%) | 28    |
| Modalidade    | Epistêmica – 19<br>(68%)      | Deontica – 9<br>(32%)            |                        | 28    |
| Contextos     | <i>Realis</i> – 6<br>(21,43%) | <i>Irrealis</i> – 22<br>(78,57%) |                        | 28    |
|               |                               |                                  |                        | Total |

**Fonte: Adaptado de Ely (2019).**

Como demonstrado na Tabela 1, embora com uma amostra restrita de dados (28 ao todo), os resultados se revelaram interessantes, por conta de estarmos lidando com um contexto discursivo inusitado, ou seja, o contexto de “adeus”. Vale chamar a atenção, por exemplo, para a única construção condicional de expressão temporal passada. Estudos anteriores (FREITAG; ARAUJO, 2011; BRANDÃO, 2018, por exemplo) mostram que a forma passada é recorrente em condicionais, contudo, não foi uma realidade de nossa amostra. Justificamos esse fato por conta

do contexto comunicativo no qual as construções hipotáticas condicionais se inserem. Como pesquisamos o fenômeno em “cartas pessoais de adeus”, esclarecemos que os usos condicionais aludem a um contexto majoritariamente *irrealis* (78,57% dos dados), projetado para possíveis eventos após o ato de suicídio propriamente dito, mas que estão ancorados nos fatos decorrentes do passado ou do presente; ou em eventos que ocorreram no passado, mas que integram possibilidades futuras instaladas no imaginário do remetente. Essas construções criam espaços cognitivos alternativos.

Relativamente à temporalidade futura, esta predominou na amostra. Em alguns casos, a expressão futura foi dependente do contexto linguístico e do contexto comunicativo. A relação entre futuridade e condicionais é estreita, visto que alude à “capacidade que a condicional tem de projetar uma hipótese, de se referir a uma situação futura”, que ainda pode se realizar (futuro potencial) ou que poderia ter se realizado (futuro passado). (OLIVEIRA, 2019, p. 374). Por outro lado, como dito, obteve-se apenas um dado de marcação temporal passada. Esperávamos um número mais significativo de construções no tempo passado, pois, além dessa referência temporal ser possível nos condicionais, os eventos relatados nas cartas e as justificativas para o ato localizam-se predominantemente no passado. O momento presente, afiliado aos estados de coisas das “cartas de adeus”, está ligado ao próprio ato de suicídio, isto é, os relatos no tempo presente se referem, em sua maioria, aos sentimentos momentâneos, às afirmações concretas e, por isso, ocorrem em menor número quando projetados como hipóteses pelos remetentes.

Quanto ao levantamento do domínio funcional da modalidade, encontramos 19 construções inseridas no contexto epistêmico (68% da amostra), ao lado de 9 ocorrências em contextos deônticos (32% dos dados) de um total de 28 construções adverbiais condicionais. Esses resultados mostram que a atitude do remetente frente às proposições envolve, majoritariamente, opiniões e crenças dos interlocutores, os quais expõem seu entendimento de mundo e buscam, assim, comprovar seu ponto de vista sobre o evento enunciado. Esses resultados eram esperados uma vez que o contexto discursivo das cartas de adeus pressupõe atitudes como dúvida, (in)certeza, possibilidade e crença, vinculadas a contextos *irrealis*.

O Quadro 2, abaixo, ilustra os padrões de uso referentes ao tempo-modo verbal da amostra:

**Quadro 2 - Tempo-modo verbal mais recorrente da amostra<sup>11</sup>**

| <b>Tipo de oração</b> | <b>Tempo-modo verbal</b> | <b>Total</b> |
|-----------------------|--------------------------|--------------|
| Prótase               | Futuro do Subjuntivo     | 13           |
| Apódose               | Presente do Indicativo   | 12           |
| Prótase               | Presente do Indicativo   | 6            |
| Apódose               | Imperativo               | 6            |

**Fonte: ELY, 2019.**

Os padrões de uso no quadro apontam para a preferência do FS, na prótase, e PI na apódose. Esse comportamento já foi verificado em estudos funcionalistas anteriores, contudo, alguns

---

<sup>11</sup> Outros usos também foram verificados, porém, em menor número, a saber: pretérito imperfeito do subjuntivo, pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo, pretérito mais-que-perfeito do indicativo, pretérito perfeito do indicativo, imperativo, na prótase; e infinitivo, futuro do presente do indicativo, futuro do pretérito do indicativo, pretérito mais-que-perfeito composto, futuro do presente do indicativo, na apódose; e duas orações sem apódose.

deles (HIRATA-VALE, 2005; ALMEIDA DE SOUZA, 2015) demonstram o PI como a forma mais recorrente, tanto na prótase, quanto na apódose. Por outro lado, considerando o panorama geral da composição modo-temporal, verifica-se que o PI compõe 32,14% do total da amostra, comparado a 25,00% de FS, o qual só se realiza na prótase. Conforme Almeida de Souza (2015), o emprego do FS, normalmente, expressa julgamentos epistêmicos, como dúvida, incerteza, possibilidade e eventualidade, o que é frequente no *corpus* deste trabalho, confirmando nossa hipótese. Além de apresentarem, em sua maioria, eventos não finalizados (imperfectividade). Tais atitudes contribuem com a significação do não fato (BITTENCOURT, 2014), ou de um fato que ainda não ocorreu, mas que pode vir a acontecer (contextos *irrealis*).

Em síntese, houve maior produtividade de construções condicionais no emprego verbal do FS e do PI, em que os diferentes tipos construcionais (*type*), como se, só se, só, desde que e elipse conjuncional, em nossa amostra, ligam-se mais fortemente às ocorrências (*tokens*) que expressam futuridade e que veiculam modalidade epistêmica ou contexto *irrealis*. Verificou-se que o domínio funcional de temporalidade (tempo e aspecto) e de modalidade se situam num *continuum*, visto que não são categorias discretas, conforme apontam Givón (1995), Coan *et al.* (2006), Freitag (2010). Por razões pragmáticas, o indivíduo acentua uma categoria em detrimento da outra (COAN; BACK, 2014), que, nesse contexto específico de despedida, privilegia mais fortemente a modalidade, por conta da subjetividade do falante e de suas crenças em relação ao que é enunciado. São escolhas que o indivíduo faz, consciente ou inconscientemente, para reforçar o que se pretende dizer. Em outras palavras, as categorias de temporalidade e de modalidade são inerentes ao



enunciado condicional, e a gradualidade é apresentada conforme o relevo do falante dado à proposição.

## Considerações finais

Este artigo analisou as categorias funcionais de temporalidade (tempo-aspecto) e de modalidade em construções condicionais em dados escritos do PB. Pretendeu-se contribuir com a explicação da tríade de tempo-aspecto-modalidade em construções condicionais hipotáticas adverbiais numa perspectiva funcional de língua baseada no uso.

Recuperando a questão de pesquisa sobre como o domínio funcional complexo (tempo-aspecto-modalidade) atuaria na leitura condicional das construções hipotáticas da amostra de “cartas de adeus”, verificamos que a inerência da tríade funcional ao enunciado condicional se organiza a partir da gradualidade: (+) temporalidade (–) modalidade ou (+) modalidade (–) temporalidade. Confirmamos a hipótese de que os contextos predominantes na amostra seriam os *irrealis*/não factuais, os quais se ligam mais facilmente à modalidade epistêmica e à temporalidade futura. Mais precisamente, averiguamos que os enunciados são voltados à incerteza e à dúvida do falante e à vontade e à possibilidade de realização da proposição.

Para desdobramento de trabalhos futuros, pretendemos ampliar a amostra de dados com “cartas pessoais de adeus” para que possamos fazer generalizações acerca dos padrões de uso das construções hipotáticas condicionais.

## Referências

- ALMEIDA SOUZA, Gabriela. **Orações condicionais correlativas no português**. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Três Lagoas (MS), 2015.
- BAGNO, Marcos. **Gramática Pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BITTENCOURT, Diana Liz Reis. A construção condicional hipotética e a modalidade: uma inter-relação lógica. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 44, p. 75-96, jun. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/view/28128>>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- BITTENCOURT, Diana Liz Reis. **O domínio funcional do futuro do subjuntivo: entre temporalidade e modalidade**. 2014. 344 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/130946>> Acesso em: 8 out. 2019.
- BRAGA, Maria Luíza. Os enunciados de tempo no português falado no Brasil. In: NEVES, Maria Helena de Moura. (org). **Gramática do português falado: novos estudos**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 443-459.
- BRAGA, Maria Luíza; PAIVA, Maria da Conceição. Orações de tempo, causa e condição ao longo dos séculos XVIII a XXI. In: CASTILHO, Ataliba T. de S. (coord.). **História do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 170-221. (História do português brasileiro, 5).

BRANDÃO, Sílvia Maria. **Alternância verbal em construções condicionais**. 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo (SP), 2018.

BRITO, Nara Jaqueline Avelar. **A expressão do condicionado contrafactual em construções “se p, então q” no português brasileiro**. 2014. 112 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal (RN), 2014.

BYBEE, Joan. **Language, usage and cognition**. New York: Cambridge University Press, 2010.

BYBEE, Joan. **Língua, uso e cognição**. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

COAN, Márluce; BACK, Angela C. P. Identidades aspecto-temporais do pretérito imperfeito do subjuntivo. **Cadernos de estudos linguísticos**, Campinas, p. 259-272, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8641478/8995>>. Acesso em: 4 abr. 2020.

COAN, Márluce *et al.* As categorias verbais tempo, aspecto, modalidade e referência: pressupostos teóricos para uma análise semântico-discursiva. **Estudos Linguísticos**, [s. l.], v. XXXV, p. 1.463-1.472, 2006.

CORÔA, Maria Luiza Monteiro Sales. **O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

CUNHA, Maria Angélica F. da; BISPO, Edvaldo B.; SILVA, José Romerito. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. *In*: CEZARIO, Maria Maura;

FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica. **Linguística centrada no uso**: uma homenagem à Mário Martelotta. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2013. p.13-39.

DANCYGIER, Barbara. **Conditionals and prediction**: time, knowledge and causation in conditional constructions. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge Studies in Linguistics, 1998. v. 87.

DANCYGIER, Barbara; SWEETSER, Eve. **Mental spaces in grammar**. New York: Cambridge University Press, 2005.

ELY, Leyla. **As construções condicionais em cartas pessoais do português brasileiro**: uma análise baseada no uso. 2019. 135 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó (SC), 2019. Disponível em: <<https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/3249/1/ELY.pdf>>. Acesso em: 1º mar. 2020.

ELY, Leyla; ROST SNICHELOTTO, Cláudia Andrea. Construções condicionais do português brasileiro escrito: uma perspectiva de gramática baseada no uso. **Work. Pap. Linguíst.**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 128-150, jan.-jul. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2020v21n1p128/43856>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

FREITAG, Raquel Meister Ko. O domínio funcional tempo-aspecto-modalidade na expressão do passado imperfeito no português falado no Brasil. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 139-170, 2010.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Variação em categorias verbais: correlações entre forma e função. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 1.121-1.132, maio-ago. 2011.

FREITAG, Raquel Meister Ko; ARAUJO, Andréia Silva. Passado condicional no português: formas e contexto de uso. **Caligrama**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 199-228, 2011. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/275251174\\_O\\_](https://www.researchgate.net/publication/275251174_O_)

passado\_condicional\_formas\_e\_contextos\_de\_uso>. Acesso em: 20 jun. 2020.

GIVÓN, Talmy. **Syntax: an introduction**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001

GIVÓN, Talmy. **Bio-linguistics: the Santa Barbara lectures**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002.

GIVÓN, Talmy. **English grammar: a functional-based introduction**. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins Company, 1993.

GIVÓN, Talmy. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishig Company, 1995.

GIVÓN, Talmy. **Syntax: an introduction**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

HOPPER, Paul J.; TRAUGOTT, Elizabeth Closs. **Grammaticalization**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

HIRATA-VALE, F. B. M. **A expressão da condicionalidade no português escrito do brasil: contínuo semântico-pragmático**. 2005. 149 f. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005

ILARI, Rodolfo. **A expressão do tempo em português**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2018. (Repensando a língua portuguesa).

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* **Gramática da língua portuguesa**. 5. ed. Lisboa: Almedina, 2003.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo. Editora: UNESP, 2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática do português falado**. 2. ed. São Paulo: Humanistas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

OLIVEIRA, Fernando Augusto de Lima. **A variação na**

**apódose entre o futuro do pretérito e o pretérito imperfeito do indicativo em contextos hipotéticos na fala de alagoanos:**

as categorias semântico-discursivas de tempo, aspecto e modalidade. 2016. 151 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

OLIVEIRA, Taís Peres de. A relevância do modelo em camadas para o estudo de estratégias comunicativas atualizadas pelas condicionais. *In*: PEZATTI, Erolde G. (org.). **Pesquisas em gramática funcional**: descrição do português. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 373-383.

OLIVEIRA, Taís Peres de. **As conjunções e orações condicionais no português do Brasil**. 2008. 155 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística e Língua Portuguesa, Faculdade de Ciência e Letras, Araraquara, São Paulo (SP), 2008.

OLIVEIRA, Taís Peres de. Conjunções adverbiais no português. **Rev. Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/viewFile/5754/5025>> Acesso em: fev. 2019.

OLIVEIRA, Taís Peres de; A construção [Supondo\_que]CON. **Revista Estudos Linguísticos**, [s. l.], v. 48, n. 1, p. 370-383, abr. 2019. Disponível em: <<https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/download/2372/1500>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

OLIVEIRA, Taís Peres de; HIRATA-VALE, Flávia Bezerra. A condicionalidade com zona conceitual. **DELTA[online]**, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 291-313, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/0102-445093873435053141>>. Acesso em: 21 jun. 2020.

PALMER, Frank Robert. **Mood and modality**. Cambridge Textbooks in Linguistics. New York: Cambridge University

Press, 2001.

REICHENBACH, Hans. **Elements of symbolic logic**. New York: The MacMillan Company, 1947.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

ROST SNICHELOTTO, Claudia Andrea. **Variação e mudança no português do oeste de Santa Catarina**. Plano de Trabalho Chamada Pública FAPESC n. 4/2012 Universal.

ROST SNICHELOTTO, Claudia Andrea. **A escrita da região oeste de santa catarina: variação e mudança linguística**. Plano de trabalho chamada pública FAPESC nº 03/2018.

SOUSA, Gisele Cássia. Quando tempo é condição. *In*: PEZATTI, Erotilde G. (org.). **Pesquisas em gramática funcional: descrição do português**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 357-372.

TRAUGOTT, Elizabeth.; TROUSDALE, Graeme. **Constructionalization and constructional changes**. United Kingdom: [s. n.], 2013.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão**. 5. ed. Uberlândia: EDUFU, 2014.

# Dependência entre ser, tempo e narrativa em Ricœur

Bárbara Tortato\*

## Abstract

A estrutura narrativa inteligível proposta por Ricœur depende da semântica da ação, da simbolização da ação e da temporalidade. Procuraremos demonstrar não apenas uma capacidade da ação de ser narrada para que essa temporalidade seja (humanamente) significativa, mas também uma necessidade dessa ação de ser narrada e uma necessidade da narrativa para que a temporalidade seja (humanamente) compreendida. Ricœur sugere que a linguagem possui uma “reserva de significações usuais” que foram criadas pela relação — e sustentam a relação — de dependência entre ser, tempo e narrativa e as expressões que o fazem, e que se desdobram desde os tempos verbais até os advérbios de tempo. Para justificar a teoria ricœuriana, passaremos pelo tríplice presente de Agostinho e pela fenomenologia hermenêutica de Heidegger, buscando entender de que maneira se faz essa ordenação prática do tempo cotidianamente. Concluir-se-á que, para que a atividade de configurar uma narrativa ofereça inteligibilidade ao mundo da ação, é preciso que narrador e leitor partam de um lugar-comum de sentidos.

Palavras-chave: Tempo. Narrativa. Ação. Configuração. Linguagem.

---

\* Professora de filosofia na Escola Municipal de Ensino Fundamental Gina Guagnini, em Muitos Capões (RS). Mestre em Filosofia pela Universidade de Coimbra.



# Dependence between being, time and narrative in Ricœur

## Abstract

The intelligible narrative structure proposed by Ricœur depends on the semantics of action, the symbolization of action and temporality. We will try to demonstrate not only an ability of the action to be narrated so that this temporality is (humanly) significant, but also a need for this action to be narrated and a narrative's need so that the temporality is (humanly) understood. Ricœur suggests that language has a "reserve of usual meanings" that were created by the relationship - and support the relationship - of dependence between being, time and narrative and the expressions that do it, and that unfold from verb tenses to adverbs of time. To justify the ricœurian theory, we will go through Augustine's threefold present and Heidegger's hermeneutic phenomenology, seeking to understand how this practical ordering of time is done on a daily basis. It will be concluded that, the activity of configuring a narrative offers intelligibility to the world of action, because the narrator and reader start from a commonplace of meanings.

Keywords: Time. Narrative. Action. Configuration. Language.

Recebido em: 12/05/2020

Aceito em: 24/07/2020

No capítulo “*Mimêsis I*”, em **Tempo e narrativa**, Ricœur se preocupa em justificar que, independentemente do fato de a narrativa de ficção ser um discurso que, aproveitando-se da liberdade do narrador, inova as relações de espaço e tempo, essa narrativa vai ser, ainda assim, uma narrativa sobre o mundo. Ainda que forjem, simulem, manipulem, as composições poéticas dependem de uma inteligibilidade ancorada no campo da ação. “Todo discurso está, assim, num grau qualquer, ligado ao mundo. Porque, se não se falasse do mundo, do que é que sealaria?” (RICŒUR, *Do texto à acção*, p. 144).

Para poder inovar criativamente sobre o mundo dado, parte-se sempre de algum lugar-comum, nunca se começa do nada. Esse “lugar” situa-nos em um horizonte concreto, um horizonte de compreensão, comum a nós e a uma tradição. Percebe-se, assim, que é no seu espaço cultural que o poeta encontra uma primeira forma narrativa das categorizações das práticas, sobre as quais se inspira. Essas “formas narrativas” são uma disposição, uma aptidão da vida para tornar-se narrativa. Ricœur assume (1990, p. 30), na herança de Hannah Arendt, que há uma qualidade narrativa na experiência, na vida e principalmente na ação, que requer ser trazida para a linguagem.

Para melhor caracterizá-la seria ainda mais preciso chamar essa qualidade narrativa, que se encontra ainda na experiência, de “pré-compreensão” da ação, pois se refere justamente ao âmbito da experiência no qual circulam hábitos e juízos enraizados. A “ética” como produto, hábito, herança cultural que se encontra nesse estado de pré-compreensão, pode ser localizada na “poética”, na forma de valores, comportamentos e juízos enraizados, na forma como se fala sobre a ação e como se fala sobre o tempo. Portanto, quando, mais tarde, se falar em

uma narrativa já configurada, essa pré-compreensão é o lugar-comum que compartilham autor e leitor antes de se encontrarem virtualmente no texto.

Esse campo de pré-compreensão, por englobar a multiplicidade da experiência, pode ser chamado de “práxis”. Dessa forma, é importante notar que a práxis assume um marcante papel mediador na teoria da narratividade, pois assume as amarras entre ambos os regimes: o ético (os valores enraizados na experiência) e o poético (a narrativa sobre a experiência). São ambos, os âmbitos ético e poético, formas de direcionar a atenção para a ação.

É um mundo onde a ação é já sempre articulada nos sinais, nas regras e nas normas. São “códigos culturais” que, enquanto “programas” de comportamento, doam forma, ordem e direção à vida. É em função dessas normas — costumes ou hábitos — imanescentes a uma cultura, que se pode julgar as ações segundo uma escala de preferência moral. (KEMP, 1991, p. 342).

Há uma primeira condição para que a configuração de uma obra seja executada: a condição de que haja uma pré-compreensão declarada, conjunturas comuns de entendimento sobre o real, sobre as quais projetar-se-á uma nova perspectiva, a perspectiva da composição poética. Essa primeira condição, chamada por Ricœur de *Mimêsis I*, é a primeira das três etapas desenvolvidas no primeiro tomo de **Tempo e narrativa** e vai ser seguida pela “configuração” e pela “refiguração”, as quais servem para que o texto narrativo possa cumprir seu papel elementar.

Portanto, se o enraizamento da composição narrativa se dá, necessariamente, numa pré-compreensão do mundo prático, do mundo da ação, como já foi dito, da práxis, então podemos chamá-la de “prefiguração”. A prefiguração a respeito de

experiências que exigem ser narradas antecede a configuração dessas narrativas, e, logo, para que seja possível dar forma a essa configuração da narrativa, é importante notar os desdobramentos da prefiguração: em primeiro lugar, se não fossem identificáveis traços estruturais, isto é, uma “estrutura inteligível”, na ação sobre a qual se deseja narrar, não seria possível recolher dela elementos para uma “semântica da ação”. Em segundo lugar, para que seja possível criar uma narrativa conforme a capacidade de imitação criativa, não é menos necessário que sejam identificados modos de “simbolização da ação”, sem os quais não se chegaria a uma articulação inteligível da ação. Além disso, não se articulam esses símbolos senão sobre uma “temporalidade”, através da qual a ação se desenrola.

É essencial, pois, que se possam identificar esses três traços (semânticos, simbólicos e temporais) existentes na prefiguração da experiência sem os quais não seria possível fundamentar uma configuração narrativa.

Existem, portanto, traços temporais da narrativa da ação. Além da semântica através da qual a ação se organiza e das mediações simbólicas, há ainda de se perceber que o campo da ação nos fornece um terceiro elemento pré-compreensivo, que é a temporalidade. Esse é o terceiro elemento pressuposto para que a ação possa vir a ser configurada narrativamente, ou seja, é o terceiro elemento da *Mimêsis I* e encerra a cadeia de pressuposições necessárias para que seja possível a *Mimêsis II*.

Esses são os “caracteres temporais nos quais o tempo narrativo vem enxertar suas configurações” (RICŒUR, 1983, p. 95), e Ricœur, nessa altura da obra, limita-se “ao exame dos traços temporais que permaneceram implícitos às mediações simbólicas da ação e que se pode considerar indutores da

narrativa”, (RICŒUR, 1983, p. 95).

Os caracteres temporais se referem ao modo como fazemos uma articulação prática do tempo na vida cotidiana. São eles que vão também induzir o modo de articular a narrativa porque eles demonstram não apenas uma capacidade da ação de ser narrada para que essa temporalidade seja (humanamente) significativa, mas também uma necessidade dessa ação de ser narrada e uma necessidade da narrativa para que a temporalidade seja (humanamente) compreendida.

### **A disposição da ação para uma pré-compreensão em termos de semântica**

“Primeiro, se é verdade que intriga é uma imitação da ação, é exigida uma competência preliminar: a capacidade de identificar a ação em geral por seus traços estruturais; uma semântica da ação explicita essa primeira competência.” (RICŒUR, 1983, p. 88). A intriga, isto é, o encadeamento narrativo que combina intenções, causas e acasos heterogêneos em uma totalidade inteligível, utiliza-se de modo específico da trama conceitual do campo da ação: de uma “compreensão prática” sobre a “semântica” que rege a “ação”.

A compreensão prática está ligada à compreensão narrativa, porque há uma relação entre teoria narrativa e teoria da ação. Essa relação tem um duplo desdobramento que se desenvolve tanto no sentido de “pressuposição” entre os dois âmbitos, da prática e da narrativa, e no sentido de “transformação”. Pressupõe-se que haja uma pré-compreensão, isto é, uma familiaridade de termos comuns entre o âmbito prático de quem vai, como autor,

configurar uma narrativa, e de quem vai ser um futuro leitor;<sup>1</sup> e supõe-se que essa familiaridade não permanecerá intacta, que a narrativa não vai trabalhar puramente com o que se encontra já pré-compreendido na trama conceitual prefigurada das ações, mas vai transformá-la.

Dar significado a essa trama conceitual que se refere ao campo da ação significa, para Ricœur, superar a disponibilidade dada pelos eventos como eles ocorrem na experiência concreta, ou, melhor dizendo, dar significado aos eventos ocorridos é relacionar o campo da experiência concreta no qual eles acontecem ao campo da narrativa, no qual eles vão ganhar uma intriga. O que esse campo da narrativa acrescenta ao primeiro pode ser pensado em duas etapas: a de “integração” e a de “atualidade”. Mesmo que as pensemos em separado, ambas se referem ao ato de dar configuração narrativa a uma experiência que se apresentava prefigurada. Pensemos essas duas características, integração e atualidade, dentro da composição narrativa: quando se percebe a experiência acontecendo no campo da ação, ela é percebida em uma ordem temporal linear, sucessiva e que, quando vai ser pensada, pode ser linearmente reversível. Assim, é possível olhar para a ação de modo sequencial, como uma flecha temporal que se movimenta em um único sentido. Entretanto, a narrativa não está restrita a esse sentido único.

Se pensarmos nos termos colocados pelo estudo semiótico, vamos relacionar a disposição temporal da “ação” como “ordem paradigmática”, e a disposição da “narrativa” como “ordem sintagmática”. “Enquanto pertencentes à ordem paradigmática, todos os termos relativos à ação são sincrônicos no sentido de

---

<sup>1</sup> Ricœur dá o exemplo de “termos tais como agente, fim, meio, circunstância, socorro, hostilidade, cooperação, conflito, sucesso, fracasso, etc...”: “des termes tels qu’agent, but, moyen, circonstance, secours, hostilité, coopération, conflit, succès, échec, etc.” (RICŒUR, 1983, p. 89).

que as relações de intersignificação que existem entre fins, meios, agentes, circunstâncias e o resto são perfeitamente reversíveis.” (RICŒUR, 1983, p. 90). Por sua vez, a disposição temporal da “ação” possui uma sincronia que cria uma ordem paradigmática de arranjo entre os termos. Já a disposição temporal da “narrativa” “implica o caráter irredutivelmente diacrônico de qualquer história narrada” (RICŒUR, 1983, p. 90); isto é, na narrativa, os termos trabalhados podem ser arranjados de maneira combinatória, diacrônica, e não de maneira sequencial. “Mesmo se essa diacronia não impede a leitura às avessas da narrativa, característica, como veremos, do ato de re-narrar, essa leitura que remonta do fim em direção ao começo da história não abole a diacronia fundamental da narrativa.” (RICŒUR, 1983, p. 90). Portanto, perceber a trama conceitual da semântica da ação não é suficiente para a inteligência narrativa; é preciso também ser capaz de perceber as regras sintagmáticas que caracterizam e dão lugar a uma narrativa merecedora de ser chamada como tal e não mais como ordem. E o que essa narrativa disponibiliza diferentemente da ação é que pode suspender a sincronia, criando um enredo diacrônico, ou, até mesmo, acrônico.

Essa possibilidade de criar uma ordem sintagmática para os termos e eventos antes dispostos de maneira paradigmática é o que permite entender a capacidade de integração e de atualidade da narrativa. Essa ordem sintagmática é referente à inteligência narrativa, essa inteligência narrativa não acontece senão por uma inteligência prática dos termos que ela vai trabalhar. Vai trabalhar esses termos de modo a integrar os que, anteriormente, na ordem paradigmática, estavam separados e, com isso, vai atualizar significados que, antes, para aqueles termos, eram apenas virtuais. Nas palavras de Ricœur, o processo de atualizar

compreende “termos que só tinham significado virtual na ordem paradigmática, isto é, uma pura capacidade de emprego, [e que] recebem uma significação efetiva graças ao encadeamento sequencial que a intriga confere aos agentes, ao seu fazer e ao seu sofrer”. (RICŒUR, 1983, p. 91).

A possibilidade que a composição narrativa desfruta para “integrar” termos que, anteriormente, na percepção paradigmática e sincrônica, não se relacionavam, torna possível, em simultâneo, a sua “utilização” significativa. Possibilidades de combinação que antes eram apenas da ordem virtual fazem-se possíveis graças à diacronia da configuração narrativa e constroem um conjunto significativo. Atualizar esses significados quer dizer que, ao combinar tais termos antes isolados, o autor da narrativa está criando uma nova inteligibilidade, propriamente poética, sobre a experiência. Essa nova inteligibilidade criada pelo autor é já uma sua interpretação dos eventos e termos disponíveis na prefiguração da trama conceitual, pois “termos tão heterogêneos quanto agentes, motivos e circunstâncias são tornados compatíveis” (RICŒUR, 1983, p. 91), conforme a vontade do autor.

A relação de pressuposição e de transformação torna-se cada vez mais clara quando se percebe que “compreender uma história é compreender ao mesmo tempo a linguagem do ‘fazer’”. (RICŒUR, 1983, p. 91). A semântica da ação que está prefigurada na trama conceitual com a qual lidamos ao trazer para a narrativa certos eventos que nela se apresentam é indispensável para o próprio ato de trazer esses eventos para a linguagem e, principalmente, para compreendê-los como trama narrativa.

A pré-compreensão (preconfiguração) da estrutura dos



termos da ação possibilita o processo (configuração) de tessitura da intriga, portanto, um novo tipo de inteligência: a inteligência narrativa.

### **Sobre a impossibilidade da ação e do texto de serem eticamente neutros: mediações simbólicas**

A compreensão prática, além da semântica, que rege a ação, ancora um segundo recurso ao qual a composição narrativa recorre para tornar-se significativa. Esse segundo recurso são os “recursos simbólicos do campo prático”. (RICŒUR, 1983, p. 91).

A ação vai ser sempre simbolicamente mediatizada, articulada por meio de signos, regras e normas. E desde já é importante lembrar que “o termo símbolo sublinha de imediato o caráter ‘público’ da articulação significativa” (RICŒUR, 1983, p. 92), isto é, a significação de um símbolo é uma construção cultural, não é psicológica ou subjetiva. O que indica que, se a ação é simbolicamente mediatizada, o significado dessa ação vai ser “público”, vai ser um significado incorporado na práxis capaz de ser identificado e interpretado pelos outros agentes sociais. A ação é simbolicamente mediatizada porque ela é recebida e interpretada por aqueles que padecem dela. A construção dessa cadeia de significações “são os processos culturais que articulam a experiência inteira”. (RICŒUR, 1983, p. 91).

Pode-se referir à “ação” como um “quase-texto” na medida em que os símbolos que a constroem fornecem regras de significação. É em função dessas regras que a ação vai poder ser interpretada e transformada em texto. Antes mesmo de ser texto, o símbolo já tem uma textura, uma trama simbólica. É apenas na

medida em que há essa trama simbólica que há um “‘contexto de descrição’ para ações particulares”. (RICŒUR, 1983, p. 92). Para descrever (ou inscrever) uma ação é necessário que ela seja simbolicamente mediatizada, porque “é em ‘função de...’ tal convenção simbólica que podemos interpretar tal gesto ‘como’ significando isto ou aquilo”. (RICŒUR, 1983, p. 92).

Uma ação vai poder ser vista como significante disso ou daquilo conforme o sistema de simbolização que toma como fonte: “o próprio gesto de levantar o braço pode, segundo o contexto, ser compreendido como maneira de saudar, de chamar um táxi, ou de votar. Antes de serem submetidos à interpretação, os símbolos são interpretantes internos da ação”. (RICŒUR, 1983, p. 92). Portanto, mediar uma ação simbolicamente significa agregar-lhe algum valor cultural, algum contexto de interpretação. Qualquer ação que se faça vai ser compreendida apenas na medida em que fizer parte dessa trama de significações, dessa trama simbólica, porque apenas vai ser compreendida na medida em que for interpretada e agregada a valores. E é em função dos valores agregados aos contextos dos símbolos que mediam a ação que se pode julgar uma ação como positiva ou negativa. As normas imanentes a uma cultura são o que vai possibilitar a estima ou o desprezo de uma ação que vai ser textualizada. Não fossem essas regras anteriores ao texto, isto é, não fossem esses pressupostos simbólicos que englobam, já à partida, códigos culturais, não seria possível uma leitura judicante conforme uma preferência moral. As ações vão ser julgadas, e os agentes vão ser julgados por suas ações. Percebe-se aqui o pressuposto ético da narrativa: no momento em que narra uma ação, abre espaço para que um juízo de valor seja feito. Aliás, na sua própria tessitura, a intriga já carrega um valor de moral estabelecido pelo autor no momento

da eleição de termos e resultados de uma ação.

Se a tragédia pode representá-los [os agentes] como “melhores” e a comédia como “piores” que os homens atuais, é porque a compreensão prática que os autores partilham com seu auditório comporta necessariamente uma avaliação dos caracteres e de sua ação em termos de bem ou de mal. (RICŒUR, 1983, p. 94).

Essa afirmação só é possível por dois pressupostos. O primeiro deles é porque se admite que toda a ação é julgada, em alguma medida, em termos de aprovação ou reprovação. Toda a ação é avaliada para que ganhe sentido, é “um traço originariamente inerente à ação: a saber, precisamente o de não poder ser nunca eticamente neutra”. (RICŒUR, 1983, p. 94). E Ricœur até mesmo considera uma “função da arte, a de constituir um laboratório em que o artista leva adiante, por intermédio da ficção, uma experimentação com os valores”. (RICŒUR, 1983, p. 94).

O segundo pressuposto a partir do qual vai se tornar possível dizer que a narrativa comporta sempre uma avaliação moral é o de que existe uma competência para se julgar a ação narrada. E que a ação narrada só pode ser julgada se essa competência for, em alguma medida, compartilhada pelo autor da narrativa e por seu leitor.

Se imitar é elaborar uma “significação articulada” da ação, é exigida uma competência suplementar: a aptidão de identificar o que chamo de as “mediações simbólicas” da ação, num sentido da palavra símbolo que Cassirer tornou clássico e que a antropologia cultural, da qual tomarei emprestado alguns exemplos, adotou. (RICŒUR, 1965, p. 20).

Da prática é ainda necessário pressupor, além da

inteligibilidade da trama conceitual, a simbolização das ações. Como transpor o “fazer”, o “poder-fazer”, o “saber-poder-fazer” para a narrativa poética é uma operação a se resolver através da simbolização. É a simbolização que media a ação. Portanto, se autor e leitor não compartilharem uma pré-compreensão da trama simbólica que rege a significação de uma ação narrada, torna-se improvável a inteligibilidade da obra.

Se um comportamento pode ser narrado como louvável ou como desprezível é porque há um compartilhamento de juízo entre autor e leitor, como é o caso das definições trágica ou cômica, que estão ambas imersas em compreensões de bem ou de mal, de melhor ou de pior. Há sempre um julgamento nas mãos de quem escreve e nos olhos de quem lê e o fundamental envolvimento ético é que possibilita que as convenções e convicções éticas sejam exploradas pelo caráter hipotético do texto com ambiguidades e perplexidades. O poeta tem a possibilidade de experimentar hipóteses de ação fazendo da atividade mimética um laboratório de valores morais. A ficção, nesses termos, pode servir de palco de ensaios para ações que vão ser moralmente julgadas. Dessa forma, o poeta, através da configuração narrativa, é capaz de criar conflitos entre as normas culturais já estabelecidas, procurando inovar abordagens sobre as convenções e convicções éticas herdadas.

É, portanto, fundamental que uma segunda característica que a composição narrativa compartilha com a compreensão prática seja a de mediação simbólica e que a narrativa consiga trabalhar e inovar sobre a trama de significações que são construídas no contexto prático e cultural.

As ações recebem um valor, sempre relativo aos outros valores dados às outras ações. Sempre numa cadeia de

comparações. Não apenas as ações são julgadas relativamente umas às outras, mas os demais termos da narrativa, como os agentes, as circunstâncias, etc. E essa cadeia de comparações sobre a qual o autor vai se debruçar para criar precisa ser familiar também ao leitor. O horizonte de compreensão comum, o lugar-comum, donde partem leitor e autor para criarem seus significados referentes a seus devidos papéis diante da obra, engloba, como vimos no capítulo anterior, uma semântica da ação e, agora, também uma mediação simbólica, que vão dar forma à *Mimêsis I* quando se somarem ainda à pré-compreensão temporal.

### **O tríplice presente em Santo Agostinho e a intratemporalidade em Heidegger**

É, em primeiro lugar, inspirando-se em Santo Agostinho que Ricœur percebe a articulação temporal que se dá na experiência cotidiana de se perceber o tempo: “o que importa é a maneira pela qual a práxis cotidiana ordena, um em relação ao outro, o presente do futuro, o presente do passado, o presente do presente”. (RICŒUR, 1983, p. 96). As três estruturas temporais da ação, às quais Agostinho chama de tríplice presente, são uma forma de entender de que maneira o tempo é percebido pelo homem. No momento em que se age, não se percebe um tempo futuro, um tempo passado ou presente; o que se percebe é “um presente das coisas futuras, um presente das coisas passadas e um presente das coisas presentes”. (RICŒUR, 1983, p. 95). O que significa que pensamos e nos expressamos, empiricamente, em termos de “‘doravante’, isto é, a partir de agora” (RICŒUR, 1983, p. 95) quando pensamos no futuro; em “‘acabei’ justamente de pensar

que...” (RICŒUR, 1983, p. 96) quando pensamos no passado; e em “‘agora’ faço isso, porque ‘agora’ posso fazê-lo” (RICŒUR, 1983, p. 96) quando pensamos em algo presente.

O tríplice presente justifica o que Agostinho chama de *distentio animi*, isto é, nossa alma é o lugar onde “acontecem” as impressões do tempo, e a partir do modo como ela, no momento em que pensa sobre essas impressões, se distende, alcança as variações temporais. Mas faz esse movimento sempre a partir do presente, por meio de impressões em relação ao futuro, que são resumidas pela expectativa, em relação ao passado, que são as lembranças, e, referente ao próprio presente, a alma tem atenção. A ação promove um intercâmbio entre as dimensões temporais, e a experiência temporal que se faz cotidianamente é uma constante relação entre essas dimensões. O que Agostinho vem a acrescentar à discussão é, justamente, que o lugar donde se experimentam esses intercâmbios é um “lugar” subjetivo, e que, portanto, é um “lugar” do presente, pois é donde a alma se distende.

“Mas a fenomenologia da ação pode avançar mais longe que essa correlação termo a termo na via aberta pela meditação de Agostinho sobre a *distentio animi*.” (RICŒUR, 1983, p. 96). É, então, em segundo lugar, que Ricœur se inspira na fenomenologia hermenêutica de Heidegger buscando entender de que maneira se faz essa ordenação prática do tempo cotidianamente.

Heidegger considera o *Dasein* o “lugar” a partir do qual se coloca a questão do ser e a questão do sentido do ser, logo, o “lugar” no qual o ser se constitui. Essa é a categoria existencial central da ontologia de Heidegger. Ela está engajada a uma antropologia filosófica na medida em que Heidegger considera que essa abertura ontológica acontece “nas descrições inspiradas

na ordem prática” (RICŒUR, 1983, p. 96), isto é, na medida em que se pensa o “ser-no-mundo”, abalando “o primado do conhecimento pelo objeto” (RICŒUR, 1983, p. 96), e sustentando-se um *Dasein*, que vive numa situação hermenêutica que “recebe” o mundo já significado e constrói-se nesse mundo através da sua relação com as coisas e na sua forma de lidar com os utensílios. O *Dasein* recebe uma rede de utensílios com a qual deve lidar e estabelece com ela uma relação de utilidade, uma relação, portanto, prática. E, se é nessa relação que ele se constitui, então é numa relação hermenêutica que o faz, pois a relação com a rede de utensílios e de significados já dados é uma relação de criatividade.

A questão ontológica, isto é, a questão sobre o ser, ganha certa consistência, como se viu, se analisada pelo plano da prática, nas “análises do utensílio, do em vista-de-que, que fornecem a primeira trama da relação de significância (ou de ‘significabilidade’), antes de qualquer processo cognitivo explícito e de qualquer expressão proposicional desenvolvida”. (RICŒUR, 1983, p. 96). O mundo do qual se participa é recebido de modo já significado pelo ser-no-mundo, e os significados são uma trama de significância que vai ser desenvolvida na medida em que o ser-no-mundo se relaciona com os utensílios com os quais estabelece um envolvimento prático.

Esse envolvimento é a descoberta das possibilidades de relação com os objetos, o que faz a hermenêutica heideggeriana poder ser pensada em termos de criatividade que desperta a partir daquilo que é dado, daquilo que vem do passado. “É, em princípio, porque estamos no mundo e lhe pertencemos por uma pertença participativa irrecusável que podemos, num segundo momento, apor a nós mesmos objetos que pretendemos

constituir e dominar intelectualmente.” (RICŒUR, 1983, p. 39). É possível fazer uma hermenêutica do ser-no-mundo justamente porque ele não lida com o mundo conforme uma relação de sujeito-objeto, mas como utensílio que deve ser encadeado na trama de significações. É o movimento de buscar consistência no plano da prática que se vê na segunda seção de *O ser e o tempo*, obra na qual Heidegger (2002) desenvolve sua ontologia — na qual a análise da temporalidade centra-se “em nossa relação com o tempo como este ‘no’ que agimos cotidianamente” (RICŒUR, 1983, p. 96), ou seja, a análise centra-se no ser-no-tempo e demonstra uma ontologia essencialmente ligada a uma qualidade temporal.

Heidegger chama a relação com o tempo, própria de uma temporalidade “da ação”, de intratemporalidade. A intratemporalidade não é nem a temporalidade, primeira na hierarquia do estudo sobre o tempo de Heidegger — “forma mais originária e mais autêntica da experiência do tempo, a saber, a dialética entre ‘ser-por-vir’, ‘tendo-se sido’ e ‘tornar-presente’” (RICŒUR, 1983, p. 97) e que trata de um tempo que não é substancializado, pois é a unidade que resulta dos três êxtases temporais (passado, presente e futuro) —; nem é a historialidade heideggeriana — junto aos seus componentes de repetição, extensão e deslocamento. É de uma terceira forma de entender o tempo que se trata.

A terceira relação com o tempo, a intratemporalidade, cria ligações tanto com a temporalidade fundamental quanto com o conceito vulgar de tempo. É no tomo III de *Tempo e narrativa* que se encontra melhor problematizada essa questão:

De que maneira a intratemporalidade — ou seja, o conjunto das experiências pelas quais o tempo é designado como “aquilo” “em que” “os eventos



acontecem” — ainda está ligada à temporalidade fundamental? De que maneira constitui essa derivação a “origem” do conceito vulgar de tempo? (RICŒUR, 1985, p. 133).

Tratemos, primeiro, da sua relação com o tempo vulgar: a intratemporalidade pode ser facilmente tratável como se faz com o que Heidegger chama de tempo vulgar, isto é, facilmente se faz dela uma “representação linear do tempo como simples sucessão de ‘agoras abstratos’”. (RICŒUR, 1983, p. 98).

A intratemporalidade trabalha com três características do tempo: a “databilidade”, a extensão e o caráter público. A databilidade é o “contar com o tempo”, mas precede a data no sentido de calendário. Refere-se aos acontecimentos que são datáveis a partir de um “momento em que é balizado relativamente a ‘agora’” (RICŒUR, 1985, p. 134), um “agora” que é tornado-presente justamente para que se possa criar essa baliza. Para Heidegger, dizer “agora” é articular um discurso que se “torna presente”. No momento em que diz, o agora torna-se temporalmente localizado no presente. Dessa feita, percebe-se que a databilidade cria uma estrutura relacional.

A “extensão” como característica da intratemporalidade é o “lapso de tempo”, o intervalo de tempo que vulgarmente chama-se de duração, e é o espaço de tempo durante o qual as coisas acontecem. “É em termos de lapso de tempo que ‘concedemos’ tanto de tempo, que ‘empregamos’ bem ou mal nosso dia, esquecendo-nos de que não é o tempo que se esgota, mas sim a nossa própria preocupação.” (RICŒUR, 1985, p. 137). Além disso, o “tempo da preocupação é um tempo ‘público’” (RICŒUR, 1985, p. 137), o que é uma compreensão cotidiana do tempo, é uma interpretação que torna pública a condição cotidiana, que só consegue se compreender a partir de um

“agora” do tornar-presente, “um ‘agora’ qualquer e anônimo”. (RICŒUR, 1985, p. 137).

O tempo vulgar é organizado ao redor de uma característica comum com a intratemporalidade, que é a noção de “agora” pontual. “O tempo vulgar, por conseguinte, pode ser caracterizado como uma sequência de ‘agoras’ pontuais cujos intervalos são medidos por nossos relógios. Como a agulha em seu percurso, o tempo corre de um ‘agora’ a outro” (RICŒUR, 1985, p. 141), entretanto, referente ao tempo vulgar,

a databilidade já não precede o estabelecimento das datas, mas dele decorre; o lapso de tempo, ele próprio oriundo do estiramento característico da historialidade, já não precede o intervalo mensurável, mas se regula por ele; e sobretudo o tornar-público, fundado no “ser-com” dos mortais entre si, cede o lugar para esse caráter pretensamente irreduzível do tempo, a saber a “universalidade”; o tempo é tido como público, porque é declarado universal. (RICŒUR, 1985, p. 141-142).

Entretanto, é possível perceber que a intratemporalidade resiste a tal redução ao tempo vulgar e está ligada à temporalidade fundamental. “A intratemporalidade, ou ser-‘no’-tempo, exhibe traços irreduzíveis à representação do tempo linear” (RICŒUR, 1983, p. 98) porque, se notamos o fato de que, para ser-“no”-tempo precisa-se contar “com” o tempo e contar “o” tempo, então percebemos que a medida que se faz desse tempo parte de um movimento que tem origem no ser, isto é, “é porque contamos com o tempo e fazemos cálculos que devemos recorrer à medida; não o inverso”. (RICŒUR, 1983, p. 98).

O ser-“no”-tempo fala de um tempo, cria essas medidas para “relatar” sua experiência no tempo, justamente porque existe temporalmente. Não as cria para existir temporalmente, mas existe e por isso as cria. As expressões que o fazem, e que se

desdobram desde os tempos verbais até os advérbios de tempo, fazem-no para tornar pública essa experiência. Como diz Ricœur, essas expressões “orientam em direção ao caráter datável e público do tempo”. (RICŒUR, 1983, p. 98). As representações ordinárias do tempo, entretanto, não determinam o ser-“no”-tempo, mas justamente o contrário.

A ruptura entre a intratemporalidade e a descrição linear do tempo é o que é aproveitado pela narrativa e o que a evoca, segundo Ricœur, a capacidade de notar uma temporalidade (uma intratemporalidade) que se ancora na existência, e não o contrário, isto é, não uma existência que se ancora na temporalidade, faz romper com a ideia vulgar de tempo como sucessão de agora. No momento em que se fazem essas medições para se “contar com o tempo” e que se assume, ainda assim, um movimento que parte do ser, se está criando uma ponte entre a narrativa e a temporalidade, entre narrativa e ser, que acontece “no” tempo, um tempo que acontece na narrativa.

A fim de proteger a significação do “agora” dessa redução a uma abstração, é importante notar em quais ocasiões “dizemos-agora” na ação [...]. Compreende-se como, em certas circunstâncias práticas, essa interpretação pode derivar na direção da representação do tempo linear: dizer-agora torna-se para nós sinônimo de ler a hora no relógio. Mas enquanto a hora e o relógio permanecem percebidos como derivações do dia, [...] dizer-agora retém sua significação existencial; é quando as máquinas que servem para medir o tempo são despojadas dessa referência primária às medidas naturais que dizer-agora retorna à representação abstrata do tempo. (RICŒUR, 1983, p. 100).

É a estrutura heideggeriana da intratemporalidade que Ricœur acredita se referir ao modo como articulamos o tempo pragmaticamente, e é a partir dessa pré-compreensão e dessa

“pré-disposição” do ser para se falar sobre o tempo que ela vai ser articulada pela narrativa. “Não é surpreendente: o plano ao qual nos atemos neste estágio inicial de nosso percurso, é precisamente aquele em que a linguagem ordinária é verdadeiramente [...] o tesouro das expressões mais apropriadas ao que é propriamente humano na experiência.” (RICŒUR, 1983, p. 98).

## Conclusão

A linguagem possui uma “reserva de significações usuais” (RICŒUR, 1983, p. 98) que foram criadas pela relação — e sustentam a relação — de dependência entre ser, tempo e narrativa. Esses traços temporais que permeiam a forma através da qual entendemos nossa práxis é que vão induzir e vão requerer uma narrativa, vão demonstrar, portanto, que a ação tem uma vocação para ser narrada, e apenas através da narrativa é que se tornam significativas.

O sentido da *Mimèsis I*, portanto, é o de esclarecer o fato de que

imitar ou representar a ação é, primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano: com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade. É sobre essa pré-compreensão comum ao poeta e a seu leitor, que se ergue a tessitura da intriga e, com ela, a mimética textual e literária. (RICŒUR, 1983, p. 100).

As interpretações de uma ação podem ser diferentes, mas as ações terão sempre um sentido. Aquele que faz a narrativa tanto quanto aquele que a recebe devem ser capazes de captar esse sentido, de dar interpretação à ação, portanto, devem estar a par das estruturas inteligíveis das qualidades narrativas que dão

forma à experiência humana.

Primeiro, se é verdade que intriga é uma imitação da ação, é exigida uma competência preliminar: a capacidade de identificar a ação em geral por seus traços estruturais; uma semântica da ação explicita essa primeira competência. Ademais, se imitar é elaborar uma significação articulada da ação, é exigida uma competência suplementar: a aptidão de identificar o que eu chamo de as mediações simbólicas da ação [...]. Enfim, essas articulações simbólicas da ação são portadoras de caracteres mais precisamente “temporais”, donde procedem mais diretamente a própria capacidade da ação de ser narrada e talvez a necessidade de narrá-la. (RICŒUR, 1983, p. 87-88).

Para que a atividade de configurar uma narrativa ofereça inteligibilidade ao mundo da ação, é preciso que se parta de um lugar-comum de sentidos: o que precisa ser compartilhado para que essa nova inteligibilidade de mundo possa ser, em algum nível, familiar às capacidades de entendimento e de interpretação do leitor envolve a pré-compreensão da pré-disposição narrativa do agir humano conforme sua estrutura semântica, sua simbologia e sua temporalidade.

É utilizando-se significativamente dessas três características prefiguradas na ação que a narrativa se constrói, pois “a literatura seria incompreensível para sempre se não viesse a configurar o que, na ação humana, já figura”. (RICŒUR, 1983, p. 100).

## Referências

HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. Partes I e II, tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback, Petrópolis: Vozes, 2002.

KEMP. In: GREISCH, Jean; KEARNEY, Richard. **Paul**

**Ricœur:** les métamorphoses de la raison herméneutique. Paris: Cerf, 1991. p. 342.

RICŒUR, Paul. **De l'interprétation:** essay sur Freud. Paris: Éditions du Seuil, 1965.

RICŒUR, Paul. **Do texto à acção.** Porto: Ed. Rés.

RICŒUR, Paul. Mimèsis, référence et refiguration dans temps et récit. **Études Phénoménologiques**, [s. l.], t. VI, n. 11, p. 29-40, 1990.

RICŒUR, Paul. **Temps et récit I.** Paris: Seuil, 1983.

RICŒUR, Paul. **Temps et récit III:** le temps raconté. Paris: Éditions du Seuil, 1985.

# A categoria aspecto verbal e o ensino: o que os alunos revelam conhecer e/ou entender sobre essa categoria

Amanda Souza\*  
Marilene Machado\*

## Resumo

Estudos linguísticos recentes apontam para uma lacuna no trabalho com o aspecto verbal nas aulas de Língua Portuguesa. Travaglia (2016) destaca a pouca atenção destinada ao estudo dessa categoria no Português. Diante desse cenário e da importância do aspecto verbal para a construção de sentidos dos enunciados, o objetivo deste artigo é investigar o que os alunos revelam conhecer e/ou entender sobre essa categoria ao serem estimulados a analisar determinados usos verbais. A fundamentação teórica deste artigo é composta por estudos desenvolvidos por Castilho (1968), Comrie (1976), Vargas (2011), dentre outros. A partir do método hipotético-dedutivo apresentado em Marconi e Lakatos (2003), analisamos testes linguísticos feitos com alunos inseridos no primeiro período dos cursos de Letras e de Pedagogia. Os dados evidenciaram os efeitos diretos da lacuna atestada anteriormente, uma vez que muitos alunos associaram os efeitos de sentido decorrentes dos usos verbais apenas à identificação dos tempos verbais (presente, passado e futuro), o que pouco revela sobre a funcionalidade dessa classe de palavras numa dimensão da língua em uso. Cabe destacar que certas respostas obtidas indicaram, ainda que implicitamente, a percepção de noções aspectuais que perpassam os usos verbais, no entanto, não

---

\* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas). Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela PUC Minas. Atualmente é doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa pela mesma instituição e atua como bolsista FAPEMIG. ORCID: 0000-0003-0316-6519.

\* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela PUC Minas. Atualmente é doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). ORCID: 0000.0001-99439264.

revelaram um efetivo conhecimento da categoria aspectual. Diante desses resultados, corroboramos a importância do trabalho com o aspecto, uma vez que os dados sugerem uma rasa abordagem dessa categoria no ensino básico.

Palavras-chave: Aspecto verbal. Ensino de Língua Portuguesa. Produção de sentido. Compreensão textual.

## The verbal aspect category and teaching: what students reveal to know and/or to understand about this category

### Abstract

Recent linguistic studies point to a gap in the work with the verbal aspect in Portuguese language classes. Travaglia (2016) highlights the little attention devoted to the study of this category in Portuguese. Given this scenario and the importance of the verbal aspect for the construction of meanings of utterances, the objective of this article is to investigate what students reveal to know and / or understand about this category when they are stimulated to analyze certain verbal uses. The theoretical basis of this article is composed of studies developed by Castilho (1968), Comrie (1976), Vargas (2011), among others. Based on the hypothetical-deductive method presented in Marconi and Lakatos (2003), we analyzed linguistic tests carried out with students in the first period of the Letters and Pedagogy courses. The data showed the direct effects of the gap attested earlier, since many students associated the effects of meaning resulting from verbal uses only to the identification of verbal tenses (present, past and future), which reveals little about the functionality of this class of words in a dimension of the language in use. It should be noted that certain responses obtained indicated, albeit implicitly, the perception of aspectual notions that permeate verbal uses, however, they did not reveal



an effective knowledge of the aspectual category. In view of these results, we corroborate the importance of the work with the aspect, since the data suggest a shallow approach of this category in basic education.

Keywords: Verbal aspect, Portuguese language teaching, Production of meaning, Textual comprehension.

Recebido em: 24/04/2020

Aceito em: 10/07/2020

## Introdução

O estudo do verbo perpassa pelo conhecimento das seis categorias verbais, quais sejam: número, pessoa, gênero, tempo, modo e aspecto. Para o desenvolvimento deste artigo, selecionamos como objeto de pesquisa o aspecto verbal. O interesse pela investigação dessa categoria decorre de estudos previamente realizados, nos quais temos evidenciado uma rasa abordagem dada à categoria do aspecto verbal em gramáticas escolares da Língua Portuguesa e, consequentemente, no seu trabalho na educação básica. Sobre isso, Travaglia (2016) destaca a pouca atenção destinada ao estudo dessa categoria nas pesquisas que versam sobre os verbos e, além disso, afirma que o não interesse por essa categoria gerou uma lacuna na descrição do sistema verbal português, o que justifica a realização de pesquisas como a proposta neste artigo.

Diante desse cenário, vale descrevermos que o aspecto verbal diz respeito à temporalidade interna da sentença. Assim, é ele que nos permite visualizar a ação em seus diferentes momentos, por exemplo: em seu término, em seu desenvolvimento, em sua repetição, em seu início, etc. Por referir-se à temporalidade da sentença, essa categoria relaciona-se diretamente com a de tempo verbal. No entanto, é importante reconhecer as funções de cada uma delas, visto que o tempo, por ser uma categoria dêitica, visa a relacionar o tempo da ação com o momento em que a sentença é enunciada. Nesse viés,

embora o aspecto e o tempo se preocupem com o tempo, eles estão preocupados de **maneiras diferentes** [...] o aspecto não se preocupa em relacionar o tempo da situação com nenhum outro ponto do tempo, **mas sim**

**com a constituição temporal interna da situação.<sup>1</sup>**  
(COMRIE, 1976, p. 5, grifos nossos).

Além de definirem essa categoria em análise, estudos como o de Vargas (2011) e o de Costa Val (2002) têm demonstrado o papel do verbo na constituição do texto e na produção de sentidos. No que tange ao aspecto verbal, Vargas (2011, p. 35) afirma que “os aspectos são processos lógicos modais por excelência e que o chamado fenômeno da aspectualidade está, sem dúvida, ligado a tudo que envolve o sujeito/enunciador na prática de linguagem”.

Isso posto, propomo-nos a investigar o que os alunos revelam conhecer e/ou entender sobre essa categoria. Para tanto, analisaremos testes linguísticos aplicados a alunos recém-inseridos no ambiente acadêmico. Consideramos que as análises desses testes poderão explicitar a consequência que o pouco conhecimento sobre o aspecto acarreta no processo de compreensão textual, tendo em vista a sua contribuição para a significação do texto.

Organizamos este trabalho da seguinte maneira: na primeira seção, descrevemos e caracterizamos o aspecto verbal, suas tipologias e os seus valores. Abordamos a relação entre o tempo e o aspecto na constituição da temporalidade das sentenças. Na segunda seção, explicitamos uma abordagem sobre o aspecto verbal no ensino de Língua Portuguesa, buscando discutir caminhos para o seu trabalho na educação básica. Na terceira, apresentamos o nosso *corpus* de análise e construímos as nossas reflexões acerca das questões propostas aos alunos e das respostas obtidas com o teste linguístico. Nesse momento, demonstramos

---

<sup>1</sup> “Although both aspect and tense concerned with time, they are concerned with time in very different ways [...] aspect is not concerned with relating the time of the situation to any other time-point, but rather with the internal temporal constituency of the one situation.” (COMRIE, 1976, p. 5).

o nosso posicionamento frente aos resultados obtidos. Por fim, trazemos, na última seção, as nossas considerações finais.

## **2 A categoria aspecto: definição e categorizações**

Em um primeiro momento, cabe ressaltar que o sistema verbal português apresenta valores categoriais que podem ser marcados morfológica ou semanticamente. Entende-se por categoria aquilo “que designa uma classe cujos membros figuram nos mesmos ambientes sintáticos e mantêm entre si relações particulares”. (DUBOIS, 1978, p. 102). Castilho (1968) aponta as categorias verbais como formas diferentes de exprimir o conceito das ações. A partir disso, o autor apresenta seis tipos e a função de cada uma delas, quais sejam: (i) aspecto, define a duração do processo verbal; (ii) tempo, localiza a ação numa data ou numa perspectiva; (iii) modo, esclarece a interferência do sujeito falante no processo; (iv) voz, indica o papel atribuído ao falante; (v) pessoa, refere-se à relação do falante com o ouvinte e o assunto, pode ser caracterizada em primeira, segunda e terceira pessoas; (vi) número, define o número de entidades participantes do discurso. Com todas essas descrições, percebemos que essas categorias desempenham funções importantes no discurso, além de se relacionarem entre si na formação das sentenças.

Das seis categorias verbais mencionadas por Castilho (1968), o aspecto apresenta grande complexidade, uma vez que possui valores e subclassificações que podem dificultar a sua compreensão. Além disso, as noções aspectuais são construídas não só pelo que é denotado pelo verbo, mas também pela determinação de diferentes elementos linguísticos que compõem as sentenças. Diante disso, Castilho (1968) define o

aspecto verbal como uma categoria léxico-sintática, já que, em sua constituição, relaciona-se o sentido da raiz verbal com os elementos sintáticos, como, por exemplo, os adjuntos adverbiais, os complementos e o tipo oracional. O aspecto pode ainda ser compreendido como a representação espacial dos processos expressos pelos verbos, conforme afirma Castilho (1968).

Cabe discutirmos sobre a distinção básica entre a perfectividade e a imperfectividade no estudo do aspecto verbal. Para Castilho (1968), o aspecto perfectivo denota ação completamente decorrida e o imperfectivo representa a duração da ação. A título de exemplo, vejamos as seguintes construções: a) Os meninos **leram** o livro; b) Os meninos **liam** o livro. Na primeira sentença, o foco reside sobre o término da leitura do livro e, por isso, tem-se o aspecto perfectivo. Em contrapartida, na segunda sentença, a ênfase recai sobre a duratividade da leitura e, por isso, tem-se o aspecto imperfectivo. Todas essas informações referem-se ao aspecto denominado gramatical, dado que é marcado morfológicamente no verbo.

Sobre essa marcação morfológica das noções de perfectividade e de imperfectividade, Neves (2018) elucida que, em geral, categoriza-se somente como modo-temporal a desinência verbal que exprime a temporalidade da sentença. Porém, a autora esclarece que essa desinência também é aspectual, além de temporal. Assim, segundo Neves (2018), o tempo pretérito perfeito (andou, saiu) e o mais-que-perfeito do indicativo (andara, saíra) carregam a noção de ação acabada, caracterizando o aspecto perfectivo. Já o tempo presente (ando, saio) e o pretérito imperfeito do indicativo (andava, saía) carregam a marca da ação não acabada, o que caracteriza o aspecto imperfectivo.

Além desse aspecto que se manifesta na morfologia do verbo, Castilho (1968) discorre sobre o aspecto intrínseco ao semantema verbal. A partir disso, o autor classifica os verbos em télicos, quando apresentam um fim inerente (morrer, cair, abrir, etc.), e atélicos, quando não apresentam um término inerente (caminhar, construir, escrever, etc.). Com essa distinção entre a telicidade e a atelicidade verbal, Castilho (1968) justifica, novamente, o fato de se considerar o aspecto como uma categoria léxico-sintática, tendo em vista que o semantema do verbo contribui para a definição do aspecto verbal. Feitas essas classificações e distinções, Castilho (1968) propõe uma tipologia aspectual para o Português, na qual cada tipo de aspecto carrega um determinado valor. Com vistas a tornar mais clara a apresentação dessa tipologia, elaboramos exemplos para completar o quadro proposto por Castilho (1968):

**Quadro 1 - Tipologia aspectual**

| VALORES       | ASPECTOS                                                   | EXEMPLOS                                                                                                                                                   |
|---------------|------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Duração       | <b>Imperfectivo</b><br>Inceptivo<br>Cursivo<br>Terminativo | <i>A cachorra <b>começou a latir</b>.</i><br><i>Luísa <b>está cuidando</b> da ferida.</i><br><i>Júlia <b>parou de gritar</b>.</i>                          |
| Completamento | <b>Perfectivo</b><br>Pontual<br>Resultativo<br>Cessativo   | <i>Luiz <b>atirou</b> a pedra na janela.</i><br><i>Os pontos foram apurados, a vitória já <b>está garantida</b>.</i><br><i>Antônio <b>esteve</b> aqui.</i> |
| Repetição     | <b>Iterativo</b><br>Imperfectivo<br>Perfectivo             | <i>As pessoas <b>costumam falar</b> sobre política.</i><br><i>A chuva que <b>cai</b> lá fora é fria.</i>                                                   |

|                                             |                      |                                                           |
|---------------------------------------------|----------------------|-----------------------------------------------------------|
| Negação da<br>duração e do<br>completamento | <b>Indeterminado</b> | <i>O sol <b>aquece</b> a terra.</i> (presente<br>gnômico) |
|---------------------------------------------|----------------------|-----------------------------------------------------------|

**Fonte: Castilho (1968, p. 51).**

Pelos exemplos expostos no quadro, notamos alguns dos principais meios de manifestação do aspecto verbal. Nesse viés, devemos destacar o papel das perífrases verbais na construção das noções aspectuais. As perífrases verbais ocorrem quando o predicado da sentença é composto por um verbo auxiliar e por um verbo principal, esse que é utilizado em uma de suas formas nominais (infinitivo, gerúndio ou particípio).

Ao retomarmos o quadro, vemos que, pela junção do verbo auxiliar (começou) com o verbo principal no infinitivo (latir), forma-se o aspecto imperfectivo inceptivo. Por outro lado, pela junção do verbo auxiliar (está) com o verbo principal no gerúndio (cuidando), configura-se o aspecto imperfectivo cursivo. Com essas considerações, observamos que, a depender da escolha feita pelo falante/autor e, conseqüentemente, do efeito de sentido que se almeja alcançar, as ações podem ser vistas e apresentadas de formas diferentes, com ênfase em momentos distintos. Isso corrobora Vargas (2011), ao defender que a aspectualidade está diretamente relacionada a tudo que abrange o sujeito/enunciador numa situação de uso da linguagem.

Com base em todos esses esclarecimentos, apontaremos o que distingue o aspecto do tempo verbal. A categoria temporal tem a função de localizar a ação/evento num dado momento e, por isso, o tempo ancora-se na noção dêitica. Em contrapartida, o aspecto refere-se à noção de desenvolvimento ou de completamento da ação/evento, sem se referir ao momento

da fala. Para Neves (2018), o tempo tem relação direta com o momento da fala, que corresponde ao “agora” do falante, e com o momento dos acontecimentos. Sobre isso, Travaglia (2016, p. 42) assume que o tempo verbal “é um TEMPO<sup>2</sup> externo à situação e o aspecto é um TEMPO interno à situação”.

Vale mencionar que as ações expressas pelos verbos podem carregar noções temporais e aspectuais ao mesmo tempo. Conforme Castilho (1968), uma única forma verbal como, por exemplo, “estive falando”, carrega tanto o tempo passado, quanto a noção de duração da ação. Portanto, o estudo e o ensino do aspecto devem abranger o entendimento das relações que essas categorias assumem na construção da temporalidade dos enunciados, uma vez que podem conjuntamente expressar determinados valores semânticos.

Na seção seguinte, traremos os documentos norteadores do ensino e pesquisas linguísticas que se dedicam a discutir sobre o trabalho com a Língua Portuguesa na escola, uma vez que este artigo aborda o aspecto verbal no contexto do processo de ensino-aprendizagem.

### **3 O aspecto verbal e o ensino: uma proposta de análise linguística**

Diversos estudos linguísticos dedicam-se a analisar o papel dado à gramática do Português nas salas de aula. E, então, há mais de uma década, vem sendo destacada a não pertinência de um trabalho embasado somente em conceituações e classificações dos itens da língua. O simples conhecimento e a memorização

---

<sup>2</sup> Ao citar o termo tempo com letras maiúsculas, o autor faz alusão à “ideia geral e abstrata de tempo sem consideração de sua indicação pelo verbo ou qualquer elemento da frase”. (TRAVAGLIA, 2016, p. 41).



de esquemas e de quadros classificatórios pouco têm contribuído para o uso dos recursos linguísticos nas práticas de linguagem. A esse respeito, o estudo de Neves atesta que:

A gramática não é uma disciplina que se deva colocar **externamente à língua em funcionamento**, e que se resolva na **simples taxonomia**, instituída no plano lógico ou no plano estrutural, independente dos **atos de interação linguística**, das funções que se cumprem no uso da linguagem, **dos significados que se obtêm**. (NEVES, 2017, p. 80, grifos nossos).

O trecho apresentado instiga-nos a refletir sobre a necessidade de uma ressignificação do que seja a gramática e do lugar ocupado por ela no trabalho com a língua. Isso porque a gramática existe em razão do funcionamento da linguagem e, desse modo, está a serviço dos diferentes tipos de interação linguística. Acrescentando a isso, Neves postula que “a língua é **dinâmica**, é **variável**, é um **sistema adaptável**, **sempre em acomodação**, de tal modo que só na sua face sociocultural se poderá admitir a existência de moldes e modelos” (NEVES, 2017, p. 85, grifos nossos).

Em vista dessa concepção de gramática e de língua proposta acima, vale apresentarmos o que os documentos oficiais da educação preconizam a respeito do trabalho com a Língua Portuguesa. De acordo com os PCNs (1998), a ampliação da competência discursiva dos alunos abrange tanto a criação de contextos efetivos de uso da linguagem, quanto a realização de atividades que se voltem para a descrição e sistematização dos fenômenos linguísticos. Evidencia-se, portanto, a importância e a dependência entre as atividades epilinguísticas e as atividades metalinguísticas na prática do ensino da Língua Portuguesa. O lugar e o papel dos recursos gramaticais no processo de ensino-

aprendizagem são revistos, o que vai ao encontro do que foi apresentado por Neves (2017) anteriormente.

Nessa mesma direção, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) orienta que o foco do ensino deve residir na formação do aluno para os diversos usos da linguagem e para a sua participação efetiva na sociedade. Nesse sentido, propõe-se o trabalho com textos dos mais variados gêneros, colocando a língua em uso como ponto de partida para o ensino de língua materna:

**Na esteira do que foi proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o texto ganha centralidade na definição dos conteúdos, habilidades e objetivos,** considerado a partir de seu pertencimento a um gênero discursivo que circula em diferentes esferas/campos sociais de atividade/comunicação/uso da linguagem. **Os conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens,** que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/campos de atividades humanas. (BRASIL, 2018, p. 67, grifos nossos).

Nesse sentido, o caminho pedagógico proposto por esses documentos parte da reflexão do uso linguístico, uma vez que os recursos gramaticais (sintáticos, morfológicos, semânticos) ganham funcionalidades no momento em que estão inseridos em diferentes práticas de linguagem. No que tange especificamente ao trabalho com a classe dos verbos, a BNCC orienta, em diferentes etapas do ensino escolar, o trabalho com atividades que visem à reflexão sobre o papel das escolhas temporais, modais e aspectuais na construção de sentidos de diferentes textos, o que

vai ao encontro do que é abordado nesta pesquisa. Para ilustrar, tomemos a seguinte orientação inserida no campo da semântica:

Conhecer e perceber os efeitos de sentido nos textos decorrentes de fenômenos léxico-semânticos, tais como aumentativo/diminutivo; sinonímia/antonímia; polissemia ou homonímia; figuras de linguagem; modalizações epistêmicas, deônticas, apreciativas; **modos e aspectos verbais**. (BRASIL, 2018, p. 80, grifos nossos).

Alinhando-se a essa perspectiva de ensino, Costa Val (2002) defende um trabalho com a gramática do texto/no texto, no qual os recursos linguísticos só podem ser efetivamente compreendidos a partir da reflexão sobre o seu funcionamento nos textos que circulam nas diversas práticas sociais. Argumenta-se, então, que “o conhecimento linguístico, como todo conhecimento, não se adquire ouvindo teorias, mas se constrói na relação ativa com o objeto de conhecimento”. (COSTA VAL, 2002, p. 118).

Fundamentadas nessa percepção de uma gramática que funciona no texto, podemos refletir sobre o trabalho com o aspecto verbal na educação básica. Seguindo essa proposta de uma abordagem reflexiva sobre os usos dos recursos gramaticais, o ensino dessa categoria deve pautar-se na sua contribuição para a constituição do texto e, por conseguinte, para a produção de sentidos. Ao discorrer sobre o tempo e o aspecto, Corôa (2005) ressalta que a gramática tradicional, por meio dos esquemas verbais, detém os verbos em compartimentos fechados e impróprios demais para compreender toda a sua significação. Do mesmo modo, Vargas (2011) acrescenta que os verbos são itens essenciais na construção de sentido dos enunciados e, portanto, devem ser considerados conforme a função que executam na constituição do discurso. Nesse sentido, Vargas (2011) destaca,

também, o papel das categorias semânticas de tempo e de aspecto na construção das práticas discursivas, ao afirmar que

os usos das formas verbais e suas respectivas marcas de subjetividade, de temporalidade e de aspectualidade são verdadeiras operações de produção de sentido, que envolvem sujeitos situados nas mais diversas circunstâncias de interação social. (VARGAS, 2011, p. 46).

Diante do exposto, compreende-se que o ensino dos recursos linguísticos e, conseqüentemente, do aspecto verbal, deve partir da análise das práticas de linguagem que demandam os seus usos. Para além da categorização/memorização das tipologias aspectuais, é necessário um ensino que se volte para a atuação dessa categoria nos diferentes textos instaurados pelos indivíduos, a partir de intenções comunicativas diversas. Assim, essa abordagem poderá conduzir os alunos a refletirem sobre as suas escolhas verbais e aspectuais na construção dos textos. É interessante que os alunos reflitam como a temporalidade interna (o aspecto) da sentença pode gerar certos efeitos de sentido e está a serviço das intenções de um processo interlocutivo.

A partir de todo esse aporte teórico, procederemos, na próxima seção, à discussão e à análise dos dados linguísticos.

#### **4 Análise e discussão dos dados**

Esta seção destina-se à discussão e à análise dos dados linguísticos que constituem o *corpus* deste artigo. Cabe elucidarmos que, para a realização da investigação proposta, embasamo-nos no método hipotético-dedutivo, o qual “se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual

formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos”. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 95).

Para isso, selecionamos um *corpus*<sup>3</sup> constituído por questionamentos aplicados a alunos do primeiro período dos cursos de Letras e de Pedagogia. A partir da leitura de dois textos, as questões elaboradas direcionavam os alunos a refletirem sobre a utilização dos recursos verbais, especialmente, no que tange à produção de sentido dos textos. Para fins metodológicos, os participantes foram intitulados com a primeira letra do nome do curso ao qual pertencem e com uma dada numeração, totalizando 28 alunos participantes.

Por meio das análises, averiguamos o que os alunos revelam conhecer e/ou entender sobre a categoria semântica do aspecto. Ao longo deste artigo, vimos que o aspecto se vincula ao tempo, uma vez que ambos se preocupam com a temporalidade do enunciado, ainda que de modo divergente. A partir disso, propusemos, em certas questões analisadas, a identificação e a separação das respostas que se voltam mais para as noções temporais e as respostas que remetem às noções aspectuais. Assim, será possível uma melhor visualização do que os alunos conhecem especificamente sobre o aspecto verbal e, ao mesmo tempo, possibilitará a verificação do papel que ele exerce na construção dos enunciados. Ainda, a fim de obter uma visão clara da percepção dos alunos e tomando como base o objetivo do artigo, algumas perguntas nortearam as nossas análises, quais sejam:

a) Os dados sugerem um efetivo entendimento do aspecto verbal?

---

<sup>3</sup> O *corpus* analisado foi coletado e cedido pela autora Marilene Gonçalves Dias Machado. Os dados que serão explicitados foram transcritos mantendo a originalidade das respostas dos alunos.

- b) O que os alunos percebem sobre o completamento e a duratividade das ações?
- c) Os alunos compreendem a relação e a diferença entre as noções aspectuais e temporais?

Abaixo, apresentamos a primeira questão proposta aos 28 participantes. Essa questão é composta por quatro perguntas separadas respectivamente por (a), (b), (c) e (d):

Questão 1: Leia o fragmento abaixo e responda às questões:

Na casa do barão, Mariana **aguardava** a primeira refeição enquanto pela janela curiosa, **observava** o povoado.

Mineradores **iam** para as lavas com suas ferramentas; um corpo de ordenanças **levava** um homem morto. **Ouviam-se** berros de um mestre de obras, ruídos de um guindaste **içando** pedras, marteladas, machadadas. Numa oficina um alfaiate **costurava**.

Um sapateiro **fabricava** um par de botas pespontadas, diante de uma tenda, homens de braços grossos **ferravam** cavalos e mulas, **trabalhavam** em forjas singelas ou fornos de cuba; fechaduras, dobradiças, ferros, instrumentos de trabalho **pendiam** de um cordame.

Nos açougues, em quase todas as esquinas, muita gente **comprava** carne, **levando-a** em ganchos ou bacias. Um escravo **colocara** um quarto de novilha às costas; o sangue **escorria** pela camisa.

Nas vendas **exibiam-se** azulejos, cristais e louças, chumbo pinho-de-riga, tintas; em tendas **ofereciam-se** óleos, azeite de baleia, virtúalias. Uma escrava **recortava** toalhas de papel à porta de uma casa; outras **varriam, limpavam, carregavam**

cestras, **enchiam** vasos nas bicas e **levavam-nos** à cabeça. Du Terrail **subia** a laderia da casa do barão.

(MIRANDA, A. **O retrato do rei**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991).

a) Você sabe dizer qual é o efeito de sentido provocado pelas expressões verbais presentes no texto?

b) Observe o trecho abaixo:

**“Um escravo colocara um quarto de novilhos às costas; o sangue escorria pela camisa.”**

Há, nesse trecho, uma relação de causa e consequência, demonstrada, inicialmente, pelo verbo **colocara**, referente ao passado do passado, e que demonstra um evento acabado. Você vê na expressão **escorria** uma ação finalizada, considerando uma consequência da primeira ação verbal do trecho em questão? Explique.

c) No trecho:

**“Ouviam-se** berros de um mestre de obras, ruídos de um guindaste **içando** pedras, marteladas, machadadas.”

Responda: Quais são as semelhanças entre as formas verbais **içando** e **ouviam-se**?

d) As duas formas juntas provocam qual sentido à frase?

Essa questão conduz os alunos a pensarem sobre o papel dos verbos na constituição do texto. A predominância do tempo pretérito imperfeito gera determinados efeitos de sentido, portanto, interessa-nos investigar como os alunos veem essa função do verbo na construção de sentidos. Como posto no início desta seção, analisamos as respostas dadas conforme as noções com as quais elas se relacionam (noções temporais e/ou aspectuais).

Com base na análise dos dados, verificamos que, na questão (a), alguns alunos focalizaram apenas na flexão temporal e atribuíram o sentido de passado às expressões verbais do texto. Para ilustrar, vejamos:

L1: Indicamento se as ações dos personagens remete ao **passado ou presente**.

P2: Sentido de **passado, tempo perfeito**.

P3: Sentido de **passado**.

P14: As expressões verbais têm o **sentido de passado** sendo elas grande parte tarefas.

P15: É **um passado do passado** dando o sentido daquilo.

Esses cinco exemplos mencionados demonstram como os participantes atrelaram a noção de efeito de sentido apenas ao reconhecimento do tempo passado. Consideramos que essas simples categorizações temporais pouco contribuem para o entendimento das descrições das ações expressas pelos verbos. Em contrapartida, alguns alunos tiveram as suas respostas pautadas, ainda que indireta e implicitamente, em noções aspectuais:

L5: Ações que estão **sendo e continuam a ser realizadas no presente**.

L6: Um efeito de sentido de **presença da ação**, numa narrativa em que o tempo das expressões



verbais dão ideia de várias circunstâncias ocorrendo simultaneamente.

P5: Indicam ações praticadas pelos sujeitos **no momento em que o texto era escrito**, como uma narração.

P16: No meu entendimento elas atribuem **o sentido de ações passados contínuos, ações que não foram concluídas**.

P17: Sentido de **movimento da ação** de alguma causa e a consequência, o efeito. Sentido de trabalho.

P21: O efeito provocado é de algo no passado, **não terminado**, ações realizadas anteriormente por todos os moradores do povoado em sua rotina e que demonstram uma **perpetuação e repetição** daqueles afazeres que hoje não existem, deixaram de ser feitos.

Os trechos acima negritados atestam como o tempo pretérito imperfeito, predominante no texto em tela, carrega a noção de duração, de prolongamento da ação expressa pelo verbo, tendo em vista que os alunos pontuaram a continuidade das ações em suas respostas. Interessante retomarmos alguns argumentos e termos apresentados pelos participantes. Parece-nos, por exemplo, que, para discorrer sobre o prolongamento temporal característico do tempo imperfeito, o aluno intitulado P17 menciona “movimento da ação” e, de modo semelhante, o aluno denominado L6 fala em “presença da ação”.

Além disso, chama-nos atenção o argumento utilizado pelo participante P5 ao afirmar que o texto foi escrito no momento em que as ações se realizavam. Consideramos que essa percepção advém do fato de que o tempo pretérito imperfeito apresenta as ações em seu pleno desenvolvimento, com isso, ele assimilou que as ações foram realizadas ao mesmo tempo em que se deu a escrita do texto. Isso porque,

no imperfeito, o falante se coloca numa perspectiva também de passado para contemplar **o evento em sua ocorrência. O que o falante transmite ao ouvinte**

com o uso do imperfeito é uma ótica do evento a partir do próprio momento e não de seu fim, resultados ou consequências. O falante se coloca e, consequentemente, coloca o ouvinte, no momento do evento. (CORÔA, 2005, p. 53, grifos nossos).

A autora nos mostra como o uso de determinado tempo verbal carrega noções aspectuais e contribui para o diálogo instaurado entre o falante e o seu ouvinte. A escolha pelo tempo pretérito imperfeito representa um determinado modo de visualizar e de apresentar as ações expressas no texto, gerando certo efeito de sentido. Dessa maneira, confirmamos que a simples identificação do tempo verbal, como feito por muitos alunos, não conduz à reflexão sobre os efeitos de sentido provocados pelas expressões verbais e sobre o papel das escolhas na constituição dos diálogos estabelecidos no texto. Vale apontar que três alunos não responderam a essa questão.

Passemos para o segundo questionamento, no qual o objeto de análise apresenta dois verbos, o primeiro (colocara), conjugado no tempo pretérito mais-que-perfeito do indicativo, desencadeia outro evento (escorria), apresentado no tempo pretérito imperfeito.

b) Observe o trecho abaixo:

“Um escravo **colocara** um quarto de novilhos às costas; o sangue **escorria** pela camisa.”

Há, nesse trecho, uma relação de causa e consequência, demonstrada, inicialmente, pelo verbo **colocara**, referente ao passado do passado, e que demonstra um evento acabado. Você

vê na expressão **escorria** uma ação finalizada, considerando uma consequência da primeira ação verbal do trecho em questão? Explique.

Além de abordar a imperfectividade que se revela na morfologia do verbo (pretérito imperfeito), essa questão remete ao aspecto lexical, visto que os alunos podem perceber/constatar que o próprio semantema do verbo “escorrer” carrega uma noção de duração da ação. Castilho (1968, p. 65, grifos nossos) estabelece “dois tipos de semantemas, uns a exprimirem ação tendente a um fim, sem o qual essa ação não se dá, **outros figurando o processo em sua duração da qual não se exige completamento para admitir-lhe a existência**”. O primeiro tipo é característico dos verbos télicos, e o segundo, dos atélicos, como mencionado em nosso referencial teórico.

Sobre essa segunda questão, observamos que alguns alunos responderam somente acerca da relação de causa e consequência estabelecida entre colocar um quarto de novilhos às costas e o sangue que escorria pela camisa. Em contrapartida, outros se dedicaram também a discutir sobre a finalização ou não da ação de “escorrer”, como demonstrado abaixo:

L5: Vejo como uma **ação não finalizada e consequência da primeira ação verbal não sei explicar o porque.**

L6: Não. A expressão “escorria” no contexto da narrativa denota algo que é contado, que aconteceu, **porém o próprio acontecimento está no presente da narrativa, não no passado.**

P5: Pode até ser uma consequência da primeira ação, mas **não uma ação finalizada. Dá a entender que o sangue estava escorrendo.**

P16: Sim, na verdade vejo ela como **ação passada mas não acabada.**

P21: Não. Escorria (sangue) expressa a consequência

de se colocar um pesado fardo de novilhos nas costas, porém, **não dá ideia de algo igualmente concluído**, com trajetória de início, meio e fim se parece mais como uma ação abruptamente interrompida, **sem noção de conclusão planejada**.

Para análise dessa questão, selecionamos os comentários dos alunos (nomeados L5; L6; P5; P16; P21) que, na primeira pergunta, destacaram a continuidade das ações apresentadas no texto. Então, é notório que eles mantiveram a mesma percepção quando questionados sobre a ação de escorrer, pois a definiram como não finalizada. Até aqui, percebemos que muitos alunos se valeram de noções temporais e/ou aspectuais para responderem aos questionamentos. Vejamos a próxima pergunta (ainda referente ao texto em análise):

c) No trecho:

“**Ouviam-se** berros de um mestre de obras, ruídos de um guindaste **içando** pedras, marteladas, machadadas.

Responda: Quais são as semelhanças entre as formas verbais *içando* e *ouviam-se*?

Nessa questão, busca-se demonstrar que a noção de duratividade pode ser representada não só pelo tempo pretérito imperfeito, mas também pelo uso da forma nominal do gerúndio, visto que “o gerúndio é considerado a forma nominal que exprime a cursividade, o desenvolvimento, o escoar do tempo, portanto, **imperfectivo, por natureza**” (VARGAS, 2011, p. 64, grifos nossos). As expressões verbais do trecho em análise apresentam uma semelhança aspectual, no entanto, notamos que alguns dos

participantes da pesquisa não se atentaram para isso. Alguns alunos, destacados abaixo, assinalaram apenas similaridades temporais entre as duas formas apresentadas pelo verbo:

L3: As duas expressões **funcionam no mesmo tempo**.

L7: Estão no **presente**.

P5: As duas formas estão conjugadas no **tempo presente**.

P6: O verbo “ouviam-se” está no **passado** e o verbo içando está no **gerúndio**.

P10: Ambas estão no **mesmo tempo verbal**.

P21: Os dois estão na 3ª pessoa do plural contudo, içando é um verbo no **presente** e ouviam-se pertence ao **pretérito imperfeito**.

A referência ao tempo presente (em três comentários acima), talvez, justifique-se pelo fato de que o tempo pretérito imperfeito (ouviam-se) e a forma do gerúndio (içando) designem a “presentificação” das ações. Apesar dessa possível assimilação aspectual, os comentários supracitados acabam por demonstrar certas lacunas quanto ao entendimento e à categorização dos tempos verbais. Alguns participantes valeram-se, mais explicitamente, de noções aspectuais para identificarem as semelhanças entre “ouviam-se” e “içando”:

L2: “Içando” indica que está no presente, que algo está acontecendo neste momento, e “ouviam-se” indica que estava acontecendo, ambos me passam ideia de continuidade.

L5: Tratam de uma ação contínua.

P1: Que as duas mostram uma ação que estão acontecendo.

P8: Sentido de que as ações foram acabadas.

P19: Elas estão no gerúndio representando uma ação sendo feita, não concluída, e nem prestes a ser feita.

Ainda que um dos alunos considere que as ações foram

acabadas, os demais reconhecem a continuidade que, nesse caso, foi representada morfológicamente pelo uso do gerúndio e do tempo pretérito imperfeito. Todas as questões debatidas até o momento demonstram como o tempo e o aspecto estão imbricados entre si e, ainda, indicam como o discernimento dessas duas categorias é importante para a compreensão da temporalidade que se forma no texto. Ainda que algumas noções aspectuais tenham sido utilizadas pelos alunos, certas indeterminações, certas expressões em suas respostas indicam uma percepção restrita dessa categoria e de sua relação com o tempo verbal. A própria ausência de respostas corrobora essa observação, já que, para essa questão (c), sete alunos não fizeram nenhum tipo de comentário, e um aluno afirmou não perceber semelhanças entre as formas verbais analisadas. Apesar de se valerem de noções temporais e/ou aspectuais para responderem aos questionamentos, isso não atestou um efetivo entendimento dessas categorias e de suas relações. Há certas confusões/ambiguidades que cerceiam parte dos comentários analisados.

Discutiremos a seguir o último questionamento da primeira questão, qual seja:

d) As duas formas juntas provocam qual sentido à frase?

Selecionamos as respostas que se embasam no aspecto verbal, ainda que este não seja nomeado em nenhum momento:

P3: Sentido de que **estava acontecendo algo** que **estava causando** barulhos.

P5: De que a ação indicada pelo verbo **está acontecendo naquele momento**.

P6: As duas formas juntas provocam **o sentido de continuidade** e de algo que **aconteceu no mesmo momento**.

P19: Dão sentido de ações acontecendo no **exato momento da leitura**.

P21: Sentido de que algo **já havia se realizado (ouviam-se)** enquanto outro ainda **estava acontecendo (içando)**.

Os comentários acima atestam a utilização de formas verbais diferentes, pretérito imperfeito e gerúndio, como ferramenta de produção do mesmo efeito de sentido, o de ações em curso. Ademais, o quarto comentário demonstra como as escolhas verbais determinam o posicionamento do autor frente ao seu leitor, visto que, para o aluno, o sentido é de que as ações estão acontecendo no exato momento em que se lê o texto. Esse comentário feito por ele vai ao encontro do que é debatido por Vargas (2011), ao expor que o uso do gerúndio, por exemplo, convoca o leitor a participar da construção do sentido do texto, o interesse do autor em apresentar o prolongamento dos acontecimentos tem uma influência sobre o leitor, uma vez que ele consegue “visualizar” todas as ações em seu pleno desenvolvimento.

A segunda questão é formada por um poema e por duas perguntas ((a) e (b)) atreladas a ele, vejamos:

Questão 2: Leia:

#### INGRATIDÃO

Nunca mais me **esqueci**!... Eu **era**  
criança

E em meu velho quintal, ao sol-  
nascente,

**Plantei**, com minha mão ingênua e  
mansa,

Uma linda amendoeira adolescente.

**Era** a mais rútila e íntima  
esperança...

**Cresceu**... **cresceu**... e, aos poucos,  
suavemente,

**Pendeu** os ramos sobre um muro  
em frente

E **foi** frutificar na vizinhança...

Daí por diante, a vida inteira,

Todas as grandes árvores que em  
minhas

Terras, num sonho esplêndido,  
**semeio**,

Como aquela magnífica amendoeira.

E **florescem** em chácaras vizinhas

E **vão** dar frutos no pomar alheio...

(DE LEÔNI, Raul. Luz mediterrânea.  
5.ed. São Paulo: Editora Martins,  
1948).

a) Reescreva o poema, substituindo as formas verbais, adequadamente, de modo a enfatizar que você vê o processo das ações acontecendo.

b) Escreva sobre os tempos verbais empregados e os efeitos de sentidos provocados pelas substituições, em relação às categorias dos verbos.

Ao reescrever o poema, o aluno deve refletir sobre a influência da escolha do tempo verbal na construção de sentido do texto. Em outras palavras, deve analisar se a expressão verbal empregada na frase promove o efeito desejado, nesse caso, o que foi solicitado na questão. Em sua versão inicial, o texto é predominantemente escrito no tempo pretérito perfeito, assim, as ações são apresentadas como completas e fechadas, na nomenclatura de Castilho (1968), temos ações-ponto nesse texto. O efeito que se almeja com a troca do tempo verbal é, justamente, o contrário do que está exposto, pois foi sugerido aos alunos que o foco volte para o desenrolar das ações (ações-linha, conforme Castilho (1968)). Vargas (2011) destaca a validade de atividades como essa, uma vez que “o aluno deve ser incentivado a comparar situações, a reconhecer a seleção das formas verbais, levada a efeito na realização do discurso, pode revelar a busca do interlocutor/leitor/ouvinte, no processo de construção de sentido dos textos”. (VARGAS, 2011, p. 90).

Ao nos debruçarmos sobre os dados, observamos que os alunos valeram-se principalmente do tempo presente, do pretérito imperfeito e da forma nominal do gerúndio. Para termos um panorama dessa questão, enumeraremos os casos: 11 participantes valeram-se do tempo presente, 2 utilizaram-se



da forma do gerúndio, 4, do pretérito perfeito, 1, do pretérito imperfeito, 1, do pretérito mais-que-perfeito, 2 alternaram principalmente o uso do presente e do pretérito imperfeito, 1 alternou o presente e o pretérito perfeito, e, por fim, 6 não responderam. Em seguida, eles foram indagados sobre as suas escolhas, por meio da seguinte questão:

b) Escreva sobre os tempos verbais empregados e os efeitos de sentidos provocados pelas substituições em relação às categorias dos verbos.

Esse tipo de solicitação conduz o aluno a uma reflexão sobre a sua escolha, o que contribui para o desenvolvimento de sua competência linguística. Citaremos, então, alguns comentários:

L2: Vê-se os **pretéritos perfeito e imperfeito**, e o **presente**. Eles **dão um sentido de trajetórias**, pois o narrador **começa contando coisas passadas de sua vida e vai evoluindo até chegar o presente**.

L3: Como seria eu vendo **todos os processos de formação do tempo**, leva o sentido de que para **que eu pudesse observar todo o processo, sou eu que mudo o tempo ao definir as cenas**.

L4: Transpassando os verbos em suas formas para o **gerúndio**, passa-se a impressão de **algo que está acontecendo no presente momento**.

L5: **Não sei responder este enunciado**.

L7: Coloquei no tempo presente pra deixar no **tempo atual**.

P7: Sentido de ser algo presente, **antes uma lembrança formada**, e com mudança ficou **como a construção da lembrança**.

P19: Os tempos verbais empregados estão no **gerúndio** e dão sentido de **ver a ação acontecendo**.

De modo geral, as declarações acima reforçam o sentido de prolongamento temporal ocasionado pela troca do tempo

verbal do pretérito perfeito. Os próprios argumentos utilizados pelos alunos validam essa percepção, tais como: “eles dão um **sentido de trajetórias**”; “todos os **processos de formação** do tempo”; “algo **está acontecendo** no presente momento”; “ver a **ação acontecendo**”. O aluno intitulado P7 faz uma interessante comparação ao propor que, em sua versão inicial, o texto apresentava uma “lembrança **formada**” e, com as alterações realizadas, passa-se a mostrar a “**construção** da lembrança”. Dessa forma, esse aluno associa, ainda que indiretamente, o pretérito perfeito a algo formado/pronto/acabado, e o imperfeito a algo que se constrói, que tem uma processualidade. Esse comentário confirma que essa atividade leva o aluno a refletir, a estabelecer comparações, a pensar sobre o uso de recursos verbais numa dimensão da língua em uso. Por meio dos trechos selecionados, é notório que, muitas vezes, os alunos não falam claramente em noções aspectuais, mas estas ficam subtendidas em seus enunciados, nas expressões utilizadas para justificarem as suas respostas.

Ademais, constatamos alguns casos em que os alunos reescreveram o poema com tempos verbais que denotam duração, contudo não estabeleceram nenhuma justificativa para a troca realizada. Por exemplo, o aluno L1 reescreveu o poema no tempo presente, no entanto, não respondeu a essa última questão em análise. Do mesmo modo, o participante L5 valeu-se do presente e do pretérito imperfeito em sua reescrita, mas, ao ser questionado sobre essas substituições, ele menciona que não sabe responder a essa pergunta. Interessante mencionarmos também que o aluno L2 utilizou-se preferencialmente do tempo presente, mas, ao responder à questão em tela, fala que identifica os tempos pretérito perfeito, imperfeito e o presente. Vemos,

então, algumas objeções em relação ao reconhecimento dos tempos verbais e à descrição da temporalidade dos enunciados.

Em vista de tudo que foi abordado no decorrer desta seção, conseguimos visualizar a pertinência de atividades que propiciem a reflexão linguística, pois, por meio desse teste, os alunos foram, aos poucos, vivenciando oportunidades de reconhecimento, de análise e de descrição dos recursos verbais e de seus usos. E todo esse processo analítico nos revelou certas lacunas não só no entendimento do aspecto verbal, nosso objeto de estudo inicial, mas também, e de modo significativo, nas questões estritamente temporais. Em muitos momentos, os alunos apresentaram imprecisões ao explicitarem as suas respostas, o que pode ser reflexo de um limitado reconhecimento do que seja e do papel de cada uma das categorias verbais. Para ilustrar essa percepção, podemos aludir ao fato de que os alunos apresentaram um maior domínio do reconhecimento dos tempos absolutos (presente, passado e futuro), enquanto que o entendimento dos tempos relativos, como, por exemplo, o do imperfeito do indicativo e do mais-que-perfeito, ainda parece atenuado.

Por todas as relações mencionadas entre as noções temporais e as noções aspectuais, acreditamos que o trabalho com a categoria do aspecto verbal pode proporcionar caminhos/ferramentas para o estudo e a análise dos tempos verbais. Assim sendo, é interessante pensarmos como a imbricação dessas duas categorias, que se preocupam com a temporalidade do enunciado, pode funcionar como um ponto favorável para o processo de ensino-aprendizagem e torná-las mais próximas e claras para os alunos. A partir das análises linguísticas propiciadas pelo teste, é notório que alguns deles conseguiram perceber a aspectualidade que perpassa as ações verbais, ainda

que essa categoria não seja nomeada em nenhum momento. Percebemos, então, que os dados corroboram a importância de um ensino dos fenômenos gramaticais que parta da reflexão das práticas de linguagem, como sugerido nos documentos oficiais da educação, uma vez que, implicitamente, alguns participantes da pesquisa conseguiram reconhecer o papel do aspecto verbal nos usos linguísticos.

Contudo, as respostas obtidas sugerem, também, a importância de um trabalho sistemático subsequente às reflexões linguísticas, dada a necessidade de que sejam discutidas certas lacunas e confusões conceituais que, a nosso ver, afetam diretamente a compreensão efetiva das categorias de tempo e de aspecto verbal.

## **Considerações finais**

Com a realização deste estudo, atestamos a pertinência de pesquisas que se debrucem sobre o trabalho com o aspecto verbal no ensino básico, tendo em vista a funcionalidade dessa categoria nas práticas de linguagem.

As análises realizadas permitiram verificar as implicações de um não reconhecimento e/ou de um não entendimento concreto do que sejam as noções aspectuais. As próprias limitações nos usos e na identificação dos tempos verbais sugerem restrições na compreensão do aspecto verbal, uma vez que tempo e aspecto estão intimamente ligados. Certas inconsistências relacionadas aos tempos relativos, demonstradas por alguns dos alunos participantes, também estão ligadas ao não conhecimento da categoria aspectual do verbo, já que essa categoria fornece

ferramentas eficientes que viabilizam o entendimento dos tempos relativos com mais clareza, por sugerir uma análise da função de cada expressão verbal dentro de determinado contexto.

Observamos que a categoria aspecto não foi mencionada pelos alunos em nenhuma das respostas, apesar de muitos deles apontarem a percepção de ações em curso pelo uso do pretérito imperfeito, do gerúndio e do presente. Esse quadro indica a importância de mais estudos linguísticos sobre a categoria em tela e, além disso, eleva a importância do trabalho escolar com a categoria aspecto, o que possibilitará aos alunos um melhor desempenho na interpretação e na produção de efeitos de sentido no discurso.

Portanto, reafirmamos que o texto é o elemento chave para o trabalho com os verbos. E, de modo paralelo, reconhecemos como necessários e enriquecedores os diálogos possíveis entre as atividades que se propõem a analisar os fenômenos linguísticos dentro do seu contexto de uso e as atividades que se voltam para a descrição/conceituação da língua, fazendo jus às recomendações estabelecidas nos documentos oficiais de ensino.

## Referências

BRASIL, **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC/ Secretaria de Educação Básica, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Língua Portuguesa: ensino de primeira à quarta série**. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais:**

Língua Portuguesa: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CASTILHO, A. de. **Introdução ao estudo do aspecto verbal**. 1968. Tese (Doutorado) Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1968.

COMRIE, B. **Aspect**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

CORÔA, M. L. M. S. **O tempo nos verbos do português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

COSTA VAL, M. da G. A gramática do texto, no texto. **Revista de Estudos da Linguagem**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 107-133, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/2339>. Acesso em: 10 out. 2019.

DUBOIS, J. **Dicionário de Linguística**. São Paulo: Cutrix, 1978.

MARCONI, A. M.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2003.

NEVES, M. H. M. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

NEVES, M. H. M. **Que gramática estudar na escola?** Norma e uso na Língua Portuguesa. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

TRAVAGLIA, L. C. **O aspecto verbal no português**: a categoria e sua expressão. 5.ed. Uberlândia: EDUFU, 2016.

VARGAS, V. M. **Verbo e práticas discursivas**. São Paulo: Contexto, 2011.

# Seção livre

# Traços categorizadores na derivação de pares nome-verbo em Libras

Hadassa Rodrigues Santos\*

## Resumo

A morfologia tem por objeto de estudo a estrutura, formação e categorização de unidades lexicais e apresenta diferentes perspectivas de análise. Sob o aporte gerativista, o componente lexical dispõe de palavras previamente categorizadas e traços que são o *input* para a sintaxe (CHOMSKY, 1970). Em Halle e Marantz (1993), a morfologia não existe *per se*, mas está distribuída em diferentes lugares da arquitetura da gramática e deve espelhar as operações sintáticas. A partir desse viés, assumimos que a formação de sinais e estruturas complexas se dá em um único *locus* gerativo, o componente sintático. Assim, entende-se que, em uma língua não oral, a Libras, raízes acategoriais são concatenadas a traços abstratos, por meio de regras de inserção de conteúdo fonológico, para se formarem os sinais. Neste artigo, evidenciamos pares nome-verbo que apresentam uma mesma forma superficial e são diferenciados sintaticamente por um *v* ou por um *n* categorizador, com realização fonológica Ø ou com realização específica em alguns membros dos pares. Essa proposta corrobora o Princípio da Uniformidade (CHOMSKY, 2001), pois, na ausência de fortes evidências que apontem para o contrário, reforçamos que as línguas são uniformes e as variações são restritas a propriedades facilmente identificáveis dos enunciados.

Palavras chave: Morfologia. Traços. Categorização. Libras.

---

\* Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Mestre em Linguística e Língua Portuguesa pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Orcid ID <https://orcid.org/0000-0002-4982-3425>.



# Categorial features in the derivation of noun-verb pairs in Brazilian sign language

## Abstract

The objects of study of morphology are the structure, formation and categorization of lexical units, and they have different perspectives of analysis. Based on the contributions of generative grammar, the lexical component has previously categorized words and features that are the *input* to syntax (CHOMSKY, 1970). According to Halle and Marantz (1993), morphology does not exist *per se*, but is rather distributed among different places in the architecture of grammar and must reflect syntactic operations. From this viewpoint, we assume that the formation of complex structures and signs occurs in a single generative *locus*, the syntactic component. Therefore, it is considered that in a non-spoken language, Libras (Brazilian Sign Language), acategorial roots are linked to abstract features, through phonological content insertion rules, in order to form signs. In this paper, we demonstrate noun-verb pairs that have the same surface form and are syntactically differentiated by a categorizer *v* or *n*, with phonological realization  $\emptyset$  or with specific realization in some members of the pairs. This proposal corroborates the Uniformity Principle (CHOMSKY, 2001), since, in the absence of solid evidence that indicates otherwise, we reinforce that languages are uniform and variations are restricted to easily identifiable properties of utterances.

Keywords: Morphology. Features. Categorization. Libras.

Recebido em: 24/03/2020

Aceito em: 08/06/2020

## Introdução

A produtividade lexical é um princípio da linguagem e independe do sistema sensório-motor disponível para o indivíduo, seja ele oral-auditivo ou visuo-espacial. Uma língua de modalidade visuo-espacial ou visuo-gestual é acessada pelos olhos e produzida pelas mãos e pelo corpo, utiliza-se de inclinações corporais, direcionamento do olhar e expressões não manuais dotadas de valor gramatical. Assim, uma comunidade de sinalizantes<sup>1</sup> é capaz de ampliar e renovar seu acervo lexical por diferentes recursos e processos linguísticos.

A literatura que trata dos processos de formação de palavras e sentenças sugere que eles devem ser universais e se aplicar a qualquer língua. Uma diferença de modalidade, como a que se encontra entre as línguas orais (LOs) e as línguas de sinais (LSs), atesta que algumas particularidades são importantes. A Libras — Língua Brasileira de Sinais — objeto de estudo deste artigo, é produzida em modalidade distinta das LOs.

Essa diferença de modalidade acarreta especificidades estruturais em cada sistema. Uma delas é o fato de as LSs possibilitarem a realização de construções simultâneas, uma vez que possuem dois articuladores primários, as mãos. Diferentes informações podem ser sinalizadas por cada mão, o que reflete diretamente no sistema de formação de palavras,<sup>2</sup> levando à criação de sinais simultâneos, por exemplo. Ainda, a evidência de processos morfológicos não concatenativos,<sup>3</sup> nessa modalidade, se dá, por exemplo, quando um sinal ou um morfema diferente

---

1 Comunidade de sinalizantes refere-se a um grupo de sujeitos que faz uso de uma língua de sinais.

2 Neste artigo, utilizaremos os termos palavras e sinais como correspondentes, independentemente da diferença de modalidade.

3 Processos não concatenativos são aqueles em que a sucessão linear dos morfemas de um item lexical pode ser rompida, de modo que uma informação morfológica não necessariamente se inicia no ponto em que outra termina (GONÇALVES, 2009).

Na modalidade visuo-espacial, isso implica a junção simultânea de morfemas para a formação dos sinais.

é realizado por cada mão ou quando um sinal é realizado pela mão e outro é realizado pela região da boca, podendo envolver os lábios, as bochechas e a língua.

A despeito das especificidades que envolvem o canal de articulação, espera-se que as semelhanças entre as línguas orais e as línguas sinalizadas sejam maiores que as diferenças encontradas entre elas. Nesse sentido, o Princípio da Uniformidade se aplica, pois, na ausência de fortes evidências que apontem para o contrário, assume-se que as línguas são uniformes e as variações são restritas a propriedades facilmente identificáveis dos enunciados (CHOMSKY, 2001).

Há de se considerar que o estatuto de línguas jovens e seu recente reconhecimento como um campo de pesquisa fazem com que os estudos que elegem as línguas de sinais como objeto de análise sejam desafiadores e nada triviais (MEIR, 2012). Portanto, este artigo visa a abordar a formação de sinais, na Libras, ao investigar a derivação de pares nome-verbo, a partir de uma discussão acerca: i) dos elementos envolvidos em tais construções — raízes acategoriais e traços abstratos e ii) da atribuição da categoria verbal ao sinal. A problemática que motiva a análise se coloca na seguinte questão: quais são as semelhanças e diferenças na derivação dos membros dos pares nome-verbo na Libras?

Acreditamos que a análise de tal fato em uma língua visuo-espacial contribui para a compreensão do funcionamento da linguagem humana, do desenvolvimento das línguas, de modo geral, e da teoria que usaremos para a análise, a Morfologia Distribuída (MD).

Para tanto, as seções deste artigo estão assim organizadas: a primeira seção apresenta os pressupostos teóricos da MD, em

linhas gerais, e como a arquitetura da gramática é proposta dentro desse modelo; na segunda seção, discutimos a aplicabilidade da MD para a análise da formação lexical em línguas sinalizadas; na seção seguinte, desenvolvemos a análise dos dados e, finalmente, apresentamos nossas considerações finais.

## 1 Morfologia Distribuída

As produções de cunho gerativista, na década de 80, abordavam a morfologia como um nível de análise linguística com autonomia limitada e seus processos estavam relacionados às transformações sintáticas ou a fatores fonológicos. Nessas vertentes de viés lexicalista, o funcionamento da derivação sintática se dava a partir das palavras, como elementos primitivos (DI SCIULLO; WILLIAMS, 1987). Na Teoria de Princípios e Parâmetros e em versão do Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995; 1998), as palavras e os traços armazenados no léxico tornaram-se elementos manipulados pela sintaxe, e a junção desses primitivos a um conjunto de regras que configuravam a gramática gerava objetos complexos (EMBICK, 2010).

Nesse cenário, surge a discussão sobre o *locus* da morfologia na gramática. Tem-se, então, o trabalho de Morris Halle e Alec Marantz (1993), propondo que a morfologia não existe *per se*, mas está distribuída em diferentes lugares da arquitetura da gramática e deve, por princípio, espelhar as operações sintáticas. Em um período em que se buscava construir uma teoria econômica, com poucos princípios para explicar o funcionamento das línguas naturais, um modelo com um único componente gerativo de palavras e sintagmas parecia ser mais razoável dentro da teoria gerativa.

No modelo esboçado por Halle e Marantz (1993), a sintaxe não mais opera com unidades lexicais previamente extraídas do léxico, mas a partir de traços abstratos que serão concatenados a raízes abstratas para a formação lexical. Essa mudança na natureza dos elementos que iniciam a derivação sintática advém de uma nova arquitetura da gramática, do inglês *Distributed Morphology*, que estamos chamando de MD.

Os trabalhos desenvolvidos dentro da perspectiva da MD apresentam uma remodelagem na arquitetura gramatical dos modelos que a antecederam, pois se dispensa o léxico como um componente gerativo.

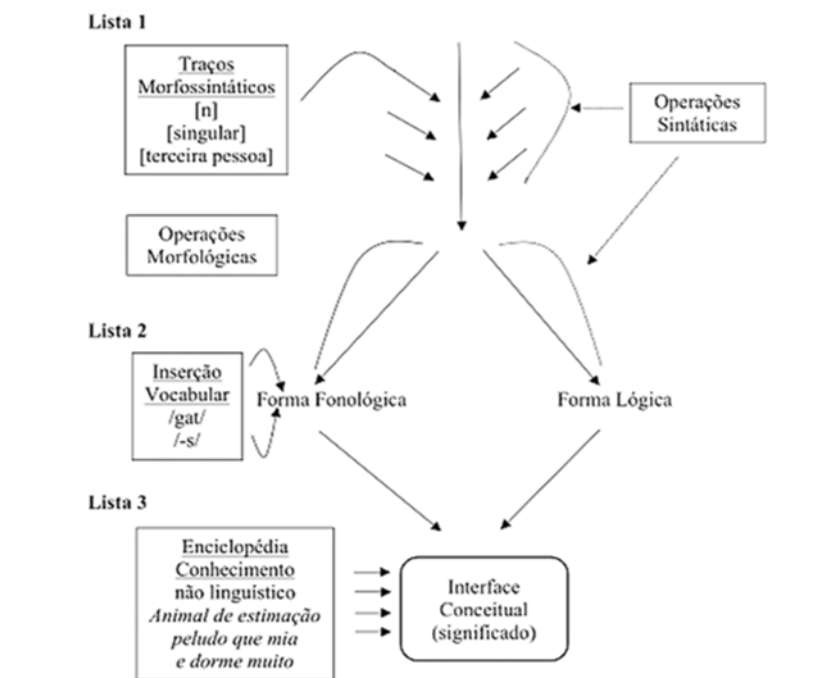
Sob os moldes dessa nova arquitetura, a morfologia desloca-se de dentro de um componente lexical para um nível linguístico distribuído por todas as etapas da derivação sintática, assim, o processo de formação de palavras sai do confinamento exclusivo ao léxico, com propriedades e princípios exclusivos, e passa a ser regido pelas operações sintáticas como um todo.

Nesse sentido, a premissa central da MD coloca-se na derivação de palavras e sentenças por um único componente gerativo, a sintaxe, representada em diagramas arbóreos em que os nós terminais são os morfemas constituídos de traços gramaticais e fonológicos.

O modelo proposto por Halle e Marantz (1993) parte da ausência de um componente lexical gerativo, presente em modelos lexicalistas que o antecedem, e está organizado sob três módulos que comportam todas as informações necessárias para a derivação sintática. Esses módulos são nomeados de listas e interagem na derivação em contextos distintos. A figura abaixo representa a estrutura da gramática da MD, indicando a distribuição das informações contidas nas listas durante a

derivação sintática.

**Figura 1 - Arquitetura da Gramática em MD**



Fonte: Siddiqi (2009), adaptado por Armelin (2015).

Como representado na FIG. 1, nesse arranjo, os elementos primários são feixes de traços abstratos, tais como [plural], [pessoa], [nome], [tempo], [número], dentre outros, e morfemas lexicais ou raízes, sendo unidades acategoriais. Na primeira lista, denominada de Lista 1, estão armazenados os traços abstratos sem substância fônica, é nesse *locus* que são inseridas as raízes abstratas.

A sintaxe, por sua vez, combina esses feixes de traços a raízes e, em determinada etapa da derivação, ocorrerá uma bifurcação — uma cópia dessa estrutura seguirá para a interface

sensorio-motor e a outra cópia seguirá para a interface conceitual-intencional. É de conhecimento em teorias gerativistas esse momento de bifurcação, o diferencial no modelo da MD é que a sintaxe ainda está operando com material abstrato, sem conteúdo fonológico, que só entrará em cena na derivação por meio da Lista 2.

A segunda lista armazena os *vocabulary items* (IV) ou peças de vocabulário, como prefixos, sufixos e marcas de concordância. Esses itens de vocabulário são as regras fonológicas de correspondência entre os nós terminais abstratos, derivados, na sintaxe, a partir da combinação de feixes de traços da Lista 1 e feixes de traços fonológicos. É exatamente nessa lista que entra a informação fonológica ausente nos traços da primeira lista. Um IV é exemplificado como: /Iz/ → [1pessoa], [plural]/ v \_\_\_\_\_. Essa regra pode ser lida como: insira a forma fonológica /Iz/ em contextos que tenham os traços de primeira pessoa e plural, em um ambiente verbal.

Essa etapa em que um nó terminal sintático assume um conteúdo fonológico é peculiar na MD, pois um feixe de traços abstratos pode ser associado a qualquer IV especificado para um subconjunto de traços desse mesmo feixe, conhecido no modelo como Princípio do Subconjunto. Outra peculiaridade é que os IVs competem entre si para a inserção de fonologia em um feixe de traços sintáticos. O resultado dessa competição está no IV que seja mais especificado para um conjunto de traços maior, dentro daquele feixe. Isso resulta na assertiva que IVs não necessariamente precisam ser especificados para todos os traços encontrados em uma posição sintática (SCHER, 2015).

Ainda, esse modelo admite a existência de uma terceira lista, a Lista 3, nomeada de Enciclopédia. Ela é o *locus* do

conhecimento extralinguístico do falante, em que estão armazenados significados convencionais e idiossincrasias. Em coerência ao que o modelo assume, a Enciclopédia não se limita a unidades lexicais, podendo ter em seu escopo significados especiais para morfemas e até frases completas.

Até aqui, apresentamos a estrutura base da gramática na MD. Na próxima seção, discutiremos sobre sua aplicabilidade na derivação lexical em uma língua de modalidade distinta da oral, a Libras.

## **2 Morfologia Distribuída aplicada às línguas de sinais**

Na seção anterior, vimos que, na derivação de unidades lexicais e objetos complexos, o modelo proposto por Halle e Marantz (1993) admite que, a partir de operações sintáticas, raízes acategoriais são concatenadas a traços abstratos por meio de regras de inserção de conteúdo fonológico, de forma que:

O sistema linguístico seria, então, alimentado por traços formais abstratos, e esses traços sofreriam as operações sintáticas, como *merge* e *move*, formando primeiramente palavras e, em segundo momento, sentenças. Assim, a Morfologia Distribuída trabalha com estruturas sintáticas hierarquizadas *all the way down*, o que significa que o arranjo dos Itens de Vocabulário constitui uma hierarquia, estabelecida pela Sintaxe. (FINAU; MAZZUCHETTI, 2015, p.76).

Em línguas de sinais, as unidades lexicais são formadas a partir de parâmetros<sup>4</sup> (STOKOE, 1960), a saber: Configuração de Mão (CM), Localização (L) e Movimento (M), sendo esses as

---

<sup>4</sup> Os parâmetros são as unidades mínimas que compõem a fonética-fonologia de línguas sinalizadas, não estão relacionados com o uso do termo “parâmetros” na Teoria Gerativa.



primeiras unidades formacionais observadas nessa modalidade. Análises posteriores apontaram outros dois parâmetros de formação fônica<sup>5</sup> em línguas sinalizadas: Orientação da Mão (OR) e os Aspectos ou Expressões Não Manuais (ENMs).

Uma proposta de análise da derivação lexical em modalidade visuo-espacial, sob o modelo teórico da MD, é vislumbrada por Minussi e Rodero-Takahira (2013) e em Rodero-Takahira (2015). Os autores consideram que os parâmetros formacionais atuam como fonemas e morfemas e também podem ser considerados como traços abstratos de um núcleo abstrato, conseqüentemente, servem para compor a semântica dos itens lexicais.

Assim, os parâmetros que constituem o sinal exercem funções múltiplas em momentos distintos da derivação. Essa hipótese assemelha-se ao que se verifica em línguas orais, segmentos fonológicos podem funcionar de maneira distinta em diferentes contextos, o que atesta que esta é uma característica da linguagem.

Sob esse enfoque, os parâmetros da Libras devem atuar em três níveis diferentes, com propriedades distintas em cada nível. No início da derivação sintática, os parâmetros são traços abstratos; em outro momento, parâmetros específicos tomam o valor de morfemas e, quando o sinal se realiza, os tipos de parâmetros são vistos como fonemas (MINUSSI; RODERO-TAKAHIRA, 2013).

Na derivação de nomes e verbos, em Libras, as raízes só receberão uma categoria sintática quando concatenadas sintaticamente a um categorizador, nome (n), adjetivo (a) ou verbo (v), conforme predica o modelo (MARANTZ, 1997).

---

<sup>5</sup> O uso dos termos “fonema” ou “fonologia” pode causar um estranhamento ao leitor não familiarizado com as L.Ss. Contudo, essa mesma terminologia é empregada para referir-se às menores unidades distintivas nessa modalidade e suas regras combinatórias.

A hipótese sobre a qual nos apoiamos neste trabalho é a de que os pares nome-verbo na Libras apresentam uma mesma forma superficial. Sendo assim, tais pares são categorizados e diferenciados sintaticamente por um traço categorizador *v* (verbal) ou por um *n* (nominal) com realização fonológica  $\emptyset$ , ou com realização específica em alguns membros dos pares em que há uma diferenciação entre o sinal para o nome ou para o verbo.

Em análise de LOs, Scher (2015) argumenta de forma semelhante, pois considera que as diferenças de comportamento entre nomes e verbos se dão por meio de processos gerais, que operam estruturas sintáticas específicas e estão vinculados à presença ou ausência de categorias funcionais, tais como Tempo, Aspecto e Caso, por exemplo.

Diante disso, na seção 3, apresentamos a discussão presente na literatura sobre a formação de pares nome-verbo da Libras em paralelo à proposta de análise dos dados, a fim de compreender como ocorre a categorização dos membros desses pares e se existem evidências morfofonológicas que contribuem para a categorização gramatical.

### **3 A categorização em pares nome-verbo da Libras**

É de conhecimento, na literatura de línguas sinalizadas, a discussão sobre a categorização gramatical entre sinais que apresentam uma mesma forma superficial para indicar nome e verbo, aqui denominados como pares nome-verbo.

Em Libras, essa discussão, por muito tempo, baseou-se na presença e/ou ausência do parâmetro movimento (M) como uma característica distintiva entre os membros dos pares. Inicialmente, Quadros e Karnopp (2004) propuseram que pares nome-verbo se

diferenciam pela mudança no parâmetro M, conforme já havia sido observado em pares da ASL.<sup>6</sup> Felipe (2006) ressalta que nem todos os pares nome-verbo apresentam essas diferenças. A variação e a falta de padronização na qualidade do movimento dos pares são detalhadas em Pizzio (2011), que também considera possíveis mudanças em algum dos parâmetros formacionais e, ainda, a ocorrência de forma composta para a contraparte nominal, como indicativo da diferenciação do par.

Na tentativa de compreender a categorização em pares nome-verbo da Libras, a partir dos pressupostos teóricos que apresentamos na seção 2, trabalhamos sob duas hipóteses. Primeiramente, no momento da derivação sintática, a presença de um morfema boca,<sup>7</sup> do inglês *mouth morpheme* (MM), marcado com o traço [+expressão facial/boca], comporta-se como um categorizador verbal, que o distinguirá da contraparte nominal do par. E, de igual forma, a presença do morfema que se realiza como um movimento (M) e que contenha o traço funcional [+movimento] é um categorizador verbal, no sentido sugerido por Minussi e Rodero-Takahira (2013).

Para justificar as hipóteses colocadas, tomaremos como base para a análise dos dados trabalhos que tratam de pares nome-verbo, em Libras, considerando padrões de movimento ou ENMs<sup>8</sup> presentes no sinal, como pistas para diferenciar a contraparte verbal da nominal. Elencamos, então, os oito pares nome-verbo mais discutidos na literatura, extraídos dos trabalhos de Quadros e Karnopp (2004), Felipe (2006), Pizzio (2011), Rodero-Takahira (2015), por exemplo.

---

6 Língua de Sinais Americana (ASL).

7 Morfema boca (MM) refere-se à articulação da boca como um morfema independente, combinado à articulação do sinal manual (BICKFORD; FRAYCHINEAUD, 2008).

8 Expressões não manuais (ENMs) compõem os parâmetros formacionais em línguas sinalizadas e correspondem a movimentos da face e do corpo que podem ocorrer simultaneamente à sinalização manual.

O objetivo de retornar a esses dados foi verificar se às características apresentadas como distintivas dos sinais, a saber, a presença e a qualidade do movimento — se curto ou longo, no momento da articulação, está associado algum aspecto não manual e se tal ocorrência é passível de explicação pelo arquétipo da MD.

No ANEXO 1 deste trabalho, apresentamos a forma de articulação dos dados selecionados, em Libras, registrados em fotogramas. Os pares nome-verbo selecionados estão dispostos no Quadro 1.

**Quadro 1 - Pares nome-verbo, em Libras**

|                    |
|--------------------|
| TRABALHO           |
| TRABALHAR          |
| ESCOVA DE DENTES   |
| ESCOVAR-DENTES     |
| TESOURA            |
| CORTAR-COM-TESOURA |
| ESCRITA            |
| ESCREVER           |
| AVIÃO              |
| IR-DE-AVIÃO        |
| CARRO              |
| DIRIGIR-CARRO      |
| FACA               |
| CORTAR-COM-FACA    |
| DANÇA              |
| DANÇAR             |

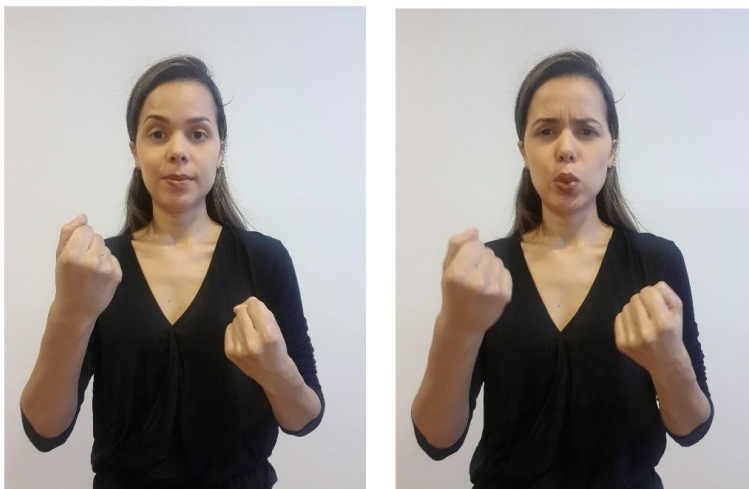
**Fonte: Elaborado pela autora (2020)**

A literatura citada ofereceu possibilidades para a categorização gramatical, contudo, percebe-se que há grande variação na produção de pares nome-verbo entre os sinalizantes, de forma que não há uma característica exclusiva que identifique todos os membros de uma certa categoria. Entretanto, é consenso nesses trabalhos que o parâmetro M e a articulação de um morfema boca, combinado à articulação manual, sugerem a categoria gramatical em grande parte dos pares elencados. A presença de MM na contraparte verbal dos pares é verificada em Rodero-Takahira (2015), por exemplo.

O morfema boca não é considerado um sinal porque não pode ser realizado sozinho, sem a articulação do sinal manual, e é comumente marcado com valor adverbial, de forma que se anexa a verbos. É por essa razão que um MM presente em um sinal e marcado pelo traço [+expressão facial/boca ou + E] age como um categorizador verbal (BICKFORD; FRAYCHINEAUD, 2008).

É o que ocorre na contraparte nominal em CARRO, não especificada pelo traço [+E]. Por outro lado, na articulação da contraparte verbal, DIRIGIR-CARRO, verificamos a incidência do traço [+E], com a articulação de um MM (ver ANEXO 1). Um MM, quando realizado, ocorre em uma posição de categorizador. Nesse caso, então, o traço de [+E] mapeia, na sintaxe, o local em que o item de vocabulário MM, nos termos da MD, deve ser inserido pós-sintaticamente.

**Figura 2 - Par CARRO - DIRIGIR-CARRO, em Libras**



**Fonte: Acervo da autora (2020)**

Essa hipótese também se confirma no par AVIÃO - IR-DE-AVIÃO, a contraparte verbal apresenta um MM simultâneo à articulação manual, de modo que a presença do traço [+E] é distintivo na categorização. Alterações no padrão do movimento são percebidas na articulação do verbo ESCREVER, a contraparte verbal tem seu movimento mais alongado, o que a distingue do nominal, ESCRITA, que possui um movimento encurtado em relação ao verbo.<sup>9</sup>

Em continuidade às análises, baseamo-nos em Minussi e Rodero-Takahira (2013), que consideraram diferenças na qualidade do movimento, na repetição ou no aumento dele na contraparte verbal do par. Os autores sugerem que as raízes acategoriais a partir das quais se formam nomes e verbos são abstratas e não contêm o traço de movimento. Essas raízes

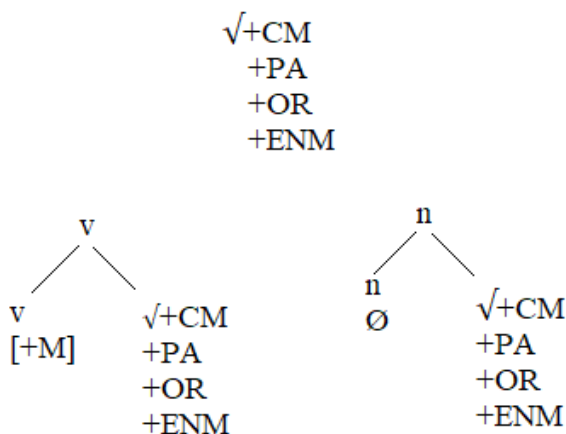
---

<sup>9</sup> Ver ANEXO 1. Os fotogramas dos dados desta pesquisa não serão inseridos no corpo do artigo por limites de espaço.

acategoriais vão se concatenar com um categorizador *v*, marcado por um traço [+movimento], tornando-se um verbo; ou com um categorizador *n* vazio, portanto, sem o traço [+M], tornando-se um nome.

O sinal nominal será composto pelo parâmetro movimento intrínseco à raiz, e não adjungido a ela. Isso se justifica, pois os parâmetros sublexicais exercem funções múltiplas em contextos distintos da derivação, conforme representado pela FIG. 3.

**Figura 3 - Representação da derivação nome-verbo, em Libra**



**Fonte: Elaborado pela autora (2020)**

Em síntese, o movimento observável na forma verbal é a realização do traço [+M], presente no categorizador *v*, quando não está contido na raiz e, concatenado a ela, a transforma em verbo. O traço [+M] será especificado conforme a qualidade do movimento observado, podendo ser intenso, curto, repetido, etc.

Essa hipótese é verificada em nossos dados, por exemplo,

pelo uso do corpo na execução do movimento na contraparte verbal do par DANÇA-DANÇAR, ilustrado na FIG. 4, e pela extensão da articulação do movimento no par TESOURA - CORTAR-COM-TESOURA.

**Figura 4 - Par DANÇA - DANÇAR, em Libras**



**Fonte: Acervo da autora (2020)**

Esse padrão se verifica nos pares ESCOVA DE DENTES – ESCOVAR-DENTES, CORTAR – CORTAR-COM-FACA e TRABALHO – TRABALHAR. Nos dois primeiros casos, a distinção se dá pelo uso do *mouthings* nas contrapartes verbais, o que indica adjunção de um MM a essas raízes. No terceiro par, o que se observa é a intensidade na articulação do movimento em TRABALHAR concomitante à articulação do MM, caracterizando-se como um traço distintivo da sua parte nominal. As FIG. 5 e 6 representam a articulação de dois desses pares.



**Figura 5 - Par ESCOVA – ESCOVAR-DENTES, em Libras**



**Fonte: Acervo da autora (2020)**

**Figura 6 - Par TRABALHO – TRABALHAR, em Libras**



**Fonte: Acervo da autora (2020)**

A análise dos dados atestou que tanto a especificação do traço [+E] por um MM adjungido a uma raiz quanto alterações que ocorrem no traço [+M] (mais alongado, intensificado, repetido, etc.) indicam a presença de um categorizador verbal.

Esta seção, portanto, se propôs a apresentar a análise dos dados deste trabalho sob o referencial teórico adotado. Adiante, apresentamos nossas considerações finais.

## **Considerações finais**

Neste artigo, trouxemos uma discussão sobre a derivação de pares nome-verbo, em Libras, com o intuito de favorecer a compreensão de como ocorre a categorização gramatical que distingue esses sinais, especificamente, quais traços atuam como categorizadores na derivação de verbos.

Para isso, selecionamos um conjunto de oito pares nome-verbo recorrentes na literatura acerca do tema e observamos se as características apontadas como distintivas dos pares se sustentavam na arquitetura da MD.

Argumentamos em favor de duas hipóteses, inicialmente, defendemos que a presença de um morfema boca, da Libras, marcado pelo traço [+expressão facial/boca], atua como um categorizador em verbos. E, ainda, que o movimento, quando não está contido na raiz, concatena-se a ela como um traço categorizador [+M], transformando-a em verbal. A raiz poderá se concatenar a uma forma Ø, quando não for adjungida por [+M] nem por um traço [+E]. É provável que, nesses casos, a diferenciação se dê por contexto sintático.

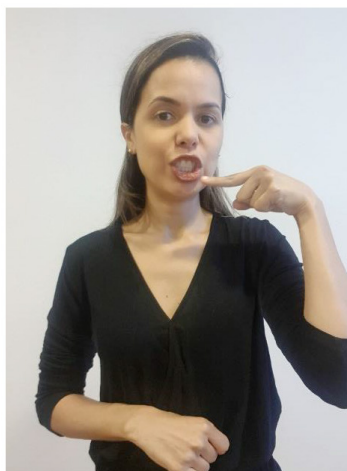
Finalmente, este artigo ofereceu algumas contribuições para o entendimento da derivação lexical, em Libras, sob o

ANEXO 1<sup>10</sup>

**TRABALHO - TRABALHAR**



**ESCOVA DE DENTES – ESCOVAR – DENTES**



<sup>10</sup> Acervo da autora.

## TESOURA – CORTAR-COM-TESOURA



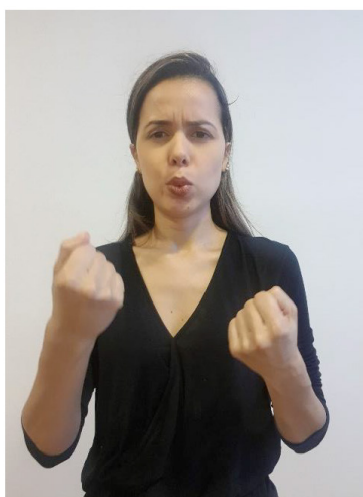
## ESCRITA – ESCREVER



## **AVIÃO - IR-DE-AVIÃO**



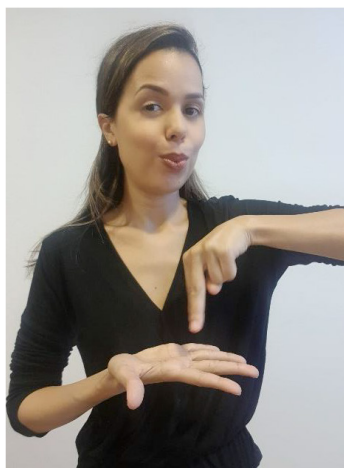
## **CARRO - DIRIGIR-CARRO**



### **FACA - CORTAR-COM-FACA**



### **DANÇA - DANÇAR**



### **Referências**

ARMELIN, P. R. G. A Relação entre gênero e morfologia avaliativa nos nominais do português brasileiro: uma



abordagem sintática da formação de palavras. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2015.

BICKFORD, J. A.; FRAYCHINEAUD, K. Mouth morphemes in ASL: a closer look. In: QUADROS, R. M. (ed.). **Sign languages: spinning and unraveling the past, present and future**. (Papers and three posters from the 9th). Theoretical Issues in Sign Language Research Conference. Florianópolis, Brasil, Dezembro, 2006. Petrópolis/RJ, Brazil: Editora Arara Azul, 2008.

CHOMSKY, N. Derivation by phase. In: KENSTOWICZ, M. (org.). **Ken Hale: a life in language**. Cambridge, MA: MIT Press, 2001.

CHOMSKY, N. Remarks on nominalization. In: JACOBS, R.; ROSENBAUM, P. (org.). **Readings in English transformational grammar**. Waltham, MA: Blaisdell, 1970. p. 184-221.

CHOMSKY, N. Some observations on economy in generative grammar. **Is the best good enough**, v. 1, n. 1, p. 115-127, 1998.

CHOMSKY, N. **The minimalist program**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

DI SCIULLO, A. M.; WILLIAMS, E. **On the definition of word**. Cambridge, MA: MIT Press, 1987.

EMBICK, D. **Localism versus globalism in morphology and phonology**. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.

FELIPE, T. A. Os processos de formação de palavra na Libras. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, v.7, n. 2, p. 200-217, jun. 2006.

FINAU, R. A.; MAZZUCHETTI, V. A incorporação de numeral em estruturas classificadoras de língua brasileira de sinais. **ReVEL**, v. 13, n. 24, mar. 2015. Disponível em: <[www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br)>. Acesso em: 20 jan. 2019.

GONÇALVES, C. A. V. Uma abordagem autossegmental para a morfologia. **Cadernos de Letras da UFF**, Dossiê: Difusão da Língua Portuguesa, n. 39, p. 211-232, 2009.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed morphology and the pieces of inflection. In: HALE, Kenneth; KEYSER, S. Jay (ed.). **The view from building 20**. Cambridge: MIT Press, 1993.

MARANTZ, A. No escape from syntax: don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon. In: DIMITRIADIS, A.; SIEGEL, L.; SUREKCLARK, C.; WILLIAMS, A. (org.). **Proceedings of the 21st Penn Linguistics Colloquium**, v. 4, n. 2, p. 201-225, 1997.

MEIR, I. Word classes and word formation. In: PFAU, R.; STEINBACH, M.; WOLL, B. **Sign language: an international handbook**. Berlin: De Gruyter Mouton, 2012. p.77-112.

MINUSSI, R. D.; RODERO-TAKAHIRA, A. G. Observações sobre os compostos da LIBRAS: a interpretação das categorias gramaticais. **Revista Linguística**, v. 9, n. 1, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.letras.ufrj.br/poslinguistica/revistalinguistica>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

PIZZIO, A. L. **A tipologia linguística e a língua de sinais brasileira**: elementos que distinguem nomes de verbos. 2011. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Santa Catarina, 2011.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RODERO-TAKAHIRA, A. G. **Compostos na língua de sinais brasileira**. 2015. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SCHER, A. P. ReVEL na escola: morfologia distribuída. **ReVEL**, v. 13, n. 24, p. 1-7, 2015.

SIDDIQI, D. **Syntax within the word**: economy, allomorphy, and argument selection in Distributed Morphology. Amsterdam: John Benjamins, 2009.



STOKOE, W. Sign language structure: an outline of the visual communication systems of the american deaf. **Journal of Deaf Studies and Deaf Education**, v. 10, n. 1, p. 3-37, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/deafed/eni001>>. Acesso em: 19 jan. 2020.

# Exclamativas e interrogativas com ‘ques’ em português brasileiro dialetal\*

Bruna Karla Pereira\*

## Resumo

Neste artigo, examinam-se exclamativas e interrogativas que contêm o determinante ‘ques’, em dialetos do português do Brasil. Diferentemente do português padrão, nessas estruturas, ‘que’ é o único constituinte do DP marcado com o morfema ‘-s’ de plural. Para explicar esses fatos, propõe-se uma análise não apenas da hierarquia do CP/DP na qual ‘ques’ se insere, mas também da distribuição do morfema de plural no DP. Para a derivação sintática, assume-se, seguindo propostas vigentes, que ‘ques’ é um determinante e, portanto, um núcleo D. No que se refere à estrutura sentencial, o DP ao qual ‘que’ pertence passa por movimento *wh* tanto da posição de argumento interno do VP quanto da posição de predicado de uma *small clause* para o domínio do CP. Em ambos os casos, o movimento se dá por força ilocucionária. Para a distribuição do morfema de plural, assume-se que o cardinal divide o DP em dois domínios, sendo que sintagmas à sua esquerda são marcados com o morfema de plural, enquanto sintagmas à sua direita são não marcados. Como resultado, porque ‘ques’ é o único item mais alto que o cardinal nessas estruturas, ele é o único marcado com o morfema de plural. Portanto, desenvolve-se uma análise capaz de explicar: primeiramente, a estrutura oracional (CP) à qual o DP contendo ‘ques’ pertence; posteriormente, a hierarquia do DP; e, finalmente, a distribuição do morfema de plural na estrutura interna do DP.

**Palavras-chave:** ‘Ques’. CP. Movimento *wh*. DP. NumP.

\* Este artigo é uma versão traduzida e resumida de: PEREIRA, Bruna K. Exclamatives and interrogatives with ‘ques’: the CP/DP hierarchy and the plural marking in Brazilian Portuguese. *Signótica*, v. 28, n. 2, p. 581-611, 2016. **Agradecimentos:** Esta pesquisa recebeu o apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Ministério da Educação, Brasília - DF, CEP 70.040-020), sob o registro 0751/2015-04, no programa de Pesquisa Pós-Doutoral no Exterior, e foi desenvolvida no Massachusetts Institute of Technology (MIT), Cambridge, Massachusetts, USA, entre os anos de 2015 e 2016.

\*\* Doutora pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com período na University of Cambridge. Professora adjunta na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). E-mail: brunaufmg@yahoo.com.br. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-4958-8621>>.

# Exclamatives and interrogatives with ‘ques’ in dialectal Brazilian Portuguese

## Abstract

This paper examines exclamatives and interrogatives containing the wh-determiner ‘ques’ in dialectal Brazilian Portuguese. As opposed to standard BP, in these structures, ‘que’ is the only constituent of the DP marked with the plural morpheme. In order to explain these facts, I will propose an analysis that accounts for the CP/DP-internal hierarchy as well as the DP-internal distribution of the plural morpheme. As for the syntactic derivation, I assumed, following current proposals, that ‘ques’ is a determiner, and therefore it is a D-head. With regard to the sentential structure, the DP to which ‘que’ belongs undergoes wh-movement from either the VP-internal argument position or the predicate position of a small clause to the CP-domain. In both cases, the movement is driven by illocutionary force. As for the distribution of the plural morpheme, the cardinal numeral divides the DP into two domains, such that the phrases on its left are marked with plural, whereas the phrases on its right are unmarked. As a result, because ‘ques’ is the only item higher than the numeral in these structures, it is the only one marked with the plural morpheme. To conclude, this paper carries out an analysis that accounts for: firstly, the clausal structure (CP) to which the DP containing ‘ques’ belongs; secondly, the DP-internal hierarchy; and, finally, the DP-internal distribution of the plural morpheme.

Keywords: ‘Ques’. CP. Wh-movement. DP. NumP.

Recebido em: 10/04/2020

Aceito em: 15/07/2020

## Introdução

Neste artigo, analisam-se exclamativas e interrogativas nas quais ‘que’ é marcado com o morfema ‘-s’ (1a, 2a) de plural, em português brasileiro (PB) dialetal, em contraste com o PB padrão (1b, 2b) no qual ‘que’ não se flexiona em número.

- (1) a. Ques paisagem bonita! (Ouro Branco, março de 2016)<sup>1</sup>  
b. Que paisagens bonitas! (Adaptado de (1a))
- (2) a. Ques ferramenta você usou? (Belo Horizonte, abril de 2014)  
b. Que/Quais ferramentas você usou? (Adaptado de (2a))

De modo a investigar o tipo de estrutura exemplificado em (1a) e (2a), que é bastante produtivo no dialeto falado em Minas Gerais,<sup>2</sup> este artigo explica as operações sintáticas responsáveis por derivar tais estruturas, especificamente no que diz respeito: ao movimento *wh* do DP contendo ‘ques’ (seção 1) e à distribuição do morfema de plural no interior do DP (seção 2).

Assim, a seção 1.1 estabelece uma comparação entre ‘que’ e ‘qual’ em exclamativas e interrogativas para assumir que ‘que’ é um determinante, seguindo Vidor e Menuzzi (2004) e Nunes (2007). Como determinante, ‘que’ é valorado (CHOMSKY, 2001) com traços de número em PB dialetal. Além disso, para explicar a ordem dos constituintes no DP, considera-se a hierarquia do DP, tal como descrita em Cinque (2005).

Por sua vez, a seção 1.2 oferece uma análise paralela àquela feita por Kato (2007), para *small clauses*, e àquela feita

---

<sup>1</sup> Dados de fala espontânea são referidos neste artigo com local (cidade) e data (mês e ano) de produção. Eles foram coletados, nos últimos anos, no estado de Minas Gerais (MG), como parte desta pesquisa.

<sup>2</sup> De acordo com Nunes (2007), alguns dialetos de estados vizinhos a Minas Gerais, como Goiás, também têm esse padrão.

por Mioto (2001), para questões *wh*. A fim de explicar como o DP fica invertido na ordem sentencial linear, propõe-se que, na exclamativa (1a), o DP se move da posição de predicativo de uma *small clause* para o domínio do CP. Semelhantemente, na interrogativa (2a), ele se move da posição de argumento interno do VP.

Além disso, a seção 2.1 adota a proposta de Danon (2011) e Norris (2014) sobre cardinais, que são analisados como uma fronteira para distribuição dos traços de número no interior do DP. Com base nessa predição, evidencia-se que a posição do numeral cardinal (NumP), em PB não padrão, divide o DP em dois domínios, sendo que sintagmas à sua esquerda são marcados com o morfema de plural, enquanto sintagmas à sua direita são não marcados.

Finalmente, a seção 2.2 aplica essa proposta aos dados sob investigação a fim de explicar por que ‘ques’, em PB dialetal, é marcado com o morfema de plural, enquanto os outros elementos do DP não são.

Em suma, considerando as estruturas em (1a) e (2a), este artigo investiga: de um lado, a sua derivação sintática tanto no domínio do DP quanto no domínio do CP; e, de outro lado, a distribuição do morfema de plural na hierarquia do DP.

## **1 A derivação sintática**

Esta seção, primeiramente, tem como foco o estatuto de ‘que’ como um determinante *wh*, tanto em interrogativas como em exclamativas (1.1), e, posteriormente, propõe uma análise da estrutura sintática à qual ele pertence (1.2).

### 1.1 O determinante *wh* em exclamativas e interrogativas<sup>3</sup>

Vidor e Menuzzi (2004) estendem a análise de Rapposo (1998 *apud* VIDOR; MENUZZI, 2004) de pronomes ‘o’ (tais como ‘o’, ‘a’, ‘os’ e ‘as’) do português como determinantes (3) ao ‘que’ interrogativo (4).

- (3) a. ... mas só compraria [<sub>DP</sub> [<sub>D</sub> o ] [<sub>NP</sub> carro vermelho]].  
(VIDOR; MENUZZI, 2004, p. 2)
- b. ... mas só compraria [<sub>DP</sub> [<sub>D</sub> o ] [<sub>NP</sub> [<sub>N</sub> pro] vermelho]].  
(VIDOR; MENUZZI, 2004, p. 2)
- c. ... mas não [<sub>DET</sub> o]<sub>i</sub> compraria [<sub>DP</sub> [<sub>D</sub> t<sub>i</sub> ] [<sub>NP</sub> [<sub>N</sub> pro] ] ].  
(VIDOR; MENUZZI, 2004, p. 2)
- (4) a. [<sub>DP</sub> [<sub>D</sub> Que] [<sub>NP</sub> tipo de coisa]] o João faz pra agradar a Maria? (VIDOR; MENUZZI, 2004, p. 7)
- b. [<sub>DP</sub> [<sub>D</sub> Que] [<sub>N</sub> pro]] fez o João pra agradar a Maria?  
(VIDOR; MENUZZI, 2004, p. 7)

Conforme explicado por Vidor e Menuzzi (2004), na gramática tradicional, ‘o’ é: um artigo definido em (3a); um pronome demonstrativo em (3b); e um pronome pessoal em (3c). Em contraste, Rapposo (1998 *apud* VIDOR; MENUZZI, 2004) propõe que todas essas três ocorrências de ‘o’ são determinantes. Em (3a), ‘o’ é D em uma sequência [DP [NP [AP]]] na qual todos os constituintes estão explícitos; enquanto, em (3b), N está elíptico. Em (3c), D alçou de sua posição de origem e se adjunziu a I. Nessas três situações, assume-se que ‘o’ é uma forma proclítica que precisa de um hospedeiro. Em

---

<sup>3</sup> Esta seção desenvolve, complementa e amplia o que aparece em Pereira (2014).

(3a), seu hospedeiro é o nome; em (3b), o adjetivo; e, em (3c), o verbo. Neste caso, devido ao fato de que não há hospedeiro no domínio do DP, assume-se que ‘o’ alça para I onde ele encontra um hospedeiro verbal e obtém Caso acusativo. Portanto, em português europeu (PE), ‘o’ é uma forma proclítica.

Vidor e Menuzzi (2004) estendem a análise de Rapposo (1998 *apud* VIDOR; MENUZZI, 2004) de ‘o’ (3) para o ‘que’ (4) interrogativo em PB. Em (4a), ‘que’ está exatamente na posição de ‘o’ precedendo o nome em uma sequência [DP [NP]]; enquanto, em (4b), N está elíptico. Além disso, em (4), ‘que’ é uma forma fraca, por ser pronunciado como [ki], em vez de [kê].<sup>4</sup> De acordo com os autores, a forma [ki] é proclítica e, como tal, deve preceder um hospedeiro. Em (4a), seu hospedeiro é o nome, e, em (4b), o verbo. Em relação a (4b), os autores argumentam que, na falta de um hospedeiro, ‘que’ alça da posição de argumento interno para o CP a fim de checar traços interrogativos *wh*. Depois de se mover, ele adquire então um hospedeiro verbal.

Uma outra fonte de evidência para descrever ‘que’ como determinante vem do fato de ‘que’ (5b) poder aparecer exatamente na mesma posição de artigos indefinidos (5a) em exclamativas.

- (5) a. Uma droga aquele programa de televisão! (SIBALDO, 2011, p. 231)  
b. Que droga aquele programa de televisão! (Adaptado de (5a))

<sup>4</sup> Vidor e Menuzzi (2004) também observam que, embora a forma ‘que’, em (4b), pronunciada como [ki], seja um determinante, a forma ‘que’, em (i), abaixo, pronunciada como [kê], é um nome: “‘que’ em ‘o que’ ocupa uma posição de N” (VIDOR; MENUZZI, 2004, p. 13). Eles apontam que, neste caso, ‘que’ pode ser precedido pelo determinante ‘o’. Então, [kê] não é proclítico nem é determinante.

(i) (O) que a Maria fez para agradecer o João?

Mais precisamente, Nunes (2007) se refere a ‘que’, em (6), explicitamente como determinante:

- (6) a. Ques livro você comprou? (NUNES, 2007, p. 31)  
b. Mas ques coisa interessante! (NUNES, 2007, p. 31)

Além disso, Vidor e Menuzzi (2004) assumem que, diferentemente do pronome interrogativo ‘qual’, ‘que’ carece de traços de número em PB padrão, porque ‘qual’ se flexiona (‘quais’), mas ‘que’ não. Do mesmo modo, *which* e *what* do inglês, em (7), não se flexionam e são analisados como sendo D:

They certainly seem to serve one of the syntactic-semantic functions of determiners in English in that their presence is enough to license the use of a singular count noun. They are ‘wh’ because the DPs they head undergo wh-movement just like a wh-pronoun (NORRIS, 2014, p. 47-48).<sup>5</sup>

- (7) a. [Which/what man] did you see at the store? (NORRIS, 2014, p. 47)  
b. I wondered [what/which vase] he broke. (NORRIS, 2014, p. 47)

Entretanto, para o PB dialetal, não se pode assumir que ‘que’ não tenha traços de número. Com efeito, em (1a), (2a) e (6), ‘que’ é o único item no DP que possui marca morfológica de plural ‘-s’.

Para analisar a flexão do determinante em (1a), (2a) e (6), vale mencionar que ‘ques’ [kis] (usado no lugar de ‘que’ padrão - 1b), em exclamativas (1a), e ‘ques’ [kis] (usado no lugar de ‘quais’ - 8b), em interrogativas (8a), são homófonos.

---

<sup>5</sup> “Eles certamente parecem ter uma das funções sintático-semânticas de determinantes em inglês, no sentido em que a presença deles é suficiente para licenciar o uso de um nome contável no singular. Eles são *wh* porque os DPs dos quais eles são núcleos passam por movimento *wh* exatamente como um pronome *wh*” (NORRIS, 2014, p. 47-48, tradução nossa).



- (8) a. [Ques menina bonita]<sub>i</sub> você conhece t<sub>i</sub>? (‘ques’ no lugar de ‘quais’<sup>6</sup>)  
b. [Quais meninas bonitas]<sub>i</sub> você conhece t<sub>i</sub>?

Portanto, porque ‘ques’ e ‘quais’ têm exatamente a mesma pronúncia [kis] em PB não padrão, parece que, por meio de analogia<sup>7</sup> (HOPPER; TRAUGOTT, 2003; ROBERTS; ROUSSOU, 2003), ‘ques’ exclamativo espelha a flexão de ‘quais’. Em outras palavras, o falante parece entender que, se [kis] é a forma plural do item wh ‘qual’ em (8a), uma sentença interrogativa, então [kis] (‘ques’) deve ser a forma plural do item wh ‘que’ tanto nas interrogativas (9a) quanto nas exclamativas (9b). Em consequência, a capacidade que ‘qual’ possui de ter flexão é transferida através de [kis] a ‘que’, que é reanalisado<sup>8</sup> como determinante *wh* com traços- $\phi$  de número.

- (9) a. Ques menina bonita é essas? De onde elas vêm? (‘ques’ no lugar de ‘que’ interrogativo)  
b. Ques menina bonita (é essas)! (‘ques’ no lugar de ‘que’ exclamativo)

6 Em (8a), ‘ques’ pode também ser interpretado como a versão não padrão do interrogativo padrão ‘que’ (i):

(i) [Que meninas bonitas]<sub>i</sub> você conhece t<sub>i</sub>?

7 Hopper e Traugott (2003) explicam que analogia é um processo pelo qual:

1) “new paradigms come into being through formal resemblance to already established paradigms. (An example of analogy in recent English would be the replacement of the plural *shoen* by *shoes* through analogy to such established plurals as *stones*.)” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 22).

“novos paradigmas surgem por meio de semelhança formal entre paradigmas já estabelecidos. (Um exemplo de analogia, em inglês recente, seria a substituição do plural *shoen* por *shoes* por meio de analogia com plurais estabelecidos como *stones*.)” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 22, tradução nossa).

2) “irregularities in grammar, particularly at the morphological level, were regularized. The mechanism was seen as one of ‘proportion’ or equation. Thus, given the singular-plural alternation *cat-cats*, one can conceive of analogizing *child-children* as *child-childs* (as indeed occurs in child language)” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 54).

“irregularidades na gramática, particularmente no nível morfológico, foram regularizadas. O mecanismo foi visto como de ‘proporção’ ou equação. Assim, dada a alternância singular-plural *cat-cats*, pode-se conceber a analogia entre *child-children* e *child-childs* (como de fato ocorre na linguagem infantil)” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 54, tradução nossa).

8 Hopper e Traugott (2003, p. 68) explicam que: “Reanalysis essentially involves linear, syntagmatic, often local, reorganization and rule change. It is not directly observable. On the other hand, analogy essentially involves paradigmatic organization, change in surface collocations, and in patterns of use. Analogy makes the unobservable changes of reanalysis observable”.

“A reanálise essencialmente envolve reorganização geralmente local, sintagmática e linear bem como mudança de regra. Ela não é diretamente observável. Por outro lado, a analogia envolve essencialmente organização paradigmática, mudança em disposições de superfície e em padrões de uso. A analogia torna observáveis mudanças inobserváveis da reanálise” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 68, tradução nossa).

Portanto, ‘que’, em PB padrão, é similar a ‘quão’ (10), pois não possui traços- $\phi$ , enquanto ‘que’, em PB não padrão, é semelhante a ‘qual’ (11), pois possui traços de número.

- (10) a. Quão maravilhosas são as tuas obras!<sup>9</sup>  
b. Quão seguras estão nossas informações pessoais?<sup>10</sup>  
(11) a. São quais regalos para a alma e o coração!<sup>11</sup>  
b. Quais alegrias você teve?<sup>12</sup>

Um outro aspecto da relação entre interrogativas e exclamativas é que, em alguns casos (12), elas podem ter a mesma estrutura sintática, embora diferentes forças ilocucionárias (ZANUTTINI; PORTNER, 2003). Isso ocorre em (9a) e (9b) em que o DP *wh* se move para o domínio do CP tanto na exclamativa (9b) quanto na interrogativa (9a). Em (8), ele alça da posição de argumento interno do verbo ‘conhecer’; em (9), do predicado de uma *small clause*, conforme será discutido na seção seguinte.

- (12) Isn’t he the cutest thing! (ZANUTTINI; PORTNER, 2003, p. 3)

Finalmente, vale mencionar que, de um ponto de vista histórico, a flexão de ‘ques’ não é exatamente uma inovação. Dados abaixo dos séculos XIV a XIX, disponíveis na base de dados **Corpus do Português** (DAVIES; FERREIRA, 2006), mostram ocorrências de ‘que’ flexionado no plural. Na maioria dos dados, especialmente nos séculos mais pretéritos, como

---

9 Disponível em: <<http://bibliaportugues.com/psalms/92-5.htm>>. Acesso em: 4 maio 2016.

10 Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/noticias/tecnologia/quao-seguras-estao-nossas-informacoes-pessoais/109830/>>. Acesso em: 4 maio 2016.

11 Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/visualizar.php?id=3628322>>. Acesso em: 4 maio 2016.

12 Disponível em: <<https://www.trabalhosgratuitos.com/Outras/Diversos/METODOLOGIA-DE-ALFABETIZA%C3%87%C3%83O-516138.html>>. Acesso em: 4 maio 2016.

observado em (13a) e (13b), ‘ques’ é um nome, precedido por um determinante. Porém, em alguns dados, especialmente nos séculos mais recentes, como observado em (13c), ‘ques’ parece ocorrer como um D propriamente, precedendo um nome, em sentenças exclamativas.

- (13) a. As virtudes teologaes sã tres [...] ffe esperãça & caridade das **ques** as duas acabã neste mûdo. (Século XIV, DAVIES; FERREIRA, 2006)
- b. [...] encherse a Lusitania de Romanos, contra os **ques** se levantaraõ os Lusitanos. (Século XVII, DAVIES; FERREIRA, 2006)
- c. Que tempo eu [...] não venho! [...] ‘**Ques**’ dias não é preciso aqui vir [...] para tirar um litro em cada taleigo! (Século XIX, DAVIES; FERREIRA, 2006)

Em resumo, nesta seção, assumiu-se que ‘que’ é um determinante capaz de licenciar traços de número em PB dialetal. Em contraste com ‘que’, ‘qual’ se flexiona tanto em PB padrão quanto em PB não padrão. No entanto, a pronúncia de ‘quais’ e ‘ques’, em PB não padrão, é exatamente a mesma [kis], o que desencadeia a reanálise de ‘que’ como um item apto a se flexionar em número. Esse comportamento parece ser esperado, pois ‘ques’, com flexão de plural, é encontrado no português antigo. Dessa forma, a próxima seção examina a derivação sintática dessas estruturas no que diz respeito ao movimento do DP *wh* para o domínio do CP.

## 1.2 Movimento do DP contendo ‘ques’

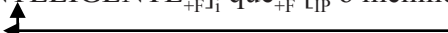
É dado que, em (2a), o DP contendo ‘ques’ é o argumento interno do verbo, que alça para o CP, por meio de movimento *wh*. Nesta seção, propomos que o DP, em (1a), é o predicado de uma *small clause* e que ele se move dessa posição para o CP de modo a checar força ilocucionária.

Em *small clauses* livres do PB, há “justaposição de um predicado e seu sujeito, nessa ordem, sem nenhum verbo nem nenhuma morfologia de tempo na superfície” (SIBALDO, 2011, p. 231). Por exemplo, em (15a), o predicado “inteligente” e o sujeito “este menino” aparecem um depois do outro, sem a presença da cópula.

De acordo com Kato (2007, p. 110), “adult small clauses in BP are ordinary finite cleft sentences”<sup>13</sup> (14a). Na análise da autora, o AP, predicado da *small clause*, move-se para uma projeção funcional situada acima do IP, como mostrado em (15b).

(14) a. É INTELIGENTE que o menino é. (KATO, 2007, p. 106)

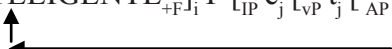
b. É [<sub>FP</sub>[INTELIGENTE<sub>+F</sub>]<sub>i</sub> que<sub>+F</sub> [<sub>IP</sub> o menino é *t<sub>i</sub>* ]]].



(KATO, 2007, p. 107)

(15) a. [<sub>AP</sub> Inteligente<sub>+F</sub> [este menino]]. (KATO, 2007, p. 107)

b. [<sub>FP</sub> [INTELIGENTE<sub>+F</sub>]<sub>i</sub> F [<sub>IP</sub> é<sub>j</sub> [<sub>VP</sub> *t<sub>j</sub>* [<sub>AP</sub> *t<sub>i</sub>* [este menino]]]].



(KATO, 2007, p. 107)

<sup>13</sup> “*small clauses* em adultos no PB são sentenças finitas cindidas comuns” (KATO, 2007, p. 110, tradução nossa).

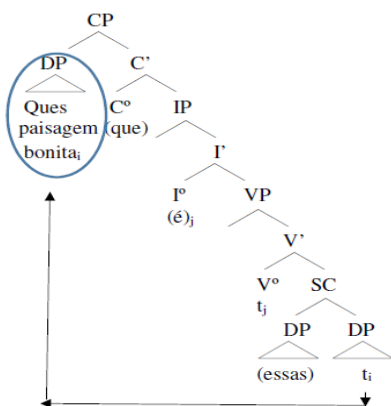
Considerando isso, propomos que, em (1a), repetido abaixo como (16a), o DP ‘ques paisagem bonita’ é o predicado de uma *small clause*. Além disso, essa *small clause* tem, na sua posição de sujeito, um pronome demonstrativo nulo ‘essas’ (16b), porque o tipo de exclamativa, em (1a) ou (16a), está sempre vinculado ao tempo de fala. Ademais, (16c) mostra que a cópula está elíptica, o que evidencia uma análise de *small clause*. Finalmente, (16d) mostra que a estrutura completa é de fato uma sentença exclamativa. Essa sentença possui uma *small clause* cujo predicado (um DP *wh*) fica invertido como resultado de movimento *wh* para o domínio do CP (17a).

- (16) a. Ques paisagem bonita! (Ouro Branco, março de 2016)  
b. Ques paisagem bonita (essas)! (Adaptado de (16a))  
c. Ques paisagem bonita (é essas)! (Adaptado de (16a))  
d. Ques paisagem bonita (que é essas)! (Adaptado de (16a))

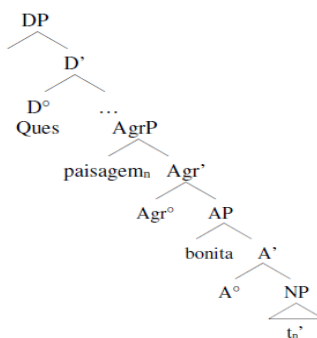
Como representado no diagrama (17a), o DP ‘ques paisagem bonita’ alça da *small clause* para Spec,CP a fim de checar força exclamativa. Além disso, no diagrama (17b),<sup>14</sup> é possível visualizar que, dentro do DP, ‘ques’ é inserido por *merge* em D.

<sup>14</sup> De acordo com Cinque (2005), os modificadores são gerados em uma ordem fixa pré-nominal, qual seja, Dem > Num > A > N. Assim, as diferentes ordens atestadas nas línguas resultam do movimento da projeção máxima NP (e não do núcleo) para posições de Spec em categorias funcionais (AgrP) geradas acima dos modificadores. As categorias AgrP, geradas acima de cada projeção funcional, são justificadas por Cinque (2005, p.325-326), pois o licenciamento do traço que caracteriza o item como pertencente à estrutura nominal pode se dar simplesmente a partir do *merge* de Agr ou a partir do movimento do NP para Spec,AgrP. Em (17b), o NP ‘paisagem’ é alçado por cima do AP ‘bonita’ para Spec,AgrP, o que explica a posição pós-nominal do adjetivo.

(17) a. Para o CP em (16a)



b. Para o DP em (16a)

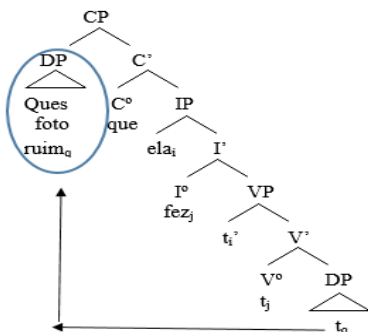


Fonte: Elaborado pela autora.

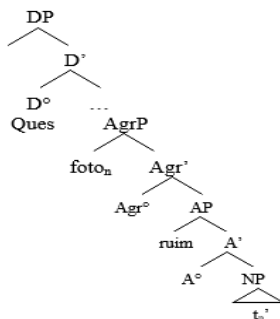
Que essa estrutura é uma sentença exclamativa com um DP *wh* alçado a CP pode ser também observado em (18a). Nesse dado, o DP *wh* não é predicado de uma *small clause*; ao contrário, ele é argumento interno do VP e alça para Spec,CP, como representado em (18b).

(18) a. Ques foto ruim que ela fez! (Ouro Branco, fevereiro de 2016)

b. Para o CP em (18a)



c. Para o DP em (18a)

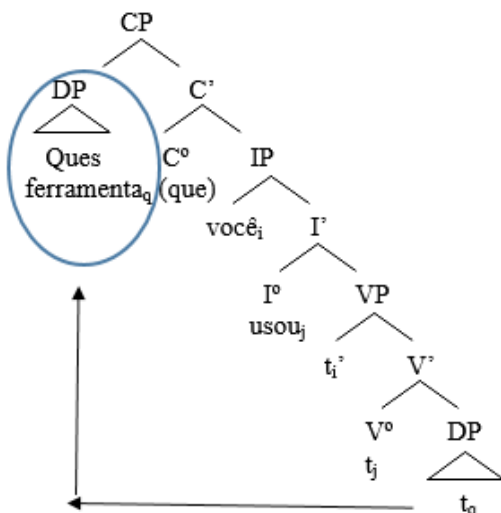


Fonte: Elaborado pela autora.

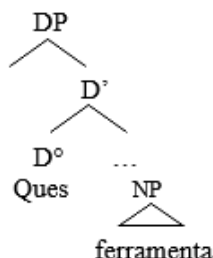
A derivação, em (18b), para a sentença exclamativa (18a), é basicamente a mesma derivação, em (19b), para a sentença interrogativa (2a), repetida abaixo como (19a). A única diferença é que, em (2a) ou (19a), o movimento *wh* se deve à força ilocucionária interrogativa em vez de exclamativa.<sup>15</sup>

19) a. Ques ferramenta você usou? (Belo Horizonte, abril de 2014)

b. Para o CP em (19a)



c. Para o DP em (19a)



**Fonte: Elaborado pela autora.**

A análise proposta também abrange *small clauses* (20a) contendo simultaneamente: um DP explícito (‘essas banana’), na posição de sujeito, com um pronome dêitico seguido de nome (20b); e um outro DP explícito (‘ques fresquinha’), na posição de predicado, com um nome nulo (20c).<sup>16</sup>

<sup>15</sup> Força ilocucionária é um traço forte em exclamativas com ‘ques’, porque o DP *wh* não pode permanecer *in situ* em exclamativas (i), em contraste com interrogativas (ii).

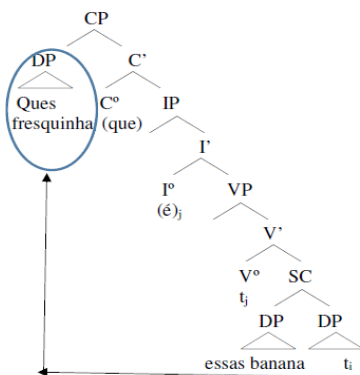
(i) \*Ela fez ques foto ruim!

(ii) Você usou ques ferramenta?

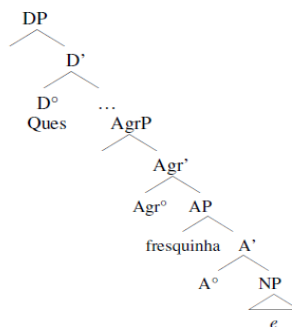
<sup>16</sup> Com efeito, (20a) pode ter um nome explícito no lugar do nome nulo: “Ques (fruta) fresquinha essas banana!”. Quando

(20) a. Ques fresquinha essas banana! (Perdões, janeiro de 2015)

b. Para o CP em (20a)



c. Para o DP predicado em (20a)

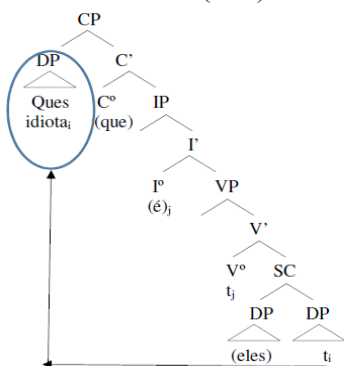


Fonte: Elaborado pela autora.

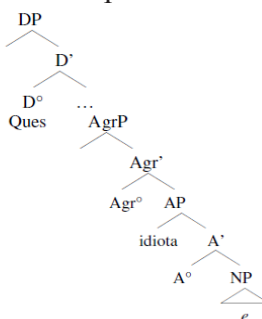
Além disso, a análise proposta também abrange *small clauses* contendo somente o predicado com um nome nulo,<sup>17</sup> como exemplificado em (21a) e representado em (21b) e (21c).

(21) a. Ques idiota! (Belo Horizonte, maio de 2016, uma menina grita a frase para um grupo de garotos)

b. Para o CP em (21a)



c. Para DP predicado em (21a)



Fonte: Elaborado pela autora.

explicito, esse nome se move para Spec,AgrP de modo a derivar a ordem pós-nominal do adjetivo na estrutura interna do DP.

17 (21a) pode ter um nome explícito no lugar do nome nulo, como em: "Ques (menino) idiota!".



Dessa forma, a proposta assumida para exclamativas e interrogativas com ‘ques’ está alinhada com: a análise de Kato (2007) para *small clauses* livres e a análise de Mito (2001) para questões ‘Wh que’.

Por exemplo, uma estrutura oracional é postulada tanto em (17a) quanto em (15b), com uma diferença, porém. Na análise de Kato (2007), trata-se de uma estrutura oracional cindida (14b), mas não na análise de (17a). De acordo com Mito (2001), interrogativas cindidas com ‘Wh é que’ (22b) e interrogativas com ‘Wh que’ (22a) não têm a mesma estrutura, sendo (22a) derivado em (23).

(22) a. O que que a Maria viu? (MIOTO, 2001, p. 116)

b. O que é que a Maria viu? (MIOTO, 2001, p. 117)

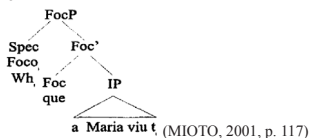
(23) [<sub>FocP</sub> [O que]<sub>i</sub> [<sub>Foc</sub> que [<sub>IP</sub> a Maria viu *t<sub>i</sub>*]].<sup>18</sup> (Adaptado de MIOTO, 2001, p. 117)

Mito (2001, p. 118) explica que:

As sentenças exclamativas servem de suporte adicional para a hipótese de que Wh *é que* e Wh *que* não são estruturalmente equivalentes porque não é possível derivar [(24a)] de [(24b)] em vista da agramaticalidade desta última.

Dessa observação, vale destacar que exclamativas, como aquelas em (16d) e (18a), também são agramaticais em estruturas cindidas, respectivamente, em (24c) e (24d).

<sup>18</sup>



- (24) a. Que saudade que eu tenho da Bahia! (MIOTO, 2001, p. 118)  
b. \*Que saudade é que eu tenho da Bahia! (MIOTO, 2001, p. 118)  
c. \*Ques paisagem bonita é (que é essas)! (Adaptado de (16d))  
d. \*Ques foto ruim é que ela fez! (Adaptado de (18a))

Portanto, a análise proposta para exclamativas com ‘ques’ (17a) é paralela àquela (15b) proposta por Kato (2007), porque ambas predizem: primeiro, uma *small clause*, mas não uma estrutura cindida, como explicado acima; segundo, uma posição de predicado, que, na análise de Kato (2007), é preenchida por um AP e, na análise aqui proposta, por um DP contendo um determinante *wh*; terceiro, o movimento do predicado de uma *small clause* para uma projeção funcional, que, na análise de Kato (2007), é uma FP (que pode ou não ser o CP) e, na análise aqui proposta, é o domínio do CP.

Além disso, a análise aqui proposta para interrogativas com ‘ques’ é também paralela à de Miotto (2011) para interrogativas do tipo ‘*Wh que*’. Comparando (23) com (19b), a diferença é que, em (19b), a projeção funcional interna ao CP para a qual o DP *wh* se move não é especificada.

Finalmente, na comparação de (19b) com (18b), pode-se observar que a mesma análise aplicada a interrogativas (19b) é estendida a exclamativas (18b). Além disso, comparando as exclamativas (18b) e (17a), pode-se observar que, em (18b), o DP *wh* se move da posição de argumento interno do VP, em vez da posição de predicado de uma *small clause* (17a). Semelhantemente, na comparação entre as interrogativas (19b)

e (9a), podem-se observar essas duas posições de *merge*: em (19b), o DP *wh* se move da posição de argumento interno do VP e não do predicado de uma *small clause* (9a). Portanto, embora a posição de *merge* do DP *wh* possa ser diferente tanto nas exclamativas (17a, 18b) quanto nas interrogativas (9a, 19b), a posição alvo é a mesma (o domínio do CP).

Em suma, ‘ques’ é um núcleo que checa traços- $\phi$  em D. O DP ao qual ele pertence alça, para o domínio do CP,<sup>19</sup> a partir de duas posições diferentes: o predicado de uma *small clause* (1a) ou o complemento de VP (2a). Por essa razão, o DP fica invertido na ordem sentencial linear. Esse movimento é desencadeado por força ilocucionária, tanto nas exclamativas (1a) quanto nas interrogativas (2a).

## **2 A distribuição do morfema de plural na estrutura interna do DP**

Esta seção, primeiramente, apresenta uma abordagem sobre os cardinais, que são analisados como uma fronteira na distribuição dos traços de plural na estrutura interna do DP (2.1); e, posteriormente, mostra que essa predição se aplica aos dados sob investigação, o que explica por que ‘que’ é marcado com o morfema de plural enquanto os outros elementos do DP são não marcados (2.2).

<sup>19</sup> Em consideração ao fato de que o CP é um domínio rico em projeções funcionais, tais como: Force, Focus, Topic, Finiteness (RIZZI, 1997), é importante deixar claro que, ao usarmos o termo CP, em vez de FocusP ou ForceP, deixamos, em aberto, a questão sobre qual é exatamente a projeção funcional para a qual o DP *wh* se move na cartografia do CP. De acordo com Mioto (2001), em questões *wh*, essa projeção é FocusP (23).

(23) [<sub>ForceP</sub> [O que]<sub>i</sub> que [<sub>IP</sub> a Maria viu *t<sub>i</sub>*]]. (Adaptado de MIOTO, 2001, p. 117)

## 2.1 Posição de cardinais como fronteira sintática para a marcação de plural no interior do DP

Em Pereira (2017), com base em Danon (2011) e Norris (2014), defendeu-se que<sup>20</sup> a distribuição do morfema de plural, na estrutura do DP, em PB não padrão, é explicada pela posição do numeral cardinal na hierarquia do DP. Assim, ele divide o DP em dois domínios, sendo que sintagmas à esquerda do cardinal são marcados com o morfema de plural, e sintagmas à sua direita são não marcados. Nesta seção, mostra-se que essa predição se aplica a estruturas com ‘ques’.

Conforme observado por Danon (2011, p. 301), em muitas línguas, a distribuição dos traços de número plural é determinada pela posição dos cardinais na estrutura do DP. Por exemplo, no finlandês (25), “um traço de número (plural) está disponível somente acima da posição do numeral”<sup>21</sup> (DANON, 2011, p. 302, tradução nossa). Além disso, Norris (2014) apresenta exemplos do estoniano (26) em que “material à esquerda do numeral é plural, e material à direita é singular”<sup>22</sup> (NORRIS, 2014, p. 143, tradução nossa).

(25) “Ne kaksi pien-tä auto-a seiso-ivat tiellä.

those.PL two.SG small-PART.SG car-PART.SG stand-PAST.3PL road.ADESS

‘Those two small cars stood at the road’ (Brattico 2010)”.  
(DANON, 2011, p. 301)

(26) “nee-d viis ilusa-t maja

this-PL.NOM 5.NOM beautiful-PAR house.PAR

‘these five beautiful houses’ (Erelt et al. 1993b:143)”.  
(NORRIS, 2014, p. 144)

<sup>20</sup> Uma versão dos dois primeiros parágrafos desta seção consta também em Pereira (2018, p. 23-24).

<sup>21</sup> “a (plural) number feature is only available above the position of the numeral” (DANON, 2011, p. 302).

<sup>22</sup> “material to the left of the numeral is plural, and material to the right is singular” (NORRIS, 2014, p. 143).

Portanto, em várias línguas, a distribuição de traços de número no DP é determinada pela posição do numeral cardinal. Essa explicação se aplica também ao PB não padrão. Por exemplo, em (27), a posição de NumP no DP funciona como uma clara fronteira na qual se permite que sintagmas situados acima dessa posição sejam marcados com o morfema de plural, e sintagmas localizados sob seu domínio de c-comando sejam não marcados.

(27)

- |                              |                                           |
|------------------------------|-------------------------------------------|
| a. Os único balde vermelho   | a'. Os <b>dois</b> único balde vermelho   |
| b. Os únicos balde vermelho  | b'. Os únicos <b>dois</b> balde vermelho  |
| c. *O únicos baldes vermelho | c'. *O <b>dois</b> únicos baldes vermelho |
| d. *O único baldes vermelhos | d'. *O único <b>dois</b> baldes vermelhos |

Em (27a, a'), D está à esquerda do cardinal 'dois'. Como resultado, somente D é marcado com o morfema de plural, enquanto sintagmas à direita do numeral não recebem essa marca. Em (27b, b'), D 'os' e o adjetivo 'únicos' estão à esquerda do cardinal, o que explica o fato de ambos serem marcados com o morfema de plural, enquanto o que está à direita do cardinal não é marcado. Em contraste, (27c, c') e (27d, d') são agramaticais seja (i) porque sintagmas localizados à esquerda do cardinal não estão marcados com o plural quando deveriam estar, seja (ii) porque sintagmas localizados à direita do cardinal estão marcados com o plural quando não deveriam estar.

Portanto, (27) se comporta conforme a proposta de Danon (2011) e Norris (2014) segundo a qual o cardinal se constitui como uma fronteira na distribuição da marca de plural no DP.

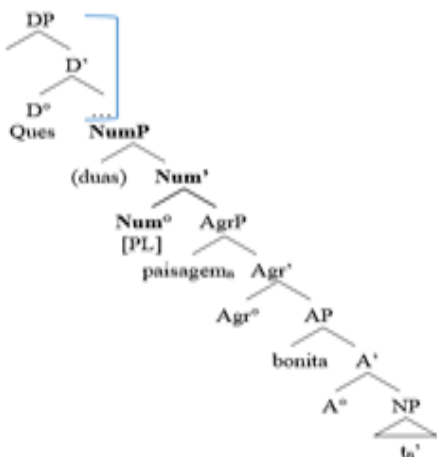
## 2.2 A marcação de plural em DPs contendo ‘ques’

Com base no que foi explicado, pode-se retomar as estruturas com ‘ques’ (1a, 2a), repetidas abaixo como (28a, 29a). Internamente ao DP, ‘ques’ está em um sintagma localizado à esquerda do numeral, como representado em (28b, 29b). Como resultado, o determinante ‘ques’ está marcado com o morfema de plural, enquanto constituintes à direita do numeral, ‘paisagem’ e ‘bonita’, em (28a), e ‘ferramenta’, em (29a), são plurais não marcados.

(28) a. Ques (duas) paisagem  
bonita!

(Adaptado de (1a))

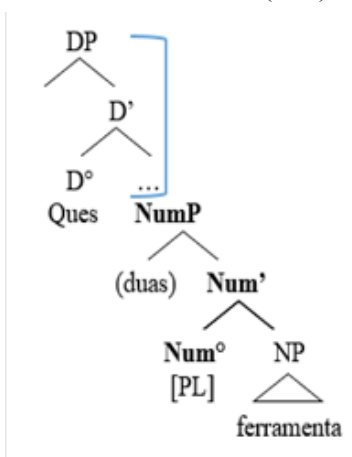
b. Para o DP em (28a)



(29) a. Ques (duas) ferramenta  
você usou?

(Adaptado de (2a))

b. Para o DP em (29a)



Fonte: Elaborado pela autora.

Um último aspecto sobre a distribuição do morfema de plural em estruturas com ‘ques’ precisa ser evidenciado. Mesmo em dados nos quais o falante tem intenção de parecer formal, é

possível encontrar ‘ques’. Entretanto, nesses casos, o morfema de plural é marcado em cada um dos constituintes do DP, como se segue:

- (30) a. Ques números são esses que o Fernando está olhando?  
(Belo Horizonte, janeiro de 2016)  
b. Sua noiva dá aula pra ques cursos? (Belo Horizonte, abril de 2014)  
c. Ques panos mais vistosos, ques coisas mais em flor...<sup>23</sup>  
d. Ques rodas enferrujadas!<sup>24</sup>

Portanto, nesse dialeto, mesmo em situações nas quais a forma conservadora não flexionada ‘que’ seria esperada, a forma flexionada ‘ques’ pode aparecer exatamente como qualquer outro determinante do PB padrão, flexionado e dentro de um DP no qual todos os constituintes são marcados com o morfema de plural.

## **Considerações finais**

Neste artigo, analisaram-se exclamativas e interrogativas com ‘ques’ no PB, especialmente no dialeto falado em Minas Gerais. Nessa análise, forneceu-se às estruturas acima mencionadas uma explicação para sua derivação sintática e para as razões por que ‘ques’ é marcado com o morfema de plural, enquanto os demais constituintes do DP não são.

23 Excerto de romance de Autran Dourado *Uma vida em segredo*. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9595/1/2014\\_JanaMeloAraujo.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9595/1/2014_JanaMeloAraujo.pdf)>. Acesso em: 9 abr. 2016.

24 Canal High Torque, Belo Horizonte (MG). O dado pode ser ouvido no minuto 21’14” do vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Cte7Ez4YPkk>>. Acesso em: 4 jul. 2016. Agradecemos ao Marcus Vinícius por enviar esse vídeo e outros dados de Belo Horizonte e cidades ao redor.

Para a derivação sintática, assume-se, seguindo propostas vigentes, que ‘ques’ é um determinante e, portanto, um núcleo D. No que se refere a sentenças interrogativas como (2a), o DP ao qual ‘que’ pertence passa por movimento *wh* da posição de argumento interno do VP para o domínio do CP. No que se refere a sentenças exclamativas como (1a), assume-se que o DP se move da posição de predicado de uma *small clause* para o domínio do CP. Em ambos os casos, o movimento se dá por força ilocucionária.

Para a distribuição do morfema de plural, várias línguas evidenciam que a posição do cardinal divide o DP em dois domínios, sendo que sintagmas à sua esquerda são marcados com o morfema de plural, enquanto sintagmas à sua direita são não marcados. Essa predição se aplica ao PB não padrão em geral e a dialetos que têm flexão de ‘que’. Como resultado, porque ‘ques’ é o único item mais alto que o cardinal nessas estruturas, ele é o único marcado com o morfema de plural.

Em conclusão, neste artigo, desenvolveu-se uma análise capaz de explicar: primeiramente, a estrutura oracional (CP) à qual o DP contendo ‘ques’ pertence; posteriormente, a hierarquia do DP; e, finalmente, a distribuição do morfema de plural na estrutura interna do DP.

## Referências

CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. In: Kenstowicz, Michael (ed.). **Ken Hale: a life in language**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2001. p. 1-52.

CINQUE, Guglielmo. Deriving Greenberg’s Universal 20 and its exceptions. **Linguistic Inquiry**, v. 36, n. 3, p. 315-332, 2005.



DANON, Gabi. Agreement and DP-Internal Feature Distribution. **Syntax**, v. 14, n. 4, p. 297-317, 2011.

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael. **Corpus do Português**: 45 million words, 1300s-1900s. Brigham Young University, Georgetown University, 2006. Disponível em: <<http://www.corpusdoportugues.org/hist-gen/2008/>>. Acesso em: 4 maio 2016.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elizabeth. **Grammaticalization**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KATO, Mary. Free and dependent small clauses in Brazilian Portuguese. **DELTA**, v. 23, n. esp., p. 85-111, 2007.

MIOTO, Carlos. Sobre o sistema CP no português brasileiro. **Revista de Letras**, Curitiba, n. 56, p. 97-139, 2001.

NORRIS, Mark. **A theory of nominal concord**. 2014. 276 f. Tese (Doutorado em Linguística) – University of California, Santa Cruz, 2014.

NUNES, Jairo. Triangulismos e a sintaxe do português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba; KATO, Mary (org.). **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas: Pontes, 2007. p. 25-34.

PEREIRA, Bruna K. Exclamativas com ‘que+s’: checagem de traços em C e D. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALFAL, 17., 2014, João Pessoa. **Anais ...** João Pessoa: UFPB, 2014. p. 2750-2760.

PEREIRA, Bruna K. The DP-internal distribution of the plural morpheme in Brazilian Portuguese. **MIT Working Papers in Linguistics** (Papers on Morphology, edited by Snezana Iovtcheva and Benjamin Storme), v. 81, p. 85-104, 2017.

PEREIRA, Bruna K. NumP e *silent nouns*: Fronteiras sintáticas na marcação de plural no PB. **Revista da ANPOLL**, v. 1, p. 18-39, 2018.

RIZZI, Luigi. The fine structure of the left periphery. In: HAEGEMAN, Liliane (ed.). **Elements of grammar**: handbook of generative syntax. Dordrecht, Boston, London: Kluwer Academic Publishers, 1997. p. 281-337.

ROBERTS, Ian; ROUSSOU, Anna. **Syntactic change**: a minimalist approach to grammaticalization. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SIBALDO, Marcelo. Sobre a estrutura interna das *Small Clauses* livres do português brasileiro. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 231-240, 2011.

VIDOR, Deise; MENUZZI, Sérgio. Pronomes como determinantes: algumas propriedades do elemento interrogativo ‘que’ em português brasileiro. **Leitura**, Maceió, v. 33, p. 65-86, 2004.

ZANUTTINI, Raffaella; PORTNER, Paul. Exclamative clauses: at the syntax-semantics interface. **Language**, v. 79, n. 1, p. 39–81, 2003.

# Entrevistas

# Interview with Dr. Bernard Comrie: tense, aspect and mood

Rodrigo Altair Morato\*

Adriana Leitão Martins\*\*

Gisely Gonçalves de Castro\*\*\*

Dr. Bernard Comrie is a specialist in linguistic typology and linguistic universals as well as in Caucasian languages. He is currently at the University of California, Santa Barbara where he is a Distinguished Professor of Linguistics. His long and respected career includes teaching at the University of Cambridge and the University of Southern California. He also worked as Director of the Department of Linguistics at the Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, in Leipzig. Dr. Comrie's biggest interests are language universals and typology, historical linguistics and languages of the Caucasus. His work on typology explores cross-linguistic examination of tense-aspect systems, causative constructions, relative clauses, nominalizations, reference-tracking devices, ditransitive constructions, valency classes, and numeral systems.

Among many important publications, Professor Comrie is well-known for the books he wrote or helped to edit: **Aspect** (1976), **Language Universals and Linguistic Typology** (1981), **Tense** (1985), **Studies in Ditransitive Constructions: A Comparative Handbook** (2010), **The World Atlas of Language Structures** (2013), **Valency Classes in the World's Languages**

---

\* Professor na Rede Jesuíta de Educação. Doutor em Linguística (PUC Minas); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8667-0923>.

\*\* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Linguística (UFRJ); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0510-2586>.

\*\*\* Instituto Federal de Educação do Pará (IFPA). Doutora em Linguística (PUC Minas); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4011-1472>.

(2015), **Noun-Modifying Clause Constructions in Languages of Eurasia: Rethinking Theoretical and Geographic Boundaries** (2017). For more information about this tireless linguist, please visit [www.linguistics.ucsb.edu/people/bernard-comrie](http://www.linguistics.ucsb.edu/people/bernard-comrie).

Recebido em: 19/06/2020

Aceito em: 27/07/2020

- 1. We would like to start by asking you a question with regard to the 1970s, when you first published works on the aspect systems of language, which are reference studies in aspect nowadays for researchers all over the world. Why did that topic call your attention at that time? What influenced you the most to study tense and aspect at that time?**

It is probably more a case of aspect looking for me than me looking for aspect! I had studied Russian and Slavic linguistics at the University of Cambridge, so I was very familiar with aspect, although my main work at the time was in syntax. Cambridge University Press was interested in expanding its textbook series to include volumes on particular linguistic phenomena as well as on subfields like syntax, semantics, etc. For some reason, they decided on aspect as the first such topic, and approached me as someone familiar with the topic. I suppose I could simply say that the rest is history. But I should add that it took me some time to consider the proposal and accept it, as it was not even a project I had dreamed of. But certainly, with hindsight, it was a wonderful opportunity, especially as they were willing to invest in someone who in those days was a very junior scholar. The textbook on tense was a natural follow-up, and in that case I initiated the proposal to the Press. I have to confess that I enjoyed working on tense more than on aspect, although the relevant reading public seems to prefer reading my work on aspect, at least judging by number of citations.

- 2. In Aspect (1976), you state that this work neither deals with any specific language nor does it compare several particular languages, but presents this category as part of general linguistic theory. In Tense (1985), you point out**

**that the objective of the book is to provide an explanation for Tense from the point of view of the universals of language and linguistic typology. From 1976 to 1985, what determined the adoption of the typological approach?**

I suppose that I have always been a typologist, but I just did not know it. From the early 1970s I considered myself to be working in language universals, but it was really only with the rapid expansion of typology as a recognized approach to language that it became clear to me that this is where I fit in. (For the record, I think my first typological project was when I was still in grammar school, when the teacher wondered out aloud whether any other languages were like Ancient Greek in requiring singular verbs with neuter plural subjects. I got all the (not very many) grammars out of the local library and wrote up a brief summary, alas, no longer extant.) Even **Aspect** is in a sense typological, in that it draws in material from a range of languages in order to try and establish general properties of Language. Of course, my books **Aspect** and **Tense** also differ in crucial respects from current typological expectations, in particular in that the sample of languages considered is not balanced, whether for language family or for geographical area. But one thing that has remained constant is my belief that to understand Language you need to look at a wide range of languages.

**3. How did those typological studies on tense and aspect developed in the 1970s and 80s influence your career regarding typological works since then?**

I think my typological work has seen a gradual expansion since those early years, in part in response to the recognition that

one needs even wider samples of languages in order to make typologically valid claims about Language, though also in part in response to the fact that there is now a much wider range of reliable, extensive material on the languages of the world – in the 1970s you were very restricted by what was available, whereas nowadays the problem is more the difficulty of encompassing all that is available, whence the strategy of working with balanced samples of languages.

**4. Considering Aspect as a general linguistic theory, which of your findings do you consider most relevant within the framework of the linguistic typology?**

In terms of direct relevance to typology, my sense is that the main contribution of my early work, including that on aspect and tense, was to show that such an approach is possible and that it leads to insights that are not derivable from just studying one language or even a small range of languages. So maybe the easier question to answer would be what benefits the typological approach brought to the understanding of tense and aspect. I will mention two. First, looking across different languages made it very clear to me how different from one another are the concepts “perfect” and “perfective”, despite the similarity of the standard international terms, and I consider one of my minor triumphs to have been the widespread acceptance of this distinction, conceptually and terminologically, in later work. Second, the typological work suggested some important weaknesses in what had become (and for some still remains) the classic approach to tense in language, namely that developed by Reichenbach (1947), for instance in the impossibility of accounting for phenomena found even in English like a time reference that is



anterior to a reference point that is posterior to another reference point that lies in the past (“past in the future in the past”, temporal interpretations of the English “would have” construction), as well as the complete neglect of cross-linguistically widespread phenomena like degrees of remoteness in past and future time reference (e.g. recent versus remote past).

**5. In Aspect (1976), you register that not all habitual activity is iterative. A brazilian researcher (TRAVAGLIA, 1985) argued that, for Portuguese, all habitual activity is iterative. In languages you have investigated, is habituality without iterativity rare or common? Did you notice any different finding since then?**

I think that here it is important to distinguish between general linguistic concepts – what Haspelmath calls “comparative concepts” – and specific categories in individual languages. If we define the concept “habitual” as something like “a situation that is characteristic of an extended period of time”, then we can examine particular categories in individual languages and ask whether they are necessarily iterative, but the answer may well be different for different languages. The English “used to” construction, which expresses habituality in the past, does not need to be iterative, as can be seen in examples like “I used to know the algorithm for extracting square roots, but I have forgotten it”, where reference is to a continuous state of knowledge, not to intermittent bouts of knowledge alternating with ignorance. Even in Romance languages, where habituality is one of the criteria (though not the only one) that can lead to the choice of the imperfect to express past time reference, the

imperfect does not in this usage have to be iterative. But note that if I replace the English “used to” construction with the less grammaticalized “be in the habit of”, then the interpretation is necessarily iterative, since “I was in the habit of knowing” can only refer to different instances of knowing on different occasions.

A problem in evaluating statistical claims about habituality is that many languages have categories whose use is sensitive to habituality, but that are not used for all and only habitual situations; as already noted, the English “used to” construction has an added requirement of past time reference, while the semantics of the Romance imperfect extends beyond habituality. Added to this is the fact that expressions encoding habituality are grammaticalized to different degrees, which makes it hard to draw the line between aspect as a grammatical category and aspectuality more generally as a semantic domain. So, I would not venture an answer to your question whether habituality without iterativity is rare, common, or in between. Others should weigh in here!

**6. Regarding the similarities in the use of metaphors to express the concept of time by the use of expressions related to space observed in different languages in the world, how do you think the study of TAM categories can contribute to the study of human cognition in general?**

What seems to me clear is that space provides a convenient starting point for a wide range of metaphors, not only relating to time, and this surely points to its cognitive salience. Of course, we now know, thanks to such work as Levinson (2003),

that conceptualization of space varies quite considerably crosslinguistically. Certain spatial parameters that are important in a particular language often do not find their way into temporal expressions, like left-right or north-south. Others get different interpretations in different languages or even within the same language, e.g. whether the past is in front or behind – native speakers of English are often at odds about whether moving a meeting forward means timing it earlier or later. I think a lot of work still needs to be done on crosslinguistic variation here and possible links to culturally conditioned cognitive salience, but this is work that others will need to do – it exceeds my competence.

**7. More specifically, in your opinion, how can studies about the TAM categories in different languages contribute to the study of the universals of language?**

I think we are now at the stage where we can use the more detailed and more wide-ranging material that is coming in with regard to TAM across languages to test universal claims about TAM, thus contributing to our understanding of crosslinguistic variation in this area but also to general methodological considerations regarding the formulation and testing of universal claims. For instance, in **Tense** I formulated the hypothesis that a given tense will never denote a discontinuous segment of time, thus excluding a “non-present” (with past or future, but not present time reference), despite the widespread occurrence of, for instance, non-past. I noted some instances that might border on counterexamples. We now know of more and clearer cases, but they still seem to be extremely rare, so the question remains

as to why such tenses, even if not absolutely excluded, are so uncommon, an instance of a universal tendency.

**8. Concerning the different ways in which time is understood through different cultures around the world (if it is circular or linear, for instance), how can those different conceptualizations of time be reflected in the expression of tense in different languages?**

My sense remains as it was in 1985 when I published *Tense*, that such cultural differences in the conceptualization of time as linear versus circular have not been shown to have a clear effect on tense systems, and it seems to me that claims to the contrary such as Whorf's for Hopi have been shown on the basis of better material – in this case by Malotki (1983) – to be faulty. I think that there may be cultural differences that find a reflection in time expressions, e.g. cultures that are less oriented to exact time keeping with the same word translating both “now” and “today”, but I am not aware of cases where this would impinge on grammaticalized expressions. It is certainly something to be on the lookout for, as with any potential counterexample to a claimed universal (whether linguistic, cultural, or linguistic-cultural), but I am not holding my breath. On a more general level, I await cognitive anthropological studies of time that would compare to Levinson's work on space.

**9. Linguistic findings have promoted important advances in the field over time. For example, today we have information about structures of languages that we didn't even know to exist, as in the case of some indigenous languages. In your**

**opinion, what are the biggest challenges today's linguistics studies still face?**

I think the biggest single challenge is the extent to which languages are endangered. When the current debate on endangered languages took off in the 1970s, those who maintained that up to 90% of languages spoken today would have died out by 2100 were considered pessimists; now, they would be considered overoptimistic. The social implications of this are catastrophic, but for the purposes of answering this question I will stick to the scientific implications. Much of linguistics has been driven by new information coming from endangered (in some cases, already extinct) languages, e.g. the re-evaluation of ergativity in the light of Dixon's (1972) work on Dyirbal, or the recognition of verb root deletion as a rare phenomenon nonetheless well substantiated in a number of languages in work by Zamponi and myself (2020). Who knows what riches may be lost, both culturally and scientifically, as the lights go out on the world's linguistic diversity?

In other respects, though, I am optimistic about the future of linguistics. In particular, current developments in corpus linguistics, quantitative methods, instrumental phonetics provide us with means of empirically testing hypotheses at a rate that would have been unthinkable even a few years ago.

**10. You have a long and solid career highlighted by several works that were important for the development of linguistic studies. Among all your works, which ones do you consider to have had the most significant impact in the field of linguistics?**

If you mean literally “impact”, then I suppose I have to peek at my Google Citations list, but in fact the results there do not differ significantly from what I would probably have said intuitively myself. My work on aspect and tense is probably the most widely cited, even though for some years those topics have not been at the forefront of my research. The work on language universals and typology generally was influential in moving syntactic studies away from almost exclusive reliance on English occasionally supplemented by a few other languages to a situation where grammarians of many different persuasions recognize the importance of crosslinguistic data. My work with Keenan on Noun Phrase Accessibility (KEENAN; COMRIE, 1977) was not only my first big typological project but also left me with a life-long attachment to relative clauses as a source of insight into grammar, including several revisions of my ideas on relative clauses as I became aware of new data and analyses (see *e.g.* MATSUMOTO *et al.*, 2017). Closely linked to this is my interest in the areas of valence, alignment, and voice, which have dominated much of my work especially across the last couple of decades, in part because these phenomena not only constitute the basic syntactic framework of the clause but also interact with so many other phenomena that they remain a constant source of new insights (see *e.g.* MALCHUKOV; COMRIE, 2015).

**11. These days you are involved on studies about Grammar of Akabea (Andaman Islands), Grammar of Bezhta (North Caucasus), Grammar of Haruai (Papua New Guinea), Grammar of Tsez (North Caucasus). Why the interest in such languages? What do you expect to find?**

Any language may turn out to be interesting in one respect or another to the investigator, and of course before the investigation it is hard to make predictions. When I chose to work on Haruai in the New Guinea highlands, I expected from its location and what was already known about neighboring languages that it would have a switch-reference system, and this turned out to be the case, fortunately so, since I definitely wanted to investigate this phenomenon and the US National Science Foundation had invested a lot of money in getting me there! But I had not predicted that Haruai would also turn out to have an interesting word taboo system that leads both to rapid lexical replacement (causing problems for basing hypotheses of genealogical relations among languages solely on lexicon) and to the coexistence of true synonyms for a number of concepts where one lexical item is likely to be tabooed (see further COMRIE, 2000). In choosing to work on Tsez and Bezhta, there were already grammatical sketches and fuller studies of some related languages, but I was still not prepared for the rich variation in detail between these closely related languages that presents a veritable cornucopia for micro-typological studies. With Akabea, I had absolutely no idea of what to expect, indeed given the pre-professional documentation of this language extinct for almost 100 years I did not even know to what extent it would be possible to extract any useful material, but as it turned out Zamponi and I were able not only to write a reasonably comprehensive grammar of the language but also to uncover typologically rare phenomena like Verb Root Deletion (COMRIE; ZAMPONI, 2019). Choice of a language to work on is sometimes guided by largely non-linguistic factors – for instance, I had simply always wanted to work on a language of New Guinea, regarding this as something

of a last frontier – but will inevitably lead to the discovery of interesting phenomena.

**12. Is there any direct relation between your first published works and your research on Rare Linguistic Phenomena, Typology of Numeral Systems, Typology of Writing Systems, Languages and Genes?**

There are certain guiding principles that have remained constant from my earliest work up to the present day, perhaps the most important being the importance of taking seriously the fact of crosslinguistic diversity. Claims have to be based upon and tested against a wide range of languages, and we must always be open to the possibility of having to change a cherished belief on the basis of new data. Another principle that I would mention is that strong crosslinguistic tendencies are just as important as language universals. This means on the one hand that a small percentage of counterexamples does not necessarily invalidate the significance of a generalization, on the other that whatever account we give must be able to encompass the exceptions. This makes universals research more tricky, but perhaps, precisely for this reason, more interesting.

**13. How does crosslinguistic examination of tense-aspect systems, causative constructions, relative clauses, nominalizations, reference-tracking devices, ditransitive constructions, valency classes and numeral system help you to understand problems related to prehistoric human migrations and contact?**



It is maybe easiest to answer this one by starting from the question of how one might uncover prehistoric human migrations and contact. Basically, the answer is that you look for evidence of things spreading from one group to another, as groups move into geographical proximity. We can look at this in terms of biology, as genes from one group move into another, a signal of intermarriage. Equally, we could look at the spread of cultural phenomena like burial customs, sometimes directly retrievable from the archeological record, sometimes inferable from the present-day distribution of variants, e.g. if two neighboring groups share cultural features but are different genetically, then one can reasonably deduce that there has been strong cultural diffusion as a result of contact but little intermarriage. One can do exactly the same with features subject to crosslinguistic variation, here with the added advantage that we may know from comparative-historical linguistic studies that language A is a close relative of language B, but note that it is now a neighbor of language C and shares feature values with language C that it does not share with language B. These features could in principle be any of those listed in the question, though in practice the best studied ones are likely to be those included in the **World Atlas of Language Structures** (WALS) (HASPELMATH; DRYER, 2013). One of the striking results derivable from WALS is that in some respects languages are more like their neighbors than like their relatives, *i.e.* the linguistic record retains traces both of original geographic distribution (with relatives also being neighbors) and of migrations leading to new contacts as linguistic features diffuse into unrelated languages that come into contact with one another.

**14. You have been known to say: “If it’s a language, I’ll work on it.” Why is that? Which aspects of language are most intriguing to you nowadays?**

I think I have largely answered this question in my responses to earlier questions, so maybe at this point I can just summarize by saying that any language will turn up some point of general interest, and much of our progress in linguistics has come from integrating such new phenomena into our existing models, modifying those models, sometimes radically, to incorporate the new material. So if it’s a language, please work on it! As noted above in more detail, major topics that I am currently working on include relative clauses and the whole area of valence/alignment/voice.

**15. Do you believe that there is still much to be investigated with regards to the categories of tense, aspect and mood? What would you recommend to linguists trying to carry out investigation on these matters?**

As I have already mentioned, I am not working specifically on tense-aspect-mood to any great extent at present, but that is mainly because I feel that I have made the contribution that I can in opening up the field and that I should now let others develop it further.

One area where there have been major advances almost continuously since my work in the 1970s and 1980s is the interaction between (grammatical) aspect and “lexical aspect”, also known as “aktionsart” and “actionality”. Although this interaction was touched on in Comrie (1976), it has been developed further by a number of linguists, including for

instance: Dahl (1985) for the Slavic perfective; Smith (1991) in general linguistic theory; Bertinetto (1994), especially for Italian; Breu (1994) in general linguistics with particular reference to Slavic; and Johanson (2000) again in general linguistics but with particular reference to Turkish. Linguists interested in tense would do well to pay particular attention to this interaction.

Developments in corpus linguistics mean that it is now much more feasible to examine aspect in discourse across long stretches of discourse from different genres, and methodologically I consider this an essential new tool to be used by those investigating tense-aspect-mood.

At a more basic level, I would encourage those investigating tense-aspect-mood to consider carefully the meaning and discourse function of the categories they encounter, without trying to rush into classifying them according to current terminology. Of course, the latter can provide a useful entry point into the system, but there are sufficient complications in many languages – including even well studied languages like English! – to merit a meticulous approach.

Finally, anyone seeking a recent detailed state-of-the-art overview of the field of tense and aspect should consult Binnick (2012).

## References

BERTINETTO, Pier Mario. Temporal reference, aspect and actionality: Their neutralization and interactions, mostly exemplified in Italian. *In*: BACHE, C.; BASBØLL, H.; LINDBERG, C.-E. **Tense, aspect and action**: Empirical and theoretical contributions to language typology. Berlin: Mouton

de Gruyter, 1994.

BINNICK, Robert. **The Oxford handbook of tense and aspect**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BREU, Walter. Interactions between lexical, temporal and aspectual meanings. **Studies in Language**, v. 18, p. 23-44, 1994.

COMRIE, Bernard. **Aspect**: An introduction to the study of verbal aspect and related problems. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

COMRIE, Bernard. **Language Universals and Linguistic Typology**. Oxford: Basil Blackwell, 1981.

COMRIE, Bernard. **Tense**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

COMRIE, Bernard. Language contact, lexical borrowing, and semantic fields. In: Gilbers, D.; Nerbonne, J.; SCHAEKEN, J. **Languages in contact**. Amsterdam: Rodopi, 2000.

COMRIE, Bernard; ZAMPONI, Raoul. Verb Root Ellipsis. In: Baerman, M.; BOND, O.; HIPPISEY, A. **Morphological perspectives**: Papers in honour of Greville G. Corbett. Edinburgh: Edinburgh University Press; 2019.

DAHL, Östen. **Tense and aspect systems**. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

DIXON, Robert. **The Dyirbal language of North Queensland**. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

HASPELMATH, Martin *et al.* **The World Atlas of Language Structures Online**. Leipzig: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013. Disponível em: <<http://wals.info>>. Acesso em: 16 mai. 2020.

HASPELMATH, Martin. Comparative concepts and descriptive categories in crosslinguistic studies. **Language**, v. 86, p. 663-687, 2010.

JOHANSON, Lars. Viewpoint operators in European languages.

*In:* DAHL, Ö. **Tense and aspect in the languages of Europe**, Berlin: Mouton de Gruyter, 2000.

KEENAN, Edward; COMRIE, Bernard. Noun phrase accessibility and universal grammar. **Linguistic Inquiry**, v. 8, p. 63-99, 1977.

LEVINSON, Stephen. **Space in language and cognition: Explorations in linguistic diversity**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MALCHUKOV, Andrej; COMRIE, Bernard. **Valency classes in the world's languages**. Berlin: Walter de Gruyter, 2015.

MALCHUKOV, Andrej; HASPELMATH, Martin; COMRIE, Bernard. **Studies in Ditransitive Constructions: A Comparative Handbook**. Berlin: Walter de Gruyter, 2010.

MALOTKI, Ekkehart. **Hopi time**. Berlin: De Gruyter, 1983.

MATSUMOTO, Yorhiko; COMRIE, Bernard; SELLS, Peter. **Noun-Modifying Clause Constructions in languages of Eurasia: Rethinking theoretical and geographic boundaries**. Amsterdam: John Benjamins, 2017.

REICHENBACH, Hans. **Elements of symbolic logic**. New York: Free Press, 1947.

SMITH, Carlota. **The parameter of aspect**. Dordrecht: Kluwer, 1991.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão**. Ed. rev. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

ZAMPONI, Raoul; COMRIE, Bernard. **A grammar of Akabea**. Oxford: Oxford University Press, 2020.

# Interview with dr. Robert Binnick: tense, aspect and mood

Rodrigo Altair Morato\*

Adriana Leitão Martins\*\*

Gisely Gonçalves de Castro\*\*\*

Doctor Robert Binnick is Professor Emeritus of Linguistics and East Asian Studies at the University of Toronto. His main research areas are Mongolian and Altaic languages in general, and the semantics of tense and verbal aspect. He is also a Vice-President of the Mongolia Society and he has published extensively on both Mongolian and tense/aspect.

Professor Binnick is responsible for the publications of **Modern Mongolian: A Transformational Syntax** (1979); **Time and the Verb: a Guide to Tense and Aspect** (1991); **The Past Tenses of the Mongolian Verb: Meaning and Use** (2011); **The Oxford Handbook of Tense and Aspect** (2012) and many other relevant papers on the field of linguistics. For more information about this dedicated and respected language researcher, please visit <https://www.utoronto.ca/cfl/robert-binnick>.

Recebido em: 15/08/2020

Aceito em: 12/09/2020

---

\* Professor na Rede Jesuíta de Educação. Doutor em Linguística (PUC Minas); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8667-0923>.

\*\* Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Linguística (UFRJ); ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0510-2586>.

\*\*\* Instituto Federal de Educação do Pará (IFPA). Doutora em Linguística (PUC Minas); ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4011-1472>.

1. **We would like to start by asking you a question with regard to the 1990s, when you first published the work Time and the verb: a guide to tense and aspect, which still is a reference to studies in aspect since nowadays for researchers all over the world. Why did that topic call your attention at that time? (What influenced you the most to study tense and aspect at that time?)**

My interest in tense and aspect actually goes all the way back to high school, when I read Benjamin Lee Whorf. In graduate school (in 1966) reading Martin Joos' **The English Verb** prompted me to write a (jeune and naïve) working paper on English tense. My interest was expanded in 1969 by reading Otto Jespersen's **Philosophy of Grammar** and further in 1971 by W. W. Goodwin's **Syntax of the Moods and Tenses of the Greek Verb**. In 1975, I read a lot of philosophy of time and tense logic. Reviewing J. Scheffer's **The Progressive in English** in 1976 merely cemented my interest.

2. **In Time and the verb: a guide to tense and aspect, published in 1991, the reader can find a guide to complex theories about tense and aspect. Why presenting different perspectives for such complex category as the verb and its meaning?**

Already in the 1980s there was a large literature by linguists and others – grammarians, logicians, philosophers, narratologists, psychologists, and computer scientists – on tense, aspect, and mood/modality. Observational adequacy where TAM was concerned was poor, there was no consensus on the description

of almost any phenomenon, and serious explanatory theories were lacking. Ignorance of the literature was rife and scholars were publishing hypotheses already explored and rejected long ago. I thought that a historical approach, starting with the oldest work and the simplest themes and building towards more modern approaches and more complex phenomena, made sense as a way of gradually clarifying for the reader both the issues and the research results.

**3. Considering tense and aspect as a general linguistic theory, which of your findings do you consider most relevant within the framework of the Generative Theory? How does Generative Grammar help you to understand the human language?**

The answers depend on what you mean by Generative Grammar. In about 1955-1975, Noam Chomsky completely revolutionized the study of language, and the concept of Generative Grammar was amongst his most significant and fruitful contributions, without which linguistics as we understand it simply would not exist. Since then the term has however come to be understood in disparate ways, some so vague as to be almost meaningless (e.g., as the hypothesis of an innate language capacity), others so narrow (as a formal theory of language structure) as to be largely irrelevant to anything but a study of syntax, which is only a small part of tense and aspect in natural languages.

The more I got into tense and aspect, the more I was attracted to semantics and pragmatics, especially within European frameworks owing much to the work of logicians like



Arthur Prior and philosophers like Richard Montague, and little to Chomsky and his successors. I certainly don't regard my own research as particularly relevant to Generative Theory.

- 4. In early 1990s you said: “Tense and aspect have been peculiarly resistant to linguistic classification and explanation. There continue to be many competing theories, many different terminologies, and considerable controversy and confusion surrounding these evidently universal linguistic phenomena”. Now, 30 years later, would you say the problem persists? Do you believe that nowadays the difference between tense and aspect remains controversial? Would you say the explanatory concepts from other linguistic theories still remain fuzzy?**

A 2019 article notes that “Aspect in the English language has been described through different categories and terminologies, which might lead teachers and students into some misunderstandings.”. Another says “The nature of future temporal reference has long posed a challenge to linguistic theories of temporal interpretation.”. The perfect tenses here might be purely existential, but maybe not. Another says (in the present tense) “[...] scholars disagree about what the most frequent or preferred aspect and tense of performatives is, and how to explain the variety in tense, aspect and modality (TAM).”. I could go on and on, but the point is we are far from the Millennium where TAM is concerned, despite an increasing amount of valuable literature coming from first-rate scholars whom I greatly admire.

**5. Do you still believe both diachronically and synchronically perspectives must be considered when we deal with data from different languages? These days you are involved on studies about Altaic languages (Turkic, Mongolian and Machu-Tungus). Why the interest in those languages? What do you expect to find?**

Since Ferdinand de Saussure, diachrony and synchrony have been sundered and the former downplayed, as if languages exist as sets of static, temporally disjoint states and not as unitary, dynamic systems. A purely synchronic view of natural language, divorced from the diachronic, is ultimately un insightful. Just as our DNA records our ancestry and forms the basis for our descendants, linguistic systems encapsulate the past and delimit the future. A series of snapshots is less realistic, and less informative, than a video. Neither the speech of an individual nor a language as a whole is usefully studied purely from the perspective of a single point in time.

Nor is language in general to be projected from the perspective of a single language or any tiny and possibly unrepresentative group of languages. What non-Indo-European languages like the Altaic offer to the general linguist is a non-parochial perspective. Some of the most important work on tense and aspect has come from studies of Korean and Japanese, for example, languages similar to Altaic in structure. Too many theories purporting to model language in general have ignored features of unfamiliar languages. The value of typological and universalist work, like that of Östen Dahl or Joan Bybee, is to remind us of this.

**6. Concerning the different ways in which time is understood through different cultures around the world (if it is circular or linear, for instance), how those different conceptualizations of time can be reflected in the expression of tense in different languages?**

I'm not very Whorfian when it comes to the relation of conceptualizations of time to the representations of time in different languages. A lot of linguistic features are no more teleological than are biological characteristics, some of which are purely the result of chance. I don't think the case has been made that languages have the tense-aspect systems they do because of their speakers' temporal conceptualizations any more than grammatical gender systems reflect their speakers' conceptualizations of natural gender.

**7. Do you believe that there is still much to be investigated with regards to the categories of tense, aspect and mood? What would you recommend to linguists trying to carry out investigation on these matters?**

Linguistics today has some really first-rate scholars producing extraordinarily valuable work. And theoretical paradigms have considerably matured in the last generation. But I see a continuing disconnection between high-level theories that are empirically inconsequential and low-level, detailed research that doesn't contribute much to our understanding of language. Rather than rehash the same old topics, I would like to see people broaden and deepen the scope of TAM studies.

In the 1970s and 1980s I discovered that there was a great

deal of confusion about, and ignorance of, tense and aspect and it was very hard for someone who felt perplexed by the literature to get a good picture, despite the great work of Bernard Comrie and others. So **Time and the Verb** was intended to provide an overview of the issues, theories, and arguments in the field. Unfortunately, the book was rightly critiqued for not concluding with a coherent, overall account. I did not have one in 1991, nor did anyone else, nor do I think a satisfactory and comprehensive theory has emerged as of yet. We are still blind men feeling an elephant, though we do have a much better zoology of elephant parts than we did thirty years ago.

A lot of things have been intensely studied since **Time and the Verb**, as the **Oxford Handbook of Tense and Aspect** attests. I'm glad that it was able to include chapters on hitherto largely neglected exotica, such as supercomposé past tenses and remoteness systems. But to this day many phenomena remain poorly investigated and only a small minority of languages have received serious investigation. No scholar should be at a loss for an engaging topic where tense and aspect are concerned!

For young scholars at a loss for interesting topics to pursue, I would recommend two approaches. First, I myself have often delved into *terra* that was largely *incognita*. Surprisingly many aspects of even such well-plowed fields such as English remain relatively poorly explored; take **any** sentence at random from a book or the Web and try to formulate an account of its form, meaning, and use, and I'm certain you will discover things no one has even thought about before. Science progresses not by questions answered but questions as yet unanswered.

Second, challenge theories. It is easy to build theories into unfalsifiable bubbles like Freudian psychoanalysis or Marxist historiography by constructing ever more elaborate arguments in their favour. Better theories arise when we prick such bubbles

with challenging observations and hypotheses they cannot accommodate. Above all, bear in mind two questions: what issues does my research bear on, and how will it further our understanding of language?

Human languages are extraordinarily complex products of those simple (not!) things, the human mind and human society, and there are thousands of them in the world, each with manifold dialects and a broad range of idiolects. And tense and aspect crucially interact with every other aspect of language (except maybe phonology). Yes, I definitely do think there still remains **much** to be investigated.

## References

BINNICK, Robert I. **The Oxford handbook of tense and aspect**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BINNICK, Robert I. **The Past Tenses of the Mongolian Verb: Meaning and Use**. Brill Academic Publishers Inc., 2011.

BINNICK, Robert I. **Time and the verb: a guide to tense and aspect**. New York and Oxford: Oxford University Press, 1991.

BINNICK, Robert I. **Modern Mongolian: a transformational syntax**. Toronto: University of Toronto Press, 1979.

GOODWIN, William W. **Syntax of the Moods and Tenses of the Greek Verb**. Boston: Ginn and Heath, 1879.

JOHANNES, Scheffer. **The Progressive in English**. North-Holland Publising Company, 1975.

JOOS, Martin. **The English Verb: Form and Meanings**. University of Wisconsin Press, 1968.

OTTO, Jespersen. **The Philosophy of Grammar** (1924). George Allen & Unwin, 1968.